



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

PEDRO VAGNER SILVA OLIVEIRA

ARQUIVOS DE AREIA:
memórias e narrativas do litoral do Piauí (1920-1980)

NITERÓI
2025

PEDRO VAGNER SILVA OLIVEIRA

ARQUIVOS DE AREIA: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DO LITORAL DO PIAUÍ (1920-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para o grau de Doutor em História. Setor Temático: Contemporânea II, linha: Sociedade e Cultura.

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Juniele Rabêlo de Almeida

Prof^ª. Dr^ª. Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Coorientadora

NITERÓI
2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

048a Oliveira, Pedro Vagner Silva
Arquivos de areia : memórias e narrativas do litoral do
Piauí (1920-1980) / Pedro Vagner Silva Oliveira. - 2025.
358 p.: il.

Orientador: Juniele Rabêlo de Almeida.
Coorientador: Marta Gouveia de Oliveira Rovai.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de História, Niterói, 2025.

1. Litoral Nordeste do Brasil. 2. Natureza e sociedade. 3.
Turismo. 4. Cultura de praia. 5. Produção intelectual. I.
Almeida, Juniele Rabêlo de, orientadora. II. Rovai, Marta
Gouveia de Oliveira, coorientadora. III. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. IV. Título.

CDD - XXX

COMPOSIÇÃO DA BANCA

Prof^ª. Dr^ª. Juniele Rabêlo de Almeida (UFF)
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)
Coorientadora

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (UFF)
Avaliadora interna

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI)
Avaliador externo

Prof^ª. Dr^ª. Catia Antônia da Silva (UERJ)
Avaliadora externa

Prof. Dr. César Teixeira Honorato (UFF)
Avaliador interno

Prof^ª. Dr^ª. Marina Berthet (UFF)
Avaliadora interna (Suplente)

Prof^ª. Dr^ª. Andreia Casa Nova Maia (UFRJ)
Avaliadora externa (Suplente)

Aos povos do mar, que constroem suas vidas sem se enrijecerem e como as águas, sempre encontram um caminho.

Agradecimentos

Ainda no terceiro período da faculdade, quando era aluno da UESPI, descobri o PPGH/UFF e disse a mim mesmo: um dia estudarei ali. Passados doze anos, terminei o curso de doutorado nesse que é um dos programas de maior prestígio na área de História, onde sempre sonhei estudar. Defender a tese que aqui apresento é também um exercício de olhar para trás. Todo e qualquer trabalho é fruto não apenas de uma mão, mas de várias - sempre soube que ninguém vence sozinho, mas juntos. Dito isso, é preciso trazer à tona e agradecer a quem sempre esteve comigo ao longo dessa jornada.

Em primeiro, agradeço aos meus pais, Francisco Pedro e Lourdes, pelo amor incondicional, pela força, pelos investimentos e por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos. Agradeço aos meus avós, Manoel e Pedro, pelas histórias que me embalsamaram quando criança e por me ensinarem, mesmo que inconscientemente, sobre a “arte de ouvir”. À minha avó, Thereza, que se foi quando eu ainda era criança, obrigado pelo carinho, pelo cuidado, pelo zelo e por ter sido minha primeira professora - ainda lembro das tardes em que ficávamos sentados na calçada enquanto você me ensinava a ler. Obrigado ao meu irmão, Lucas, pelas vitórias e angústias partilhadas (sobrevivemos!). Agradeço ainda às minhas tias, Nina e Antônia, pelo convite para morar em Guarulhos, São Paulo, onde fiz o mestrado, e por todo o apoio durante o doutorado, mesmo quando esse ainda era apenas um desejo.

À minha orientadora, Juniele, pela parceria, amizade, correções, pela leitura sempre generosa e por sempre me receber tão bem em Niterói ou no Rio. Fico feliz por dividir contigo este trabalho que leva um pouco do mar do Piauí à UFF. À minha coorientadora, Marta, que foi minha professora na graduação e que me viu crescer como acadêmico e como pessoa. Muito obrigado pelo carinho, apoio, cafés, encontros e por ter topado embarcar nessa nova empreitada conosco.

Agradeço às professoras Ana Mauad e Cátia Antônia pelas sugestões, indicações, elogios e estímulos feitos tanto no exame de qualificação quanto na defesa. Torço para ter conseguido responder à maior parte das provocações. Ao professor Felipe Ribeiro pelo incentivo e pelas contribuições na defesa da tese e por todo apoio desde antes do doutorado. Ao professor Cesar Honorato por participar do processo de defesa, pela leitura crítica e responsável e pelas pertinentes indagações.

Muito obrigado à Dalva Fontenele que sempre me apoiou, por toda a amizade, força e carinho desde quando foi minha professora na graduação. Às amigas da UESPI, que são alguns dos meus principais leitores, interlocutores e pareceristas: Gustavo e Flora pelas leituras,

sugestões e questões feitas desde o projeto e pelo trabalho conjunto firmado ainda quando estávamos na graduação. À Laila, Naira, Mirielle, Suzy, Izael e Mariane, amigas oriundas do “tempo” graduação e que sempre estiveram comigo. Agradeço ainda a amiga Ana Catarina pelo apoio de sempre, pela torcida e acreditar em mim. Obrigado aos amigos do NUPECIMP-UESPI pelos ricos debates, em especial Everton e Vivianne. Um obrigado ainda à Assunção pela força, torcida e pelos debates tão ricos.

Obrigado às amigas que fiz na Unifesp e que, mesmo longe e passados tantos anos após o mestrado, ainda se mantêm. Obrigado, Josi, Ana Gabriela (Gabi), Lilian, Júlia, Marcos, Bruno, Fred e Paula por todo o apoio, torcida, cumplicidade, debates e rolês, seja em São Paulo, seja no Piauí ou no Rio. Devido à minha entrada na UFF ter acontecido em 2021, quando ainda vivíamos as agruras e incertezas da pandemia de Covid-19, não consegui vivenciar tanto a universidade como gostaria, nem estabelecer fortes vínculos com os colegas que ingressaram naquele ano. No entanto, agradeço por terem criado o grupo de *WhatsApp História/UFF 2021*, que foi de grande importância para dirimir dúvidas, firmar parcerias, repassar informes ou mesmo trocar memes, e cujos debates e conversas nos propiciaram uma jornada mais leve.

Mesmo morando longe de Niterói, a UFF me trouxe boas parcerias e amigas. Agradeço à Amanda Calábria, que me deu dicas sobre a burocracia e a vida no PPGH desde nosso primeiro contato, seus prestimosos favores e seus valiosos relatórios gentilmente cedidos certamente fizeram toda diferença - obrigado também pela torcida, pelo carinho e pelos encontros sempre que vou ao Rio. Ao Ademas Pereira pelas angústias e leituras compartilhadas sobre a pesca artesanal, pelas provocações, pelos exercícios reflexivos e por somar na luta das/com as comunidades pesqueiras. À Larissa pelas conversas sobre a academia, a vida fora dela e pelos valores e sonhos compartilhados. À Ana Cristina, Carol, Luiza, Ana Carolina e Maia, alunas do curso de extensão que ministrei em março de 2024, na UFF, e que fizeram os poucos dias que passei em Niterói terem sido tão agradáveis.

À Aninha pelo carinho, amizade e por acreditar em mim. Meu obrigado também à sua família, que sempre me acolheu tão bem desde a primeira vez que fui ao estado do Rio de Janeiro, família essa que, hoje em dia, também é minha e por quem nutro imenso carinho. Agradeço às pessoas que estiveram nessa jornada e com quem um dia compartilhei o sonho que foi esse doutorado, mas que, por alguma razão, hoje tiveram de estar em outro lugar. Deu tudo certo!

Todo agradecimento é pouco aos habitantes de Pedra do Sal, Atalaia e Coqueiro, que tiraram parte do seu dia para falar sobre sua vida e contar suas histórias. Muito obrigado a seu

Garajau (*in memoriam*) e dona Alice, da Pedra do Sal; a seu Dandão e dona Francisca, moradores de Atalaia; seu Grilo (*in memoriam*), seu Vicente, dona Milagres, seu Antônio de Laura e dona Laura, do Coqueiro. Agradeço a confiança pela partilha de memórias e experiências, obrigado pela bondade, pelos lanches, cafés, convites de almoço e por terem sempre me recebido com muita gentileza.

Obrigado ao povo brasileiro, por ter financiado, a partir dos impostos, esta pesquisa, principalmente porque ingressei no doutorado em plena pandemia, quando centenas de brasileiras e brasileiros perderam as pessoas que amavam. Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro ao longo de todo o curso, subsídio de extrema importância, pois garantiu a dedicação exclusiva para a realização da pesquisa e me proporcionou dias menos tormentosos.

A CAMINHO DO PLANETÁRIO

O trato antigo com o cosmos cumpria-se de outro modo: na embriaguez. É embriaguez, decerto, a experiência na qual nos asseguramos unicamente do mais próximo e do mais distante, e nunca de um sem o outro. Isso quer dizer, porém, que somente na comunidade o homem pode comunicar em embriaguez com o cosmo. É o ameaçador descaminho dos modernos considerar essa experiência como irrelevante, como descartável, e deixá-la por conta do indivíduo como devaneio místico em belas noites estreladas.

(Walter Benjamin)

Resumo:

A presente tese tem o objetivo de estudar o litoral piauiense como paisagem de várias memórias compartilhadas e sedimentadas ao longo da fatia temporal que vai desde 1920 até o final dos anos 1980. A partir de questões socialmente vivas e a fim de compreender os vários usos sociais do litoral do Piauí nesse período, a investigação foi construída por meio de diversos procedimentos e documentos que dialogam entre si, como fontes hemerográficas, memorialísticas, fotográficas e história oral. Operando com os conceitos de paisagem e memória, esse trabalho se ocupou em entender as praias enquanto espacialidades preñhes de conflitos e de vidas que se sobrepõem ou foram sobrepostas ao longo do tempo histórico. Assim, em um primeiro momento, o texto reconstruiu o litoral piauiense a partir da imprensa, dos livros de memórias e das narrativas orais, tomando a espacialidade como problema historiográfico. Posteriormente, o esforço foi documentar as culturas pesqueiras nas praias estudadas, bem como analisar a forma como as vilas se articulavam em seu cotidiano. Em seguida, foram abordadas as diferentes práticas sociais de grupos exteriores à praia e suas superposições nessas paisagens entre as décadas de 1920 a 1960. Foi debatido ainda o processo de turistificação do litoral do Piauí e a inserção da “indústria sem chaminés” como política pública de modernização do estado entre as décadas de 1960 a 1980. Por fim, foi compreendido, a partir da imprensa e da história oral, o processo de venda da paisagem litorânea e seus desdobramentos nas décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave: Litoral Nordeste do Brasil; natureza e sociedade; turismo; cultura de praia

Abstract:

This doctoral thesis aims to examine the coastline of Piauí, a state in northeastern Brazil, as a landscape of multiple shared memories layered and sedimented over the historical span stretching from the 1920s to the late 1980s. Grounded in socially relevant questions and aiming to understand the various social uses of the Piauí coastline during this period, the investigation was built through multiple research procedures and interconnected sources, including newspaper archives, personal memoirs, photographic records, and oral history. Drawing on the concepts of landscape and memory, this study sought to understand the beaches as spatialities imbued with conflict and layered with lives that have intersected or been displaced over historical time. Thus, in its initial phase, the text reconstructed the coastline of Piauí through newspapers, memoirs, and oral narratives, approaching spatiality as a historiographical problem. Subsequently, the effort focused on documenting the fishing cultures along the studied beaches as well as analyzing how the villages organized their daily life. Following this, the study addressed the different social practices of groups external to the beach and their overlapping presence in these landscapes between the 1920s and 1960s. The process of touristification of the Piauí coastline was also debated, as well as the insertion of the so-called “smokeless industry” as a public policy for state modernization between the 1960s and 1980s. Finally, drawing on newspapers and oral history, this study examined the process of commodification of the coastal landscape and its unfolding impacts during the 1970s and 1980s.

Keywords: Northeastern Brazilian coast; nature and society; tourism; coastal culture.

Lista de Imagens

Figura 1. Veranistas posam em Pedra do Sal.	22
Figura 2. Alunos e professores da escola mantida pela Colônia Z-1	88
Figura 3. Alunos e professoras da escola mantida pela Colônia Z-7.	90
Figura 4. Capa do Almanaque da Parnaíba de 1940.....	107
Figura 5. NOSSAS PRAIAS.	108
Figura 6. Nossas carroçáveis.	141
Figura 7. Grupo de comerciantes posa com Ford V.8.....	147
Figura 8. Nossas praias.	169
Figura 9. Famílias Marcos Melo e Raul Bacelar, em aprazível veraneio.....	172
Figura 10. Pedra do Sal.	174
Figura 11. Recreios na Pedra do Sal.....	177
Figura 12. Em plena praia.....	178
Figura 13. Ainda nas maravilhosas praias da Pedra do Sal.	179
Figura 14. Praia de Atalaia..	193
Figura 15. Página inicial da reportagem Piauí sem retoque.	205
Figura 16. Página 126 da reportagem O Piauí retoques.	209
Figura 17. Página inicial da reportagem Praia do Sal tem poesia doce.....	213
Figura 18. Na hora da partida.	223
Figura 19. Lavadeiras do Parnaíba (sem o disfarce da poesia)..	226
Figura 20. Anúncio.	243
Figura 21. Capa da reportagem “A beleza do Piauí”.....	257
Figura 22. Carnaúbas e Lagoa do Portinho.	259
Figura 23. Salina no litoral piauiense e Pedra do Sal.	262
Figura 24. Página inicial da reportagem “Conheça o Piauí...antes que você se acabe”.	267
Figura 25. Páginas 52 e 53 da reportagem “Conheça o Piauí...antes que você se acabe”.....	269
Figura 26. Páginas iniciais da reportagem “Parnaíba, toda uma rede de riquezas”.	273
Figura 27. Páginas 68 e 69 da reportagem “Parnaíba, toda uma rede de riquezas”.	274
Figura 28. Páginas 70 e 71 da reportagem “Parnaíba, toda uma rede de riquezas”.	276
Figura 29. Páginas 72 e 73 da reportagem “Parnaíba, toda uma rede de riquezas”.	277
Figura 30. Páginas 78 e 79 da reportagem “O Parnaíba como Deus criou”.....	281
Figura 31. Páginas 80 e 81 da reportagem “O Parnaíba como Deus criou”.....	282
Figura 32. Páginas 82 e 83 da reportagem “O Parnaíba como Deus criou”.....	284
Figura 33. Páginas 50 e 51 da reportagem “Terras e Águas do Parnaíba”.....	288
Figura 34. Charge na capa do Jornal Querela.....	300
Figura 35. Páginas iniciais da reportagem “Nas ondas do Piauí”.	305
Figura 36. Páginas 58 e 59 da reportagem “Nas ondas do Piauí”	307
Figura 37. Páginas 60 e 61 da reportagem “Nas ondas do Piauí”.	309
Figura 38. Páginas 62 e 63 da reportagem “Nas ondas do Piauí”.	310
Figura 39. Cartograma dos transportes e comunicações de Luís Correia.	357
Figura 40. Mapa Turístico do Brasil, 1961.....	358

Lista de tabelas:

Tabela 1. Colônias, pescadores, embarcações de pesca e escolas registradas no Piauí	61
Tabela 2. Escolas mantidas pelas Colônias de Pescadores no Piauí.	76
Tabela 3. Classificação de pescados no mercado público de Parnaíba..	99
Tabela 4. Veículos e jornalistas vencedores do prêmio Herbert Mosés.	201
Tabela 5. Fotorreportagens da <i>Manchete</i> com teor turístico.	256

Lista de Siglas

APAL: Academia Parnaibana de Letras

AP: Almanaque da Parnaíba

FL: Folha do Litoral do Piauí

NP: Norte do Piauí

SUDEPE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UESPI: Universidade Estadual do Piauí

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UFC: Universidade Federal do Ceará

UFPI: Universidade Federal do Piauí

Sumário

INTRODUÇÃO, OU ANTES QUE O MAR APAGUE:	16
<i>Primeira parte: Era da vilegiatura</i>	22
1. PEGADAS NA PRAIA: FONTES DE PESQUISA E MEMÓRIAS NO LITORAL PIAUIENSE (1920-1960)	23
1.1 Periódicos	24
1.2 Memorialistas	35
1.3 Narradores	43
2. OS POVOS DO MAR: EXPERIÊNCIAS COLETIVAS E HISTÓRIAS DE VIDA..	55
2.1 Colônias (1920-1945)	56
2.2 Infância praiana	83
2.3 Artes da pesca	94
3 PARAÍSO TERREAL: FRUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM PRAIANA DO PIAUÍ (1920-1960)	115
3.1 Agenciamentos e criação da praia (1920-1940)	116
3.2 Circulação e trajetos (1920-70)	134
3.3 Na praia: sociabilidades e distinção (1930-1970)	159
<i>Segunda parte: Era do turismo</i>	193
4. CASTELOS DE AREIA: TURÍSTIFICAÇÃO DO LITORAL PIAUIENSE	194
4.1 A maré deu vazante	195
4.2 “A terra do meu boi morreu”	204
4.3 Piauí novo	235
5. MAQUINÁRIOS DA “INDÚSTRIA SEM CHAMINÉS”: MÍDIAS, TURISMO E DISPUTAS PELA PAISAGEM LITORÂNEA	254
5.1 O tempo da (re)descoberta	255
5.2 Do Coqueiro da Praia a Praia do Coqueiro	289
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE RESTOU DA PRAIA?	319
7. LISTA DE FONTES	325
8. REFERÊNCIAS	347
ANEXOS:	357

INTRODUÇÃO, OU ANTES QUE O MAR APAGUE:

Era uma sexta-feira, 24 de março de 2023. Naquela noite, o programa televisivo Globo Repórter, da emissora Globo, exibiu um conteúdo inteiramente dedicado aos 66 quilômetros da costa piauiense. A reportagem apresentou uma viagem que se iniciava na Praia do Pontal e se estendia até a badalada Barra Grande, um dos destinos mais procurados do estado. Ao longo da transmissão, foram destacadas as belezas naturais do menor litoral do país, divulgando o fato de que, embora o Piauí seja o único estado da região nordeste cuja capital está localizada no interior, ele possui praias. O que à primeira vista parecia ser uma matéria paga, ao mesmo tempo que promovia o litoral piauiense e seu potencial turístico, silenciava os impactos gerados pela atual exploração turística. Em relação à chamada “nova Jeri”, como Barra Grande (BG) é frequentemente alcunhada em alusão à Jericoacoara, não houve menção aos problemas fundiários oriundos da grilagem de terra, à especulação imobiliária e ao apagamento das culturas, tradições e experiências das comunidades pesqueiras. Outras praias, que já foram ocupadas e transformadas em pontos turísticos consolidados, passaram e continuam passando por questões semelhantes, enquanto novas praias, recentemente “descobertas”, despontam como novas possibilidades de exploração, reforçando um ciclo contínuo de ocupação e reconfiguração das paisagens litorâneas.

Assistindo atentamente ao programa pela televisão - neto de pescadores, morador do litoral do Piauí e já aluno de doutorado - entendi que os problemas do presente trazidos pelo turismo de massa deveriam ser analisados à luz do processo histórico. Para isso, formulou-se a seguinte hipótese, que norteia a tese aqui apresentada: **a colonização das praias piauienses não se encerrou. Esta é oriunda do processo de balnearização do litoral desse estado, iniciado nos anos 1920 e consolidado a partir da implantação do turismo como política desenvolvimentista entre as décadas de 1970 a 1980.** Apesar do presente ser o principal instigador desse estudo, o recorte temporal desta investigação abrange os anos de 1920 a 1980, delimitado por várias justificativas e por sucessivas intervenções e usos sociais na paisagem praiana. São essas as razões que estruturam a tese em duas partes: a era da vilegiatura e a era do turismo. No final de 1910 e início da seguinte, o litoral brasileiro foi alvo do primeiro projeto de modernização da pesca marítima. Com a missão do cruzador José Bonifácio, a Marinha e o Estado tinham como intento nacionalizar e industrializar a pesca, além de “sanear” as praias brasileiras, incluindo, dentro de valores patrióticos, os pescadores e suas famílias.

Para além disso, no contexto piauiense, os anos 1920 representaram um período de pretensa modernização e progresso, sobretudo em Parnaíba, cidade litorânea que desempenhava

uma expressiva participação na economia exportadora do estado. No que concerne às praias, a elite local, que desde o século XIX já fazia uso social desses espaços, a partir da implementação da ferrovia naquele período, agenciou e “criou” uma praia própria (Atalaia), onde pudesse afirmar sua altivez e diferenciar-se dos demais habitantes e grupos sociais. Entretanto, ao longo de toda primeira metade do século XX, a população pobre também faria uso desses mesmos espaços e, a partir dos anos 1960, o banho de mar já estaria consolidado como um costume entre ricos e pobres do litoral piauiense. Até então, o termo “turismo” não era utilizado para descrever essas práticas, ia-se às praias com o intuito de diversão ou espairecer após uma semana de trabalho árduo.

Ademais, buscavam-se também as águas salgadas como um tônico revigorante para a mente e o corpo. Os mais abastados, nos períodos de férias, costumeiramente deslocavam-se da “cidade” para as praias, onde passavam os dias em suas casas - prática conhecida como vilegiatura. Nesse sentido, as fontes investigadas, especialmente os jornais, recorriam com frequência a termos que destacavam esse costume de segunda residência ou período dedicado ao divertimento, como “temporada de recreio” ou “temporadas balneárias”.

Ao notar o crescimento do número de visitantes nas praias da Pedra do Sal, Atalaia e Coqueiro a partir do final dos anos 1960, o jornal *Folha do Litoral do Piauí* (1959-1988) passou a fomentar, em suas páginas, o debate sobre a criação de uma política de turismo para o litoral do estado. No período do “milagre brasileiro” (1969-1973), a chamada “indústria sem chaminés”, como o turismo era chamado na época, passou a ser inserida pela primeira vez no Piauí como política pública.

O parnaibano Alberto Tavares Silva (ARENA), governador indicado pelos militares em 1971, incluiu o turismo no plano de governo como parte da Política de incentivo à Produção nas Diretrizes para o Desenvolvimento (1974/1975). Esse setor era, inclusive, uma “manifestação de interesse por parte do Governo Federal” (Cepro, 2016, p. 73). Após a saída do engenheiro, o médico amarantino Dirceu Mendes Arcoverde (ARENA) assumiu a chefia do executivo piauiense. No *Plano de Governo do Estado do Piauí 1976-1979*, formulado pela equipe do gestor supracitado, o turismo passou a ser um dos projetos prioritários (Cepro, 2016). Nas gestões seguintes, a atividade turística continuava a figurar entre as prioridades da política dos governadores. No governo Lucídio Portella (1980-1983), a “indústria sem chaminés” estava entre os “Programas e temas especiais” (Cepro, 2016), ao lado das “Pesquisas e Operação de Recursos Minerais”. Isso não se dava ao acaso, pois, conforme o documento, “o Piauí conhece pouco os seus recursos naturais e faz pouco uso das informações conhecidas” (Cepro, 2016, p.

103). Posteriormente, na gestão de Alberto Silva (1988-1991), dessa vez eleito por via democrática, o turismo passou a integrar a “Política de Apoio à Produção” (Cepro, 2016). Dos governadores piauienses da década de 1980, não foi localizado o documento *O Futuro Começou: Diretrizes para a Ação de Governo*, referente à gestão de Hugo Rego Napoleão (1983-1988). A ausência desse material dificulta uma análise mais detalhada sobre a inserção da indústria do turismo nesse governo e se houve a continuidade dessa política pública.

Apesar disso, percebe-se que, a partir dessas duas décadas, o debate sobre o turismo em solo piauiense passou a circular com maior frequência nos periódicos locais, aparecendo em textos de outros jornais parnaibanos, como o *Norte do Piauí*, *Inovação* e *A Libertação*. De igual modo, revistas fotográficas de circulação nacional, como *O Cruzeiro* e *A Manchete*, dedicaram, nos anos 1970 e 1980, matérias ilustrando as belezas naturais do Piauí, principalmente do litoral e do Parque Nacional de Sete Cidades.

Se, na primeira década da segunda metade do XX, esses e outros veículos impressos de grande circulação estampavam em suas páginas o “retrato” de um estado pobre e atrasado, as matérias da década de 1970 e da seguinte passaram a apresentar o Piauí como um interessante e exótico destino turístico. Apesar disso, já no final desse primeiro decênio, a “indústria sem chaminés” começava a alterar as dinâmicas sociais nas praias do estado. Alguns jornais locais, dentre eles *O Inovação* e posteriormente o *A Libertação*, passaram a suscitar o debate público acerca dos problemas causados pelo turismo, como, por exemplo, a questão fundiária.

Embora o recorte temporal esteja definido entre os anos 1920 a 1980, a escrita das histórias contadas ao longo do texto assemelha-se aos regimes das marés: ora estão aqui, ora ali, sempre em movimento. A memória, por sua vez, é igualmente flutuante e dinâmica, um processo social pensado no presente, mas que evoca do passado aquilo que foi vivido ou contado por quem rememora. Desse modo, como se verá ao longo da narrativa, voltar ao século XIX e avançar para o presente foi uma operação necessária para melhor compreender os debates propostos.

No que tange à construção da pesquisa, é preciso sinalizar que Parnaíba não possui um arquivo municipal. Muitos documentos encontram-se nas mãos de particulares ou de descendentes de famílias da elite local, o que prejudica significativamente o acesso a esses registros, e, conseqüentemente, a produção do conhecimento histórico. As fontes levantadas para esta investigação encontram-se espalhadas em diversas instituições e sob a posse de vários pesquisadores, muitos dos quais nem sempre estão dispostos a compartilhá-las.

Em 2021, quando ingressei no PPGH/UFF, boa parte dos arquivos e instituições de pesquisa ainda estavam fechados devido à pandemia de Covid-19. Somado a isso, nos primeiros quinze dias do mês de abril do mesmo ano, o site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sofreu um ataque cibernético, acarretando prejuízos a várias pesquisas em andamento. Parte dos jornais piauienses, como os teresinenses oitocentistas *A Legalidade* e *O Propagador*, além do *O Nortista*, editado em Parnaíba entre 1900 e 1901, hospedados no site da Hemeroteca Digital, só foram acessados após o restabelecimento do acervo.

Enquanto isso, foram pesquisados e catalogados outros jornais parnaibanos que circularam na primeira metade do século XX, como *A Praça* (1927-1928), *O Artista* (1919-1922), *Aljava* (1936-1974) e *Almanaque da Parnaíba* (1924-1980), todos encontrados e disponíveis na plataforma Mundos do Trabalho do Piauí. Por outro lado, a maioria dos periódicos citados ao longo deste trabalho, dentre eles *O Norte* (1930-1950), *Gazeta da Tarde* (1947-1950), *Norte do Piauí*, *Folha do Litoral do Piauí* (1959-1988) e *A Libertação* (1983-1988), foram fotografados por mim e outros pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura Piauiense - NESILPI, sendo, portanto, um material parcialmente inédito.

Os livros de memórias também estão disponíveis em formato digital na plataforma Mundos do Trabalho do Piauí. Os *Relatórios do Ministério da Marinha* (1827-1959) estavam disponíveis on-line no *Center for Research Libraries* e compõem a coleção Documentos Governamentais Brasileiros. As revistas *A Voz do Mar* (1921-1957), *O Cruzeiro* (1928-1985) e *Manchete* (1952-2007) foram localizadas na Hemeroteca Digital. Quanto à História oral, devido às questões sanitárias, esse procedimento precisou ser temporariamente adiado, sendo iniciado em 2022 e concluído em 2024. As diferentes vivências e usos sociais das praias no Piauí durante o período estudado foram analisadas a partir das reflexões trazidas pelo campo da História Ambiental, que, como explicou Donald Worster (1991), “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (Worster, 1991, p. 201). Deve-se superar a dicotomia humanidade/natureza e entendê-las como interconectadas, uma vez que não são esferas diferentes (Schama, 1996). Em tempos de emergência climática, ebulição global e da Cátedra dos Oceanos, um estudo que privilegie as experiências dos povos das praias é de grande relevância para (re) pensarmos as atitudes e políticas adotadas sobre o litoral.

Feitas essas considerações, desenho agora os capítulos da tese. Em **Pegadas na praia**, o primeiro capítulo, ocupei-me de reconstruir, a partir de uma discussão teórico-metodológica, o litoral piauiense, apresentando e debatendo a produção das fontes impressas, memorialísticas

e orais. O fio condutor são as memórias e, no caso das fontes orais, fez-se necessário discorrer sobre como o trabalho da escuta (Portelli, 2016) foi realizado, sendo as narrativas as disparadoras das reflexões e dos problemas abordados neste estudo.

No capítulo seguinte, **Os povos do mar**, o intento foi abordar as experiências na praia, privilegiando as memórias dos habitantes de Pedra do Sal e Coqueiro sobre a paisagem praiana e as experiências de diferentes grupos. É comum que a maioria dos estudos sobre os usos sociais da praia e do mar se ocupem apenas do lazer e das práticas de curas, silenciando os grupos de trabalhadores presentes nesses espaços, bem como suas culturas. O propósito, portanto, foi inverter essa abordagem, isto é, contar e ouvir as histórias das praias a partir de seus próprios moradores.

No terceiro capítulo, **Paraíso terreal**, o objetivo foi reconstruir as diferentes práticas sociais de grupos exteriores à praia e suas superposições na paisagem praiana, sendo esse, portanto, o fio condutor da discussão. Dessa forma, essas paisagens serão compreendidas e estudadas a partir de outras culturas e visões: a da vilegiatura (fruição) entre os anos 1920 até 1960, e, posteriormente, nas duas décadas seguintes, com surgimento do debate sobre o turismo de massa, brotado preliminarmente nos jornais locais e, em seguida, como política pública institucionalizada.

Em **Castelos de Areia**, foi debatido o processo de turistificação do litoral do Piauí e a inserção da “indústria sem chaminés” como política pública de modernização e mitigação da pobreza no estado entre as décadas de 1960 a 1980, bem como a divulgação de suas paisagens como meio de apagar antigos estigmas sobre o Piauí, os quais foram divulgados entre os anos 1950 e 1960 por matérias jornalísticas provenientes do eixo Rio-São Paulo. Inicialmente recebidas com bons olhos, essas matérias, com o passar do tempo, tornaram-se alvo de críticas tanto dos piauienses quanto dos leitores de outros estados. Esses retratos só desvaneceriam no começo dos anos 1970, quando revistas de grande circulação nacional passaram a destacar, em suas páginas, as belezas das paisagens litorâneas do Piauí e sublinharam a importância do turismo para o estado e, principalmente, para essa região.

Por último, em **Maquinários da “Indústria sem chaminés”**, objetivei compreender, a partir da imprensa (nacional e local) e da história oral, a venda da paisagem litorânea e seus desdobramentos nas décadas de 1970 e 1980. Tanto a imprensa nacional quanto a local foram responsáveis não apenas pela divulgação das paisagens, mas também por consolidar o consenso sobre a potencialidade turística do litoral piauiense e os benefícios econômicos e sociais que o turismo traria aos habitantes, fomentando o debate público. Ainda nesse capítulo, tomei a Praia

do Coqueiro como estudo de caso para testar a hipótese de que ela representou uma “nova fronteira” no processo de colonização das praias do Piauí e que, na década de 1980, outras praias do estado - até então pouco conhecidas e frequentadas - estavam sendo agenciadas pela imprensa local a fim de serem desbravadas.

Conforme será discutido ao longo de todo o texto, as paisagens praianas são espacialidades de conflito entre culturas e superposição de memórias. Dessa maneira, o esforço empreendido neste trabalho foi o de contar as histórias das praias piauienses a partir de vários indivíduos e de suas memórias. Ao longo dessa análise, percebe-se que a paisagem é construída a partir da natureza e da cultura. Paul Ricoeur entende que “boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer” (Ricoeur, 2007, p. 48). Logo, a fim de que as experiências e histórias de homens e mulheres não sejam emudecidas pelo bramir das ondas nem esquecidas pelos barulhos dos divertimentos reproduzidos nas praias, é preciso consultar os arquivos dispostos na areia antes que o mar os apague.

Primeira parte: Era da vilegiatura



Figura 1. Legenda: veranistas posam em Pedra do Sal. S/D. Acervo: Paulo Couto

O clichê acima, feito nos rochedos da Pedra do Sal, ilustra a presença da família do professor José de Lima Couto em momentos de recreio nessa praia. De pé ou sentados, os integrantes do grupo, constituído por pessoas de várias idades, trajam roupas de banho da época e pausam, momentaneamente, os recreios ali produzidos. Pernas e ombros estão à mostra, isso indica que já se buscava o “bronze”. Os recreios, então, não aconteciam apenas no mar, mas também na areia, e, no caso de Pedra do Sal, sobre os rochedos. Essa fotografia é o registro da passagem do que os moradores das praias piauienses chamam de “os brancos” (Oliveira, 2017), isto é, as famílias de fora da praia que vinham veranejar nos meses de julho e agosto.

Esta primeira parte do trabalho se dedica a documentar e analisar os vários usos sociais do mar e da praia no litoral do Piauí entre 1920 e 1960. Apesar desse período ser chamado de “Era da vilegiatura”, as memórias e narrativas estudadas não se limitarão aos recreios e aos veranistas. Pelo contrário, importam igualmente as experiências dos povos das praias - histórias eclipsadas pelas algazarras e brincadeiras dos “brancos” nas águas salgadas e que, mesmo quando apagadas pelos ventos e pelo mar, ainda se fazem presentes. É nesse teatro de areia que é a praia que a vida também acontece.

1. PEGADAS NA PRAIA: FONTES DE PESQUISA E MEMÓRIAS NO LITORAL PIAUIENSE (1920-1960)

Por meio da ação humana, o espaço natural é transformado. Lagoas são aterradas, rios têm seu curso alterado. Matas que outrora eram moradas de animais dão lugar a casas humanas. Aos poucos, concreto e asfalto se tornam predominantes na paisagem. As ocupações, mudanças e alterações são vivenciadas e documentadas pelos moradores, que registram - quando registram - tanto o que foi perdido quanto o que vislumbram para o futuro. Muitas são as formas de ver e ouvir uma cidade, esse documento inacabado e em constante transformação.

Diante disso, o principal objetivo deste capítulo é reconstruir o litoral piauiense. Mais que tomar as cidades de Parnaíba e Luís Correia como pano de fundo, o espaço será entendido como um problema historiográfico, tendo em vista sua importância para a operação mnemônica. Paul Ricoeur entende que “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis” (Ricoeur, 2007, p. 59). O principal fio condutor será a memória disposta nos rastros documentais (Ricoeur, 2007), ou seja, nos jornais, nos livros autobiográficos e nas narrativas dos e das colaboradoras. O capítulo foi dividido em três seções. Na primeira, a fim de “reconstruir” as ideias sobre as praias e os grupos sociais interagindo entre si na paisagem litorânea, bem como sobre as cidades de Parnaíba e Luís Correia - afinal, esses lugares são extensões da cidade - serão analisados periódicos e revistas produzidos em Parnaíba na primeira metade do século XX, sendo eles *Almanaque da Parnaíba* (1924-1980), *O Norte* (1930-1950), *Aljava* (1936-1974), *Gazeta da Tarde e Folha do Litoral do Piauí*¹ (1959-1988).

Posteriormente, estudei os livros de memórias, a saber: *Estórias de uma cidade muito amada*, de Carlos Araken (1988); *Meu exílio no Piauí!...*, de Carlos Pena Botto (1931); *Tomei um Ita no Norte*, de Renato Castelo Branco (1981); *Parnaíba tem memória*, de Rubem Freitas (2007); *Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias*, de Raimundo de Souza Lima (1987); e *Tempos que não voltam mais*, de Goethe Pires de Lima Rebelo (1984). Os livros de memória são a impressão única do autor sobre o passado descrito. Assim como na outra seção, o objetivo aqui também é “reconstruir” as visões dos escritores sobre as praias e as cidades do litoral, apresentando os livros e mostrando como foram utilizados ao longo da pesquisa.

No último tópico, foram apresentados os colaboradores e as narrativas de moradores das praias estudadas. Objetivei, a partir do gênero de história oral de vida, apreender as intersubjetividades e experiências ligadas à paisagem praiana. A opção de mesclar esses dois

¹ A partir de agora esse jornal será referenciado no texto somente como *Folha do Litoral*, ou simplesmente *FL*, uma vez que era assim que os seus redatores e contemporâneos se referiam a ele.

gêneros dá-se porque a história de vida é ligada à memória social, uma experiência exclusiva de cada colaborador - lembrada e narrada a partir de seu lugar social, visando, de maneira objetiva ou intersubjetiva, transmitir a imagem de si em sua narrativa.

1.1 Periódicos

Nos primeiros anos da década de 1920, a cidade litorânea de Parnaíba transformava-se. Do porto fluvial chegavam e partiam pessoas e mercadorias. Nessa época, a riqueza gerada pelas exportações de gêneros regionais, como borracha de maniçoba e a cera de carnaúba, revertia-se em melhorias de alguns espaços da pequena malha urbana. Logradouros e casas ilustravam, e ainda ilustram, o esplendor desse período. Altivos, grupos locais pertencentes à elite documentavam nos jornais parnaibanos o “progresso” que a “cidade mais comercial do Piauí” experienciava.

Dentre os impressos estudados, o *Almanaque da Parnaíba*, cujo primeiro número veio a público em 1924, é sintoma desse desejo de “modernidade” vivenciado pela cidade. Projeto do comerciante Benedito dos Santos Lima², o Bembém, dono de mercearia homônima, a publicação nasceu no formato de livro e foi distribuída inicialmente como “lembrança³” aos fregueses e amigos do comerciante.

Em seu primeiro número, na página de apresentação intitulada “Ao Público”, o *Almanack da Parnahyba* expunha seu projeto editorial. A gênese desse empreendimento, deu-se, pois “notava-se a ausência, nesta cidade, de uma dessas publicações anuais de tanto interesse e de incontestável utilidade [...] a MERCEARIA BEMBEM se propôs dirigir de iniciar a publicação do presente ALMANACK DA PARNAHYBA⁴” (*Almanaque da Parnaíba*, 1924, p. 01). Impresso em oficinas gráficas de Fortaleza ou de Belém até a edição de 1933, quando passou a ser impresso em Parnaíba pela Empresa Gráfica Renascença⁵. Esse número contava

² Nascido em São Bernardo, Maranhão, e falecido no dia 21 de agosto de 1959 em Parnaíba, Benedito dos Santos Lima foi jornalista, comerciante e charadista. fundou os jornais *A Praça* em 19 e *Aljava* em 1938, além do *Almanack da Parnahyba* em 1924. Foi também presidente da Associação Profissional dos Jornalistas de Parnaíba em 1957.

³ Alguns números do *Almanaque* poderiam ser adquiridos avulsamente, como, por exemplo, o *Almanack da Parnahyba* de 1927, que custava 1\$000. A edição de 1932, em uma de suas páginas, trazia o anúncio de que era possível obter a coleção completa do *Almanaque* desde 1924 até o ano mais recente. Aos interessados, a coleção seria enviada pelos correios e custaria 18\$000. Como se pode notar, a grafia desse anuário, em seus primeiros anos, sofreu algumas alterações.

⁴ Destaque no original.

⁵ Situada na Rua Duque de Caxias, atualmente no centro de Parnaíba, a Empresa Gráfica Renascença realizava serviços de tipografia, impressão em geral para o comércio e repartições, além de encadernação. A empresa também comercializava produtos de papelaria e artigos para escritório, contava com uma seção de perfumaria, brinquedos e objetos para presentes.

com mais de cinquenta páginas, compostas por calendários, textos literários e artigos científicos da lavra da *intelligentsia* local e de sujeitos de fora de Parnaíba ou mesmo do Piauí. Sobre seu conteúdo, a historiadora Mary Angélica Tourinho comenta que essa publicação “atingia diferentes classes, tinha uma função didática, envolvendo diversos conhecimentos e se utilizando de textos de especialistas de diferentes áreas” (Tourinho, 2015, p. 23).

No que tange à manutenção do *Almanaque da Parnaíba*, segundo o pesquisador Daniel Castelo Branco Ciarlini (2016), dos periódicos da cidade em questão, o anuário foi o que mais recebeu mecenato. Ao longo de várias capas ou mesmo dentro das edições, podem ser vistas imagens de autoridades políticas locais, estaduais e até mesmo nacionais, como Getúlio Vargas. Para Ciarlini, tal estratégia de imprimir fotografias de políticos poderosos, sempre com textos lisonjeiros, “viria a calhar, posto ter conquistado a simpatia deles e seus importantes auxílios financeiros, tão urgentes ao órgão” (Ciarlini, 2016, p. 155). Por conta desses elogios e apoios, o historiador Francisco Alcides Nascimento (2002) afirmou que o *Almanaque da Parnaíba* teve sua periodicidade garantida durante o Estado Novo, o que explica as capas homenageando o ditador nas edições de 1940 e 1943.

Além dos escritos, nas páginas do periódico supramencionado, encontram-se propagandas comerciais, dados estatísticos e charadas. Desde o primeiro número, esse anuário fazia uso de fotografias no seu projeto editorial. Imagens de Parnaíba, dos melhoramentos urbanos, das obras das sucessivas administrações e da vida cotidiana local eram enviadas pelos “ilustres” contribuintes, agentes produtores das imagens, que igualmente possuíam fotografias suas ou de filhos e filhas impressas na publicação. Como categoricamente chamou atenção Susan Sontag, “fotografia é instrumento de poder” (Sontag, 2004). E, como será visto ao longo desse texto, as imagens das famílias reproduzidas no *Almanaque* criavam coesão e diferenças entre a suposta elite da cidade e as demais camadas da população. Desse modo, eventos da vida privada da elite local, como casamentos, primeiras eucaristias e os recreios realizados nas praias, ou até mesmo essas paisagens sem a presença humana, eram igualmente fotografados e enviados ao anuário.

Ainda acerca da fotografia como fonte, Anne Marie Granet-Abisset comentou: “toda fotografia destina-se a ser olhada. Ela é, portanto, esse encontro entre um produtor, um sujeito que se tornou objeto e, enfim, evidentemente, um receptor que pode ser o próprio sujeito, mas também os descendentes ou, pelo jogo das transmissões de arquivos, um pesquisador” (Granet-Abisset, 2002, p. 13). Se as fotografias presentes nos álbuns da família parnaibana eram restritas ao ambiente privado e vistas por poucos - talvez somente pelas visitas que chegavam à suas

casas-, os registros produzidos por esses grupos e publicados nas edições do anuário da cidade possuíam maior circulação, ampliando, assim, o circuito social da fotografia e tornando-a acessível a um público mais amplo. Além disso, os clichês presentes na publicação desempenhavam o papel de difundir costumes, ideias e modos de se vestir ou habitar das mulheres e homens da elite parnaibana. Ao circularem para além do norte piauiense, essas imagens permitiam que um público ainda maior acessasse e conhecesse o estilo de vida daquele grupo.

Momentos delicados da vida urbana também eram documentados e veiculados pelo anuário. Em 1926, Parnaíba teve uma forte enchente que destruiu as casas de barro de habitantes da Coroa e do Tucuns, bairros ribeirinhos, obrigando-os a transitar em canoas. Em seu nono ano, o *Almanaque* trouxe imagens das vias submersas capturadas por Alarico José da Cunha, nome recorrente nos impressos locais. O farmacêutico Raul Furtado Bacelar, também contribuía com o anuário, clichês obtidos por meio de sua Kodak foram impressos nas páginas das edições de 1934 e 1935. Além desses dois contribuintes, foram localizados outros homens que também enviaram fotografias ao *Almanaque*, como Edison Cunha, Mirócles Campos Veras, J. Adonias e “Béssa”.

Entre o final dos anos 1920 e começo dos anos 1930, a cidade contava com alguns estabelecimentos que faziam serviços fotográficos, como a Photographia Dutra, de Fernando Dutra. O espaço se apresentava como “o único ateliê fotográfico nesta cidade, que está aparelhado a execução rápida de todo e qualquer trabalho concernente a arte” (*Almanaque da Parnaíba*, 1928, p. 92). Localizava-se, na década de 1920, na Duque de Caxias, número 3, mudando, na seguinte, para a Rua 28 de Julho (*Almanaque da Parnaíba*, 1935, p. 268). Havia também a Foto Adonias (*Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 296), de propriedade de J. Adonias, caricaturista do anuário. O *Almanaque* ainda registra que em 1934, existia em Parnaíba outro estabelecimento, a Foto Sales (*Almanaque da Parnaíba*, 1934, p. 285). No entanto, não foi possível localizar informações sobre o endereço ou proprietário.

Fotografias de outros lugares também preenchiam as páginas do *Almanaque da Parnaíba*. Todas as contribuições, fossem elas textuais (artigos, poesias ou charadas) ou fotográficas, deveriam ser endereçadas a Benedicto dos Santos Lima, que os aceitava “a qualquer tempo, mas só poderão ser aproveitados em cada número do nosso anuário os que tiverem em nosso poder até o último dia de agosto” (*Almanaque da Parnaíba*, 1934, p. 241). Um dos principais colaboradores do anuário e de outros impressos locais da primeira metade do século XX foi o já citado Alarico da Cunha. Nascido em 1883 na fazenda Monte Verde, no

município de Timon, Maranhão, Cunha veio para Parnaíba aos vinte anos para trabalhar como caixeiro. Posteriormente, ocupou a presidência do Centro Espírita Perseverança do Bem no início dos anos 1920 e exerceu a função de vice-cônsul de Portugal no Piauí.

Adotando a cidade onde viera morar quando moço, escrevia para diversos jornais de Parnaíba, entre eles, *A Praça* (1927-1928), *Aljava*⁶ (1936-1974), *O Norte* (1920-1950) e *O Pacotilha* (1910-1938), este último editado em São Luís, Maranhão. Além de poesias, Cunha contribuía para a imprensa local com poemas, artigos, crônicas e fotografias, algumas delas cedidas ao *Almanaque*. Determinadas publicações tinham como matéria-prima suas reminiscências, como *Recordar é viver* e a série de quatro crônicas *Parnaíba há 40 anos*, todas impressas nas edições do *O Norte* nos meses de fevereiro e maio de 1944.

Frequentador de Atalaia, Cunha escreveu ali o soneto *A missa da natureza*, dedicado ao médico Mirócles Campos Veras, e a poesia *Canção do Ser*, publicados, respectivamente, nas edições de 1926 e 1932 do *Almanaque da Parnaíba*. Não somente nessas obras, mas de forma recorrente, o maranhense abordava a natureza em seus escritos, com poemas e poesias que ilustravam as paisagens litorâneas, principalmente a praia de Atalaia. A série de quatro crônicas “Correspondências da Praia⁷”, veiculada em *O Norte*, e citada ao longo deste trabalho, também se passava nesse cenário.

Outro periódico criado no final daquela década, ligado aos comerciantes de Parnaíba e que se apresentava como porta-voz da “modernização” da cidade, era *A Praça* (1927-1928). Suas edições podem ser encontradas na Biblioteca Nacional e no Arquivo do Estado do Piauí. No entanto, as versões consultadas neste estudo foram as digitalizadas e disponíveis na plataforma Mundos do Trabalho do Piauí. Criado pela Associação Comercial dos Varejistas de Parnaíba, o referido jornal afirmava ser isento de política. Em sua primeira edição explicava seu programa aos leitores

A Associação Comercial dos Varejistas, em cumprimento ao seu programa de defesa dos interesses da classe que representa, inicia, hoje, a publicação deste periódico, que é o seu órgão oficial, vindo, simultaneamente, concorrer para que o jornalismo em Parnaíba não continue a constituir um problema insolúvel, de intermitências reprováveis e injustificadas. É capital do nosso programa que nada temos com assuntos de ordem política (A Praça. 01/11/1927, p. 01).

⁶ O jornal *Norte do Piauí* traz indícios de que o *Aljava*, após anos fora de circulação, voltou a público na primeira metade da década de 1970, em sua terceira fase, ficando sob a responsabilidade de Raimundo Fonseca Mendes, que também colaborava para aquela primeira folha, na qual possuía coluna fixa. No entanto, apenas as edições da década de 1960 foram localizadas.

⁷ Infelizmente, as edições que continham esses escritos se perderam. Contudo, uma de suas filhas ainda viva, Sonita Cunha, possuía recortes desse jornal e organizou uma miscelânea que foi cedida ao pesquisador Daniel Castelo Branco Ciarlini que, por sua vez, gentilmente disponibilizou a mim.

Publicado às terças-feiras, o periódico começou a circular em 1927. Era possível tanto fazer assinaturas mensais do jornal quanto comprar as edições de forma avulsa, que custavam, respectivamente, \$1000 (mil réis) e \$200 (duzentos réis). Quem morava fora de Parnaíba poderia assinar o *A Praça* anualmente por 12\$000 (doze mil réis). A folha era “destinada exclusivamente ao comércio” e mantida, em grande parte, pelos anúncios e anunciantes. Na primeira página, cobrava-se 100 réis por cm²; na segunda, 70 réis; na terceira, 60 réis; e na quarta, 90 réis (*A Praça*. 05/07/1928, p. 03). Para contratos de maior duração, havia descontos, embora o periódico não especificasse os valores. Diferentemente do *Almanaque da Parnaíba*, *A Praça*, assim como seus contemporâneos ou a maioria dos jornais locais posteriores, não trazia fotografias em suas páginas.

Os editores do *A Praça* eram figuras conhecidas entre os parnaibanos da época e, hoje, nomeiam escolas e ruas da cidade. O bacharel em Direito, escritor e poeta Edison Cunha era o diretor do jornal. O já citado Benedicto dos Santos Lima ocupava o cargo de gerente, enquanto o comerciante Ranulpho Torres Raposo - futuro proprietário do *Almanaque* -, atuava como secretário. Jornal simples, com no máximo quatro páginas, raramente apresentava imagens em suas edições. Além de artigos e poemas escritos pela elite local, eram comuns anúncios de casas comerciais.

A “elite” - esse grupo social vago e impreciso - era formada por algumas poucas famílias de comerciantes, advogados e médicos, que conservavam certa hegemonia sobre a produção dos textos jornalísticos. Atuando por anos na imprensa local e estadual por meio das redes de colaboração, essas famílias fortaleceram sua influência na cidade, o que também se refletiu na política. Assim, mantiveram, por conseguinte, na memória social da cidade devido à fundação e à contribuição de textos em jornais, anuários e livros. Tal como as caçoeiras, tarrafas e demais redes de pesca, que se avariavam após a pescaria e necessitam de remendos, as redes de cooperação da imprensa local foram (re)construídas a cada nova geração, reparando (ou não) os rasgos causados pelo tempo. Os pais morrem e, em seu lugar, permanecem os filhos e filhas dessas famílias, cujas ideias, em certa medida, são mantidas.

No que tange aos usos sociais das praias e do mar, é necessário compreender que essas famílias, que detinham voz na imprensa local, foram responsáveis pelo agenciamento das praias. Ao estudar as praias de Recife e Olinda, a socióloga Rita de Cássia Barbosa de Araújo, afirmou que as famílias “aparecem como principais agentes das transformações pelas quais passaram as praias, sobretudo nos momentos iniciais de implantação e difusão das práticas dos banhos de mar e de sol” (Araújo, 2007, p. 17). Comparando com Parnaíba e Luís Correia,

percebe-se significativas semelhanças com o contexto pernambucano. Nos anos 1920, as praias de Amarração passaram a gozar de maior prestígio entre as classes mais remediadas do norte do Piauí.

Rastrear e estudar as redes de cooperação dentro da imprensa não é apenas essencial para “desmontar” as mídias impressas selecionadas ao longo da pesquisa, mas também um movimento necessário para compreender como as experiências desses grupos na cidade e na praia foram cristalizadas. Nesse sentido, ressalta-se, mais uma vez, que os documentos mais antigos são justamente os periódicos editados, mantidos e assinados por esses sujeitos. Os jornais locais legaram à posteridade marcas desse grupo no tempo, contribuindo, inclusive, para a criação de consensos na memória social da cidade e nas paisagens praianas.

As notas e matérias sobre a praia, em geral, estão dispersas nos periódicos, tendo pouca ocorrência, o que poderia dificultar uma análise quantitativa. Todavia, as pistas fornecidas por essas publicações foram valiosas para a compreensão do tema estudado. Nos anos 1960, esse hábito já estava consolidado e aparece com mais força nos periódicos analisados, especialmente no *Folha do Litoral* e seus contemporâneos.

Uma das hipóteses desta tese é que a cultura balneária no Piauí foi construída por meio de um amálgama entre as relações locais com o mar - incluindo os pescadores e os demais moradores da praia - e a conexão e circulação de ideias e pessoas advindas de outras paragens. O historiador francês Laurent Vidal e o geógrafo brasileiro Paulo César da Costa Gomes (2019) entendem que “o balneário não se decline ao singular, porque as cidades balneárias fazem parte de um conjunto, que pode qualificar de sistema ou de rede⁸”. Assim, considerando que o porto fluvial de Parnaíba e o marítimo de Amarração facilitaram trocas não apenas comerciais, como também o acesso à impressos oriundos da capital da república, o litoral piauiense não deve ser entendido de forma isolada, mas sim como partícipe de um sistema mais amplo, influenciado, em maior ou menor medida, pelos projetos e modas do período.

Diante disso, no constante “vai e vem” de pessoas e trocas realizadas, chegaram ao norte do Piauí mais do que mercadorias. Concordando com a ideia apresentada pelos geógrafos Eustógio Wanderley Correia Dantas e Alexandre Queiroz Pereira (2021, p. 28) de que “o gérmen de reconfiguração da relação da cidade e de seus habitantes com as zonas de praia se dá a partir do porto e no consequente reforço da cidade comercial”, aponto a hipótese de que os costumes balneários no Piauí vieram, quiçá, juntamente com os indivíduos de outras partes do

⁸ Tradução minha. No original: “le balnéaire ne se décline pas au singulier, puisque les villes balnéaires font partie d’un ensemble, que l’on peut qualifier de système ou de réseau”.

mundo aportados em Amarração e Parnaíba, mesclando-se às noções de maritimidade já existentes.

O médico Cândido de Almeida Athayde, em entrevista concedida à Fundação CEPRO nos anos 1980, afirmou que, diferentemente de outras partes do Piauí, “sujeitos que vieram para o litoral, foram indivíduos estrangeiros. Bons ou maus estrangeiros, mas que trouxeram a cultura que tinham. Razão por que muitas coisas que havia aqui não tinha no resto do estado” (Cepro, 1984). Tais forasteiros, por meio de enlaces matrimoniais, adentraram as famílias da elite local, que, conforme o historiador Josenias Silva, incorporaram “novas práticas, falas e maneiras que refletiram o dinamismo da vida social, bem como a multiplicação das formas de interação pública” (Silva, 2012, p. 43). Além dos espaços citadinos, como, por exemplo, o Cassino 24 de Janeiro, clube frequentado pela elite parnaibana, as praias também figuravam entre os lugares de distinção dessas famílias.

Enquanto distinção, refiro-me ao pensamento de Pierre Bourdieu. Consoante o sociólogo francês, a diferenciação entre classes não ocorre apenas no plano econômico, mas também a partir da reprodução da vida,

nada determina mais a classe e é mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de construir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo “vulgar”) ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética pura nas escolhas mais comuns da existência comum (Bourdieu, 2011, p. 13).

As noções de gosto e preferência e, por conseguinte, as distinções relacionam-se às classes e suas formas de expressão; trata-se de como determinados grupos, como os hegemônicos, buscam diferenciar-se dos demais. Assim, como será visto mais adiante, a preferência da elite por Atalaia não é natural. O apreço por essa praia na primeira metade do século XX e alguns adjetivos a ela empregados, como “chique”, decorrem do fato de que aquele espaço desempenhava uma função dentro do mecanismo social e cultural da divisão entre ricos e pobres da região norte do Piauí.

Por outro lado, é possível que a cultura do banho de mar não seja exatamente “alienígena”, pois já existia no estado, embora de outra maneira. A herança de um costume dos indígenas Tremembés que habitavam a Costa Leste Oeste, conhecidos como “gente ligada ao mar” (Borges, 2010, p. 42), bem como “peixes racionais” devido à sua grande habilidade no nado e mergulho, foi reinterpretada a partir da leitura de jornais e revistas ilustradas da capital federal, vendidos em Parnaíba e Teresina.

Esse segundo tipo de publicação era direcionado “sobretudo, às classes abastadas, potencial consumidora de tudo o que se vendia em suas páginas” (Mauad; Souza Júnior e

Louzada, 2021, p. 226). Dentre as revistas ilustradas na primeira metade do XX, destaca-se a *Fon-Fon* (1907-1958), que circulou na capital e no litoral piauiense nos anos 1910⁹, e o *Jornal das Moças* (1914-1965), revista feminina semanal lida em Parnaíba tanto por mulheres quanto por homens da cidade¹⁰. Inclusive, um pequeno anúncio na edição do *O Norte* do dia 31 de dezembro de 1930 incentivava a leitura dessa revista, em especial o suplemento *Jornal das Mulheres*, pois trazia figurinos e bordados (*O Norte*. 31/12/1930, p. 04).

O *Beira-Mar* (1923-1945), semanário destinado aos moradores do CIL (Copacabana, Ipanema e Leme), também era lido por quem habitava em Parnaíba. Tais impressos¹¹ veiculavam textos, charges e fotografias que elucidavam os usos sociais da praia na capital da república, influenciando, ainda que gradualmente, os comportamentos no litoral piauiense. Não se pode esquecer de que “os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção” (Williams, 2011, p. 69). O que se percebe, portanto, é uma cidade que mantinha contato com o mundo, ainda que as notícias ali chegassem com relativo atraso. *O Norte*, assim como os demais veículos impressos já mencionados, é reflexo dessa troca de informações. Lançado em 1930 e dirigido por Raul Primo, esse jornal publicava, além de notícias políticas, propagandas de remédios e de casas comerciais da cidade.

Na década em que foi fundado, o jornal circulava às quintas e aos sábados, tornando-se diário na seguinte. Durante a Segunda Guerra, imprimiu em suas páginas notícias e imagens¹² do conflito bélico, que chegavam por meio de serviço telegráfico. Nos primeiros anos de guerra, esse serviço era “fornecido pelos nossos correspondentes especiais e pelas seguintes agências: Nacional, agência brasileira. Transocean, agência alemã” (*O Norte*. 14/08/1941, p. 04). Os exemplares podiam ser adquiridos por meio de assinaturas ou comprados diretamente com os meninos que trabalhavam vendendo as edições não só desse jornal, mas também de outros (*Diário da Tarde*. 01/09/1949, p. 03), como o *Gazeta da Tarde*, seu contemporâneo.

⁹ Nesse período, a revista possuía agência em ambas as cidades. Em Teresina, o registro mais antigo dessa circunscrição data de 1910, sendo Arthur Carvalho o agente da *Fon-Fon* e da *Nick Carter*. Em Parnaíba, não foi possível localizar nem o agente nem a agência da revista.

¹⁰ Raymundo N. Medeiro era o agente do *Jornal das Moças* em Parnaíba em 1922, anos mais tarde, em 1926, a responsabilidade passou para João Moraes Lopes.

¹¹ Além desses, ao pesquisar no *A Praça*, observei que o jornal *A Noite*, impresso na capital federal, tinha o poeta Raimundo Petit (Raimundo de Araújo Chagas) como representante em Parnaíba, além de correspondente telegráfico. Em 1928, a cidade foi visitada por Mauricio Maurin, que viajava pelo norte do país. Durante sua estada em Parnaíba, foram feitas 20 assinaturas e estabelecida uma agência de vendas avulsas, sob a responsabilidade de Handarst Vaz.

¹² A edição de número 2289 trouxe, na primeira página, uma fotorreportagem sobre a ação da Quinta Coluna em duas cidades do Pará. A matéria foi enviada por via aérea por Amorim Parga, correspondente especial desse periódico.

Diferente de outros jornais de Parnaíba, mais efêmeros, *O Norte*, de Raul Primo, existiu por 25 anos. Poucas edições sobreviveram aos desafios do tempo, mas, quando comparado a outros jornais parnaibanos da primeira metade do XX, a quantidade de edições preservadas é relativa. A partir delas, é possível perceber o cotidiano da cidade e, principalmente, os usos sociais das praias entre as décadas de 1930 e 1950.

O atual desejo pela praia não é um fenômeno natural, mas o resultado de uma construção histórica e social que, segundo Alain Corbin (1987), foi engendrada, juntamente com os usos sociais dos banhos de mar, no século XVIII. Nessa centúria, buscava-se no mar a cura para doenças, marcando, assim, uma nova sensibilidade em relação às zonas praianas. Nesse contexto, as primeiras cidades balneárias europeias surgiram para atender à nobreza, que procurava nos banhos salgados a cura de moléstias. Esses modelos e experiências, originados no velho continente, foram irradiados para outras regiões do globo.

De acordo com os geógrafos Eustógio Wanderley Correia Dantas e Alexandre Queiroz Pereira

Nos primórdios, as práticas marítimas modernas dispunham de caráter terapêutico a incorporar o mar (qualidades químicas e temperatura da água) e a ambiência marítima (bem respirar) ao tratamento de doenças (pulmonares e estresse) a afetar as elites do Ocidente (primeiros ensaios no final do século XVII e início do século XVIII) e, também, dos países do sul (primeiros ensaios no final do século XIX e início do século XX) (Dantas e Pereira, 2021, p. 25).

Diferente do presente, no qual se vai à praia para tomar banho de sol e bronzear-se, até o início do século XIX a exposição solar era pouco recomendada pelos médicos europeus da época - o mais comum era tomar banhos frios para acalmar os nervos e tonificar o corpo. Vale ressaltar que, nesse período, o mar era o principal atrativo, não a areia. Nas primeiras décadas do século passado, os usos sociais das praias começaram a se assemelhar aos atuais. A socióloga Rita de Cássia de Araújo (2007, p. 13) explica que “no transcurso do século XX, assistimos à consagração das praias, e por extensão, de quase toda a zona do litoral”. No Piauí, desde os oitocentos, parte da sociedade urbana fazia usos sociais do mar e da praia (Oliveira, 2017; Baptista, 2023). Tanto Pedra do Sal, situada na Ilha Grande de Santa Isabel, como Atalaia, em Luís Correia (antiga Amarração), eram igualmente procuradas pelo público. Ali, por dias ou meses, gozavam da calmaria, da brisa marítima e das águas salgadas, renovando a mente e o corpo.

Ao longo da pesquisa, o vestígio mais antigo encontrado que menciona os usos sociais “modernos” da praia e do mar no Piauí data do fim da primeira metade daquele século. O jornal *O Propagador*, de Teresina, na coluna Notícias e Fatos diversos, impresso na edição do dia 11 de setembro de 1858, anunciou “terem chegado a esta cidade umas mulheres da classe pobre,

que tendo sido mordidas por um cão danado, e principiando a sofrer os efeitos desse terrível mal, foram mandadas pela administração a tomar banhos salgados na Parnaíba, donde voltaram perfeitamente curadas¹³” (O Propagador. 11/09/1958, p. 04). É provável que, nesse período, as águas salgadas não fossem utilizadas somente para banhos curativos. Divertimentos também seriam possíveis ainda na referida centúria. Ao estudar as campanhas policiais nas praias cariocas entre 1920 e 1950, o brasileiro Bert Barickman ressaltou que o banho de mar realizado no Rio de Janeiro, já no final do oitocentos,

não era - ao contrário do que teima em afirmar boa parte da historiografia – só ‘receita médica’; era também uma forma de lazer que oferecia amplas oportunidades para diversos tipos de sociabilidade e a possibilidade de se refrescar no verão. Mas o banho de mar dos fins do século XIX e começo dos começos do XX era uma atividade realidade sobretudo n’água (Barickman, 2016, p. 03).

Os rastros deixados pelos jornais ou outras fontes não me permitem tirar as mesmas conclusões nas praias por mim estudadas. Todavia, encontrei uma denúncia feita num periódico de Teresina que merece citação. *O Propagador*, órgão do Partido Republicano Legalista, impresso na capital piauiense, denunciava Josino, que, de acordo com a nota, “aborrecido da monotonia¹⁴ da repartição, **seguir para a Vila da Amarração, onde regaladamente passa os dias nos banhos salgados e as noites em busca das bolas daquelas praias**¹⁵. Saiu sem licença, a título de examinar a coletoria da Parnaíba” (A Legalidade. 08/10/1882, p. 04). Essa revelação merece destaque, pois abre horizontes para se pensar os banhos de mar no Piauí para além da receita médica. Barickman afirma que, antes dos anos 1920, eram as águas salgadas, e não as areias, os espaços de sociabilidades. Ainda de acordo com esse historiador, “não se dizia na época, como se diz hoje em dia, ‘ir à praia’; ao invés, empregavam-se expressões como ‘fazer uso dos banhos’, ‘ir ao banho’ ou ‘frequentar os banhos’ em determinada praia” (Barickman, 2016, p. 03).

As palavras e os seus significados, de acordo com Raymond Williams (2007), variam conforme as sociedades ao longo do fluxo temporal. Nesse sentido, a fim de evitar anacronismos e compreender melhor as experiências do período estudado, optei por utilizar os termos da época, como “viagens de recreio”, “temporadas” ou “estações balneárias”. “Vilegiatura” foi outro termo adotado e operado nesta parte do texto, dada a particularidade da excursão e de seu contexto histórico. É preciso fazer diferenciações, e assim se compreenderá

¹³ A grafia foi modernizada, mantida somente as pontuações originais.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Grifo meu.

melhor a historicidade do termo e de seu significado. No que concerne ao turismo, a turismóloga e historiadora Valéria Lima Guimarães dissertou que,

apesar de a noção de turismo começar a ser conhecida tanto em Portugal quanto no Brasil, na segunda metade do século XIX, a sua sedimentação e a propagação de um vocábulo específico em língua portuguesa foram se dando aos poucos. Ainda na década de 1930, não raras vezes, foram utilizados os termos empregados em língua estrangeira (Guimarães, 2012, p. 35).

Em outros lugares Brasil, como, por exemplo, Santa Catarina, o vocábulo “turismo” foi pouco empregado nos periódicos desse estado. O historiador Sérgio Luiz Ferreira (1998) sustenta que, somente nos anos 1940, o termo passaria a ser explorado pela imprensa catarinense. “Estação das águas” e “estação balnear” eram os termos mais recorrentes até então. No contexto piauiense, isso pouco difere. Ao fazer uso da ferramenta de busca por palavras na plataforma da Hemeroteca Digital, constatei que, na imprensa da época, “banhos salgados” foi o termo mais utilizado, denotando tanto as práticas medicinais quanto as de lazer realizadas na água. A estadia das pessoas nesses lugares variava conforme o tratamento.

O jornal *O Nortista*, publicado no alvorecer do século XX, afirmava que a praia da Pedra do Sal, era famosa pela “excelência dos seus banhos de mar” (*O Nortista*. 13/04/1901, p. 01). No continente, Atalaia também era frequentada devido ao “uso de banhos salgados” (*O Nortista*. 02/11/1901, p. 03). Homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, vindos de Parnaíba ou mesmo de outras paragens, inclusive de Teresina, a mais de 300 quilômetros, iam ao litoral motivados pela restauração da saúde.

A primeira menção ao termo “turismo” nos jornais do Piauí data do *Imprensa*, de Teresina, em uma edição de 1926. Todavia, a referida matéria não discorre sobre as práticas turísticas no estado, mas sim sobre o passeio feito por um estrangeiro na capital da República. A palavra “turismo” possui pouca presença nos jornais piauienses e noutras fontes pesquisadas desse estado oriundas da primeira metade do século XX. Em uma pesquisa sobre o teresinense *O Dia*, um dos principais jornais do estado, Renato Reinaldo Calaça da Silva e Elisabeth Mary de Carvalho Baptista concluíram que, em sua primeira década de vida, “atividades de Turismo, Esportes e Lazer não foram noticiadas no período” (Silva; Baptista, 2012, n.p). De igual modo, havia poucas notícias sobre a região litorânea. Nessa investigação, o número de matérias sobre o turismo no litoral só crescerá a partir da década de 1970.

Nos jornais locais, essa palavra supracitada só se tornará frequente na segunda metade dos anos 1960, no parnaibano *Folha do Litoral (FL)*, suscitando o debate público sobre o fenômeno do turismo. De igual maneira, antes da referida década, observou-se a ausência de políticas para o desenvolvimento da atividade no estado, que, a julgar pela leitura das fontes,

era muito mais orgânica e espontânea, isto é, não possuía qualquer intenção econômica ou de política pública desenvolvimentista.

Turismo é mais do que viagem e deslocamento, sendo imperativo, portanto, segundo Paulo Assunção, “ser desconstruído, tendo em vista a complexidade que envolve turismo e as práticas culturais de lazer” (Assunção, 2012, p. XIII). Assim, as excursões realizadas, em minha análise, não devem ser entendidas como passeios turísticos. Desse modo, minha preocupação não é apenas do ponto de vista semântico, ou puro preciosismo, mas cuidado teórico-metodológico.

Até os anos 1960, os piauienses chamavam esse período - ou as idas à praia - de “temporadas balneárias” ou “temporadas de recreios”. Por isso, o termo vilegiatura parece mais adequado para operar nesta parte da tese, pois está “relacionada diretamente à viagem, a vilegiatura designa a vivência de uma condição não existencial, sazonal, descontínua e recreativa” (Dantas e Pereira, 2021, p. 34). Compreendido como “temporada de deslocamento e recreio”, o fenômeno visava não ao consumo da natureza, como no turismo contemporâneo, mas ao contato com a paisagem, à restaurar energias e ao aproveitamento do ócio.

Por fim, além das áreas praianas, sítios e fazendas da zona rural do município e de localidades vizinhas também eram destinos de recreio e descanso nas quadras anuais, como Morros da Mariana, Jaboty e Frecheiras. Da mesma forma, outras práticas de lazer incluíam os passeios fluviais (A Praça. 31/07/1928, p. 01) e procissões religiosas.

1.2 Memorialistas

Escrever é deixar para as futuras gerações uma visão de mundo. No caso dos livros de memórias, imerso em seu texto, o autor ou a autora labuta ao deslocar do passado as reminiscências das experiências de outrora. Nomes, lugares, situações, cores, aromas e cheiros são evocados do pretérito e tomam forma nas páginas escritas no presente. Parnaíba possui relativa produção de memórias autobiográficas, o que possibilitaria outro trabalho.

A fim de recortar, utilizei as seguintes obras para essa investigação: *Memórias* (1983), de Humberto de Campos; *Tempos que não voltam mais* (1984), de Goethe Pires de Lima Rebelo; *Meu exílio no Piahy!...*(1931), de Carlos Penna Boto; *Estórias de uma cidade muito amada* (1988), de Carlos Araken Rodrigues; *Tomei um Ita no Norte* (1981), de Renato Castelo Branco e por fim, *Vareiros do Rio Parnaíba* (1987), de Raimundo de Souza Lima. Optei por essas obras pelo fato de contemplarem a primeira metade do século XX, período abordado nesta parte do trabalho.

Rememorar é um trabalho mental que, como entende Paul Ricoeur (2007), se trata de uma “busca ou recordação”. Esse procedimento não se dá da mesma maneira em todos os sujeitos, há distinções; por isso, é prudente desnaturalizar as fontes memorialísticas e realizar recortes analíticos sobre tal documentação. Diferente da história oral, que é negociada e dialógica, os textos de memórias autobiográficas são monofônicos, é a visão de quem escreveu (Maluf, 1995). Dos memorialistas que compõem o corpus documental desta pesquisa, como se pode observar, todos são homens - e quase todos brancos - que registram rememorações masculinas sobre a cidade e região. Outro recorte importante é o lugar social dos escreventes aqui analisados: todos, exceto Raimundo de Souza Lima e Carlos Pena Botto, são filhos ou “compunham a elite política e econômica de Parnaíba e que atuavam em áreas distintas como direito e literatura” (Cavalcante Júnior, 2015, p. 116). Essas duas questões importam devido à experiência de cada autor e às suas seleções mnemônicas.

Enquanto os outros escritores apenas documentam em seus livros curtas passagens na praia, o médico Carlos Araken Rodrigues (1988) destinou um capítulo inteiro às experiências que tivera nas estações balneárias em Atalaia e Pedra do Sal. *A força do mar* ilustra a importância da paisagem praiana na vida não só do escrevente, mas também de parte dos parnaibanos de outrora.

Se a maioria dos memorialistas escreveu sobre lugares e acontecimentos na memória coletiva da cidade, as reminiscências de Souza Lima, homem negro que teve várias ocupações ao longo da vida, - dentre elas de vareiro (trabalhador do rio) -, são atravessadas pelo trabalho no cais e luta pela sobrevivência. Esses dois temas são também matérias recorrentes em artigos desse autor que, ao longo de sua vida, ainda colaborou com os periódicos e impressos da cidade, como *O Norte*, *Aljava* e o *Almanaque da Parnaíba-AP*, além de editorialista do *Folha do Litoral (FL)*. Elogiado desde sua estreia, em 1938, como colaborador do *Almanaque*, a convite¹⁶ de Benedicto dos Santos Lima, o anuário estampava sua fotografia na página em que apresentava o talentoso escritor. Autodidata e promessa às letras locais, “Souza Lima fala corretamente a língua de Milton sem ter recorrido a professores, bem pode, dentro de poucos anos, ser um dos nossos maiores literatos” (*Almanaque da Parnaíba*, 1938, p. 283), assim era apresentado aos leitores do almanaque parnaibano.

É importante considerar que o livro desse memorialista é uma publicação póstuma. Em 1976, Souza Lima publicou “Vareiros” (*Folha do Litoral*. 25/12/1976, p. 17), impresso na

¹⁶ Nas duas últimas páginas do livro, o memorialista afirma que ainda era rapaz e estava em seu quarto quando conheceu Benedicto dos Santos Lima. Nesse encontro, o criador do *Almanaque da Parnaíba* o convidou para colaborar com o anuário.

edição de natal do *Folha do Litoral* daquele ano, no qual observava que o texto fazia parte do livro em preparo. Quando faleceu, em 23 de junho de 1978, era sabido na cidade que o livro se encontrava finalizado¹⁷. Ao informar o óbito do vareiro, o *FL* noticiou que Raimundo Fonseca Mendes¹⁸, “atual presidente da Associação Parnaibana de Letras e Artes, nos garantiu que fará publicar, em breve, o livro de Souza Lima, como última homenagem da cidade e da imprensa ao seu luminoso espírito” (Folha do Litoral. 24/06/1978, p. 01). Apesar disso, boa parte da obra foi perdida, e a publicação demoraria mais alguns anos.

Na década seguinte, numa entrevista realizada em 1986 com Raul Furtado Bacelar, farmacêutico e membro da Academia Parnaibana de Letras-APAL, cedida ao *Inovação* - jornal fundado por jovens estudantes no final dos anos 1970 -, ao ser indagado sobre a obra de Souza Lima, o entrevistado afirmou: “infelizmente o livro não foi editado nem está em situação de encaminhar para uma editora [...] quando li, já faltavam muitas folhas. Depois entreguei à viúva” (Inovação, s.d/07-10/1986, p. 05). A obra foi finalmente publicada somente uma década após o falecimento do autor, depois que Francisco Lima, um de seus filhos, procurou o escritor, advogado e imortal da APAL, Alcenor Candeira Filho.

Mesmo de família humilde, Souza Lima possuía prestígio e reconhecimento entre os letrados da cidade, sendo inclusive patrono da Cadeira de número 21 da APAL, ocupada por Raul Furtado Bacelar. Dois anos após a entrevista com o farmacêutico, o *Inovação* noticiou que, no dia 12 de fevereiro de 1988, a APAL “promoveu o lançamento do livro ‘Vareiros do Rio Parnaíba & Outras Histórias’ juntamente com a direção do campus Min. Reis Velloso na sede do campus universitário parnaibano com a presença de universitários e familiares do autor” (Inovação. S.D/04/1988, p. 07). Cientes da importância da obra de Souza Lima para a história local, o *Inovação* concluía o texto afirmando: “a obra foi um referencial na luta do jornal Inovação pela integração da história popular à história oficial da cidade” (Inovação. S.D/04/1988, p. 07). Em 2024, esse mesmo livro ganhou uma segunda edição, lançada, dessa vez, na Universidade Estadual do Piauí.

Os livros de memórias estudados possuem importância para a escrita da história da cidade, seja como fonte a ser analisada, seja como registro individual das experiências dos homens que os escreveram. Esses textos e seus autores gozavam de reconhecimento pela imprensa local. Na última página da edição de 24 e 25 de março de 1984, os editores do bi-

¹⁷ Além dos artigos impressos no *Folha do Litoral*, seu contemporâneo, o professor Antônio Gallas, na sua coluna “Dimensão Geral” da edição de 01 de junho de 1978 do matutino *Norte do Piauí*, avisa aos leitores que “Vareiros do Rio Parnaíba” estava finalizado, mas não editado.

¹⁸ Maranhense, era escrivão do INPS, jornalista, radialista e poeta.

semanário *A Libertação* informaram ter “a satisfação de receber, um livro de crônicas de GOETHE PIRES DE LIMA REBELO¹⁹, residente no Rio de Janeiro [...] o seu conteúdo faz reviver o passado com as histórias verídicas que se sucederam em Parnaíba, na época de infância do autor” (*A Libertação*. 24-25/03/1984, p. 06). Tendo em vista tal prestígio, não é surpresa que os livros circulassem de outras maneiras. Na edição seguinte, o mesmo jornal veicularia, na terceira página, “As meninas do Q.G” (*A Libertação*. 28/03/1984, p. 03), texto integrante do livro de Goethe Rebelo. Outras passagens de *Tempos que não voltam mais* igualmente habitariam as páginas do *A Libertação* daquele ano.

Por sua vez, Pena Botto não era parnaibano ou mesmo piauiense, mas carioca. Suas reminiscências foram publicadas um ano após sua estada no Piauí e são, em suma, marcadas pela “estranheza”, pelo “olhar de fora” e por preconceitos da época. Sob a pena do autor de *Meu exílio no Piauí*!... (1931), somos apresentados às impressões do militar “habitado aos ares da América do Norte, ao bom clima europeu, e as brumas da loira Albion!...” (Botto, 1931, p. 19).

O livro do vareiro é peculiar, uma vez que, em suas próprias palavras, nele constam as “memórias do pobre menino comum” (Lima, 1987, p. 13) que conseguiu o mínimo de educação formal. Nascido em 1911 e filho de magarefe, Souza Lima apenas terminou o primário, tendo que deixar de lado o sonho de continuar os estudos por conta da emergência da vida. “O ofício era acima de tudo o pão da vida” (Lima, 1987, p. 51), foi o que escutou do pai ainda menino, antes de ser empregado na Estrada de Ferro com quase dez anos.

Na cidade mais “comercial do Piauí”, sentar-se nos bancos escolares nas primeiras décadas do XX era direito de poucos. Situação bem diferente de outros dois conterrâneos de Souza Lima, o advogado Renato Castelo Branco e o aviador Goethe Pires de Lima Rebelo. Descendentes ou parentes de homens ligados à política municipal e estadual, dentre eles, Joaquim de Lima Pires Ferreira (deputado federal e, posteriormente, senador da república). Ambos os memorialistas eram primos e puderam continuar seus estudos em Parnaíba ou migraram para São Luís.

Dos memorialistas parnaibanos aqui analisados, todos nasceram nas duas primeiras décadas do XX. Período esse em que, conforme a historiadora Mary Angélica Costa Tourinho (2015, p. 38), “tal como Manaus e Belém, São Luís e outras localidades, Parnaíba entrou nessa ciranda de negócios, tendo um grande impulso entre os anos 1920 a 1950”, sendo, segundo Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, “as exportações de produtos extrativistas – borracha de

¹⁹ Destaque no original.

maniçoba, cera de carnaúba e babaçu” (Queiroz, 2006, p. 31) até a primeira metade do século passado, o carro-chefe da economia estadual. Próxima ao rio e ao mar, Parnaíba, enquanto polo catalisador e distribuidor de mercadorias, se embelezou, favorecendo, de acordo com Josenias Silva (2012), a ascensão de uma elite composta por comerciantes e profissionais liberais. Tanto a memória coletiva quanto parte da própria historiografia cristalizaram, a seu modo, esse período austero e de “progressos” piauienses.

Não contesto tal período, tampouco o dito progresso e “modernização”. Contudo, o vareiro e memorialista Souza Lima (1987 p. 16) ressalta em seu livro de memórias que “o progresso foi baseado no oportunismo do esforço alheio”. Esses indivíduos, como o próprio trabalhador escreveu, “desapareceram para sempre em menos de meio século de labor intenso e proveitoso, só restando da classe numerosa que era, vagas e imprecisas referências como subsídios que se quis prestar à verdadeira história” (Lima, 1987, p. 16). Diferente de outros memorialistas, Raimundo de Souza Lima historiou personagens não brancos e suas experiências na cidade e região.

É preciso elucidar que homens e mulheres pobres foram invisibilizados pelas narrativas de uma Parnaíba rica, e muitas vezes continuam a ser. Com base nas fontes levantadas em seu estudo, Alexandre Wellington Silva (2018) apontou que os melhoramentos da cidade, como o Mercado Público e o calçamento da antiga Rua Grande, foram executados pelas mãos dos flagelados da seca. De acordo com Lêda Vieira, a tão rememorada e festejada ferrovia também foi construída “por operários provenientes, sobretudo, do Ceará, fugitivos da seca que assolava sua terra natal” (Vieira, 2010, p. 119).

As evidências históricas devem ser interrogadas, como já alertara Edward P. Thompson (1981), esse é um preceito elementar do *métier* da comunidade historiadora. Desse modo, as contradições sociais e as relações de classe do período podem ser vistas nas páginas de todos os memorialistas, se lidas com cautela, sem se deixe levar pelo tom pitoresco, nostálgico ou até mesmo romântico das reminiscências escritas. Goethe Pires de Lima Rebelo afirmou que, nos anos 1930, “a estrutura social da população de Parnaíba era dividida em setores estanques [...] da elite, faziam parte o rapaz e a moça; da plebe, o caboclo e a cunhã” (Rebelo, 1984, p. 19). O memorialista recordou que a estratificação social parnaibana era assinalada por termos e, possivelmente, o resto da sociedade piauiense também fosse assim classificada.

Botto igualmente faz uso dos mesmos termos ao documentar os indivíduos que conheceu, pintando os caboclos e cunhã com “tintas mais carregadas”. O capitão dos Portos do Piauí afirmou que os piauienses, eram “com honrosas exceções, gente indolente, apática,

ignorante e pouco empreendedora” (Botto, 1931, p. 117) e completou, “o álcool, a sífilis, as verminoses e o impaludismo devem ser os grandes responsáveis pela deplorável situação física e moral dos caboclos do Norte”. Apesar da fluidez e imprecisão das ocupações, eram os caboclos e a cunhãs os responsáveis pelo labor na cidade. Na terra e na água, via-se o trabalho humano.

No rio Parnaíba, alvarengas, barcaças, vapores e gaiolas singravam o Piauí de norte a sul. Ali se viam os porcos d’água ou vareiros, como também eram chamados, “pedra angular na formação do império comercial desta região”, comentou Souza Lima (1987, p. 23). Empunhando varejões de ferro e apoiando-os contra o peito nu, esses homens, trajando apenas calções e chapéus, empurram as barcas pelo rio, sob sol ou chuva. Apesar de tão grande esforço empregado pelos porcos d’água, vagarosamente as embarcações com mercadorias deslizavam pelo curso d’água.

A cidade mantinha forte relação com o Igarapé, afluente do Parnaíba. Ainda nessa via fluvial, grande era o movimento das “lanchinhas de esportes, velozes, em que os filhos dos coronéis e dos exportadores disputavam corridas, ou apostavam para ver quem passava de fino numa barcaça que descia o rio” (Castelo Branco, 1981, p. 20). Enquanto uns se exibiam, daquelas águas barrentas outras figuras faziam o “ganha-pão”.

Na falta de encanamento e do sistema de distribuição de água - já que apenas nos anos 1960 esse serviço seria implantado - o líquido consumido pela maior parte da população era proveniente do rio Igarapé. Ao ver como era coletada, Pena Botto assim descreveu: “os vendedores de água captam-na no Porto Salgado num remanso onde ela é a mais poluída. Diferentes vezes tive ocasião de ver os burricos entrarem pelo rio adentro, fustigados pelos seus donos, levando uma pipa de cada bordo para serem cheia de água” (Botto, 1931, p. 118). Burros e jumentos, fiéis companheiros de trabalho pesado, aproveitavam aqueles momentos para se saciar.

Acerca do serviço do aguadeiro e de seu papel na cidade, Silva (2012, p. 59) o descreve como um “trabalho rudimentar, subvalorizado do ponto de vista econômico, mas que garantia ou complementava o sustento de muitas famílias que viviam exclusivamente das atividades no rio”. Das margens do rio, o aguadeiro percorria as ruas da cidade, entregando a água nas casas, onde era armazenada em potes de barro.

Na tentativa de remover as impurezas, alguns adotavam um longo e complexo tratamento. Era comum manter “mergulhado, dentro do pote, durante algum tempo, um pedaço de pedra hume, amarrado à ponta de um cordão, e deixar que os micróbios e detritos fossem

arrastados ao fundo do vasilhame” (Rebello, 1984, p. 53). Uma vez decantada a água, em seguida, era filtrada em pedra-pome e, somente depois, fervida para o consumo. No entanto, devido ao custoso processo, consoante o memorialista, muitos utilizavam o líquido exatamente como recebiam.

Não era incomum que o consumo da água do Igaraçu resultasse em problemas de saúde. Por conta da qualidade duvidosa, durante sua estadia, Botto “bebia água de coco, e na sua falta, leite, guaraná ou chá” (Botto, 1931, p. 119). Nos primeiros meses do ano, período invernos, a situação se agravava: a água ficava ainda mais barrenta, pois as “águas novas” oriundas das cabeceiras, carregavam sedimentos e matéria orgânica, tingindo o Igaraçu de marrom.

Em terra, o cais do Porto Salgado, hoje chamado de Porto das Barcas, era, segundo o historiador Josenias Silva (2012, p. 97), “como lugar de resistência, onde mesmo diante de todas as condições adversas, se luta para sobreviver”. Desde os primeiros raios de sol, o local se transformava em arena de trabalho. Fardos de cera de carnaúba amontoavam-se no chão, à espera para serem embarcados. Molhados de suor e descamisados para abrandar o calor, homens carregavam e desembarcavam mercadorias.

A história é feita por pessoas que constroem e reconstróem sua vida ativamente nos contextos sociais em que estão inseridos (Thompson, 1981). Suas escolhas e ações não ocorrem de qualquer maneira, mas são guiadas por pensamentos e desejos, formando, assim, a agência desses indivíduos. Desse modo, ao refletirem sobre o que e como poderiam fazer para ganhar a vida, homens e mulheres que viviam em Parnaíba na primeira metade do XX desenvolviam no Porto Salgado, experiências moldadas pelas possibilidades de ação que lhes eram acessíveis. Raimundo de Souza Lima documentou Mimi Galinha, “rapariguinha que negociava no porto com comida e com o corpo roliço, oferecida a preço de ocasião” (Lima, 1987, p. 30). Sua clientela provavelmente era formada por marinheiros e outros trabalhadores do rio, que matavam a fome com panelada, prato preparado com miúdos e conhecido por sua sustança, essencial para o labor.

O rio também servia como oficina das lavadeiras. Parcialmente imersas nas águas - razão pela qual eram chamadas por Pena Botto (1931) de “mulheres hipopótamos” -, “colocavam uma bancada tosca de troncos de carnaúba, que suportava as roupas a lavar, e entregavam-se ao mister durante horas e horas” (Botto, 1931, p. 210). No cais, diariamente, formava-se um batalhão dessas trabalhadoras, e quem por ali passava testemunhava o ofício diário dessas mulheres. Dentre elas, “Maria Lavadeira”, lembrada por Goeth Rebello (1984, p. 26), morreu “de maleita, apanhada na beira do rio, enquanto lavava roupa”.

Crianças também faziam parte dos mundos do trabalho e viam no cais a possibilidade de ganhar algum trocado. Na época, além de produtos extrativistas, Parnaíba exportava peles e animais silvestres vivos - prática recorrente também em outras partes do país. O historiador Warren Dean afirma que, durante as primeiras décadas do XX, no sudeste brasileiro, “animais selvagens se tornaram objeto de considerável comércio interno” (Dean, 2020, p. 264). No Porto Salgado, jaulas e gaiolas de tabica, contendo gatos maracajás, onças-pintadas, macacos, papagaios, porcos selvagens e araras, dividiam espaço com os fardos e sacas de cera de carnaúba e amêndoas de jaborandi.

Se o cais era espaço de disputa entre os estivadores - que debochavam de algum companheiro caso arqueassem a coluna com o peso das sacas -, a meninada também competia entre si pelos mandatos e pelo pagamento desses serviços. Raimundo de Souza Lima recorda que “duas gaiolas comuns eram levadas por dois vinténs, se a curta distância [...] se em vez disso, o carregamento fosse de papagaios para o Largo da Igreja, o dono teria de pagar um tostão – para compensar os beliscões e a implicância besta dos cachorros com essas aves faladeiras” (Lima, 1987, p. 29). O vareiro ainda explicou que, não raro, algumas dessas “cargas” escapuliam. Astutos, os macacos faziam de tudo para se libertar e, quando conseguiam, abrigavam-se longe do chão e dos cães que os perseguiram e ladravam. Durante a pesquisa nos periódicos, encontrei duas notas que registravam essas fugas: uma sobre um filhote de gato-maracajá (A Praça. 31/01/1928, p.01) e outra sobre um mutum encontrado (O Artista. 07/09/1919, p. 03). Esses incidentes causavam não só grande alvoroço, mas também representavam prejuízo econômico para o traficante de animais e aos meninos que, por conta disso, deixavam de receber os cobiçados trocados.

A julgar pelas informações sobre preços e transporte em si, não seria errôneo supor que o memorialista, quando criança, carregava do cais araras e macacos, gastando seu parco ordenado com pés de moleque e cocada. Muitos desses animais provavelmente eram caçados e capturados nas ilhas do Delta e, conforme as memórias do vareiro, eram vendidos aos passageiros dos barcos, sobretudo aos estrangeiros. Chico Tutano, um dos vários personagens da Parnaíba de outros tempos, rememorado por Raimundo de Souza Lima, trocava saguis e papagaios em Tutóia, no Maranhão, por perfumes e roupas, além disso, era ele quem “empregava” as crianças no cais.

Contudo, nem só de trabalho viviam os pobres. Na Coroa e nos Tucuns, bairros ribeirinhos, “os embarcadouros iam tomar cachaça todas as noites e se encontrar com as cunhãs do meretrício, que as senhoras do centro chamavam com rancor e desdém de mulheres à toa”

(Castelo Branco, 1981, p. 20). Esses costumes eram duramente condenados pelas elites - ainda que os próprios homens ricos estivessem entre os frequentadores desses lugares - e combatidos com rigor pela polícia. Os clubes da Coroa e Tucuns, entre eles o “Terríveis”, também eram espaços de festas da população pobre da cidade, que ali dançava e se divertia. Algumas manifestações da cultura local, hoje reconhecidas como patrimônio, foram invalidadas no passado, especialmente as protagonizadas pela população negra. Em algumas passagens das reminiscências escritas nos livros de memória, é possível perceber os conflitos étnicos na cidade, bem como a presença de pessoas não brancas.

Ao ver um grupo de aproximadamente 20 pastorinhas adentrarem a Fazenda Paraíso, residência da família Silva, na Ilha de Santa Isabel, Botto assim descreveu: “interromperam as danças, entraram pela casa adentro, dançaram e gritaram ao som de pandeiros e tambores, alimentam-se, receberam os óbolos de todos e só se retiraram quando bem quiseram” (Botto, 1931, p. 148). Conforme o escrevente, todas eram caboclas e ali estavam pedindo esmolas para a construção da igreja São Sebastião.

Páginas depois, o Bumba-meu-boi também foi alvo dos preconceitos do militar. Chamando-o de “bacanal”, o memorialista explica ao leitor que esses folguedos eram compostos por “grupos de caboclos e pretos, homens e mulheres, todos indivíduos desclassificados” (Botto, 1931, p. 214) que circulavam pela cidade. Sob seus olhos, a dança era “uma cena verdadeiramente africana, de uma selvageria impressionante!” (Botto, 1931, p. 215). Queixando-se dos ébrios e animais que andavam livremente por Parnaíba, dos meninos ditos atrevidos, das festas noturnas e dos mendigos, Botto afirmava que a cidade carecia enormemente de uma polícia de costumes. É preciso ater-se aos exageros. Enquanto os jornais e outros memorialistas consideravam Parnaíba uma cidade progressiva, o capitão dos portos tinha outra concepção: via-a como um local provinciano com vontade de ser grande.

Diante disso, as fontes memorialísticas não são apenas livros escritos com as tintas do saudosismo ou da nostalgia. O pitoresco, o romântico ou mesmo o cômico, em algumas passagens, são escolhas feitas a partir de um trabalho mental de seleção e organização por parte de quem escreveu. Portanto, ao serem lidos criticamente, esses livros de memórias foram mais uma das várias pistas seguidas na realização desta pesquisa.

1.3 Narradores

A arte da escuta é um ofício milenar. Para lidar com pessoas vivas, é necessário desenvolver não apenas senso crítico, mas também empatia e cuidado, uma vez que História

oral não é realizada com sujeitos abstratos (Almeida, 2018), são indivíduos de carne e osso que se lembram (Halbwachs, 1990). Ir até as praias e adentrar as casas de mulheres e homens idosos que nunca me viram foi tarefa que exigiu tato e prudência. Nesse sentido, é importante contextualizar o modo como o trabalho da escuta foi feito, uma vez que, como afirmou o filósofo francês Paul Ricoeur (2007, p. 50), “a experiência descrita tem uma base, o presente, o presente do som que ressoa agora”. É no presente, essa temporalidade tão fugaz, que se escuta e que se evoca o passado.

Ao menos no último decênio, o litoral do estado do Piauí tem passado por uma série de mudanças e intervenções tanto estatais quanto privadas, que deixam as comunidades pesqueiras sobressaltadas. A instalação de parques eólicos *on-shore* desde os anos 2000 e o assombro de usinas *off-shore* que poderão ser fixadas no mar; a gentrificação impulsionada pelo turismo de massa; a privatização de áreas de praias e expulsão de pescadores pelos empresários do ramo hoteleiro são apenas um dos fortes ventos que sopram contra essas populações. Todos esses projetos contam com a mesma narrativa: “desenvolver” a região e atrair capital.

Diante desse cenário, diversas comunidades à beira-mar têm sido procuradas por pesquisadores das mais diversas áreas e com diferentes objetivos. Alguns batem à porta, identificando-se como membros da Academia, estes, com preocupações sociais, afirmam querer compreender as mudanças sentidas nas comunidades. Outros, no entanto, estão a serviço de empresas, com a “missão” de levantar subsídios para a elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) ou Relatórios de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA).

Na busca pela realização de um trabalho com o público, democrático e colaborativo, as pessoas ouvidas nesta investigação são chamadas de narradoras ou colaboradoras. Sobre o primeiro conceito, Alessandro Portelli (2016) compreende que as fontes orais são cocriadas junto a quem realiza a pesquisa em história oral. Ela nasce, portanto, do encontro entre duas pessoas: uma que compartilha suas experiências e outra que escuta. O conceito de colaborador é entendido na mesma direção do pensamento de Portelli. O termo, sugerido pelo historiador e oralista brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), remete ao esforço conjunto entre indivíduos que possuem diferentes formas de conhecimentos e que são autoridades em seus campos. Lembro-me bem que, no segundo encontro com o pescador Vicentão, habitante da Praia do Coqueiro, ele me disse não ter estudado, mas sabia de tudo sobre pesca. Ou seja, tinha vasta experiência e perícia em seu ofício que, com um pouco mais de 80 anos, ainda exercia.

Michael Frish nos alerta que a questão não é apenas dividir a autoridade com outros, mas reconhecer que “não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” (2016, p. 62). No momento da entrevista, de maneira dialógica, um novo conhecimento emerge. Os saberes tradicionais e os acadêmicos se entrelaçam no encontro marcado pelo gravador ligado, pelo afeto e pelas histórias compartilhadas. Fora dos departamentos universitários e longe dos muros acadêmicos, também são produzidos conhecimentos, como bem ressaltou Edward P. Thompson (1981) no livro *A miséria da teoria*, ao criticar o pensamento de Louis Althusser. Essa afirmação do historiador inglês nos serve de lembrete. Outros indivíduos também narram e constroem saberes, não somente os acadêmicos e cientistas, ainda que muitos deles não sejam perpetuados, simplesmente porque não são escritos. Diante disso, ao longo de todo o texto, utilizarei as palavras “colaborador” e “narrador”. De igual modo, optei por empregar termos como “experiências” e “narrativas”, palavras que abrangem a riqueza e a singularidade dos acontecimentos compartilhados pelas mulheres e homens que entrevistei. Experiências transmitidas pela oralidade, cosidas à própria maneira de cada narrador ou narradora (Benjamin, 1987), ultrapassando a mera informação.

Quem trabalha ouvindo histórias bem sabe que as pessoas não estão disponíveis ao nosso bel-prazer. A presença de um estranho em suas casas, munido de um gravador e atento a cada palavra, representa uma ruptura no cotidiano. Por isso, foi essencial conhecer um pouco da dinâmica das comunidades que visitei, assim, aprendi que os sábados à tarde eram os momentos mais propícios para os encontros: as mulheres descansam momentaneamente de seus afazeres, mesmo as mais idosas, e os homens pescadores não estavam no mar.

É importante lembrar que tampouco os sujeitos são passivos. Curiosidade e receio também marcaram esses encontros. Enquanto eu percorria as praias em busca dos primeiros contatos com os colaboradores e colaboradoras, várias vezes me perguntavam se eu era “daquele” ou de outro projeto. O velho Dandão, morador do centro de Luís Correia, espantado e talvez achando meu interesse sobre as artes da pesca um tanto inusitado, perguntou: “Agora estão estudando pescador na faculdade?” (Dandão, 2022). Indagavam, ainda, o que seria feito com aquelas histórias e, não raras vezes, perguntavam qual era o meu curso. O compromisso ético da história oral exige a transparência dos nossos objetivos ao adentrarmos em uma comunidade, e a solução que encontrei para explicar meu trabalho a homens e mulheres distantes da Academia, mas repletos de saberes, foi dizer: “é uma espécie de livro. Suas histórias vão ser contadas bem longe daqui”. Em seguida, os colaboradores comentavam que, dias antes, uma pessoa também estivera ali interessada nas artes da pesca e questionaram se era o mesmo

projeto. A curiosidade, mesclada à desconfiança, também se devia à falta de devolução de várias pesquisas realizadas nessas comunidades, gerando tensionamentos.

Mais recentemente, a “entrada” de facções criminosas e, por consequência, a escalada da violência nos quatro municípios litorâneos piauienses trouxeram pânico e desconfiança em relação a pessoas externas às comunidades. Lembro-me de ter visto, nos muros das casas por onde passei, pichações com as siglas desses grupos marcando territórios. Não era incomum ouvir a frase: “Antigamente a gente podia dormir com a porta destrancada, hoje não”. Além disso, é importante salientar que este trabalho começou a ser produzido em 2021, em meio à pandemia, quando inúmeras vidas brasileiras estavam sendo ceifadas.

Nesse cenário, tão aterrador quanto o mar em meio a uma tempestade, a investigação foi pacientemente construída, como se espera um peixe fisgar o anzol. Se história oral requer colaboração, esse foi o principal caminho, e pude contar com a colaboração de mulheres e homens das praias que, apesar de todo esse contexto, gentilmente abriram as portas de suas casas e cederam parte de seu precioso tempo, compartilhando comigo suas memórias.

Assim, optei por entrevistar pessoas em processo de envelhecimento, mais precisamente, as mais antigas de Pedra do Sal, Atalaia e Coqueiro, sendo, portanto, essa a comunidade de destino (Meihy, 2005). Tim Ingold comentou: “a vida, em suma, é um movimento de abertura, não de encerramento” (Ingold, 2015, p. 26). Segundo o antropólogo, essa deveria ser uma preocupação central de sua disciplina - e que também se tornou a minha. Conheçamos, então, os homens e mulheres que, com generosidade, compartilharam suas experiências, construíram conhecimentos e ajudaram a dar forma à pesquisa que aqui se apresenta.

Dentre os colaboradores que compõem a rede formada por pescadores, entrevistei José Maria dos Santos, homem pardo²⁰ de 82 anos, e, à época, um dos mais velhos pescadores do mar de Pedra do Sal ainda em plena atividade. Figura bastante conhecida tanto em sua comunidade quanto nas comunidades vizinhas, esse senhor detinha vastos conhecimentos sobre a história do lugar, sobre as artes da pesca e sobre as tradições daquela vila de pescadores. Por isso, era constantemente procurado por pesquisadores e instituições.

Com Garajau, como era mais conhecido, realizei uma pré-entrevista e duas entrevistas em diferentes momentos. Nosso primeiro encontro ocorreu em fevereiro de 2019, quando eu ainda não cursava o doutorado. Na ocasião, a entrevista aconteceu no âmbito do projeto “90

²⁰ A cor ou raça das pessoas ouvidas nessa investigação teve como base a autodeclaração, ou seja, cada colaborador ou colaboradora se descreveu quando perguntados, não ofereci listagem alguma ou grupos para se encaixarem, simplesmente indaguei com qual cor se identificaram e responderam livremente.

anos da Colônia Z-7 de Morros da Mariana”, localizada no município de Ilha Grande, Piauí. Naquele momento, nos²¹ interessavam as memórias do velho pescador em relação à colônia na qual era matriculado. Reconhecido dentro e fora de sua comunidade, a comissão organizadora do aniversário da Z-7 considerou que Garajau era um importante narrador dessa vila pesqueira. No universo da pesca, é comum que os pescadores sejam conhecidos não por seus nomes de batismo, mas por apelidos adquiridos ao longo da vida, ou por associação aos seus pares. Garajau era o vocativo pelo qual ele se tornava ilustre no lugar onde vivia.

Quando pedido para se apresentar, o fez em forma de “embolada”, com versos de sua autoria: “nasci no Cal. Vim para Pedra do Sal. Sou um cabra legal. E meu apelido é Garajau” (Garajau, 2019). A oralidade das comunidades ditas tradicionais é marcada por uma riqueza expressiva e singular. Na apresentação que fez de si, rimada e cativante, ele sintetiza parte de sua biografia e prende a atenção de quem ouve suas histórias. Naquela entrevista, seus versos e os cocos cantados se entrelaçavam naturalmente à narrativa, dando ritmo às memórias compartilhadas.

Esse mesmo estilo de narrar se repetiria em nossos dois encontros seguintes: um realizado virtualmente em 2021 e outro, presencialmente, em 2022 - o último que faríamos. Infelizmente, alguns meses após esse encontro, Garajau veio a óbito. Nascido em outro povoado da Ilha Grande de Santa Isabel, no lugarejo chamado Cal²², o velho pescador guardava na memória a imagem de como era o povoado praiano e, ao longo de nossa conversa, comparou com a configuração do lugar onde vivia:

Quando eu cheguei aqui, que comecei a conhecer, só tinha vinte casas, não tinha muita casa. E hoje em dia tá aí, o tanto de casa que tem. Hoje só não tá um povoado mais bonito, porque os prefeitos não souberam organizar as casas direitinho, os próprios moradores não souberam organizar direitinho. Vive umas casas por cima das outras, se não, o povoado da Pedra do Sal estava um povoado bonito, bonito mesmo (Garajau, 2019).

Pode-se dizer que Garajau é o “historiador não acadêmico” ou “historiador popular” dessa praia, detentor não apenas de suas próprias experiências, mas também das vivências de seus antepassados, transmitidas a ele pela oralidade. Em sua narrativa, passado e presente se entrelaçam, formando um tecido de memórias que reconstrói a história do lugar. Garajau lembra que a comunidade era pouco povoada, possuindo somente vinte casas, memória coletiva que marca o início do povoamento de Pedra do Sal.

²¹ Aqui utilizo no plural, pois, era um projeto coletivo e a entrevista foi realizada juntamente com a historiadora Ana Catarina Costa Nascimento e o pescador seu Fau.

²² Atualmente Cal é um bairro do município de Ilha Grande, Piauí.

O sociólogo Francisco Rafael Cruz Mauricio (2019), em sua tese de doutorado, aponta a existência de duas versões sobre o povoamento dessa praia. Segundo uma delas, defendida pelos “Silvas” - uma família de grande influência no cenário político municipal e estadual -, seus membros teriam chegado naquelas paragens antes dos pescadores, no final do século XIX, “e que ambos eram amigos de longa data” (Mauricio, 2019, 71). Por outro lado, os pescadores apresentam uma versão distinta: afirmam que, ao chegaram, não havia ninguém no local, além disso, identificam as primeiras famílias a se fixarem na praia como os “Severo” e os “Martins”.

Essa mesma versão foi compartilhada comigo e com outras pessoas que ouviram as narrativas dessa comunidade pesqueira. O sociólogo ainda afirma que a família Silva busca na História a legitimação de sua posse sobre as terras, argumentando que, por meio de um de seus membros, “estabelece ligações entre a família Silva e a ilha através de uma posse de terras que fora herdada desde o período colonial das sesmarias” (Mauricio, 2019, 76). Já a comunidade recorre à memória como forma de legitimar sua propriedade sobre o território habitado, remetendo sempre às primeiras famílias de pescadores que ali se instalaram.

Quando se refere ao presente, Garajau conta que o povoado pouco mudou, apesar de certa urbanização. Como se observa na citação anterior, o pescador menciona o abandono do lugar pelas sucessivas gestões e falta de planejamento. Há anos, essa comunidade é desassistida até mesmo em relação ao básico de políticas públicas. A socióloga Mayara Maia Ibiapina (2018, p. 75-76), em sua dissertação, afirmou que, até 2018, os moradores de Pedra do Sal “não possuem sistema de esgoto, o recolhimento do lixo é feito dois dias na semana e não consegue acessar todas as residências devido à falta de pavimentação mínima das ruas”.

Em conversas informais com os moradores dessa comunidade durante minha pesquisa de campo, percebi que poucos foram os avanços, e, ao contrário, houve retrocessos. Desde 2021, Pedra do Sal, uma comunidade com cerca de 900 famílias, não conta sequer sistema de coleta de lixo. Por isso, da mesma forma que seus antepassados, muitos moradores incineram os resíduos sólidos em seus quintais. Além disso, o direito à propriedade da terra segue como um conflito que atravessa gerações, especialmente no embate com os “Silvas”.

Ainda em Pedra do Sal, já no ano de 2023, entrevistei uma das irmãs de Garajau, dona Alice, uma mulher parda, de 87 anos, indicada por seus sobrinhos: Irineudo, pescador e filho de Garajau, e Nalanda, estudante de História na cidade de Parnaíba. Foi Nalanda quem me alertou sobre o falecimento de vários idosos da comunidade nos últimos anos, entre eles seu avô, Antônio Carara, um potencial colaborador com quem, infelizmente, não tive a oportunidade de conversar. Sua fala me fez refletir sobre a importância de se entender os velhos

dentro das comunidades pesqueiras estudadas. Afinal, quais seriam as funções exercidas por mulheres e homens em processo de envelhecimento ou já envelhecidos? Essa questão, surgida a partir da constatação da sobrinha de Alice, inspirou-me a dedicar um capítulo à análise dos sentidos atribuídos a esse grupo etário dentro das comunidades estudadas e à forma como são vistos pelas gerações mais novas.

Por conta da idade já avançada e da saúde que inspira cuidados, Alice mora com a filha em Parnaíba, vindo ao povoado pesqueiro apenas em alguns finais de semana. O contato inicial ocorreu presencialmente no dia 16 de maio, numa tarde de sábado, no terraço de sua casa, localizada à beira da estrada que dá acesso à praia. Ali, estavam os filhos que conversavam entre si, mas, vez ou outra, paravam para ouvir o que a mãe falava. Uma das filhas sugeriu que eu entrevistasse outro idoso, segundo ela, “melhor mesmo” seria conversar com Pedro Militão, morador do Saquim, localizado na mesma ilha, e descendente de indígenas.

Nas comunidades pesquisadas, devido à baixa população, as relações sociais são marcadas por laços de compadrio e amizade que se formaram ao longo da vida e se conservam com o tempo, especialmente entre os mais velhos. Os “nativos”, para usar o termo ouvido por uma colaboradora do Coqueiro, se reconhecem por apelidos, filiação ou parentesco, criando uma rede de conhecimento mútuo. Nessas redes, os integrantes sabem ou supõem quais são as “melhores” pessoas para narrar, como no caso de Pedro Militão, ou as que “mais lembram”, como Garajau, e que, por isso, deveriam ser ouvidos. Há, portanto, um reconhecimento sobre quais sujeitos detêm as memórias locais, sendo considerados autoridades quando se pretende ouvir a “história do lugar”.

Alice trabalhou desde criança e se aposentou nos anos 1970. Devido à idade avançada, foi impedida pela família de realizar qualquer atividade doméstica. Como a labuta fez parte da sua vida por muitos anos, ela acredita que as gerações mais novas são pouco afeitas ao trabalho. Uma de suas filhas suspeita que a mãe esteja desenvolvendo doença de Alzheimer, algo que pretendia averiguar junto aos médicos.

Nesse primeiro contato com a idosa, percebi ainda que os conflitos dentro comunidade não ocorrem apenas entre os moradores e pessoas de fora, mas também entre os próprios integrantes. Não cabe citar o nome, mas no primeiro encontro, quando mencionei outra narradora daquela comunidade pesqueira, Alice a chamou de mentirosa. Não era a primeira vez que me encontrava com tal situação. Muitas vezes, enquanto pesquisadores e ouvintes, nos deparamos com desordens e algumas delas acontecem dentro da própria comunidade de sentido.

No caso dos idosos da Pedra do Sal, observei que há várias disputas em torno da memória coletiva. Ao longo do trabalho da escuta, foi percebido o debate entre os mais velhos sobre quem lembra o quê; os significados sobre verdade ou mentira; como as pessoas lembram a partir de seu lugar social e cultural. Revelando, portanto, uma memória coletiva conflitiva. Em meio a essas disputas, preferi ouvir todas as narrativas, mesmo as “mentirosas”, buscando compreendê-las dentro da dinâmica da memória e da comunidade estudada.

Longe dali, em Luís Correia, entrevistei o marinheiro conhecido como seu Dandão. Devido à pandemia à demora no processo vacinal, fiz uma pré-entrevista em julho de 2021 por meio da chamada de vídeo do *WhatsApp*. No ano seguinte, ambos já vacinados, fui até a casa do idoso no centro de Luís Correia. Cheguei cedo, pela manhã, e nossa conversa, embora bastante sucinta, durou apenas 20 minutos, foi extremamente proveitosa. Uma de suas filhas, que acompanhava a entrevista, comentou que o pai era frequentemente procurado para contar suas histórias. Poucas semanas antes, uma escola havia levado uma turma de estudantes em sua casa para ouvir suas histórias. Filho de marinheiro, Dandão trabalhou durante muitos anos como prático e capataz da Capitania dos Portos do Piauí. Inscrito no Porto de Parnaíba desde 1956, pescava nos dias de folga. Seu trabalho consistia em elaborar relatórios da entrada e saída de navios. Talvez a fim de comprovar seu antigo ofício, que exerceu com bastante orgulho, logo no começo da conversa entrou em casa e buscou alguns documentos que comprovassem o que havia me falado. O colaborador retornou, então, com uma pasta e quadros emoldurados, dois dos quais eram certificados concedidos pela Marinha e que ele mantinha pendurados na parede da sala. O primeiro, datado de 1985, era o prêmio Mérito Funcional, concedido pelos seus 10 anos de exemplar conduta; o outro, recebido em 1999, era um Diploma Amigo da Marinha.

Nas famílias que vivem próximas ao mar, a praia e o próprio mar são espaços de trabalho. Diferente das grandes cidades litorâneas do país, a zona praiana do Piauí é pouco urbanizada. Desse modo, os habitantes mais velhos dessa espacialidade são indivíduos que acompanharam o processo histórico da valorização da paisagem praiana e a gradual urbanização dos lugares que cresceram.

Ainda em Luís Correia, mas a pouco quilômetros dali, no bairro Coqueiro, antigo Coqueiro da Praia, outros idosos foram entrevistados. Até meados dos anos 1970, essa região era uma simples vila pesqueira. No entanto, no presente, segundo os cientistas sociais, Jonas Henrique de Oliveira e Clodson dos Santos Silva (2021), o coqueiro passou a ser uma praia “frequentada por um público nitidamente mais elitizado” se comparado com aquele que atualmente frequenta Atalaia. É perceptível, na paisagem desse bairro praiano, as superposições

entre antigos e novos moradores. A geógrafa Fabiana da Silva Pessoa (2021, p. 214) afirmou, em sua tese que, ao fazer o trabalho de campo no Coqueiro, “foi possível identificar muitas residências antigas de estrutura simples, limpas e com boa infraestrutura, algumas com placas de aluguel por temporada, e diversas casas de luxo”. Além dessas residências, há ainda, de acordo com outro geógrafo, Gerson Kaio Lima Borges, a presença de edificações irregulares na areia ou em áreas de proteção ambiental (Borges, 2020). Nessa praia, ouvi dois pescadores, um trabalhador da praia e uma dona de casa - esta última, a colaboradora mais jovem. O tema do turismo emergiu nas narrativas de todos esses narradores. O primeiro deles foi Raimundo Carvalho, ou Grilo, como era chamado, nosso encontro aconteceu no dia 30 de junho de 2022. Nascido ali mesmo, em 1940, era filho de pescador e, em nosso contato inicial, se encontrava adoentado. Deitado numa rede, comentou que ainda se recuperava, o que me levou a retornar à sua casa quinze dias depois.

A narrativa de seu Grilo transitava por diversos temas, desde a época em que o Coqueiro era pouco habitado até sua vida em Brasília. Diferente de muitos moradores da região, esse colaborador nunca entrou para o mundo da pesca, pois, quando morou no Coqueiro, trabalhava vigiando as casas de veraneio. Ao longo da narrativa, Grilo me apresentou a comunidade como um espaço de vários conflitos, mas também de grande mobilidade – é comum que os moradores, mesmo os mais antigos, sejam de fora ou que se desloquem constantemente. Entre os temas narrados, a memória familiar se destacou, e o colaborador pode ser entendido como guardião da memória de sua gente. Ao mencionar seus parentes, ele entrou em casa e retornou com várias fotografias emolduradas, apresentando-me a cada uma das irmãs, sobrinhas, irmãos, sobrinhos e primos. Entre os que já partiram e os novos integrantes, como cunhados e sobrinhos, o colaborador chama atenção para a foto da mãe e me diz: “Essa é minha rainha!” (Raimundo Carvalho, 2022).

Dois outros colaboradores foram entrevistados posteriormente, ambos indicados por Júnior, filho de pescador, acadêmico de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e morador do Coqueiro. A fim de estabelecer o primeiro contato e perguntar estariam dispostos a compartilhar suas histórias, visitei as casas de Vicente, mais conhecido por Vicentão, e Antônio de Laura, seu colega de trabalho. Por conta da relativa procura por parte de pesquisas, imaginei encontrar certa resistência desses homens do mar, o que, para minha surpresa, não aconteceu. Ambos gentilmente afirmaram poder tirar parte de seu precioso tempo e compartilhar suas experiências.

O primeiro a ser entrevistado foi Vicente, no dia sete de outubro de 2023. Alvo, como afirmou a própria esposa, isto é, branco, mas bronzeado devido à exposição solar, nasceu em Camocim, no Ceará, e morou em outras comunidades pesqueiras de seu estado natal e do Piauí, como Macapá. O colaborador estava com 82 anos, chegando pela primeira vez ao Coqueiro com 28. Comentava ter boa saúde e surpreender o médico pelo bem-estar. Gabava-se, e com razão, de ainda trabalhar na pesca. Na terceira vez em que fui à sua casa, ele havia acabado de retornar do mar.

Na segunda vez que fui à casa de Vicente, nosso encontro quase foi cancelado, tendo em vista que o pescador iria à Parnaíba realizar uma entrevista para outro projeto. No fim, conseguimos conversar por uma hora e, após desligar o gravador, continuamos o diálogo por mais trinta minutos. Grande conhecedor das artes da pesca e entendedor das lides do mar, Vicente é o “grande mestre do mar”, um pescador orgulhoso do ofício. Durante a conversa, a sua esposa o ouvia atentamente e, em determinado momento, comentou que, embora não entendesse tanto de pesca, conhecia várias histórias do lugar, pois era, em suas palavras, “nativa e filha de nativos”. Por conta disso, decidi ouvi-la também, marcando uma nova conversa para a sexta-feira, dia 20 de outubro daquele mesmo ano. Dona Milagre, morena clara, de 52 anos, é filha de pescador e aposentada pela colônia Z-1. Embora ouvissem um ao outro com atenção, não raro, marido e esposa “corrigiam” as memórias um do outro e intervinham nas narrativas, emendando e acrescentando informações.

Vicentão trabalhava para um pescador, Antônio de Laura, de 72 anos, outro colaborador dessa investigação. Contactei Antônio no mesmo dia que o companheiro de pesca; contudo, nosso encontro aconteceu cerca de dois meses após a entrevista de Vicente. Bastante procurado por outros pesquisadores e pesquisadoras, principalmente por discentes do mestrado em Artes, Museu e Patrimônio da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, sediado ali mesmo no Coqueiro.

Diferente das outras entrevistas realizadas no bairro, a de Antônio de Laura aconteceu em um sábado pela manhã, no dia 06 de janeiro de 2024. Para mim, era um dia comum, mas quando perguntei sobre as tradições daquela praia, como o Coco, o pescador me ensinou que era Dia de Reis. Contou-me que, no passado, quando o bairro ainda era uma vila de pescadores, o Boi de Reis, vindo do interior do município de Luís Correia, se apresentava no Coqueiro, manifestação cultural que deixou de ser realizada ao longo das décadas. Com a exploração turística e a morte ou mudança de famílias locais, responsáveis por essas festividades, o lugar perdeu muito de suas referências culturais.

Nascido no Coqueiro, a maioria das memórias evocadas tem como data a década de 1970 e o primeiro governo de Alberto Tavares Silva, momento em que ele sugere relativa transformação social. Esse momento não representa apenas um marco na memória coletiva da comunidade, mas também na história individual deste pescador, ligando-se a episódios de sua vida. Ao recordar seu casamento com Laura, sua esposa, mencionou: “em 72 nós nos casamos. Em 70 ela chegou aqui. Em setembro de 70, na época em que o Alberto Silva administrou como governador do estado” (Antônio de Laura, 2024). Essa reminiscência, que mescla tanto fatos privados quanto públicos, mostra a relevância desse político não apenas para o indivíduo, mas para a comunidade como um todo.

Outros pesquisadores e pesquisadoras, como Arlete Godinho (2021, p. 56), ao realizarem o trabalho de escuta na praia em questão, relatam que o nome Silva foi frequentemente mencionado em referência a essa intervenção como política pública, atribuindo “àquele a oportunidade de aprenderem artesanato”. Naquele período, o citado governador, por meio do projeto piloto interministerial chamado “Projeto Piauí”, coordenado pelo antropólogo João Ribeiro e “considerado um modelo de desenvolvimento integral participativo” (O Dia. 06/02/1975, p. 06 *apud* Rabelo, 2008, p. 62), levou pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para aquela comunidade. A fim de dinamizar a economia, o pescador Antônio de Laura recordou-se daquele momento,

nos botaram para fazer casa, associação. Veio um pouco de material e nós trabalhamos muito! E trouxeram as pessoas que já eram técnicas, né? Apresentando a fibra. Trouxeram a casca do mororó, essa taboa, a fibra chamada, que ela é do agave, para fazer chapéu, esteira, capacho, tapete. Mas o que mais aprovou foi a taboa (Antônio de Laura, 2024).

Por meio de oficinas de tapeçaria com fibras vegetais, principalmente a de taboa (*Typha domingenses*), extraída em lugares longe dali como no Curral Velho; no Maranhão e no Ceará. As mulheres da comunidade puderam ter acesso a outra renda além da pesca de siris e sururus na praia e nos recifes de arenito próximos a ela. O artesanato desenvolvido pelas mãos femininas e de crianças do Coqueiro era vendido em Teresina ou para outros estados nordestinos. As belezas do litoral piauiense eram comercializadas junto às tapeçarias e cestos produzidos na região. Mídias como o vídeo “O Artesanato da cidade de Parnaíba, no Piauí”²³, feita pela Agência Nacional e disponível no Arquivo Nacional, e a edição número 1296 de 1977 da *Manchete* mostravam aos brasileiros a qualidade daqueles trabalhos manuais.

²³ Artesanato da cidade de Parnaíba, no estado do Piauí. Brasil Hoje nº 92 (1975). Imagem do Fundo Documental Agência Nacional. 1975. Número de acesso: BR_RJANRIO_EH_0_FIL_BHO_92

Embora menos lembrado entre as colaboradoras e colaboradores, mas igualmente presente, o Projeto Rondon (1967 a 1985), empreendido pela ditadura civil-militar (1964-84) vinculado ao Ministério do Interior, também atuou naquela paragem. Jornais locais das décadas de 1960 a 1980 documentam constantemente a presença de várias equipes formadas por professores e estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo em Parnaíba. Outros lugares do litoral, como os Morros da Mariana e a Pedral do Sal, também contemplados pelos projetos desenvolvidos pelos rondonistas (Folha do Litoral. 28/01/1971, p. 06).

Por fim, nas décadas de 1970 e 1980, o aumento gradual do fluxo de estudantes e pesquisadores dos projetos Piauí e Rondon, somado à chegada de parnaibanos e outros piauienses ao Coqueiro, impulsionou a construção dos primeiros bares e restaurantes para atender esse novo público. Foi nesse contexto de novos cenários e memórias sobrepostas que outras reminiscências foram construídas e evocadas ao longo do trabalho da escuta desenvolvido entre 2021 e 2024. Ouçamos, então, as vozes que ecoam das praias e as múltiplas memórias depositadas naquelas areias, moldadas por aqueles que fazem delas sua morada.

2. OS POVOS DO MAR: EXPERIÊNCIAS COLETIVAS E HISTÓRIAS DE VIDA

O presente capítulo visa abordar as experiências na praia, privilegiando as memórias sobre essa paisagem e as experiências de diferentes grupos no recorte entre 1920 e 1960. É comum que a maioria dos estudos sobre os usos sociais da praia e do mar se ocupem somente da fruição, do lazer, da talassoterapia e, posteriormente, do turismo, apagando ou silenciando os grupos de trabalhadores que existiam em tais espaços. Nesse sentido, esta parte do trabalho busca perceber o mundo “através dos pés” (Ingold, 2015), documentando as culturas pesqueiras nos locais existentes e como cada vila se articula em seu cotidiano.

O objetivo do primeiro tópico, “Colônias de Pescadores”, é analisar o processo de controle, policiamento e ordenamento do trabalho da pesca artesanal, a partir da implantação das Colônias de Pescadores. Serão abordadas e estudadas nessa capítulo somente a atual Z-1 de Luís Correia e Z-7 de Morros da Mariana (Ilha Grande), por duas razões: a primeira, por serem as mais antigas e ainda em atividade; a segunda, por estarem diretamente ligadas ao recorte geográfico escolhido para a tese.

O segundo tópico objetiva estudar as memórias dos povos do mar nas praias. O tema focal é a infância de homens e mulheres que cresceram à beira-mar, analisando e compreendendo as subjetividades de suas memórias, as contradições, as relações de trabalho, bem como as ressonâncias e dissonâncias em suas vozes, problematizando ainda a questão de gênero e geração.

Modos de pescar é o tema da derradeira parte deste capítulo. A preocupação é compreender as artes da pesca como processo histórico; mais que descrever, busca-se estudar as mudanças nos aparelhos, embarcações e estrutura do trabalho. A Marinha do Brasil, a partir das colônias no final dos anos 1910 e começo de 1920, visava transformar a pesca artesanal em indústria. Desse modo, o exercício investigativo proposto é documentar conflitos pelo/sobre o recurso pesqueiro e as contradições ocorridas entre a Marinha, as colônias e os pescadores nas vilas praianas do estado no período estudado.

Novamente, as fontes utilizadas são os jornais locais (*A Praça e O Norte*), as revistas impressas, dentre elas, as edições do *Almanaque da Parnaíba* e a revista da Federação Nacional dos Pescadores, *A Voz do Mar* (1921-1957); os livros de memórias autobiográficas, em especial, *Meu exílio no Piauí*...de Carlos Pena Botto (1931), ex-capitão dos Portos do Piauí; publicações oficiais, como os Relatórios do Ministério da Marinha 1920-1930 e a Lista dos

navios registrados nas Capitâneas dos Portos do Brasil (1921); e por fim, as narrativas de pescadores de Pedra do Sal e Coqueiro.

2.1 Colônias (1920-1945)

A exemplo do que vinha acontecendo em outros lugares do mundo desde o final do século XIX, nas primeiras décadas do XX, o Estado brasileiro voltou seus interesses para a costa do país. A chamada Grande Guerra (1914-18) revelou não só a incapacidade do Brasil de vigiar e fiscalizar o próprio litoral, mas também a necessidade de modernizar e nacionalizar a atividade pesqueira da época. Segundo Bruno Biasetto (2022), no Brasil, o almirante Frederico Villar²⁴ foi o principal responsável por fazer emergir a temática da pesca ao grande público. Anos antes do confronto armado, o Relatório de 1903 chamou²⁵ atenção para a situação da pesca no país. Conforme o documento, naquele momento a atividade “ainda não está nacionalizada nem regulamentada” (Brasil, 1903, p. 108). Em alguns estados, entre eles Rio de Janeiro e Pará, a pesca era centralizada nas mãos de imigrantes, principalmente portugueses.

Diante do fantasma da insegurança deixado pela Primeira Guerra Mundial e sabendo da riqueza pesqueira no país, segundo o historiador Giovanni Bentes Filho (2018), em 1918 Antônio Coutinho Gomes Pereira, ministro da Marinha de Rodrigues Alves, propôs em relatório a Missão do cruzador José Bonifácio. A primeira proposta era que fosse feita inicialmente uma incursão de caráter exploratório e ao longo da costa, a fim de “higienizar” os povos das praias brasileiras. Para que obtivessem êxito, um navio menor que o cruzador deveria permanecer aportado por um tempo para realizar tais trabalhos.

Segundo o citado historiador, Pereira não se manteve no cargo, sendo sucedido por um civil, o advogado Raul Soares. Este, por sua vez, em “seu primeiro relatório como ministro da Marinha, em 1919, apresentou o tema da pesca para o presidente da República como uma atividade que, embora representasse um grande valor econômico, se encontrava em estado de abandono” (Bentes Filho, 2018). Entre 1919 e 1923, o Cruzador José Bonifácio, em “missão”, fundou 800 colônias de pescadores pelo litoral, o que configurou, conforme Antônio Brás

²⁴ Nascido em 18 de outubro de 1875, no Rio de Janeiro, Frederico Otávio de Lemos Villar ingressou no serviço naval aos 16 anos de idade na Escola Naval. Em 1910 fez uma segunda viagem à Europa, onde estudou a pesca ali exercida, regressando à Marinha quatro anos depois.

²⁵ Não era a primeira vez que tal preocupação se externava nos relatórios, no referido ano, o ministro citou um trecho de críticas e recomendações feitas pelo Ministério da Marinha em 1889. Conforme os conselhos de seu antecessor, o mar era “patrimônio comum da humanidade”, logo, de uso ordinário, todavia, no que tange aos mares territoriais, a liberdade deveria ser restrita aos nacionais a fim de os proteger e garantir sua plena atividade, caso os estrangeiros residentes no país quisessem continuar na atividade pesqueira, deveriam se naturalizar brasileiros.

Callou (1995, p. 01), na “primeira intervenção concreta do Estado brasileiro na atividade pesqueira nacional”. De acordo com o autor, juntamente com as colônias foram fundadas ainda escolas primárias e grupos de escoteiros do mar, que formavam um verdadeiro maquinário para o “desenvolvimento” e “nacionalização da pesca”.

Adjetivos como “cruzador do bem” (Villar, 1945) e o próprio termo “missão”, revelam o pretense auspício do empreendimento da Marinha. Os antropólogos Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel observaram que “patriótico-higienista é toda a retórica que envolve essa missão, conferindo-lhe um inequívoco aspecto de apostolado” (Mello e Vogel, 2017, p. 153). Em uma sociedade ainda marcada pela forte presença do pensamento cristão, a cruzada de Villar adquiriu ares de catequese e o almirante Frederico Villar, de apóstolo (Cyrino, 2022), levando em conjunto a “civilização” às praias “não civilizadas”.

A memória da “missão” do Cruzador José Bonifácio, empreendimento com base nacionalista, tem como protagonista Villar, cujo “pensamento político foi um de seus mais importantes legados para os defensores da modernização da pesca brasileira, estabelecendo os parâmetros ideológicos e técnicos para o setor na década de 30” (Biasetto, 2022, p. 248). Entretanto, essa mesma memória apaga ou silencia vários sujeitos históricos. Sobre este aspecto, acerca da memória histórica e de suas disputas, Ricoeur chamou atenção: “a glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro” (Ricoeur, 2007, p. 92). É preciso lembrar que o processo de nacionalização da atividade pesqueira não aconteceu sem conflitos e repressões contra pescadores estrangeiros e mesmo nacionais. Tensões étnicas - já existentes - entre pescadores brasileiros e portugueses foram inflamadas durante a nacionalização da pesca em vários estados, dentre eles o Pará.

A presença do cruzador José Bonifácio e as ações de Frederico Villar, especificamente nesse estado, “foi o mote para a incitação do sentimento antilusitano latente” (Lobo e Lima, 2021, p.139). Diferente dos tons “salvacionistas” e civilizatórios da chamada “missão do bem”, o que se tem a partir das fontes analisadas (sejam elas os *Relatórios da Marinha*, *A Voz do Mar*, a *Revista Marítima Brasileira* e o livro de memórias de Carlos Penna Botto, *Meu exílio no Piahuy*) sobre os “povos do mar” é uma lente pautada no elitismo e, como afirmou a socióloga negra Carolina de Oliveira e Silva Cyrino (2022), baseada no “racismo científico”. Esses documentos, portanto, devem ser lidos com cautela e indagados com criticidade.

O objetivo das colônias não era proteger os associados, mas fazê-los vigias do extenso litoral brasileiro. Marinheiros de 3ª classe, os pescadores nesse período eram vistos como “viveiro de primeira ordem para o recrutamento da marinhagem da Armada” (Brasil, 1919, p.

117). Na falta de pessoal, a defesa da zona costeira seria assegurada pelos pescadores e suas pequenas embarcações. Conforme o antropólogo Antônio Carlos Diegues, “à semelhança das Confrarias de Pescadores da Espanha, os associados eram chamados à vigilância sobre o litoral brasileiro para proteger o patrimônio nacional (Diegues, 2004, p. 228)”, ou seja, as colônias foram inspiradas em modelos estrangeiros. Nesse sentido, o decreto nº. 16.197 de 31 de outubro de 1923, que estabelecia um novo regulamento para as Capitânias dos Portos, determinava, a partir do quinto parágrafo, que cabia à instituição “a matrícula ou a inscrição marítima de todos os indivíduos que empregam a sua atividade no mar, rios e lagoas, inclusive o pessoal marítimo de todas as repartições federais, estaduais, municipais, pescadores e os estivadores” (Brasil, 1923).

A normativa garantia o controle das colônias de pescadores pelas mãos da Marinha, intermediada pelas Capitânias dos Portos. O controle e o interesse da Marinha sobre os pescadores eram anterior à existência das Colônias de Pescadores e ocorriam por meio das Capitânias de cada estado²⁶, fundadas ainda no século XIX (Silva, 2020). Em relatórios anuais, o Ministério da Marinha do Brasil reportava uma série de dados e informações, e em alguns deles enumerava a quantidade de pescadores existentes em cada unidade da federação. Trazendo dados relativos a 1908, o *Relatório do Ministério da Marinha* de 1919 avisava que naquele primeiro, “apenas 55 pescadores se acham matriculados na Capitania dos Portos do Estado do Piauí, o que é excessivamente exíguo” (Brasil, 1919, p. 46). O número de pescadores deveria ser superior ao informado, por isso, o documento considerava o número bastante baixo.

Ao ler tais relatórios, é necessário estar atento aos seus problemas e, como todo documento histórico, analisá-los e interpretá-los para que não sejam entendidos como retratos fiéis das vilas de pescadores e da labuta no mar. Acerca do Piauí, dentre os problemas observados nesses documentos, o primeiro a ser apontado é que foi registrada somente a prática pesqueira realizada na região litorânea. Segundo essa fonte, os núcleos de pescadores eram:

²⁶ A criação das Capitânias dos Portos e Costas e dos Distritos de Pesca foi feita mediante o decreto nº. 358, de 14 de agosto de 1845. Essa foi a primeira ação estatal de controle das gentes do mar. Na época, os pescadores eram obrigados, segundo o artigo 64 do citado regulamento, a se matricular em nas Capitânias. Esses trabalhadores do mar eram divididos em distritos e o capataz ou sub capataz - ambos nomeados pelo capitão dos portos - seriam os responsáveis pela inspeção dos pescadores. Segundo Luiz Geraldo Silva (2020) tais cargos não eram remunerados e os indivíduos escolhidos eram das próprias comunidades pesqueiras. No Piauí provincial, a capitania dos portos foi criada em Parnaíba, onde ainda hoje é a sede. Há certa imprecisão das datas quanto à sua fundação. No site da capitania é informado ter sido fundada em 1845, enquanto no livro *Os pescadores na História do Brasil*, ela aparece como surgida entre 1854 e 1855. O *Livro do Centenário da Parnaíba* (1945) documenta ter sido essa capitania criada pelo Decreto nº. 1.552 de 10 de fevereiro de 1855, juntamente com a Praticagem das Barras de Luís Correia e Canárias. Por sua vez, no Relatório do Ministério da Marinha a menção a essa capitania não é anterior ao de 1857. A ferramenta de busca, por outro lado, não reconhece o nome do estado, mesmo usando a grafia antiga.

“Barra Grande com uns trinta pescadores; Amarração com uns vinte; Pedra do Sal e Canárias com uns dez cada um” (Brasil, 1919, p. 46). A primeira observação a ser feita é quanto ao uso do pronome indeterminado “uns”, ilustrando a imprecisão dos números inventariados pelo documento. Dessa maneira, tem-se apenas um conhecimento parcial sobre as práticas da pesca no estado, restringindo-se somente às atividades desenvolvidas na costa.

Pescadores fluviais ou lacustres que habitavam ou pescavam em outras áreas não entraram nesse universo descrito pela Marinha. Consoante o documento, **“nos rios: não existem núcleos”**²⁷ estando os pescadores espalhados pelas suas margens, procurando, naturalmente, os centros de consumo mais próximos” (Brasil, 1919, p. 47). O olhar normativo e normatizador da instituição, em busca de um “pescador ideal”, apagou as experiências e presenças de outros núcleos pesqueiros, desconsiderando que, embora haja similaridades, a cultura da pesca é diversa e particular.

A região de Morros da Mariana foi um dos povoados pesqueiros invisibilizados pelo relatório. Situado à beira de um igarapé, na Ilha de Santa Isabel - na época, município de Parnaíba -, foi registrado nas memórias de Humberto de Campos Veras²⁸, que por ali viveu nos últimos anos do século XIX, e descrito enquanto um “simples povoado de pescadores, tendo uma centena de casas de palha, e nenhuma telha” (Campos, 1983, p. 223). Os pescadores dos Morros da Mariana pescavam não só nos rios e igarapés do Delta do Parnaíba.

O mar também era oficina desses indivíduos, e muitos iam pescar na Barra das Canárias, como bem demonstrou Humberto de Campos (1983) em suas memórias escritas, tendo ele próprio, quando criança, ido a uma dessas pescarias. Apesar dessa haliêutica fluvial e marítima, o povoado não foi levado em consideração pela capitania no relatório de 1919. Contraditoriamente, na década de 1920, ali seria fundada uma das primeiras colônias de pescadores do estado.

Por fim, no que tange ao Piauí, o documento afirmava que os pescadores de rio “não estão matriculados, nem se pode afirmar que sejam exclusivamente pescadores, pois, em regra, alternam a pesca com a lavoura” (Brasil, 1919, p. 47). Diante disso, infere-se a existência de um “tipo ideal” da figura do pescador para a Marinha de outrora, o qual deveria viver exclusivamente para a pesca. Como tal, esse ideário não considerava a realidade concreta e, acerca disso, faço outra consideração. Sob a lente normativa e normatizadora, a Marinha

²⁷ Grifo meu.

²⁸ Nascido em 25 de outubro de 1886, em Miritiba (atual Humberto de Campos), Maranhão, foi jornalista, poeta e político. Imortal da Academia Brasileira de Letras, tendo assento número 20. Conheceu grande sucesso literário ainda em vida com seus um único livro publicado quando vivo em 1933, Memórias. Faleceu no ano seguinte, aos 48 anos, no Rio de Janeiro, onde morava.

deslegitimava as atividades e as culturas pesqueiras existentes, classificando e desclassificando. Diferente dos pescadores marítimos, os fluviais não se dedicavam somente às lides de pesca; logo, não eram “pescadores-exclusivos”. A pesca²⁹ era intercalada em outros serviços, como a agricultura de subsistência, a extração, e criação de alguns animais, como galinhas e cabras, razão pela qual, aos olhos da Marinha, não poderiam ser vistos enquanto pescadores.

Documentar os primeiros anos das colônias piauienses é um desafio. As fontes lacunares - quando existem³⁰ - e a imprecisão de datas e dados foram empecilhos para o desenvolvimento da investigação, tornando essencial o cotejamento e o cruzamento de documentos. Ao folhear os registros, percebe-se que o Relatório de 1920 trouxe poucas informações sobre os pescadores do estado analisado neste trabalho. Diferente do relatório do ano anterior, nesse não foi registrada a quantidade de trabalhadores.

Por outro lado, sabe-se, a partir do *Mapa das Embarcações Arroladas* durante o ano de 1919, que, no Piauí, de um total de 142 embarcações, havia “97 embarcações de pesca” (Ministério da Marinha, 1920, p. 68). Entretanto, há que se lembrar que esse mapa dizia respeito não só aos números registrados nas capitânicas, mas também nas delegacias e agências. No caso do Piauí, em 1919, havia apenas uma agência, localizada na capital, Teresina, o que levanta a possibilidade de que o número apresentado possa ou não ilustrar com precisão o universo dos pescadores do litoral.

O *Relatório do Ministério da Marinha* de 1920, publicado em abril do ano seguinte, é um dos vestígios mais antigos que atestam a existência de colônias no território do piauiense. Esse documento recenseava, no “Mapa dos pescadores matriculados até 31 de dezembro de 1920”, que o estado “possuía três colônias e 89 pescadores matriculados” (Ministério da Marinha, 1921, p. 57), além de 60 embarcações de pesca. Apesar de informada a quantidade de pescadores e de colônias no *Relatório do Ministério da Marinha* de 1920, não se sabe a numeração das agremiações, tampouco a quantidade de pescadores matriculados em cada uma. A tabela a seguir ilustra melhor os dados no que tange a pesca piauiense no ano em questão.

²⁹ A julgar pela descrição, é possível que o relatório de 1919 estivesse se referindo aos pescadores fluviais da região do Delta do Parnaíba. Localizado entre o Maranhão e o Piauí, esse arquipélago formado pela ação do rio Parnaíba e das marés, abrigava e ainda abriga uma rica fauna e flora. Desde antes da colonização grupos humanos habitam essas ilhas e se dedicam a caça, pesca, agricultura e extração animal e vegetal, combinando as diferentes atividades até o presente.

³⁰ Durante a pesquisa busquei ir às Colônias Z-1 de Luís Correia e Z-7 de Ilha Grande a fim de procurar em seus arquivos, documentos sobre as primeiras décadas de existências dessas instituições, contudo, sem sucesso. Muitos documentos foram perdidos, destruídos ou extraviado, prejudicando assim, o levantamento da memória institucional dessas agremiações.

Colônias de Pescadores Registradas no Piauí em 1920	
Número de colônias	03
Pescadores matriculados	89
Embarcações matriculadas	60
Número de escolas mantidas pelas colônias	-

Tabela 1. Colônias, pescadores, embarcações de pesca e escolas registradas no Piauí. Tabela feita a partir dos dados trazidos pelo *Relatório do Ministério da Marinha* de 1920.

Ainda em 1921, foi publicado pela Imprensa Naval, a *Lista dos navios registrados nas Capitânicas dos Portos do Brasil*, um livreto organizado pela Inspetoria de Portos e Costas. Esse documento traz informações importantes, desde a lista de Capitânicas e delegacias dos Portos do Brasil até códigos de sinais comuns a todas as barras. Procurei, portanto, cotejar os dados apresentados no livro com os exibidos pelo relatório citado anteriormente.

No que tange às capitânicas dos portos e das agências estaduais até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a *Lista dos Navios*, o Piauí possuía 89 pescadores matriculados na capitania (Ministério da Marinha, 1921, p. 09), mesmo número de matriculados documentado pelo Relatório de 1920. O mesmo documento, porém, surpreende ao listar a quantidade de colônias. Na seção intitulada *Relação das Colonias Cooperativas de Pescadores, organizadas pelo Cruzador Auxiliar 'José Bonifácio'*, impressa na sexagésima quinta página, atesta que no Piauí, havia cinco colônias, localizadas em: Parnaíba, Amarração, Pedra do Sal, Barra Grande e Canárias (Ministério da Marinha, 1921, p. 65).

Não foi a primeira vez que Canárias figurou como domínio piauiense. Como discutido anteriormente, a atual ilha maranhense foi citada no relatório de 1919. É possível que isso se trate menos de uma divisão geográfica e mais de influência. Afinal, os pescadores deveriam se matricular nas colônias mais próximas (Bentes Filho, 2018). Inclusive, até hoje, pescadores e pescadoras de Canárias se matriculam na colônia Z-7, antiga Morros da Mariana e atual Ilha Grande. Chama atenção o fato de a *Lista dos Navios* enumerar duas colônias a mais que o próprio *Relatório da Marinha de 1921*. A contradição contida nos documentos oficiais não é explicada.

No relatório do ano seguinte, há uma seção dedicada à “Pesca e saneamento do litoral”. O texto inicia informando que o serviço de pesca foi transferido ao Ministério da Marinha devido ao Decreto nº 14.086, de março de 1920. Além de apresentar algumas informações sobre o setor pesqueiro no país, esse trecho do relatório ainda se ocupava de comunicar alguns

resultados da missão. De acordo com o documento, a fundação de colônias no litoral “trará reais vantagens para os mesmos [pescadores] e grande importância econômica, bem como para a defesa nacional” (Brasil, 1922, p. 205). Contudo, em 1921, observa-se um decréscimo na quantidade de agremiações de pescadores no Piauí, sendo registrada apenas “uma colônia com 120 pescadores” (Brasil, 1922, p. 205). Novamente, não foi possível identificar a numeração dessa colônia, ou o local em que estava sediada, tampouco o ano de fundação.

Também não foi possível determinar se essa era uma nova colônia, se foi resultado da fusão de outras ou se as demais simplesmente se desagregaram e, portanto, extintas. Ao consultar o *Mapa Demonstrativo* referente ao ano de 1922, impresso no *Relatório da Marinha de 1923*, nota-se que o número de colônias e pescadores do Piauí é zero (Brasil, 1923, n.p.). Apesar das diversas buscas, não encontrei, nos periódicos locais, vestígios da presença do Cruzador José Bonifácio em águas piauienses.

Nos estudos lidos sobre a missão, como os de Callou (1995) e Bentes Filho (2018), o que se observa é que, logo após subir ferro no Maranhão, o cruzador destinou-se ao Ceará, o que também é descrito no *Relatório do Ministério da Marinha* de 1919. O livro de Frederico Villar (1945), escrito décadas depois da missão, sequer menciona o “Cruzador” na costa do Piauí. Diante dessa ausência de registros, realizei buscas nos jornais piauienses disponíveis na Hemeroteca Digital. Utilizei palavras-chave como “pesca”, “pescadores”, “colônias”, “Cruzador José Bonifácio” e “missão do cruzador”, mas não obtive nenhum resultado.

A falta de folhas locais preservadas e que circularam entre os anos de 1919 a 1924, prejudicou a obtenção de respostas, as poucas publicações disponíveis e acessadas não documentaram a presença da “missão” no Piauí. Mesmo pesquisando em periódicos de estados vizinhos na Hemeroteca Digital, nada foi encontrado. O próprio *Relatório da Marinha* de 1919 não trouxe tal informação³¹, limitando-se a informar a quantidade de agremiação ou o quantitativo dos profissionais de pesca.

Apesar disso, tal empreendimento sustentado pela Marinha chamou a atenção de alguns intelectuais piauienses do período. Um desses foi Armando Madeira³². Em *Interesses*

³¹ Conforme esse documento, o Cruzador José Bonifácio visitou o Maranhão, fundando ali 13 colônias nos centros de pesca de maior importância e a Confederação em São Luís. O próximo estado arrolado é o Ceará, onde foram matriculados 1500 pescadores, fundadas 17 colônias e a Confederação daquele estado, sediada em Fortaleza. Quando cotejada com outras fontes, percebe-se a contradição desses dados. Segundo o *Correio da Manhã* de 28 de junho de 1920, foram fundadas, naquele momento, 14 colônias no Maranhão e igual número no Ceará (*Correio da Manhã*. 28/06/1920, p. 3). Com a hipótese de ser um possível silêncio devido às escolhas editoriais desses periódicos, fiz o esforço de fazer também a busca no carioca *Correio da Manhã* pela presença da “missão” no Piauí, os resultados, contudo, foram os mesmos das buscas nos periódicos piauienses.

³² Foi presidente da Associação Comercial de Parnaíba.

Piauienses, defendia negócios ao estado, dentre eles o Porto de Amarração, sendo o comerciante um de seus mais ferrenhos defensores nos anos 1920. Ao apresentar e diagnosticar o referido município, afirmou serem a pesca e as salinas duas importantes indústrias da época. Ao observar a suposta ausência do Cruzador José Bonifácio no litoral piauiense, Madeira categoricamente lamentou “que o litoral do Piauí ficasse esquecido, certamente porque se supõe que entre nós não se pesca” (Estado do Piauí, 1923, p. 49). Segundo o comerciante parnaibano, a propaganda não chegou às praias do estado por preconceitos ou mesmo desconhecimento da época.

De acordo com Laila Pedrosa da Silva, nas primeiras décadas da república, o Piauí e outras regiões do país ainda eram desconhecidos, principalmente o que se chamava de “sertão”. As elites piauienses, descontentes com o governo republicano, “passaram a vincular cada vez mais o atraso da região ao abandono do governo federal e procuraram apresentar ao máximo as riquezas naturais do território” (Silva, 2023, p. 46). A historiadora ainda afirma que os intelectuais entendiam que a União era omissa quanto ao estado e seu desenvolvimento.

O desconhecimento era existente na própria Marinha, pois como afirmou o futuro capitão dos portos do Piauí, Carlos Penna Botto já nos anos 1930, “as informações sobre o Piauí são escassíssimas, o Estado é profundamente desconhecido dentro e fora da Marinha” (Botto, 1931, p. 22). O que se percebe a partir do artigo de Madeira é a comunhão de valores e ideias com seus contemporâneos e o desejo de uma pretensa modernização da pesca. Acerca disso, é preciso tecer críticas ao ideário defendido não só por esse autor, mas por outros. No que tange a “missão do Cruzador”, o sociólogo Wellington Ramalho afirmou que

para incluir os homens do mar no projeto civilizatório tão auspiciosamente defendido para enobrecê-los, foi preciso exercer um controle sobre eles, com o que os pescadores viam-se obrigados a se associarem às aludidas entidades, sob pena de ficarem proibidos de pescar (Ramalho, 2014, p. 39).

A “missão” do cruzador José Bonifácio não atendia aos anseios dos povos do mar, pelo contrário. Como afirmou o sociólogo, a Marinha desconsiderava a cultura e os modos de vida das populações pesqueiras e agia de maneira coerciva. Caso não se enquadrassem no projeto sustentado pela instituição, eram privados de sua atividade. Destarte, os pescadores foram colonizados a fim de atender ao desejo da classe dirigente e da elite.

O pesar de Madeira causa certa estranheza. Como foi visto, o Piauí, em 1920, já possuía três colônias documentadas pelos *Relatórios da Marinha de 1920* (1921) e cinco pela *Lista dos navios registrados nas Capitânicas dos Portos do Brasil* (1921). Apesar das contradições dos documentos, ambos ilustram que o estado possuía agremiações de pescadores e, em especial, nesta última fonte, as colônias existentes figuravam dentre as organizadas pelo Cruzador José

Bonifácio. Numa edição de 1928, a *Revista A Voz do Mar*, fundada em 1921, igualmente afirma que o estado foi “visitado pela missão Villar, que aí fundou e instalou três colônias” (A Voz do Mar, 1928, p. 28).

Seja como for, de acordo com Madeira, era importante a presença da missão no Piauí, já que seu “rio principal, o Parnaíba, contém muitas variedades de peixes e cujo delta, formado de muitas baías, oferece vastos elementos às empresas que tentassem explorar industrialmente a fauna marinha” (Estado do Piauí, 1923, p. 50). A ideia do intelectual era de que as tradicionais práticas pesqueiras locais fossem modernizadas e/ou abolidas, entre elas o uso dos tão criticados currais de pesca³³. Embora costumeiramente chamada na época pela Marinha de “pescaria preguiçosa”, é uma antiquíssima “arte” (Nascimento et al, 2016) desenvolvida pelos povos indígenas e alterada por colonizadores.

Em 1923, foi criada, por meio do decreto nº. 16.183, a Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral, que, por sua vez, era subordinada à Inspetoria de Portos e Costa. O objetivo era organizar a atividade pesqueira. Os pescadores passaram a ser matriculados e organizados nas colônias, estas compreendidas enquanto

Todo o agrupamento de, pelo menos, quarenta brasileiros natos ou naturalizados, matriculados como pescadores nas Capitânicas de Portos e estabelecidos em zonas limitadas pela Diretoria da Pesca, tendo por fim uni-los por laços de solidariedade fraternal, promovendo instrução, auxílio mútuo e prosperidade dos associados e suas famílias, visando particularmente a sua utilização como auxiliares da Marinha, na paz e na guerra (Brasil, 1923).

Para isso, foram elaborados os estatutos e criadas algumas Confederações Estaduais e, junto a elas, a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, atualmente denominada Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA). Enquanto Ceará e Maranhão já possuíam confederações estaduais desde 1923 (A Voz do Mar, 1923), o Piauí só teria a sua seis anos depois. O controle sobre a pesca e pescadores, como foi dito anteriormente, já existia e o *Almanaque da Parnaíba* publicou que, em 1924, a Capitania dos Portos do Piauí iria, entre janeiro e março daquele ano, fiscalizar matrículas das pessoas que trabalhavam no porto e na pesca. Em fevereiro, a instituição faria “o visto das matrículas do pessoal empregado no tráfego

³³ Os currais foram proibidos em 1903 por meio do decreto nº. 4.817 de 8 de abril. A referida lei vedava a construção de currais e os já existentes deveriam ser destruídos até o final daquele ano. Quando aprovado o Regulamento da Pesca a partir do Decreto nº. 16.184 de 25 de outubro de 1923, a proibição dos currais seria endossada por meio de seu sexagésimo quinto artigo. Frederico Villar (1945) em seu livro considerava esse tipo de pescaria, juntamente com cercadas, cacuris, tapagens e muruadas enquanto “um crime contra a nação”. Ao longo da pesquisa observei que essas artes da pesca eram permitidas em Amarração no final do século XIX mediante condições, o artigo 37 do Código de Posturas publicado em cinco de junho de 1882 permitia a construção de currais de pescaria nas costas, rios, e lagoas desde que fosse obtida licença da câmara do município e pagassem uma taxa.

do porto e pesca³⁴” (Almanaque da Parnaíba, 1924, p. 21). Já no mês seguinte, a Capitania faria as renovações das licenças de embarcações.

Enquanto o artigo de Madeira denota a exclusão do Piauí na “missão” empreendida por Villar, outras fontes, além dos *Relatórios da Marinha*, apresentam contrapontos. A revista *A Voz do Mar*, Órgão da Confederação Geral dos Pescadores, é um desses. Na edição de número 30, veiculada em 19 de janeiro de 1924, a publicação oficial, a partir do levantamento sobre as colônias no Brasil, documentava que Piauí possuía “três colônias” (*A Voz do Mar*, 1924, n.p). Novamente não foi possível descobrir as localizações, ou seja, não se sabe onde estavam sediadas ou a quantidade de associados.

Esse mesmo número se manteria dois anos mais tarde, quando foi recomendado, na edição de janeiro de 1926, que o capitão dos portos do estado reorganizasse as “colônias, em número de três, do estado do Piauí” (*A Voz do Mar*, 1926, n. p). No ano de 1927, o Piauí não foi mencionado na relação de colônias apresentada pelo relatório da Marinha³⁵, a ausência talvez se daria devido à desarticulação dessas instituições. De igual maneira, *A Voz do Mar* também não veiculou quaisquer informações sobre o estado.

Somente dois anos depois, isto é, em 1928, é que as três colônias existentes foram reorganizadas. O Capitão dos Portos do estado, o capitão-tenente Eurico Correa de Mello, juntamente com Benedicto Pereira do Nascimento, segundo-tenente reformado, reorganizaram as colônias. E na edição de janeiro daquele ano, *A Voz do Mar* congratulava os oficiais pelo feito. Ressalto, no entanto, que a publicação não descreve como isso ocorreu, limitando-se a dar o seguinte desfecho: “graças aos esforços de S.S. já está organizada a Colônia dos Morros da Mariana” (*A Voz do Mar*, 1928, p. 32). Possivelmente em razão da reorganização, em julho daquele ano, a Z-1 de Amarração enviou um ofício ao jornal *A Praça*, comunicando que, no dia 29 de junho, foi realizada “naquela vila a eleição e posse da diretoria daquela associação de classe” (*A Praça*. 10/07/1928, p. 04). Era a nova diretoria composta pelo presidente, secretário e tesoureiro, sendo eles, respectivamente, Manoel Borges da Fonseca, Benedicto Nascimento e Anizio Rodrigues de Araújo.

Naquele mesmo ano, no dia 23 de setembro, a Z-2 de Parnaíba também faria um processo eleitoral. A colônia sediada na rua Sete de Setembro, no Tucuns, atual Bairro São José, informou ao citado periódico, ter ocorrido “a eleição da nova Diretoria desta Colônia, para o biênio de 1928 a 1930, a qual ficou assim constituída: presidente, Francisco Domingues

³⁴ Isso se devia ao decreto nº. 16.197, aprovado um ano antes, no qual previa que nos referidos meses se daria o visto de matrículas em qualquer capitania.

³⁵ Conf. Relação das Colônias de Pescadores existentes nos Estados. In: Ministério Da Marinha: 1927, p. 117.

Portella; secretário, Raimundo Rabello Borges; tesoureiro, Raimundo Roque Magalhães” (A Praça. 26/09/1928, p. 02). Nada foi encontrado sobre a colônia Z-3 de Morros da Mariana, a mesma que, nas palavras da *A Voz do Mar*, era uma “praia onde viviam muitas crianças faltas [sic] de instrução e que hoje conta duas escolas, mantidas pela colônia, com matrículas de mais de 100 alunos” (A Voz do Mar, 1928, p. 32). O aparente equívoco dá-se, pois, Morros da Mariana não é uma praia de mar. Localizando-se no interior de uma ilha e próxima a um igarapé, esse povoado era uma zona praiana fluvial.

A ausência de informações sobre a eleição da Z-3 nas páginas de *A Praça* deve-se à lacuna existente na coleção deste jornal. Apesar disso, entende-se que as reorganizações das colônias eram processos longos. Embora se saiba os resultados do pleito a partir dos informes no referido periódico, existem mais perguntas do que respostas, tanto sobre os primeiros anos dessas instituições quanto sobre a forma como ocorriam as decisões eleitorais. Não foi possível encontrar mais informações sobre os homens que compunham as referidas diretorias. Inclusive, como se pode perceber, a presença feminina nos registros analisados era inexistente, exceto nas escolas mantidas pelas colônias. Apesar dos esforços, não localizei nos jornais quaisquer convocações para a votação da futura diretoria, tampouco quem poderia votar. Da mesma maneira, as fontes permanecem silenciosas quanto à forma como ocorreram as reorganizações dessas agremiações.

Ainda em 1928, outras duas novas colônias foram fundadas no litoral do Piauí, uma em Amarração (embora esta edição não afirme, as edições posteriores indicam que seria Barra Grande) e outra no Catanduvas, em Parnaíba (A Voz do Mar, 1928, p. 28). Observa-se, a partir da leitura das fontes, o tutelamento dos pescadores pela Marinha e a importância de manter a ordem e a funcionalidade das colônias, bem como as intervenções caso se “desagregassem”. Por isso, a vigilância sobre elas.

De acordo com a *Voz do Mar*, a colônia dos Morros da Mariana foi reorganizada e mantinha duas escolas - São José e São Sebastião - para a instrução dos filhos e filhas dos pescadores, sendo “matriculados mais de 100 alunos” (A Voz do Mar, 1928, p. 28). Com o apoio do capitão dos Portos da época, o comandante Nelson Simas de Souza, foi fundada, com sede em Parnaíba, a Confederação Estadual de Pescadores do Piauí em 1929 e conforme *A Voz do Mar*, a Confederação era presidida por não pescadores. O advogado e professor José Euclides de Miranda foi o primeiro presidente da Confederação Estadual. Francisco Domingos Portella era secretário e Manoel Vieira Farias ficou no cargo de tesoureiro.

Embora não se saiba o lugar social da diretoria das colônias piauienses, percebe-se que a confederação estadual era composta por indivíduos que não eram pescadores artesanais, mas sim pessoas que exerciam outras atividades. Essa situação não é distinta da vivenciada em outras partes do país. Em Pernambuco e Alagoas, os primeiros presidentes das colônias eram comissários de peixe (Silva, 2020). Tanto as colônias piauienses quanto a própria confederação estadual eram vítimas dos interesses políticos de figuras locais e eleitoreiras. No final da década de 1920 o Piauí passou a ter sete colônias: a Z-1, fundada em 1926, possuía 192 sócios, localizava-se em Amarração; a Z-2, 217 sócios, situada em Parnaíba; Z-3, abrangia da Pedra do Sal ao Cotia, tinha 65 sócios; Z-4, no município de Buriti dos Lopes; Z-5, sediada em Teresina; Z-6, em Amarração, e por fim, Z-7 (antiga Z-3), que naquele ano possuía 108 associados e compreendia as localidades de Canto do Igarapé, Baixão e Canárias. Dessas, todas, com a exceção da Z-5, possuíam “escolas mistas com grande número de alunos” (A Voz do Mar, 1929, p. 76).

Na madrugada de quatro de novembro de 1929, Carlos Pena Botto chegava em Parnaíba para substituir Nelson Simas no cargo de Capitão dos Portos. Em seu livro de memórias, o militar carioca expôs o trabalho que realizou na capitania entre novembro de 1929 e agosto do ano seguinte. Acerca dos assuntos locais de pesca, prontamente adjetivou as colônias de “fictícias”, possivelmente devido ao dismantelo em que essas instituições se encontravam.

Ao cotejar as fontes, é possível visualizar um breve panorama das situações das colônias piauienses naquele momento. Na edição de março-abril de 1930 de *A Voz do Mar*, o relatório da Confederação Estadual foi replicado no qual afirmava que entre os pescadores piauienses “não há o espírito de classe ou de associação pela ignorância que impera na maioria, o que torna difícil fazer incorporá-los a sociedade e compreender os fins a que se destina” (A Voz do Mar, 1930, p. 190). Assinado pelo presidente da instituição da época, o advogado – logo, não pescador – José Euclides de Miranda, criticava ser a falta de “consciência” dos povos do mar, um empecilho na filiação dos pescadores.

A avaliação de José Euclides de Miranda revela preconceitos de época. No senso comum daquele período, os habitantes das praias estavam isolados e alheios à realidade do país. Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel, ao empreenderem uma análise sobre as colônias de pescadores nas primeiras décadas do século XX, afirmam que “seus habitantes supõe-se, estão, cada um e todos juntos, voltados para essa fonte [o peixe], porém fracamente voltados uns para os outros, sem espírito gregário, como queria o discurso da época” (Mello e Vogel, 2017, p. 157). No pensamento de Miranda, o individualismo dos pescadores – uma visão equivocada,

uma vez que a solidariedade é um traço cultural das gentes do mar – seria, portanto, um obstáculo à comunhão nacional.

As palavras do presidente da Confederação Piauiense revelam ainda seu desconhecimento sobre o processo histórico de incorporação dos pescadores às forças militares, bem como sobre as expectativas e projetos defendidos pela elite e pelo Estado. É provável que esses trabalhadores não se matriculassem nas capitânicas ou colônias por desconfiança. Durante o Império, marítimos e pescadores nutriram “profunda desconfiança quanto ao serviço militar na Marinha de Guerra, ao qual teriam que se submeter caso se matriculassem nas Capitânicas” (Silva, 1988, p. 136).

Se, nas sociedades letradas, o escrito é o meio pelo qual se repassa e reconstrói a memória, em outras sociedades onde a principal forma de transmissão da memória e das histórias é a oralidade, como, por exemplo, as comunidades pesqueiras, é imaginável que a lembrança do recrutamento³⁶ fosse mantida na memória desses sujeitos e repassada de geração em geração nas vilas de pescadores. Ocupando três páginas, o relatório ainda salientava quanto a “saúde” das colônias piauienses:

a colaboração do capitão-tenente Nelson Simas de Souza, que, na sua serventia até outubro, muito contribuiu para sustentáculo da Confederação. Substituído pelo capitão-tenente Carlos Pena Botto, não houve solução de continuidade na eficiência dos elementos postos em prática para manter o instituto social (A Voz do Mar, 1930, p. 191).

Poucos meses depois, o capitão dos portos substituto faria uma série de ações a fim de regular a vida das colônias do estado, atendendo, assim, aos desejos da Confederação. Não muito diferente de como via parte dos piauienses, os olhares de Botto sobre os pescadores eram elitistas e preconceituosos. O militar os entendia enquanto “gente rebelde, teimosa, ignorante e pouco inteligente” (Botto, 1931, p. 142). Rebelde seria talvez o traço dessa população que mais chamou atenção do militar, já que, repetidas vezes, eles foram assim adjetivados ao longo do livro.

Embora tenha chegado ao estado nortista com o intuito de fiscalizar o trabalho marítimo, o livro de memórias documenta muito mais a experiência do militar no Piauí do que o cargo que ocupava. Mesmo sem experiência prévia na fiscalização do trabalho marítimo – já que antes

³⁶ É pertinente apontar que outros grupos foram incorporados ao “serviço de mar”. A historiadora Patrícia Maria Alves de Melo em seu artigo “Trabalho e trabalhadores livres: os índios no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, século XIX” afirmou que no começo do século XIX os Botocudos eram alvo de recrutamento no Rio de Janeiro. Tal prática foi estendida posteriormente para Pernambuco, Bahia e Ceará, passando em 1827 a se ampliar para as demais províncias. O motivo do recrutamento de indígenas à Armada se dava pela crença de que possuíam aptidão natural para a navegação.

havia trabalhado embarcado e em terra, e, posteriormente, atuado como instrutor de artilharia e balística no curso de especialização de oficiais –, Botto assumiu o cargo de capitão no dia 5 de novembro de 1929, um mês após sua nomeação. Entre os vários requerimentos recebidos no primeiro dia de serviço, o capitão dos portos jocosamente escreveu que havia “um papel de relevância, que por certo exigia alta técnica naval...” (Botto, 1931, p. 71). O documento se tratava de uma carta do presidente da Colônia de Pescadores Z-6 de Barra Grande³⁷, escrito, nas palavras do oficial, em “português ultracassange”. O presidente da Z-6, cujo nome não foi mencionado nesse momento,

se queixava de que um tal Domingos Fontenelle estava construindo ‘currais’, e mais, de que não só se recusava a entrar para a Colônia, para o que dizia ter ordem do chefe político local, como afirmava que receberia a pau o capataz que por acaso ousasse ir importuná-lo (Botto, 1931, p. 71).

Esse retalho do texto de Botto oferece várias pistas sobre como funcionavam as colônias de pescadores e suas dinâmicas internas. Primeiramente, ele revela que as questões políticas locais frequentemente influenciavam a existência dessas instituições, que se tornavam, muitas vezes, espaços de poder, privilégios ou até trampolins políticos para indivíduos que não eram pescadores. A citação também ilustra as dificuldades de controlar e fiscalizar as agremiações mais distantes da sede da capitania, razão pela qual a figura do capataz, um agente próximo ao poder da Marinha, era tão importante. O capataz “prestava todas as informações e reprimia de motu-proprio os abusos” (Relatório do Ministério da Marinha, 1933, p. 106). Por fim, pode-se notar a resistência por parte dos pescadores em se matricular em nas colônias, e é justamente sobre essa resistência que se deve fazer uma análise mais detalhada.

Devido à distância de Barra Grande em relação à Parnaíba, 54 quilômetros por terra, já que naquela época ainda não havia estradas, só “pode[ndo] ser atingida a lombo de burro” (Botto, 1931, p. 71) e do parco orçamento e aparelhamento da capitania dos Portos do Piauí, a escaramuça só foi resolvida dois meses depois. Era possível acessar Barra Grande pelo mar, todavia, embora a capitania tivesse pessoal capacitado, como por exemplo, patrão-mor, motorista e até remadores, faltava o mais importante: a embarcação.

³⁷ Atualmente Barra Grande é um dos principais pontos turísticos do litoral do Piauí. Originalmente uma vila de pescadores e que viu “ascender” na rota do turismo a partir dos anos 2000, Barra Grande é procurada também pelos praticantes de *kitsurf* em detrimento dos fortes ventos. Localizada em Cajueiro da Praia, foi desmembrada de Luís Correia em 1995 por meio do Decreto nº. 4.810, além dos seus 13 quilômetros de praia, Cajueiro ainda possui sítios arqueológicos e um ponto importante ponto de apoio do Projeto Peixe-boi, tendo em vista que no litoral desse município e de Luís Correia é comum a aparição do mamífero. De acordo com o Censo de 1950, o povoado de Barra Grande possuía 151 moradias e 850 habitantes.

A falta de aparelhamento acometia capitânicas por todo o país. Os *Relatórios da Marinha* ressaltavam constantemente a falta de aparelhamento, e um deles categoricamente denunciava: “Acre, Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais, e a Delegacia de Porto Alegre não tem uma única lancha; algumas tem bote ou baleeira e outras nada, como a do Piauí” (Relatório do Ministério da Marinha, 1933, p. 101). Desse modo, é de se supor que a falta de recursos materiais e humanos dificultasse a vigilância da costa brasileira.

A fim de manter a pretensa ordem das/nas colônias de pescadores no Piauí, Botto empreendeu oito visitas a essas agremiações. Os pescadores protagonizaram vários empecilhos ao capitão, que, por sua vez, destinou um capítulo de seu livro aos entraves. Os problemas destacados pelo oficial evidenciam o grande desafio de administrar as colônias localizadas no interior de um país ainda pouco explorado e que buscava se modernizar. Além disso, revela a reação e resistência dos trabalhadores do mar diante dessas tentativas de organização e controle.

No que tangia aos pecadores que participavam das colônias piauienses, nas palavras de Botto, a situação era a seguinte, “os sócios não pagavam mensalidades; pescava quem queria, colonizado ou não; as finanças das Colônias estavam abaixo [...] os atritos e inimizades fervilhavam entre as Diretorias das Colônias e os pescadores, e a politicagem local as intensificavam ainda mais” (Botto, 1931, p. 143). Como foi visto antes, os *Relatórios da Marinha* e a *Revista A Voz do Mar*, ano após ano, chamavam atenção para a desagregação das colônias de pescadores, festejando, posteriormente, suas reorganizações feitas pelas autoridades competentes.

Importa afirmar que esses documentos não descrevem com detalhes como ocorria tal processo. A narrativa desses indícios muitas vezes sugere uma ação sem grandes percalços, como se a “saúde” dessas agremiações fosse restabelecida magicamente, sem barreira alguma. Contudo, no livro de memórias de Botto, fonte privilegiada que preenche lacunas, encontram-se explicações para algumas questões que não são respondidas pelos outros documentos.

É de se supor que para reorganizar as colônias de pescadores e manter o poder da Marinha, alguns dos problemas enumerados eram resolvidos de maneira arbitrária, empregando a violência contra esses trabalhadores. Ao analisar publicações e o empreendimento de Villar, a socióloga Carolina Cyrino afirmou que o discurso produzido por aqueles “está centrado em um desprezo pelo outro, a fim de legitimar a sua atuação” (Cyrino, 2022, p. 49). As ações de patrulha e intervenção empreendidas por Carlos Pena Botto e cristalizadas no livro *Meu exílio no Piauí* (1931) dão indícios explícitos disso.

Devido à frágil situação financeira da Capitânia dos Portos do Piauí, o Capitão dos Portos teve de arcar com os custos do que chamou de “expedições punitivas”. A já mencionada colônia de Barra Grande, cuja “anarquia era tremenda”, foi a primeira a ser visitada, possivelmente devido à resistência de pescadores em se filiar e às ameaças ao capataz. Os 54 quilômetros até a vila praiana foram percorridos a cavalo por uma equipe formada pelo 2º Tenente Patrão-Mor, Patrão, dois remadores e do Capataz da zona de Barra Grande. O oficial não especifica se ele participou da empreitada, provavelmente não. Como se fossem arautos prontos para a “rebeldia” dos pescadores, os homens levaram “instruções severas e ordem positiva para empregar meios violentos em caso de necessidade” (Botto, 1931, p. 144). Quatro dias depois, a pequena caravana retornou a Parnaíba com um saldo positivo no que diz respeito ao controle da marinha.

Os pescadores do lugar que estavam com as mensalidades atrasadas saldaram as dívidas – embora não seja informado como isso ocorreu. Várias embarcações foram arroladas e “só numa extensão de praia foram contados 58 currais de peixes”. Intimados, alguns proprietários tinham de destruir essa arte da pesca dentro de determinado vencimento, enquanto outros foram avisados de que em breve o capitão conseguiria verba para arrasar os demais. Vale afirmar que, apesar da destruição dos currais, como será visto no próximo tópico, essa arte de pesca resistiu até o presente.

Ainda sobre Barra Grande, Botto afirmou que “o Presidente da Colônia não era colonizado, nem tinha a sua embarcação de pesca arrolada, não obstante estar à frente da colônia desde a sua fundação” (Botto, 1931, p. 142). Acerca dessa passagem, faço duas breves considerações. Primeiro, Benjamin Mendes da Silva era o presidente da referida instituição e não foi possível encontrar mais informações sobre ele, exceto que em 1929 respondeu um questionário sobre a pesca naquela vila (*A Voz do Mar*, 1929) para a edição de novembro da *A Voz do Mar*. Devido a muitos pescadores serem analfabetos, como ilustrado tanto pelos relatórios da Marinha quanto pela revista da Confederação dos Pescadores, indivíduos com pouco letramento pleiteavam e logravam cargos dentro das colônias, que se tornavam espaços de coalizão política.

O oportunismo da ocupação de não pescadores em cargos da instituição que deveria ser organizada por esses trabalhadores ou a associação desses com “coronéis locais”, não era uma exclusividade de Barra Grande ou do Piauí. Essa questão não desapareceu com o passar dos anos, mesmo combatida pelos esforços de alguns dos capitães dos portos. O Capitão de Corveta Carlos Joaquim Magalhães, capitão dos portos do Piauí entre 1959 a 1961, escreveu: “as poucas

e decadentes colônias de pescadores existentes [...] são presididas por negociantes, por cabos eleitorais, por pessoas estranhas à profissão (Magalhães, 1981, p. 132)”.

Por fim, é intrigante que a própria capitania tenha se mostrado, quem sabe, displicente ou não percebido a irregularidade na Z-6. Recorrente nos registros da Marinha desde a década de 1920, a demora em constatar a irregularidade dessa e de outras colônias do estado também ilustra certa inabilidade da própria capitania. Essa, justificada seja pelo desinteresse, vista grossa ou até mesmo pela conveniência por conta da distância em policiar a agremiação.

A segunda expedição ocorreu no dia 16 de janeiro de 1930 e teve como foco a Colônia de Parnaíba, localizada no bairro Tucuns. Dez dias depois, a Z-7, sediada nos Morros da Mariana, foi visitada, e o militar escreveu ter a viagem custado “apenas 20\$000, quantia que paguei pelo aluguel de cavalos para uma viagem de duas léguas, ida e volta” (Botto, 1931, p. 145). Em ambas, parece não ter havido grandes problemas, já que o memorialista não mencionou mais detalhes sobre elas.

Um mês após a expedição de Barra Grande, houve um retorno à colônia desse lugar, sendo essa a quarta expedição. Sobre isso, Botto escreveu “meu patrão-mor e dois remadores para lá partiram a cavalo, armado e municiados, na madrugada de 13 de fevereiro de 1930 e regressaram na noite de 18 do mesmo mês” (Botto, 1931, p.145). Conforme o escritor, essa incursão foi “mais proveitosa que a primeira”. O presidente e o professor da colônia foram demitidos, aquele por não ser matriculado e o segundo por ter pouco letramento. Currais situados à entrada do porto de Barra Grande foram destruídos e sócios “mais refratários”, expulsos.

Prosseguindo com as “expedições punitivas”, as próximas colônias a serem fiscalizadas foram, a Z-1 de Amarração, a Z-2 de Parnaíba, pela segunda vez, a do Portinho e a Z-3, em Pedra do Sal. Exceto a última, todas foram alvo de violência, como prisão de pescadores e o bloqueio da atividade da pesca de quem não estava legalizado. A narrativa das intervenções nas colônias foi escrita de forma heroica, na qual o capitão dos portos se esforçava para reorganizar as agremiações. Nesse sentido, percebe-se a complexidade dessas ações e o caráter dúbio dos atos dessa autoridade.

Apesar da falta de documentação, não é difícil imaginar que as empreitadas de Penna Botto tenham sido repudiadas pelos pescadores e fossem malvistas por eles. Em contrapartida, os resultados das tais “expedições punitivas” receberam elogios da Confederação Estadual impressos na edição de número 94 da *A Voz do Mar*,

muito louvável de observar e fiscalizar de perto a marcha dos negócios das colônias e
cientificar-se das necessidades dos pescadores da circunscrição, assim como de

reprimir os abusos na prática da pesca, vem de instituir uma comissão que tomou a seu cargo as visitas e inspeção aos núcleos pesqueiros (A Voz do Mar, 1930, p. 238).

Mesmo com as congratulações recebidas após as ações do capitão dos portos, as “vitórias” no que tange ao controle da pesca foram momentâneas. O autor expunha que a “maré viraria”, isto é, a situação se transformaria a partir de junho até sua saída do cargo. Alguns pescadores e outros indivíduos não pescadores reagiam e retornavam às velhas práticas. No começo do referido mês, o militar expediu ofício ao intendente municipal de Amarração, Neco Vieira, solicitando a prisão de Eduardo Branco, vaqueiro negro que trabalhava em currais clandestinos de peixe em Barra Grande, propriedade de um cabo eleitoral daquele lugar. O encarceramento se justificava por reincidência. Foram evocados no livro de memória os artigos “26 § 24, e 310 do Regulamento das Capitânicas de portos, e artigos 136, 141, 144 e 145 do regulamento da pesca” (Botto, 1931, p. 222). As menções a esses dois regulamentos no texto memorialístico não são mero acaso. Botto ilustra ao leitor, o papel de autoridade conferido pelos regimentos e seu dever legítimo de prender quaisquer pessoas que infringissem a lei.

A passagem que interessa aqui é a concorrência entre autoridades e a dificuldade que o capitão dos portos teve em cumprir os códigos. O intendente de Amarração respondeu o militar recusando prender o infrator. Infelizmente, Botto não transcreveu a réplica de Neco Vieira, apenas afirmou, “o quanto teve de fino sabor, ler um mal alinhavado de palavras supostas suas, tratando da ‘nossa Magna Carta’, dos ‘direitos dos cidadãos eleitores da República’, dos ‘indivíduos de posição social’” (Botto, 1931, p. 223). Como se pode notar, a evocação de direitos e deveres por ambos os lados parece criar certo impasse.

A história é um pouco extensa e foi contada ao longo de três páginas no livro de memórias. Em resumo, o capitão dos Portos escreveu uma tréplica ao intendente dizendo que pediria apoio às autoridades policiais, dentre elas o delegado de Amarração e o Secretário de Polícia do Piauí. Foram remetidos ainda telegramas ao próprio chefe do executivo do estado e ao Diretor Geral de Portos e Costa a fim de prender o vaqueiro.

Após novo telegrama às autoridades estaduais, o delegado tentou prender Eduardo Branco. Sem sucesso, aquela autoridade avisava não o ter encontrado em Barra Grande, pois o vaqueiro teria se evadido para o Ceará. Enquanto isso, o intendente de Amarração falava em “alto e bom som, aos infelizes moradores da sua satrapia, que Eduardo Branco ‘não seria preso’, fizesse o que fizesse a capitania...” (Botto, 1931, p. 224). O episódio, que a essas alturas se tornou uma verdadeira epopeia, pode ser traduzido como uma queda de braços de autoridades e o protecionismo entre figuras locais.

Botto afirma que, ao contrário do que informava o delegado de Amarração, Eduardo Branco ainda se encontrava na vila de pescadores onde morava e não na “Terra da Luz”. Certamente seguro de que não seria preso, tendo em vista sua ligação com os políticos locais, o vaqueiro “continuava tranquilamente em Barra Grande” (Botto, 1931, p. 224). Após a autorização dos secretários de Polícia do estado e do diretor-geral de Portos e Costas, o capitão dos portos enviou um sargento de polícia de Parnaíba a Barra Grande, prendendo finalmente o infrator.

Caso pensemos que, com a prisão de Eduardo Branco, as escaramuças naquela vila praiana estivessem resolvidas, ledo engano. “A pesca em Barra Grande continuava mal e os currais de peixes se multiplicavam, sob o bafejo vergonhoso dos ‘Neco Vieira’ et quejanda” (Botto, 1931, p. 225). Outro homem ligado à política local, Zeferino Fontenelle, cuja ocupação não é informada, foi preso após manter em funcionamento vários currais e a estimular os pescadores a desobedecerem a capitania. O encarceramento de Fontenelle causou grande comoção entre os coronéis locais. Estes se uniram e, por meio de um advogado, reagiram, requerendo ao juiz federal do estado não só o *habeas corpus* preventivo do citado infrator, mas também de todos que transgredissem o regulamento da pesca. A Eduardo Branco, preso anteriormente, foi igualmente impetrado um *habeas corpus*.

Em trocas de telegrama com o juiz, o capitão dos portos expôs “com ênfase o ponto de vista da capitania, a sua ação legal, o patriotismo dos seus objetivos” (Botto, 1931, p. 225). Dessa maneira, além de legalmente amparada nos já citados dispositivos jurídicos, o ato realizado pela autoridade militar estava a serviço dos interesses da nação. Para a surpresa e frustração de Botto, suas justificativas não foram aceitas. Em quatro de julho de 1930 foi concedido o *habeas corpus* preventivo aos infratores. A razão era simples, uma vez presos, os pescadores não poderiam pagar as multas de 1:000\$000 e 2:000\$000 (um e dois contos de reis) sobre, respectivamente, a construção de currais de peixes e reincidência dessa prática.

Ao fim do seu livro de memórias, o capitão Penna Botto faz o balanço de seus feitos na capitania dos Portos do Piauí. Dentre suas ações, documentou ter, até o final da gestão, matriculado “220 pescadores” e “199 licenças expedidas para embarcações de pesca” (Botto, 1931, p. 247). Em agosto de 1930, Carlos Penna Botto foi exonerado do cargo e posteriormente lotado como imediato no contratorpedeiro Pará. Por conta do movimento rebelde que não aceitava a vitória de Júlio Prestes à presidência, o navio se direcionou a Santa Catarina em outubro do mesmo ano a fim de combater as tropas gaúchas com destino a São Paulo.

Pondo o fim do que posteriormente seria chamado de Primeira República, a partir da “Revolução Constitucionalista”, um país diferente estava sendo forjado a partir daquele momento. De acordo com José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, “a questão nacional voltou à ordem do dia após o movimento de 1930, fazendo reviver o espírito patriótico revelado em outras ocasiões, como na atuação da Liga de Defesa Nacional, no deslanche da Semana de Arte Moderna, ou ainda nas rebeliões tenentistas (Franco e Drummond, 2009, p. 18)”. Esses valores serão refletidos para diversas camadas da sociedade brasileira, inclusive sobre os pescadores.

Com a dita “Revolução”, as colônias de pescadores que até então estavam na pasta da Marinha, passaram ao Ministério da Agricultura, ganhando, a partir dessa década, “grande desenvolvimento” (Mello e Vogel, 2017). Os valores cívicos-patrióticos oriundos da marinha seriam somados ao desejo varguista de modernizar e transformar a pesca numa indústria lucrativa. É preciso afirmar que tanto o corporativismo de pescadores promovido pelo estado brasileiro quanto as políticas a essa atividade, conforme apontou Biasetto (2022), eram pautas em outros países no mesmo período, como Argentina e Portugal.

Três anos depois das “expedições punitivas”, o *Almanaque da Parnaíba* de 1933 renderia aos “povos do mar” o texto de uma página no anuário. Embora a narrativa ilustre o olhar positivo aos “homens laboriosos, afeitos ao convívio das ondas”, caso lido com atenção, o escrito sem autoria, intitulado *A Pesca no Piauí*, que mais se assemelha a um relatório, voltava-se não necessariamente a esses indivíduos, mas a “uma das organizações de classes mais simpáticas, operosas e úteis do nosso Estado” (Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 167), isto é, às Colônias de Pescadores.

Não se limitando somente aos pescadores de mar, documentando também os de rio e lagoas, o artigo do *Almanaque* afirmava que esses sujeitos, com sua labuta regida pela maré, tinham como papel, a “abastança para os nossos mercados” (Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 167). Dessa maneira, o texto descreve ao leitor a importância econômica e social desses trabalhadores. Posteriormente, o artigo afirmava: “contamos 838 pescadores, matriculados devidamente, na Capitania dos Portos desta cidade e distribuído por seis³⁸ Colônias”

³⁸ Eram essas as colônias com a seguinte sede e quantidade de associados: Z-1, sede em Amarração, com 119 sócios. Z-, sediada em Parnaíba, com 194 associados. Z-3 de Pedra do Sal, com 48 sócios. Z-4, em Buriti dos Lopes, com 231 associados. Z-6, de Barra Grande, com 89 associados, e por fim. Z-7, em Morros da Mariana, com 157 sócios.

(Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 167), junto a elas, são ainda enumeradas cinco escolas³⁹. “Com exceção das Colônias Z-1 e Z-2, todas as outras mantêm escolas primárias, para instrução dos filhos dos pescadores”, lembrava o *Almanaque*. Enquanto as demais Colônias possuíam escolas mistas, a Z-7 tinha duas escolas, uma somente para os meninos e outra para as meninas.

Escola	Colônia	Sede	Crianças matriculadas
-	Z-1	Amarração	-
-	Z-2	Parnaíba	-
São Sebastião	Z-3	Pedra do Sal	25 alunos
Tomás Romão	Z-4	Buriti dos Lopes	40 alunos
São Pedro	Z-6	Barra Grande	45 alunos
Comandante Zimas	Z-7	Morros da Mariana	52 alunos
Aldenora Mousinho	Z-7	Morros da Mariana	40 alunas

Tabela 2. Escolas mantidas pelas Colônias de Pescadores no Piauí.

Sustento que esse texto serviria para ilustrar a “boa saúde” das colônias naquele momento. José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond entendem que a partir da década de trinta, com Vargas, a natureza entra no cerne do debate quanto aos seus usos e abusos. Nesse sentido, “o governo elaborou a primeira série de leis relacionadas à proteção da natureza no Brasil” (Franco e Drummond, 2009, p. 42). Dentre eles, interessa especificamente para essa discussão, o Código de Caça e Pesca, instituído pelo decreto de número 23.672 de dois de janeiro de 1934, revogado em 19 de outubro de 1938, quando aprovado o decreto-lei de nº. 794 que instituiu o Código de Pesca.

O segundo capítulo do novo dispositivo regulamentava sobre os pescadores e suas associações de classe. Dentre os vários artigos, cito o oitavo, no qual se lia que “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona resida” (Brasil, 1938). Enquanto se tem na letra da lei a norma, em outras fontes pesquisadas se compreende como era feita a associação dos pescadores nas colônias. Dentre esses vestígios encontrei duas notas em jornais locais que evidenciam tais experiências. Passada uma década desde as ações de Botto no litoral do Piauí, em 13 de junho de 1940, *O Norte* trazia, na parte inferior da quarta página, a denúncia

³⁹ Escola São Sebastião, da Z-3, 25 alunos; Escola Tomás Romão, da Z-4, 40 alunos; Escola São Pedro, da Z-6, 45 alunos, Escola Comandante Zimas, 52 alunos e Escola Aldenora Mousinho, 40 alunos, ambas mantidas pela Z-7 de Morros da Mariana. As Colônias Z-1 e Z-2 não possuíam escolas.

feita pelo lavrador Mario Pereira. Sob o título “Negócios de Pesca & Exploração”, o curto texto dividido em duas colunas tinha como intuito levar a público a violência pela qual passou esse homem do campo.

Morador da Lagoa das Cafuzas, município vizinho de Araiões, Maranhão, Pereira buscou o periódico parnaibano a fim de denunciar o abuso de poder exercido por um certo Arthur – cujo sobrenome não foi informado, o lavrador não sabia – e que afirmava ser delegado do Serviço de Pesca no Maranhão. Segundo a notícia, o suposto delegado chegou na lagoa “onde com maneiras violentas, queria que todos os lavradores se inscrevessem como pescadores em determinada Colônia, para o que era exigido o pagamento de 11\$000 de matrícula e a contribuição mensal de 2\$000” (O Norte. 13/06/1940, p. 04). O erro se justificava, pois tanto Mario Pereira quanto os demais lavradores, trabalhavam na agricultura, pescando esporadicamente, logo, não havia necessidade de se matricular na Colônia.

No final da década de 1930 o mundo vivenciava um novo conflito armado, era a Segunda Guerra Mundial que duraria até 1945. Mesmo adotando posição de neutralidade nos primeiros anos do conflito, essa nova guerra, da mesma forma que a anterior, invadiu as praias brasileiras, incutindo pânico e cuidado tanto entre as gentes do mar quanto nas autoridades responsáveis pela costa. Em nota oficial datada do dia 12 de agosto de 1941 e impressa no *O Norte*, a Capitania dos Portos do Estado do Piauí avisava “aos navegantes que será prudente adotarem precauções a navegação da Costa Leste da América do Sul, visto existir probabilidade de aparecerem minas na referida Costa” (O Norte. 14/08/1941, p. 04). O aviso foi escrito por José Cristiano Carneiro, escrivão classe “G” e secretário da Capitania dos Portos, sediada em Parnaíba.

Após o ataque japonês à Pearl Harbor, base estadunidense localizada no Havaí em 1941, e pressões externas, o Brasil posicionou-se contra o Eixo em janeiro de 1942. A partir daí, o temor da presença de forças militares ou ofensivas do Eixo no litoral, seja ele brasileiro ou piauiense, tornou-se cada vez mais comum na imprensa. Na primeira página da edição do *O Norte* do dia 18 de abril de 1942, foi transcrito um artigo com o ilustrativo título “Grito de Alerta”. Pelo título se percebe o estado de assombro sentido naqueles anos difíceis.

Publicado originalmente em um periódico cearense que não foi referenciado, o texto em tons alarmistas informava que, na costa alencarina, o Capitão de Corveta Henrique Cesar Moreira, Capitão dos Portos do estado vizinho, ao jornal *Correio do Ceará*⁴⁰, denunciava a “existência de emissores clandestinas no Ceará e de sinais luminosos trocados entre os

⁴⁰ As edições do periódico não se encontram na Hemeroteca Digital da BN.

submarinos do Eixo e quinta colonistas postados nos pontos mais elevados de nossas praias desertas” (O Norte. 18/04/1942, p. 01). O artigo prosseguia clamando a colaboração dos jangadeiros que ao menor sinal suspeito, denunciassem às autoridades competentes.

Na tentativa de tranquilizar seus leitores, a redação do *O Norte* em nota afirmou: “nossa capitania dos Portos há vários dias, havia tomado medidas de repressão a possíveis atentados de tais espécies no Piauí” (O Norte. 18/04/1942, p. 01). A fim de recrutar braços do litoral piauiense, o referido periódico afixou na quarta página da edição de oito de agosto de 1942, a convocação de reservistas para a guerra, começando, a partir daí, uma campanha de recrutamento. “RESERVISTA! As forças do Brasil necessitam crescer para torná-lo ainda mais forte. Para isso precisam de ti, pois és parte integrante destas forças” (O Norte. 22/10/1942, p. 02), apelava um desses chamados.

Passados alguns meses, foi promulgado o Decreto nº. 10.650 de 15 de outubro de 1942 subordinando as Colônias de Pescadores ao Ministério da Marinha, já “no que concerne ao aparato técnico e ao financiamento, entretanto, ainda permanecem submetidas ao Ministério da Agricultura” (Abreu, 2007, p. 58). A ordem com seus três artigos foi impressa nas páginas do *O Norte* na primeira página da edição do dia 18 de novembro daquele ano.

No primeiro artigo, podia-se entender melhor o objetivo da subordinação das Colônias aos “Comandos Navais e às Capitânicas de Portos, a fim de serem seus associados, devidamente instruídos, empregados como auxiliares das forças na vigilância e defesa das águas territoriais brasileiras”. Na mesma página, José Cristiano Carneiro, secretário da Capitania dos Portos do Piauí, convidava os “senhores Presidentes das Colônias dos Pescadores com sede na jurisdição desta Capitania, a comparecerem nesta repartição Às 14 horas do dia 23 do fluente [novembro], a fim de receberem ordens relativamente às providências a serem tomadas” (O Norte. 18/11/1942, p. 01). A motivação da transferência das Colônias à circunscrição da Marinha não tinha nada de novo, pelo contrário, foi reutilizado “o antigo argumento de defesa da costa da Missão do Cruzador ‘José Bonifácio’” (Callou, 1995, p. 13), isto é, o policiamento da costa brasileira.

Tem-se na impressão do decreto no *O Norte*, tanto noções de circulação da lei em escala local e regional, quanto no convite do secretário da Capitania, pistas da recepção e ação dessa instituição no litoral piauiense no que tange aquele conflito. Pode-se perceber ainda como – ao menos em partes – os pescadores, enquanto reservas navais de grande importância para a fiscalização e manutenção da segurança da costa brasileira, foram mobilizados.

No relatório de 1943 a Vargas, o interventor do Piauí, Leônidas de Castro Melo, assim reportou: “o ritmo da vida do Piauí pouca alteração sofreu” quanto ao estado de guerra. Tranquilizando o ditador, Leônidas Melo explicava que a situação de “normalidade” ali sentida se devia aos poucos estrangeiros no estado, principalmente dos países do Eixo, e pela ação da polícia em vigiar ações suspeitas.

Além de exercer seu trabalho, aquela instituição ainda se encontrava em “cooperação com a Capitania dos Portos, sediada em Parnaíba, estreito e permanente controle sobre a zona litorânea do Estado, dividida em vários postos fiscalização, visando a imediata descoberta de qualquer atividade perniciososa à segurança da pátria (Relatório Estatístico do Piauí, 1943, p. 111)”. A excelência do combate ao perigo interno de ideias perniciosas em terras piauienses ou da vigilância de sua costa se daria, portanto, por meio do controle e da ajuda mútua.

Ainda no mesmo documento, na seção “Polícia”, além da sistematização de dados sobre a referida instituição, pode-se ler o tópico “Vigilância do Litoral” escrito em letras garrafais. Devido à imperiosidade em assegurar a normalidade no litoral, “para ali foram transportados alguns recursos em pessoal e estabelecido um serviço de vigilância permanente, o qual ficou diretamente subordinado ao Delegado Militar de Parnaíba” (Relatório Estatístico do Piauí, 1943, p. 123). Embora afirme que postos fixos de vigilância foram instalados em “pontos vulneráveis”, o Relatório não documenta quais eram esses lugares, apenas que agiam conforme orientação da Chefia de Polícia e às ordens do Comando da 10ª Região Militar.

Mesmo na condição de provável importância, as gentes de mar conviviam com truculência. Cinco anos após Mario Pereira ter denunciado o abuso perpetrado pelo suposto delegado de pesca maranhense, veranistas que faziam temporadas balneárias nos Morros e em Pedra do Sal procuraram *O Norte* para fazer uma denúncia. Apesar de relativamente extenso, o trecho merece ser reproduzido integralmente:

contaram-nos a forma violenta com que é feita a cobrança de mensalidades aos pescadores colonizados, assim como aos que não estão ainda matriculados. Não raro são eles ameaçados de lhes serem tomadas as tarrafas e linhas de anzóis, ameaças essas que são frequentemente executadas. A ameaça de prisão, às vezes com soldados ao lado dos cobradores, também está em voga naquelas paragens. Entretanto, o material de pesca de propriedade do pescador é sagrado. Como a ferramenta do operário, os aparelhos de pesca não podem em nenhuma hipótese ser tomados ao pescador. Por sua vez a cobrança sob ameaça de prisão é arbitrária e inadmissível! **O pescador é um reservista da Marinha Nacional e, como tal, deve ser tratado de melhor modo**⁴¹ (*O Norte*, 03/01/1945, p. 04).

⁴¹ Grifo meu.

O periódico parnaibano se posicionou em defesa das gentes do mar e o jornal afirmava ser uma situação inadmissível. A defesa do periódico em prol dos pescadores é feita mobilizando os valores defendidos pelo Estado Novo, o trabalho. Ao compará-los aos operários, denota a importância das “gentes do mar” para o desenvolvimento da nação por meio do trabalho. *O Norte*, utiliza ainda a memória ao lembrar que esses indivíduos possuíam outro relevante papel naquele momento para a segurança do país.

Enquanto a Colônia tinha importância para os jangadeiros cearenses estudados por Berenice Abreu, no qual a consideravam como “um instrumento legítimo de representação de seus interesses” (Abreu, 2007, 59), ao ouvir as experiências e memórias dos pescadores piauienses, os olhares e entendimentos sobre essa instituição eram um tanto diferentes – a de que pouco fazia pelos seus associados, apesar de estarem matriculados ou mesmo pagarem a taxa que lhes era cobrada.

Uma das narrativas e reminiscências dos homens do mar do Piauí mais recorrentes foi a do policiamento, da incorporação e do controle sobre esses trabalhadores. Essa memória subterrânea (Pollak, 1989) emergiu anos atrás quando fiz o trabalho da escuta na Pedra do Sal (Oliveira, 2017). Nesse povoado pesqueiro, os pescadores e outros habitantes mais antigos contam que os pais ou vizinhos, “antigamente”, caso não fossem matriculados, ou estivessem em débito com as colônias, teriam as canoas apreendidas, assim como os aparelhos de pesca. Conforme as memórias desses trabalhadores, não raro havia a prisão dos pescadores. Enquanto um conjunto de reminiscências alimentado pelas lembranças individuais, há algumas vozes dissonantes ou esquecimentos acerca de tal assunto na comunidade. Dona Alice afirma não se recordar desses eventos. Mesmo filha e neta de pescador e ela própria uma pescadora de marisco na praia, afirmou desconhecer esses episódios.

Nas praias do Coqueiro e Macapá, Vicentão afirmou que os pescadores não eram molestados caso não fossem inscritos nas colônias. Embora não tenha falado sobre a truculência que poderia acompanhar as cobranças, o pescador se recorda que as canoas obrigatoriamente deveriam estar matriculadas. Da mesma maneira que os pescadores, a Marinha exigia, por meio dos sucessivos Códigos de Pesca, que as embarcações também fossem matriculadas. Vicente ainda completou: “não existia era direito aos pescadores” (Vicente, 2023). Seguro defeso ou aposentadoria são direitos recentemente conquistados. Pescadores mais antigos sequer se aposentavam. Garajau, recordou-se que o “pai morreu em 1972, com 72 anos e não era aposentado” (Garajau, 2019). O próprio Vicente é aposentado não pela pesca, mas por invalidez, já que não conseguiu comprovar os muitos anos de contribuição.

Curioso sobre a falta do policiamento da capitania e da colônia no Coqueiro, perguntei a outro pescador do lugar, Antônio de Laura, como as cobranças ali ocorriam. Esse colaborador respondeu:

aqui até uma década, o povo tinha pouco documento. Mas, depois desse tempo que eu te falei. Do Alberto Silva para cá. Da década de 1970 para cá, foi documentado todo mundo. Ele mandou documentar todo mundo. Todo mundo teve que tirar carteira de pesca. Carteira de barra afora. E pagar os direitos, pagar a colônia! Eu paguei 39 anos de colônia. Na época, pescaria aqui, não é como hoje. Hoje vem uma pessoa lá do interior, lá da cidade, lá capital, chega e diz: “bora pescador, bora dar uma pesca”. Um turista, vai pescar! Na época tinha fiscalização. Menino não ia para o mar não. Menino que era órfão, que não tinha pai. Que não tinha o que buscar, a mãe ainda liberava o menino com dez, onze anos para pescar. Pagava o talão da colônia para pescar. Não tinha idade para tirar o documento, mas tinha que pagar o talão (Antônio de Laura, 2024).

Apesar de não mencionar a apreensão dos aparelhos de pesca ou a prisão dos pescadores, Antônio de Laura conta que havia o policiamento da atividade pesqueira por parte da colônia de pesca, bem como a obrigatoriedade de pagar a mensalidade cobrada pela instituição. Mesmo os menores, que ainda não tinham idade para se matricular, de acordo com ele, pagavam um talão para poder exercer a atividade.

O colaborador, em sua narrativa, ainda explicou: “foi destacado para cá o capataz. Ele cobrava todos os meses. Ele saía de casa em casa cobrando o dinheiro e depois ele entregava lá na colônia. Isso fez eu ficar dedicada à colônia. Eu não me perdia sequer dois meses devendo” (Antônio de Laura, 2024). Nesse trecho da narrativa, nota-se tanto o esforço da agremiação em fiscalizar, policiar e matricular velhos e novos pescadores, quanto a preocupação de Antônio de Laura em honrar com a mensalidade, inquietação essa presente em outros pescadores ouvidos ao longo desta investigação.

Para além disso, o que também chama atenção em sua fala é o marco temporal de quando a fiscalização começou a ser praticada no Coqueiro: os anos 1970. Não é possível apontar se de fato, em períodos anteriores, o Coqueiro estivesse isento dos olhares normatizadores da capitania ou da Z-1 de Luís Correia. O período demarcado pelo pescador talvez tenha a ver com o fato de que, na década citada, a então vila do Coqueiro passou a receber maior atenção do poder público estadual e alvo de projetos estaduais e federais, como os projetos Piauí e Rondon. Acerca desse último, pode-se ler no *FL* que a trigésima quarta turma do RONDON em Parnaíba, estudantes da UFES, chegada em 1976, ao lado do PES CART, outra iniciativa vinda da esfera federal, fez um “levantamento de saúde e higiene sanitária” (Folha do Litoral, p. 31/07/1976, 02) nessa vila de pescadores, em Pedra do Sal e Barra do Longá.

As obrigações que os pescadores possuíam para com as colônias é um tema constante nas narrativas desse grupo. Em entrevista para a Comissão Ilha Ativa realizada no começo da

década de 2010, Tereza, antiga moradora de Pedra do Sal, aos 87 anos de idade, contou que, com o passar dos anos, naquela praia “começaram a chegar mais pescadores, que para se desenvolverem nesse trabalho tinham de tirar um talãozinho na capitania para se declararem pescadores. Se ocorresse alguma coisa com eles, a capitania dava um auxílio” (Rocha, 2015, p. 29). Diferente de outras narrativas, na de Tereza, os pescadores da época recebiam algum benefício, esse, contudo, não foi mencionado em sua entrevista.

Ainda acerca desse assunto, em sua tese de doutorado sobre Pedra do Sal, o sociólogo Francisco Raphael Cruz Mauricio (2019), ao entrevistar o pescador Ribamar, afirmou que a colônia ou capitania pouco fazia pelos pescadores, mas que esses tinham obrigações com aquelas instituições. Em um novo trabalho de escuta, dessa vez para a presente tese, entrevistei outro pescador, o velho Garajau, irmão de Alice, que afirmou:

Quando eu comecei a pescar e reconheci. Que eu conheci a colônia, que era a colônia Z-7. Quando eu comecei a pagar a colônia foi na era de 57. Pagava, passava um tempo sem pagar. Cumpouca a capitania botava em riba de novo. Depois a gente continuava para frente. Ai depois, que a gente pegou responsabilidade, não parou mais. Não tinha. As vezes a gente ficava assim, alento, porque, não tinha nada para a gente. A colônia não dava nada para a gente, de jeito qualidade. Não dava nada! (Garajau, 2019).

A matrícula desse pescador na colônia Z-7 deve ter acontecido em 1956, quando completou 16 anos, idade mínima exigida pelo regulamento, ou 1957, segundo afirmou o narrador. A dificuldade em pagar a instituição se dava pelo pouco valor comercial do pescado, e, como se vê pela transcrição de sua entrevista, a vigilância da capitania era constante. Moradores mais antigos, sejam eles homens ou mulheres, retêm na memória individual episódios em que pais ou vizinhos tinham os aparelhos de pesca tomados pela capitania, embora raramente cite nomes de alguém que foi preso.

Nota-se que, nas narrativas orais e mesmo algumas fontes impressas (passagens do livro de Botto e matéria do *O Norte*), se apresenta o encarceramento dos trabalhadores do mar como punição para aqueles que não estivessem matriculados na colônia ou em débito com ela. Não é possível afirmar se essa prática truculenta narrada pelos pescadores era recorrente ou esporádica. Entretanto, as histórias contadas pelas populações das praias, além de não dizer “respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016, p. 12). Não creio que os relatos narrados sejam falseamentos, mentiras ou “histórias de pescador”, mas ilustram a possibilidade de uma experiência negativa, bem como seu significado dentre das comunidades estudadas.

A memória do policiamento do trabalho pesqueiro deixou fortes marcas na vida de cada pescador, mesmo entre aqueles que nunca tivessem sido levados pela capitania (Oliveira, 2017).

A apreensão dos aparelhos de pesca ou a prisão dos companheiros de ofício, deixavam os pescadores sobressaltados. Temerosos de também serem presos, desonrados e deixar a família passando necessidades, procuravam, sempre que podiam, estar quites com a agremiação.

A ação violenta por parte da marinha durante décadas, a obrigatoriedade de matrículas e a ação do Estado de cima para baixo contra os pescadores fez com que essa classe trabalhadora tivesse pouca ou nenhuma relação de representatividade com as colônias. Conforme Ramalho (2014, p. 39), tanto essas quanto “as federações estaduais e confederação nacional dos pescadores, foi um instrumento do poder público, que condenou durante décadas o processo de participação popular”. Embora o autor afirme que os movimentos sociais de pescadores só ganhariam força na década de 1970, é possível identificar momentos pontuais em que esses trabalhadores se mobilizaram em busca de direitos. Para encerrar essa discussão, cabe destacar os feitos notáveis de quatro homens cearenses.

Em 1941, da praia do Mucuripe, no Ceará, após 61 dias navegando em meio ao mar bravo e numa viagem de 2.700 km até o Rio de Janeiro, capital federal, Jacaré, Jeronimo, Tatá e Mané Preto, na jangada São Pedro, aportaram na Baía de Guanabara. O objetivo da empreitada era reivindicar a Getúlio Vargas os direitos sociais que haviam sido dados a outros trabalhadores naquele momento, além de denunciar o abandono e a pauperização sentida pelas gentes do mar. A aposentadoria era o principal direito reivindicado.

Toda a empreitada foi registrada no diário de bordo por Jacaré. A jangada São Pedro e seus tripulantes foram recebidas por Vargas, que atendeu parte das reivindicações, dentre elas a incorporação dos jangadeiros no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos. Apesar disso, “nem Jacaré, nem sua família, nem os outros pescadores da São Pedro se beneficiaram de aposentadoria oficial do Estado” (Abreu, 2007, p. 238). Aposentadoria e seguro defeso, essenciais ao pescador, pescadora e sua família, só seriam obtidos muitas décadas depois, especificamente em 1972, a partir do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural-FUNRURAL e em 1991, por meio da lei de número 8. 287 de 20 de dezembro do referido ano. Em tempos tão difíceis, de retrocessos e da retirada de direitos que vivemos nos últimos quatro anos, a saga de Jacaré, Jeronimo, Tatá e Mané Preto deve ser lembrada como exemplo de luta pela reivindicação de direitos.

2.2 Infância praiana

Longe do centro de Parnaíba e dos surtos de modernidade, a infância das crianças das vilas praianas piauienses era marcada, além do mar, pela pobreza material e pelo trabalho. As

poucas casas de palha de carnaúba ou de barro se concentravam próximas ao mar. Portas de madeira eram quase inexistentes - lençóis ou esteiras de palha tapavam a entrada e amenizavam a entrada de areia trazida pelo vento.

A água para o consumo era retirada de cacimbas e armazenada em potes de barro, que a mantinham fresca. Para evitar incêndios, o fogão a lenha ficava protegido por uma parede revestida de barro. Milagre, nascida em 1965 no Coqueiro, conta que apenas os “nativos” moravam ali. Hoje, devido à especulação imobiliária trazida pelo turismo, poucas dessas famílias ainda permanecem no local, realidade comum em outras vilas praianas do estado, marcadas por conflitos fundiários e transformações socioeconômicas.

O peixe, principal proteína consumida naquelas paragens, era assado ou cozido com água e sal, com pouco ou quase nenhum tempero. Em lugares mais afastados, como no Coqueiro e na Pedra do Sal, o arroz era mais difícil de obter. A farinha de mandioca, fosse de primeira ou segunda qualidade (O Norte, 15/10/1942, p. 02), era “negociada por preços mínimos, tão baixos” (O Norte, 16/05/1946, p. 01). Comprada em quitandas da época em outras medidas, como o litro (O Norte, 07/05/1953, p. 01)⁴², acompanhava por excelência o pescado. Com ela, mães e esposas preparavam o pirão para alimentar suas famílias. Também era levada nas pescarias como rancho, servindo de refeição aos pescadores durante o dia de labuta.

Nas memórias de Antônio de Laura, as mulheres do Coqueiro se dividiam entre os afazeres domésticos e a pescaria. Ao contrário de outros pescadores entrevistados, que sequer mencionavam a participação feminina na pesca, esse colaborador comentou: “O trabalho da mulher aqui era cuidar da família. Cuidar da manutenção da casa. E lá no mar, pescar. Pegar búzio, pegar sururu, pegar siri. Marisco” (Antônio de Laura, 2024). No contexto da pesca e mesmo em alguns estudos sobre o tema, o trabalho feminino é frequentemente invisibilizado. Relatórios da Marinha e edições de *A Voz do Mar* não documentam a presença de mulheres nas atividades pesqueiras. Essa ausência nos registros oficiais deve-se ao fato de que elas não eram formalmente reconhecidas nas colônias de pesca. “As mulheres não eram documentadas, mas elas eram pescadoras. No início, as mulheres aqui eram todas pescadoras!” (Antônio de Laura, 2024), enfatizou o colaborador.

No geral, as narrativas contam que as pescadoras ocupavam papéis secundários dentro do trabalho pesqueiro, associadas ao beneficiamento do pescado, enquanto a labuta no mar era majoritariamente atribuída aos homens. Acontece que as relações de gênero naquelas sociedades eram pautadas pelo machismo. Não raro, ouvi relatos de que só se comia depois que

⁴² A referida edição comentou custar Cr\$ 1,50 o litro de farinha.

os homens retornavam da pescaria. Indo contra essa tradição, dona Alice narrou: “Só quando o marido chegava é que se fazia comida. Eu, quando me casei... Quer dizer, antes de casar, quando nova, eu disse: ‘Se um dia eu me casar, não quero isso para mim. Eu vou fazer comida para os meus filhos comerem, não vou esperar por marido nenhum’” (Alice, 2023). No que tange à educação formal, poucos colaboradores tiveram o privilégio de ser alfabetizados.

A educação formal era transmitida por meio de uma instituição educacional mantida por outra já mencionada anteriormente neste capítulo: as colônias. Assim como as colônias pesquisadas, as escolas por elas mantidas não preservaram quaisquer registros, exceto três livros de frequência de algumas instituições educacionais ligadas à Z-7. No entanto, as escolas das colônias litorâneas não existem mais. Enquanto a colonização dos pescadores adultos era imposta por meio da violência, seus filhos e filhas, futuros pescadores, estudavam em instituições educacionais mantidas pelas agremiações.

Essas escolas tinham o objetivo de inseri-los nos valores defendidos pela Marinha brasileira. Fundadas juntamente com as primeiras colônias a partir do *Cruzador José Bonifácio*, as escolas das colônias desempenhavam papel fundamental na educação e instrução das crianças das vilas pesqueiras em todo o país. “Com a multiplicação das escolas primárias pelo litoral brasileiro, a Missão foi se legitimando frente às autoridades locais e federais, ao ponto de as escolas passarem a adquirir recursos municipais e, sobretudo, federais para sua manutenção” (Callou, 1995, p. 06). Além disso, “eram mantidas pelos pescadores com a modesta contribuição de dois cruzeiros mensais”.

Era comum que muitas dessas escolas enfrentassem dificuldades devido à falta de recursos financeiros e/ou humanos, funcionando de maneira precária. No caso do Piauí, “as Colônias com diminutos rendimentos que mal dão para pequenas despesas ordinárias, sentem-se impotentes para pagar melhor ao professorado”, lamentava a Confederação do estado para *A Voz do Mar* (1930, p. 190). Outras dificuldades também foram registradas.

Durante suas expedições pelas praias piauienses, Carlos Pena Botto observou que “os professores não tinham a menor idoneidade para o exercício do magistério. Eram ignorantes, liam mal e escreviam pessimamente. Era esse o caso dos professores (!) das Colônias de Barra Grande, Igoronhon e Pedra do Sal” (Botto, 1931, p. 143). Assim como a colônia dessa última praia, a escola por ela mantida teve vida efêmera e, a julgar pelas fontes escritas e pelas narrativas, existiu de forma frágil.

Talvez por essa razão, em 1936, a Z-3 de Pedra do Sal foi extinta e fundiu-se com a Colônia dos Morros da Mariana, formando uma nova unidade, a Z-7 Comandante Esperidião.

A Colônia dos Morros já possuía duas escolas, uma para cada sexo, que juntas atendiam 95 filhos e filhas de pescadores. Com a união das Colônias de Pedra do Sal e Morros, a escola da vila praiana foi fechada, e uma nova unidade foi construída naquele último povoado, onde passaram a estudar 36 alunos. Dois anos depois, uma nova escola na Pedra do Sal seria inaugurada (*A Voz do Mar*, 1938, p. 290).

As escolas das Colônias eram de extrema importância para o projeto defendido pela nação brasileira naquele momento. Ali era ensinado História Natural, Letramento, Matemática (geometria e aritmética) e caligrafia. Os livros⁴³ eram enviados pela Confederação Geral no Rio de Janeiro, e cada escola recebia um único exemplar. Cadernos de caligrafia também eram distribuídos aos alunos conforme o número de estudantes matriculados.

Na edição de março de 1927, *A Voz do Mar* trouxe em suas páginas o Programa de Ensino das Escolas das Colônias de Pescadores, que tinha o intuito de “dotar o ensino praticado nas escolas das colônias de pescadores de uma organização uniforme e que sirva ao mesmo tempo de orientação aos respectivos professores” (*A Voz do Mar*, 1927, p. 29). Embora o propósito do programa fosse padronizar o ensino, recomendava-se que os professores dessas escolas avançassem nos temas trabalhados.

O curso de alfabetização era dividido em duas séries: uma para os alunos que não soubessem ler nem escrever e outra para os já alfabetizados. Aos primeiros, recomendava-se o uso da primeira parte do *1º Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho. Ao entrevistar algumas antigas alunas, é intrigante perceber como possuem recordações vívidas dos tempos de escola: o fardamento – ou a falta dele –, as disciplinas estudadas, os nomes de professores e professoras e, principalmente, os livros utilizados. Carvalho foi um autor frequentemente citado nas reminiscências de Tereza Severiana, que estudou em uma das escolas da Z-7 e, com orgulho, leu até o *Quinto Livro de Leitura* (Oliveira, 2017). É importante ressaltar que, da mesma forma que a matrícula dos pescadores era compulsória, estes “eram obrigados a enviar os seus filhos às escolas, sob pena de sofrerem sanções” (Callou, 1995, p. 06). Acreditava-se que, por meio da educação dos pescadores e de seus filhos e filhas, o atraso das populações litorâneas poderia ser superado e sanado.

A revista *A Voz do Mar* é uma fonte privilegiada para analisar o processo de “civilização” levado às gentes do mar em todo o Brasil. Nessa publicação, podem ser encontradas imagens de várias escolas com professores e alunos, além de hinos, melodias e

⁴³ Cito os livros utilizados no ano de 1932: História Natural de Waldemiro Potsh; Primeiro Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho; Geometria Prática de Olavo Freire; Aritmética Elementar de Trajano e por fim, Aritmética de Ruy Lima e Silva.

artigos sobre a pesca e a importância da educação técnica voltada para a indústria pesqueira. No que tange às escolas piauienses, localizei três imagens que cristalizam essas instituições, registrando seus corpos docente e discente. Na edição de julho de 1939, na seção “A Pesca nos Estados”, *A Voz do Mar* trouxe oito imagens das escolas mantidas por colônias de sul a norte do Brasil, todas capturando cenas das comemorações do Dia do Pescador (29 de junho). Dessas, duas são de escolas piauienses.

Acerca das celebrações realizadas no estado, a revista informava que, naquela data, na sede da Federação Estadual, localizada na Rua Conde D’Eu, atual centro de Parnaíba, houve “uma seção solene, tendo usado da palavra vários delegados das Colônias filiadas” (*A Voz do Mar*, 1939, p. 188). A chegada dos representantes da Federação foi marcada por tiros de morteiro. Posteriormente, o presidente estadual tomou a palavra e propôs um brinde ao agrônomo Fernando de Sousa Costa, à época ministro da Agricultura. A efeméride foi marcada pelos valores cívico-militares que seriam replicados em outras colônias do Brasil e do Piauí.

A 32 quilômetros de Parnaíba, no Buriti dos Lopes, houve uma festa que contou com a presença de representantes da Federação. De igual modo, a Z-1 de Luís Correia também recebeu ilustres figuras. Como parte da programação, ocorreu “um passeio marítimo, passeata cívica dos alunos da escola mantida pela Colônia, e sessão solene, na sede social, encerrada com o hino nacional, cantado pelos alunos da escola e demais pessoas presentes” (*A Voz do Mar*, 1939, p. 189). Ao analisar os discursos verbais e não verbais promovidos pela Missão do Cruzador *José Bonifácio* e suas formas de legitimação, Angelo Brás Callou afirma que “a imagem fotográfica foi também mais um dos recursos utilizados pelos missionários na construção simbólica da realidade das comunidades pesqueiras do litoral brasileiro” (Callou, 1995, p. 07). Segundo o antropólogo, várias fotografias da missão foram impressas na revista *A Voz do Mar*.

A publicação, ao trazer imagens das escolas e das crianças ali matriculadas – mesmo no período pós-missão, isto é, depois de 1923 –, comunica e registra as marcas deixadas por esse empreendimento voltado para a modernização e industrialização da pesca artesanal. As crianças, por sua vez, seriam o mote para a continuidade do projeto civilizador defendido pela Marinha. Retornando aos registros feitos no Piauí durante as festividades do Dia do Pescador de 1939, a primeira fotografia impressa nas páginas de *A Voz do Mar* é a da mencionada escola mantida pela Z-1, em Luís Correia.



Figura 2. Legenda: alunos e professores da escola mantida pela Colônia Z-1, da cidade de Luís Correia. Fonte: Revista *A Voz do Mar*, 1939.

Meninas e meninos de diferentes idades posam para a lente do fotógrafo, cujo nome, infelizmente, não foi possível identificar. A cena pode ter sido registrada antes ou depois da passeata cívica mencionada pelo órgão oficial da Confederação de Pescadores. Essa imagem, assim como a próxima, integra a seção “A Pesca nos Estados”, impressa em várias edições de *A Voz do Mar*. Seu objetivo era resumir as ações realizadas nas colônias de pescadores espalhadas por todo o país. Além disso, essa parte da revista também informava dados sobre a pesca, eleições de diretorias e reorganizações de colônias já existentes, bem como a fundação de novas.

Em especial, na edição de julho de 1939, foi publicada uma série de fotografias de estudantes de diversas escolas mantidas por colônias brasileiras. “Tais escolas foram classificadas como sementeiras do futuro, referência à germinação de novas criaturas, com hábitos e costumes civilizados” (Cyrino, 2022, p. 161). Esses mesmos clichês acompanhavam subseções que explicavam como o Dia do Pescador foi comemorado localmente naquele ano. A produção dessas imagens e celebrações está intimamente ligada ao caráter “civilizacional” das escolas e ao “tempo festivo” (Gomes, 2005) criado durante o Estado Novo.

Antes mesmo desse período, ainda nos anos 1920, conforme o Estatuto das Colônias de Pescadores, o décimo inciso do artigo sexto previa ser dever da Diretoria dessas agremiações “efetuar no Dia do Pescador uma sessão solene, na qual tomarão parte conferencistas que desenvolverão temas que interessem à classe, patrióticos, humanitários, higiênicos, etc.” (*A Voz do Mar*, 1923, n. p.). Ao fixar em suas páginas fotografias das crianças matriculadas nas escolas

das agremiações de pescadores, *A Voz do Mar* criava a narrativa de que os pescadores, de norte a sul, estavam inseridos nos valores patrióticos e que seus filhos, matriculados nas escolas, representavam uma nova geração de futuros trabalhadores do mar — organizados, disciplinados e “civilizados”.

As duas escolas da Z-7 foram registradas em uma única fotografia; contudo, essas instituições não foram citadas diretamente no texto, tampouco foram mencionadas as comemorações realizadas naquela data pela Colônia dos Morros da Mariana. Apesar disso, houve um registro impresso nas páginas de *A Voz do Mar* naquele mesmo número. Desse modo, é preciso refletir sobre a inter-relação entre essa imagem, que parece possuir relativa autonomia, e o texto da revista (Mauad, 2005). Embora não seja citada no corpo do texto, a fotografia das escolas mantidas pela Z-7 integra a construção narrativa de *A Voz do Mar*, comunicando, igualmente, o sentimento de classe e os valores cívico-militares “internalizados” pelas gentes do mar.

No decorrer da pesquisa realizada nos impressos, notei que essa mesma imagem foi replicada na página 189 da edição de 1940 do *Almanaque da Parnaíba*, evidenciando sua circulação em diferentes veículos, mas com os mesmos propósitos: sublinhar os valores cívico-militares nas agremiações de pescadores. No anuário parnaibano, a legenda é diferente: “Escola da Colônia de Pescadores Z-7, dos Morros da Mariana, por ocasião da Parada Militar de 7 de Setembro, vendo-se o Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Piauí, Dr. Francisco Correia, e o Secretário Sr. José Olímpio do Monte” (*Almanaque da Parnaíba*, 1940, p. 189). A data comemorativa era outra, mas os propósitos permaneciam os mesmos. Diferente de *A Voz do Mar*, a imagem no *Almanaque* não tem qualquer relação com o texto daquela página. Apesar disso, esse registro visual está intimamente vinculado à simpatia dos editores do anuário piauiense pelo regime do Estado Novo de Vargas e seus valores nacionais e patriótico.

Como se estivessem em marcha, à frente do “pelotão” estão o Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Piauí, Francisco Correia (vestindo roupas brancas e posicionado ao centro), e o Secretário, José Olímpio do Monte. Ao lado, encontram-se figuras femininas trajando vestidos de cor escura, possivelmente sua esposa e filha. Atrás desse grupo, duas jovens mulheres vestem a farda da escola da colônia, seguidas por uma fileira de alunas e alunos das

escolas Comandante Simas e Aldenora Mousinho, ambas mantidas pela Colônia Z-7, de Morros da Mariana.



Figura 3. Legenda: alunos e professoras da escola mantida pela Colônia Z-7, de Morros da Mariana. Fonte: *Revista A Voz do Mar*, 1939, p. 189.

Assim como os livros, os fardamentos eram enviados pela Confederação Nacional às escolas praianas. Esses trajes eram padronizados em todas as colônias do país e, como se pode observar, inspiravam-se nas vestimentas utilizadas pela Marinha. Essa padronização fazia parte do elaborado ideário militar da instituição sobre as gentes do mar, que, por sua vez, viam tal processo com desconfiança (Callou, 1995).

Apesar de a imagem retratar meninas e meninos uniformizados e de documentar o esforço da Marinha em “civilizar” (ou seja, disciplinar) as crianças e preparar, especialmente, os filhos dos pescadores para aquela instituição militar, surgiam diversos problemas nesse processo. Alice, que estudou até o quarto ano na escola da colônia da Pedra do Sal, relatou que “não tinha farda. A roupa que a gente tinha, era com ela que a gente ia” (Alice, 2023). A reminiscência dessa colaboradora evidencia os limites e percalços de um projeto que buscava homogeneizar a cultura pesqueira no interior do país.

Diante da valorização da pesca durante o governo Vargas, foi fundada na Ilha de Marambaia, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, a Escola Técnica de Pesca Darcy Vargas, com o objetivo de servir como um centro de ensino profissional para crianças das comunidades praianas de todo o Brasil. O *Livro do Centenário da Parnaíba*, obra coletiva lançada em 1944 para celebrar os cem anos da elevação da Vila de São João da Parnahyba à categoria de cidade, registrou que naquela instituição estudavam “muitos meninos parnaibanos, filhos de pescadores” (*Livro do Centenário*, 1944, p. 115). Pobres, os filhos de pescadores muitas vezes

abandonavam os estudos para trabalhar ao lado dos pais na pesca ou na agricultura, o que levava muitas “crianças das praias” a deixar a escola precocemente. Essas instituições recebiam subvenções federais para manter seu funcionamento. Por conta disso, Hippolitho Plech Areias, capitão de fragata e chefe da DPC, advertia que a prioridade para o benefício do primeiro trimestre de 1928 seria dada “às escolas que nele tiverem funcionando com maior regularidade” (*A Voz do Mar*, 1928, p. 25).

Naquele período, no Piauí, as escolas Coronel Jonas Correia e São Sebastião, mantidas pelas colônias Z-1 e Z-3, foram as que receberam a subvenção federal (*A Voz do Mar*, 1929, p. 26), respectivamente 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e 100\$000 (cem mil réis). Esse financiamento estava condicionado à frequência dos alunos matriculados. A primeira funcionou por três meses, enquanto a segunda permaneceu ativa por apenas dois. Enquanto isso, ainda em 1928, outra escola da Z-3, a São José, deixou de receber a subvenção federal por não atingir, em março, a frequência média exigida (*A Voz do Mar*, 1928, p. 31).

“Nadando contra a correnteza”, duas mulheres que entrevistei ao longo desta investigação afirmaram que, mesmo trabalhando, puderam estudar. Dona Milagre, de 58 anos, frequentou os bancos escolares, embora não os das escolas da colônia. Ela recorda que trabalhava ao lado do pai consertando peixe, ou seja, descamando e retirando as vísceras do animal antes da venda. Essa lembrança não habita apenas sua memória, mas também seu corpo. Enquanto falava sobre aquele serviço e mencionava que fazia aquilo para comprar um vestido, mostrava-me as cicatrizes em suas mãos, marcas de um acidente causado pela faca que usava diariamente e que, em certo momento, lhe escapuliu.

Já em Pedra do Sal, Alice lembra-se de coletar mariscos na beira da praia com uma colher ou, então, de trabalhar longe dali, como empregada doméstica em casas de família em Parnaíba. Diferente da outra narradora, Alice foi aluna da escola mantida pela colônia da Pedra do Sal. Um ponto que chamou atenção ao longo das entrevistas foi que a maioria das mulheres entrevistadas recebeu algum tipo de letramento formal, enquanto poucos foram os homens que afirmaram ter estudado.

Antônio de Laura comenta que a Colônia de Luís Correia manteve, anos depois, escolas no Coqueiro e no Sobradinho. “Aqui era Carmosa. No Sobradinho era Felipe. No Carnaubal eram outras pessoas, eu não sei como era o nome... Maria Helena! Tudo em função da Colônia” (Antônio de Laura, 2024). Apesar disso, ele próprio não conseguiu estudar, ao contrário de seus dois irmãos e de uma irmã, que frequentaram a escola da Colônia, mas, segundo ele, “nem aprenderam nada, foi pouco tempo” (Antônio de Laura, 2024), lamentou o narrador. Por outro

lado, lembro-me de Tereza Severiano, moradora da Pedra do Sal, que teve a oportunidade de frequentar a escola da Z-7, a qual, em seu entendimento, “era a maior escola que tinha” (Oliveira, 2017). Seja como for, o duro trabalho no mar e os estudos desgastavam crianças e adolescentes. Garajau foi um dos muitos meninos que cedo trocaram as salas de aula pelas artes da pesca. Ao se recordar da vida escolar, o colaborador afirmou

Estudei! Estudei bastante. Meu professor foi o Manoel Alfredo Coringa. Estudei aqui na Pedra do Sal. Estudei até o segundo ano. Passei para o terceiro e não deu mais certo não. Acho que a pescaria estava melhor que o terceiro. Aí de lá para cá não estudei mais. Continuei só na pescaria (Garajau, 2019).

Além das narrativas, não encontrei registros sobre o professor de Garajau. Contudo, nota-se que ele é uma figura importante nas memórias dos moradores desse lugar, sendo um dos primeiros moradores dessa praia, no tempo “que só existiam dez casas no lugar [...] os moradores mais velhos eram o Severo, Coringa, Anjo, Zé Grosso, Zé Vitorino, Fortuna e o Coringa⁴⁴” (Rocha, 2015, p. 29). Professor por anos nessa comunidade, Alfredo Coringa é constantemente citado quando se faz o trabalho da escuta em Pedra do Sal.

Mesmo tendo estudado pouco, Garajau avalia os saberes aprendidos e me conta ter estudado muito, conclusão essa que não deve ser desconsiderada se levarmos em conta seu contexto. Os conhecimentos adquiridos no mar e aprendidos ao longo de sua vida na atividade pesqueira talvez tenham mais sentido que ler, escrever e contar – o que não quer dizer que Garajau não tivesse tais habilidades, pelo contrário. Nas duas entrevistas feitas com esse homem, em ambas trouxe cadernos que preciosamente guardava, tal qual um tesouro. Ali estavam rabiscos e letras de emboladas e cantigas de coco - dança ancestral com raízes afro-luso-indígenas (Farias, 2022) presente nos sertões e nas praias do país.

Na esperança de que ainda que o tempo avariasse sua memória, ou quem sabe de perpetuá-la um pouco mais, o pescador escrevia ou pedia à neta que escrevesse naquelas folhas, suas composições. No trabalho da memória, ao contar sobre o visgueiro, um lugar piscoso encontrado por ele e um colega cearense há vários anos, o idoso, mesmo que com pouco sucesso, já que disse não recordar tão bem dessa embolada, contou e cantou:

Eu fiz um versinho, mas eu esqueci como era. Era em 71. Na era de 71. Lembro mais não. Lembro mais não. Na era de 71, eu e o colega. Saímos para pescar...não, não dá certo mais não. Eu perdi tudo. Ele era Gregorinho, morava no Ceará. Deixou essa pesca. Para eu continuar. Junto com os companheiros. Nas águas do mar. Era isso, mas o verso que eu fiz era mais bonito (Garajau, 2019).

⁴⁴ Na publicação que foi extraída a passagem, notei que o nome Coringa aparece duas vezes na mesma sentença, o que talvez poderia ser um erro da autora ou mesmo da transcrição, como se pode ver, tal repetição foi mantida.

Embora a lembrança contida na composição pareça ser puramente pessoal, ela está intrinsecamente ligada ao coletivo da comunidade. Uma vez encontrado, o visgueiro teve sua localização compartilhada com os demais pescadores da vila pesqueira. O idoso relatou que, ao retornar à terra firme com uma grande quantidade de peixes, informou aos colegas como chegar ao local. Na época, aquelas gentes do mar não dispunham de instrumentos de localização, como o GPS, atualmente utilizado até na pesca artesanal. Munidos apenas dos conhecimentos adquiridos na lida com as águas salgadas, ele explicou que um bom pescador consegue encontrar um local, mesmo com poucas informações. Por décadas, o visgueiro alimentou diversas famílias da Pedra do Sal. Ao finalizar sua história, o narrador afirmou: “Ainda hoje é visgueiro lá. Ainda hoje é visgueiro. Agora, só quem tem as partes melhor é quem tem GPS. Quem não tem, padece como o quê” (Garajau).

Essa narrativa do pescador é valiosa para refletirmos sobre o processo social da memória. A memória, seja individual ou coletiva, é constituída, como explicou Michel Pollak (1992), por acontecimentos que podem ser vividos diretamente ou “por tabela”. O sociólogo também ressalta que “a memória é constituída por pessoas, personagens” (Pollak, 1992, p. 201). Assim, ao afirmar que fez parte da descoberta do visgueiro, Garajau se inscreve na memória coletiva da Pedra do Sal, tendo como prova de seu feito o testemunho dos outros pescadores que estavam com ele naquele dia.

No entanto, esse feito é contestado por outro idoso da mesma praia, mais jovem que Garajau. Segundo esse narrador, seu colega de ofício não foi um dos responsáveis por encontrar o local. Aqui, não cabe verificar quem de fato localizou o visgueiro—se apenas Gregorinho ou se Garajau, junto com o pescador cearense citado. O que se revela, na verdade, são conflitos na e pela memória. Evocando novamente Pollak, cada comunidade possui dentro de si memórias dissidentes, e é por meio de negociações e exclusões individuais que as memórias coletivas são construídas.

Longe dali, na praia do Coqueiro, o coco também se fazia presente. Em entrevista para a Comissão Ilha Ativa, Antônio de Laura, então com 63 anos, afirmou: “A brincadeira que tinha era do coco. Aprendemos de pessoas do Ceará. A festa acontecia uma vez por ano, com sanfona no Coqueiro, no mês de junho; no Carnaubal, na entrada do ano; e também no Sobradinho” (Rocha, 2015, p. 13-14). Certos pescadores dessa mesma praia também mantêm a tradição de cantar suas proezas e diferentes histórias em versos.

Após o trabalho de escuta nesses locais e a análise de algumas músicas do coco, especialmente aquelas que versam sobre as artes e o cotidiano da pesca, surge a indagação: esse

costume seria uma forma de transmissão da memória social desses trabalhadores—com os lugares mais piscosos, seus desbravadores e o próprio passado da comunidade—ou estaria ligado à influência da Marinha, que utilizava músicas nas escolas mantidas pelas colônias para imprimir sua ideologia e valores?

A segunda hipótese foi formulada a partir do estudo de Callou (1995) sobre *A Voz do Mar*. Ao encontrar letras e hinos cívicos nessa publicação, o sociólogo identificou a música como um meio importante para o letramento das crianças das praias. Com isso em mente, perguntei a dona Alice, ex-aluna da escola da Colônia da Pedra do Sal, sobre o que se aprendia e se havia músicas ou hinos no ensino. Prontamente, ela respondeu: “Aprendi só a ler mesmo. Não tinha música, não ensinavam a cantar hino. Não tinha nada disso! A única coisa que eles ensinavam era o Hino Nacional na escola” (Alice, 2023).

2.3 Artes da pesca

Uma das mais antigas expressões da atividade humana (Diegues, 2004), a pesca pode ser compreendida como o ato de se apropriar fisicamente dos corpos d’água, sejam eles doces ou salgados. No geral, essa prática reúne um vasto conjunto de saberes ancestrais, desenvolvidos e refinados ao longo de gerações. A observação atenta das marés, das fases da lua, da posição das estrelas, dos ventos, das correntes marítimas e dos hábitos da ictiofauna são apenas alguns dos elementos que compõem a complexa rede de conhecimentos das populações pesqueiras.

Repassados principalmente pela oralidade e pelo trabalho cotidiano, seja na terra ou no mar, esses saberes não são meros vestígios do passado—pelo contrário, continuam a atravessar a história e a se transformar. Como destaca Adélia Borges (2020, p. 143), “embora se baseie no passado, ele [o conhecimento sobre a pesca] aponta para o futuro, por estar em consonância com a compreensão contemporânea a respeito das várias dimensões do desenvolvimento sustentável”. A pesca artesanal brasileira é um verdadeiro amálgama de culturas, moldadas ao longo do tempo histórico. Angelo Brás Callou (2010, p. 45) discorre que “toda uma cultura desenvolvida na costa brasileira manteria muitos dos seus vínculos mais autênticos da colonização, da influência indígena e africana”. Na região pesquisada, observa-se esse encontro de tradições nas artes da pesca, especialmente a influência indígena, perceptível no léxico utilizado para nomear plantas (jiquiri, aninga), peixes (camurupim) e técnicas de pesca (puçá, jiqui, urú).

Na foz do rio Parnaíba, onde suas águas se encontram com o Atlântico, os povos indígenas, ainda no período colonial, já rumavam ao mar para pescar peixes, moluscos e crustáceos (Costa Filho e Moraes, 2021). Essa prática, iniciada há séculos, permanece viva entre os habitantes da região. Diante desse contexto, o presente tópico se propõe a documentar a presença dos povos da praia e parte de seu rico patrimônio, com foco nas artes da pesca. Serão analisadas aqui exclusivamente as pescarias realizadas no mar, ficando fora do escopo desta discussão outras formas de pesca, como as praticadas em rios e lagoas.

Relegada por anos enquanto um saber exótico ou mesmo ultrapassado, nas últimas décadas, as ciências desenvolvidas pelas gentes do mar são hoje caminhos para a sustentabilidade e um meio ambiente mais saudável. Para Johan Vincent, “também deve ser notado que o conhecimento das populações costeiras é em si uma nova pesquisa⁴⁵” (Vincent, 2008). Tarefa que não é das mais simples, mas de extrema importância, a cultura da pesca será analisada a partir dos olhares exteriores a essa paisagem, isto é, dos que faziam as temporadas de recreio e dos relatórios da Marinha, junto a esses documentos, foram ouvidas ainda as narrativas de homens e mulheres das praias.

Alguns documentos datados da primeira metade do século XX dão pistas de como eram as artes da pesca marítima no Piauí naquele período. Caso as sigamos, perceberemos conflitos e discordâncias entre as artes de pesca desenvolvidas e a presença e intervenção do Estado ou de indivíduos que percebiam a atividade como carente de melhoramentos e de “modernização”. Em um breve panorama, o Relatório do Ministério da Marinha de 1919 descrevia a atividade pesqueira no país. Especificamente sobre o Piauí, informava que havia ali 296 embarcações de pesca matriculadas, dessas, “sendo 42 empregadas na pesca ao longo da costa” e as demais na pesca fluvial (Brasil, 1919, p. 47). Canoas de madeira eram as embarcações utilizadas pelos pescadores, que faziam uso de diversas artes.

Na costa, a pescaria era exercida “por meio de currais, por meio de linha com anzol e arpão; nos rios ela se faz com as redes de arrastão, o que é proibido conforme declara a capitania, mas se verifica e se exerce por não ter a capitania meios de fiscalização” (Brasil, 1919, p. 47). Apesar das críticas aos currais e, como foi exposto antes, mesmo com as ações de destruição dessa arte de pesca promovidas por Penna Botto, observou-se, ao longo da leitura de documentos escritos e da memória oral de pescadores, a permanência dessa prática no litoral

⁴⁵ Tradução livre. No original: Il convient également de noter que la connaissance des populations littorales est elle-meme une recherche neuve.

piauiense. De igual modo, nota-se, mais uma vez, o limite da capitania para fiscalizar a pequena costa do estado.

Conforme a reportagem “A pesca no Coqueiro”, os currais ainda existiam nessa vila no final dos anos 1940 (O Norte, 01/03/1947, p. 1). Admirado pela engenhosidade, o repórter se perguntava como o peixe entrava e não conseguia sair da armadilha. Filho daquele lugar, o pescador Antônio de Laura lembra que conheceu todos os tipos de pescarias realizadas no Coqueiro, entre elas a de currais, e recorda-se de que naquela praia “aqui era perto, a gente via os currais” (Antônio de Laura, 2024). A agudeza não ficava apenas por conta da armadilha que prendia o peixe, mas também pelos diversos saberes envolvidos. O velho pescador diz que, para essas artes de pesca, são necessários vários materiais, entre eles arame e madeiras, estas retiradas de mata alta. Das madeiras, faziam-se os mourões, os estrepes e as cintas, trazidas de outros lugares, como Cocal, no Maranhão, e Caxingó.

Conforme o narrador, o piquiá, a ata-brava ou conduru eram as madeiras utilizadas para montar os currais. A carnaúba madura, conseguida na Ilha das Batatas, no Delta, era pouco utilizada; no entanto, por ser bastante duradoura, passava por um certo processo. “Bota de molho lá dentro do mar, amarrada. Aí depois leva pro curral. Então tá curada. Uma carnaúba enfiada dentro do mar dura muitos anos. Cria ostra, mas o miolo dela, a ostra não vai assim nele fácil” (Antônio de Laura, 2024), explicou o pescador.

Diferente do que afirmavam os intelectuais da época, que entendiam essas pescarias como rústicas, havia um conhecimento empregado e valorizado coletivamente na vila pesqueira. De igual modo, ao me ensinar sobre essa arte de pesca, o pescador também mencionou como os currais eram alterados por animais não humanos. Segundo Tim Ingold, “descrever as propriedades dos materiais é contar as histórias do que acontece com eles enquanto fluem, se misturam e se modificam” (Ingold, 2015, p. 65). Assim, os currais não eram apenas alterações na paisagem oriundas da agência humana — afinal, para construí-los, a vegetação original foi desmatada, os troncos removidos de seu lugar de origem e, uma vez na praia, transformavam a paisagem praiana —, mas também eram modificados pela ação de outros seres vivos, como as ostras, que ali se fixavam e se reproduziam.

O maranhense Raimundo Fonseca Mendes, vinte anos depois, teria um olhar bastante diferente do colaborador de *O Norte*. Mendes chegou a Parnaíba em 1932 e, desde então, contribuía com seus textos para o *Almanaque da Parnaíba*, e foi fundador das revistas literárias *Gleba* e *Harpa* (Almanaque da Parnaíba, 1943, n.p.), não sendo, portanto, desconhecido dos leitores parnaibanos. Nas palavras desse jornalista, impressas no recém-nascido *O Norte do*

Piauí — matutino de propriedade de Mário Rodrigues Gomes Meireles —, a pesca de curral era “uma atividade falível, meio aventureira” (O Norte do Piauí, 30/09/1967, p. 05). Fonseca Mendes defendia a indústria pesqueira, julgando-a uma oportunidade para o crescimento econômico do estado. Com o passar dos anos, essa arte foi desaparecendo quase por completo nas praias piauienses. De acordo com o monitoramento realizado por Silva et al. (2010) entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 nas praias do estado, restavam apenas três currais de pesca, todos situados no município de Cajueiro da Praia.

Diferentemente do relatório da Marinha de 1919, ao descrever Parnaíba, o advogado e professor José Pires de Lima Rebelo afirmou que, na época da publicação de seu texto para o livro *O Piauí na época do centenário de sua independência* (1923), nada havia “de científico sobre as costas piauienses” (Estado do Piauí, 1923, n.p.). Rebelo chama atenção para os dados publicados sobre a Baía de Amaração, que, segundo ele, “pecam pela minha falta de preparo especial sobre a matéria” (Estado do Piauí, 1923, n.p.). Desse modo, suponho que as informações por ele trazidas acerca da pesca no Piauí sofram da mesma imprecisão, uma vez que estavam na mesma seção.

Além disso, seu texto apresenta a visão de um homem letrado sobre a cultura de sujeitos com pouco letramento, mas detentores de vastos conhecimentos sobre o ofício exercido em meio aos mares e marés. Sobre a atividade pesqueira em Parnaíba, o advogado discorreu:

A pesca na nossa costa, feita em tarrafá, anzol e currais, demonstra a riqueza ictiôgena do nosso planalto continental. As espécies mais comuns são a pescada (da espécie do bacalhau), vermelho, sardinhão, xaréu, serra, cavala, arenque, enchova, camurupim, arraia, sardinha, tainha, bagre, saúna, coró, além de inúmeros pequenos e outros desaproveitados, como o tubarão, o boto e o espadarte (Estado do Piauí, 1923, p. 74).

Na descrição, o autor se ateve especificamente à pesca marítima praticada no município, isto é, em Pedra do Sal, e afirmou: “a fauna terrestre e fluvial é comum aos outros municípios”. Por ser ordinária aos demais lugares do estado, outras pescarias não foram destacadas, privilegiando-se, assim, a “pesca de mar”. O texto também apontou as técnicas centenárias empregadas pelos pescadores em seu ofício e a ictiofauna marítima.

Observa-se, ainda, a ausência da menção a outra rede de pesca, as caçoeiras. Caso existissem, o autor omitiu essa arte, restringindo-se às tarrafas, sem informar os materiais utilizados em sua confecção. O advogado documentou, ainda, a presença de animais pouco avistados no mar daquela vila praiana no presente, como o tubarão, o boto e o espadarte, espécies constantemente citadas nas narrativas dos moradores de Pedra do Sal e que, de certa maneira, despertam a imaginação e a curiosidade de quem lê as fontes escritas ou escuta as comunidades pesqueiras.

Sobre este último animal, mais de vinte anos depois, *A Voz do Mar* informava tanto sua presença no estado quanto seu uso no mercado. A revista documentava que o “peixe-serra ou espadarte (*Pristis*), muito abundante no extremo norte do país (Pará, Maranhão e Piauí), estava sendo aproveitado para a extração do óleo do fígado, órgão este bastante volumoso” (*A Voz do Mar*, 1944, p. 255). Talvez, devido à sobrepesca, essa espécie tenha se tornado cada vez mais difícil de ser capturada ou mesmo avistada na costa do estado.

Outra descrição da atividade pesqueira realizada na região litorânea piauiense, presente no mesmo livro, foi a de Madeira, citado por Correia em seu texto sobre Amarração. De acordo com Madeira, a pesca no Piauí era realizada naquele momento “pelos processos primitivos: a linha, o arpão, o curral, as redes de malha estreita, as tarrafas e as tapagens” (Estado do Piauí, 1923, p. 49). Diferente de Rebelo, Madeira faz um juízo de valor sobre a atividade, classificando-a como primitiva. Essas vozes externas sobre a pesca ecoariam ao longo das décadas e não se restringiam apenas às gentes do mar piauienses.

Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel (2017, p. 167) definem caçadores, coletores e pescadores como “povos naturais”. Para esses antropólogos, assim como os indígenas, esses grupos são frequentemente representados “como uma gente presa num emaranhado confuso de superstições e crendices, vivendo com estoico fatalismo as precárias condições de existência, que um modo de vida incerto é capaz de extrair do ambiente, com parques e rudimentares recursos e saberes técnicos”. Partindo dessa perspectiva e retomando as descrições feitas nas breves linhas de Madeira, nota-se a concepção do intelectual sobre os povos do mar e sua atividade: indivíduos atrasados que, munidos de apetrechos rústicos, lutavam para sobreviver contra uma natureza feroz.

Decerto, a imagem dessas pessoas não condizia com o ideário de progresso republicano desejado, visão essa compartilhada não apenas pela elite econômica e pela classe dirigente de Parnaíba ou do Piauí, mas de todo o Brasil. Seis anos após as descrições de Madeira, uma nota publicada na edição de novembro de 1929 d’*A Voz do Mar* destacava a piscosidade das águas piauienses. De acordo com o texto, “embora possua um litoral diminuto, o Piauí não é um Estado desprovido de riqueza aquática e a sua aquícola é bem variada e importante, concentrando-se na parte do Parnaíba vizinha à foz e nas praias que formam a sua costa marítima” (*A Voz do Mar*, 1929, p. 35). Em seguida, foi reproduzido um conciso questionário elaborado pela Diretoria de Portos e Costas e dirigido a Benjamin Mendes da Silva, presidente da Colônia Z-6 de Barra Grande, sobre a pesca naquela vila. Por meio das perguntas

direcionadas à tainha e sua captura, nota-se a importância mercantil e utilitarista de se conhecer a costa, bem como seus recursos pesqueiros.

No ano seguinte, com o objetivo de tabelar os preços do pescado no Mercado Público de Parnaíba, a prefeitura municipal, em conjunto com a Capitania dos Portos do Piauí, empenhou-se em organizar e classificar os peixes de água doce, salgada e os frutos-do-mar ali comercializados. Apesar de não apresentar os valores, a tabela impressa no número 92 da revista *A Voz do Mar* ilustra os peixes mais “nobres”, acompanhados de outros menos “prestigiados”.

Classificação dos peixes						
1ª classe		2ª classe		3ª classe		4ª classe
Mar	Rio	Mar	Rio	Mar	Rio	
Camurupim	Fidalgo	Pescadinha	Piau	Camorim	Espadarte	Pacamão
Pescada	Mandubé	Tainhas	Branquinha	Mero	Surubim	Arraia
Serra	Mandi-assu	Carapebas	Curimatã	Cação		Sardinha
Cavala	Piraíba	Curucas		Pirucaia		Piranha
Garoupa	Sardinhão	Badejo		Barbado		Palombeta
Enchova	Corvina	Cherno		Bagre		Piaba
Lagosta		Camarão		Parum		Traíra
		Saúna		Tartaruga		Sarapó
		Corós				Cará
		Xaréu				Pirambeta

Tabela 3. Classificação de pescados no mercado público de Parnaíba. Tabela feita a partir dos dados da *Revista A Voz do Mar*. 1930, p. 154.

Alguns dos peixes classificados como de “primeira classe”, com exceção da lagosta — que, como se sabe, é um crustáceo —, da garoupa e da enchova, são espécies de grande porte, ultrapassando um metro de comprimento. Em contrapartida, os de “quarta classe” são menores e mais fáceis de capturar. A classificação desses animais e, de certo modo, sua hierarquização deve ser compreendida dentro de um contexto social, refletindo a forma como as distinções são afirmadas. De acordo com Bourdieu (2011, p. 174), “na classe dominante pode-se distinguir, simplificando, três estruturas de consumo distribuídas em três itens principais: alimentação, cultura e despesas com apresentação de si e com representação”. Ainda segundo o sociólogo francês, os grupos socialmente mais privilegiados, no que diz respeito à alimentação, estão mais preocupados com o *parecer* do que com o *ser* (Bourdieu, 2011). Nesse sentido, a organização dos pescados indica não apenas quais eram consumidos no mercado parnaibano e na região,

mas também como essas proteínas eram utilizadas dentro do sistema econômico pela elite local para se distinguir dos demais grupos sociais.

A ostentação desses alimentos ocorria tanto nas refeições cotidianas quanto nos banquetes (Baptista; Costa Filho e Nascimento, 2020) que as elites do norte piauiense promoviam para seus concidadãos, como forma de comemoração e de fortalecimento de laços políticos. A classificação feita pela Capitania de Parnaíba não apenas revela diferenças nos hábitos alimentares do litoral piauiense conforme a classe social, mas também fornece subsídios para interpretar as mudanças no consumo de animais na região ao longo da história. Certos silenciamentos chamam a atenção. Moluscos como marisco, sururu e ostra, além de crustáceos como caranguejo-uçá e siri, historicamente consumidos por pessoas pobres e moradores das zonas ribeirinhas (Braga, 2023), praianas (Mauricio, 2019) e mesmo por trabalhadores urbanos (Oliveira, 2017; Pereira, 2021), não figuram na tabela⁴⁶.

Por outro lado, algumas espécies que outrora eram utilizadas como alimento hoje são protegidas por legislação ambiental, como a tartaruga e o mero, ambos em risco de extinção. No caso da primeira, não há especificação sobre o consumo da carne ou dos ovos, mas é provável que ambos fossem aproveitados. Na região litorânea do Piauí, eram consumidas tanto tartarugas de água doce quanto de água salgada. Assim, não se sabe ao certo quais espécies eram comercializadas nos mercados: se eram as cangaparas (*Phrynops tuberosus*) ou jurarás (*Trachemys adiutrix*), répteis que habitam as lagoas das ilhas e os rios do Delta, ou se eram espécies marinhas, como a aruanã e a tartaruga.

Nas reminiscências de Vicentão, ambas as espécies marinhas eram consumidas tanto no Piauí quanto em seu estado de origem, o Ceará. Ele ressaltou a diferença econômica entre os dois répteis: “Antigamente, o casco da tartaruga era caro. Tirava o casco dela que parece que era para fazer pente. Agora a aruanã, o casco dela não serve para nada não” (Vicente, 2023). Até a década de 1970, a caça desses animais era juridicamente permitida. O próprio Estado brasileiro, à época, sequer reconhecia a presença de tartarugas marinhas em suas praias e não possuía programas voltados para o ecossistema marinho; as pesquisas sobre esses animais também eram escassas (Suassuna, 2001). Durante os governos ditatoriais, especialmente no contexto do “milagre brasileiro”, as questões ambientais foram amplamente negligenciadas, mesmo após os debates internacionais promovidos na Conferência sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972 (Dean, 2020).

⁴⁶ Em outra produzida em 1929 pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, contida na *Voz do Mar*, a captura do mesmo crustáceo é zero.

A primeira medida restritiva ocorreu em 1976, com a Portaria nº 18, de 29 de outubro, da Superintendência da Pesca Artesanal (SUDEPE), que proibiu a captura de tartarugas marinhas e de seus ovos. No entanto, o parágrafo único da mesma portaria permitia que as espécies *Chelonia mydas* (aruanã) e *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda) continuassem a ser capturadas de forma disciplinada pelos pescadores artesanais. Somente na década seguinte tiveram início as primeiras pesquisas e ações voltadas à conservação desses quelônios (Benevides, Franco e Braz, 2017), culminando, em 1986, na Portaria SUDEPE nº 05, de 31 de janeiro, que proibiu integralmente a captura de qualquer espécie de tartaruga marinha.

Além desses dois animais ameaçados de extinção, vale destacar outro: o já citado camurupim. Peixe de grande porte, podendo alcançar até dois metros de comprimento, essa espécie habita as águas costeiras brasileiras, do Amapá ao Espírito Santo. *A Voz do Mar*, em sua edição de número 114, de 1933, exibiu orgulhosamente um exemplar capturado em Soure, no Pará, no ano de 1919, onde era chamado de pirapema.

A pesca do camurupim é, segundo os pescadores, uma tradição que atravessa gerações. Um quadro informativo sobre a pesca marítima no Piauí, publicado em *A Voz do Mar*, evidencia a abundância dessa espécie: em 1936, foram pescadas no estado 5.500 unidades do animal, totalizando 66 mil quilos (*A Voz do Mar*, 1936, p. 165). A carne e a ova continuam sendo bastante apreciadas tanto pelas classes mais abastadas quanto pelos próprios pescadores. A captura de um espécime exige paciência e grande esforço físico, pois são utilizados apenas anzóis, linhas, arpões e a força bruta para retirá-lo da água.

Atualmente, as redes de pesca são confeccionadas com materiais sintéticos ou adquiridas prontas em lojas especializadas. No entanto, conforme narram os pescadores mais antigos, esse trabalho era inteiramente artesanal no passado. Manualmente, confeccionavam-se caçoeiras e tarrafas. Com o uso de agulhas e tabuletas, mãos habilidosas teciam redes de cem a duzentos metros, sob a forte luz do sol ou a fraca iluminação das lamparinas. Dependendo do tamanho, esse processo podia levar horas ou até mesmo dias. As fontes escritas também evidenciam que, antes do uso de materiais sintéticos, as linhas das redes eram feitas de fibras vegetais.

Isso ocorria não apenas no Piauí, mas também em outras regiões do Brasil. Mello e Vogel (2017, p. 43) relatam que, antes da popularização do náilon, em Maricá (Rio de Janeiro), as redes eram confeccionadas com fios de algodão ou tucum, adquiridos nos comércios locais ou por meio do escambo. Em um texto publicado em 1944, *A Voz do Mar* destacou o uso do fio do tucum como alternativa ao linho e ao cânhamo, materiais importados e escassos no mercado

devido à Segunda Guerra Mundial. A revista registrou: “há regiões do nosso país, longe dos centros de civilização, que [pescadores(as)] recorrem exclusivamente ao tucum para a feitura de suas redes. No Norte, no Nordeste, é usado o tucum, mesmo sem o preparo racional, como seria de desejar” (A Voz do Mar, 1944, p. 196).

No Piauí, assim como em outros estados, os fios também podiam ser produzidos artesanalmente a partir do algodão, comprado nos mercados dos Morros da Mariana, de Luís Correia ou no atual centro de Parnaíba. Especificamente em Pedra do Sal, pescadores relataram que, no passado, a fim de enrijecerem a linha e torná-la mais resistente, costumavam cozinhá-la com a casca do muricizeiro (*Byrsonima crassifolia*), arbusto amplamente presente na região. Os mais velhos também mencionaram que as caçoeiras eram inexistentes nas praias.

A pesca é uma atividade dinâmica, em constante transformação, e as sociedades pesqueiras possuem suas próprias particularidades (Ramalho, 2021), desenvolvendo técnicas e apetrechos que podem variar ao longo do tempo. Ao reunir diferentes relatos, observei que algumas artes de pesca são mais recentes e foram incorporadas com a chegada de pescadores vindos de outros estados. Por ter o menor litoral do país e estar localizado entre o Maranhão e o Ceará, historicamente, os pescadores do Piauí utilizavam-se também dos mares desses estados e de seus recursos pesqueiros. Da mesma forma, diversas leva de pescadores maranhenses e cearenses migraram para as praias piauienses e para as ilhas do Delta (Braga, 2023), trazendo consigo os saberes de suas terras e enriquecendo ainda mais a cultura pesqueira local.

Na reminiscência do pescador Antônio de Laura, na praia do Coqueiro, “em 1958 e 1959, foi que as famílias vindas do Ceará ajudaram a desenvolver a pesca. Chegaram ensinando a pescar com anzol de aço inoxidável e com linha de náilon” (Rocha, 2015, p. 16). De fato, com o aumento do uso de derivados de petróleo, o náilon passou a ser largamente empregado, substituindo os fios vegetais. Embora mais resistente, o fio de náilon é hoje um dos principais responsáveis pela presença de plásticos nos oceanos. Quase dez anos mais velho que aquele pescador, Garajau também se recordou de que, na Pedra do Sal, algumas pescarias atualmente realizadas não existiam. Ao recordar-se dos primeiros anos nas lides de pesca, o colaborador contou:

quando eu comecei, só tinha três fases de pescaria. Era na linha e o anzol. A linha e a tarrafa aqui na praia. Era o movimento que nós movimentávamos para pescar. O anzol no mar, na canoa. E a tarrafa na praia. Nós não tínhamos aparelho de rede, curral, nós não usávamos não. Em 76. 80? Em 70 e pouco foi que começou a aparecer rede e tudo (Garajau, 2019).

Mesmo com essas técnicas ditas “primitivas”, os pescadores comentam que a pescaria era farta, rememoração igualmente evocada pelos idosos de outras vilas pesqueiras da costa do

Piauí, dentre elas Barra Grande (Lima e Lima, 2022). Para a Comissão Ilha Ativa, Djanira Cardoso, de 73 anos, em 2014, contou que, no Coqueiro, “matava-se muito peixe. Matava-se tanto peixe que queimava uma parte para não fazer carniça na praia. Do camurupim tirava-se só a carne e levava-se salgado para Parnaíba. Do espinhaço com a cabeça faziam um monte e queimava-se tudo” (Rocha, 2014, ps. 17-18). Outra mulher dessa mesma praia, dessa vez por mim entrevistada, ao longo de sua narrativa recordou as experiências vividas por quem veio antes de si. Milagre, filha de vaqueiro, isto é, de um pescador de curral, conta que o pai lhe embalava com histórias de pesca

O meu pai era um pescador de currais. E o papai era chefe de curral! Do Almir, finado Almir. Adonias. Esses já foram. Ele era o chefe! Então, tinha muita fartura de, peixe! Muita, muita, muita, muita. Meu pai dizia que tinha tanto peixe que ele trazia a canoa cheia de peixe. A canoa vinha cheia de bonito. Tem um peixe chamado bonito. Aí botava tudo dentro do mar. Hoje uma canoa de bonito, é muito dinheiro aqui. Se pegar uma canoa de bonito, você fica cheio da grana. Por ter muito peixe, não tinha como lutar com esses peixes não. E ninguém nem queria. Devolvia para o mar. (Milagres, 2023).

Nessa reminiscência da colaboradora, percebe-se não só a memória herdada, mas também o vínculo com a figura paterna, constantemente evocada em sua narrativa. Acerca da fartura, devido à volumosa quantidade de pescado e à falta de consumidores, os trabalhadores do mar eram obrigados a descartar o peixe no mar. Quanto ao pai, na entrevista e mesmo no momento da pré-entrevista, orgulhava-se de ele ter sido chefe de curral, trabalho que, segundo ela, poucos exerciam naquela praia.

As fontes impressas também documentam a fartura de pescado. Especificamente sobre Luís Correia nos anos 1950, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* registrou que esse município possuía “duas colônias de pescadores que apresentaram um movimento de pesca bastante expressivo, o qual, somado à pesca não colonizada, totalizou a importância de Cr\$ 3.913.300,00” (IBGE, 1959, p. 523). Quanto a Parnaíba, o valor foi três vezes menor, sendo de 982.500,00 cruzeiros (IBGE, 1959, p. 556). Apesar dos montantes informados em ambos os municípios, a publicação não especificou se eram peixes de água doce ou salgada.

Os pescados eram vendidos longe das praias, nos mercados de Parnaíba, Luís Correia ou mesmo em municípios do Ceará. Registrando as cenas diárias no Mercado Municipal de Parnaíba em 1956, o jornalista Luciano Lacerda escreveu para *Aljava*: “‘Serras’ e ‘Camurupins’ enormes que em outras cidades custariam os olhos da cara. Aqui [em Parnaíba], compra-se peixe a vinte cruzeiros o quilo, bem bom e gostoso dos viveiros do ‘Coqueiro’” (*Aljava*, 31/08/1956, p. 04). No geral, atravessadores esperavam os pescadores retornarem do mar,

compravam o peixe a valores mais baixos e revendiam na cidade. Nessa dinâmica, fica explícito com quem ficava a maior parte dos lucros.

Em outros casos, alguns trabalhadores do mar não terceirizavam a venda do pescado. Como não tinham condições de refrigerá-lo, os peixes eram primeiramente salgados e expostos ao sol para não estragarem. Da Pedra do Sal, o peixe seco, ou mesmo fresco, era transportado nos lombos de animais ou nas costas de homens até os mercados parnaibanos. Antes dos anos 1970, todo o percurso era realizado a pé, em meio à areia fofa. Saíam de casa de madrugada e retornavam no final da tarde. No Coqueiro, a experiência era semelhante. No entanto, rumavam até o centro de Luís Correia, onde podiam vender parte dos peixes. Outros pescadores caminhavam até a sede do município e, posteriormente, embarcavam no trem para comercializar suas mercadorias na cidade vizinha. Muito se trabalhava, e o pescador pouco lucrava. As reminiscências da piscosidade de outrora são quase sempre evocadas ao lado da pobreza material vivenciada naqueles areais.

Em seu estudo sobre Copacabana, Julia O'Donnell asseverou que os “ocupantes do vazio”, isto é, os pescadores daquela praia carioca, eram “tratados sem a hostilidade que o discurso do progresso recorrentemente empregava (e emprega) em relação ao ‘outro’” (O'Donnell, 2014, p. 63). De forma contrária, eram vistos os pescadores das praias piauienses, alvos de textos que evocavam a modernização de seu trabalho.

Na tensão entre o dito e o não dito das fontes impressas, é possível ouvir as vozes dos grupos não hegemônicos e observar sua presença nos areais, bem como os olhares dirigidos às populações praianas. No supracitado “*Correspondências da praia*”, conjunto de impressões sobre os recreios em Atalaia, Alarico da Cunha afirma que chegou à vila “em tempo de fazer um passeio vespertino pela praia de Atalaia e de conversar com alguns pescadores sobre as possibilidades dos peixes com os quais pudesse contar, ao menos para as primeiras refeições de cada dia” (*O Norte*, s.d./06/1930, n.p.). Segundo o escritor, a ausência de peixes para o consumo dos veranistas se dava por dois motivos. O primeiro, como se pescava no lugar.

O sistema de pesca de linha é ainda muito primitivo e a maioria dos pescadores ficam contentes quando apanham peixes para a sua própria alimentação. Tanto assim que muitas vezes as canoas passam ao longe, surdas aos ecos dos veranistas da praia, que se não trouxerem de Parnaíba uma boa provisão, há de ter dias de fazer “cruz à boca” (*O Norte*, s.d./06/1930, n.p.).

Para Cunha, a tecnologia empregada não permitia a captura de grandes quantidades de pescado, sendo essa, segundo o poeta, realizada da mesma maneira “do que era em tempos coloniais” (*O Norte*, s.d./06/1930, n.p.). Mas essa não seria a única razão. É preciso compreender um pouco sobre as condições do ofício da pesca. A própria imprevisibilidade do

mar, a inconstância dos cardumes e os problemas meteorológicos, como chuvas, ventos e marés, fazem da labuta no mar uma atividade complexa.

A respeito dos percalços e dificuldades enfrentados ao longo de uma vida feita com/no mar, numa de suas histórias, Garajau contou que, “antigamente”, fevereiro era chamado de “o mês do galo” e explicou-me as razões daquele nome. “O pessoal chamava o mês de fevereiro, que era o mês do galo. Quem criava e não podia sair para o mar por causa da chuva, matava a galinha! O último era o galo. Então o mês de fevereiro era o mês do galo” (Garajau, 2019). Devido às chuvas, o oceano recebe “água nova” no inverno, oriunda das precipitações e do rio Parnaíba, que ali deságua, tornando a pesca inviável para muitos pescadores. Sem conseguir trazer peixe para casa, recorriam às galinhas criadas nos quintais. Se o inverno fosse bastante rigoroso e passassem vários dias sem pescar, por último abatiam os galos, já que todas as galinhas haviam sido consumidas.

Uma vez nas praias, os veranistas registravam em verso e prosa as temporadas balneárias. Aqueles que possuíam câmera fotográfica congelavam, por meio da imagem, parte do cotidiano das vilas pesqueiras. Nas descrições textuais, os pescadores recebiam adjetivos que ilustravam as precárias condições de vida material: “pobres”, “atrasados” e “rústicos”. Por sua vez, as imagens que acompanhavam tais textos ilustravam o êxito da pescaria. Quando as narrativas da elite nas zonas praianas não silenciavam por completo os povos da praia, folclorizavam esses sujeitos. Em seu clássico *Território do Vazio*, Alain Corbin (1989) afirmou que, no século XVIII, o “povo das praias” era compreendido como pertencente a um passado primordial e, com o passar do tempo, sua figura foi estereotipada em mídias impressas.

Jean-Didier Urbain compartilha desse entendimento. Conforme o antropólogo francês, a “apropriação artística e literária da orla condenou o espaço e suas gentes a estereótipos, encerrando-os num pitoresco altamente codificado” (Urbain, 2003, p. 38). Embora os estudos de ambos os pesquisadores tratem do contexto francês, os pensamentos de Corbin e Urbain servem como modelos que podem ser testados para compreender os retratos sobre os povos do litoral piauiense. A “rusticidade” das artes da pesca, o árduo trabalho no mar e as simples moradias de palha seriam, na visão dos banhistas, partes integradoras da paisagem. Desse modo, essas populações foram transformadas em elementos constitutivos da natureza primordial e em antíteses da civilidade protagonizada pelo grupo exterior à praia. Esses indivíduos, portanto, conferiam o tom pitoresco aos recreios.

Apesar dos retratos exóticos, os pescadores foram documentados vez ou outra. Suas presenças na praia, bem como a atividade da pesca, emergiam em alguns textos escritos ou em

imagens. Já as mulheres praianas sequer foram mencionadas. Dentre os poucos números do *Almanaque da Parnaíba* que traziam retratos de pescadores em suas páginas, a edição de 1940 daquele anuário, diferentemente de outros textos, não privilegiou os recreios realizados em Pedra do Sal. Tanto o texto escrito quanto as imagens não têm autoria. Sob o título em caixa alta “NOSSAS PRAIAS”, quatro imagens acompanhadas de um breve texto de 20 linhas apresentavam ao leitor um recorte do cotidiano da vida praiana e das artes de pesca, que dizia:

PEDRA DO SAL é uma das mais belas praias do nordeste brasileiro. Quando chega o verão para aí aflui a gozar as delícias do clima e a beleza de seus rochedos milenares, elevado número de veranistas. Linda praia, que ainda espera seu poeta. A fotografia à margem reproduz quatro aspectos da pescaria na Pedra do Sal. A indústria da pesca, ainda, ali incipiente, poderá ser, entretanto, em futuro próximo, desenvolvida, moderna e consoladora. O farol que ali existe é um dos mais antigos do Brasil⁴⁷ (*Almanaque da Parnaíba*, 1940, p. 65).

Como se pode ler no começo da citação, Pedra do Sal era uma estação balneária frequentada. Ali, parte da elite local realizava recreios e, nos meses de julho e agosto, convivia com os moradores da vila praiana. O conjunto de imagens ao qual o texto alude registra a piscosidade do mar piauiense e a labuta dos pescadores. Esse conjunto será analisado após um breve debate acerca da “incipiência” da indústria da pesca, criticada pelo anuário. Os editores do *Almanaque* enxergavam a pesca conforme os olhares da época; portanto, faz-se necessário contextualizar o período. Com a chamada Revolução de Trinta, que deu origem ao governo Vargas (1930-45), passaram a ser debatidas outras concepções sobre a natureza brasileira, até então desconhecida pelas classes dirigentes que seguiam o liberalismo europeu. A partir do novo regime, tornou-se essencial reconhecer o povo e a natureza brasileira a fim de explorá-los (Gomes, 2005) e transformar a nação.

Além disso, com a ascensão de Vargas ao poder em 1930, três anos depois a atividade pesqueira, antes vinculada ao Ministério da Agricultura, passou para a pasta da Indústria e Comércio. Durante a ditadura do Estado Novo, segundo o historiador Bruno Biasetto, a pesca marítima ganhou grande destaque. Vislumbrando aproveitar todo o potencial marítimo do país a partir das políticas de desenvolvimento desse setor, foram criados “entrepósitos pesqueiros, que eram centros regionais para a industrialização da pesca no Brasil” (Biasetto, 2021, p. 415). Com os entrepostos, os pescadores vendiam os pescados diretamente aos consumidores, impedindo, assim, a ação dos atravessadores. O Piauí, no entanto, não possuía nenhum entreposto. Por isso, nas conclusões apresentadas em relatório, Elzamann Magalhães, da Divisão de Caça e Pesca, sustentava que, para o aumento da produção pesqueira no estado,

⁴⁷ Grifo no original.

fazia-se necessário o “aparelhamento da cidade de Parnaíba com um pequeno entreposto” (*A Voz do Mar*, 1943, p. 58). Equipado com frigorífico e fábrica de gelo para o condicionamento do pescado, essa cidade litorânea, conforme o técnico, centralizaria a produção pesqueira e a distribuiria ao interior e à capital.

Com o cotejamento de fonte, se observa, mais uma vez, a partir do *Almanaque da Parnaíba*, a irradiação de ideias defendidas pelo Estado Novo e como elas adentraram em locais longe dos grandes centros. É preciso analisar o texto inserido dentro da publicação. A própria capa da edição de 1940 do anuário parnaibano, já trazia certa adesão dos editores do *Almanaque* com a ditadura varguista. Nela, foi reproduzida a tela “Sentinelas do Brasil...”, de Nestablo Ramos⁴⁸ - tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Piauí - na qual foi pintado Getúlio Vargas. Atrás da imagem do político, há no canto superior direito, parte do pavilhão nacional com apenas um fragmento do lema positivista, a frase “ordem e”. Ao fundo, uma espécie de sacada na qual se vê elementos conhecidos da paisagem carioca: o Morro do Corcovado e o Cristo Redentor.



Figura 4. Capa do Almanaque da Parnaíba de 1940. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*. Ano 1940.

⁴⁸ Fazia desenhos e rascunhos ao *Almanaque da Parnaíba*, tendo alguma de suas obras estampando capas do anuário e a do livro *Nortadas*, de R. Petit. Trabalhou por anos na estrada de ferro, vindo a falecer em 1946 num acidente de avião.

Embora os pescadores fossem indivíduos laboriosos que enfrentavam a braveza dos mares, eram “tão desprovidos de instrução técnica e de instrumentos modernos de trabalho, que sua heroica labuta não pode atingir o rendimento econômico que, em outras condições, alcançaria” (Ministério da Agricultura, 1938, p. 441). Assimiladas pelos intelectuais locais e transformadas em debate no *Almanaque da Parnaíba*, as ideias de organizar e modernizar a atividade pesqueira, até então artesanal, dentro e fora do Piauí, eram vistas como o caminho concreto para transformá-la em uma atividade produtiva e, ao mesmo tempo, civilizar os habitantes das praias.

Retornando às imagens que acompanham o artigo “NOSSAS PRAIAS” de 1940, e reproduzidas a seguir, observa-se, na primeira, o retorno dos pescadores de Pedra do Sal após uma árdua peleja. O pescador dessa mesma praia, Garajau, recordou-se de quando os veranistas visitavam a vila praiana: “era bom porque nós íamos ao mar e, quando chegávamos, já ganhávamos um trocadinho mais melhor. A alegria para nós era essa. Quando iam simhora, pronto! Acabava!” (Garajau, 2022). O momento era festivo não só para os visitantes, mas também para os trabalhadores do mar, que conseguiam lucrar mais do que o convencional sempre que retornavam da pescaria e vendiam os peixes diretamente aos consumidores, sem qualquer intermediário.



Figura 5. NOSSAS PRAIAS. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*. Ano 1940, p. 65.

Nas imagens não creditadas, nota-se as vestimentas usadas pelos pescadores para se proteger do sol: calças e camisas de cor clara, além de chapéus de palha. As cenas são compostas não apenas por homens adultos e pelos animais capturados, mas também, a julgar pelas roupas, por vários meninos. Esses poderiam ser crianças praianas esperando os pais chegarem do trabalho ou filhos curiosos de veranistas que ali passavam os dias.

Os registros foram produzidos onde hoje se chama *Praia Mansa*, local onde, por gerações, os pescadores descansaram — e ainda descansam — suas canoas. Ao fundo, vê-se parte dos rochedos. As “estrelas” das fotos são, possivelmente, os camurupins, peixes de “primeira classe” e de grande envergadura, que, como se pode observar, aparecem em todos os registros e dividem a cena com a presença dos pescadores. Além de destacar aos leitores o potencial da pesca e a importância de modernizá-la, o *Almanaque* também enfatizava, por meio dessas imagens, o exotismo e a rusticidade dos habitantes das praias sob o olhar dos “modernos”; ou seja, daqueles que habitavam a cidade.

Os animais capturados também assumem um papel significativo nas mensagens que se pretendia transmitir. “Para o turista que busca veraneio nas praias marítimas ou às margens da lagoa, o peixe fresco acrescenta o requinte do consumo de lazer, do qual fazem parte o panorama e a figura pitoresca do pescador” (Mello e Vogel, 2004, p. 305). Assim, esse conjunto de clichês impressos no *Almanaque da Parnaíba* evidencia a distinção entre os povos das praias e as famílias de veranistas, sendo estes últimos representações da modernidade, em contraposição aos rústicos “homens do mar”.

O camurupim, ilustrado nas imagens, tem grande importância para as vilas pesqueiras do estado, seja por seu valor econômico — sendo um dos peixes mais valorizados comercialmente —, seja por seu significado cultural. As reminiscências dos colaboradores e colaboradoras auxiliam na interpretação dessas imagens, assim como na identificação do período do ano em que foram feitas. Os pescadores guardam em suas memórias a abundância do mar e retêm o conhecimento dos períodos mais propícios para as pescarias. A sistematização do tempo e do trabalho em sociedades pesqueiras artesanais ocorre em sintonia com as atividades e ciclos da natureza. Refletindo sobre o tempo no contexto do capitalismo industrial, Edward Thompson destaca que “os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés” (Thompson, 1998, p. 271). O satélite natural da Terra dita os ciclos das marés e, atentos a esse fenômeno, os pescadores e outros trabalhadores costeiros sabem identificar se a maré está cheia, de quebração ou de viração.

Os demais moradores das vilas praianas também compartilham dessa percepção do tempo natural. O mesmo ocorre com os ribeirinhos do Delta do Parnaíba (Pereira, 2021). Aprendida ao longo das gerações e resguardada na memória coletiva, a divisão do ano é pautada pelo tempo meteorológico ou pelas atividades pesqueiras, como o tempo “da chuva”, “do vento” e “do camurupim”. Essas temporalidades são fundamentais para a organização social dos grupos pesquisados, pois regulam as atividades nos arraiais de pescadores. Alice lembra-se de que, no mês de julho, quase não se “matava” camurupim na Pedra do Sal, mas “novembro para dezembro, tinha fartura, fartura de camurupim. A fartura era de camurupim” (Alice, 2023). É possível, portanto, que os peixes retratados nas imagens tenham sido capturados nesse período do ano. Além disso, parecem ter sido exibidos como troféus: em todas as imagens, há exemplares expostos, seja na areia da praia ou pendurados no *calão* — haste de madeira utilizada para transportar os peixes — como se observa na terceira fotografia.

Na segunda imagem, uma tartaruga também foi registrada. Devido à qualidade da foto, não foi possível identificar com precisão a espécie documentada no *Almanaque*. O anuário tampouco informa se o animal foi capturado intencionalmente, se foi um infeliz acaso ou se apenas estava na praia, já que essa região é um dos locais de desova de algumas espécies de tartarugas marinhas. Seja como for, a partir da imagem surgiu uma indagação: como esses répteis eram capturados? Ao explicar-me sobre as artes da pesca e os animais do mar, o cearense Vicentão relatou que não era incomum que alguma tartaruga fosse fígada no anzol ou “malhada” nas redes. Esse último caso, porém, era mais frequente na pesca industrial do que na artesanal, já que as redes industriais são significativamente maiores, representando um risco tanto para os ecossistemas costeiros e marinhos quanto para a reprodução social dos pescadores artesanais, conforme assinalou Diegues (2004).

Mais do que simplesmente explicar, o pescador compartilha, por meio da narrativa, os saberes relacionados à pesca. Especificamente sobre a aruanã, contou que se trata de um “objeto do mar que assim. Parece que gosta de brincar” (Vicente, 2023). Esse comentário curioso resulta de anos de experiência na pesca marítima. Em sua visão, certos animais não agem apenas por instinto; cada um deles integra um grande sistema no qual todos possuem um papel fundamental para a manutenção da vida marinha e costeira. Segundo Vicente, não é incomum que o animal não fisque o anzol: “às vezes, ela bota a isca em cima da aba e sai. Correndo com a linha!” (Vicente, 2023). Quando sentem o peso ao puxar a linha, os pescadores acreditam estar lidando com um grande peixe. Essa compreensão difere da observada em outras comunidades pesqueiras, como a da Praia do Forte, na Bahia, estudada pela socióloga Dulce Maria Suassuna

(Suassuna, 2005). Antes da intervenção do Projeto Tamar, havia ali uma competição na captura de tartarugas, utilizada para demonstrar a habilidade dos pescadores mais experientes.

As narrativas orais são constantemente ressignificadas no presente e estão ligadas ao momento em que são contadas, bem como à relação entre o narrador e seu ouvinte. Como afirmou Portelli (2016), a oralidade é, essencialmente, um diálogo. Assim, não se deve assumir ingenuamente que as relações entre pescadores e tartarugas no Piauí tenham sido sempre pacíficas em comparação com outras regiões do país. Tampouco se pode supor que a normatização da caça desses animais tenha ocorrido sem conflitos ou contestação por parte dos pescadores dessa faixa litorânea do Brasil. Ao me advertir de que a caça às tartarugas é atualmente reprimida por lei, Vicente não demonstrava apenas preocupação ecológica com esses animais ameaçados de extinção. Seu lembrete, assim como sua reação, convida à reflexão sobre a dinâmica do trabalho de escuta: como a autoridade do conhecimento é compartilhada e não centralizada no pesquisador que porta o gravador. Além disso, suscita questionamentos sobre os limites entre o que se pergunta e o que o narrador pode ou deseja revelar.

Na relação dialógica da entrevista, em que pelo menos dois indivíduos se observam mutuamente, “o observado também nos observa e nos julga a partir de comportamentos dos quais sequer estamos conscientes” (Portelli, 2016, p. 15). Dessa forma, o narrador não está à mercê do entrevistador; ele avalia as perguntas feitas, escolhe respondê-las, modificar o assunto ou até mesmo silenciar. No caso da observação de Vicente sobre a caça à tartaruga, para compreender plenamente sua fala, é necessário contextualizá-la. Luís Correia está inserida na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, onde diversas espécies marinhas, outrora pescadas e consumidas — como o mero e as próprias tartarugas —, hoje encontram-se protegidas por lei. Diante desse cenário, muitos pescadores, receosos de possíveis implicações, abordam o tema com cautela.

Imaginando que eu fosse um agente ambiental, o pescador tentou se eximir de qualquer problema que minha escuta e presença pudessem ocasionar. Sua esposa, Milagres, que nos acompanhava da rede no terraço, ouvindo atentamente a conversa, o alertou para ter cuidado com o que dizia. Essa mesma dinâmica se repetiu em outras entrevistas realizadas com o casal, nas quais um sempre pedia ao outro prudência. Para tranquilizá-los, expliquei que meu interesse era voltado para o passado, para “antigamente”.

Não é possível afirmar com certeza se a imagem da tartaruga no anuário foi selecionada por seu exotismo, como uma curiosidade ao leitor, ou se indicava o consumo do animal nos mercados da “cidade”. Se no passado os pescadores consumiam esses animais e seus ovos, no

presente, trabalham em parceria com organizações não governamentais para a preservação dos quelônios. Tanto a praia da Pedra do Sal quanto outras áreas do litoral piauiense são pontos estratégicos do projeto Tartarugas do Delta, que visa proteger as cinco espécies de tartarugas que desovam no Brasil.

Retornando à apresentação das imagens do anuário, a última fotografia percorreu diferentes públicos e espaços, o que exige um breve comentário sobre seu percurso e o de outras imagens. Como Parnaíba não possui um arquivo ou centro de memória institucionalizado, muitos documentos são preservados pelas próprias famílias locais — suas produtoras originais — e (re)ativados por indivíduos que, pesquisando ou não, possuem vínculos afetivos e/ou políticos com esses grupos. Na cidade e na região, observa-se um processo de patrimonialização de diversos documentos, marcado, contudo, por um grande conflito sobre a memória, pois o acesso às fontes, ainda que possível, é frequentemente dificultado.

Além de ter sido impressa no *Almanaque da Parnaíba*, a quarta imagem dos pescadores na Pedra do Sal foi digitalizada e compartilhada no grupo Parnaíba das Antigas, na rede social *Facebook*. A página, criada pelo fotógrafo Helder Fontenele, reúne e divulga diversas imagens da região, sendo um espaço de troca entre historiadores(as), pesquisadores(as) e outros públicos. Segundo a legenda do post, a fotografia pertence ao acervo pessoal de Paulo de Athayde Couto, filho de José de Lima Couto, vice-diretor do Ginásio Parnaibano em 1937. Além disso, a imagem foi (re)ativada e reproduzida na exposição permanente do Museu do Mar do Delta do Parnaíba, localizado no Complexo Cultural Porto das Barcas.

Ao observar o movimento dos pescadores na foto, nota-se o grupo empurrando a canoa em direção à terra firme — "ao seco", como costumam dizer. De costas para o fotógrafo e de frente para os colegas, um pescador acompanha atentamente o trabalho. A cena parece destacar o esforço necessário para aportar a embarcação, evidenciado pelo número de homens envolvidos na tarefa. No entanto, é possível que a imagem tenha sido mais uma pose do que um registro espontâneo, já que, normalmente, cada canoa era tripulada por apenas quatro indivíduos, quantidade suficiente para realizar essa ação.

Outra descrição da presença dos pescadores na praia durante as temporadas balneárias pode ser encontrada na narrativa textual de Olegário Gonçalves, intitulada "Presenciando os pescadores na 'Pedra do Sal'". Esse relato, que se aproxima de uma etnografia, foi escrito em 1939, mas só veio a ser publicado dois anos depois no *Almanaque da Parnaíba*. Conforme o escritor:

Eram 5 horas da manhã...Sempre o vento, ao amanhecer e anoitecer, brinca com as areias, na imensidade da praia. A lua ia se despedindo daquela noite, 4 de setembro,

deixando no céu, um manto cor de prata. Faltavam 3 minutos para 6 horas. No céu, - rumo ao farol, presenciavam-se outras nuvens diferentes, nuvens cor de fogo. O sol vinha surgindo, derramando pingos de ouro por sobre o grande oceano. Às 7 e meia, aproximam-se da praia os pescadores, homens destemidos e incansáveis, formidáveis lutadores. Cinco canoas vão singrando o oceano, tripuladas, cada por uma, por 5 homens, verdadeiros heróis! (Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 64).

Nesse texto, o autor é um observador que tendo acordado de madrugada, documentou parte do trabalho em alto mar, descrevendo somente os preparativos para mais um dia de pesca. Por outro lado, é uma passagem interessante para se compreender melhor as relações entre veranistas e pescadores. Elucidando aos leitores o trabalho pesqueiro nessa praia desde o nascer do dia até o retorno das poucas canoas que foram ao mar, por volta das 14 horas. Ora como aproveitadores, ora como heróis que apenas contam com a proteção divina e desafiam o mar bravo, os pescadores eram contrapontos da “modernidade”.

Ao retornarem à terra firme, eram reconhecidos pelos que ali veraneavam e que “começam aproximar-se da praia, para comprar-lhes os peixes. Apontam as velinhas, ao longe...Ouve-se logo alguém dizer: ‘Lá vem umas das canoas’...‘Aquela é a do ‘seu’ Luiz; aquela outra é a do ‘seu’ Serrano’” (Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 64). A coabitação entre os povos da praia e as famílias exteriores a ela, ainda que tivessem diferenças sociais marcadas principalmente pelos usos do mar e da praia, isto é, entre “modernos” e “rústicos” resultavam em aproximações desses dois mundos, bem como de seus sujeitos. Trivial para os povos do mar, é inegável que as chegadas das canoas na praia da Pedra do Sal, “com grande abundância de peixe”, eram um curioso acontecimento para os que ali faziam recreios.

Estes lugares eram espaços de repouso, de trabalho, de encantamento e de culturas, as praias constituem-se como lugar de encontros. De uma forma ou de outra, as praias são espaços de encontro e afastamento, aproximando e, ao mesmo tempo, segregando diferentes indivíduos e culturas. Muito além de simples faixas de areia que margeiam o mar, e longe da imagem de lugares vazios e desabitados, essas paisagens são territórios vivos, habitados por seres humanos e por uma rica diversidade de animais que ali coexistem, ainda que, muitas vezes, não percebamos essas existências e interações.

Findada essa imersão nas paisagens praianas do Piauí e em seus habitantes, é hora de olhar para esses espaços sob outra ótica e trazer à tona novas memórias. Desta vez, não as daqueles que ali viviam, mas dos que buscavam esses lugares para desfrutar dos banhos salgados, do sol e do bucolismo da vida pacata nas vilas de pescadores. No próximo capítulo, serão exploradas as experiências dos veranistas no litoral piauiense, a construção da cultura de vilegiatura e os processos de agenciamento das praias desse estado.

3 PARAÍSO TERREAL: FRUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM PRAIANA DO PIAUÍ (1920-1960)

Este capítulo tem como objetivo abordar as diferentes práticas sociais de grupos exteriores à praia e suas superposições ao longo do tempo. Assim, essas paisagens foram analisadas sob diferentes perspectivas culturais, desde a vilegiatura (fruição) praticada até os anos 1960, incluindo nesse decênio, o começo dos debates sobre o turismo de massa. Fontes escritas entre 1920 e 1950, especialmente as hemerográficas, indicam que os banhos de mar no Piauí eram uma prática social das elites locais. No entanto, ao aprofundar a pesquisa, observei que esse grupo não era o único a frequentar as praias para temporadas de recreio.

Duas hipóteses sustentam a análise deste capítulo. A primeira é que essa exclusividade das elites parnaibanas no uso social das praias é, em grande parte, uma memória construída. Ao utilizar as paisagens praianas para recreação, essa classe não apenas se diferenciava de outros grupos urbanos, mas também reforçava seu status social e econômico. Como os jornais locais e o *Almanaque da Parnaíba* eram produzidos por membros da elite política, econômica e intelectual da região, esses veículos de memória histórica refletiam sua visão privilegiada sobre as praias, sua população e seus frequentadores. Assim, ao selecionar quais narrativas eram registradas e difundidas, a imprensa ajudou a construir um consenso que silenciava a presença de outros grupos sociais nas praias.

A segunda hipótese está diretamente relacionada à primeira: a classe trabalhadora e outros grupos menos favorecidos também acessavam as praias para desfrutar dos “banhos salgados”. Diante disso, este capítulo propõe uma história mais abrangente das praias piauienses, considerando as múltiplas agências e experiências envolvidas.

No primeiro tópico, analisa-se a transformação das praias em espaços de descanso para parte da sociedade parnaibana, explorando a construção das preferências por determinadas praias em detrimento de outras e como essas escolhas foram compartilhadas ao longo do tempo.

O segundo tópico documenta e analisa a construção da cultura balneária e os fluxos de circulação entre praias e cidades no período estudado, ampliando a discussão para além dos usos sociais das elites e incorporando as experiências de grupos urbanos menos abastados. Se a principal preocupação aqui é evidenciar a praia como um espaço de sobreposição de culturas e memórias, o último tópico aprofunda a análise sobre como a elite local se diferenciava dos demais usuários da praia e quais estratégias utilizava para se destacar. Além disso, as praias piauienses são examinadas como cenários de conflitos e disputas simbólicas.

3.1 Agenciamentos e criação da praia (1920-1940)

Embora existam de forma independente da humanidade, as praias são e foram dotadas de sentidos e sensibilidades pelos mais diversos grupos humanos. Assim, os espaços de praia, enquanto paisagens, são produzidos e reproduzidos por meio da cultura, da mesma maneira que os usos sobre ela. O antropólogo francês Jean-Didier Urbain (2003, p. 29) entende que “o entusiasmo das multidões que agora correm para as praias todos os verões não é nenhum pouco atemporal ou espontâneo. Ele decorre do comportamento ritual adquirido recentemente, não de alguma atração instintiva⁴⁹” (Urbain, 2003, p. 29). Ao menos nos últimos cem anos, em geral as praias gozam de interesse entre indivíduos que buscam tranquilidade e repouso. Enquanto nos anos 2020, influenciadores digitais são responsáveis por divulgar belas praias em seus perfis na grande rede, num passado não tão distante, outros sujeitos agenciavam e disseminavam as maneiras de portar-se à praia. Há indícios da ocorrência de que desde a segunda metade do século XIX famílias faziam passeios às praias locais no Piauí (Oliveira, 2017; Baptista, 2023). Curiosamente, as praias da então, vila de Amarração, eram utilizadas por piauienses antes mesmo de serem reanexadas ao estado.

Em 1867, Manoel Ildefonso de Sousa Lima, ao defender-se de acusações movidas contra ele por uma ex-professora, alegou que, entre 5 de junho e 9 de novembro daquele ano, esteve em Amarração com sua família para que sua esposa, gravemente enferma, fizesse uso dos banhos salgados, conforme recomendação médica (A Imprensa, 1871, p. 03). A leitura dos periódicos piauienses publicados entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX revela um dado interessante: a maioria das pessoas que buscavam as águas salgadas para fins terapêuticos eram mulheres.

No dia 2 de setembro de 1885, a bordo do vapor *Therezinense*, o senhor Domingos Rodrigues d’Azevedo partiu para Parnaíba acompanhado de sua esposa, com destino a Amarração, onde a senhora faria uso dos banhos salgados. O jornal *A Imprensa* registrou a partida desejando-lhe “boa jornada, pronto restabelecimento a sua senhora e feliz regresso” (A Imprensa, 07/09/1885, p. 04). No ano seguinte, o mesmo periódico noticiou que o capitão José de Castro Lima também havia partido com sua família para Amarração, com o objetivo de tratar a saúde de sua esposa (A Imprensa, 09/10/1886, p. 04). Esse fluxo de viajantes, porém, não se restringia apenas à ida ao litoral. O jornal *O Nortista*, em 1901, registrou o retorno do

⁴⁹ Tradução livre. No original: “The enthusiasm of the crowds that now rush to beaches Every summer is not the least bit timeless or spontaneous. It stems from ritual behavior lately acquired, not from some instinctive attraction”.

desembargador José Lourenço de Moraes e Silva e sua família a Teresina, após um período em Amarração, onde buscavam os benefícios das águas salgadas (O Nortista, 02/11/1901, p. 02). Embora os jornais enfatizassem o caráter terapêutico dessas viagens, é possível que as praias fossem também espaços de intensa sociabilidade. Além do tratamento de saúde, a presença constante de membros da elite local sugere que os banhos salgados funcionavam como um pretexto para encontros e interações entre essas famílias, consolidando relações sociais e status.

No alvorecer da primeira república, Humberto de Campos, quando criança, permaneceu em Pedra do Sal por três meses, juntamente com a mãe e irmã. Décadas depois, já adulto, documentou que “muitas famílias de Parnaíba tinham ido veranejar ali naquele ano [1895]” (Campos, 1983, p. 168). Com a mãe, faziam passeios à beira-mar. Embora tivesse uma infância materialmente pobre, conseguiu desfrutar dos recreios realizados pelas classes mais abastadas. O poeta afirmou que seus tios maternos, importantes comerciantes e políticos locais, como costume da época, também haviam alugado humildes casas a fim de passar uma temporada na praia. Com o passar do tempo, esse costume ganhou força e se tornou mais complexo. Percebi, a partir das fontes impressas, que no começo do XX, famílias da elite local, juntamente com os escritores e contribuintes dos jornais – eles mesmo pertencentes a esses clãs - foram os agentes responsáveis pela balnearização de determinadas praias sobre outras.

Balnearização pode ser entendido como o “processo articulado de produção de formas espaciais e práticas sociais vinculadas à valorização e ao ordenamento das zonas litorâneas” (Ribeiro e Chrysostomo, 2021). Conforme será analisado, esses grupos, ao longo dos anos, (re)construíram, por meio de textos e hábitos, os usos sociais modernos do mar e da praia no Piauí, criando, inclusive, preferências por determinadas praias em detrimento de outras. Os jornais da primeira metade do século XX, ao descreverem as experiências dessas famílias nas praias, ao mesmo tempo em que documentavam as chamadas “temporadas de recreio”, acabavam por eclipsar outras vivências e esvaziar essas paisagens da presença de outros grupos e seres que ali habitavam. Ao pesquisar as fontes do período, percebi o agenciamento da praia de Atalaia, bem como certo anseio por sua balnearização — ou seja, sua urbanização ou, ao menos, a oferta de infraestrutura mínima para a permanência e o desfrute dos veranistas.

Diante disso, as evidências permitem apontar que havia certo “gosto” por essa praia em detrimento de Pedra do Sal. Enquanto conceituo “gosto”, comungo com as reflexões de Pierre Bourdieu, que o entende como “preferências manifestadas” (Bourdieu, 2011). Construído socialmente, o gosto está intimamente ligado a um determinado grupo que assim o utiliza para se diferenciar de outros. Operando com esse conceito, pude perceber que a preferência por

Atalaia começou a ser construída nos primeiros anos do século passado por um grupo social em específico: a elite local. Sustento que nos anos 1920, lentamente a praia de Atalaia, recebeu maior adesão das elites parnaibanas por conta da relativa facilidade de acesso por meio da ferrovia inaugurada no começo daquele decênio.

Coqueiro e Pedra do Sal também eram frequentadas, embora a primeira recebesse menos visitantes em comparação com Atalaia e Pedra do Sal. Apesar da preferência por Atalaia, é importante destacar que Pedra do Sal nunca deixou de ser visitada, tanto por membros da elite quanto por populares. No entanto, acabou ficando em segundo plano até receber maior atenção dos veranistas, da imprensa e do Estado na década de 1970 – o mesmo período em que Coqueiro começou a se destacar fora do Piauí como atração turística.

O agenciamento e a colonização das praias piauienses não se encerraram. Mesmo com o menor litoral do Brasil, o processo de balnearização de novas praias continua até os dias atuais, com a construção de novos espaços. Um exemplo é Barra Grande, frequentemente promovida por portais e agências de turismo como a “Nova Jeri”. Contudo, voltemos ao passado e analisemos os agenciamentos de outrora. Atalaia não emergiu enquanto praia elitizada de um dia para noite. Johan Vincent (2008) compreende que a estância balnearia é um projeto, sendo construído a partir da “ação de um promotor e a promoção que dele faz⁵⁰”. Enquanto obra, a estação balneária é fruto, portanto, de trabalho de agenciadores.

No caso de Atalaia, Armando Madeira foi um de seus agenciadores. Em 1922 escreveu um artigo para a edição de 24 de junho do *Jornal do Comércio* de Parnaíba sobre a vila de Amarração. Seu texto apresentava a pequena Amarração, ilustrando a importância do porto para a economia piauiense da época, afixando, ainda, considerações sobre outra função do lugar em que vivia: a balneária. As edições do periódico em questão não foram localizadas; possivelmente se perderam no tempo. Felizmente o longo texto de Madeira foi reimpresso no terceiro volume do livro *O Piauí no centenário de sua independência* de 1923, denotando não só a circulação do escrito em outros veículos, mas igualmente o reconhecimento do escritor entre a *intelligentsia* da época e a importância de seu escrito.

Obra coletiva realizada pela comissão responsável pelas comemorações da adesão do Piauí à Independência do Brasil, o projeto inicial previa dois volumes, cada um com cerca de 400 páginas. Os livros reuniriam informações e imagens sobre os 41 municípios piauienses da época. No entanto, as colaborações superaram as expectativas da comissão, dobrando o número

⁵⁰ Tradução livre. No original: L'action d'un promoteur et la promotion qu'il en fait.

de páginas e volumes. Sem recursos suficientes para a publicação, a comissão recebeu auxílio financeiro do governador João Luiz Ferreira (1920-1924).

O texto sobre o município de Amarração ficou a cargo do comerciante Francisco Correia. Nas duas primeiras páginas, era delineada a sua história e a permuta feita entre o Piauí e o Ceará no final do XIX. A importância do porto e da recém-criada estrada de ferro também foram mencionadas. Após essas breves explicações, na página 42 foi transcrito o texto de Armando Madeira. Na página seguinte esse autor afirmava:

Como estação balneária nenhuma praia piauiense oferece as condições salutaras e fáceis de Amarração. Próxima da atalaia, onde se assinala a entrada dos navios, a praia é excelente para banhos de mar, ampla e limpa, sem perigos nem surpresas, ora com vagas suficientes para banhos de choque, ora mansa e suave para quem não precisa dessas duchas marinhas. É certo que não temos aqui as perspectivas imprevistas e pitorescas da Pedra do Sal, porém isto compensa com as facilidades incontáveis para os banhistas, ao contrário do que ali se verifica (Estado do Piauí, 1923, p. 43-44).

De um lado, é perceptível em seu artigo a (re)construção do espaço a partir da descrição física da praia de Amarração, situando-a no espaço geográfico da região. Madeira sustenta que essa praia era superior às demais, e os primeiros argumentos que embasam a pretensa superioridade estão relacionados às qualidades do lugar: sua acessibilidade, já que o público podia chegar de trem, e a segurança de suas águas para os banhistas. Nesse trecho, percebe-se as sensibilidades e os usos da época em relação à paisagem praiana. Em primeiro lugar, destaca-se o uso físico do mar e da praia. Os chamados banhos de choque eram práticas médicas adotadas por parte da população para a cura de enfermidades. Diferentemente de Pedra do Sal, cujo mar ainda hoje é considerado perigoso e imprevisível — especialmente no chamado “lado bravo” —, os banhistas que se deslocavam até Amarração para usufruir das águas salgadas podiam fazê-lo sem preocupações.

Segundo aspecto, nota-se de modo geral as maneiras de sentir e contemplar a paisagem praiana e para isso, a visão é o principal sentido evocado. Apesar de não vir acompanhado de imagens⁵¹, há o apelo ao visual e um certo exercício comparativo, atrelado à faculdade da memória. Caso fosse frequentador de ambas as praias, o leitor se lembraria das experiências nesses lugares e concordaria com o autor. Pedra do Sal, conforme Madeira, era visualmente mais chamativa por conta das “perspectivas imprevistas” que detém, isto é, do afloramento rochoso granítico ali presente. O termo “pitoresco” significa algo que pode ser pintado e está vinculado à ideia de paisagem.

⁵¹ Ressalto que há duas imagens no capítulo sobre Amarração, mas ambas não retratam a praia. A primeira ilustra uma ação coletiva de impedir o avanço das dunas e a segunda “congelou” o momento em que a locomotiva foi transportada do barco ao porto de Amarração.

Historicamente construído, o conceito de paisagem como uma vista – uma cena bonita de se apreciar sob a perspectiva humana – foi reformulado por meio da pintura (Schama, 1996). A ideia de paisagem é mutável, assim como os olhares sobre ela. Nesse sentido, os historiadores Dora Shellard Corrêa e Jaime Tadeu Oliva afirmam que “diversamente do que muitos pesquisadores esperam, investigar paisagens pretéritas e suas transformações a partir de fontes documentais nos revela muito mais sobre nossos testemunhos e sobre nós mesmos do que sobre as formas visualizadas” (Corrêa e Oliva, 2021, p. 25). Ao analisar fontes históricas sobre as praias, não encontramos descrições fiéis ou retratos exatos de como eram no passado, mas sim as formas de olhá-las e compreendê-las.

Partindo disso, os olhares de Madeira e de seus contemporâneos sobre Pedra do Sal eram de que essa seria uma praia apreciada pelas elites, não só pelas benesses da água salgada, mas igualmente para se contemplar a paisagem. Com a ascensão do litoral durante o século XIX no ocidente, as praias passaram a ser espaços de novas percepções que não somente a cultura pesqueira. As praias transformaram-se, igualmente, em “*topos* de novos gêneros e movimentos literários, e *locus* da construção de uma nova cultura visual, fortemente marcada pelos avanços das técnicas fotográficas” (Ribeiro e Chrysostomo, 2021, n. p). Tais paisagens transmutaram-se em cenários que trazem sensações e prazeres a partir dos sentidos, principalmente da visão, mas não somente dela. Contempla-se, pois, se tem tempo. É necessário cessar os afazeres cotidianos para admirar algo. O tempo livre, dessa maneira, assinalaria a distinção social juntamente com o olhar “educado” que vislumbra as ondas açoitarem os rochedos. Além da contemplação, as famílias veranistas mais abastadas ou remediadas aproveitavam o mar, ou admiravam o cenário praiano e materializavam essas experiências em verso, prosa e fotografias.

Já os trabalhadores, tanto na praia quanto na cidade, labutavam para sobreviver, uma vez que, nesse período, o ócio das classes populares era associado a vagabundagem (Chalhoub, 2015). Como será debatido, a praia de Pedra do Sal, em sua maioria, foi retratada como desabitada de vida humana e não-humana que convidava o visitante à contemplação. Esse cenário esvaziado – e não vazio – continuaria a ser explorado ao longo dos anos, sendo reproduzido não apenas em palavras. Outras narrativas, como as visuais, também contribuem para a construção das memórias dessa paisagem. As concepções sobre Pedra do Sal pouco se alteraram ao longo do tempo. Atualmente, essa praia é conhecida na região por oferecer a melhor vista do pôr do sol.

Segundo Madeira, embora Amarração não fosse visualmente tão atraente se comparada à Pedra do Sal, essa primeira praia “compensa com as facilidades incontáveis para os banhistas,

ao contrário do que ali se verifica” (Estado do Piauí, 1923, p. 44). Para o comerciante, Atalaia seria a melhor opção pela segurança que oferecia aos banhistas devido às suas águas brandas. Apesar de não ter os rochedos da “concorrente”, a praia de Amarração compensaria por outras condições, entre elas o sistema de abastecimento de alimentos. Conforme seu texto,

com o transporte fácil e barato pela estrada de ferro, poder-se-á estar à vontade aqui em época de banhos, na certeza de que com pequeno esforço todo o serviço de abastecimento é atendido amplamente. Ao passo que na Pedra do Sal, o problema da alimentação é difícil, porque até água e lenha é necessário conduzir quem para ali for. Atualmente em Amarração há bom clima, sem ventos tempestuosos: apenas ar fresco e sadio. Há peixes em abundância, de variadas e saborosas espécies. E até frutas, como pinhas e laranjas, sem falar nos deliciosos cocos, sempre tão bem apetecidos (Estado do Piauí, 1923, p. 44).

A vila não era isolada e tampouco estéril, conferindo aos “civilizados” que faziam as temporadas balneárias, um pouco de “civilização”. Cultura e natureza não são antagônicas, afinal, os indivíduos humanos são também parte do mundo natural. Nota-se, a partir dessa citação, um conjunto de mudanças na paisagem da vila praiana e as concepções do período sobre natureza. Dentre as intervenções humanas citadas, a primeira delas é talvez a mais óbvia: a ferrovia. Feita a partir da técnica, a estrada de ferro representava a materialidade da ideia de modernidade e de progresso.

Outra forma de se apropriar dos elementos constituintes da paisagem local e transformá-la era a extração de madeira para lenha. Fonte básica de energia doméstica do país naquele momento (Dean, 2020), assim foi por muitos anos até ser substituída pelo GLP, principalmente nas casas das comunidades pesqueiras. Moradora de Pedra do Sal, Alice conta que quando criança, “eu gostava de ir aos matos atrás de criolí, de caju, de tudo eu gostava. De buscar lenha. No tempo a gente era pobre mesmo. Desgraçado mesmo, só cozinhava na lenha ou carvão. Todo mundo só tinha fogareiro!” (Alice, 2023). A colaboradora finaliza afirmando que apenas recentemente passou a cozinhar a gás. Por esse motivo, em busca de provisões, os antigos moradores de Amarração ou que para lá se direcionavam, arrasaram a vegetação terrestre e costeira.

O consumo de recurso lenhoso em Amarração deveria aumentar ainda mais durante as estações de veraneio, já que a quantidade de habitantes se ampliava consideravelmente. Naquela época, conforme outro texto de Armando Madeira igualmente impresso no livro aqui citado, os mangues desse município litorâneo “constituem verdadeiros bosques insulares, situados no estuário do Igarauçu, nas margens do rio Portinho e outros igarapés” (Estado do Piauí, 1923, p. 51). Enquanto ecossistema costeiro de transição, o manguezal tem grande importância por ser berçário da vida marinha, protegendo a costa da ação das marés. Especificamente sobre o litoral

piauiense, além da importância ambiental, há gerações o mangue com seus crustáceos, peixes e moluscos alimentam as populações pesqueiras da região, como bem atestaram as investigações de Pereira (2021) e Braga (2023).

Se hoje os manguezais são protegidos por lei, no Brasil, historicamente foram cortados, aterrados e drenados com propósitos sanitários como os de Recife nos anos 1920 (Andrade, 2019). Não é possível apontar se esse modelo urbano foi seguido em Amarração, mas os manguezais no mesmo decênio e em posteriores, deveriam ser uma das principais fontes de lenha na vila. Desse ecossistema, a madeira extraída não só alimentava as casas, mas também, forneciam “toneladas e toneladas de combustível aos vapores que frequentam o porto” (Estado do Piauí, 1923, p. 51). De sua casca ainda era obtida a tinta que tingia roupas e velas das embarcações rememoradas e descritas por Lima (1987) em seu livro.

No que tange ao elogio ao clima, Armando Madeira o descreveu como “bom” e de “ar fresco e sadio”. A partir desses adjetivos, é possível observar as concepções do período. Oriunda do pensamento médico do início do século XX e compartilhada além do círculo científico, a noção de salubridade representava um diferencial para a saúde pública. Corpos doentes e sadios buscavam nos “bons ares” das montanhas (Rauch, 2001) e das praias (Porter, 2001) tanto refúgio quanto o restabelecimento do bem-estar. Assim como outros espaços à beira-mar, Amarração era considerada ideal devido à salubridade proporcionada pelos ventos marítimos.

As ações antrópicas na paisagem não se manifestam apenas por meio de obras arquitetônicas, mas também pela introdução de fauna e flora não nativas, que possuem utilidade para as populações humanas. No que se refere aos vegetais, Donald Worster (1991, p. 203) afirma que “as plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar” (Worster, 1991, p. 203). Há milhares de anos, a humanidade transforma as paisagens onde habita, modificando ecossistemas e estabelecendo novas interações a partir do manejo de espécies, ainda que nem sempre de maneira intencional (Ingold, 2015). Diante disso, é possível perceber as sucessivas (re)escritas na paisagem de Amarração.

Embora bastante comuns em várias praias nordestinas, os coqueiros, assim como a amendoeira (*Terminalia catappa*), são “plantas exóticas aclimatadas com sucesso” (Drummond e Franco, 2009, p. 86). Assim, o coqueiral verdejante que encanta os veranistas, enfeita a beira-mar e oferece sombra é fruto do agenciamento humano, pois essa vegetação era inexistente nas terras brasileiras e foi trazida ao país ainda no período colonial. No século XVII, os coqueirais já compunham as paisagens das praias pernambucanas (Araújo, 2007). Ao observar as praias de Amarração no início do século XX, percebe-se que os coqueirais desempenhavam um papel

essencial: suas palhas eram utilizadas na cobertura das casas da época, a fibra servia para tecer redes de pesca, e o azeite extraído dos cocos era empregado na culinária praiana.

Outras frutas exóticas, tão comuns e aclimatadas ao Brasil que parecem nativas, como a laranja e a pinha (*Annona squamosa*) - conhecida no norte do Piauí como ata - também podiam ser encontradas na região. Diante da fartura e diversidade dos pescados e das frutas, era possível vislumbrar que “a Amarração de hoje poderá ser, dentro em breve, um lindo e aprazível empório, de recreio e de progresso, para o Piauí” (Estado do Piauí, 1923, p. 44). Para que isso se concretizasse, Madeira defendia a necessidade de sua urbanização. Ele considerava imperiosa “a construção de casas, edificadas na praia de banho, seja iniciada sem demora proporcionando vantagens aos proprietários e comodidades aos forasteiros, que aqui terão de vir, todos os anos” (Estado do Piauí, 1923, p. 44). É possível que esse desejo de urbanização da orla tenha sido inspirado pelas praias das grandes cidades do país e até mesmo do exterior, afinal, o cenário idealizado guarda semelhanças com outros balneários já estruturados.

Outros textos ilustram a construção e consolidação dos usos sociais da praia entre as elites locais. O historiador Marcus Pierre Baptista, ao pesquisar as práticas sociais no litoral do Piauí com base em fontes hemerográficas, afirmou que a praia de Atalaia no começo do XX “tornou-se um espaço produzido e consumido pela elite” (Baptista, 2023, p. 28). Sua interpretação tem como alicerce, dentre outras notas, uma notícia do teresinense *A Imprensa* de 15 de setembro de 1925. Um correspondente, que estava no litoral piauiense, por meio de telegrama enviado ao citado periódico, reportou a seguinte cena:

Com o advento da atual estação, que se caracteriza aqui por ventos fortes e constantes, as praias vizinhas de Parnaíba enchem-se de veranistas, que nelas vão espairecer, ou refazer nos banhos de mar as energias perdidas durante o ano. Pedra do Sal e Atalaia perdem de sua habitual monotonia de praias desertas e animam-se com a presença bizarra e álcere dos banhistas, principalmente aos domingos quando afluem os que não podendo se dar ao prazer de uma estadia prolongada, se comprazem com passeios dominicais. (*A Imprensa*. 15/09/1925, p. 4 *apud* Baptista, 2023, p. 28).

Observa-se o processo de construção da memória nessa nota. Por um lado, há o apagamento de pescadores e dos demais povos do mar. O termo deserto traz consigo toda uma polifonia de representações ambientais (Mello e Vogel, 2004). Paisagem árida e que parece não haver vida, ou que impõe sérios rigores aos que ali habitam, o deserto é, no senso comum, espaço vazio. Diferente do que o jornalista escreveu n’*A Imprensa*, Pedra do Sal e Atalaia não eram vazios demográficos, mas vilas pesqueiras habitadas por homens e mulheres que tiravam seu sustento do mar e ali habitavam há décadas.

O antropólogo Tim Ingold entende que as paisagens “surgem como condensações ou cristalizações de atividade dentro de um campo relacional” (Ingold, 2015, p. 90). Desse modo,

as praias são e estão imbuídas de cultura; e as práticas que determinada sociedade faz nessa paisagem pouco tem de natural; múltiplas temporalidades estão e são superpostas pelas areias do tempo e pela maré da memória.

Ainda que seja um esforço retórico, quando o jornalista descreveu a paisagem praiana como “deserta”, a esvaziou e a recriou como se fosse desabitada de vida humana ou mesmo de animais não-humanos. No Brasil e em outros lugares mundo afora, a “descoberta do litoral” foi feita à revelia de seus habitantes. Os sujeitos que possuíam outras relações com a praia que não os “banhos de mar” foram e ainda são apagados pela “colonização da zona costeira” que comumente propagam ser “praias virgens” na tentativa de “vende-las” como um paraíso desabitado e quase pessoal. Como se lê a partir da citação do jornal feita por Baptista (2023), uma vez esvaziadas, as praias foram preenchidas por outros sujeitos: as famílias veranistas.

Na França, Urbain fez um interessante paralelo entre o *Far West* estadunidense e a valorização da costa de seu país. Conforme o autor, “essa expansão colonial do lazer partiu do princípio de que a orla costeira não pertencia a ninguém⁵²” (Urbain, 2003, p. 40). A ocupação do litoral ao redor do globo foi feita de forma parecida, e em processo contínuo sobrepuja antigos habitantes e superpõe memórias e culturas locais. No presente, essas mesmas paisagens são ocupadas pelo turismo de massa. Resorts, turistas, influenciadores digitais e a prática de esportes náuticos e marítimos reescrevem nas areias dos litorais, novos usos.

Retornando ao documento citado por Baptista (2023), o trecho do periódico ilustra não apenas a disseminação dos usos sociais do mar e da praia entre as elites locais, mas também a consolidação da vilegiatura marítima no Piauí. Essas elites frequentavam o litoral tanto em finais de semana quanto por períodos mais longos. Devido à circulação de ideias provenientes da capital da República, seja por meio de impressos ou do trânsito de pessoas, é provável que as formas como parte dos piauienses de outrora usufruíam da natureza praiana tivessem o Rio de Janeiro como referência. Nesse período, a metrópole carioca “passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas, acima de tudo, os sistemas de valores, o modo de vida, as sensibilidades” (Sevcenko, 1998, p. 522). Embora distante do Rio de Janeiro, alguns dos principais periódicos cariocas do início do século XX, ainda que com certo atraso, circulavam no estado nordestino, permitindo que os leitores acompanhassem a transformação das sensibilidades em relação às praias, tanto na forma de usá-las quanto na maneira de (re)inventá-las. O jornalista do *A Imprensa* prossegue, afirmando estar surpreso pois,

⁵² No original: This colonial expansion of leisure started from the principle that the coastal fringe belonged to no one.

Já por duas vezes estivemos nesta última praia [Atalaia] e palavra que foi para nós uma revelação esse aspecto da vida piauiense. Tivemos a impressão de que estávamos numa das frequentadas praias do sul, tal o número de pessoas que ali se entregavam às delícias dos banhos de mar. Senhoras, senhorinhas e cavalheiros, formando um conjunto do que há de mais seleta na elite parnaibana, confraternizam em plena praia, numa alegria viva e comunicativa, desfazendo assim a lenda que atribui injustamente a esta sociedade certos preconceitos tolos e ridículos (A Imprensa, 1925, p. 2 *apud* Baptista, 2023, p. 29).

Esse trecho ilustra a riqueza de sensibilidades sobre a paisagem praiana. Ao comparar as praias piauienses com as do Sul do país, o que corresponderia aos centros mais “adiantados”, inclusive a capital do Brasil, percebe-se que o cronista tinha aquelas como modelos, o que endossa meu argumento acerca da circulação das formas de sentir e (re)produzir costumes oriundos de outros lugares. Espetáculo social, as praias na década de 1920 já eram espaços de fruição das elites, inclusive as do nordeste brasileiro, entre elas, as famosas praias de Iracema, em Fortaleza (Porto, 2015) e Boa Viagem, no Recife (Araújo, 2007).

Acerca dos preconceitos a que o jornalista se refere, esse possivelmente seria o intraclasses e aqui se faz importante contextualizar. Na Primeira República, o poder político municipal de uma antiga figura emergiu: os coronéis. Acerca disso, Maria Efigênia Lage de Resende (2008) apontou que tal sistema perdurou político até 1930, quando Vargas nomeou interventores estaduais. Esses sujeitos, que eram grandes fazendeiros ou coronéis da Guarda Nacional, aliançaram-se entre si e criaram partidos estaduais, exercendo assim, mandonismos nas populações locais. Dessa forma, mantinham as pessoas do município dependentes, fazendo inclusive, uso da força.

Conforme a historiadora, “nos estados dominados por oligarquia constituída de uma única família ou naqueles em que ocorrem lutas armadas entre facções oligárquicas pela hegemonia no estado, a violência é maior” (Resende, 2008, p. 97). Ainda de acordo com Resende, o Piauí situa-se no segundo exemplo. Especificamente no centro comercial desse estado, isto é, Parnaíba, as rivalidades entre as famílias que participavam de partidos concorrentes levaram tais embates, muitas vezes a alterarem “inclusive os arranjos da vida cotidiana no espaço privado” (Silva, 2018) das famílias, como os Correias que substituíam os pires por pratos e Pires que não usavam correias em suas casas; até atos violentos, como atentados e mortes (Oliveira, 2021).

Embora o jornalista do *A Imprensa* tente desmistificar um tipo de preconceito e afirme ser a praia um ambiente democrático, paradoxalmente na cena reportada, só foram citados grupos sociais abastados. O preconceito interclasses certamente existia e era mantido mesmo nas praias. Os qualitativos da época: “senhoras, senhorinhas e cavalheiros” evidenciam, na memória

social, a presença e comportamentos de um grupo nas paisagens praianas. Em um movimento constante entre o lembrar e o esquecer, a memória se processa a partir dessa dialética. Sob a pena do cronista, os “banhos de mar” não seriam somente um costume requintado e praticado exclusivamente pelas elites locais, mas também seria esse o grupo responsável por dinamizar e por “trazer vida” às praias dantes “vazias”.

O esforço em documentar as experiências de determinados indivíduos sobre as de outros é constatado quando o correspondente citou os nomes dos veranistas. Tal escolha e cuidado em mencionar certas figuras conhecidas pelo seio social da época, faz também parte da operação mnemônica na qual lembrar e esquecer estão imbricados:

No último domingo, conseguimos notar ali a presença das seguintes pessoas: Drs. Mirócles Veras, Antônio Neves e família, Joca Basto, Genésio Câmara, senhora e irmã, Edison Cunha e família. José Neves, Raymundo Marques e família, Alarico Cunha e família. José Braga e senhora, Luiz Nelson e família, Antônio Linhares e família. João Issa e senhora, Rodolpho Gouveia e senhora. Taufi Safadi e família, Nemesio e Arnesio Camara, Nagib Lopes e família. Mello Filho, Werner Schlipmann, José Ribeiro e família, Armenio Salgado, G. Grawford, J. B. Smith e muitos outros cujos nomes nos escaparam (A Imprensa, 1925, p. 2 *apud* Baptista, 2023, p. 29).

Entre os nomes citados estão escritores (Alarico da Cunha), advogados (Edison Cunha), médicos (Mirocles Veras e Joca Basto) e comerciantes que possuíam tanto inserção na política quanto na imprensa local. Desses nomes, sublinho dois importantes intelectuais, os já citados Edison Cunha e Alarico da Cunha que contribuíam com ensaios, poesias, crônicas, artigos e fotografias para os periódicos da época, dentre eles *A Praça*, *O Norte* e o *Almanaque da Parnaíba*. Aquele último autor, como será visto em outros momentos deste capítulo, escreveu vários textos aos impressos parnaibanos da primeira metade do XX sobre Atalaia, podendo ser também entendido como um dos agenciadores dessa praia. Sua filha, a poetisa Sonita Cunha, contribuiria igualmente com sonetos para as folhas locais.

Caso entendamos os citados indivíduos como intelectuais, e creio que assim devam ser compreendidos, as reflexões de Jean-François Sirinelli são pertinentes para entender como se dava o agenciamento das praias e a criação do gosto. O historiador francês compreende que “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados” (Sirinelli, 2003, p. 249). Diante disso, as temporadas balneárias não eram meras ocasiões de descanso. Igualmente, espaços de sociabilidades, os banhos de mar e as festas noturnas promovidas nas casas de famílias serviam como liga para o fortalecimento de antigas e criação de novas redes de intelectuais que, por sua vez, se agrupavam nos periódicos da época.

Por possuírem forte presença nesses meios, não somente esses dois homens e suas famílias, mas também outras, criaram, a partir de sua presença na imprensa, consenso na

memória social, apagando as práticas sociais de grupos menos abastados que frequentavam as praias, ou mesmo os trabalhadores dessas paisagens. O texto citado por Baptista (2023) indica ainda a utilização das águas salgadas não só para o restauro das energias, mas igualmente enquanto forma de lazer que traria descanso ao corpo.

Dois anos depois da matéria do *A Imprensa*, o *Almanaque da Parnaíba* de 1927 veiculou em suas páginas o cromo “Agosto”, do poeta paraense radicado por quarenta anos em Parnaíba, R. Petit. Colaborador constante da revista, R. Petit - pseudônimo adotado por Raimundo de Araújo Chagas – constituía parte dos intelectuais locais cuja presença se fazia em folhas veiculadas na cidade na primeira metade do XX como *A Praça*, e fundado nos anos 1910 o literário *Auras do Norte*⁵³. Esse homem ainda lançou alguns livros, sendo *Nortadas* (1937), o mais famoso deles. A letra do hino de Parnaíba também é de sua autoria, dada sua importância para as letras locais, é patrono da Cadeira Nº 09 da APAL.

O poema em questão faz parte de um conjunto de outros textos do mesmo gênero literário impresso nas primeiras páginas do *Almanaque*. Esses poemas situam-se ao lado de quadros mostrando o mês com os dias atribuídos a santos e santas católicos. Agindo como calendários, tais textos ilustram a passagem do tempo cronológico a partir de ações cotidianas e de festividades religiosas como novenas ou cívicas.

Especificamente no poema *Agosto*, o poeta imprimiu nos primeiros versos as sensações da passagem de tempo, não só histórico, isto é, do tempo humano, mas também meteorológico. Com a chegada do oitavo mês do ano, o clima se altera:

A terra inteira
Se enebria de alto luar.
Canta a guitarra faceira.
Geme o vento sem cessar.

E entre mil nuvens de poeira
Que encanto os banhos de mar
A correr na praia inteira.
Sempre a rir, sempre a folgar.

(Almanaque da Parnaíba, 1927, p. 47).

É necessário tomar esse texto literário não como retrato fiel acerca dos usos sociais da praia nos anos 1920 no Piauí, mas enquanto versão e perceber o olhar poético do autor sobre as experiências de um grupo social – da elite - sobre essa paisagem. Os versos ilustram a fruição e, a partir de sua leitura, é possível aferir como os usos exercidos na praia de outrora se aproximam ou se distanciam com os do presente. Continuando o poema, o autor descreveu:

⁵³ Quinzenário crítico, literário e noticioso, tinha como redator principal João Dutra e foi lançado em maio de 1911.

Depois do bom banho, um pouco
De gostosa água de coco.
À noite, a porta da rua,

Faz-se a roda e então começa:
Fala-se, mente-se “à beça”
Aos beijos da lua
(Almanaque da Parnaíba, 1927 p. 47).

Nesse outro trecho, é perceptível que o poeta “retratou” um veranista que mantinha relativa permanência na praia, isto é, possuía casa de veraneio, já que após um dia de uso dos banhos salgados, pela noite o encontro era na porta da rua. Como ilustrou R. Petit, nesses momentos as pessoas conversavam e deveriam contar histórias. Tomadas como espaço de inspiração de textos literários⁵⁴ em verso e em prosa pelos que escreviam para os jornais locais, as praias evocavam memórias e emoções.

As paisagens praianas são descortinadas em outros escritos, tais como Pedra do Sal⁵⁵, de Edison Cunha, que no discurso impresso de Souza Lima Machado - do Cenáculo Piauiense de Letras – no *A Praça* afirmou ser “um canto de saudade” (*A Praça*. 24/01/1928, p. 04). Da mesma forma que os versos de R. Petit, os de Edison Cunha privilegiavam os elementos naturais. No entanto, enquanto no texto do primeiro autor são mencionados sujeitos na areia da praia e/ou utilizando o mar, no segundo, o eu lírico contempla a paisagem. Enquanto olhar contemplativo, o poeta esquece os banhistas no mar, ocupando-se em descrever a agência da natureza na praia, em que algumas ações foram humanizadas.

O vento passa, inalteravelmente,
Tangendo a areia, vergastando a vaga.
Sensações de volúpia a praia sente,
As carícias do mar, que a beija e afaga,

O farol entre as pedras, lentamente,
Ao contato do mar todo se estraga.
Já não mais sua luz, cadentemente
Cintila, nem se acende, nem se apaga

A natureza, ao pôr do sol, parece
Grandiosa catedral, em cujo seio
O oceano verde será sua prece,

Quanta saudade evoca aquela praia!
Que de emoções sentimos, quanto enleio,
Olhando a vaga imensa que desmaia!
(*A Praça*. 24/01/1928, p. 04).

⁵⁴ Dentre esses vários textos, cito o escrito “Cabeça de Pedra”, datado de 1882 e escrito por L.L no maranhense *O Paiz*, todavia, publicado dois anos depois. Nessa poesia intercalada, impressa na segunda página do jornal de São Luís, o autor comentou em seis versos a “perspectiva” do rochedo de Pedra do Sal que se assemelha a uma cabeça humana.

⁵⁵ Esse poema circulou em vários jornais da época, impresso também na segunda página do maranhense *Pacotilha* de 07 de novembro de 1919 e no livro do Centenário da Parnaíba de 1944.

Afetos, desejos e cultura integram tanto a paisagem material — ou seja, o que é visto — quanto aquilo que se (de)escreve sobre ela. Simon Schama (1997, p. 17) entende que “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”. As duas poesias citadas e outros textos cujo substrato é a memória, configuram-se enquanto retratos sensíveis de costumes realizados nas praias. São olhares oriundos de uma pequena parcela da população do norte piauiense.

No mesmo periódico, desta vez na edição alusiva ao seu primeiro aniversário, vários intelectuais foram convidados a contribuir com a publicação. Entre eles, destacou-se Simplício de Sousa Mendes — desembargador, jornalista e líder político —, que escreveu o texto “O Porto de Amarração”. Além de reivindicar a construção do porto para o fortalecimento da economia e dos interesses piauienses, o autor finalizou o texto ressaltando a vocação balneária da cidade, que “naturalmente será a cidade eleita – a Biarritz piauiense – ponto de reunião da nossa elite social, na estação dos banhos” (A Praça, 01/11/1928, p. 04). Tanto no texto de Armando Madeira quanto no de Simplício de Sousa Mendes, percebe-se a circulação de referências externas. A alusão à praia francesa não é fortuita: Biarritz tornou-se um destino badalado entre a aristocracia europeia a partir da década de 1830, sendo a estância preferida da imperatriz Eugénia durante o Segundo Império (Rauch, 2001, p. 95). Nesse sentido, os modelos e as apropriações feitas da paisagem praiana no Piauí estavam em consonância com tendências observadas em outros estados brasileiros.

Acerca das práticas sociais nas praias piauienses, a compreensão de que as águas salgadas possuíam propriedades medicinais permaneceu por décadas. Alarico da Cunha escreveu que nos recreios realizados em Atalaia no ano de 1930, “toma-se dois banhos de mar por dia, que é o que há de mais salutar e agradável” (O Norte, s.d/06/1930, n.p). É possível que esses banhos tenham sido tomados cedo pela manhã e no final da tarde, quando a radiação solar é menos intensa.

Os benefícios trazidos pelos banhos salgados, foi, inclusive, alvo de atenção pelo *Almanaque da Parnaíba* em algumas edições. Na edição de 1938 do anuário, um texto exaltando o culto à beleza chamava atenção para os cuidados com o corpo: “a geração que aí está, procura corrigir a ignorância científica dos seus progenitores. **o banho de sol e o banho de mar são antídotos que compensam, de algum modo, a sífilis hereditária**⁵⁶ (único bem que os infelizes herdaram de seus maiores)” (Almanaque da Parnaíba, 1938, n. p). Entende-se no

⁵⁶ Grifo meu.

trecho destacado, tanto o uso da helioterapia, isto é, da exposição solar, quanto da talassoterapia como importantes para a manutenção de um corpo saudável. O longo artigo ainda continuava, “a vida *au grand air* é um neutralizante dos erros de alimentação, dos vícios da estúpida vida a que chamamos civilizada” (Almanaque da Parnaíba, 1938, n. p). O autor tinha como referência os Estados Unidos, país em que, conforme o escritor, “a medicina é um patrimônio da coletividade”. Nesse contexto, Palm Beach e Long Beach, duas praias estadunidenses, foram citadas como lugares de exposição de beleza e saúde feminina.

Na edição de 1942, anos antes de seu falecimento em 1948, o médico Oscar Clark redigiu o texto “Praias – bálsamo social”. Baseado nos estudos do britânico Richard Russel e de outros escritos médicos acerca dos benefícios do mar, o parnaibano radicado no Rio de Janeiro escreveu

As praias representam o berço da higiene social, que tão grandes benefícios trouxe ao mundo civilizado nestes últimos 200 anos desde que um clínico inglês, RICHARD RUSSELL, de Brighton, “inventou o mar”, na poética expressão de MICHELET. Graças aos seus estudos e publicações científicas foi fundado em Margate, na Inglaterra, o 1º hospital marítimo no mundo, em 1796 [...] só agora, em pleno século XX, os médicos de Hamburgo publicaram inúmeros trabalhos de alto valor científico, enriquecidos de belíssimas observações clínicas, sobre o imenso valor das praias para fazer com que as pessoas vítimas do complexo da civilização recuperem as suas energias, para que as crianças presas da caquexia das grandes cidades se desenvolvam normalmente e para que os velhos tenham seus dias prolongados. Com efeito para restaurar as energias esgotadas dos homens do trabalho, mui particularmente intelectuais, ao se aproximarem dos fatídicos 40 anos, nada existe comparável ao valor das praias e, talvez, por isso, escreveu HARDY com muita felicidade, que a água do mar é a primeira das águas minerais⁵⁷ (Almanaque da Parnaíba, 1942, p. 43).

Além de historiar a descoberta do mar como remédio, o médico ainda elencou as benesses trazidas pelas águas salgadas e sua importância para a manutenção da saúde naqueles tempos que se aceleravam. Mesmo com todas as benfeitorias propiciadas pelos banhos, os excessos deveriam ser evitados. Na coluna esporádica “Página da Mulher” do *O Norte*, um breve texto recomendava o cuidado com a pele, principalmente por conta da alta exposição solar. Conforme o texto, em dias de muito sol, a “mulher precisa redobrar seus cuidados com a pele, evitando expô-la demasiadamente aos rigores do sol, mormente quando não se está habituada à vida ao ar livre. Nas praias, o próprio ar contribui para crestar a pele, causando por vezes, aborrecimentos sem conta” (*O Norte*. 23/08/1947, p. 03). Após as recomendações, a nota oferecia às leitoras uma curiosa receita. “Um bom creme para ser usado como proteção contra o sol é constituído pela preparação nesta fórmula: lanolina, 30 gramas; óleo de parafina, 8

⁵⁷ Destaque no original.

gramas; água-oxigenada 12 gramas, cloridrato de quinina, meia grama; e água de rosas, [sic] gramas” (O Norte. 23/08/1947, p. 03).

Não é difícil imaginar para qual público feminino a coluna se destinava. Ora, o cuidado com a pele passava longe de ser preocupação para as mulheres que trabalhavam debaixo do sol, como as lavadeiras ou as trabalhadoras da praia que labutavam na costa catando mariscos ou siris. Dentro do espaço doméstico, “pouco habituada ao ar livre” e por isso, mais “alvas”, as mulheres da elite quando fossem à praia se bronzear deveriam ter cuidado com insolações. Por outro lado, como se pode ver ainda, por meio dos textos citados anteriormente, que as referências, tanto de culto a beleza ou saúde, são exteriores ao estado e ali circulavam por meio de artigos em impressos.

Embora fosse a classe hegemônica, a elite não era a única a fazer usos sociais dos banhos de mar no litoral piauiense. Nas comunidades pesqueiras que trabalhei, mesmo no presente ainda há o pensamento do mar, como escreveu, Oscar Clark, enquanto bálsamo. Quando entrevistei Antônio de Laura, o pescador disse que há dias não ia ao mar e me explicou as razões:

Quanto mais você anda dentro do mar, mais ele rói. O mar só sara você, se você for um sertanejo, chegar aqui com uma ferida, uma hipótese, entrar lá e tomar um banho no mar salgado. Você fica salgado e quando você toma banho, a ferida trata de cicatrizar. Mas se você for um nativo da água lá, todo dia socado lá dentro, o mar rói que dá no osso (Antônio de Laura, 2024).

O pescador se encontrava com um machucado no pé, por conta disso, estava sem trabalhar, o que nos ensina ainda sobre outra faceta do poder curativo das águas salgadas, em excesso, como revelou o pescador, torna-se prejudicial à saúde. A fala de Antônio de Laura faz pensar ainda que o conhecimento dos banhos de mar como remédio deveria ter circulado por outras camadas além da elite. Da mesma forma, não era somente essa que poderia ler o que se produzia na imprensa. Se for considerada a taxa de alfabetização como critério para os leitores dos periódicos, constata-se, a partir dos recenseamentos, que esse grupo era pequeno. Logo, as ideias e informações seriam restritas a uma ínfima parcela da população do litoral. Os jornais pesquisados, e mesmo o *Almanaque da Parnaíba*, trazem poucas informações sobre seus leitores.

O pesquisador Daniel Ciarlini afirmou com base em dados apresentados pelo *Anuário Estatístico do Brasil* (1936) que em 1920 o Piauí “era o estado de maior número de analfabetos, 88,1% de sua população” (Ciarlini, 2020, p. 68). Duas décadas depois, a situação não se alterou muito. Conforme o censo do IBGE de 1940, mais especificamente sobre Parnaíba, nesse município de 42.062 habitantes, apenas 13.745 (32,67%) sabiam ler. De acordo com o censo,

21.489 pessoas atestaram não ter recebido educação formal, não sabendo ler ou escrever e 35 pessoas não declararam seu nível de instrução (Ibge, 1940, p.116). No começo dos anos 1950, conforme novo levantamento feito pelo IBGE e publicado no *Censo demográfico e econômico de 1950*, de 41.279 parnaibanos com mais de cinco anos de idade, somente 17.143 eram alfabetizados (Ibge, 1956, p. 68), logo, cerca de 58,35% da população era composta por analfabetos. Apesar da histórica alta taxa de analfabetismo, é preciso desnormalizar os olhares sobre esses documentos e ler os menores detalhes a fim de captarmos experiências não ouvidas. Ginzburg já chamou atenção acerca da leitura das fontes. Assim como “o caçador agachado na lama, que escuta as pistas da presa” (Ginzburg, 1990, 154) e rastreia sua caça, é preciso igualmente estar atento aos rastros deixados pelos sujeitos, seus costumes e significados nas evidências. Cotejando as fontes, foi possível apontar que as pessoas não letradas usavam igualmente os periódicos locais.

O memorialista negro Raimundo de Souza Lima, ao descrever um dos vários personagens da Parnaíba que conheceu, documenta que Chiquinha de Aguiar usualmente solicitava que Zé Capivara fizesse as compras de sua quintada. A reminiscência não é situada no tempo. Assim como outras histórias de seu livro, o autor não afirma o ano ou período. Contudo, a partir do contexto político descrito, possivelmente o evento ocorreu entre 1920-30.

Maria Efigênia Lage de Resende ponderou que naquelas décadas, devido à política oligárquica, “nos municípios travam-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local” (Resende, 2008, p. 98). Em Parnaíba, as famílias Pires e Correia disputavam entre si tanto o pleito municipal quanto a cargos políticos estaduais e o livro *Vareiros do Rio Parnaíba* (1987) é fonte privilegiada para se acessar esse período. A contenda política envolvia, além do enfrentamento físico, acaloradas discussões na imprensa local e de Teresina, chegando até mesmo a ganhar notas em impressos cariocas⁵⁸. Esses grupos faziam “tiradas com chacotas mútuas publicadas nas páginas dos pasquins (dois) oponentes do momento” (Lima, 1987, p. 69). Zé Capivara, além das compras, trazia para a quitandeira, as mais novas das disputas políticas parnaibanas. Procurando obter os pequenos jornais⁵⁹ dos grupos antagonistas, entregava “tudo a dona Chiquinha, que os mandava ler no interior de sua casa, dispensando

⁵⁸ Acerca disso conferir a nota Os Correias continuam a ser hostilizados na edição do dia de 1914 do *O Imparcial*. 1915 do *O Malho*. Nele há um diálogo jocoso entre “Zé Povo” e Pires Ferreira, chefe de polícia a charge de canhões.

⁵⁹ Apesar de interessante, não será empreendida maior análise sobre essas disputas políticas dentro e fora dos periódicos, uma vez que os jornais encontrados são datados dos anos 1910, fugindo do recorte temporal desse texto. Por outro lado, poucos jornais foram preservados, perdendo-se ao longo do tempo histórico. Todavia, é possível apontar que o *A Semana*, intitulado independente e noticioso, as quais poucas edições dos anos 1916 e 1917 foram preservadas, tinha como redator-chefe Nestor Gomes Veras, intendente da cidade entre 1917 a 1920.

atenção apurada à leitura engraçada da pretinha Judite. Aí, sim, Ria, ria até perder o fôlego” (Lima, 1987, p. 69). Longe dos cafés e das tertúlias literárias organizados pelos letrados, alguns pobres, habitantes dos chamados subúrbios, de maneira semelhante, liam ou escutavam alguém ler.

Com o passar do tempo, essa forma de leitura parece não ter deixado de ser praticada na região. Em sua tese, Francisco José Leandro Araújo de Castro (2021) afirmou que entre os anos 1950 e 1960, no povoado Labino, na época município de Parnaíba, sob a sombra de um cajueiro, trabalhadores e trabalhadoras rurais realizavam leituras coletivas e reuniam-se para organizar seus movimentos de reivindicação, dentre eles, a reforma agrária e as mudanças nas relações de trabalho.

Não creio que as formas de leitura coletiva realizadas por Chiquinha de Aguiar e pelos agricultores do Labino sejam exceções, isto é, casos isolados e, por isso, devam ser descartadas. Esses rastros devem ser interpretados e oferecem caminhos para a construção de uma realidade histórica. Por um lado, esses vestígios permitem imaginar algumas das práticas de leituras em uma cidade e um estado com pouca escolarização, o que leva a conjecturar que poderia haver outras maneiras de ler e acessar as ideias escritas pelos letrados. Por outro, enquanto os recenseamentos com os números frios dão conta de uma maioria esmagadora de analfabetos, as pistas citadas anteriormente documentam a agência humana: experiências de pessoas comuns agindo dentro das estruturas sociais em que nasceram e a forma que engenhosamente atuavam.

A “elite” foi a principal autora dos textos sobre os costumes e os usos sociais modernos nas paisagens praianas, fomentando, inclusive, o debate público sobre o tema. Além disso, esse grupo se consolidou como o principal agente na construção e disseminação desses novos usos sociais da paisagem litorânea. Todavia, é provável que tais ideias deveriam ser lidas, interpretadas e disseminadas por diferentes pessoas. Diante disso, suponho que os modos e visões sobre a praia e os usos dos banhos de mar não ficavam restritos aos letrados de Parnaíba e Luís Correia, podendo ser ainda, em maior ou menor medida, compartilhados entre os demais habitantes.

Moradores dos subúrbios, trabalhadores da ferrovia, quitandeiras, prostitutas, barqueiros, enfim, pessoas “comuns” e que não escreviam nos jornais locais, ainda que não soubessem ler, podiam, a partir da escuta atenta da leitura de terceiros, informar-se sobre a vida social, política e cultural da cidade. Da mesma maneira, os “pequenos” poderiam entrar em contato com os costumes dos “grandes” e os reproduzi-los a seu modo. No próximo tópico,

serão analisadas as circulações e trajetos, bem como a popularização da cultura de praia no Piauí.

3.2 Circulação e trajetos (1920-70)

Como foi abordado em capítulos anteriores, o costume piauiense de ir à praia já existia ao menos desde a segunda metade do século XIX. Devido à escassa estrutura e ao acesso mais difícil, é provável que poucas pessoas pudessem fazer “banhos salgados”. Aos poucos, esse público se ampliaria com o advento de novas formas de circulação para as áreas praianas. No final do século, a navegação fluvial no Piauí passava por entraves ecológicos. O assoreamento de determinados trechos do “Velho Monge” impossibilitava o transporte de mercadorias e de pessoas; por outro lado, a navegabilidade ainda estava comprometida “devido aos problemas provocados pelas estiagens” (Vieira, 2010, p. 193).

Na virada do XIX para o XX o Piauí se inseria no mercado capitalista internacional (Queiroz, 2006), exportando gêneros extrativistas como a borracha de maníçoba e, posteriormente, a cera da carnaúba e a amêndoa de babaçu para outras partes do Brasil e do mundo. Objetivando escoar mercadorias do interior ao litoral do estado (Silva, 2023), a ferrovia piauiense foi criada. Após uma série de embates políticos, entre outros problemas, a almejada estrada de ferro foi inaugurada em 1916. O ramal de 24 quilômetros de extensão ligando Cacimbão ao Portinho foi o primeiro trecho.

Anos depois, em 1922, a ferrovia chegou ao centro de Parnaíba, ligando-a a Amarração. Recebido com festividades, curiosidade, esperança e medos, o trem, esse “cavalo de ferro que soltava fogo pelas narinas”, na impressão de Raimundo de Souza Lima (1987), foi registrado com “seus primeiros galopes” no livro de memórias desse trabalhador do rio. Até ser desativada no final dos anos 1980, a ferrovia foi, por décadas, elemento do cotidiano do norte piauiense, conduzindo mercadorias ao porto e pessoas às praias de Amarração.

No século da velocidade, os meios de transportes cada vez mais ligeiros favoreciam os deslocamentos no Velho Mundo para lugares distantes, como atesta o historiador André Rauch (2001). Navios, carros e, principalmente, o trem, encurtavam distâncias e possibilitavam a “descoberta” de outros destinos e culturas. Algumas produções científicas piauienses “voltadas ao mar e à praia” afiançam que a chegada do trem no estado marcou a “maritimidade moderna”. Em sua tese de doutorado, Fabiana Pessoa afirmou que no Piauí

a chegada da ferrovia e a construção da estação alteraram ainda mais o contexto social de Amarração, estas permitiram que os espaços litorâneos amarraçãoenses passassem a ser usufruídos para o lazer, recreação e melhoria da saúde através dos banhos de mar

por pessoas que compunham a classe abastada do Piauí, principalmente de Parnaíba (Pessoa, 2020, p. 142).

Diferente do que concluiu a geógrafa, friso que as fontes investigadas apontam que o trajeto cidade/praias, com o intento de realizar recreios, não foi iniciado com a chegada do trem na região nortista. Tal costume era anterior e existente antes mesmo da ferrovia singrar o solo do estado. Os trajetos só eram percorridos com mais vagar. O escritor Alarico José da Cunha, na crônica “Recordar é viver”, escrita para a edição do décimo quinto aniversário do jornal *O Norte*, rememorou que, ao chegar em Parnaíba em 1904,

não havia luz elétrica, não havia jardim público, não havia cinema, não havia vitrola, não havia rádio [...] em substituição aos grandes surtos do progresso moderno, **havia os passeios marítimos para Amarração; os piqueniques a cavalo para os Morros da Mariana, Pedra do Sal ou Bebedouro**⁶⁰ (O Norte. 25/02/1945, p.1 e 8).

Conforme elucida o texto memorialístico de Cunha, ainda que Parnaíba não fosse uma grande cidade, havia certos “recreios” praticados fora da cinta urbana. Morros da Mariana, Pedra do Sal, na Ilha de Santa Isabel, e Bebedouro, à época distante da sede do município, eram lugares afastados e buscados por alguns grupos a fim de contemplar a natureza e fazer o lazer.

Apesar da ausência da ferrovia, deslocamentos tanto para as praias de Amarração quanto para Pedra do Sal eram realizados por terra (seja fazendo caminhadas ou a cavalo) ou por rio/mar em embarcações. Lugares ainda mais afastados também eram estações balneárias. “De Barra Grande, onde se encontrava em repouso, regressou ontem o dr. Leônidas Melo, governador do Estado” (O Norte. 02/07/1936, p. 06), avisava o jornal *O Norte*. Mesmo com a ferrovia, notas jornalísticas dão conta que as excursões até Atalaia ainda eram feitas de barco ou lancha. Em 1927, cinco anos após inaugurada a ferrovia, as senhoras Elvira Basto Veiga, Flora Santos Correia, Zilda Correia Neves e Maria Leão Guimarães aguardavam na praia de Amarração, a Gaivota, embarcação que as buscava (A Praça. 29/11/1927, p. 04).

De igual modo, a série de crônicas “Correspondências da praia”, escrita por Alarico da Cunha em 1930, documenta que, apesar do dia nublado e frio, o poeta foi com a família à Amarração “na confortável lancha ‘Lidador’ do Coronel José Pires Filho, rebocando o batelão ‘Guará’, da *Booth Line*, com as bagagens” (O Norte, ??/06.1930, n.p). Por conta do assoreamento do Igarapé, a viagem de Parnaíba a Amarração, como observou Penna Botto, era “difícil para qualquer embarcação calando mais de três pés e meio” (1931, p. 207). Mediante a leitura desses indícios conclui-se que o trem foi apenas mais um meio de se chegar à praia de

⁶⁰ Grifo meu.

Atalaia, embora seja o meio de transporte mais rememorado e descrito nas narrativas orais e em textos jornalísticos.

Enquanto a parte urbana de Parnaíba é lembrada pelos memorialistas e pela imprensa, em menor medida pelo labor e mais pelo requinte das casas e de determinados costumes, Amarração era quase compreendida como o “quintal” da cidade vizinha. Por isso, era considerada *locus* de divertimentos, de sociabilidades e de recreios. Isso se deve ao fato de os documentos impressos e memorialísticos serem da autoria de cidadãos.

A maioria das fontes escritas entre 1920 e 1950 historiam que as elites locais eram quem fazia usos sociais dos banhos de mar no Piauí. Contudo, lanço a hipótese de que esse grupo não era o único a realizar as temporadas de recreio. Ainda que, de maneira mais breve, a classe trabalhadora e sujeitos menos remediados poderiam ir até as praias desfrutar dos “banhos salgados” ou simplesmente ver o mar. Essa afirmação é sustentada a partir de indícios encontrados ao longo da pesquisa. Na obra literária *Beira rio, beira vida* (1979), do parnaibano Assis Brasil, a prostituta Luiza falou ao marinheiro Nuno, seu namorado, que já tinha ouvido falar do mar, mas nunca tinha ido à praia de Amarração (Brasil, 1979, p. 44). Nem Luíza e a mãe, ambas prostitutas, nem mesmo a filha da primeira personagem, que trabalhava numa loja de tecidos na “cidade”, conheciam a praia de Atalaia.

Apesar do apelo do marinheiro, Luíza recusa e, no diálogo, percebe-se não só a probabilidade de pobres irem à praia, mas também os preconceitos da cidade transpostos para os areais. “Se eu estivesse feia e estragada como as outras raparigas, não podia tomar banho em Amarração, lugar de férias dos ricos. Como eu ainda era pouco conhecida, ninguém ia se sentir mal com a minha presença. Foi por isso que ele me fez aquele convite” (Brasil, 1979, p. 94), explicou a personagem.

Outra fonte que documenta tal possibilidade é o livro de Raimundo de Souza Lima. O vareiro conta ter entrado no mundo do trabalho ainda criança. O escritor não afirmou a data ou a idade que tinha, apenas escreveu que logo após o curso primário foi interpelado pelo pai que começasse a trabalhar, já que, devido às condições financeiras, não poderia dar continuidade aos estudos. Souza Lima teve na estrada de ferro o primeiro emprego e o memorialista escreveu ser seu último ano de aprendizagem na ferrovia quando “surgiu-me a ideia de dar um passeio em Amarração para conhecer a vila e ver o mar” (Lima, 1988, p. 53). Na época, a passagem de ida e volta até Amarração custava por volta dos oitocentos réis e um de seus colegas o aconselhou a pedir um passe livre a Picanço, o chefe do tráfego.

Embora o escritor não informe o ano do acontecimento, é possível, a partir do cotejamento de fontes e de um breve esforço de imaginação histórica, apontar uma plausível década dessa lembrança. Souza Lima nasceu em 1911. Em 1916, o primeiro trecho da estrada de Ferro do Piauí foi inaugurado e parece ser pouco provável que o escritor tenha começado a trabalhar aos cinco anos, já que ainda era bastante jovem. Em 1922 os trilhos chegam ao centro de Parnaíba, o futuro vareiro estaria, então, um pouco mais velho, com onze anos de idade.

Outra pista é o nome do engenheiro do tráfego: o doutor Picanço. No citado ano, Carlos Marães Picanço era engenheiro residente encarregado do tráfego (O Artista, 01/05/1922, p. 4). Ao pesquisar outras fontes, dentre elas a publicação *Brazil Ferro-Carril*, descobri que em 1925 esse engenheiro foi exonerado do cargo por Francisco Sá, então ministro da Viação (Brazil Ferro-Carril, 1925, p. 433). O nome de Picanço aparece em outras fontes do final daquela década, todavia, ocupando a colocação de chefe interino da 2ª divisão (A Praça. 06/12/1927, p. 02). Desse modo, o episódio rememorado deveria ter acontecido na primeira metade dos anos 1920, quando o memorialista teria entre onze e quatorze anos.

Retornando ao curioso diálogo entre aprendiz e administrador descrito no livro de memórias, Souza Lima afirma que ao ser respondido sobre o que faria em Amarração, Picanço: “preveni-me que não precisava levar sabão, pois o próprio sal se encarregava de fazer a limpeza do corpo” (Lima, 1988, p. 53). Apesar de parecer cômico, o diálogo revela que os trabalhadores da ferrovia, ainda que não possuíssem dinheiro, poderiam fazer uso de sua posição dentro da estrada a fim de realizar recreios em Amarração. Essa passagem ainda ilustra o pensamento sobre os usos das águas salgadas e de suas propriedades medicinais.

Além das fontes, a historiografia local corrobora para meu argumento. Não foi possível precisar a partir de quando, mas, Lêda Vieira, ao fazer o trabalho de escuta, afirmou que um dos divertimentos dos trabalhadores da estrada de ferro era frequentar a praia. Em sua dissertação, a historiadora afirmou que a RFSA tinha uma casa de veraneio próxima a Atalaia, construída pela empresa “para que os trabalhadores ferroviários usufruíssem dos momentos de folga com a família na praia” (2010, p. 186). A *Booth Line*, empresa de navegação que operou até os anos 1960, também possuía uma casa de veraneio em Luís Correia.

Outros memorialistas igualmente documentaram essa rota e ilustraram a heterogeneidade do público. Por conta dos detalhes descritos, analisemos a reminiscência do médico Carlos Araken (1988) sobre o trajeto férreo até a praia. O texto intitulado “As férias em Amarração” faz parte do capítulo reservado sobre as memórias de suas experiências nas praias do Piauí. Escrito em duas páginas, já no primeiro parágrafo, é exposto o próprio meio de

transporte. O autor assim descreveu: “a ‘Maria Fumaça’ brilhando e fumegante, soltando fagulhas pela chaminé, os vagões que formavam o comboio; primeiro o carro de carga e logo os de 1ª e 2ª classe” (Araken, 1988, p. 22). Após a saída da estação, às 17 horas, o trem rumava para a cidade vizinha. Como se estivesse na janela do trem, o memorialista recorda a viagem:

Passávamos o São João, agora todos já descontraído, chegávamos ao Catanduvás. Mais duas paradas Floriópolis e Berlamina, e já divisávamos a velha e fascinante ponte de ferro sobre o rio Portinho. O ranger oco das rodas de ferro sobre os trilhos, a fumaça do trem, a altura da ponte, que se afigurava enorme, com o rio caudaloso lá embaixo, as fagulhas entrando pelas janelas, o medo do enxame dos marimbondos que podiam atacar, tudo conspirava para aumentar o medo, e dar asas à nossa imaginação infantil (Araken, 1988, p. 22).

As memórias dos sujeitos são constituídas pelas experiências vividas nos lugares que habitam ou habitaram e, igualmente, pelos trajetos feitos ao longo da vida. Como afirma Ricoeur, “os lugares sucessivamente percorridos servem de *rimenders* aos episódios que aí ocorreram” (Ricoeur, 2007, p. 59). Dessa maneira, os deslocamentos e aonde fomos nos servem de lembretes. Tais sítios de recordação evocam as experiências do ontem, presentificando no hoje ou no agora. Isso ocorre, pois, temos um corpo, como bem lembra o citado filósofo francês.

Como se pode ler a partir da citação anterior, as reminiscências de Araken e suas descrições são feitas a partir do corpo e de sensações. Tanto do corpo do próprio autor, que ocupa espaço na cidade, quanto do corpo urbano, este, delineado por trechos e lugares transitados. A descrição da topografia de Parnaíba foi feita a partir das estações Floriópolis e Berlamina, ambas já no limite entre Luís Correia.

Nesse sentido, cultura e natureza se mesclam na narrativa de Araken. O trabalho humano de sobrepor a natureza é simbolizado pela ponte de ferro que no período de sua construção ceifou dezenas de vidas humanas por conta da insalubridade (Cerqueira, 2017). Ainda hoje existe, mesmo sem uso algum, abaixo dela, o rio Portinho, este fluxo de água que delimita as duas cidades e marca fisicamente a passagem entre lugares. Observa-se igualmente a experiência sinestésica da excursão evocada pelo processo da memória de Araken. A partir da narrativa, o memorialista recriou as sensações sentidas pelo corpo durante a viagem: a paisagem passa velozmente pela janela, o barulho do movimento das rodas no trilho embala o passeio, e as fagulhas quentes oriundas da combustão da lenha na caldeira, adentram os vagões pelas janelas.

Enquanto as reminiscências do médico parnaibano documentaram, em tons nostálgicos, a viagem até a praia – afinal, o afeto é a fonte da memória – lê-se em algumas matérias do período, outras memórias, a de viagens cheias de percalços e de problemas. O periódico *Gazeta do Piauí* em 1956 criticaria o deslocamento férreo até a praia. Conforme o jornal,

estão reclamando atenção da direção do tráfego da Central do Piauí certas falhas que se verificam nos trens de horário e de recreio que trafegam para Luís Correia [...] há certos carros, por exemplo que a falta de uma simples fechadura com trinco comum, trazem os passageiros em constante desassossego, tal a verdadeira chuva de fagulhas que entra portas adentro, aqui, danificando a roupa deste e ali fazendo saltar do banco assustada aquela senhora (Gazeta do Piauí, 1956, p.4).

Diferente do livro de memória cuja temporalidade mais preciosa é o passado, razões essas pelas quais o escritor se preocupa em descrever o pretérito vivido e relata ao leitor o agir do tempo de maneira mais subjetiva. O artigo de jornal, no entanto, elucida o agora, com seus problemas e demandas a serem sanadas. Pautado numa pretensa racionalidade, afinal, uma das funções da imprensa é informar (Benjamin, 1987) e movimentar pautas, têm-se nos periódicos outra memória, menos “impessoal” e nostálgica, mas nem por isso mais importante.

Se para um, no caso do memorialista, o trajeto feito quando criança ou adolescente era marcado pela diversão, para outros, como os adultos da época que reclamaram ao jornal *Gazeta do Piauí*, o risco e a inquietude viajavam nas bagagens. As fontes revelam a complexidade de memórias que, por sua vez, são cosidas pela narrativa e análise histórica. “Nem tanto ao céu, nem tanto à terra”, os deslocamentos até a praia possuíam toda uma série de percalços e de problemas que requeriam não somente os olhares dos poetas.

Além da via-férrea, existia ainda entre os municípios no começo da década de 1920, algumas poucas estradas carroçáveis ou de automóveis, conforme escreveu José Pires de Lima Rebelo no capítulo sobre Parnaíba no livro *O Piauí no centenário de sua independência* (1923). Estas, porém, “deploráveis, comuns a todo o Piauí” (Governo do Estado do Piauí, 1923, n.p.). Apesar das condições desses caminhos, alguns deles ligavam a cidade a certos lugares balneários, caminhos registrados quase sempre pelas famílias da elite que desejavam encontrar a praia.

Acerca de outra praia, Coqueiro, menos citada nas fontes da segunda metade do século XX, mas já mencionada, observei que durante a pesquisa nos jornais, os registros que documentam as excursões a ela não são anteriores aos anos 1930, e, caso sejam, ao longo da investigação não encontrei fontes que historiassem as temporadas de recreio nesse lugar. Os cientistas sociais Jonas Oliveira e Clódson Silva afirmaram que a “descoberta” dessa praia deu-se “com a popularização do turismo de massa na praia de Atalaia, a praia do Coqueiro, que até então era uma pacata vila de pescadores, foi atraindo a atenção de veranistas que enxergaram ali um lugar bucólico para se refugiar” (Oliveira e Silva, 2021, p. 227). O turismo de massa, enquanto política pública no Piauí, foi implantado entre 1970 a 1980, sendo, portanto, esse o

período sugerido pelos pesquisadores quanto ao usufruto dessa praia. Entretanto, por meio das fontes levantadas para essa tese, contesto tal argumento.

O *Almanaque da Parnaíba* de 1933 é a primeira pista a ser seguida. Na edição referente àquele ano, em lugar privilegiado da página sessenta e nove, no canto superior direito, encontra-se o texto “Nossas Carroçáveis”, breve série de notas do *Almanaque* que informava as situações das estradas do município. A partir da década de 1920, com a paulatina presença e influência da economia estadunidense sobre a brasileira, o modelo rodoviário começou a se sobrepôr ao transporte férreo (Garcia, 2002). Aos poucos, nos grandes centros brasileiros, os automóveis emergiam como objetos de desejo, transportando o *frisson* do moderno.

No que tange ao Piauí, a estrada de ferro chega com relativo atraso. Entre o final dos anos 1910 e começo dos anos 1920, o estado “estava começando a construir sua ferrovia, ou seja, quando o Brasil já estava entrando numa nova era de transportes” (Cerqueira, 2017, p. 92). Desse modo, conforme Silva (2023) apontou em sua tese de doutorado, naquela segunda década, os investimentos ferroviários concorreram com o modelo rodoviário. Acerca das rodovias, Francisco Alcides Nascimento afirmou ter no final dos “anos loucos” “alusão à construção de estradas em todo o território piauiense” (Nascimento, 2002, p. 188). Tem-se no *Almanaque da Parnaíba* – ele próprio, fruto de pretensa modernidade local – documento dos negócios do norte piauiense tanto sobre os interesses rodoviários quanto automobilísticos.

Ao documentar as carroçáveis, o anuário informava os leitores do processo modernizador pelo qual passava a cidade. Em especial, a que ligava Parnaíba à praia do Coqueiro, criava o consenso de que havia um árduo trabalho de integrar, por meio de estradas, os vários pontos do município, mesmo os mais afastados. Abaixo do título foi impressa a pequena imagem em meio-tom de uma ponte de madeira.



Figura 6. Legenda: Nossas carroçáveis. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1933, p. 69.

Se ampliarmos a imagem, a ponte de madeira é tomada como primeiro plano, dominando a visão do observador. A construção atravessa um corpo de água, talvez algum rio, ou riacho. O *Almanaque* chama atenção para a autoria desse melhoramento, informando ao leitor que a ponte fora erigida na gestão de Ademar Gonçalves Neves, conhecido como o remodelador da cidade, devido às sensíveis modificações urbanísticas que Parnaíba sofreu de 1931 a 1934.

Caso se preste atenção – e bastante atenção –, é possível observar à direita um automóvel atravessando a ligação de madeira. Nessa mesma edição, mas em algumas páginas depois, o leitor poderia ver e ler um pouco sobre a parte praiana do município. Contudo, esse artigo será analisado convenientemente no próximo tópico deste capítulo. Ao fundo, observa-se o carnaubal, palmeira típica da mata de cocais e, na época, matéria-prima de grande importância para a economia extrativista exportadora do estado.

Abaixo dessa fotografia, o breve texto de onze linhas apresenta o flagrante ao leitor, afirmando ser esse um “trecho da estrada que nos leva ao Coqueiro, através do município de Amarração” (*Almanaque da Parnaíba*, 1933, p. 69). Dois anos antes, a antiga Amarração perdia sua autonomia, tornando-se, por meio do decreto estadual nº. 1279, de 26 de junho de 1931, distrito de Parnaíba. A praia de Atalaia podia ser atingida por meio da ferrovia, contudo, nas

praias do Coqueiro e Pedra do Sal, se chegava pelas carroçáveis que, a duras penas, eram mantidas.

Na edição de 1937, em uma das raras vezes que aparece o termo “turista”, o anuário *Almanaque da Parnaíba* dedicou uma de suas páginas para registrar a passagem de visitantes em Pedra do Sal, mas não se limitou a isso. Por meio de quatro fotografias enaltecendo a paisagem, em um dos breves textos que as acompanhavam, o anuário chamava atenção para a falta de acesso a esse balneário.

O referido escrito fazia o seguinte apelo: “a nossa pitoresca praia, a 12 quilômetros da cidade, bem merece uma estrada de rodagem a altura das suas belezas naturais e dos seus maviolos encantos e também por ser o melhor posto balneário que possuímos” (*Almanaque da Parnaíba*, 1937, p. 56). Como se lê, a obra seria justificada pela demanda do público que usaria Pedra do Sal como estação de recreio. Se faz necessário compreender melhor o sentido desse apelo feito pelo *Almanaque da Parnaíba*. A imprensa não tem somente o papel de repassar mensagens, conforme asseverou Marta Barbosa. Para a historiadora, ao ser utilizada enquanto fonte nos estudos históricos, a imprensa “pode ser pensada não como mero veículo de informações, mas como agente social que produz ações, intervenções” (Barbosa, 2006, p. 269). Dessa maneira, os veículos midiáticos podem ainda mobilizar pautas e questões, criando consensos entre os leitores e suscitando, a exemplo da nota do *Almanaque*, a ação da intendência para a feitura de uma estrada.

Dentre as várias edições que elogiavam a classe dirigente, a de 1937, que trazia aos leitores as sociabilidades na praia de Pedra do Sal, abria o número com louvores ao prefeito da época, o médico Mirócles de Campos Veras⁶¹, e ao interventor do estado, o piauiense Leônidas Melo⁶². Em sua nona página, o anuário imprimiu uma fotografia de Veras e abaixo dela um escrito abarrotado de galanteios ao “governador da cidade” enumerando alguns feitos do intendente “cujos progresso e embelezamento vem tratando com o máximo esforço, técnica e capacidade administrativa” (*Almanaque da Parnaíba*, 1937, p. 56). O *Almanaque* não se isentava do debate público, nem mesmo de clamar por demandas políticas. Pode-se perceber

⁶¹ Nascido em Parnaíba em 1890, Mirócles Campos Veras cursou medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, formando, no entanto, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Substituindo Ademar Neves, foi nomeado prefeito de Parnaíba em 1936 pelo governador do estado Leônidas Melo. Após o Estado Novo, em 1947, foi eleito prefeito de sua cidade natal, cargo que ocupou até 1950, concorrendo, neste mesmo ano, a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

⁶² Leônidas de Castro Melo nasceu em Barras, Piauí, formando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1920. Em 1933, concorreu a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Nacional Socialista, ficando na suplência. No ano seguinte venceu a eleição para governador do Piauí, cargo ocupado pelo então interventor federal Landri Sales (1931-1935).

sua atuação tanto pelas capas que ilustravam lutas “coletivas”, como, por exemplo, as das edições de 1930 e 1931, que encapavam a histórica implantação do Porto de Amarração – ainda hoje não construído – quanto por homenagens em suas páginas aos políticos da época, dentre eles Getúlio Vargas.

Apesar das lutas políticas, o apelo em particular para a criação de uma carroçável até Pedra do Sal atendia um público específico. A obra era justificada para dar conforto aos trajetos feitos por veranistas, não para a comunidade da vila pesqueira e o consequente escoamento do pescado ou o deslocamento de outros trabalhadores e trabalhadoras até a zona urbana do município, como por exemplo, as empregadas domésticas. Além do texto e das quatro fotografias da praia, a mesma página do anuário trouxe um poema do jovem Carlos dos Santos Veras, estudante do quarto ano do Ginásio Parnaibano e filho do então prefeito Mirócles Veras. Tanto as imagens quanto os textos em prosa — cujas autorias não foram identificadas — e os versos de Santos Veras documentam a presença e as práticas sociais de famílias vindas de fora da vila praiana

Acerca das jornadas até o Coqueiro, *O Sino*, órgão da paróquia de Parnaíba, imprimiu em sua primeira página um texto ocupando toda uma coluna daquela edição. Sob o título, “Pelas Zonas Rurais”, o autor que assinava pelas iniciais R.S escreveu,

regressando a esta cidade da temporada veraneana que passei no lugar Jaboty, em terras de propriedade do meu bom amigo e popular cidadão Francisco Vieira Pinto, cumprio o dever de, pela imprensa, agradecer a esse prestimoso cidadão e cristão o auxílio que me prestou e as finezas que me foram dispensadas por si e sua digna família (*O Sino*. 14/03/1937, p. 01).

Além do agradecimento pela estadia, esse escrito tem certa inspiração etnográfica e apresenta ao leitor parte da topografia local e elementos da vida cotidiana daquele trecho daquele lugarejo, principalmente do trabalho agrícola e sua importância econômica. Distante cerca de 24 quilômetros da sede, à época Amarração era município de Parnaíba, por conseguinte, Jaboty fazia parte de sua zona rural e ali cultivava-se algodão de “boa qualidade [...] cujo tipo é [era] conhecido no mercado da Capital federal” (Estado do Piauí, 1923, p. 60). Lá também era fabricado vinho de caju (*Almanaque da Parnaíba*, 1928, p. 84) e aguardente (*Almanaque da Parnaíba*, 1932, p. 80) em um sítio homônimo e vendido em Parnaíba na Casa Vieira — José Vieira e CIA, situada na Praça do Mercado. Especialista em estivas secos e molhados, nessa casa comercial vendiam-se cigarros e querosene, conforme informava anúncio no *Almanaque da Parnaíba*.

O autor não afirma como fez para chegar nessa vila e tampouco na praia do Coqueiro. É possível que houvesse alguma carroçável ligando a vila de pescadores até Jaboty, já que em

1930, uma nota no *O Norte* avisava que naquele lugar haveria uma festa. Conforme o aviso, o ponto de partida era a Praça da Matriz — atual Praça da Graça — de onde “sairá para aquela vila [Jaboty] um caminhão com boas acomodações para passageiros, de propriedade do sr. Benedicto Luciano” (*O Norte*. 01/10/1930, p. 04). Embora não se saiba como esse trajeto aconteceu, nota-se a “fome por estradas” no período e a necessidade de conectar os diversos povoados.

No começo da década seguinte, Leônidas Mello em relatório, informava a Vargas que foram construídos cerca de 72 quilômetros de carroçáveis em Luís Correia, entre elas uma ligando a fazenda Olho D’Água, em Parnaíba, à Praia do Coqueiro (Estado do Piauí, 1943, p. 147). Já em entrevista para o *Aljava*, João Vieira Pinto⁶³, prefeito nomeado pelo Interventor Federal José Vitorino Correia em 22 de maio de 1946, afirmou que com o auxílio do Governo do Estado e a colaboração de Joaquim Alencar Pinto, seria feita a carroçável “Olho D’água a Jaboti e Coqueiro, beira-mar, 20 kms” (*Aljava*. 12/10/1946, p. 4). Não obstante, passados quase um ano, ainda não havia “estrada de rodagem daqui [Parnaíba] a ‘Coqueiro’” (*O Norte*. 01/03/1947, p. 01), observou o jornalista Oliveira Neto ao *O Norte*.

Nos agradecimentos de R.S., o trajeto até a praia também não foi mencionado. O autor apenas afirmou que Jaboty ficava distante cerca de sete quilômetros “da praia Santa Therezinha, antiga Coqueiro, onde ficam os currais de pesca, que em épocas próprias fornecem grande quantidade do saboroso Camurupim” (*O Sino*. 14/03/1937, p. 01). Apesar dessas lacunas, aqui se faz necessário tecer dois comentários. Primeiro, a pesca de currais continuou a ser praticada, apesar das diligências e das leis que foram debatidas no capítulo anterior. Tanto que essa praia ficou referenciada como aquela em que se localizavam os currais. As “gentes do mar” do Coqueiro, embora não utilizem mais essa arte atualmente, ainda mantêm na memória a pesca de curral. Por outro lado, foi omitida a presença de pescadores ou dos chamados “vaqueiros”, homens que labutavam na manutenção dessa artesanaria e do peixe ali capturado.

O segundo comentário é que, ao longo da pesquisa não encontrei qualquer menção à mudança de nome da praia em questão. Essa denominação não apareceu em nenhuma das fontes investigadas. Nem mesmo os moradores mais antigos reconhecem que algum dia Coqueiro se chamou Santa Therezinha. Em entrevista realizada com Antônio de Laura, o pescador afirmou, entretanto, “que antes de se chamar Praia do Coqueiro, aqui se chamava Coqueiro da Praia” (Antônio de Laura, 2024).

⁶³ Além de prefeito, foi deputado estadual entre 1928-30, em sua homenagem, o antigo grupo escolar do Coqueiro levava seu nome, hoje desativado e cujo prédio é sede do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, e do Museu da Vila (MUV).

É provável que Santa Therezinha fosse uma “invenção” das pessoas de fora e uma tentativa de renomear a praia. Contudo, o novo nome “não caiu no gosto do povo”; pelo contrário, foi esquecido. De toda maneira, o escritor assinalou: “lá nessa concorrida praia [Coqueiro] gozamos bons dias que recordamos com saudades, recebendo sempre cuidados e obséquios da família Pinto que a todos acolhe com bondade e caridade⁶⁴” (O Sino. 14/03/1937, p. 01). Por ser um jornal de orientação católica, impresso na paróquia de Parnaíba, contando inclusive, com a aprovação eclesiástica, como salienta o cabeçalho, as narrativas das matérias ressaltam os valores cristãos, como se vê pelo agradecimento de R.S. Além disso, como destaquei na citação, o autor afirma ser o Coqueiro uma praia já frequentada.

No que tange à memória dos moradores dessa praia, numa entrevista cedida à Comissão Ilha Ativa, o pescador Antônio de Laura, na época com 69 anos, ao ser indagado sobre o turismo no Coqueiro, afirmou: “nesse tempo não existia turismo. Vinham para o Coqueiro, um povo de Parnaíba, que passava o mês todo de julho aqui na comunidade, os donos de loja, em Parnaíba, os Pintos, os Linhares, o Abelardo, Manoel de Almeida, doutor Mariano. Vinham e passavam o mês todo aqui” (Rocha, 2015, p. 20). Em outra entrevista, dessa vez realizada por mim, em 2024, o mesmo pescador contou que esses visitantes eram chamados de “brancos” – mesmo termo ouvido em Pedra do Sal – e que, em suma, eram parnaibanos.

Apesar de Antônio não precisar a data, duas passagens de sua narrativa chamaram minha atenção. A primeira diz respeito a uma das famílias mencionadas: os Pinto. Isso me levou a supor que seriam descendentes da mesma família à qual R. S. agradeceu a estadia em 1937, no sítio do Jaboty. Inicialmente, desconfiei que esse clã fosse um frequentador histórico da praia, mas, devido à limitação das fontes impressas, não era possível afirmar isso com exatidão. No entanto, essa suposição foi confirmada ao longo da entrevista com o citado pescador. Outro aspecto importante é que, no entendimento desse trabalhador do mar, as incursões que certos parnaibanos (comerciantes) faziam à vila pesqueira não se enquadravam no que hoje chamamos de turismo, mas sim em temporadas de recreio. Ia-se à praia e lá se permanecia durante uma determinada estação, especialmente no mês de julho, como bem recordou o entrevistado.

Pode-se ver, portanto, a partir das fontes, a paulatina consolidação do costume de ir à praia entre os habitantes do litoral estudado e, de certa maneira, a heterogenia social do público. Lê-se na *Monografia Estatísticos Municipais* feitas sobre o Piauí, que, em Parnaíba, “o principal ponto de excursões turísticas é a praia denominada ‘Pedra do Sal’, na Ilha de Santa Izabel”

⁶⁴ Grifo meu.

(Monografia Estatísticos Municipais, 1939, p. 85). Mesmo com a dura jornada e consolidação de Atalaia, Pedra do Sal mantinha-se como empório de recreio reconhecido pelos cidadãos.

Breves notícias ou notas, ilustravam os trajetos feitos pelas famílias à praia. É mais comum observar essas viagens nas seções destinadas à vida social da cidade, possivelmente uma forma de dar destaque àquele acontecimento e aos grupos citados. Nesses espaços eram informados aniversários, casamentos, nascimentos, viagens e mortes de personalidades importantes da sociedade parnaibana da época. O “‘Norte’ Social”, como o próprio nome indica, era a seção do *O Norte* que dava conta dos acontecimentos de seus ilustres leitores. Na aludida coluna foi avisado que “para a praia de Luiz Correia, viajou pelo horário de hoje, o nosso prezado amigo Dr. João Orlando Correia, que se fez acompanhar de sua exma. Família, que ali vão gozar as férias joaninas” (*O Norte*. 18/06/1940, p. 04). Diferente das notas sociais das duas primeiras décadas nas quais as praias eram citadas pelos jornais como lugares de cura, nos anos 1940 se percebe outra sensibilidade, a da praia enquanto lugar de recreio e de descanso.

Dois anos depois, a mesma coluna parabenizou o médico Candido Ataíde que “se encontra em veraneio [na Pedra do Sal], está hoje festejando o transcurso de seu aniversário natalício [...] ‘O Norte’ solidarizando-se com os muitos amigos do distinto aniversariante envie-lhe os seus cumprimentos” (*O Norte*. 19/09/1942, p. 04). Quando se analisa essas notícias junto ao projeto editorial dos impressos pesquisados, entende-se que tais espaços serviam para ilustrar que aqueles sujeitos se distinguiam da maior parte da população da cidade pelos hábitos e costumes. Embora os periódicos ilustrem ser as famílias da elite os principais grupos a fazer os usos sociais do mar e da praia, seguindo as pistas investigadas e lendo-as a contrapelo (Benjamin, 1987), percebe-se a popularização do “ir à praia” entre as demais classes, o que contrapõe a memória de um costume hegemonicamente da elite. O *Almanaque da Parnaíba* de 1939 destinou uma página daquela edição ao texto *Nossas carroçáveis*. O título foi impresso em garrafais e o escrito comemorava a construção da “estrada para automóveis entre os municípios de Parnaíba e Luís Correia, a qual se estende desta cidade até Atalaia, uma das nossas praias de banho mais concorridas” (*Almanaque da Parnaíba*, 1939, p. 147).

A estrada possuía 15 quilômetros de extensão e a cerimônia de inauguração ocorreu em um dia simbólico, 14 de agosto, natalício de elevação de Parnaíba a categoria de cidade. Conforme o anuário, essa via era “de grande alcance, de vez que os trens da Central do Piauí, fazem somente uma viagem por dia, indo pela manhã voltando à tarde” (*Almanaque da Parnaíba*, 1939, p. 147). Essa ligação revolucionou o acesso de parte do público às águas salgadas. Quem tivesse automóvel não dependeria mais dos horários dos trens, podendo realizar

viagens mais rápidas e estadias mais curtas, uma vez que “com esta nova estrada, os banhistas poderão ir à praia pela manhã e voltar para o almoço” (Almanaque da Parnaíba, 1939, p. 147). Junto do texto, há a imagem reproduzida abaixo de dois carros com um grupo de pessoas.



Figura 7. Grupo de comerciantes posa com Ford V.8. Fonte: *Almanaque da Parnaíba de 1939*. Ano 1939.

A fotografia foi tirada em Atalaia e nas palavras do anuário, “eram os primeiros carros que pisaram as areias da praia” (Almanaque da Parnaíba, 1939, p. 147). Além de adultos, é possível ver a figura de crianças, das quais apenas uma delas foi identificada pelo anuário: João Correia, filho do industrial José de Moraes Correia. No texto que acompanha a imagem foram citados o prefeito da época, Mirócles Veras, e o empreiteiro da carroçável, João Vieira Pinto. Apesar disso, nenhum dos dois está presente na imagem. Além deles, foram mencionados outros homens, todos pertencentes à elite local.

Do grande grupo que compõe o clichê, apenas oito indivíduos foram citados na publicação, entre eles Antônio Castelo Branco Clark, proprietário do automóvel e sócio da empresa James Frederik Clark & Cia. posa com o carro e as crianças à sua frente. Da esquerda para a direita, estão o diretor do próprio *Almanaque da Parnaíba*; W. Bolívar Kup (gerente da Booth & Co); João Correia (filho de José de Moraes Correia, da Firma Moraes e Cia); Franklin Borges Veras (médico); Bem-Hur Veras (da firma Franklin Veras & Cia); Odílio Diniz Neves,

inspetor de serviços externos e fiscalização do município e, por fim, o coronel Raimundo Rodrigues, da firma Delbão Rodrigues & Cia.

Apesar do texto novamente se preocupar com o “alto comércio” e a ele destinar registros escritos e visuais desses indivíduos com os automóveis, algo corriqueiro nesse impresso (Silva, 2023), há de se ter em mente que uma intervenção urbana é feita mediante vários fatores, dentre eles, a demanda da população ou, ao menos, parte dela. Caso leiamos com atenção e lembremos que havia concorrência para utilizar os trens da época, pode-se depreender que a procura deveria ser grande por parte da população.

Diferente do que a memória hegemônica e mesmo de uma parte da historiografia local recordam, o “progresso” e a “riqueza” do período austero da economia parnaibana eram partilhadas com poucos. Desse modo, uma parcela ínfima da população usufruiu da estrada inaugurada em 1939, uma vez que o relatório *Piauí-1935*, ao fazer a discriminação dos veículos matriculados no estado em 1935, afirmava ter o “município de Parnaíba 40 automóveis” (Piauí, 1935, p. 87). Uma listagem feita pelo *Almanaque* de 1942 daria conta que naquele ano, Parnaíba possuía 30 automóveis particulares, 18 de automóveis de aluguel e quatro oficiais (Almanaque da Parnaíba, 1942, p. 333). Embora houvesse certo esforço em fazer as carroçáveis e as estradas fossem importantes para o desenvolvimento econômico do estado, algumas memórias e outros documentos afirmam que não havia o mesmo ânimo para mantê-las. A carroçável até o Coqueiro, inaugurada nos anos 1930, não apareceu nos *Cartogramas Municipais dos Transportes e Comunicações* (1949), sugerindo que a via não foi conservada, embora o povoado esteja assinalado na representação⁶⁵. Consoante o livro de Carlos Araken (1988, p. 26), “a estrada vicinal [até Atalaia] era péssima e cheia de ciladas e atoleiros. A viagem de Jeep, assim, tornava-se uma aventura bem pouco convidativa e nada agradável”. Sem manutenção, não bastava ter qualquer carro, era necessário um tipo que conseguisse rodar nos caminhos arenosos. Mais desafiador ainda era nas temporadas invernosas, quando as passagens ficavam alagadas e formavam-se lagoas.

Apoiando-se na imagem do progresso técnico, um texto impresso na quarta e na segunda página do *Diário da Tarde* afirmava ser o Land-Rover, “de todos os carros que procuraram atingir Amarração, o único que conseguiu atravessar os alagados e chegar até aquela cidade praiana” (Diário da Tarde. 16/04/1949, p. 4-2). Distribuído no Piauí e Maranhão pela firma Machado & Trindade, propriedade de José Machado, o modelo apresentado pelo jornal, a partir

⁶⁵ Conferir imagem nos anexos.

do texto acompanhado da ilustração de um Land-roover atravessando um riacho, evidencia ainda a importância dos automóveis como objeto de consumo em um seleto grupo de leitores.

O fluxo de pessoas e a demanda por trens foram documentados nas páginas de alguns periódicos, mostrando, assim, a popularização das praias entre os pobres e a necessidade da manutenção desse aparelho de deslocamento da cidade até as áreas balneárias e sua importância para o recreio de parte dos trabalhadores. Apesar disso, o principal sistema de acessar a praia, isto é, a ferrovia, não acompanhou a progressiva popularização do gosto por Atalaia. Cunha e Melo, diretor da Estrada de Ferro, por meio do *O Norte* avisou que “os trens de recreio, aos domingos, entre Parnaíba e Luís Correia, a partir do dia 14 do corrente” (O Norte. 11/04/1940, p. 04), passariam a sair da primeira cidade às oito horas e partiriam de Luís Correia, 16 horas.

A mudança parece não ter agradado os usuários, que meses depois, reclamariam da inconveniência dos horários. Na coluna “Ecos e Fatos”, localizada na quarta página da edição de 19 de junho, foi ressaltada a importância de se manter os trens dominicais para Luís Correia. A partir desse debate e das queixas, pode-se analisar tanto o papel dos jornais locais como mediador para a resolução dos problemas da cidade, quanto a incorporação dos banhos salgados dominicais na vida urbana da população de Parnaíba.

Mais que veículos de informação, os jornais funcionavam como meios de levar às autoridades, as insatisfações e desejos da vida cotidiana. *O Norte*, especificamente nesta nota do dia 19 de junho de 1940, afirmou: “os habitués de Atalaia reclamam a nossa desvaliosa interferência junto ao dr. Ciridião Ferreira, diretor interino da Central do Piauí, no sentido de ser reestabelecido o tráfego de verão, entre esta cidade e Luís Correia” (O Norte. 19/06/1940, p. 4). Como visto em outros capítulos, tanto os grandes quanto os pequenos compreendiam a imprensa como espaço propício para o debate público e para a resolução de problemas – o próprio delegado de polícia em 1946, Orlando da Costa Rollo, agradecia as denúncias feitas no jornal pois orientava “a ação das autoridades policiais, com quem prestará assinalado serviço à causa pública” (O Norte. 19/01/1946, p. 04). Retornando ao reclame endereçado ao diretor da EFCP, o jornal assim se posicionava:

Alegam ditos veranistas que além de não haver muitas vezes almoço em Luiz Correia para todos os visitantes domingueiros daquela cidade, salienta-se a inconveniência da chegada às 8 hs. para ir ao banho, com o resto do dia malpassado até a hora de regresso. Dizem mais que já estando provado o resultado em matéria de renda para a Estrada, com o horário de verão o ano passado, tudo depende apenas da boa vontade da Diretoria interina, que estão certos, não a regateará (O Norte. 19/06/1940, p. 04).

Constantes eram as reclamações sobre os horários dos trens com destino à praia. Dois anos depois, a nota intitulada “À central”, estampada na primeira página do *O Norte*, endereçou

à administração da ferrovia o apelo dos leitores. Segundo a nota, “são muitas as pessoas que por nosso intermédio vêm pedir atenção da diretoria interina da E.F.C do Piauí, para os inconvenientes que aos veranistas de Luís Correia, resultam da modificação da hora de partida desta cidade” (O Norte. 17/10/1942, p. 02). Colocando-se como apoiador dos queixosos, o periódico entendia ser a reivindicação aceitável, pois “dada a circunstância de ter recebido o público sem nenhuma manifestação contrária o aumento de preço das passagens, acharíamos justo que fosse atendida a reclamação de agora” (O Norte. 17/10/1942, p. 02). Diferente da crítica de 1940, chama a atenção que a nova nota foi impressa no período que as cidades turísticas denominam usualmente de “baixa temporada”, isto é, momentos que não eram de férias, por conseguinte, de pouca procura. A data desse texto de 1942 sugere uma alteração de costumes: os recreios deixam de ser uma “estação”, uma quadra, para ser cada vez mais frequentes ao longo do ano, feitos, em suma, aos domingos.

Os serviços promovidos pela ferrovia eram dignos de sucessivos desgostos por parte de seus usuários, seja por conta dos horários, da venda de bilhetes ou da forma como era realizado o transporte de bagagens e passageiros. Em dado momento, embora houvesse a divisão de classes nos comboios, conforme foi visto anteriormente a partir das reminiscências de Carlos Araken, os valores das passagens eram os mesmos. Acerca disso, um reclame impresso no dia 27 de maio de 1945 afirmava:

aos passageiros para Luís Correia são dados carros de 2ª e 3ª classe, e vendidas passagens de 1ª. É o cumulo do desprezo a bola e ao bem-estar dos passageiros [...] outra coisa que merece especial reparo é a inconveniência dos horários atuais dos trens para Luís Correia. Muitas pessoas que se interessam por um banho de mar, deixam de satisfazer esse desejo, devido a grande despesa que o mesmo acarreta e a perda de um dia inteiro em Amarração, mal acomodado nas pensões ou na beira da praia, a espera da hora do regresso as tantas da tarde. Uma pessoa que vai a Amarração, gasta pelo menos 15 Cruzeiros, e se acompanhado de família, pode-se avaliar a despesa, montante de uns 30 a 40 Cruzeiros, ou mais, conforme o número de pessoas e, francamente, não é todo empregado do comércio ou funcionário público que pode acarretar com tais despesas, vendo-se, portanto, privado de refazer suas forças, esgotadas em seis dias de trabalho (O Norte. 27/05/1945, p. 01).

Ao oferecer carros de classes mais econômicas, a EFCP possibilitava que a população menos remediada ocupasse espaços no trem e realizassem, da mesma maneira que a elite, os recreios na praia. Não obstante, pagava-se o mesmo valor que os passageiros da primeira classe, que, certamente, desfrutavam de uma viagem mais confortável. O que parece ser um paradoxo, pode ser interpretado como uma tática não só da empresa de lucrar mais, mas também de dificultar a presença de determinado público nos trens dominicais e que, como se pode ver ao longo do texto extraído, os recreios não eram baratos.

Mesmo popularizada, a ida à praia, no norte do Piauí, ainda não era uma experiência tão democrática entre parte dos trabalhadores locais, talvez não pelo compartilhamento do costume. Questões inerentes a vida dos próprios trabalhadores do período, como por exemplo, as questões materiais e o tempo, seriam fatores que impediriam maior presença das classes menos favorecidas nas paisagens praianas. Em 1946 foi afixado no *O Norte* o anúncio de emprego destinado à contratação de uma cozinheira em casa de “família”, cujo ordenado seria o de Cr\$ 100,00 por mês (O Norte. 14/08/1946, p. 04). Tendo em vista que, conforme foi visto na crítica impressa no ano anterior no jornal, uma pessoa gastaria quinze cruzeiros para ir à praia, é possível que uma empregada doméstica sozinha jamais conseguisse fazer recreios. Caso fosse com a família, o passeio dominical tornava-se bastante oneroso, comprometendo seu parco salário.

A colaboradora Dona Alice conta que se aposentou como empregada doméstica e cozinheira nas casas da “cidade” e começou a trabalhar aos treze anos “nas casas alheias. Nos brancos” (Alice Oliveira, 2023). Dadas as condições materiais, mulheres, moças e meninas oriundas dos subúrbios, de zonas rurais, ou fora do município de Parnaíba, viam nas “casas de família” a possibilidade de emprego e de criar as filhas e filhos. As condições de trabalho das empregadas domésticas na cidade não eram das melhores. Conforme a colaboradora,

Era serviço de cão. Não é como hoje que o empregado manda na patroa não. Eu pegava era 4 e meia da madrugada e começava a varrer chão. Nove horas da noite era que a gente ia jantar, almoçar. Quando bem queriam. Ai a gente ficava esperando. Quando acabava, estava o monte de prato” (Alice Oliveira, 2023).

Comparando o ontem com o hoje, Alice observa os direitos trabalhistas conquistados a duras penas, pois ela mesma conseguiu se aposentar com muito custo. Devido ao pouco tempo livre, um dos raros divertimentos para essas trabalhadoras eram as praças, onde se sentavam para conversar. Iam à praia quando os patrões as levavam. O pescador Garajau lembra-se de que algumas “curicas”, isto é, moças e mulheres empregadas nas casas dos “brancos”, acompanhavam os patrões nas estações balneárias: “nós chamávamos de curicas, que eram as empregadas. Quando era de noite nós íamos tudo para acolá. As curicas terminavam de fazer as coisas, nós as namorávamos. Quando iam embora ficavam só nós, só os do lugar” (Garajau, 2022).

Ao analisar as memórias dos ferroviários da Central do Piauí em sua dissertação de mestrado, Lêda Vieira afirmou que esses trabalhadores tinham as missas, as praias e os bares como divertimento. Entretanto, “nem sempre possíveis de serem desfrutados devido a pouca disponibilidade de tempo” (Vieira, 2010, p. 183). Conforme a historiadora, devido à jornada de oito horas de trabalho diário, fora os trabalhos extras na própria ferrovia, quando podiam, dado

o cansaço dos dias de labuta, muitos preferiam descansar em casa. Os que iam à praia, passavam o final de semana numa casa mantida perto de Atalaia pela própria estrada de ferro.

O jornal *O Norte* defendia ser o descanso um direito dos trabalhadores; contudo, ao que parece, nem todos os trabalhadores possuíam-no. Embora existisse uma rodagem ligando Parnaíba a praia em 1946, que nas palavras do periódico não era “apenas uma cousa aprazível, é, também muito útil”, encontrava-se sem manutenção, por essa razão, “nossos carros de praça preferem ficar parados no ponto do estacionamento do que se arriscarem a enfrentar aquilo que se chama de Estrada para Luís Correia” (*O Norte*. 21/03/1946, 01). Como solução para os problemas enfrentados pelos veranistas, ou ao menos parte deles, em algumas edições posteriores, *O Norte* defendia a criação de uma nova estrada de rodagem ligando Parnaíba a Amarração.

Num longo texto impresso na primeira página da edição do dia 30 de março de 1946, podia-se ler no jornal, a importância dos banhos de mar. Enquanto os demais artigos sublinhavam a estima das vias de acesso à praia por conta da elite, este periódico sustentava ser a praia importante local para a renovação das forças dos trabalhadores:

Não desconhecemos os vários problemas a serem resolvidos pela municipalidade de Parnaíba. Mas entre esses, um se impõe que deve merecer especial atenção de nossos dirigentes. Uma estrada que nos ponha em contato permanente com Amarração e suas saudáveis praias, avulta como serviço que deve ser atacado com urgência pelo governador desta cidade. Um pedaço de praia, onde o homem que trabalha durante uma semana inteira possa descansar, é cousa disputada, hoje, pelos centros populosos de maior movimentação. Com o estabelecimento da semana inglesa, entre nós, ainda mais se requer um ponto aprazível onde o trabalhador consiga se refazer para as novas labutas da vida. Sem um lugar para repouso, sem um canto onde possamos recrear, distrair das preocupações *au jour de jour*, não há finalidade a semana inglesa que possamos adotar (*O Norte*. 30/03/1946, p. 01).

O termo “trabalhador” aparece no texto enquanto entidade sem rosto, cor ou gênero. Como abstração, suscita algumas questões, afinal a qual trabalhador o periódico se referia? Aos da cidade? Aos do campo? Contemplava também as mulheres? As crianças? Aos que labutavam em quais atividades? Diferente do reclame de 1945 que mencionava os funcionários públicos e do comércio, nesse outro artigo de 1946 não é possível afirmar com exatidão quem poderia refazer as energias na praia. Não obstante, ao dialogar com a historiografia, posso supor que havia um “trabalhador” ideal e que, portanto, esse “merecia” lazer e descanso.

Em sua tese sobre Parnaíba, Francisco José Leandro afirmou que na década seguinte, isto é, em 1950, “as narrativas verificadas nos jornais de circulação na cidade sobre a questão do trabalho têm claros destinatários: os trabalhadores urbanos organizados em sindicatos de classe” (Castro, 2021, p. 37). Assim, ficariam de fora ou não seriam o grupo focal quem fainava

nas áreas rurais, maior parte dos trabalhadores piauienses naquele período (Oliveira, 2016), ou que não estivessem organizados. É possível que esse grupo, em especial os comerciantes, fosse, nos anos 1940, os indivíduos que o periódico sustentava ter tempo para o recreio.

Do mesmo modo que havia um trabalhador ideal, os periódicos ainda tinham claro os divertimentos “corretos”. Ditando ou criando consenso do que julgava ser saudável, as páginas engendravam no público, a ideia ou o debate de que a praia era, por excelência, espaço de recreios. Ao evidenciar as paisagens praianas como uma concorrida demanda nas maiores cidades e que Parnaíba tinha o privilégio de possuir essas áreas de banho, o artigo do *O Norte* visava combater outras atividades que eram entendidas como vícios, sejam eles morais ou não, tais como os jogos de bilhar ou *snook* e bares.

No começo dos anos 1940, a portaria de número 67 da chefatura de Polícia repreendia em Parnaíba os jogos de azar (*O Norte*. 05/12/1941, p. 04). O combate da imprensa aos jogos devia-se a uma certa causalidade. Jogo e roubo eram equivalentes, “sendo que o viciado que pratica o primeiro, incorre no delito do segundo” (*Gazeta do Piauí*. 11/07/1956, p. 01). Por fim, o texto admitia que a estrada férrea não dava conta do fluxo de pessoas à Atalaia e por isso, sugeria a construção da rodagem. Apesar da solução apresentada pelo jornal, não foi indicado se com a nova estrada haveria sistema de transportes coletivos que levassem a população à cidade vizinha.

Em fevereiro de 1946, numa passagem do artigo “Em torno da maltratada estrada de ferro”, *O Norte* resumiu a condição da ferrovia e denunciou: “o péssimo estado de conservação da linha é perfeitamente condizente com o do material rodante. Verdadeira lastima” (*O Norte*. 05/02/1946, p. 01 e 04). Ainda naquele ano o debate da praia como diversão primordial para os parnaibanos e a qualidade do transporte ferroviário que a ela dava acesso, foi recuperado no mesmo periódico. Na seção “Casos da cidade”, localizado na quarta, página podia-se ler:

para uma cidade sem diversões como Parnaíba o é, a praia de Amarração é, sem dúvida, um maná. Não é pois, sem justificado motivo, que a nossa população acorre a ela durante o verão, para viver um pouco mais em contato com a natureza e gozar das reconhecidas virtudes dos banhos marítimos [...] a Estrada destina para as viagens àquela vila os piores calhambeques que possui, e além disso, em número absolutamente insuficiente para conduzir a quantidade de passageiros que se transporta à praia (*O Norte*. 21/08/1946, p. 04).

A matéria, em tons de revolta, ilustrava a importância dos recreios produzidos na praia e mobilizava no público, o debate sobre a situação dos vagões da estrada de ferro, em especial das utilizadas por veranistas, bem como a precariedade do serviço prestado. Não por isso, na edição seguinte, um veranista e leitor do *O Norte* escreveu ao jornal endossando as críticas feitas anteriormente pela folha. Sua carta foi impressa também na seção “Casos da cidade” na

página quatro. Concordando com o comentário realizado no número anterior, o autor anônimo endossava o reclame afirmando,

convém acrescentar que já tem havido pedido a fim de que a nossa ferrovia mande para ali, aos domingos, dois trens, ou que se façam duas viagens. Somente isso descongestionaria o tráfego, evitando os atropelos ocasionados às famílias que procuram a nossa praia para os salutareos banhos de mar (O Norte. 24/08/1946, p. 04).

Desordens e desorganizações no embarque e desembarque de pessoas e bagagens eram constantes, principalmente aos domingos ou nos meses das temporadas balneárias, quando a procura pelas praias e a quantidade de viajantes aumentava. Com um título que dividia opiniões, “Crime ou acidente?”, *O Norte* noticiou em sua última página que por volta das 16h30, foi vitimada “uma infeliz criança, um desses pobres pingentes que fazem o serviço de transporte de objetos dos passageiros que volta de Amarração” (O Norte. 12/11/1946, p. 04). Francisco Chagas Vasconcelos, de 13 anos, era originário de Piracuruca, Piauí, mas trabalhava como jornaleiro em Parnaíba, tendo sido atropelado pelo trem. O jornal indagava se o ocorrido havia sido intencional ou não.

Não irei empregar maiores análises sobre a fatalidade, já que desviaria a discussão aqui proposta. Limito-me a afirmar que as investigações policiais foram iniciadas e nas edições seguintes o jornal trazia novidades sobre o trabalho da polícia. Contudo, devido às lacunas da coleção, não foi possível saber se a morte do jovem Francisco foi criminosa ou acidental. Por outro lado, a triste notícia ilustra a presença de crianças pobres nos mundos do trabalho em Parnaíba. Além de lugares de chegada e partida, as estações eram igualmente espaços de labuta, não só para quem trabalhava na ferrovia.

Enquanto se reclamava das más condições da estrada férrea até Luís Correia, para Pedra do Sal, o deslocamento era muito mais precário, já que não havia ferrovia até a praia ou mesmo estrada de chão batido. Em 1945, o padre Francisco Dettile Ribeiro, reitor do Seminário de Santo Antônio na capital maranhense, ao vir para Parnaíba deslocou-se até Pedra do Sal a fim de conhecê-la.

O católico *O Sino*, que de acordo com o contemporâneo, *Aljava*, era “o semanário católico mais difundido no estado e a folha mais lida nesta cidade” (Aljava. 21/08/1946, p. 04), trataria da presença do clérigo como uma “visita honrosa” na “mais bela, mais saudável e por isso mesmo a mais apreciada praia do Piauí” (O Sino. 26/08/1945, p. 02). Aproveitando o ensejo da visita, em uma espécie de apêndice desse texto, o periódico fez reclamações acerca das condições de acesso aquela praia. Nesse escrito paralelo, lia-se: “as dificuldades de transportes atualmente para Pedra do Sal, são de esmorecer, pela carestia de condução, demora na viagem

e o modo de condução. Nem todas as senhoras, crianças e outras pessoas podem andar a cavalo ou a pé” (O Sino. 26/08/1945, p. 03). Diferente de outros reclames, a estrada nesse texto teria como objetivo não somente o bem-estar de quem fazia recreios, mas também da população praiana: “a sugestão da municipalidade de uma estrada carroçável para essa praia, a qual beneficiaria os seus pobres moradores e veranistas no verão de todos os anos” (O Sino. 26/08/1945, p. 03).

Devido à lacuna dos documentos, não foi possível descobrir se o pedido feito pelo *O Sino* foi atendido. A única menção encontrada de uma carroçável até essa vila praiana foi no já referenciado *Cartogramas Municipais dos Transportes e Comunicações*⁶⁶ (1949). Mesmo com as adversidades causadas pela precariedade do trajeto, a “tradicional e afamada praia da ‘Pedra do Sal’” (Gazeta do Piauí. 27/07/1957, p. 04) nunca deixou de ser frequentada por caravanas de excursionistas. Na década de 1950, Luís Correia possuía comunicação com municípios vizinhos por ligação férrea que vinham não somente realizar banhos de mar, mas também, participar das novenas de Bom Jesus dos Navegantes, terminadas no dia 29 de junho com a procissão marítima. De acordo com o cronista Raimundo Ferraz Filho⁶⁷, para aquelas festividades, “os trens da Central do Piauí transitavam em horários contínuos, levando os seus carros superlotados de famílias que iam à Amarração, lançar as suas súplicas e preces a BOM JESUS DOS NAVEGANTES⁶⁸” (Aljava. 04/07/1959, p. 05). A cada verão, a cidade que nesse período possuía pouco mais de vinte mil habitantes, transformava-se com o adensamento do fluxo de visitantes.

Ainda naqueles anos, a ligação entre a referida cidade e Parnaíba foi consolidada a partir da construção da BR-23, “recentemente construída, com leito pavimentado de pedras irregulares, numa extensão de 15 quilômetros” (Ibge, 1955, p. 523) e da ponte rodoviária sobre o Portinho em outubro de 1957 (Aljava. 16/11/1957, p. 01), facilitando o acesso entre municípios e o processo de balnearização. No final daquela década foi erigida a Estação de Atalaia (Cerqueira, 2017) e o curto ramal com 2,5 quilômetros de extensão. Apesar de servir para atender à demanda do porto de Amarração, era bastante utilizada pelos veranistas por ser mais próxima à praia. É possível que essa estação tenha sido utilizada por pessoas com poucos

⁶⁶ Conferir anexo.

⁶⁷ Sócio proprietário da Gráfica Americana, em Parnaíba, foi fundador e presidente em 1974 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Parnaíba, presidiu por anos o Lions Clube de Parnaíba além de ter sido colaborador do *Folha do Litoral*, com coluna permanente, e de outros jornais, dentre eles o *Norte do Piauí*, assumiu a direção do *Aljava* após a morte de Benedicto dos Santos Lima. Ferraz Filho veio a falecer em maio de 1982.

⁶⁸ Destaque no original.

recursos, uma vez que, por precisar trabalhar, não podiam passar longas temporadas na praia, fazendo viagens mais rápidas.

No período das férias escolares, o movimento para as áreas de recreio se ampliava. “Amarração, Pedra do Sal, Coqueiro e Morros da Mariana estão todos repletos de numerosas famílias do nosso meio, que encontram naqueles aprazíveis recantos o desejado descanso para passados meses de labor cotidiano”, noticiava o jornal *Aljava* (Aljava. 26/07/1958, p. 05). Fora Morros da Mariana, todos os outros lugares eram praias e dessas, apenas Atalaia - chamada pelo jornal de Amarração - que além da ferrovia, possuía “boa estrada pavimentada a pedras” (Aljava. 26/07/1958, p. 05). O apelo para a criação de estradas não era à toa e está diretamente ligado ao privilégio das rodovias. Conforme a historiadora Maria Dalva Fontenele Cerqueira (2017), apesar dos esforços do diretor Alberto Tavares Silva, a ferrovia piauiense que já dava sinais de desgaste e abandono desde a década de 1950, a partir da seguinte, teve seus problemas de manutenção adensado.

Mesmo com todos os percalços estruturais enfrentados pela EFCP, em julho de 1961 a Estrada de Ferro imprimiu dois avisos no *Folha do Litoral*, jornal fundado em onze de maio de 1959⁶⁹ (Folha do Litoral. 10/05/1978, p. 01) por João Batista Ferreira da Silva⁷⁰, seu diretor proprietário, e que contava com José Quirino Memória no cargo de diretor responsável. Esse semanário que se dizia independente e noticioso, era um dos poucos jornais produzidos em Parnaíba e que contava com gráfica própria localizada na Avenida Presidente Vargas, número 135 (Folha do Litoral. 16/12/1961, p. 07). O primeiro recado noticiava que duas locomotivas a diesel seriam enviadas e que aquilo era “parte do plano de recuperação da nossa Estrada, apresentado às autoridades da nação pelo Engº. Alberto Silva, como medida salvadora, evitando a supressão de nossa única ferrovia” (Folha do Litoral. 01/07/1961, p. 07). O segundo, na mesma página, informava os novos horários de trens a Luís Correia, com parada em Atalaia (Folha do Litoral. 01/07/1961, p. 07). Esse segundo aviso seria impresso em outras edições daquele mesmo mês.

⁶⁹ Não possível analisar as edições desse jornal dos seus primeiros dois anos de vida, observei ao longo da pesquisa, que algumas edições do FL trazem imprecisões quanto ao ano de fundação do próprio jornal. Nos editoriais ou mesmo textos de aniversário do periódico, é informado que o FL veio a lume 1959 como a data de sua fundação, já em outras foi mencionado que o parnaibano foi fundado um ano depois. O estudioso da imprensa piauiense, Celso Pinheiro Filho em seu livro afirma que o FL teria começado a circular no ano de 1959, data essa que preferi considerar como a correta tanto por conta dos editoriais, quanto pela afirmação do citado autor.

⁷⁰ Nascido no Brejo dos Anapurus, Maranhão, foi funcionário público, ocupando o cargo de fiscal da previdência do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS, esse homem entre os anos 1960 a 1980 ocupou diversos cargos políticos tais como, vereador, deputado estadual, vice-prefeito na gestão de Elias Ximenes do Prado e posteriormente, prefeito, esses dois pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Junto a ineficiência da ferrovia, reclames para a feitura de estradas tornava-se igualmente assunto nas páginas da imprensa parnaibana. Conforme uma nota no *Folha do Litoral*, “dentro de algumas horas ou mesmo alguns dias, terá início a construção do terminal da estrada pavimentada Parnaíba/Luiz Correia, na frequentada e poética praia de ATALAIA” (Folha do Litoral. 31/12/1962, p. 01). No ano seguinte, assistindo o volume de excursionistas a Atalaia, Raimundo Ferraz Filho escreveu, que aos domingos,

aquela bonita praia continua sendo frequentada por crescido número de banhistas de Parnaíba e também, de outras cidades [...] os trens da Central do Piauí, em horários regulares continuam fazendo o serviço de transporte da gente que se destina à nossa praia. Transporte outros, por via rodoviária, são feitos durante as primeiras horas dos domingos e além dos carros particulares, o povo é conduzido por ônibus que fazem a linha de Parnaíba a Luís Correia, atingindo a estação de Atalaia (Folha do Litoral. 27/07/1963, p. 05).

Como pode-se ler na citação, Atalaia gozava cada vez mais de prestígio e procurada por parte dos parnaibanos e de outros públicos, como por exemplo, de Cocal, município há cerca de 90 quilômetros de Parnaíba. Em agosto daquele ano, o superintendente da Estrada de Ferro teve a ideia de disponibilizar, aos domingos pela manhã, um “trem vindo de Cocal até Atalaia, voltando à tarde. Oportunidade que, dá ao povo daquela região, gozarem as delícias da praia” (Folha do Litoral. 17/08/1963, p. 05). Ricos e pobres, possuidores de carro ou não, poderiam desfrutar de um domingo de sol e mar. De acordo com o cronista, o aumento do trânsito de automóveis trouxe problemas aos veranistas e autoridades, dentre eles, as corridas de carros realizadas nas areias da praia, que como será visto no capítulo seguinte, tornou-se um dos principais reclames de quem fazia as temporadas balneárias nos anos 1960. Por sua vez, a praia do Coqueiro, que já era frequentada desde os anos 1930, despontava como emergente – ainda que tímido – posto balneário nos anos 1950 e nas décadas seguintes. Adjetivada pelo poeta piauiense Zito Batista como “a praia íntima, familiar como a chamamos” (Folha do Litoral. 07/07/1962, p. 02), ganharia cada vez mais importância.

Em setembro do ano seguinte o *FL* inauguraria uma nova fase, o semanário que “durante quase quatro anos e atualmente, único órgão de imprensa permanente da cidade” (Folha do Litoral. 18/09/1963, p. 01), tornava-se bi-semanário, e a partir da maior quantidade de matérias produzidas pelo FL, aumentam também notícias das temporadas balneárias. Na coluna “Notícias da cidade” do *Folha do Litoral*, em primeira página podia-se ler, “inicia-se no decorrer dos festejos juninos a alegre e movimentada temporada de veraneio das praias de Pedra do Sal, Amarração e **Coqueiro**. As famílias locais e da região já começaram a movimentar-se

em preparativos⁷¹” (Folha do Litoral. 14/06/1964, p. 01). Embora os jornais não documentem de que forma se deu a adesão a essa praia, alguns textos afirmam que se chegava a ela por meio de uma improvisada “rodovia pela praia quando seca a maré, ou então se joga valentemente sobre um areal de deserto” (Folha do Litoral. 07/08/1966, p. 06). Usava-se jeeps ou cavalos para chegar a essa praia e as vozes dos moradores do Coqueiro faziam coro quanto a esses trajetos. Quem ali morava, deslocava-se muitas vezes a pé até o centro de Luís Correia a fim de comercializar os pescados. Seu Grilo recorda-se que poucas eram as casas na então vila de pescadores: “do Coqueiro mesmo só tinha as teperinhas de palha. Feita de barro, de taipa. Não era de tijolo” (Carvalho, 2022). As poucas casas de tijolos eram construídas por pessoas de fora que ali veraneavam nos meses de junho e julho.

Devido à inexistência de registros numéricos ou estatísticos, não é possível mensurar com precisão a quantidade de pessoas que se deslocavam anualmente para as praias piauienses naquela época. É possível que os jornais da época apresentassem certo exagero. Em 1965, Raimundo Ferraz Filho afiançou que num domingo de agosto daquele ano, estiveram em Atalaia “cerca de cinco mil pessoas” (Folha do Litoral. 05/08/1965, p. 03). Número considerável caso se leve em conta que em 1964 Luís Correia tinha 16.730 habitantes (Ibge, 1966, n.p.). Por outro lado, quiçá, as memórias dos moradores da praia não ajudem muito no sentido de avaliar os deslocamentos nas temporadas balneárias, afinal, quanto seria pouco ou muito? Comparado com Atalaia, cujo acesso era muito mais fácil via ferrovia e rodovia, Pedra do Sal e Coqueiro deviam ser menos procuradas. Seja como for, percebe-se que a presença hegemônica das famílias parnaibananas nas praias foi alterada. Estava, portanto, consolidado o costume de ir à praia entre os habitantes da região. No dia 12 de junho de 1966 o *Folha do Litoral* noticiou: “já é intensa a movimentação dos veranistas para o período de férias de julho, preparando-se para dirigirem às acolhedoras praias de Amarração, Pedra do Sal e Coqueiro” (Folha do Litoral. 12/06/1966, p. 01). A partir ainda da leitura e da análise dos textos da imprensa local dos anos 1960, nota-se a emergência de outro debate: a implantação da política do turismo.

Rubem Freitas em sua coluna social “Carnet Social” afirmou que durante uma conversa com o prefeito Lauro Correia acerca do referido, explicou ser Correia, “um dos grandes entusiastas do turismo em seu governo (Folha do Litoral. 20/09/1964, p. 03)”. O governante apontou três pontos de atração turística: Pedra do Sal, Sete Cidades e Cachoeira do Urubu. O cronista ainda elencou outros lugares que achou interessante, dentre eles, “a praia do

⁷¹ Grifo meu.

COQUEIRO⁷², com seus frondosos coqueirais, e LUIZ CORREIA com sua concorrida praia de atalaia, são pontos atrativos dos parnaibanos e visitantes, para banho e veraneio” (Folha do Litoral. 20/09/1964, p. 03). Como se pode ver, naquela altura, a palavra turismo já aparecia e seria empregada cada vez mais com maior frequência nas folhas pesquisadas. Superpondo-se aos poucos à ideia de temporada balneária.

A partir da década de 1970, as praias seriam alvos de outros olhares e formas de fruição. Aos poucos as famílias e as casas que eram a elas alugadas, dariam espaço para a chamada “indústria sem chaminés”, termo pelo qual ficou conhecido o turismo naquele período. Depois de um tempo sem o serviço dos trens dominicais até a praia, o *Folha do Litoral*, comemorava o retorno do serviço e acrescentava, “as vantagens da implantação de um movimento turístico permanente são enormes, e estamos certos de que as pessoas de visão influentes de nosso meio não deixarão para Junho e Julho” (Folha do Litoral. 17/06/1967, p. 01). Por fim, na falta do serviço da estrada de ferro, o proprietário do bar Miramar em Atalaia, avisava ter adquirido “uma kombi para fazer a linha Parnaíba/Atalaia, diariamente, a toda hora, saindo da Praça Santo Antônio” (Folha do Litoral. 05/01/1967, p. 03). A política de implementação do turismo começava a ser incentivada pelos jornais parnaibanos e, tendo em vista a crise pela qual passava a ferrovia piauiense, os caminhos asfálticos passaram a ser vistos como o principal meio de fomento dessa atividade. “Precisamos de boas estradas para carregarmos para nossa cidade as riquezas que nascem do transporte rodoviário e para fomentarmos o turismo em nossas praias” (O Norte do Piauí, 02/09/1967, p. 01), advogava o editorial de dois de setembro de 1967 do semanário *O Norte do Piauí*.

No ano seguinte, a rodovia para Luís Correia se encontrava em vias de conclusão (Folha do Litoral. 19/06/1968, p. 01) e junto a ela, apesar da ferrovia finalmente ter chegado a Teresina, por conta da falta de investimentos, muito em breve, os trajetos ferroviários até Atalaia, nostalgicamente descritos pelos memorialistas dariam lugar às viagens em automóveis – alterava-se assim, não somente a forma de usar as praias e o mar, mas também, de se chegar até os pontos de recreio.

3.3 Na praia: sociabilidades e distinção (1930-1970)

Como foi dito, com o passar dos anos, Atalaia gozaria de certo prestígio social entre aqueles que a frequentavam. Desse modo, era comumente descrita e adjetivada pela imprensa

⁷² Destaque no original.

e por parte dos memorialistas analisados como balneário “sofisticado” e, por isso, espaço de recreio para as famílias mais abastadas. Todavia, a praia não era frequentada apenas pela elite e pela classe média de Parnaíba. Trabalhadores e outros grupos sociais também se deslocavam até esse local, seja em busca de breves momentos de lazer, seja para trabalhar. Ao longo dos anos, as paisagens praianas foram marcadas por narrativas superpostas e continuam, ainda hoje, a ser campos de conflitos e disputas de projetos. No presente, não é raro encontrar na imprensa ou na internet notícias sobre comunidades de pescadores contestando os interesses de empresários do ramo imobiliário e turístico. As lutas desses primeiros grupos são abafadas pelos ventos e suas memórias, silenciadas.

O uso que grupos exteriores à praia fazem dessa paisagem não possui nada de natural e revela maneiras de se diferenciar tanto dos trabalhadores locais quanto de outros veranistas. Para a socióloga Helena Cristina Machado, “o modo como os atores sociais se relacionam com o espaço da praia tem, por um lado, um caráter vincadamente classista, revelando estratégias de distinção social ou de reprodução da posição de classe” (Machado, 2000, p. 203). Partindo dessa perspectiva, a discussão que se segue objetiva analisar as sociabilidades e distinções sociais não apenas em Atalaia, entre as décadas de 1930 e 1970, mas também nas demais praias estudadas.

Diferentemente de outros lugares do país, como, por exemplo, a então segunda capital federal e Recife, que possuíam casas de banho para os veranistas, ou do litoral gaúcho, que contava com cassinos e hotéis, no Piauí as praias tinham uma estrutura tímida e pouquíssima urbanização. Embora já fosse enormemente procurada em 1940, Bráulio Mendonça chamava a atenção para essa realidade no *O Norte*: “Na verdade, Atalaia é bonita, mas faltam os requisitos necessários para constituir uma atração” (*O Norte*, 28/07/1940, p. 04). Assim, uma vez chegadas à praia, as famílias dirigiam-se para casas alugadas anualmente por esses grupos.

Conforme as memórias de Carlos Araken, ali, “acendíamos os candeeiros para os dormitórios, e o Petromax era bombeado e levado à sala de jantar. Não havia luz elétrica” (Araken, 1988, p. 23). Apesar disso, as famílias mais abastadas possuidoras dessas residências buscavam certo conforto, de acordo com o médico, “as casas mais preparadas, às vezes tinham bicos de carbureto” (Araken, 1988, p. 23). Um anúncio no *O Norte*, do comércio Gonçalves & CIA, oferecia “CAMAS PARA VERANEIO para complemento do seu veraneio em Amarração⁷³” (*O Norte*, 31/05/1945, p. 01). Desse modo, embora houvesse certo desejo de “imitar” os modelos cariocas ou mesmo europeus, aqui as relações eram outras e, por isso, se

⁷³ Grifo no original.

faz importante compreender as experiências da cultura balneária piauiense como produto de seu próprio contexto.

Os piauienses tinham esse costume desde o final do século XIX, como documentou Humberto de Campos (1983). As palhoças localizavam-se na beira-mar, que, por sua vez, eram destinadas aos visitantes em busca dos “banhos de choque” ou espairecer. Frágeis, por conta dos invernos, necessitavam anualmente de reparos, esses, nem sempre feitos a tempo para receber os veranistas. Tanto Campos, no final do oitocentos, quanto Alarico da Cunha nos anos 1930, ao chegarem respectivamente em Pedra do Sal e Atalaia, tiveram de passar alguns dias em moradias temporárias, já que as que estavam destinadas a eles, ainda estavam avariadas.

Não foi possível precisar até quando existiram, mas tais casas, bem como o hábito de alugá-las, sobreviveriam por décadas. Sonita Cunha⁷⁴, filha de Alarico da Cunha, em 1946, para *O Norte*, teceu o poema *A Casinha da Atalaia*, escrito em versos alexandrinos. Uma breve apresentação informava os leitores do jornal que “em virtude da ameaça das marés, foi demolida a última casa que restava na praia da Atalaia” (*O Norte*. 13/04/1946, p. 01). Leiamos então o poema na íntegra.

Tinha eu três meses só, quando a primeira vez,
Sob o teu teto amigo estive à veranear,
E à luz do alpendre teu, que agora se desfez,
A minha ama passava horas a me embalar.

Já contando, em seguida, um ano e mais um mês,
Corria em teu terraço, alegre, até cansar,
Num balanço de pau que meu maninho fez,
Às carícias da brisa, andava a balançar.

Cresci. E com meus pais, invariavelmente,
Sempre ia veranear na casa de Atalaia,
Agora demolida, irrevogavelmente...

Parece que te vejo, a clamar piedade,
Generoso refúgio aos banhistas da praia,
Cantando uma canção de interminável saudade
(*O Norte*. 13/04/1946, p. 01).

Quem não possuía condições de arrendar essas moradias e queria passar mais de um dia em Atalaia, alugava um quarto na pensão da Marula, pousada mantida pelas irmãs Maria (Marula) e Querubina Mavignier, filhas⁷⁵ de um guarda-mor da Alfândega de Parnaíba. Na análise da historiadora Mary Angelica Tourinho, a referida pensão “segue um projeto de

⁷⁴ Professora e colaboradora de impressos locais, dentre eles o próprio *O Norte* e *Almanaque da Parnaíba*.

⁷⁵ Não foi possível encontrar o nome do pai de ambas. Ao pesquisar nos jornais da época, apenas se sabe que no *Diário do Piauí* de 1912, o governador agradece pelos telegramas de felicitações e as duas mulheres, junto de outras pessoas do mesmo clã, enviaram em detrimento da eleição do governador. Conf. *Diário do Piauí*. Ano. 2, nº. 153. 19/07/1912, p. 2.

negócio familiar, onde a casa é o próprio local de trabalho” (Tourinho, 2015, p. 171). Figurando em alguns documentos além dos memorialísticos, entre eles nas *Monografias Estatísticas-descriptivas Municipais* de 1937, pode-se ler nessa fonte haver “uma pensão na sede do município” (Ibge, 1939, p. 167). Tal como as casas alugadas, a pensão é um local evocado pelas memórias de quem fazia as estações balneárias.

Carlos Araken brevemente rememorou ser a pensão da Marula um “velho casarão [que] abrigava os rapazes solteiros que não tinham família no local” (Araken, 1988, p. 26). Acompanhando a popularidade do banho de mar no litoral piauiense, o local parece ter funcionado por décadas, já que nos anos 1950 uma vez mais a pensão foi citada em publicações do IBGE, dessa vez, na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Naquela década, a diária custava em média “Cr\$ 50,00” (Ibge, 1954, p. 523). Situada no centro de Luís Correia, perto não só da praia de Atalaia, mas também da estação de trem de Amarração, a pensão de Marula foi ponto de grande importância para os veranistas na primeira metade do século XX.

Diferente das pensões e hotéis localizados em Parnaíba, como a Pensão Carneiro, de J. A Carneiro e o Parnaíba Hotel, de Manoel Branco, cujos anúncios estampavam as edições dos jornais e do *Almanaque da Parnaíba*, a da Marula não figurava nas páginas do anuário. De igual modo, não encontrei referências nos periódicos analisados. Já em 1966, ano de publicação da *Monografia Municipal de Luís Correia*, feita pelo IBGE, a antiga pousada deixou de ser mencionada. Ainda pude encontrar breves menções a outra estalagem que atendia os veranistas no período estudado e mantida por mulheres. Refiro-me à Pensão Santo Antônio, propriedade de Alice Torres de Oliveira. Circunscrita próxima à praia de Atalaia, um pequeno aviso impresso nas edições de junho do *O Norte* assim apregoava: “boa instalação, doada do conforto correspondente ao meio. Perto da praia. Aceita hóspedes temporários ou permanentes, inclusive famílias” (*O Norte*. 19/06/1946, p. 01). É possível que houvesse outros locais para se hospedar próximo a Atalaia, mas que, devido às fontes lacunares, os nomes foram perdidos no tempo.

A praia é lugar de encontros. Encontro de culturas, de diversos sujeitos e de diferentes maneiras de usar essa paisagem. Diante dessa consideração, é preciso observar que, no período das temporadas balneárias, pescadores e trabalhadoras do mar viam a zona praiana ser invadida pelos 'brancos', e o cotidiano das vilas pesqueiras se alterava. As narrativas das comunidades ouvidas pouco ou raramente ilustram os banhos de mar e as praias como divertimentos, o que não significa que não se banhavam nas águas salgadas. Acontece que as memórias dos e das colaboradoras ouvidas apontam que esses espaços tinham outros sentidos em suas vidas: era onde trabalhavam.

Tal significado atribuído ao mar e à praia não era exclusividade dos habitantes das localidades estudadas. Sergio Luíz Ferreira, ao analisar o processo de implantação dos banhos de mar em Florianópolis entre 1900 e 1970, escreveu: “Morador que sou da beira da praia, banhista desde meus tenros anos, chamou-me a atenção desde cedo o fato de meus pais e avós não terem por hábito o banho de mar, mesmo sendo pescadores” (Ferreira, 1994, p. 20). Segundo esse historiador, os pescadores e suas famílias iam ao mar retirar o sustento, não possuindo o hábito dos banhos de mar. De maneira semelhante, o mar e a praia tinham esse mesmo significado para as gentes do mar piauienses: das águas salgadas e das areias eram obtidos o peixe, o siri, o camarão e o marisco, que eram trazidos para casa e consumidos.

Desse modo, apesar de serem folclorizados pelas narrativas exteriores, quando vistos a partir da ótica das populações praianas, esses sujeitos não eram meros compostos da paisagem (Vincent, 2008). Entre as algazaras dos banhos de mar praticados durante o dia, as temporadas de recreios, são, portanto, a oportunidade para se estudar as múltiplas agências humanas nas praias.

Da mesma maneira que em Atalaia, as residências de veraneio também existiam em Pedra do Sal e Coqueiro. Durante o mês de julho, as pequenas colônias formadas pelas famílias parnaibanas se solidarizavam, relacionando-se entre si e firmando laços de amizade, ponto importante nas parcerias econômicas da “cidade”. Acerca da primeira praia, o pescador Garajau conta que o cunhado, Matias, era quitandeiro e, por ser mais remediado que os demais habitantes do lugar, possuía sete casas de aluguel, todas destinadas às famílias parnaibanas.

Tinha sete casas de aluguel. Só para alugar. O irmão dele tinha duas. Que era o Alfredo Coringa. E outros mais, bem pouca. Tinha o Caboco Coringa também. Tudo era irmão. E tinha, qual era mais, tinha mais duas. No mês de junho o pessoal vinha passar férias, então cada casa alugada, nós já chamávamos. Como ele vinha todo ano para aquela casa, a gente dizia que era a de fulano de tal. Passava o mês e só voltava para o ano (Garaju, 2022).

As fontes impressas fazem coro aos deslocamentos e ao hábito das casas de veraneio e sua importância para a permanência das famílias excursionistas nas praias. Podendo ser essas residências entendidas como uma espécie de marcador social, de se distinguir dos demais visitantes. Ao documentar a viagem feita no final de julho de 1957 até Pedra do Sal, um jornalista do *Gazeta do Piauí* assim escreveu:

Aqui, quero, particularmente, agradecer os favores e dedicações com que nos dispensou a família do Sr. Nesito, tipógrafo e proprietário da gráfica Santiago, a qual preparou nossas refeições e se acha, atualmente, em gozo de férias na Pedra do Sal. A turma como era grande e não tínhamos casa, dormimos, após a volta da festa, no chão frio e salitrado da praia. Nossos cobertores era o vento que soprava dos rochedos. Amanhecera o dia. Banho de mar. Almoço. Volta para Parnaíba. E até o próximo domingo, se Deus o permitir (Gazeta do Piauí. 27/07/1957, p. 04-03).

A viagem foi realizada a pé e levou duas horas até a vila de pescadores. Além dos banhos de mar, durante as noites faziam-se nas praias animadas festas embaladas ao som de música. Essas festividades reuniam, além dos veranistas e dos habitantes de Pedra do Sal, outros moradores dos povoados da ilha. Dona Alice recorda-se de que as festas eram animadas e quando terminavam, “cada qual ia para sua casa, no Cal, na Parnaíba ou nos Tatus” (Alice Oliveira, 2023). Manifestações da cultura local como Bumba meu boi, Casimiro e os dramas – espécie de apresentações teatrais – esses dois últimos, deixados de ser praticados na atualidade, ainda marcavam presença naquelas noites.

Os chamados “brancos”, não eram somente famílias tradicionais da cidade, mas também grupos mais ou menos remediados que moravam em Parnaíba, e era comum que as mulheres de Pedra do Sal trabalhassem em suas casas, como a própria dona Alice. A mãe da colaboradora e outras mulheres lavavam roupas para esses sujeitos. Ainda conforme a trabalhadora da praia, “era bom quando eles vinham para cá. Era! Porque eles... Para quem trabalhava para eles. E para os pescadores também. Porque os pescadores pegavam o peixe e eles compravam muito bem comprado” (Alice Oliveira, 2023). Na narrativa de Garajau, seu irmão, a presença dos “brancos” nessa vila de pescadores era um período de muita alegria, uma vez que os pescadores não precisavam deslocar-se até o centro da cidade para comercializar o pescado, podendo fazê-lo ali mesmo na praia. Se para os pescadores esse momento era economicamente mais vantajoso, o mesmo não parece ser para alguns veranistas. Alarico do Cunha denunciava que, em Amarração, uma vez na praia, era necessário acordar cedo

para arranjar um almoço de corós, curucas, tainhas e algumas pescadinhas pernas de moça, como chamam os praianos. E apesar disto, o coronel Bento Mavignier, que se acha atualmente na vila de Amarração, está convencido de que somos nós, os veranistas da Atalaia, que açambarcamos todos os peixes.

Os “brancos” despreocupadamente se divertiam longe da “cidade”, enquanto nas areias e no mar, arduamente, os praianos e praianas labutavam. Com o aumento no número de consumidores, o pescado se tornava mais valorizado e procurado. As temporadas balneárias possuíam outros significados para os povos das praias que agiam ativamente e faziam suas histórias. Aguardado anualmente, aquele era o momento de, quem sabe, obter um extra no rendimento familiar - mulheres e homens pobres das praias, procuravam trabalhar para os “brancos” na esperança de obter algum quinhão.

Apesar do que boa parte das fontes indica, mesmo entre os veranistas, havia certa heterogeneidade nos costumes de praia. Segundo as reminiscências do aviador Goethe Pires de

Lima Rebelo, sua avó Antônia de Lima Castello Branco Pires Ferreira, também chamada de “dona Tunica”, certo dia foi à Amarração. Ali instalada nas citadas casas de veraneio,

D. Tunica, vestindo uma bata comprida, de grosso morim branco, com algumas anáguas por baixo, toalha ao pescoço e uma cuia na mão, foi sentar-se à beira da água, e quando as mansas ondas vinham quebrar-se no seu regaço, ela enchia a cuia e despejava-a na cabeça, muito feliz da vida (Rebelo, 1984, p. 13).

Assistindo à cena a partir da janela da casa em que estavam hospedadas, Flor de Maria e Maria de Assumpção, ambas moradoras de Parnaíba e que também veraneavam em Amarração, logo trataram de zombar Tunica. A recordação não foi datada, mas chama atenção a roupa (uma bata) e o modo como a personagem fazia para tomar banho de mar. Em vez de entrar no mar e banhar-se por imersão, Tunica sentada na borda do mar esperava a onda e com uma cuia molhava a cabeça. A maneira que a idosa se molhava no mar é bastante semelhante com a de se tomar banho de rio, principalmente entre os mais velhos. Embora pitoresca, a reminiscência evocada por Rebelo (1984), sugere a ascensão de outros usos da praia a partir de uma personagem em específico: “a mulher moderna, desinibida e esportista” (Nascimento, 2023, p. 04), esta, “educada” nos modernos costumes de banho de mar.

As praias são espaços de normas e de costumes estabelecidos entre os usuários, quiçá por isso, Tunica foi “censurada”. Longe do Piauí, no Rio de Janeiro dos anos 1920, banhistas em trajes “indecorosos” sofreram com os olhares vigilantes da polícia, da imprensa e da sociedade. Enquanto no século XIX a moda era a tez pálida, ostentada em suma por aqueles que não precisavam trabalhar, após a Primeira Guerra Mundial haveria o culto do corpo saudável.

Nesse ínterim, a concepção dos banhos de mar enquanto tratamento médico sofreu alterações. De igual modo, os trajes compridos e pesados foram, aos poucos, perdendo tecido, encurtando-se. Conforme Sevckenko (1998, p. 573), por conta do “*boom* desportivo dos anos 1920 e, por emulação, das modas vindas dos balneários franceses de Deuville e da Côte D’Azur, os trajes se tornariam mais leves, curtos e colantes, enfatizando o sol como principal atração do banho de mar”. A chamada talassoterapia perdia lugar para os recreios praticados não só na água, como também na areia, agora principal lugar das sociabilidades à beira-mar.

A discussão sobre tais mudanças é ampla e ocupa parte da produção científica sobre os usos sociais das praias. No que concerne ao Rio de Janeiro, para Julia O’Donell, os usos das praias na cultura urbana inauguravam debates sobre “estilos de vida e moralidade” (O’Donell, 2013, p. 103). A diminuição de shorts, maiôs e a presença de figuras que hoje nos parecem ser naturais nas praias – homens descamisados – eram vistas como afronta ao decoro público.

Consequentemente, os novos modos femininos de se vestir propagandeados nas revistas ilustradas da época e dos comportamentos na areia foram acompanhados de censuras e pautas moralizantes e moralizadoras, seja por parte dos civis ou da polícia (Nascimento, 2023). Acerca disso, Bert Barickman afirmou que a polícia da capital federal, “ainda durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), impôs medidas rigorosas para disciplinar o banho de mar e moralizar as praias da cidade” (Barickman, 2016, p. 13). Na década seguinte, segundo o historiador Donadio Baptista (2019), as praias cariocas, em especial Copacabana, que despontava como novo ponto elegante da cidade, estaria igualmente na mira de pautas moralistas. Naquela mesma década, conforme Araújo (2005), Recife e Olinda também tinham medidas repressivas quanto aos banhos indecorosos.

Após a Primeira Guerra, no Brasil, a Igreja católica assumia sérias posições acerca da diminuição de roupas, principalmente feminina, opondo-se no que tange aos postos de trabalho que as mulheres ocuparam. Conforme os autores citados, essas posturas da igreja se impuseram também sobre os banhos de mar no Rio de Janeiro e no Recife. Barickman (2016) afirmou que o jornal *A Cruz* e a revista *A Ordem*, ambos católicos, condenavam os novos comportamentos cariocas nas praias da cidade. Acerca desse segundo veículo, de acordo com o historiador estadunidense, “em mais de uma ocasião na década de 1930, *A Ordem* chamou a atenção à falta de ‘moralidade’ nas praias da cidade; também condenou as roupas de banho das banhistas cariocas” (Barickman, 2016, p. 37).

No cenário norte piauiense não encontrei quaisquer menções à repressão contra os trajes de banho e a exposição do corpo feminino, mesmo nas edições do jornal católico *O Sino*, o que não quer dizer que não tivesse ocorrido. Talvez isso se dê muito mais por uma questão de lacuna das fontes hemerográficas do que o silenciamento desses jornais, já que em 1930, o mesmo jornal criticou os concursos de beleza. Mary Angélica Tourinho (2015) apontou que naquele ano, os artigos “Meditem senhoritas” e “Misses” impressos no *O Sino* consideravam os concursos como “degradantes” e “degeneradores” para a vida das participantes pós-concurso. Apesar dos esforços, não localizei as edições do jornal com tais textos, por essa razão, citarei o extrato feito pela historiadora em sua tese:

Miss Brasil”, a senhorinha Olga Bergamini, de quem nossos jornais falavam como se atraísse a atenção de toda América do Norte, e que de fato, tão despercebida ficou, que nem classificada foi, tanto que a imprensa norte-americana nem se lembrou de fazer referências à “beleza brasileira”, - “Miss Brasil” – digo – foi uma das mais felizes entre as rainhas, porque pôde voltar digna pelo menos, para sua terra, graças à vigilância da sua genitora que a acompanhou, e à assistência do nosso ministro e das autoridades presentes. Não assim as outras, “Miss Alemanha”, “Miss França”, “Miss Polônia”, “Miss Dinamarca”, caíram nas garras de um James Carrier, dono de uma agência artística de péssima fama em Paris, que foi aos Estados Unidos

exclusivamente para atirar o bote na inexperiência das moças e fundar a *Beauty Shows Imported* (O Sino. 30/03/1930, p. 04 *apud* Tourinho, 2015, p. 96).

Apesar das lacunas documentais dos primeiros anos da década de 1930, analisei 39 edições do jornal *O Sino* que estavam acessíveis e preservadas. Impressas entre 1937 a 1960, nenhuma sequer mencionava o decoro nas praias ou se posicionava contra os trajes de banho. Não parece que a experiência da censura tenha ido às praias piauienses, ao menos institucionalizada e se assim aconteceu, os periódicos não documentaram. Já na “cidade”, havia leis que normatizavam as condutas. Tanto o código de posturas, quanto outras leis municipais, censuravam certas atitudes que poderiam afrontar os valores da época.

É preciso apontar que a cultura balneária não era realizada apenas nas águas salgadas, mas também no rio, e por isso merece uma breve observação. Por rodear a cidade, os banhos fluviais eram mais comuns de serem feitos. Em texto ao *Almanaque da Parnaíba*, Renato Castelo Branco, morando em São Paulo, afirmou que trocaria a vida na capital paulista por “um banho no Parnaíba, na proletária praia da Coroa” (*Almanaque da Parnaíba*, 1952, p. 219). Alvo de constante censura, ao menos já no código de posturas municipais de 1899, o artigo 176 proibia “banhar-se qualquer pessoa nos portos públicos desta cidade das 5 horas da manhã às 7 horas da noite” (Parnaíba, 1899, p. 34). Nos anos 1930, o capitão dos Portos, Carlos Penna Botto, dedicou uma passagem de seu livro aos costumes dos banhos fluviais em Parnaíba. Ao ver que muitos indivíduos “banhavam-se nus, absolutamente nus, como se estivessem usufruindo as delícias do Eden” (Botto, 1931, p. 208), empregou uma campanha contra homens e mulheres que fizessem tal alto. Não diferente das demais partes do livro, observa-se uma vez mais o elitismo do militar.

Na tentativa de, nas suas palavras, “introduzir hábitos mais civilizados”, ordenou que fossem proibidos os banhos sem roupa no rio. Como a ordem não surtiu efeito, da mesma maneira que agiu com os pescadores, o capitão dos portos fez uso da força e “logo na primeira semana nove banhistas teimosos foram fazer um estágio na cadeia pública municipal” (Botto, 1931, p. 209). Os homens que banhavam despidos eram enviados à cadeia, já as mulheres, Botto afirma ter apelado para a vaidade: “Insinuei que toda cabocla elegante, que realmente se prezasse, deveria possuir um *maillot* vermelho para o banho no Igaraçu” (Botto, 1931, p. 209), escreveu orgulhoso o capitão em seu livro de memórias ao vencer, por meio da inteligência, a rebeldia da “cabocla” piauiense. Apesar do empreendimento “civilizacional” de Botto, o costume de banhar despido no rio não cessou, já que em uma breve nota impressa, 17 anos depois, no *O Norte* podia-se ler que

As famílias residentes na rua 7 de Janeiro e bairro “Tucuns” reclamam que não podem mais transitar para o centro da cidade, pela beira do rio, em virtude dos costumeiros banhistas ficarem em trajes de “Adão” [...] e como essa prática dos modernos banhistas do Igarauçu constitui um atentando ao pudor da família parnaibana, levamo-la ao conhecimento da autoridade policial, para os fins devidos (O Norte. 01/03/1947, p. 04).

Diferente dos banhistas das praias, formados em sua maior parte por pessoas abastadas, a julgar pelas fontes escritas, os de rio eram majoritariamente pobres que moravam nos subúrbios ribeirinhos da cidade. No penúltimo ano daquela década, a cena ainda podia ser vista no mesmo logradouro. O jornal *Diário da Tarde* na seção “Na polícia e nas ruas” repudiava o que chamava de “existencialismo” e pedia ação da polícia.

Apesar de parte da matéria estar avariada devido à ação do tempo e das condições de conservação do jornal, pode-se ler: “domingo último, quando intenso era o movimento na Rua 7 de Janeiro, dois rapazes, sem nenhum escrúpulo, tiraram a roupa e caíram n’água, dando cambalhotas e zombando do azar [...] as autoridades devem tomar conhecimento desses abusos” (Diário da Tarde. 10/03/1949, p. 04 e 02). Mais democrático do que as praias, homens, mulheres, velhos e crianças aproveitavam o Igarauçu para se refrescar em dias quentes enquanto lavavam cavalos ou roupas.

As águas barrentas também eram frequentadas por homens que ali tomavam banho a fim de se curar depois de uma noite de bebedeira nos bares da Coroa e Tucuns (O Norte. 20/10/1942, p. 01). Tendo em vista esse contexto, suponho que o policiamento dos banhos no Igarauçu era motivado não só pelas pautas moralizantes como nas praias, mas principalmente pelo preconceito de classe: os hábitos dos populares deveriam ser regulados a fim de não macular a pretensa moral da época.

Retomemos, então, os banhos salgados. No período em questão, as praias do Piauí eram menos urbanizadas – mesmo Atalaia – que as da capital brasileira e distantes do centro da cidade. Assim, é possível que as normas e condutas de vestimenta fossem menos rígidas ou, quem sabe, tivessem menos atenção. Entretanto, se não havia leis institucionalizando o decoro público, os olhares vigilantes ficavam por conta dos próprios veranistas que, como foi abordado ao longo deste trabalho, contribuíam para a imprensa local.

As publicações impressas locais possuem importantes vestígios sobre alguns dos usos sociais das praias, principalmente no que tange aos hábitos da elite local. A edição do *Almanaque da Parnaíba* de 1933 trazia dois textos sobre a temporada balneária na praia do Coqueiro: um visual e um escrito. Sob o título em letras garrafais “Nossas PRAIAS⁷⁶”, a nota

⁷⁶ Destaque no original.

acompanha três pequenas imagens que juntas ocupam metade da página 145. Todas ilustravam a Praia do Coqueiro e estão reproduzidas a seguir.



Figura 8. Legenda: Nossas praias. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1933.

As imagens nos impressos, assim como outras narrativas presentes nesses veículos, possuem interesses e uma função que deve ser compreendida. Quando utilizadas em mídias impressas, “a imagem dá uma forma e uma materialidade, uma outra visibilidade às experiências vividas, aos grupos, aos temas” (Barbosa, 2006, p. 270). Nas imagens estampadas no *Almanaque da Parnaíba* foram cristalizados os usos sociais modernos fora do núcleo urbano, ilustrando assim, novos olhares e relações dos cidadãos com as praias locais, privilegiando os recreios ali (re)produzidos.

A julgar pela diagramação, as imagens eram independentes do texto que, devido à brevidade, explicaria os retratos. Agindo como espécie de legenda, o escrito explanava: “depois de hora e meia de automóvel temos o ‘Coqueiro’, belíssimo posto balneário e grande empório de pesca. Estampamos aqui três flagrantes de algumas figuras do nosso alto comércio em domingo de banho e... farra...” (Almanaque da Parnaíba. 1933, p. 145). Tanto as imagens quanto o escrito não possuem quaisquer autorias indicadas.

Na primeira imagem, um grupo de veranistas – não identificados – posa com pescadores para o fotógrafo. Dois homens sustentam uma haste em seus ombros, chamada de calão, e nele há dois grandes peixes dependurados, tratando-se de camurupins. Divertimento para os

veranistas e curiosidade ao leitor que veria a cena, os peixes são exibidos como troféus obtidos ao final da peleja dos homens no mar. A imagem ainda ilustra a piscosidade do mar e a abundância daquela espécie de peixe capturada naquela praia. Nascida mais de trinta anos depois que essas imagens foram feitas, Milagres, moradora do Coqueiro conta que na praia em que nasceu e vive até hoje, encontrou “muita fartura. Ova de camurupim! Camurupim, que hoje você nunca mais nem viu um camurupim aqui. Às vezes, né? Ova nunca mais comi” (Milagres, 2023). Filha de pescadores, a colaboradora explica que diferente dos tempos de sua infância, os recursos pesqueiros estão atualmente exauridos e a pesca no Coqueiro, cada vez mais difícil.

Os pescadores fotografados com os peixes seriam um aspecto exótico e pitoresco da paisagem, tal como foram retratados desde o século XIX e continuam sendo no presente por agências de turismo (Urbain, 2003). Folclorizados – quando não esquecidos ou apagados – pelas narrativas escritas e visuais feitas pelo “seleto grupo” que frequentava as praias, os “povos do mar” são descritos enquanto indivíduos rústicos e, tal como o lugar em que vivem, resistem às mudanças do fluxo do tempo.

Na segunda imagem, vê-se oito homens, cinco em pé e três abaixados. Nenhum deles veste roupas de banho. Os fotografados trajam calças, camisas de manga comprida, paletós e chapéus. Por fim, o último clichê retrata 14 homens de costas para o mar e defronte ao fotógrafo, vestindo roupas de banho da época, isto é, camisas e bermudas, posicionam-se para as lentes. Fotografias são recortes de cenas do cotidiano, que por sua vez, “permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo” (Mauad, 2008, p. 40). Assumindo o papel de engrenagem da maquinaria da memória, pois, a partir dela – e não somente dela – a recordação é possível, as imagens constituem-se, nas palavras de Ricoeur (2007) como “ponto de apoio exterior para a recordação”.

A produção das fotografias das famílias ou de outros grupos da elite e sua impressão e circulação no *Almanaque da Parnaíba*, passa longe de um mero acaso. De acordo com Anne Marie Granet-Abisset, a fotografia compartilha com a fonte oral, “uma mesma lógica, a da memória e do esquecimento, a da presença e da ausência, mediadas pela interpretação de um intermediário, o pesquisador ou o fotógrafo. Elas permitem certamente notar fatos, se não uma realidade” (2002, p. 16). Desse modo, embora não se saiba os nomes dos indivíduos, ao tratar das “figuras do nosso alto comércio” o *Almanaque da Parnaíba*, assim como outras fontes impressas, cria não só memórias a partir da distinção, mas também esquecimentos no que tange às práticas sociais nas praias, sugerindo ao leitor desavisado do futuro que somente esse grupo social fazia uso dos banhos de mar.

Em verso e em imagens, novamente, o *Almanaque da Parnaíba*, dessa vez no ano de 1936, documentou a estadia de veranistas em outras duas praias piauienses em um novo artigo com o mesmo título em garrafais, “NOSSAS PRAIAS”. Primeiro analisemos o texto escrito. Ocupando duas páginas seguidas, há o poema “Atalaia”, de autoria de Alarico da Cunha:

É a nossa chic e divertida praia...
Rainha, para nós, das praias brasileiras!
O sol doira-lhe a face, e as brisas prazenteiras,
Num doce galanteio e ameno perpassar,
Undivigando o Mar, Dão-lhe beijo e frescor,
Cantarolando amor!

É uma praia carinho, uma praia sedução,
Que enobrece e dá vida a Velha Amarração!
(*Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 101).

O título, redigido em caixa alta, sugere destaque. A paisagem praiana e os usos sociais que as famílias fazem dela foram as inspirações de Cunha. Escrito em dez versos, logo nas duas linhas iniciais, o autor demarcou socialmente a importância daquele balneário para determinado grupo, bem como sua preferência pelos contemporâneos. Apesar de nascido no Maranhão, ao usar pronomes como “nós” e o possessivo “nosso”, Cunha se insere nessa “comunidade”.

Os demais versos ilustram as sociabilidades realizadas nesse lugar e a visão do poeta sobre tal paisagem que recebia “vida” quando os veranistas de Parnaíba chegavam naquelas areias. Sete anos antes, Sobreira Cardoso, do Cenáculo Piauiense de Letras, faria igualmente tal silenciamento em “Atalaia”, crônica⁷⁷ impressa no *Almanaque da Parnaíba* de 1929. Assim como Cunha, a praia foi pintada por Cardoso como espaço vazio, preenchido somente durante os recreios humanos ali realizados. Sobre esse texto, o retomarei após uma brevíssima observação e retorno a leitura do escrito de Cunha. De acordo com o texto do poeta maranhense, quando os veranistas não estavam em Atalaia,

[...]E Parnaíba de longe escuta seu lamento!
Quando a deixa sozinha soprada pelo vento,
Num misto de silêncio, aurora e rosiclér,
Sem alma, sem amor, sem flirt e sem mulher...
(*Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 101).

Distante da praia, o observador contempla Atalaia a partir da cidade. Mais uma vez o lugar foi esvaziado dos sujeitos que ali habitavam, fossem eles animais humanos ou não-humanos. Mesmo usando uma expressão artística, que é o texto literário, Cunha se ocupou em descrever os costumes dos banhos de mar, oferecendo pistas sobre os comportamentos sociais naquelas paisagens. Caso se reative o texto de Sobreira em que esse escreveu, “a praia está

⁷⁷ Além dessa crônica, encontrei a poesia “Sonho de glória e de infinito”, do mesmo autor publicada no *Almanaque da Parnaíba* de 1933, escrita cinco anos antes em Atalaia e cujo tema era a contemplação da paisagem praiana.

agora deserta da maldade dos homens, do encantamento das mulheres, de falas infantis” (Almanaque da Parnaíba, 1929, p. 109) e leia essa passagem em conjunto com o extrato de Cunha, se perceberá um dos espetáculos e atores sociais reproduzidos no grande teatro de areia que é a praia: o *flirt* e a figura feminina.

Já nos anos 1910, no Rio de Janeiro, o *flirt*, esse jogo de sedução realizado a partir da troca de olhares, saía do passeio público e ia à praia. De acordo com Donadio Baptista (2019, p. 180), tal comportamento “ameaçava afastar as famílias das praias de banho”. Local de encontro, as praias eram alvos de pautas moralizantes sobre certos costumes e, acerca disso, tecerei maior análise posteriormente. Enquanto os versos de Alarico da Cunha ilustram comportamentos que poderiam ser “ousados” para o decoro das famílias, seu poema é paradoxalmente acompanhado por dois “comportados” flagrantes de frequentadores das praias. Ilustrando as atividades exercidas nas paisagens que inspiraram o poeta, o *Almanaque da Parnaíba* trouxe duas imagens reproduzidas abaixo:



Figura 9. Legenda: famílias Marcos Melo e Raul Bacelar, em aprazível veraneio, no litoral de Amarração. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 101.

A primeira, destaca um grupo de dez pessoas sentadas na areia. No grupo familiar documentado pela fotografia, seis crianças, acompanhadas dos pais, divertem-se na água e param momentaneamente o que faziam a fim de olhar para a câmera, menos uma que,

distraidamente, mira na direção oposta. Ao fundo do grupo fotografado, encontra-se o mar e vários banhistas imersos na água. Uma e outra embarcação ainda compõem a cena. A legenda informava aos leitores que aquelas pessoas se tratavam de membros das famílias Marcos Melo e Raul Bacelar – este último um importante farmacêutico de Parnaíba – “em aprazível veraneio, no litoral de Amarração” (Almanaque da Parnaíba, 1936, p. 101). Pelo enquadramento, são elas o principal elemento do registro, que, por sua vez, privilegia também, a visualização das indumentárias ostentadas pelos usuários.

No primeiro triênio dos anos 1930, o lastex empregado na feitura dos trajés masculinos de banho substituiu a lã. Em 1933, o *topper* masculino, foi inventado, deixando o peito desnudo. Buscava-se o sol e os corpos se mostravam cada vez mais. Conforme o que Machado (2000, p. 214) chama de praia lúdica e, por conseguinte, da cultura do bronzamento, “o mais importante é ‘olhar’ os copos dos outros e ‘ser olhado’”. Todos os integrantes das famílias na foto, com a única exceção de uma mulher que usa vestido, trajam roupas de banho, que como se nota, já perdiam tecidos desde a década anterior. Ombros, pernas e coxas estão à mostra. Apesar disso, as indumentárias são “comportadas”, os homens não estão com os peitos desnudos. A moda dos maiôs femininos decotados, dos calções curtos e do *topless* masculino tão policiada nas praias cariocas das primeiras décadas do século XX (Barickman, 2016) parecia ainda não ter chegado à Atalaia. Ou talvez, tais indumentárias aportaram nas terras piauienses, e o *Almanaque*, desejoso de registrar somente os grupos familiares, selecionou recatados banhistas.

Acerca da fotografia, Ana Maria Mauad explica que ela “pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar” (Mauad, 2004, p. 42). Nessa lógica, a imagem das famílias Marcos Melo e Raul Bacelar tem dupla função, a de ilustrar os costumes de grupos hegemônicos locais na praia e seus sentidos, bem como consistir em modelos a serem seguidos pelos leitores do anuário. Os banhos de mar deveriam inspirar cuidados, principalmente com os pequenos. O supracitado Alarico da Cunha, em suas “Correspondências da Praia”, afirmava que a praia de Atalaia antes tranquila,

já não é a mesma de outrora. Nestes últimos anos têm se formado vários buracos e “marinhas” nas praias fronteiras às casas de Atalaia, sendo por isso perigoso o banho com a maré baixa, ou sem prévio conhecimento da posição. Parece que as praias de banho vão se distanciando à proporção que se vão construindo casas. Antigamente o melhor local era em frente a casa do coronel Celso Marques, o primeiro homem que ousou construir nesta praia (O Norte. ??/06/1930, n.p).

Naturalmente, as praias passam por processos de assoreamento e a maré, com o tempo, altera seu fluxo. Embora fosse e ainda seja um agradável divertimento, as águas marítimas eram imprevisíveis e não raro algum banhista era tragado pelo mar durante as estações balneárias.

Num desses tristes episódios, Alice Correia⁷⁸, filha de Constantino de Moraes Correia – comerciante e intendente de Parnaíba entre 1913 e 1914 – morreu afogada em 1929 na praia de Atalaia. Carlos Araken escreveu que uma cruz fincada nas dunas apontava o local do desaparecimento de Alice Correia.

O marco, “era um sinal de alerta pra todos nós, que às vezes muito afoitos e destemidos, esquecíamos que água não tem cabelos” (Araken, 1988, p. 24) escreveu o memorialista. Talvez por isso, Renato Castelo Branco, ao lembrar da mãe e dos recreios, afirmou no seu livro que, ao fechar os olhos, conseguia vê-la “na praia de Amarração cuidando de mim e de meus irmãos. Nós, dentro do mar, brincando nas ondas. Ela, atenta, vigilante” (Castelo Branco, 1981, p. 38). Apesar desses eventos, não encontrei qualquer serviço de salvamento nas praias piauienses e ainda nos anos 1970, tornariam a ocorrer. A segunda fotografia foi tirada em Pedra do Sal e impressa na página seguinte do *Almanaque da Parnaíba*.

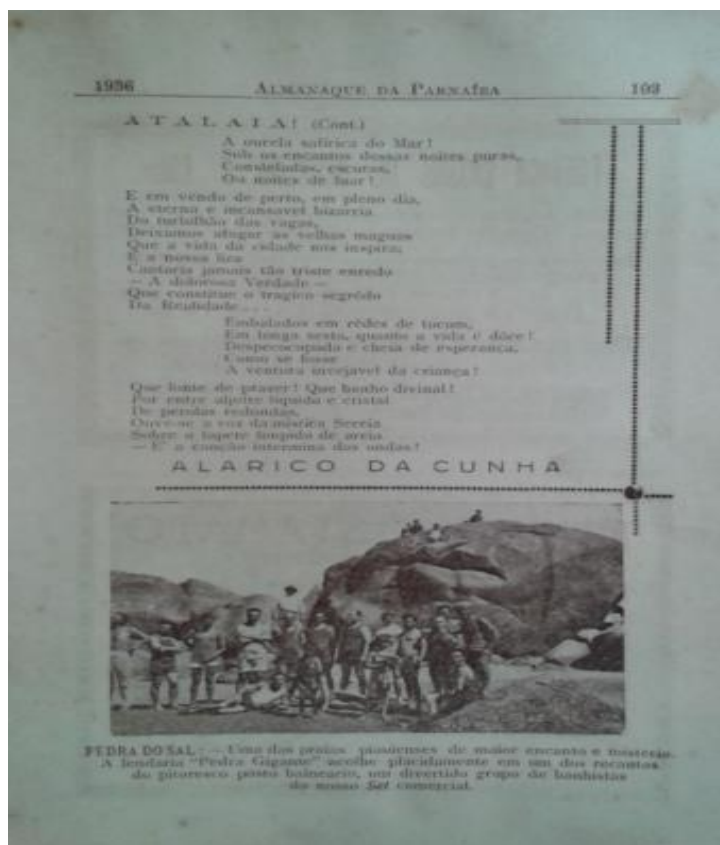


Figura 10. Legenda: Pedra do Sal. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1936, p. 103.

⁷⁸ Além de Alice Correia, aconteciam outros afogamentos durante a temporada de recreios. Três anos antes, o telegrafista João Baptista Tavenard também sucumbiu no mar de Atalaia, conf. Lamentável desastre em Amarração In *O Imparcial*. 09/12/1926, p. 2. Diferente do afogamento de Tavenard, o de Alice além de ganhar expressão na mídia local e fora da região, passou para a memória coletiva, chegando até o presente, sendo rememorada por várias gerações como uma lenda na qual a moça foi encantada pelo mar e se transformou em uma enorme serpente.

Um grupo maior, dessa vez de 20 veranistas, posa para o clichê. Aproveitando os rochedos dessa praia, a caravana usa-os como pano de fundo. Defronte às milenares rochas, dezessete pessoas estão abaixadas ou em pé na areia. Três resolveram posar em cima da pedra de maior destaque. A legenda não apenas situava o leitor na geografia da cidade, mas explicava ser Pedra do Sal, “uma das praias piauienses de maior encanto e mistério. A lendária ‘Pedra Gigante’ acolhe placidamente em um dos recantos do pitoresco posto balneário, um divertido grupo de banhistas do nosso *Set* comercial” (Almanaque da Parnaíba, 1936, p. 103). As vestimentas aqui possuem maior heterogeneidade. Caso prestemos atenção, alguns homens optaram por não vestir camisas, como um que está deitado no chão, usando um pequeno calção. Outro, do lado esquerdo e olhando para aquela direção, traja uma calça.

Essa imagem corrobora com uma reminiscência de Carlos Araken sobre as férias em Pedra do Sal, quando esse afirmou que ali, “as férias eram realmente férias, sem a menor preocupação com trajes, penteados e outras filigranas. Tudo muito simples, muito autêntico” (Araken, 1988, p. 30). Entretanto, se não havia preocupação em ostentar trajes e o despojamento era maior que comparada à praia de Luís Correia, o público não era de pessoas humildes, mas comerciantes locais – grupo social dileto dos impressos locais.

Diferente da fotografia de Atalaia, na de Pedra do Sal se observa o apelo ao visual e como o cenário causava sensações. A pedra citada pelo anuário se assemelha a uma cabeça humana e, tanto na época quanto hoje, intriga os visitantes, inspirando histórias e memórias diversas. Nas edições dos dois anos seguintes, outras imagens e menções dessa praia seriam feitas no *Almanaque da Parnaíba*. Mesmo essa praia tendo precária estrutura e apesar da preferência das famílias por Atalaia, é curioso que os registros visuais de Pedra do Sal nesse anuário sejam mais numerosos que os das praias de Luís Correia. Observei que entre as edições de 1928 até a de 1940 do *Almanaque da Parnaíba*, números em que estão impressas fotografias feitas nas praias piauienses analisadas, há, dois clichês de Atalaia, três da Praia do Coqueiro e 12 de Pedra do Sal. Assim, se Atalaia fosse a praia mais frequentada, essa última era de longe a mais fotografada.

Na edição de 1937 do referido anuário, foi impressa a poesia *Pedra do Sal*. Os seis versos datados de agosto de 1936 foram escritos por Carlos dos Santos Veras, aluno do quarto ano do Ginásio Parnaibano, futuro advogado e embaixador. O texto, embora longo, foi aqui reproduzido integralmente abaixo, nessa transcrição. A ortografia foi modificada para a atual norma culta, por sua vez, manteve as pontuações do jovem escritor, bem como sua métrica.

Longe grandes ondas
redondas,

rolam disformes,
 enormes,
 batem lá na praia
 gaia...

Rubros raios foscos,
 foscos,
 no poente
 dolente
 desmaiam curvos
 e turvos...

A bruma desce
 e tece
 um manto escuro
 e puro,
 na noite infinda
 e linda...

E então as vagas
 magas,
 se iram,
 se atiram
 nas estranhas
 das pedras castanhas...

À noite
 ao açoite
 Do farol das pedreiras
 fogueiras,
 continua...
 na negrura nua

E depois, na noite saliente,
 ingente,
 o dia rompe,
 irrompe,
 num clarão que cai em jorro
 do morro

(Almanaque da Parnaíba, 1937, s. p)

A partir da leitura dessa poesia, percebe-se que foi retratado na praia da Pedra do Sal, um final do dia, experiência essa vivida somente por quem para ali poderia se deslocar e parar para observar o crepúsculo, o cair da noite e o raiar da alvorada. A página foi dedicada à praia, uma vez que, ao lado da poesia, quatro pequenas imagens – cujo autor não é creditado – ilustram diferentes momentos da excursão. Abaixo dos clichês, um breve texto as explicava: “da Pedra do Sal, são as lindas vistas que ilustram a mimosa poesia que vemos nesta página” (Almanaque da Parnaíba, 1937, s. p). O pequeno conjunto de imagens não somente orna a página, ou servia para ilustrar a poesia de Carlos Veras, mas igualmente passa uma mensagem ao leitor do *Almanaque*. Pela forma como foram ordenadas, as imagens contavam uma narrativa: a viagem e os recreios produzidos na praia da Pedra do Sal. Para melhor compreensão, as citadas imagens foram reproduzidas a seguir.



Figura 11. Legenda: Recreios na Pedra do Sal. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1937, s. p.

A fotografia, explicou Susan Sontag (2004), desenvolveu-se juntamente com a atividade turística. Os registros fotográficos feitos pelos que viajavam, consoante a intelectual, “oferecerão provas incontestáveis de que a viagem se realizou, de que a programação foi cumprida, de que houve diversão (Sontag, 2004, p. 20). Portanto, as imagens além de ilustrar a poesia de Carlos dos Santos Veras, também convertiam as experiências do grupo fotografado, em souvenir, comunicando a quem lia o anuário, a maneira como se chegava na vila de pescadores e ali se realizavam as temporadas balneárias.

A primeira ilustra o ponto inicial da jornada que seria percorrida pelos veranistas. Um grupo montado a cavalo posa para o fotógrafo. Além de pessoas, os animais ainda carregavam as bagagens dos veranistas. Não havia estradas e por conta disso, o *Almanaque* lamentava: “a nossa pitoresca praia, a 12 quilômetros da cidade, bem merece uma estrada de rodagem, a altura das suas belezas naturais e dos maravilhosos encantos e também por ser o melhor posto balneário que possuímos” (*Almanaque da Parnaíba*, 1937, s. p.). O texto prosseguia, e explicava aos leitores “as temporadas à Pedra do Sal, ainda são feitas transportando-se os turistas a cavalo como vemos no primeiro quadro” (*Almanaque da Parnaíba*, 1937, s. p.).

Desde criança, Garajau viu os veranistas, ano após ano, chegarem na praia em lombos de animais ou mesmo a pé. Conforme as reminiscências do pescador, “antigamente não tinha

carro. De lá, de Parnaíba, para cá, eles vinham era de jumento. Iam buscar as cargas e eles vinham de pés. Aquele que não aguentava, vinha de cavalo. Mandava o cavalo” (Garajau, 2022). Cenas como essa poderiam ser vistas até meados dos anos 1970, quando foi finalmente construída uma estrada e assim, os cavalos que traziam os “brancos”, como eram chamados pelos moradores da praia, foram substituídos por automóveis ou ônibus.

Já os outros registros foram realizados na vila de pescadores e ilustram recortes dos recreios ali praticados. Na segunda imagem, são cristalizados no tempo, excursionistas sentados nas pedras e o anuário evidenciam um costume da época reproduzido até hoje por muitos frequentadores da Pedra do Sal. Nesse clichê, vê-se os “banhistas percorrendo os milenares rochedos onde às vezes, com tinta indelével, registram a data do Veraneio e escrevem saudosos pensamentos” (Almanaque da Parnaíba, 1937, s. p.). Na terceira imagem, o grupo situa-se à beira-mar. No grupo, formado por sete mulheres deitadas na areia da praia e dois homens abaixados, se deixam fotografar. Na última, “os brancos” foram retratados “depois do banho e sadia refeição, vemos a sesta ‘amaciando o pelo de uma aprazível rede nortista’” (Almanaque da Parnaíba, 1937, s. p.). Além dessas imagens, uma maior, tirada também em Pedra do Sal, foi impressa na página 115 do anuário e reproduzida a seguir.



Figura 12. Legenda: Em plena praia. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1937, p. 115.

Diferente do conjunto de quatro fotografias, impressa na mesma edição, essa, na qual foi retratada o cronista cearense Nery Campelo sentado ao centro numa pedra juntamente com

outros homens de pé ou abaixados, parece ter sido apenas para ilustrar a presença do cronista na praia, uma vez que a imagem não tem ligação alguma com o texto da página em que se insere. Apesar disso, percebe-se novamente o esforço da publicação em veicular aos leitores, a partir de imagens e de textos, os recreios na praia e a composição social de seus praticantes.

Após a legenda “Em plena praia”, há uma nota expressando os usos sociais da praia e do mar no Piauí, bem como a importância da referida praia para repor as energias. Conforme o breve texto, “a Pedra do Sal, é um dos recantos mais encantadores das Praias piauienses. São inúmeras as pessoas que para ali acorrem aos domingos, a fim de espairecer das canseiras da semana” (Almanaque da Parnaíba, 1937, p. 115). Embora afirme ser que inúmeras eram as pessoas que a frequentavam, a imagem seleciona um grupo específico, ilustrando “nesse grupo de banhistas composto de elementos do nosso comércio e funcionários públicos” (Almanaque da Parnaíba, 1937, p. 115). Na edição de 1938, na página 125, há ainda outro clichê de veranistas em Pedra do Sal no *Almanaque da Parnaíba*:



Figura 13. Ainda nas maravilhosas praias da Pedra do Sal vários banhistas se extasiam diante do magnífico cenário. Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1938, p. 125.

A legenda, uma vez mais, evoca a beleza cênica da praia e o sentimento que ela induz: o fascínio oriundo da contemplação. Nesse registro feito nos rochedos, aparece um grupo formado somente por indivíduos do sexo masculino. Percebe-se que a maioria dos homens está

trajada de camisa regata e um calção curto. Um dos fotografados tem na cabeça o que parece ser uma boina. Há ainda a figura de um menino que se veste semelhante aos adultos. Entre a criança e um rapaz sentado estão dois homens em pé, um deles descamisado e o outro vestindo camisa e calça, portando na mão um chapéu coco. Diferente de outras narrativas sobre as praias, as imagens dessas paisagens e de banhistas apareceram no *Almanaque da Parnaíba* pela última vez na edição de 1940.

Ao “congelar” os momentos na praia, as fotografias impressas nas edições do citado anuário registram apenas os costumes de um grupo. Nelas, percebemos as indumentárias, os recortes da paisagem e o olhar sobre elas. São forjadas ainda nesses clichês, memórias e modos de usufruir da paisagem praiana, isto é, como as famílias das elites parnaibanas se comportavam fora da cidade, bem como de que maneira educavam seus pares no que tange aos usos sociais do mar.

De igual modo, os escritos memorialistas documentam esses mesmos grupos. Caso fiquemos apenas com as reminiscências evocadas por essas fontes, teremos a concepção de que as temporadas de veraneio aconteciam de forma harmônica. No entanto, apesar do caráter idílico e pitoresco protagonizado pelo lazer, as paisagens praianas são espaços de conflitos entre sujeitos. É importante ressaltar que “os códigos de apreciação e de utilização da praia ‘lúdica’ contribuíram para criar o que entendemos ser um ‘espaço público de vigilância’” (Machado, 2000, p. 214). Desse modo, aconteciam desordens, protagonizadas não apenas por “populares” que não estariam “educados” nos costumes dos banhos de mar, mas também pelos distintos frequentadores daquelas paisagens.

Diferente dos textos escritos no *Almanaque da Parnaíba* e mesmo dos memorialistas, os dos periódicos nos permitem adentrar com maior ênfase nas temporadas balneárias, elucidando outros elementos inerentes àqueles costumes. As folhas analisadas documentam mudanças nos usos da praia e do mar e é perceptível nesses textos os choques de gerações, bem como a vigilância sobre costumes julgados como impróprios ao local.

A fim de chamar atenção dos “infratores”, os veranistas recorriam aos jornais na tentativa de que fossem tomadas as devidas providências. A exemplo disso, lê-se na coluna Ecos & Fatos do *O Norte* do dia 19 de junho de 1940, na página quatro:

Inúmeros veranistas de Atalaia, pedem-nos que chamemos os srs. ciclistas, motociclistas e “chauffers” amadores, à consideração de quão desagradáveis são, além de perigosas, as disparas em que andam os seus veículos na praia de Atalaia. Dizem os reclamantes que aquilo ali não é pista de corridas, mas sim, nesta época, um logradouro, onde todos devem sentir-se à vontade, sem as preocupações que lhes exige a constante posição de “sentido”, contra os “pavorosos”. Vamos ver se ao menos a rapaziada distinta, atende a esta justa reclamação, deixando que somente elementos

de “arrelia”, incorra nas medidas repressivas que o caso exige da autoridade (O Norte. 19/06/1940, p. 04).

Nessa nota, há visivelmente o conflito intraclasse entre os usuários da praia de Atalaia e, possivelmente, entre gerações. De um lado, veranistas tentam relaxar nas areias, talvez homens e mulheres casados com suas respectivas famílias. Do outro, jovens com algum poder aquisitivo, já que possuíam veículos motorizados, exibiam-se em seus possantes e tiravam a tranquilidade daqueles primeiros, deixando-os em estado de alerta com as corridas na praia.

Outro texto que aborda a disciplina e a vigilância das práticas sociais na praia é o primeiro artigo da série “Recordar é viver”, escrito por Alarico da Cunha. Comparando o presente, isto é, o ano de 1944, com o pretérito por ele experienciado, a série de seis artigos é um “trabalho ativo de memória”, como o próprio título do artigo sugere. Nele, o autor elenca, além das festas e sociabilidades nos espaços públicos e privados feitos outrora, as novas modas daquela década. Narrando vários episódios vividos pelo poeta, a temporalidade do texto não é estática ou mesmo datada, pelo contrário, se movimenta tal como as marés. Em um dado momento, o maranhense afirmou:

[...] estava eu um dia sentado na praia de Atalaia conversando com o meu saudoso amigo Antônio Neves, belo espírito de fina verve, quando passava em nossa frente umas 20 moças em trajes de banho. Aquele amigo, abrindo um parêntese na nossa palestra, saiu-se com esta, da qual não me esqueci ainda: – como mudam os tempos! **Outrora só alguns homens indiscretos, abusando das escadarias, conseguiam ver um pedacinho de perna. Agora já é preciso a gente andar com gotas amargas no bolso para evitar uma indigestão de coxa**⁷⁹ (O Norte. 25/02/1944, p. 08).

Memória é um processo ocorrido a partir do presente. As evocações são feitas não só a partir do eu, mas também dos outros (Halbwachs, 1990). Com a imagem de um passado coletivo não tão distante, mas que lhe parece idílico e por ser o tempo de sua juventude, Antônio Neves confabula com o amigo sobre as mudanças comportamentais trazidas com o fluxo do tempo. Nesse “novo” mundo, ambos parecem concluir que estão deslocados.

Embora o texto traga a questão moral levantada por Cunha, caso se faça nova leitura, surgem outras tonalidades. Uma delas é, de certo modo, o assédio e a cultura machista da época. Após observarem o grupo de moças que passeava tranquilamente pela praia, um dos homens alterou o assunto da conversa e levantou como “parêntese da palestra”, suas vestimentas de banho. A tônica do debate então, como foi destacado na citação, virou o corpo feminino em exibição. A narrativa de Cunha tensiona os tempos e revela um choque geracional. Conforme suas memórias apresentadas no texto, a Parnaíba e a sociedade que conheceu eram marcadas

⁷⁹ Grifo meu.

pelo recato, bastante diferente daquela observada na primeira metade dos anos 1940. “Ou o céu subiu ou a terra baixou nestes quarenta anos” (O Norte. 25/02/1944, p. 08), indagava-se o escritor aos 61 anos de idade.

Mesmo com suas críticas, o poeta documenta as mudanças na cultura da cidade e nas roupas de banho, configurando como um dos poucos registros locais sobre as recepções das vestimentas. Rita de Cassia Barbosa Araújo afirma que durante o Estado Novo de Vargas, “foi lançado no Recife, um movimento intitulado ‘Campanha Pró-Decência nas Praias’” (Araújo, 2007, p. 420). As inspirações vieram da face conservadora da igreja católica e tinha o apoio e adesão das senhoras da sociedade. Conforme a socióloga, mesmo após o fim da ditadura de Vargas, a campanha se manteve.

Não encontrei no litoral do Piauí, qualquer movimento semelhante. Todavia, o modelo analisado por Araújo serve para compararmos as experiências de normatizações de comportamentos nas praias piauienses. Assim, a crítica de Alarico da Cunha não seria uma experiência isolada e apenas uma questão geracional, mas igualmente uma tentativa de impedir certos “exageros” ou “excessos”.

Dois anos depois do texto do Cunha, os frequentadores de Atalaia procuraram o *Norte* para fazer uma “grave denúncia”. A seção “Casos da Cidade” trazia duas notas. Na primeira, lê-se que os jardins e gramados da cidade eram pisoteados, e o jornal lembrava os leitores dos esforços da prefeitura em mantê-los preservados em bom estado. A segunda é a que realmente interessa para essa discussão. Nela, foi noticiado que homens “sem pudor algum” se portavam de “forma indecente” na praia. Apesar do tamanho, faz-se importante a transcrição integral do texto:

Segundo nos informam, a praia de Atalaia, em “Luís Correia”, está caminhando aos poucos para se tornar o famoso paraíso terreal. Os *maillots* que por si só já são escassos de pano, vão, aos poucos, sendo substituídos no sexo que não é o belo por...cuecas. O nosso informante afirma que viu, no último domingo, vários cavalheiros (será que o são?) banhando-se folgadoamente envergando simples cuecas de morim, fininhas, transparentes e com a abertura dianteira bem avantajada... Sendo assim, seria necessário que, a bem da moral, a polícia fosse também tomar uns banhos de mar para ensinar aos banhistas de cuecas que o Paraíso Terrestre existiu, mas não foi situada em Atalaia (O Norte. 23/05/1946, p.01).

No reclame estampado em primeira página, os preconceitos da época dão a tônica do escrito que, apesar da seriedade do tema, tem o humor como base. Se as praias são compreendidas como paraíso, seja pela paisagem ou pelo descanso ali reproduzido, ao referenciar o Éden e seus habitantes humanos, o jornal alerta os leitores sobre o pecado da

indecência. Afinal, mesmo que Atalaia fosse um lugar de delícias, não seriam naquelas areias tolerados os “trajes de Adão”.

Possuindo múltiplas gradações acerca das relações de moralidade e de gênero, essa nota é bastante rica para se pensar as regras comportamentais do período e várias experiências. Inicialmente, o texto critica o encurtamento de *maillots* femininos, que, como foi visto, desde os anos 1920 perdiam tecido por conta da cultura do banho de sol – o que o cronista não sabia é que alguns meses depois do reclame, surgiria o protótipo do biquíni (Araújo, 2007). Entretanto, dessa vez a censura dá-se não sobre as mulheres, mas sobre um grupo de homens que usavam roupas impróprias para o local.

Com a ampliação dos direitos das mulheres, os corpos femininos, mesmo com toda a pauta moral, estavam à mostra e eram observados por homens. Não se deve esquecer que apesar de Alarico da Cunha ter, em 1944, criticado o tamanho dos trajes de banho femininos, o poema “Atalaia”, aqui já citado e impresso nos anos 1930 no *Almanaque da Parnaíba*, aludia que essa praia ficava triste sem o *flirt* e sem mulher.

A questão de gênero que esse texto incita, perpassa ainda acerca de outro espectro, o homoerotismo, e que, enquanto leitores, somos induzidos a pensar. Na primeira vez que me deparei com a citada nota suspeitei de certo tom homoerótico. Essa conjectura foi abandonada brevemente pelos meus próprios olhos normativos, mas que depois pareceu fazer sentido ao ler uma análise feita por Barickman (2016) sobre as praias cariocas na primeira metade do XX.

Nos anos 1920, havia, por parte da polícia, certa preocupação com os corpos masculinos amostra e sua indumentária. Algumas proibições apareceram para regular o tamanho dos trajes e impedir que se deixasse parecer as coxas; outras, como foi visto, obrigavam o uso de camisas, impedindo que se mostrasse o peito. Ao analisar as ordens e o debate sobre as roupas utilizadas, o brasilianista afirmou

não é concebível que todos os chefes de polícia e delegados – todos eles homens – que emitiram ordens sobre os trajes masculinos temessem ver, em público, os corpos menos do que inteiramente vestidos de outros homens. Alguns talvez se preocupassem com o homoerotismo (Barickman, 2016, p. 41).

Aparando-me, dessa maneira, em sua análise, tomando como modelo e lendo novamente o reclame do *O Norte*, dessa vez com maior cuidado e atenção, deduzo que a cena foi pintada com tintas homoeróticas. Uma dessas é na escolha de palavras como, por exemplo, “envergando” ou “avantajada”, e o estilo de como a imagem foi retratada. É possível que a preocupação do jornal e dos reclamantes quanto ao comportamento dos rapazes em Atalaia se deva não só em relação ao controle sobre o corpo masculino. Mas igualmente aos olhares a ele

direcionados, fossem reprovadores ou desejosos por parte não só do público feminino, mas também masculino. O morim é um tecido branco e fino, que quando molhado, torna-se, como afirma a própria nota, transparente, revelando muito mais que o que deveria. Tais trajes, usados num espaço frequentado pelas famílias, mostram um comportamento reprovável, ultrapassando os limites do que era moralmente aceito.

Por fim, com base nas fontes analisadas, não é possível afirmar se a polícia fez qualquer diligência ou ação repressora. Do mesmo modo, não encontrei outro caso semelhante, isto é, se esses ou outros rapazes tornaram a protagonizar tais cenas. Também não é sabido se, só com o apelo do jornal, esse grupo de banhistas passou a usar roupas “mais apropriadas”, tendo em vista que a polícia foi alertada.

Após a denúncia, há uma nota explicativa de 15 linhas sobre a seção “Casos da Cidade”, dentro do projeto editorial do periódico e quem poderia contribuir: “qualquer pessoa que conhecer ou presenciar ‘casos’ que afetem aos interesses da maioria, poderá vir comunicar a nossa redação [...] nosso intuito é cooperar com o povo, junto às autoridades, pelo bem do próprio povo” (O Norte. 23/05/1946, p. 01). Visando ser um serviço público, a seção era espaço destinado às reclamações. O jornal, nesse sentido, colocava-se como portador e defensor dos interesses do “povo”, esse no caso, seus prestimosos leitores.

Enquanto os trajes daquela década escandalizavam Cunha, o memorialista Carlos Araken, em seu livro de memórias, escreveu serem as roupas o principal meio da elite ostentar sua altivez. Ao lembrar-se de suas férias passadas na praia quando jovem, o médico parnaibano escreveu:

Quando se falava em temporada de férias em Amarração, estava implícito verdadeiro desfile de modas, exibição de roupas e novidades, que dava o tom da estação. Havia famílias que mantinham uma costureira e bordadeira a postos, só pra fazer enxoval das férias. Não era um luxo? Os trajetos de banho, assim como os vestidos pra estação e festa nas casas de família, eram sempre caprichados e renovados (Araken, 1988, p. 30).

As diferenças sociais existentes na “cidade” eram transpostas para as praias. Lá, ricos e pobres se distinguiram pelos trajes utilizados e na forma de ver e usufruir da paisagem praiana. Os modos de fruir dessa paisagem, as relações sociais, bem como a própria praia frequentada, eram engrenagens, que, juntas, faziam parte da maquinaria de distinção social. O memorialista ainda afirma que “assim como os vestidos pra estação e festa nas casas de família, eram sempre caprichados e renovados” (Araken, 1988, p. 30). Apesar das buscas, não foi possível descobrir quem costurava as indumentárias, surgindo assim, questões não respondidas. Seriam as roupas de banhos ou as demais vestimentas usadas nas praias, compradas fora da cidade? Ou talvez

fossem feitas por modistas ou costureiras de Parnaíba? Qual o material empregado e os modelos? Igualmente, não achei anúncios de roupas de banho nos jornais, tampouco nas edições do *Almanaque da Parnaíba* na primeira metade do XX.

Alguns anúncios no anuário parnaibano permitem mais inferências do que certezas. Talvez, nos anos 1930, as mulheres mencionadas por Carlos Araken, no intuito de renovarem os vestidos e trajes de banho, fossem clientes da *Alfaiataria Vale*, situada na Rua Duque de Caxias, número 13, no atual centro de Parnaíba. Propriedade de Joaquim José do Vale, vangloriava-se em ser “a mais importante do estado, máxime na cidade”, assegurando aos interessados receber “figurinos modernos dos principais centros europeus” (*Almanaque da Parnaíba*. 1932, p. 76).

Na *Loja do Leão*, propriedade de Antônio Tomás da Costa, localizada próxima à Praça Coronel Jonas e que apregoava ter “completo sortimento em tecidos finos, sedas, fantasias e modas” (*Almanaque da Parnaíba*, 1933, p. 40), também deveria achar facilmente maiôs. Ou, quem sabe, na *A Mariposa*, de Jorge Safady, pudessem ser obtidas as roupas de banho. Situada também na Duque de Caxias, essa casa de modas possuía “permanente e variadíssimo sortimento de artigos de modas para homens e senhoras” e prometia ser “a única no gênero que satisfaz o mais exigente freguês” (*Almanaque da Parnaíba*, 1932, p. 66). O certo é que o único anúncio encontrado foi, já no final dos anos 1960, da *Loja Rosemary*, localizada na Praça da Graça e que contava ter “variado sortimento de maiôs e calções” (Folha do Litoral. 01/07/1967, p. 02).

Vilegiar significava esquecer-se da cidade, desligar-se momentaneamente da velocidade e do frenesi urbano. Muito embora o Piauí não tivesse grandes conglomerados urbanos ou mesmo uma vida cidadina intensa, afinal, Teresina e Parnaíba nos anos 1950 – respectivamente a primeira e a quarta cidade mais populosas do estado – tinham 90.723 e 29.369 habitantes (Ibge, 1954, p. 554), as fontes apontam que, naquela década, Luís Correia já era destino balneário consolidado não apenas entre os habitantes de Parnaíba, mas também dentro do Piauí.

Acerca daquele município balneário, a publicação *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, afirmou que Luís Correia servia “de estação de veraneio para os parnaibanos e demais habitantes do Estado” (Ibge, 1954, p. 520). Essa qualidade dava-se, ainda, segundo a publicação, “em virtude das praias de banho que possui” (Ibge, 1954, p. 523). Sobre os aspectos urbanos do município, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* discorreu:

Inúmeras famílias de Parnaíba para lá se mudam no período de verão, pois que lá possuem casa própria, acontecendo o mesmo com pessoas que residem noutras partes

do Estado. Aos domingos afluem às suas praias grande número de banhistas procedentes da cidade de Parnaíba, os quais se transportam nos trens da E.F.C.P. que mantêm tráfego diário entre as duas cidades (Ibge, 1954, p. 523).

A passagem transcrita anteriormente documenta dois públicos com práticas distintas, revelando, deste modo, o recorte classista que ocupava as praias piauienses e que de democrático nada tinha. O primeiro, mais abastado, ilustra as famílias “tradicionais” de Parnaíba e mesmo fora da cidade. Possuidores de residências na vila praiana, mantinham-se por lá durante as férias escolares. O segundo, representado pelas classes populares e trabalhadores, homens e mulheres que, em busca de lazer ou mesmo trabalho, deslocavam-se até as zonas praianas aos finais de semana. Atraindo público tanto de Parnaíba quanto de outras localidades, indicando, dessa maneira, que as sensibilidades sobre a paisagem praiana circulavam e eram compartilhadas por sujeitos de outras cidades do estado que não somente as do litoral. Apesar disso, observa-se a presença quase hegemônica do público parnaibano.

No começo da década seguinte, bem mais popularizadas, as formas de reprodução de cultura nessas paisagens eram diferentes e as novas gerações eram criticadas nos textos da imprensa. Para Hobsbawm, a juventude enquanto categoria etária e de cultura própria surgiu na segunda metade do século XX logo após a Segunda Guerra e uma das particularidades “da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo” (Hobsbawm, 1994, p. 320). Mesmo longe das capitais, modelos culturais e comportamentais reproduzidos no centro do capitalismo, eram vistos, assimilados e reproduzidos no Piauí, gerando novos choques geracionais.

O artigo *Contrastes e Confrontos*, escrito ao parnaibano *Correio do Povo*⁸⁰ por Luciano Lacerda, permite compreender essas transformações. O texto afirmava: “vivemos a época da Coca-Cola, dos Shorts, dos maiôs biquinis, dos objetos de matéria plástica. As coisas mais rudimentares são importadas da América do Norte, vive-se americanamente, namora-se Hollywood descaradamente” (*Correio do Povo*. 01/08/1956, p. 02). Devido à aproximação econômica e política do Brasil com os Estados Unidos, aquele segundo irradiava novas modas e influências pelo cinema e pela música.

Alguns anos após o texto de Lacerda, Thomaz Catunda também se preocuparia com os novos costumes aderidos pela juventude. No artigo “Imitações perigosas”, impresso no *Folha do Litoral*, o poeta afirma que “com os primeiros automóveis que rasgaram o chão sertanejo, foram entrando no interior as vantagens e desvantagens das grandes cidades” (*Folha do Litoral*,

⁸⁰ Conforme uma nota saída na edição do dia 30 de setembro de 1956 do *Aljava*, o *Correio do Povo* após algumas semanas, tornaria a circular no começo de outubro daquele ano.

26/01/1963, p. 04). Após fazer um panorama que vai desde corridas de automóveis aos rabos-de-burro⁸¹ ou das moças que usavam trajes curtos nos banhos de mar ou de rio, Catunda afiançou,

Parnaíba esteve, até pouco tempo, imune dessas abjetas burrices. Mas já há indícios, já existem mesmo fatos chocantes que denotam a iniciação de uma parte da nossa mocidade (por enquanto ínfima) na degradação dos vícios modernos importados do monturo social dos grandes meios (Folha do Litoral. 26/01/1963, p. 04).

A perda do dinamismo econômico atingiu não apenas Parnaíba, mas igualmente o município vizinho. Apesar de popularizadas as temporadas balneárias, a cidade praiana de Luís Correia sofria com o descaso nas sucessivas gestões. Os jornais do período costumam retratar essa cidade como abandonada, esquecida ou estagnada e acerca disso é preciso tomar alguns cuidados. Ao analisar os discursos feitos sobre o Piauí no final dos anos 1950 e começo do seguinte, Elson Rebelo afirmou “o ‘esquecimento’, em particular, institui a imagem de um espaço mal administrado, empobrecido e abandonado” (Rebelo, 2008, p. 45). Acredito que a imprensa local, ao falar de Luís Correia, pode ser lida a partir dessa chave.

O jornal parnaibano *Folha do Litoral* endereçou a João Soares, prefeito daquele município na época, uma crítica pedindo que informasse “como aplicou as verbas federais e a municipal na sua gestão e quais os melhoramentos que conseguiu oferecer a esse bom povo que lhe confiou um mandato de Prefeito Municipal” (Folha do Litoral. 25/02/1961, p. 06). Como se pode ver, o descaso se dava por conta das péssimas administrações do município, não pela falta de recursos. O descaso para com o município se refletia também nas temporadas balneárias daquele ano. Sobre isso, o jornalista Rubem Freitas, em sua coluna fixa intitulada “Carnet Social”, escreveu,

A praia de Amarração [Atalaia] se apresenta nesta temporada com admirável toque de beleza [...] A cidade, decrescente há quase meio século, tem ainda de bom o clima tão sadio e reconfortador. [...] Parnaibanos e teresinenses lá estão em veraneio, estreitando mais os laços de amizade que une as duas cidades, no contato sadio e amistoso dos banhos de mar e reuniões sociais. É lá que está misturada a elegância das senhoras, o “charme” das senhoritas, a beleza das meninas-moças, o “humor dos senhores, a inquietude da rapaziada. Duas gerações respirando o mesmo ar. Vivendo os dias de julho numa praia que só tem a ajudá-la a natureza (Folha do Litoral. 22/07/1961, p. 09).

Embora ainda gozasse da preferência entre as elites locais e de receber adesão de outros públicos fora da região norte piauiense, como por exemplo, Teresina, a praia de Atalaia carecia de estrutura, como a falta de água encanada, energia elétrica ou mesmo uma pousada aos

⁸¹ Esse nome era dado aos rapazes de classe média alta em Fortaleza que tinham como inspiração comportamentos da chamada “geração coca cola” e juventude transviada. Protagonizando atos de rebeldia e violência, esses indivíduos eram famosos na imprensa da capital cearense pela desordem social causada.

visitantes (Folha do Litoral. 08/07/1961, p. 01). Na mesma coluna social de Freitas, dessa vez impressa na edição seguinte, o repórter maranhense afirmou que as festas realizadas na casa de veraneio do ex-prefeito de Parnaíba, José Narciso, davam “um pouco de vida para as noites de Amarração” (Folha do Litoral. 22/07/1961, p. 09). Pode-se concluir que, mesmo com as mudanças trazidas pelas novas gerações, as tradicionais reuniões realizadas durante os finais de semana nas estações balneárias pelas famílias locais, ainda se configuravam como importantes lugares de enlances sociais e políticas.

Pedra do Sal e Coqueiro “também enfrenta as trevas, porém se sente mais intimamente em contato com a natureza” (Folha do Litoral. 29/07/1961, p. 05), afirmaria o *Folha do Litoral* em artigo que parabenizou o prefeito petebista José Alexandre Caldas Rodrigues pela limpeza da cidade enquanto as famílias estavam fora de Parnaíba. Anos depois, o jornalista Caio Passos, em sua coluna “Baú velho” ao *Norte do Piauí*, escreveu ser essa,

a mais bela praia de Parnaíba. Que pena! Vive completamente abandonada. Apenas algumas choupanas de pescadores. Não há estradas. E por esta razão não há quase movimento de banhista. Pedra do Sal é uma espécie de rainha sem trono e sem coroa, esperando que um dia apareça e seu “príncipe encantando” para tirá-la do abandono imperdoável em que vive mergulhada naquele turbilhão de águas azuladas, como se fosse a sereia da lenda” (Norte do Piauí. 10/02/1968, p. 02).

Na avaliação do jornalista cearense residente no Piauí, a única praia parnaibana merecia olhar mais cuidadoso e seu texto revela as relações históricas de certo distanciamento entre o município e esse domínio. Parnaíba por anos esteve de costas para Pedra do Sal e de frente para as praias do município vizinho, a maior parte dos habitantes se direcionaram para Atalaia, tendo em vista a facilidade do acesso, enquanto o trânsito até Pedra do Sal era dispendioso. Essa postura seria revista na imprensa local a partir dos anos 1970 como já demonstrado em estudo anterior (Oliveira, 2017), quando os periódicos da cidade tentaram convencer os parnaibanos da importância dessa praia para Parnaíba e o sentimento de pertença.

Na década de 1960, as temporadas balneárias no Piauí já eram costume consolidado. Atraindo pessoas do norte do Piauí e de outras regiões, o que antes eram passagens pontuais nos periódicos locais, agora tornavam-se pauta em várias seções. Notas sociais, editoriais e crônicas sobre visitantes nas praias, inundavam as edições de julho e agosto do *Folha do Litoral*. Em fevereiro de 1963, chegava a Parnaíba Aristo Tenes, engenheiro do D.N.E.R com o fito de “determinar o início do piçarramento do Terminal da rodovia Parnaíba/Praia de Atalaia” (Folha do Litoral. 09/02/1963, p. 01). A estrada, contudo, demoraria algum tempo por conta do forte inverno daquele ano. Inverno esse que deixaria inúmeras famílias desabrigadas nos bairros mais pobres da cidade e por isso, pauta em várias edições do referido periódico.

O fluxo de pessoas para Atalaia e sua permanência nas areias e no mar despertou a possibilidade de um proveitoso negócio. Talvez por conta disso, o diretor do supracitado *Folha do Litoral*, e à época vereador de Parnaíba pelo PTB (Folha do Litoral. 02/02/1963, p. 06), João Batista Ferreira da Silva tenha ali visto uma oportunidade de ganhar dinheiro. Valendo-se do espaço do próprio jornal, Silva, às vésperas da estação balneária daquele ano, avisava os leitores que dia 22 de junho de 1963, seria inaugurado o Bar Netuno, “a fim de aos sábados e domingos atender aos banhistas com refrigerantes, aperitivos, marisco e salgados da maior variedade” (Folha do Litoral. 15/06/1963, p. 01). O empreendimento deu certo, não à toa, no dia sete de julho foi inaugurada uma segunda seção, em Atalaia, “nas proximidades da residência de verão do industrial João Basto Correia, atendendo a solicitação de famílias banhistas” (Folha do Litoral. 06/07/1963, p. 01). Diferente do outro, esse era mais próximo da praia, certamente o movimento para e na praia era grande e surpreendia os cronistas. Por conta disso, o jornalista R. Ferraz Filho escrevia que em Atalaia, “especialmente aos domingos, é formada uma verdadeira multidão de gente de todas as camadas sociais. Presentemente, o transporte é feito facilmente por crescido número de veículos particulares e “carros de praça” (Folha do Litoral. 06/07/1963, p. 02). Apesar de aparentar certa democracia, nota-se a distinção de classes. É provável que esses automóveis com destino à Atalaia não fossem apenas de Parnaíba, mas também de outros lugares do estado e seus detentores fossem indivíduos com certo poder aquisitivo.

Se num passado não tão recente a ferrovia transportava as famílias para a praia, agora carregava a população menos abastada que também buscava divertimento nas águas salgadas. Os trens “viajam superlotados conduzindo banhistas de toda espécie, até mesmo aqueles que sob o imenso calor do álcool, gritam e cantam o que lhes vem às suas tontas cabeças” (Folha do Litoral. 06/07/1963. p. 02), afirmou Ferraz Filho com certo preconceito. Para o jornalista, apesar desses episódios serem uma afronta à moral pública, a polícia pouco ou nada fazia.

Aos poucos, Atalaia recebia relativa estrutura. Em breve nota na primeira página, o *Folha do Litoral* anunciava na edição do dia sete de setembro de 1963 que seria futuramente construído naquela praia, um hotel (Folha do Litoral. 07/09/1963, p. 01). Curiosamente, a reunião para a discussão do empreendimento foi realizada no gabinete do prefeito de Parnaíba, Lauro Correia. O jornal não informa quem seria responsável pelo projeto, se era da iniciativa pública, privada ou mesmo quanto custaria.

A popularização de Atalaia trazia novas e velhas pautas e a partir daí se pode ver com maior ênfase os conflitos intraclasses. Bourdieu entende que no processo de distinção, “quanto

às classes populares, sua única função no sistema de tomadas de posição estética é, certamente, a de contraste e ponto de referência negativa em relação ao qual se definem, de negação em negação, todas as estéticas” (Bourdieu, 2011, p. 57-68). As formas que trabalhadores usufruíam da praia serviam de contraponto para as elites. Assim, junto ao desejo de urbanização da praia, acompanhavam os olhares vigilantes e elitistas de alguns de seus frequentadores que se materializavam em clamores para a ação policial. Essa, se dava com maior ênfase nos meses das temporadas balneárias e principalmente aos domingos, quando boa parte dos trabalhadores estava de folga.

Os reclames eram diversos, o mais comum era que transformavam a estrada entre Luís Correia e Parnaíba em pista de corrida, ou então que “que sob vapores alcoólicos se demandam aos sábados e domingos, de Luís Correia para esta cidade e vice-versa” (Folha do Litoral. 20/07/1963, p. 01). Carecendo, portanto, de fiscalização e na tentativa de chamar a atenção das autoridades competentes, o *FL* usava suas páginas para denunciar esses casos, elogiando as ações repressivas (Folha do Litoral. 03/08/1963, p. 01). A própria praia era utilizada anualmente por alguns grupos que faziam competições automobilísticas na beira-mar (Folha do Litoral. 05/07/1964, p. 01). Na primeira temporada balneária vivenciada no pós-golpe de 1964, o cronista Raimundo Ferraz Filho escreveu que naquele ano, como no anterior, uma multidão se avolumava em Atalaia. Durante a parte da manhã, todos podiam tranquilamente desfrutar do mar, da areia e do sol. À medida que o sol ficava “mais alto”, o clima se alterava.

Certos informantes dos jornalistas, possíveis frequentadores da praia, contavam que “depois de meio-dia, o ambiente fica completamente reformado, se torna asqueroso pelo procedimento de certos elementos que se misturam com criaturas de vida livre e passam a viver momentos de verdadeira depravação” (Folha do Litoral. 16/07/1964, p. 04). A denúncia se dava por conta dos bons costumes e os banhistas, por intermédio de Ferraz Filho, pediam intervenção da polícia. Dentre esses casos de embriaguez na praia, houve um excesso por parte da polícia e este mesmo cronista escreveu: “nos últimos momentos dos trabalhos empreendidos pelos policiais, um dos elementos que se encontrava completamente ébrio foi de encontro a um soldado que, usando arma branca, o feriu levemente, conseguindo detê-lo” (Folha do Litoral. 05/08/1965, p. 03). O militar sofreu advertência, enquanto nada mais foi informado sobre a situação de saúde do agredido.

No texto, ainda é informado que naquele domingo, só em Atalaia, tinha um público de 50 mil pessoas. Com a popularização dos banhos de mar, diversos grupos sociais de Parnaíba e região puderam também se deslocar aos finais de semana para as praias, inclusive o que os

articulistas chamavam de “criaturas de vida livre”, isto é, prostitutas. Noutra crônica feita pelo mesmo jornalista, desta vez no final da temporada balneária de 1965, Ferraz Filho escreveu que as reuniões ocorridas nas casas de famílias veranistas “se processaram sob a mais perfeita harmonia, deixando aos que assistiam àquele social e bonito acontecimento, a impressão de que, na praia de Amarração existia apenas uma só família, vivendo os seus dias de veraneio sob bases de confiança, lealdade e alta estima” (Folha do Litoral. 04/08/1966, p. 04). Nesse sentido, os reclames se devem muito mais em relação ao preconceito e ao olhar elitista das famílias das elites do que um retrato possível e fiel do que vinha ocorrendo nas praias, especialmente em Atalaia. A praia era frequentada durante anos por grupos abastados, é provável que muitos desses frequentadores se incomodassem com a presença de determinados indivíduos.

As temporadas balneárias praticadas pela elite local se complexavam e tornavam-se ainda mais excludentes, principalmente com a criação do Lions Clube em Luís Correia. O médico e memorialista Carlos Araken, era o grande promotor das festas leonistas na cidade praiana. Em sua coluna social, Rubem Freitas documentou que “sábado à noite, a festa LIONS levou para o Praiano Clube, centenas de pessoas” (Folha do Litoral. 22/07/1965, p. 03). Após muitas reclamações, finalmente Luís Correia teria acesso à energia elétrica. Por conta disso, animado, o *Folha do Litoral* em primeira página noticiava, “as perspectivas são de modos a suplantarem o veraneio de 1965” (Folha do Litoral. 12/06/1966, p. 01). A energia seria provida com a instalação de “um motor de luz, Diesel M.W.M-39-HP” (Folha do Litoral. 26/06/1966, p. 05) e em diversos momentos o jornal galardoava o prefeito Pedro Fontenele pelo feito.

Dado ao exponencial movimento, verão após verão, o supracitado periódico trazia na primeira página da edição de 24 de julho daquele ano, o editorial com o título “Balneário”. O texto trazia uma novidade: a ideia de explorar turisticamente a costa piauiense, trazendo ao público o debate e a viabilidade de uma estrada asfaltada ligando Teresina a Luís Correia. O sentido de turismo apresentado era razoavelmente democrático. “Tanto poderá ir à praia gente abastada como pessoas de média condição financeira, e estas últimas atingirão sempre um índice maior de frequência” (Folha do Litoral. 24/07/1966, p. 01), ponderava o periódico.

O jornal *Folha do Litoral* reivindicava a construção de um hotel com vistas a possibilitar a permanência dos visitantes e um mês depois, ao saber que um grupo de parnaibanos tinha a intenção de construir casas destinadas exclusivamente aos visitantes, afiançou a empreitada como “nova era para nosso turismo” (Folha do Litoral. 28/08,1966, p. 01). No ano seguinte, mais uma vez, o editorial congratulava os agentes que promoviam festividades durante o mês de julho em Luís Correia.

Comemorando a parceria do prefeito daquela cidade, Antônio de Pádua, com o Lions Clube, afirmava estar “lançada a pedra fundamental para o desenvolvimento do turismo na vizinha cidade praiana” (Folha do Litoral. 03/08/1967, p. 01). Em “Temporada Balneária”, artigo impresso no ano seguinte ao *Norte do Piauí*, Raimundo Ferraz Filho dava conta das mutações no fluxo do público mais rico em Atalaia, de acordo com o jornalista, “quem em épocas passadas assistiu temporadas balneárias em Luís Correia, certamente deve ter notado a modificação quase radical do movimento feito por veranistas naquele tempo em que, reuniões sociais se davam apenas através de grupos, em casas familiares” (O Norte do Piauí. 12/08/1967, p. 03). Para esse autor, o Lions e as atividades promovidas naquela cidade praiana eram de grande importância.

Em nenhum momento os povos das praias foram considerados no projeto de turistificação do litoral. O processo de apagamento e silenciamento das culturas costeiras seguia em curso. Nota-se que o tema da pesca aparecia nos periódicos, contudo, vislumbrava-se industrializar a atividade pesqueira na região. Em um de seus editoriais o FL afirmava, “aprecia-se aqui a importância do desenvolvimento da pesca fora dos métodos rotineiros, cujo objetivo é o de abastecer o mercado interno e propiciar campo favorável para venda em mercados externos” (Folha do Litoral. 14/07/1966, p. 01).

No ano seguinte, Raimundo Fonseca Mendes no jornal *Norte do Piauí* alertou, “a pesca poderia e deveria ser uma das principais fontes de receitas do nosso município” (O Norte do Piauí. 30/09/1967, p. 05). O cronista via no mar mais uma forma de obter rendimentos a Parnaíba e à região litorânea. Poucos meses depois do texto de Mendes, foi anunciado a instalação do posto de Biologia Marinha da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo era o de realizar investigações sobre a fauna fluvial e marítima da região do Delta do Parnaíba. Tais estudos tinham “por base o aproveitamento e a industrialização desses produtos não só para o nosso consumo interno, mas, de modo especial para a exportação em alta escala” (O Norte do Piauí. 27/01/1968, p. 04).

Novas histórias serão reescritas nas areias das praias. A ideia de transformá-las em pontos de exploração econômica seria embrionada pelos jornais, em maior ênfase pelo *Folha do Litoral* ao longo de toda aquela década, que a reativava sempre que possível. Se na década de 1960 as elites viam Atalaia ser “invadida” pelas classes populares, a partir da década seguinte, outro público conheceria essa e outras praias piauienses. Da mesma forma, diferentes formas de ver, ilustrar e sentir essas paisagens surgiriam a partir de então.

Segunda parte: Era do turismo



Figura 14. Legenda: Praia de Atalaia. S/D. Fonte: Antônio de Pádua.

Deveria ser domingo. Atalaia, a praia acima, como pode ser visto, estava lotada de veranistas; uma multidão ocupa a areia. Algumas pessoas se protegiam à sombra de guarda-sóis, outras, no canto superior direito, igualmente se divertiam nas águas salgadas. Não se sabe a data do registro, apenas que foi arquivado pelo ex-prefeito de Luís Correia, Antônio de Pádua. Caso lembremos das roupas da imagem que abre a primeira parte da tese, nota-se que as medidas diminuíram; mudou-se também quem produziu a fotografia e os registrados. Se naquele outro clichê o fotógrafo e os fotografados eram as famílias “importantes” de Parnaíba, como a de Lima Couto, e o grupo registrado era reduzido, neste novo, o fotógrafo da prefeitura de Luís Correia flagrou um mar de veranistas anônimos.

Essa parte do texto tem o objetivo de discutir a implementação do turismo no litoral do Piauí entre os anos de 1960 e 1980. Como foi visto, o costume de ir à praia já estava consolidado na segunda metade do século XX, mas ainda não se falava em turismo nos jornais de Parnaíba, ao menos até a segunda metade da década de 1960. Mesmo os moradores da praia, testemunhas dos veranistas que anualmente se dirigiam à Pedra do Sal, Atalaia e Coqueiro, contam que o turismo era diferente. A partir do citado período, o turismo, posteriormente chamado de “indústria sem chaminés”, começa a aparecer na década de 1970 na imprensa parnaibana não apenas como modo de “fruir a praia”, mas como atividade econômica para a região.

4. CASTELOS DE AREIA: TURÍSTIFICAÇÃO DO LITORAL PIAUIENSE

Neste capítulo será debatido o processo de turistificação do litoral do Piauí e a inserção da chamada “indústria sem chaminés” como política pública de modernização e mitigação da pobreza no estado entre as décadas de 1960 a 1980. Desde os anos 1950, o Piauí era objeto de matérias jornalísticas do eixo Rio-São Paulo que evidenciavam a pauperização e as mazelas sociais do estado nordestino. Em 1961, uma equipe formada por 26 jornalistas, cinegrafistas, profissionais de TV e os maiores veículos impressos do país – entre eles *Fatos e Fotos*, *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Realidade* – se direcionaram ao Piauí.

A empreitada chamada “Caravana Herbert Moses”, a partir da “Operação Piauí”, além de documentar homens desempregados, a queda da exportação da carnaúba, e as lavadeiras de roupa do Rio Parnaíba em Teresina, ilustrariam o Piauí como um estado atrasado, cuja natureza tanto amenizava quanto sublinhava o sofrimento de seu povo. O que era visto inicialmente com bons olhos foi, depois, duramente criticado pelos leitores piauienses e de outros estados. Esse tipo de matéria seria uma constante em toda a década de 1960, mudando somente na seguinte quando, em alguns desses mesmos veículos, foram exploradas turisticamente as paisagens litorâneas do Piauí. Em pleno “milagre brasileiro”, o estado nordestino muda de marcha e afirma acelerar os passos, tentando abandonar a imagem de torrão de pobreza.

Diante do exposto, o capítulo aqui apresentado foi construído a partir do exercício de história oral feito com o cotejamento de fontes hemerográficas, debatendo as várias explorações e interesses pelos quais o litoral piauiense passou e vem passando, bem como intenciona trazer à tona memórias subterrâneas. Dividido em três tópicos, na primeira parte **“A maré deu vazante”**, o objetivo proposto foi fazer um panorama sobre o litoral e o Piauí entre os anos de 1950 e 1950. A fim de que se possa analisar com maior cuidado os retratos de Piauí turístico impresso nas fotorreportagens das grandes nas décadas 1970 e 1980, é necessário que se compreenda quais as narrativas contadas sobre o estado anteriormente, bem como contextualizar o grande esforço midiático que foi a “Operação Piauí”.

Na próxima seção, **“Sob o signo da Terra do meu boi morreu”**, serão analisados, a partir das edições do *Folha do Litoral*, *Norte do Piauí* e da revista *O Cruzeiro e Manchete*, os retratos textuais e visuais produzidos sobre o Piauí na década de 1960, esse estado que era folcloricamente chamado pela imprensa nacional de “a terra do meu boi morreu” e cuja pobreza era constantemente revisitada. As narrativas de imprensa e as memórias sobre o Piauí por ela produzida nesse momento, além do debate público nas páginas desses veículos sobre a pobreza e natureza do estado também são importantes para o debate proposto.

Por fim, o derradeiro tópico, “**Piauí novo**” tem como objetivo estudar os esforços do governo de Alberto Silva (ARENA) de apagar ou, pelo menos, alterar, na primeira metade da década de 1970, a imagem de Piauí pobre. Os jornais locais informavam e geravam o debate de que o turismo era a “salvação” da região norte do estado, provocando, assim, o consenso entre os leitores desse novo horizonte como saída econômica para a região. Nesse sentido, a então “indústria sem chaminés” adentra a cena pública como política de desenvolvimento, tendo a região litorânea como principal força motriz e as praias como paisagens a serem exploradas.

4.1 A maré deu vazante

O Parnaíba, principal via de comércio, necessitava de intervenções na segunda metade da década de 1940. Alarico da Cunha, habituado desde o começo do século XX a fazer o trajeto fluvial Parnaíba a Tutóia, escreveu, “se não forem tomadas enérgicas providências para a desobstrução das razios [sic] da entrada do Igarapé da Manga e ponta do Vidal, logo adiante, estaremos dentro em breve com o intercâmbio paralisado e os armazéns de Parnaíba atopeados de carga” (O Norte. 26/06/1946, p. 04). Os temores de Cunha se confirmariam em pouco tempo, e, nos anos 1950, o rio se encontrava com a navegabilidade comprometida.

Testemunha ocular daquele fenômeno, o vareiro Raimundo de Sousa Lima escreveu, “a fase de assoreamento do rio continuava o seu trabalho demolidor de todos os anos” (Lima, 1987, p. 23). Partindo inicialmente desses fios de memórias, irei, nesta seção, me ocupar em produzir um panorama sobre as décadas de 1950 e 1960. A discussão importa, pois, a fim de que se possa compreender melhor as imagens de Piauí turístico e paradisíaco circuladas nos grandes veículos midiáticos nos anos 1970 e 1980, é necessário que se entenda como se encontrava e como foi retratado o estado antes disso.

É consenso entre historiadores e historiadoras piauienses que, aos poucos, com o final da Segunda Guerra Mundial, o preço dos principais produtos exportados pelo Piauí como a cera de carnaúba, da amêndoa de jaborandi e de tucum, caia paulatinamente no mercado internacional ano após ano. A historiadora Teresinha Queiroz (2006, p. 47) explicou que com a década de 50, “inaugurava-se nova fase não só da economia, marcada internamente pela decadência do extrativismo, mas também da história do Piauí”. No que tange à cera de carnaúba, Paulo Italo Moreira, em sua tese, ressaltou que já nos anos de 1930 e 1940, período de ouro desse produto, especialistas afirmavam ser imperativo não somente proteger o vegetal, mas igualmente cuidar “do investimento em maquinário e estudo científico; senão, eles diziam, os problemas surgiriam com maior intensidade, agravando a situação dos trabalhadores e pequenos

produtores que dependiam do comércio da commodity equatorial” (Moreira, 2023, p. 171). Nesse sentido, o problema da cera não foi apenas causado pela desvalorização no mercado internacional ou pelo uso de alternativas sintéticas, mas igualmente, pela falta de investimento na modernização de sua produção.

No cenário nacional, após experienciar o trauma do suicídio de Vargas em 1954, seguido de dois presidentes interinos, o Brasil, na segunda metade dos anos 1950, vivia um período de relativa estabilidade no campo político (Benavides, 2002). Nesse período, elegia-se o “presidente bossa nova”, isto é, o mineiro filiado ao PSD, Juscelino Kubistchek de Oliveira. Em sua gestão, o país se abria ao capital estrangeiro e adensava seu processo de industrialização, embebido pelo ideal desenvolvimentista a partir do Plano de Metas.

No Piauí, “essas ideias estiveram presentes, mas de forma lenta, pois faltaram auxílios do governo federal, maior planejamento e ênfase na elaboração de projetos para o crescimento da economia local” (Lima, 2011, p. 25). Com a maior parte dos investimentos público-privados direcionados ao centro-sul do país, fomentando sua industrialização, essas imissões favoreceram o crescimento de cidades do Sudeste, que recebiam inúmeros migrantes do Norte e Nordeste em busca de oportunidades. A desigualdade regional foi acentuada nos “Anos Dourados”, ficando a região nordestina à margem das políticas de desenvolvimento.

Caso se mude um pouco a lente para analisar o contexto piauiense daquele período, observa-se que, além das questões econômicas, problemas ecológicos também atingiam o estado. No Parnaíba, “aos fins de 1950 a navegação a vapor já estava impraticável” (Gandara, 2008, p. 363). Observador ativo e crítico, o trabalhador do rio Souza Lima, ao ver o declínio do comércio fluvial metaforicamente e nostalgicamente escreveu: “a maré deu vazante, para nunca mais voltar” (Lima, 1987, p. 24). Moribundo, o comércio fluvial era, então, feito com dificuldades.

Seguindo a tendência nacional de adesão ao modelo de transporte rodoviário, o estado optou pela abertura de estradas para viabilizar a circulação de mercadorias. De acordo com Vieira (2010, p. 31), durante o governo JK, “o Piauí se beneficiou, principalmente, por meio de uma das metas do governo: a construção de rodovias. Enquanto isso, outros projetos foram mantidos no esquecimento, como foi o caso das ferrovias e do porto marítimo em Luís Correia”. A adoção do transporte rodoviário em detrimento do fluvial e do ferroviário foi, nos anos 1960, criticada pelos parnaibanos da época, que acreditavam que a priorização do transporte rodoviário comprometeu a primazia da cidade nas relações comerciais. Por outro lado, nesse mesmo período, os ferroviários piauienses iniciaram lutas pela manutenção da EFCP

(Cerqueira, 2017) devido ao espectro do desemprego causado pela adesão ao modelo rodoviário.

Com a eleição de Francisco das Chagas Rodrigues pela chapa UDN-PTB para o governo estadual em 1958, sua principal meta era a de “lutar tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria” (Nascimento, 2010, p. 04). Uma dessas frentes foi a chamada operação Nordeste, cujo propósito, segundo o chefe do executivo estadual, era “levar aos piauienses subsídios para soerguer o Estado” (Lima, 2011, p. 68). Insatisfeito, o jornalista Bernardo Batista Leão, escrevendo para o *Aljava*, criticou os investimentos do governo federal na região Nordeste e afirmou que o país estava, naquele momento, vivenciando “a era das operações”. Sua crítica vai na direção da operação Nordeste, cujo objetivo, de acordo com o articulista, era de “redimir esta região brasileira que caiu por completo na orfandade, em comparação com os centros mais civilizados”. Especificamente sobre o Piauí, o jornalista escreveu,

pelo que se verifica, limitou-se a pedir pouco para que ao menos esse pouco seja concretizado. Comenta-se que a base fundamental das reivindicações piauienses, foram: o encantado porto de Luís Correia, eletrificação do médio Parnaíba, Usina Piloto etc. etc. Tudo isto é considerado muito apazível, digno mesmo de louvor por parte de nossa gente. Entretanto, queira Deus que o bisturi do Presidente JK, não fique cego no momento precioso de realizar o perigoso parto do Nordeste (*Aljava*, 04/07/1959, p. 06).

Batista Leão além de jornalista, na eleição de 1958 se lançou como candidato a deputado estadual pelo PTB, não eleito, ficando na suplência⁸². Nesse texto, o jornalista alertava que as demandas do estado não eram muitas, ainda assim, não eram atendidas e, esperançoso, almejava que no futuro a região fosse contemplada com investimentos. Meses após a crítica de Batista Leão, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, tentativa de Kubistchek de modernizar a região, a instituição era subordinada diretamente à presidência da república.

Apesar do esforço, vale salientar que os recursos direcionados ao território piauiense continuaram esquecidos, afinal, “dos quatro Planos Diretores do Desenvolvimento do Nordeste elaborados pela SUDENE, o Piauí foi excluído de três deles, e só no terceiro conseguiu a implantação da Barragem de Boa Esperança” (Monte, 2010, p. 86). Em sua participação no encontro de governadores, o chefe do executivo piauiense, Chagas Rodrigues, levantou a questão de que seu estado necessitava de investimentos na infraestrutura básica, desse modo,

⁸² Dados obtidos de pesquisa realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral. Conferir <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYUExZmE2OWUtODVjOC00M2Q5LTkyMWUtZDMwM2I0NmM1MmMxliwidCI6ImFiNzcyYzYzLWViMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>.

tanto a barragem, quanto o porto, tinham “como objetivo para sua administração e como soerguimento da sua função trabalhista no Piauí” (Lima, 2011, p. 69). No que tange à barragem, ela era vista como um motor para o desenvolvimento do estado. “A construção da hidrelétrica possibilitaria a solução dos problemas da produção de eletricidade no Piauí, bem como de irrigação, navegação e controle das águas do rio” (Lima, 2011, p. 81). Apesar das aspirações e reivindicações feitas ainda durante a era JK, as obras da barragem, iniciadas naquele governo, foram paralisadas no seguinte e retomadas na gestão de João Goulart (Nascimento, 2010, p. 07). Quanto à questão do porto, essa antiga demanda não foi atendida na administração do governador petebista. No entanto, os debates públicos suscitados pelos jornais sobre o tema seriam reativados nas décadas seguintes.

A cidade de Parnaíba, principal entreposto exportador piauiense, sentia igualmente o abalo econômico e social naquele período. Em Teresina, a situação não era diferente. Durante os “anos dourados”, a capital piauiense “estava completamente atrasada, sem um sistema, mesmo que simples, de distribuição de água e esgotos, ruas e avenidas sem camada asfáltica e outras sem calçamento” (Cardoso Neto, 2017, p. 05). A partir de então, a pobreza do Piauí materializada na realidade e representada pelos indicadores sociais, publicados a partir dos anos 1950 e 1960, serão utilizados constantemente em diversos periódicos do estado.

Nas décadas mencionadas anteriormente, os jornais piauienses, em suma, possuíam ligações político-partidárias. O próprio *O Norte*, que nos anos 1940 se apresentava como “vespertino independente e noticioso”, tornou-se, no começo dos anos 1950, um “órgão de publicidade, político e noticioso” (*O Norte*. 05/05/1951, p. 02). Desse modo, a historiadora Marylu Alves de Oliveira entende que “era fundamental anunciar a pobreza piauiense, segundo a perspectiva daquele setor partidário, com o intuito de barganhar verbas federais” (2016, p. 175). Uma das razões ainda de ilustrar o Piauí como miserável dava-se no sentido de incluí-lo na região Nordeste, angariando investimentos ao estado que se encontrava fora dos planos de auxílio da SUDENE, conforme apontou Rabelo (2008). Essa mesma tática foi empregada nas folhas parnaibanas. Ao estudar as memórias do golpe civil-militar no Norte piauiense, Francisco José Leandro Castro afirmou:

parte da imprensa local, como o jornal *Folha do Litoral*, amplificou os discursos em torno da necessidade de investimento no estado, tido como ‘primo pobre’ da federação, pois este estaria ‘figurando cronicamente entre os espoliados em qualquer sistema econômico que o governo federal inaugura neste país’ (Castro, 2021, p. 85).

Como analisou o historiador, o debate sobre a pobreza do estado era tema nos impressos de Parnaíba e, ao pesquisar no mesmo jornal citado por Castro, encontrei várias notícias acerca da situação pela qual passava o principal município da região, assim como todo o resto do Norte

piauiense. Contudo, ao longo da investigação nos periódicos locais, um artigo do *Aljava* me chamou atenção. O texto elogiava o carioca *Tribuna da Imprensa* pelo suplemento destinado ao Piauí veiculado no dia 28 de março de 1958. A reportagem foi produzida por José Pinheiro de Carvalho e Luíz Pietsch e elucidava tanto os pontos positivos quanto os negativos do estado. Ao longo de 16 páginas ilustradas, o caderno especial trazia os aspectos humanos, paisagens do Piauí de norte a sul, elementos culturais, história e política do estado até aquele ano.

Antecipando em quase uma década a exploração da imagem turística do Piauí na imprensa, ao delinear sobre a “Terra”, a *Tribuna da Imprensa* afirmou: “Brasil turístico pode e deve contar com estas terras cheias de lendas prestigiosas e de paisagens bucólicas. Os leques dos carnaubais oscilam a brisa que vem de longe como a convidar os estranhos a entrar, sem susto, neste Paraíso de brisas poéticas” (*Tribuna da Imprensa*. 28/03/1958, p. 01). Em um quadro informando sobre o litoral, o jornal frisou o pequeno tamanho da costa piauiense e enumerou as praias já conhecidas e frequentadas Pedra do Sal, Atalaia, Coqueiro e, curiosamente, Itaqui, pouco mencionada nas fontes locais da época.

Ao ler o suplemento da folha carioca, os editores do *Aljava* afirmavam que suas expectativas haviam sido superadas. As narrativas, tanto impressas quanto visuais, apresentavam tonalidades distintas em comparação com a imprensa local e, posteriormente, nacional. Admirado pela abordagem empregada, o periódico parnaibano referiu-se ao caderno da *Tribuna da Imprensa* como “uma publicação que interessará decerto a quantos o lerem, e os bons piauienses provavelmente vão guardar esse jornal como recordação de que, um dia, um conceituado jornal carioca viu, descobriu e, falou do Piauí, tão esquecido e tão abandonado” (*Aljava*. 01/04/1958, p. 07). Três anos depois, o estado seria visitado por outros jornalistas, o material produzido, no entanto, seria bem diferente do veiculado pela *Tribuna*.

Com o findar do governo Kubitschek, que deixou o país com inflação alta, encarecimento do custo de vida e dívida externa alta, o advogado e professor paulista Jânio Quadros (UDN), por vias democráticas, o sucedeu como chefe do executivo federal em 31 de janeiro de 1961. Em meio à crise econômica, alguns parnaibanos da época viam com expectativa o governo de Quadros e escreviam ao *FL* suas esperanças. Raimundo Nonato do Val para o citado periódico comentou que Parnaíba ainda aguardava “tão pequena [sic] verba de vinte milhões de cruzeiros cuja liberação governamental tem sido protelada pela incomplacência de personalismo político” (*Folha do Litoral*. 11/02/1961, p. 01). A crítica de Raimundo do Val se dava por conta da ausência do sistema de abastecimento de água encanada na cidade, ainda realizada a partir de burros.

As demandas seguiriam nas edições seguintes. Na primeira página do dia 27 de maio, o editorial do *Folha do Litoral* apresentava uma carta endereçada ao recém-eleito presidente do Brasil. Com o título “S.O.S ao presidente Jânio Quadros”, o periódico afirmava que a cidade onde Quadros passou na época de sua candidatura,

se encontra em lastimável estado sanitário. Fique certo, professor, que a praça bonita que serviu de cenário à pregação cívica de V. Excelência, quando promessas nos foram feitas, representava a sala enfeitada da casa paupérrima e desprovida das mínimas condições de higiene (Folha do Litoral. 27/05/1961, p. 01).

Meses após esse editorial, as críticas e denúncias dos periódicos locais e da capital ganhavam coro e maior força a partir de uma grande empreitada midiática, que chegava ao litoral piauiense dias antes do início da “temporada balneária” daquele ano. Depois de passarem por Floriano e Teresina, finalmente chegaram ao litoral piauiense “26 jornalistas, cinegrafistas e profissionais da TV”, que integravam a “Operação Piauí”. Eles foram listados junto aos respectivos meios de comunicação que representavam na ocasião.

Fazia parte da equipe: José Montenegro e Ruth Assumpção, *Correio da Manhã*; Araken Távora, *Manchete* e *Fatos e Fotos*; Tobias Pinheiro, *Diário de Notícias*; Nelson Santos, *Manchete* e *Joia*; Guaracy de Oliveira e Walter Luíz, Revista *O Cruzeiro*; Mário Lúcio Franklin, *Tribuna da Imprensa*; Dalton Ferreira, *O Globo* e *Rádio Globo*; Paulo Brandão, *Cinegráfica São Luíz*; Raimundo Macedo, *TV Continental*; Waldir Santos, *Rádios Tamoio* e *Mayrink Veiga*; Sílvio Henrique Ferraz, *Mundo Ilustrado*; Walter Amaral, *Última Hora*; Luíz Pietsch Júnior, *A Noite*.

Com cordialidade, o *Folha do Litoral*, por meio do editorial “Boas-Vindas”, recepcionava a chamada “Caravana Herbert Moses”, iniciativa de José Pinheiro de Carvalho, do Centro Piauiense, no Rio de Janeiro. Em primeira página, o parnaibano explicava que o objetivo dos colegas de imprensa era “fazer com que os jornais e revistas principais da Velhacap, reportem para todos os brasileiros, o estado de anonimato e pobreza em que tem vivido indefinidamente o Piauí” (Folha do Litoral. 24/06/1961, p. 01). Embora cientes dos problemas que afetavam o município e o estado, o semanário desejava que, durante a estadia, os jornalistas “possam também apreciar o panorama do outro lado da vida da nossa comunidade, das nossas paisagens, dos nossos costumes provincianos, da simplicidade de nossa gente...” (Folha do Litoral. 24/06/1961, p. 01).

O material produzido nessa empreitada jornalística é bastante rico em imagens e textos sobre o estado. Conforme um artigo de três páginas saído na edição seguinte e que comentava a “Operação”, o *Folha do Litoral* apontou, “duas mil fotografias foram batidas em Parnaíba. Só

de Dolores, Miss Parnaíba, 200; do Bumba-meu-Boi, cerca de 100. E daí por diante...” (Folha do Litoral. 01/07/ 1961, p. 02). Como será visto no tópico seguinte, no geral, as matérias oriundas a partir da “Operação Piauí” evidenciavam a pauperização econômica e social da capital piauiense, de Parnaíba e do resto do estado. Essas imagens são elementos constitutivos de estereótipos e memórias sobre o estado.

No final daquele mesmo ano, os esforços da “Operação Piauí” foram reconhecidos por um concurso instituído pelo governador Chagas Rodrigues, em duas categorias: reportagem e fotografia. Petrônio Portella Nunes, prefeito de Teresina, entregou os prêmios. Logrou o prêmio de reportagem, Mário Lúcio Franklin, jornalista da *Tribuna da Imprensa*. Os outros dois lugares ficaram entre Tobias Pinheiro, do *Diário de Notícias* com a série de quatro reportagens “Operação Piauí”⁸³; e Luíz Pietsch Júnior, de *A Noite*, no qual foi veiculado a série “A miséria é do Piauí. Mas a vergonha é do Brasil!/Operação Piauí”.

Posição	Veículo	Título	Repórter	Edição	Páginas	Número de fotografias
1º	<i>Tribuna da Imprensa</i>	Rio Parnaíba: vida, morte e futuro do Piauí	Mário Lúcio Franklin	04,05 e 06/07/1961	03	07
2º	<i>Diário de Notícias</i>	Operação Piauí	Tobias Pinheiro	01,04 e 07/07/1961	03	03
3º	<i>A Noite</i>	A miséria é do Piauí. Mas a vergonha é do Brasil!/Operação Piauí	Luíz P. Júnior	24, 25, 26 e 27/07/1961	04	0
1º	<i>O Mundo Ilustrado</i>	Piauí: no mapa do desespero	Silvio Ferraz	15/07/1961	4	6
2º	<i>Fatos & Fotos</i>	Não encontrada ⁸⁴	Nelson Santos	15/07/1961		
3º	<i>O Cruzeiro</i>	Piauí sem retoques	Walter Luís	26/08/1961	7	12

Tabela 4. Veículos e jornalistas vencedores do prêmio Herbert Mosés.

Na categoria fotografias, Silvio Ferraz, da revista semanal *O Mundo Ilustrado* (1930-1963), ficou em primeiro lugar com as fotografias que ilustravam a reportagem “Piauí: no mapa do desespero”. Saída na edição do dia 15 de julho de 1961, a reportagem comparava o “Velho

⁸³ A “Operação Piauí” de Tobias Pinheiro foi uma série de reportagens divididas em quatro textos, dessas apenas três foram encontradas na Hemeroteca Digital.

⁸⁴ Não foi possível encontrar essa edição da *Fatos e Fotos*, a revista não está disponível na Hemeroteca Digital, após uma pesquisa descobri que a Hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP guarda uma coleção com alguns números, exceto a da reportagem em questão.

Monge” e o estado ao Ganges e a Índia, percepção e retrato não muito diferente que os demais repórteres fizeram do Piauí e de seu povo naquele momento. O Parnaíba, que dantes “era viga mestra de sustentação da economia do estado, transportando o gado que era exportado para o norte e centro do país, hoje serve apenas para abastecer com suas águas poluídas as cidades que o margeiam” (O Mundo Ilustrado, 1961, p. 20). Seis fotografias em preto e branco foram estampadas nessa reportagem, ilustrando a pauperização e o atraso do Piauí a partir duma moradia de palha, na cena de um burro carregando água, nas lavadeiras no cais de Floriano, no olhar tímido de uma menina descalça sentada em um banco que posa ao fotografo, no vareiro portando o varejão e sua canoa em Parnaíba, e, por fim, num homem extraindo palha de carnaúba.

Em uma curta sentença, a revista resumia o retrato social apresentado em suas páginas: “do rio às matas, os problemas são os mesmos. Os governos passados esqueceram que o Piauí precisava viver” (O Mundo Ilustrado, 1961, p. 20). Nelson Santos, da *Fatos e Fotos*, e Walter Luís, d’*O Cruzeiro* ganharam o segundo e terceiro lugar no concurso de fotografia, ambas publicações da Bloch Editores. Poucos dias antes da reportagem da *O Mundo Ilustrado*, a *Fatos & Fotos*, na edição de número 23 veiculou uma reportagem sobre o Piauí, que com reservas, parece ter sido bem recebida pelos leitores do estado. Louvando a empreitada midiática, o professor José de Lima Couto escreveu uma carta a Jânio Quadros. Pelo seu tamanho, o conteúdo foi diluído em duas edições de julho de 1961 do *FL* sob o título “Bilhete ao presidente sobre a ‘Operação Piauí’”. Na segunda parte, impressa na oitava página do dia 22 de julho, a missiva elogiava os esforços dos jornalistas e suas reportagens sobre o Piauí, em especial a da *Fatos & Fotos*.

ali está, Excelência, ilustrada com fatos e fotos (em foco), a verdade incontestável que expus ao presidente naquele bilhete⁸⁵. É o Piauí com os seus problemas crônicos, principal do subdesenvolvimento e, consequentemente, da mais baixa produção ‘per Capita’ e do mais baixo nível de vida, que o coloca em primeiro plano entre os Estados mais necessitados do País (Folha do Litoral. 22/07/1961, p. 08).

Como se pode apreender pelo texto de Lima Couto, a “verdade” estava demonstrada e escancarada a partir das fotografias daquele veículo. Portanto, se o ilustre leitor da carta estivesse em dúvidas quanto a veracidade da situação do Piauí reportada pelo texto do professor, ele podia, a partir das imagens impressas naquela revista, obter a prova cabal das denúncias do maranhense radicado em Parnaíba. Apesar do que defende Lima Couto, conforme avisou Roland Barthes, “a fotografia de imprensa é uma mensagem e, como tal, é constituída por uma

⁸⁵ Grifo meu.

fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor” (Barthes, 1990, p. 11). Enquanto os jornais ou as revistas atuam como canais de transmissão, o público é o receptor da mensagem. Esta, no entanto, antes de chegar ao leitor, passa pela redação, que seleciona, retoca e recria o que será transmitido. Desse modo, mesmo que as fotografias fossem o retrato da pobreza do estado, as imagens escolhidas passavam pelo “filtro” editorial, portanto, não eram literalmente o real, mas como escreveu Barthes (1990), seu “*analogon* perfeito”.

Se em Parnaíba essas reportagens foram vistas com bons olhos, em Teresina, a recepção da reportagem da *Fatos & Fotos* foi diferente. Rabelo (2008, p. 49) explica que a imprensa da capital teve posição ambígua “temendo a fixação do estereótipo, e ao mesmo tempo procurando negar as ‘verdades’ que estariam sendo veiculadas”. Esse historiador também aborda, em sua pesquisa, o descontentamento e os debates entre os jornalistas da capital sobre os retratos negativos do estado. Um exemplo é a opinião do jornalista Arimathéia Tito Filho, que considerava exagerada e pessimista uma outra matéria da mesma revista, desta vez de autoria de Arakén Távora.

Ao que parece a “Operação Piauí” resultou em um filme homônimo, sobre o qual não foi possível obter mais informações, como duração, quem o produziu e por onde circulou. Todavia, a partir da pesquisa nos jornais locais, é sabido que o diretor do *FL* o adquiriu e o projetaria “por esses dias, na tela do Eden, toda a temporada da Caravana ‘Herbert Mosés’ em Floriano, Teresina e sobretudo Parnaíba” (Folha do Litoral. 14/10/1961, p. 02). O esforço em chamar a atenção dos veículos de imprensa para a pobreza, bem como “as práticas discursivas e não-discursivas de produção da nova espacialidade regional conseguiam estrategicamente modificar o olhar sobre o Piauí, nordestinizando-o e integrando aos estereótipos e necessidades da Região” (Rabelo, 2008, p. 50). Os exageros usados nas imagens e nos textos somados ao tom pessimista empregado pela imprensa, tinham como objetivo inserir o Piauí na região Nordeste e atrair investimentos para o estado. No entanto, a esperança e a curiosidade iniciais, gradualmente, deram lugar a outros sentimentos.

Como será exposto ao longo da discussão apresentada neste capítulo, os receios dos estigmas observados pelos jornalistas de Teresina, com o passar do tempo, se tornariam realidade, trazendo aos piauienses um gosto amargo e repúdio com as vindouras matérias produzidas nos principais veículos do centro-sul durante os anos 1960. Conheçamos, então, os retratos textuais e visuais produzidos sobre o Piauí naquela década, um estado frequentemente chamado pela imprensa nacional de “a terra do meu boi morreu” e cuja pobreza era constantemente revisitada.

4.2 “A terra do meu boi morreu”

Da mesma maneira que *O Mundo Ilustrado* e a *Fatos & Fotos*, a *O Cruzeiro*, revista carioca de grande circulação, fundada em 1928, e “que reinou durante três décadas sobre suas fracas concorrentes no mercado” (Mira, 1998, p. 01), também tinha enviado fotógrafo e jornalista ao Piauí. Carro-chefe do conglomerado midiático “Diários Associados”, essa revista lançaria, em 1961, num relativo intervalo de tempo – uma em agosto e outra em outubro – duas reportagens sobre o estado.

Veiculada na edição de número 46, a reportagem “Piauí sem retoques”, de Guaracy Oliveira e Walter Luiz, ilustrava em 12 fotografias distribuídas ao longo de sete páginas, o Rio Parnaíba e os indivíduos que dele se utilizavam, como as lavadeiras e um aguadeiro captando água acompanhado de um muar (página 124). Das capturas feitas pelo fotógrafo, oito tiveram o trabalho informal como tema, sendo este o principal foco. A labuta das lavadeiras no Parnaíba recebeu atenção especial, representando metade desses registros. As outras quatro imagens retratavam: um casal vestido de noivos caminhando pela rua de areia; duas cenas de uma apresentação do bumba-meu-boi; e, por fim, uma fotografia da Miss Piauí.

Principiando a reportagem, logo nas duas páginas iniciais, o título “Piauí sem retoques”, indica ao leitor que o estado foi retratado sem modificações ou quaisquer tipos de “trucagem” (Barthes, 1990). A veracidade e confiabilidade seria elucidada principalmente pelas fotografias presentes naquelas páginas, no entanto, “a estrutura da fotografia não é uma estrutura isolada; comunica, pelo menos, com uma outra estrutura, que é o texto (título, legenda ou artigo) que acompanha toda a fotografia de imprensa” (Barthes, 1990, p. 12). É importante não apenas considerar as mensagens transmitidas pelas fotografias, mas também interpretá-las a partir dos demais elementos que a acompanham. Nesse sentido, os textos, em conjunto com as imagens, pretendiam estampar a realidade nua e crua da unidade federativa mais pobre do país.

As imagens em preto e branco, juntamente com a sobriedade do título, que exibia em letras garrafais o nome do estado em azul, reforçam a seriedade e a urgência do tema abordado: a pobreza social. Apesar da revista ter mencionado na primeira página que o Piauí buscava a partir do “desenvolvimento” e do “progresso” “melhores dias para sua população” (*O Cruzeiro*, 1961, p. 118), em momento algum foi informado quais os caminhos tomados naquele momento ou mesmo no futuro para sua concretização.

Na página que abre a matéria, reproduzida a seguir, há, à esquerda, a imagem de um trecho da segunda maior corrente fluvial do Nordeste brasileiro. Nela, uma cena recorrente nas áreas mais pobres do país: mulheres lavando roupas “para fora”. Imersas em seu trabalho diário,

várias lavadeiras se espalham pela beira do rio, e a legenda que acompanha a fotografia diz: “Rio Parnaíba: nele se lavam roupas e doenças, dele se bebe água de norte a sul do estado” (O Cruzeiro, 1961, p. 118). A legenda chama a atenção para a ambivalência do rio: as mesmas águas que ajudavam a ganhar algum sustento e saciar a sede eram também as que adoeciam o povo.

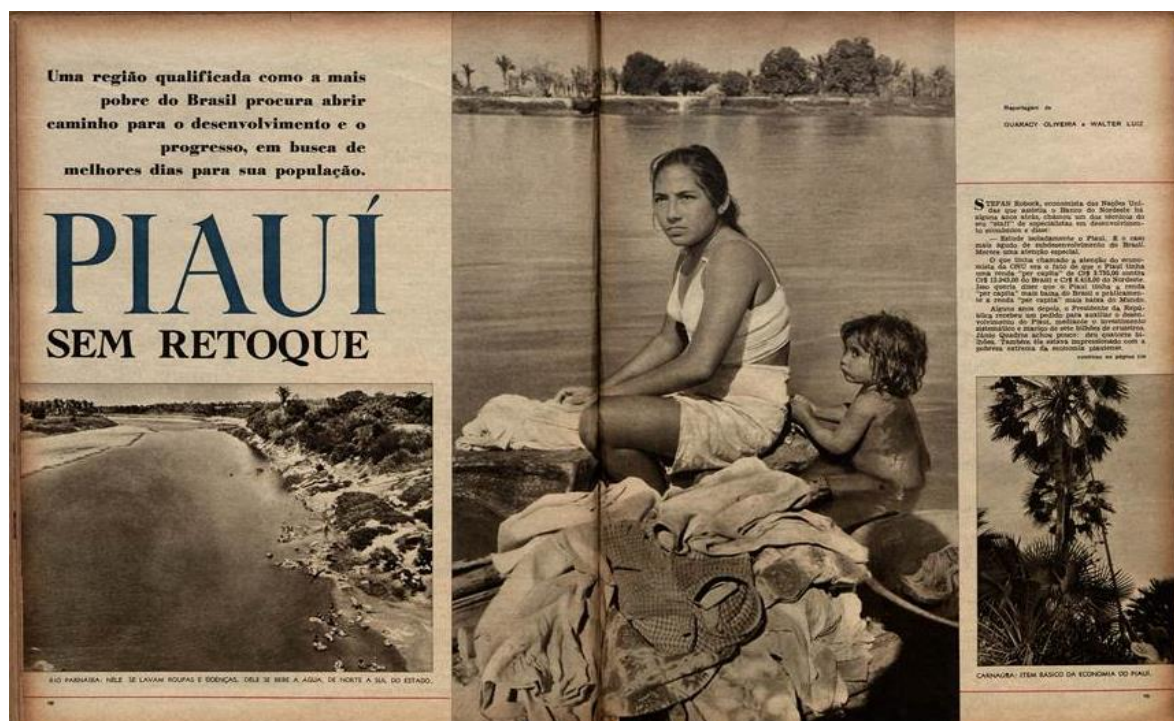


Figura 15. Legenda: Página inicial da reportagem Piauí sem retoque. Fonte: *O Cruzeiro*, 1961, págs. 118-119.

No canto direito da próxima página e abaixo de um breve texto, há outro clichê, se comparado às outras duas fotografias, relativamente menor. Mais uma cena do cotidiano de trabalhadores piauienses foi registrada: um homem de chapéu, manuseando uma vara com a foice na ponta, extrai as palhas da “árvore da vida”. “Carnaúba: item básico da economia do Piauí” (O Cruzeiro, 1961, p. 119), explicava a legenda a quem lia a revista. Os textos dessa reportagem eram breves e acompanhavam as imagens, conferindo-lhes sentido. Assemelhando-se a notas, o maior deles possuía apenas 20 linhas.

As lavadeiras, as carnaúbas, a desaceleração da economia e uma população pobre e dependente das águas do “Velho Monge” eram elementos que faziam parte de uma narrativa na qual se lia um torrão miserável e atrasado, onde se vivia da atividade informal, seja ela nos núcleos urbanos (caso das lavadeiras, que deveriam ter sido fotografadas em Teresina) ou nas zonas rurais (ilustrada pela extração da carnaúba). Segundo Mauad, Louzada e Souza Júnior (2021, p. 232), quando a *O Cruzeiro* veio a público em 1928, já advogava para si, a partir dos

textos publicados, “depurar os fatos da vida para que o leitor se educasse de forma correta”. Ainda de acordo com as autoras, o texto escrito seria por si a verdade, e “tal concordância seria reforçada pela utilização maciça de imagens”.

Chamo atenção para o fato de que as fotorreportagens sobre o Piauí, não apenas as da *Cruzeiro*, mas também produzidas por outros veículos midiáticos que igualmente faziam o uso da fotografia, apresentavam essa técnica como “prova” que dispunham para narrar o sofrimento do povo desse estado. Caso se recorra ao texto de José de Lima Couto, impresso no *Folha do Litoral* de 1961, os próprios piauienses afirmavam que as imagens veiculadas na imprensa nacional eram amostras dos “problemas crônicos” do estado naquele momento

Ao centro, ocupando parte das páginas 118 e seguinte, uma lavadeira sentada n’uma pedra à beira do rio foi enquadrada pela câmera. Ao contrário das outras duas, essa imagem não foi legendada. Longe de ser desprovida de intenção, “uma fotografia jornalística é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas” (Barthes, 1990, p. 14). Com base nisso, o tamanho da fotografia da mulher e sua posição na página lhe confere destaque e estetiza a pobreza dessa trabalhadora. Apesar de não ter legenda, a imagem não está “solta” na reportagem, pelo contrário, dialoga diretamente com a da esquerda na qual ilustra várias lavadeiras, devendo funcionar como *zoom*, isto é, como a captura aproximada de uma cena panorâmica, mudava-se, portanto, a lente para fazer tal registro.

Sem olhar para o fotógrafo, a jovem está com roupas em suas mãos e parece friccionar o tecido, como se estivesse esfregando. Atrás dela, uma criança, talvez sua filha, com metade do corpo submerso, o colo desnudo – possivelmente estava toda despida – e com o olhar desconfiado, realiza igual gesto. Sem ter com quem deixar, as mães levavam consigo as crianças menores ao Parnaíba. Os pequenos se divertiam nas águas barrentas do rio ou mesmo eram “aproveitadas” naquele serviço. Afinal, como diz um antigo adágio piauiense, falado principalmente entre os mais velhos: “trabalho de menino é pouco, mas quem não aproveita é louco”. Ao fundo, o rio segue seu curso, e, após ele, na outra margem, nota-se a mata ciliar e alguns casebres.

Ainda nas duas primeiras páginas da reportagem, *O Cruzeiro* citava uma observação feita pelo economista Stefan Robock sobre o problema econômico e social do Piauí. Além disso, a revista comparava a baixa renda *per capita* do estado com a do Brasil e do Nordeste. A data dos indicadores não foi mencionada, sendo apenas informado que a pesquisa foi realizada “anos atrás”, quando Robock assistia o Banco do Nordeste. A revista ainda explicava que, após o

presidente receber o pedido de sete bilhões de investimentos para o estado, achou a quantia insuficiente e, “impressionado com a extrema pobreza da economia piauiense”, enviou quatorze bilhões de cruzeiros (O Cruzeiro, 1961, p. 119). Nessa passagem, *O Cruzeiro* evidencia não só o desconhecimento dos problemas sociais por parte do presidente da época, mas também seu esforço em ajudar o Piauí. Ao longo da matéria, nota-se o uso de alguns indicadores sociais, como renda *per capita* e a taxa de analfabetismo. Esses números, além de ilustrar a realidade social do estado, provavelmente tinham o efeito de causar espanto e admiração em quem os lia, conferindo respaldo científico à reportagem.

Mais duas imagens de lavadeiras idosas ainda povoam a matéria, como se direcionassem o leitor a concluir que aquele era o destino de muitas piauienses pobres, e que a imagem da labuta no cais se renovaria geração após geração. Mary Angelica Costa Tourinho, ao analisar os dados do censo de 1950, observou a diminuição do número de mulheres nas atividades extrativistas e nas indústrias de transformação, concluindo ser “ecos da redução da importância dessa atividade para o setor de exportação no estado do Piauí” (Tourinho, 2016, p. 146) naquele momento. A crise do extrativismo piauiense gerou êxodo rural para a capital, para as maiores cidades do estado ou mesmo fora dele. Cardoso Neto (2017) entende que esse fluxo migratório para Teresina, somado às transformações da cidade que recebia projetos modernizantes, fez com que várias pessoas oriundas do interior, e sem instrução, ocupassem trabalhos informais. No caso das mulheres, muitas, a fim de sobreviver, foram obrigadas a lavar roupas no rio.

Embora *O Cruzeiro* tomasse para si a responsabilidade de imprimir a “verdade” em suas páginas, alguns retratos feitos pela revista, como o de “membros de culturas afro-brasileiras, os índios [leia-se indígenas], os retirantes da seca, trabalhadores rurais, os delinquentes urbanos ou a própria natureza, por exemplo, sempre eram tratados como exóticos, ou seja, literalmente vistos em uma existência paralela” (Carmargo, 2006, p. 03). É o caso das lavadeiras, que deslocadas de seus contextos e reapresentadas nas narrativas da revista, formavam a síntese de uma capital pobre e atrasada.

Junto às imagens da fotorreportagem da edição de 1961, textos informavam aos leitores sobre a situação do Piauí. Por conta das lacunas dos periódicos locais, não foi possível analisar o debate dessa fotorreportagem da *Cruzeiro* na imprensa parnaibana. No entanto, ressalto que, ainda que fossem recebidas com reservas e certos exageros pelos piauienses (Rabelo, 2008) ou pelos leitores de outros estados, inicialmente, parte da imprensa de Parnaíba viu com bons olhos o trabalho feito pelos jornalistas da “Operação Piauí”, dedicando igualmente, críticas ao empobrecimento da cidade e do estado.

O espetáculo da pobreza ainda era retratado noutras imagens, como a de um homem idoso fazendo a barba d'um rapaz debaixo de uma árvore. Na mensagem transmitida, a revista ilustra o descompasso da capital do Piauí – escolhida como síntese do estado - com o resto do país, “cena do século passado na Teresina de hoje”, legendou *O Cruzeiro*. Na mesma página, e abaixo de um texto, há outro flagrante, dessa vez, ilustrando redes de dormir armadas debaixo de árvores e o leitor podia se deparar com a seguinte legenda: “família arranchada em pleno centro da capital”. Curiosamente a revista faz uso do termo “arranchar”, que no Piauí tem o sentido de reunir-se ou descansar. As legendas “tendem a exagerar os dados da visão” (Sontag, 2004, p. 124) e muito embora seja a “voz que falta” numa foto ou num conjunto dessas, “mesmo uma legenda inteiramente acurada não passa de uma interpretação, necessariamente limitadora, da foto à qual está ligada” (Sontag, 2004, p. 125).

Partindo dessas observações, podem-se aferir ao menos duas mensagens transmitidas e limitadas nesses retratos com suas respectivas legendas. A primeira diz respeito ao atraso do Piauí e à permanência temporal de certas cenas que, em tese, deveriam ter ficado no passado. A segunda trata dos usos dos espaços urbanos da capital naquele momento, os logradouros públicos, antes lugares de passeios, transformaram-se em moradias provisórias e oficinas. Junto a essas duas imagens, um texto explicava ao leitor:

Uma visita ao Piauí vale por uma aula completa sobre as consequências sociais do subdesenvolvimento. A população, em busca permanente de trabalho, vive emigrando para outras regiões, sendo comum o espetáculo da família ‘hospedada’ sob uma árvore de larga copa ou um oficial de barbeiro executando seu ofício ao sol pleno do meio-dia (*O Cruzeiro*, 1961, p. 120).

Como se fosse uma grande aula a céu aberto, em todos os cantos podia-se ver o subdesenvolvimento que, conforme *O Cruzeiro*, se dava por ser “fruto de uma economia debilitada e incapaz de oferecer trabalho estável à inumerável mão-de-obra de que dispõe”. Caso se vá além do que fotografia, a legenda e mesmo o texto “limitam” e normatizam. Essas estruturas, além de estetizar a presença dos pobres na cidade e evidenciar o desajuste social, também dão conta da agência humana. Em meio à falta de trabalho por conta do aumento populacional, os “desajustados” dos mundos do trabalho tentavam obter algum dinheiro, mesmo que por meio de trabalhos informais. O texto findava-se afirmando não ser necessário possuir saberes técnicos para identificar a pobreza no Piauí, o olhar não treinado era capaz de tirar as mesmas conclusões. A realidade social teresinense e, por conseguinte, do estado, saltava aos olhos de quem a visse.

O Piauí não era apenas pobre, mas também atrasado, vivendo outra temporalidade, e as imagens reforçavam essa sensação. Por todo o estado, via-se no presente cenas do pretérito.

“Festas de São João, jecas no trabalho lento e cansativo dos plantios, caboclas com vestidos de chita e cantadores de viola como no tempo dos trovadores medievais, tudo isso compõe o pitoresco do Piauí” (O Cruzeiro, 1961, p. 124). Havia certo descompasso temporal e, como se pode aferir a partir da citação anterior, os elementos culturais do estado também foram alvo dos olhares da reportagem. Duas imagens capturando a apresentação do bumba-meu-boi foram impressas na página 126. Na primeira, a legenda “Espetáculo folclórico do ‘Bumba-meu-boi’ no Piauí”, situa o leitor sobre o clichê, contudo, não delineia melhor a cena, nem mesmo a explica.



Figura 16. Legenda: Página 126 da reportagem O Piauí retoques. Fonte: *O Cruzeiro*, 1961.

O clichê cristaliza a cena da apresentação do Bumba-meu-boi no estado. Nela, um boi simples foi enquadrado pelo fotógrafo, sendo o destaque da fotografia. O couro que lhe cobre é preto, pouco trabalhado e com algumas inscrições, talvez fosse seu nome. Na testa, um coração o enfeita, e sua cabeça possui dois grandes chifres retirados de algum bovino abatido. Um dos cornos é tocado por um homem que faz parte da “brincadeira”. Sua saia é de tecido

branco e sem enfeites. Dando vida ao “animal”, um rapaz faz o “miolo” do boi e, curvado como se fosse fazer algum movimento, mira despreziosamente a câmera. Duas “catrevagens”, figuras temidas pelas crianças, estão posicionadas atrás dele.

À direita, há o que parece ser a Catirina, personagem que, na história, estava grávida e pede a língua do boi ao marido – um homem de óculos e trajando uma saia longa a interpreta. À esquerda, outra importante figura compõe a cena: o Folharal, responsável por ressuscitar o boi. É preciso um pouco de atenção para reconhecê-lo, mas, no retrato, quem o representa traja uma camisa clara, saia de folhas secas e um chapéu. Ao redor dessas figuras, estão os Boieiros, vestindo calças, camisas de mangas compridas e de bastões nas mãos. Chapéus de palha enfeitados com pingentes, espelhos e penas de pavão, completam o figurino.

Ambas as imagens mostram os movimentos realizados pelos brincantes que, descalços, entoam, isto é, cantam, e dançam no chão de areia. Na segunda imagem, menor que a descrita anteriormente, percebem-se as bandeirinhas amarradas em varais no teto, sugerindo o período do ano em que o retrato foi realizado: junho, tradicional mês desse folguedo. O boi baila ao centro, rodeado pelos brincantes que batem bastões, enquanto os espectadores observam a cena. A legenda, “numa tourada de mentira, matadores vencem o boi”, sugere que a cena retratasse um trecho crucial do espetáculo: a morte do animal.

Talvez a apresentação tenha sido fotografada em Parnaíba, já que, durante a estadia da caravana “Herbert Moses” naquela cidade, a Prefeitura, a Associação Profissional dos Jornalistas de Parnaíba e a Associação Parnaibana de Imprensa promoveram, durante dois dias, festejos para recepcionar os visitantes. Dentre eles, um baile na sede da Associação Atlética Banco do Brasil-AABB da cidade, “oferecido pela Associação Jornalísticas, ‘com exibição do Bumba-Meu-Boi’” (Folha do Litoral. 24/06/1961, p. 08). Caso o leitor se lembre, o mesmo jornal já havia expressado que a “caravana” fizera quase uma centena de fotografias do Bumba-meu-boi na cidade.

Apesar do interessante registro fotográfico, nem mesmo as manifestações culturais escaparam dos juízos de valor, das concepções e dos exageros feitos pelos reportes. Entre as duas imagens, um texto explanava:

Há o folclórico. **Nenhuma região é mais rica em folclore do que uma região subdesenvolvida. E o Piauí, como a região de mais baixo índice de progresso do Brasil, é todo um espetáculo e um manancial de folclore, na sua pureza mais incontaminada pelo progresso e a civilização**⁸⁶. Antiga zona de criação, reflete, na sua aparência folclórica, essa caracterização econômica. E faz da festa do Bumba-Meu-Boi a sua festa mais específica e, também, a mais geral (O Cruzeiro, 1961, p. 126).

⁸⁶ Grifo meu.

Foi empregado o termo folclore no lugar de cultura. A diferença não é apenas retórica, mas conceitual. Menorizado, o folclore é compreendido como elemento de sujeitos menos instruídos, das classes pobres e exótico. Na lógica apresentada pelo texto, como o estado era socialmente pobre, proporcionalmente detinha rico folclore. *O Cruzeiro*, revista que atravessava o “Brasil de extremo a extremo”, em suas páginas “acentuava as diferenças socioculturais entre o ambiente que não para de crescer [a cidade] e o ambiente onde aparentemente o ‘progresso ainda não chegou’ [o campo, a floresta, o cerrado, a caatinga, a favela, os habitantes destes espaços]” (Carmargo, 2006, p. 05). Desse modo, o Piauí, atrasado, estava aquém do Brasil civilizado. No entanto, havia a seguinte “vantagem”: embora desconectado com a modernidade do país, ainda mantinha seu folclore “puro e genuíno” intacto. Já que não foi acometido pelo progresso, “inimigo” dileto da tradição, o Bumba-meu-boi – festejo que advém da pecuária colonial, sendo o próprio Piauí fruto dessa atividade – ligaria o presente com o passado, sendo, portanto, o resquício de um pretérito do país.

A matéria, finalizada na página 128, estampava uma última fotografia: a da jovem *miss* Parnaíba de maiô e em pé num capô de automóvel. *O Cruzeiro*, em uma legenda, a identificava e tranquilizava um pouco o leitor sobre o porvir: “NEM tudo é miséria. Dolores Holanda, por exemplo, tem planos para o ano que vem: ‘Serei Miss Piauí – 1962’” (*O Cruzeiro*, 1961, p. 28). Da mesma maneira que a moça, o estado almejava um futuro melhor. Talvez a esperança se deva “com o investimento que o governo Federal se dispõe a fazer, será o caminho firme do desenvolvimento (*O Cruzeiro*, 1961, p. 28). O que nem a revista, nem Dolores Holanda e nem mesmo país previam era que o amanhã seria marcado por reveses.

Ainda em agosto, o popular Jânio Quadros, eleito sob a promessa de “varrer a corrupção”, após sete meses como presidente da República, numa ação política controversa, emitiu uma carta ao Congresso Nacional apresentando sua renúncia ao cargo que ocupava. “Um golpe bem urdido, que surpreende a todos, mas pessimamente executado”, avaliou o historiador Daniel Aarão Reis (2000, p. 21). A missiva foi divulgada no dia 25 daquele mês na imprensa, a renúncia aceita, e a “nação, durante quase duas semanas, esteve à beira da guerra civil e do caos.

O lógico era que o vice-presidente João Goulart (PTB-PSD) assumisse o cargo, entretanto, sob suspeita de ligação com o comunismo internacional, seus opositores políticos e os grandes empresários brasileiros e estrangeiros viam-no com desconfiança. Após impedimento por parte dos militares, mas com apoio de líderes sindicais, estudantis e de governadores, como o caso de Leonel Brizola, no dia 7 de setembro de 1961, Jango assumiu

num “clima de grande entusiasmo, apesar de assumir o poder em uma conjuntura muito difícil” (Ferreira, 2003, p. 348). O novo presidente, então, teria grandes desafios sociais, políticos e econômicos nos anos vindouros.

Pouco mais de um mês após a posse de Jango, os repórteres de “O Piauí sem retoques” foram os mesmos responsáveis pela fotorreportagem “Praia do Sal tem poesia doce”. Lançada na semana do aniversário do estado, essa matéria apresentava outro Piauí, mais vibrante e colorido, como as fotografias impressas naquelas páginas pela *O Cruzeiro* na edição do dia 14 de outubro. Como em outras reportagens, a natureza piauiense foi igualmente considerada. Dessa vez, no entanto, a paisagem retratada não era o rio Parnaíba em Teresina, com suas lavadeiras, nem a carnaúba, “árvore da vida” que outrora tanto enriqueceu parte da sociedade piauiense. A novidade era uma fatia do litoral do estado, que, diferentemente de outras narrativas, não foi descrito como “olho estreito” (Rebelo, 2008). O pitoresco e o exótico dão o tom da narrativa.

Sob as lentes de Walter Luiz, Pedra do Sal foi tomada como palco. No projeto editorial d’*O Cruzeiro*, “as praias são um assunto constante e desempenharam importantes papéis estratégicos no próprio conjunto da publicação” (Romanello, 2006, p. 201). Nas imagens capturadas, a paisagem da praia piauiense funcionava como cenário para o elemento humano, que gesticulava e se divertia em meio às ondas e rochedos.

Mulheres usando roupas de banho da época protagonizavam a cena. Nas duas primeiras páginas da reportagem, foram impressas quatro fotografias feitas à beira-mar, duas delas acompanhavam legendas explicativas. A maior ocupa duas páginas e retrata uma canoa arrastada por mulheres e homens. No canto superior da imagem, um breve texto diz: “uma canoa, cinco brotos, seis pescadores e um brotinho. Em todos, a mesma alegria, o mesmo sorriso. Porque no Piauí há sempre um sorriso para tudo” (*O Cruzeiro*, 1961, p. 118). Se a reportagem anterior da *O Cruzeiro* não tinha retoques e transmitia ao leitor a aflição de uma população pobre, nesta segunda, a poesia e a alegria do litoral eram o imperativo, assim como um belo e ensolarado domingo na praia – dia em que foram realizados os registros.

Abaixo do título da reportagem, vê-se uma fotografia posada, e torna-se necessário compreender a pose (Barthes, 1990) e os significados que dela advém. A cena é alegre. Modelos, sejam as mulheres e/ou os pescadores, deixam-se ser clicados na “praia mansa”. Para as lentes do fotógrafo, o grupo reproduz uma cena do cotidiano pesqueiro: arrastar a embarcação para a terra firme após um dia exaustivo de pescaria no alto mar. Seis modelos, entre elas uma criança, parecem se divertir com o ato; mesmo os “homens do mar”, retirados

momentaneamente de seus afazeres, sorriem para a câmera. A lente de Walter Luiz cristalizou o encontro de duas culturas, cada uma com seus diferentes modos de experienciar e se apropriar da paisagem praiana.



Figura 17. Legenda: Página inicial da reportagem Praia do Sal tem poesia doce. Fonte: *O Cruzeiro*, 1961, págs. 118-119.

Em primeiro plano, as manequins trajam maiôs de peça única. Os tons vibrantes como os maiôs verdes de duas moças e o biquíni laranja da criança que está dentro da canoa, passam ao observador a ideia de brincadeira. Os trajes de banho da época evidenciam a cultura do bronzamento, do “pegar uma cor”, já em voga nos anos 1960, com coxas e ombros desnudos. As roupas de banho das mulheres e os corpos a mostra, destoam com as vestimentas dos pescadores. Esses, em contraste, trajam roupas de tecido claro — camisas de manga comprida, calças e chapéus de palha — numa tentativa de se protegerem do sol escaldante, ao qual estão expostos diariamente. A canoa de madeira, meio importante para acessar os visgueiros, foi utilizada apenas como ornamento da cena. Curiosamente, essa mesma pose já havia sido registrada em outros momentos nas décadas anteriores. As demais imagens narram o grupo feminino naquelas areias, tomando banho de mar e desfrutando da praia.

As fotografias capturam cenas do cotidiano e, mesmo quando posadas, tornam-se registros valiosos. Assim, ao utilizar essa fonte para estudos sobre e com comunidades tradicionais, não basta apenas ouvir os relatos desses sujeitos — é fundamental observar com eles e elas as imagens produzidas sobre e em suas comunidades. Esse processo pode resultar em uma colaboração preciosa, trazendo à tona perspectivas que poderiam passar despercebidas se ignorássemos outras autoridades e saberes.

Os pescadores entrevistados explicam que o casco preto da embarcação foi tratado com breu, um líquido viscoso utilizado para calafetar e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do anistim (espécie de ostra) e da buzuna (*Teredo navalis*), molusco conhecido entre os pescadores como cupim do mar. Essa técnica ainda é utilizada nas canoas da região. Dentro da embarcação, observam-se bancos e algumas hastes. Três varas compunham a vela “quatro punhos”, assim chamada porque suas velas eram triangulares. No presente, utiliza-se a vela “três punhos”, invenção cearense que substituiu a anterior e passou a contar com apenas duas hastes, o mastro e a espiche.

Infelizmente, José Garajau não chegou a ver essa fotografia, pois faleceu antes que eu pudesse mostrá-la. No entanto, em uma das entrevistas, comentou como era a pesca na década em que o registro foi feito: “Antigamente, eram quatro pescadores que iam numa canoa, viu? A gente colocava umas oito canoas no mar. Aí foi aumentando. Na época de sessenta, já tinha mais. Tinha umas quinze, vinte canoas, umas quinze canoas. Mais ou menos isso. Umas sessenta pessoas pescando” (Garajau, 2019). A tripulação das canoas era formada por quatro homens, sendo um deles o dono. As relações de trabalho baseavam-se na parceria, e quem não possuía embarcação, precisava dividir parte da pescaria com o proprietário. No caso do camurupim, a divisão era mais generosa, fortalecendo os laços entre os pescadores:

se você matasse um peixe. Ele era partido entre os quatro colegas. E ainda tinha mais um troquinho para comprar farinha. Agora os outros não. Cada um era para si. Quem matou, matou. Que não matou, só a consciência. Se eu matei e você não, se eu tiver aquela consciência, dou seu almoço. Se não tivesse...Agora o camurupim já era diferente. Ainda hoje é assim. Ainda hoje a metade é do dono e a metade é partir. Um quarto para a canoa e um quarto é para os colegas, os três colegas (Garajau, 2019).

O camurupim, pelo tamanho e valor comercial, promovia esse compartilhamento entre os pescadores, e sua captura era celebrada com cerveja ou cachaça. O aumento da quantidade de canoas no mar estava mais relacionado ao crescimento populacional da praia do que à exaustão dos recursos pesqueiros. Notável é a precisão temporal na fala de Garajau, visto que, em geral, os habitantes das praias não costumam situar acontecimentos por datas. Possivelmente, a década foi mencionada devido à criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) naquele período.

As outras três fotografias evidenciam cenas daquela incursão até a praia. Em uma delas, uma das modelos de pé sobre a pedra veste maiô. Como se estivesse estirando uma canga para forrar a rocha, a moça, sorridente, eleva o tecido para o alto. Na fotografia ao lado, em um enquadramento frontal, uma modelo de óculos escuros posa segurando sua bolsa; ao fundo, vê-se parte de uma canoa. Abaixo dessas duas imagens, há outro clichê: seis modelos estão

reunidas próximas a uma pedra. “Toda a beleza de um dia de sol estava presente naquele domingo” — assim discorria *O Cruzeiro* em uma breve legenda. O texto ao lado narrava como fora realizada a incursão até a praia. Em quatro jipes, após atravessar o Igaraçu e percorrer um caminho de 30 quilômetros, “e a praia chegou. Bonita e alegre. Cheia de pedras que escondem tesouro secular. Histórias de pirataria, que sugerem ainda, aventura com sabor de passado” (*O Cruzeiro*, 1961, p. 119).

Sabendo da publicação, o *Folha do Litoral*, na edição de 14 de outubro, anunciava em uma manchete fixada no topo da primeira página: “Na revista ‘*O Cruzeiro*’, de hoje, a chegar na próxima semana, reportagem, em quatro páginas coloridas, sobre a ‘Pedra do Sal’, focalizando bonitas jovens da nossa sociedade” (*Folha do Litoral*. 14/10/1961, p. 01). A seção “Notícias da Cidade” do *FL* explicava melhor a reportagem de *O Cruzeiro* aos leitores:

a revista ‘*O Cruzeiro*’ de hoje, dedica quatro páginas a Parnaíba, focalizando a bonita praia ‘Pedra do Sal’. Várias senhorinhas da nossa sociedade figuram nas coloridas páginas da revista, destacando-se Antonieta Mavingnier, Maria José Rodrigues, Marielisie Mourão, Angélica Bandeira, Ivany Correia, Glorinha Braga, Teresinha, Ana Hilda e Rosalba Araújo, a garotinha Yrlanda do Vall e, em tamanho maior, a bonita Diana Miranda (*Folha do Litoral*. 14/10/1961, p. 01-02).

Ao analisar essa mesma fotorreportagem em sua tese, Romanello (2006, p. 207) apontou que “fotografadas em diversas partes do Brasil – incluindo a própria cidade –, convidados da revista posaram principalmente em cidades do Nordeste”. Isso explica a presença das jovens parnaibanas naquelas imagens e, talvez, mediante tão honroso convite, o *Folha do Litoral* tenha se preocupado em citar os nomes das moças e da criança que foram modelos. O jornal ainda afirma que, no final do ano, Walter Luíz e Guaracy de Oliveira retornariam à cidade para cobrir a inauguração do Igara, um movimentado clube social local.

É intrigante que, mesmo no período de “recessão” econômica, Parnaíba tenha apresentado crescimento populacional. Conforme apontou a *Monografia Municipal* publicada em 1970, o “recenseamento de 1960, 62.719 habitantes, acusava um acréscimo de 27,0% sobre os efetivos encontrados em 1950” (IBGE, 1970, p. 05). Talvez isso explique os diversos artigos que documentam o grande desemprego que Parnaíba enfrentava. Sob o título “Cidade de povo pobre, sem emprego”, Raimundo Ferraz Filho afirmou: “sem indústria e baseada nas lides de um pequeno comércio, vive milagrosamente a nossa gente, em sua maioria, sem emprego e sem nenhum conforto” (*Folha do Litoral*. 21/10/1961, p. 03). Os industriais de Parnaíba manifestavam suas insatisfações nos jornais locais. O engenheiro José Bruce Mendonça Clark, diretor da Casa Inglesa, em uma carta ao editor do *Folha do Litoral*, imprensa nesse periódico, escreveu:

Como decorrência natural desse processo de estagnação comercial, os grandes capitais foram desviados para lugares onde a sua aplicação traz maior rentabilidade. Processou-se o esvaziamento da cidade como praça comercial, não pela vontade daqueles que aqui enriqueceram, mas pela ausência de condições de desenvolvimento econômico da região. Então, começamos a exportar capital, dinheiro, e o que é mais grave ainda, começamos a exportar capital humano (Folha do Litoral. 28/04/1962, p. 08).

Assim como os demais piauienses da época, o engenheiro acreditava que a culpa pela situação em que a cidade se encontrava devia-se às condições das estradas. Outra testemunha ocular dos “tempos áureos” de Parnaíba, o jornalista Raimundo Fonseca Mendes, em um artigo de duas páginas publicado na terceira edição do semanário *Norte do Piauí*, explicou: “Com a penetração do caminhão, a clientela do interior, que se supria em Parnaíba, foi se tornando independente, passando a adquirir suas utilidades ou vender seus gêneros nas mesmas praças em que Parnaíba operava outrora, sozinha” (Norte do Piauí. 19/08/1967, p. 03).

Desse modo, muitos parnaibanos da época apontavam o Porto de Luís Correia como a solução para os problemas econômicos da cidade. No entanto, José Bruce Clark alertava para os problemas hidráulicos que a obra poderia trazer ao litoral piauiense a longo prazo, incluindo o assoreamento do próprio porto causado pela movimentação das marés. Por isso, ele sugeria uma alternativa mais viável: “Em Timonha, o movimento das águas é compreendido apenas pelo fluxo e refluxo das marés, e nada mais. É um porto ideal” (Folha do Litoral. 28/04/1962, p. 02). A crítica não era novidade. No início do século XX, conforme apontaram Baptista e Baptista (2024), outro engenheiro, Julio Jansen, já questionava a escolha da barra da Amarração devido à pouca profundidade e, em seu lugar, sugeria que o porto fosse construído na barra do Timonha.

Outra obra de importância para os piauienses era a barragem do Parnaíba, uma vez que o estado vivia praticamente na escuridão. Assim, “um dos grandes benefícios citados era a melhoria na iluminação pública do Piauí, que até então vivia majoritariamente à luz das lamparinas” (Santos; Marinho, 2022, p. 63). Alguns poucos municípios possuíam usinas que produziam energia elétrica de forma precária, atendendo apenas uma ínfima parcela da população. Especificamente sobre a principal cidade do norte do Piauí, a velha usina já não supria satisfatoriamente seus habitantes há muito tempo.

Era comum na imprensa local o registro de reclamações sobre a qualidade da energia. “Ao anoitecer, a iluminação em Parnaíba está ficando apenas um mito. A Usina da Cia. Luz e Força já não suporta a sobrecarga que está recebendo” (Folha do Litoral. 02/06/1962, p. 01), assim denunciava uma nota na coluna “Notícias da Cidade” do *FL*. Na primeira metade da década de 1960, a energia elétrica consumida na “Princesa do Igaracu” ainda era gerada por

meio da usina termelétrica. Em um aviso publicado em 1963 no referido jornal, a Cia. de Luz e Força de Parnaíba ajustava a tarifa de luz e energia devido às despesas de produção, principalmente pelos aumentos salariais e pelos custos de lenha, que subiram 390% e 371%, respectivamente, no triênio 1960-1963 (Folha do Litoral. 01/06/1963, p. 02).

A motivação da barragem não era apenas energética. Sob o título “Barragem salvadora”, Edson Cunha escreveu ao *Folha do Litoral* um artigo no qual elencava outros benefícios vindouros: “os proveitos que dela advirão para o desenvolvimento agrícola da vasta região beneficiada, tão esquecida dos nossos administradores”. O professor e advogado defendia que a obra deveria ser realizada com rigor científico e técnico, pois assim acabaria com as medidas paliativas de recuperação da navegabilidade do rio, que, a seu ver, eram gastos desnecessários. Portanto, a barragem “deve ser construída, para que o rio, de barbas brancas, Velho Monge, ressurja maior, mais cuidado, mais benéfico, mais útil a tanta gente sofredora” (Folha do Litoral. 01/06/1963, p. 02). A necessidade energética defendida pelos parnaibanos da época tinha ainda outra motivação: a mudança econômica do perfil da cidade, que almejava se industrializar (Folha do Litoral. 06/11/1963, p. 01), apontada pelo prefeito Lauro Correia como “redenção econômica e social”.

Meses antes da publicação do texto de Cunha, parte da população brasileira foi às urnas. Em 06 de janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito no qual foi decidida a forma de governo: parlamentar ou presidencialista. “Com o apoio de amplos setores empresariais e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa” (Toledo, 2004, p. 15). Dessa maneira, João Goulart passou a ser chefe do governo, uma vez que, ao substituir Quadros em 1961, assumiu sob o regime do parlamentarismo.

Restituído seus poderes, e já próximo aos setores nacionalistas e de esquerda (Ferreira, 2003), o presidente prometeu realizar as reformas agrária, administrativa, bancária, tributária, eleitoral e educacional. As ideias dividiam as opiniões entre as camadas sociais, principalmente entre os grandes empresários, o alto clero da Igreja Católica e oficiais das Forças Armadas. Na margem oposta, os movimentos sociais da época, como estudantes, trabalhadores urbanos e do campo, apoiavam as reformas de base.

As diferenças se acirravam cada vez mais, gerando crises entre os grupos pró e contra reformistas. No movimentado ano de 1964, em 13 de março, foi realizado no Rio de Janeiro um gigantesco comício pelas Reformas de Base. Poucos dias após o comício, ocorreu um movimento reacionário em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. João

Goulart foi acusado de estar ligado ao comunismo internacional, o que culminou em uma crise política. Em 31 de março, militares, apoiados por civis, se movimentaram contra o governo.

No dia seguinte, enquanto João Goulart estava em viagem ao Rio Grande do Sul, à noite, o presidente da Câmara, Auro de Moura Andrade, inconstitucionalmente “declarou vago o cargo de presidente da República e convocou Ranieri Mazzilli para assumir a chefia do governo” (Ferreira, 2003, p. 399). Além da ação dos golpistas civis nacionais e internacionais, parte dos militares se considerava defensora do país, tomando para si a responsabilidade de “arrumar” a casa sob o pretexto de que ela estava em perigo por conta de um velho fantasma: o comunismo.

Muitos piauienses da época souberam do golpe por meio do rádio (Oliveira, 2008) e de conversas cotidianas. Em 9 de abril, “a junta editou um Ato Institucional que instaurou o estado de exceção no país” (Reis, 2000, p. 35). No contexto de Parnaíba, o *Folha do Litoral* documentou os atos na cidade. Na primeira página daquele dia, o referido jornal novamente trazia informações sobre o golpe, que eles chamavam de “revolução”. Em seu editorial, “Paz e Democracia”, impresso na primeira página, o periódico também informava sobre as intervenções na cidade, que possuía o maior número de sindicatos e agremiações de classe do estado. O *FL* esclarecia: “Já se sente a ação das autoridades federais, através da Estrada de Ferro, cujos funcionários estão sendo submetidos a inquérito, a fim de preservá-la da ação de comunistas ou agitadores contumazes” (Folha do Litoral. 09/04/1964, p. 01). Na mesma página, outro artigo reportava a ocupação militar na EFCP.

Era segunda-feira, seis de abril, quando José Pio Mendes, tesoureiro da EFCP, junto a um grupo de funcionários, “se insurgiu contra a administração do atual superintendente da E.F.C.P., Eng. Luís Alberto da Motta Solheiro, negando-se a acatar-lhe as ordens, tendo este solicitado garantias ao Sr. Capitão dos Portos” (Folha do Litoral. 09/04/1964, p. 01). O pedido foi prontamente aceito, e tanto forças da Marinha quanto a polícia estadual se direcionaram à gare principal da estrada de ferro. A movimentação atraiu a atenção de curiosos que por ali passaram e, posteriormente, dispersos pela polícia.

Na entrevista concedida ao supracitado bi-semanário parnaibano, o Capitão de Corveta Júlio César de Almeida Dutra, que estava no cargo de Capitão dos Portos do Piauí, explicou os motivos de tais atos. Em suas palavras, as ações se davam como “medida de precaução, de modo a evitar desordens e, especialmente, atividades extremistas. Foram suspensas as prerrogativas da atual diretoria executiva e adotadas providências para a efetivação de um inquérito de natureza político-administrativa” (Folha do Litoral. 09/04/1964, p. 01). O militar,

utilizando-se da retórica, afirmou que a Central do Piauí não havia sofrido intervenção, mas sim, “ocupação”, e que, da mesma forma que no resto do país naquele momento, as Forças Armadas estavam vigilantes e de prontidão ante qualquer “movimentação comunista”.

No mesmo dia em que foi noticiada a intervenção da EFCP em Parnaíba, foi assinado o Ato Institucional número 1 em Brasília, o qual suspendia os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, cassava mandatos parlamentares e estabelecia que as eleições para presidente da República passariam a ser indiretas. No editorial do dia 16 de abril, intitulado “Nova Fase”, o *FL* assim dissertou:

A DECISÃO de firmeza das nossas forças armadas foi difícil e corajosa, requerendo uma verdadeira somatória da situação nacional, de todos conhecida como das mais problemáticas de todos os tempos, mormente se levarmos em conta o perigo de contaminação comunista a que o País esteve exposto⁸⁷ (Folha do Litoral. 16/04/1964, p. 01).

O espectro comunista estava à espreita e com ele, os temores de desordem. Outras ações em Parnaíba ainda se seguiriam nos próximos dias que por sua vez, eram estampadas nas páginas do *Folha do Litoral*. Uma nota da seção “Notícias da cidade” anunciava que “oficiais do exército auxiliados pela Polícia Militar do Estado efetuaram várias prisões na cidade, especialmente de líderes sindicais, tidos como envolvidos com atividades de agitação, ou indiretamente ligados a essas atividades” (Folha do Litoral. 19/04/1964, p. 01). Uma vez indagado sobre o porquê de tantas prisões, o capitão Gladstone Weyne Rodrigues, respondeu ao *Folha do Litoral*: “da ausência de uma entidade militar com comando nesta área, **Parnaíba era tida como uma ‘terra livre’, no que tange a atividades subversivas**. Apesar disso, a situação local não corresponde ao quadro que era apresentado, sendo, por conseguinte, pouco assustador⁸⁸” (Folha do Litoral. 19/04/1964, p. 01).

Conhecida por possuir o maior número de sindicatos e associações no Piauí, Parnaíba inspirava cuidados, já que, na década anterior, em 1952, o agora almirante, ex-capitão dos Portos do Piauí nos anos 1930 e subchefe da Cruzada Brasileira Anticomunista, Carlos Penna Botto, após uma incursão por todo o país, afirmou que, na referida cidade piauiense, “Antônio Rufino dos Santos, do Instituto dos Marítimos, faz propaganda comunista (aliás, é sabido que o IPAM está infestado de bolchevistas e é por ele dominado)”. Ao concluir o texto, alertou: “a polícia bem conhece os principais marxistas” (O Norte. 19/12/1952, p. 01). Desse modo, antes mesmo do golpe civil-militar, a cidade já estava sob suspeita.

⁸⁷ Destaque no original.

⁸⁸ Grifo meu.

Embora Gladstone Rodrigues tenha tranquilizado o jornalista, afirmando que o cenário era “pouco assustador” na cidade, ainda no final daquele mês, numa nova nota sobre os encarceramentos, o *FL* informava que “grande tem sido o número de prisões levadas a cabo em Parnaíba por autoridades do Exército, a fim de serem averiguadas posições suspeitas ou simplesmente denunciadas, no que tange à agitação social” (Folha do Litoral. 30/04/1964, p. 01). O periódico concluía a notícia afirmando que boa parte dos detidos permanecia na Cadeia Pública, enquanto outros, após o inquérito, foram postos em liberdade.

Numa nova entrevista, dessa vez cedida em maio, o capitão Gladstone Weyne Rodrigues, afirmou estar cumprida a primeira etapa do inquérito na cidade e dada sua importância, foi motivo de manchete na edição do dia 10 de maio de 1964. As declarações do militar foram impressas na última página e algumas informações merecem ser destacadas pelo controle e policiamento dos movimentos sociais parnaibanos. Quanto às orientações estudantis, Rodrigues afirmou, “para que a classe estudantil desta progressista cidade não seja malconduzida nas suas atividades e no seu futuro, foi criada a COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ATIVIDADES ESTUDANTIS⁸⁹” (Folha do Litoral. 10/05/1964, p. 04), composta pelos professores Antônio Sampaio, Joaquim Custódio e Alexandre Oliveira. Quanto às associações e sindicatos, “no sentido de melhor capacitar as classes profissionais tive que determinar a intervenção n’algumas [sic] entidades classistas, com o que espero também proteger mais de perto os próprios associados” (Folha do Litoral. 10/05/1964, p. 04).

A fim de assegurar o controle dessas instituições, Otacílio Bento de Aguiar, Manoel Gomes do Nascimento e Francisco de Andrade Lima foram nomeados, respectivamente, como interventores na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Piauí, na Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais no Estado do Piauí e no Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários. Todos, com “plenos poderes para adotarem as medidas necessárias para dar às referidas associações” (Folha do Litoral. 10/05/1964, p. 04).

Durante o processo de “caça às bruxas”, políticos da região norte piauiense foram perseguidos e cassados ao longo daquele ano, ligados ao PTB ou não, como os prefeitos de Buriti dos Lopes e de Luís Correia (Castro, 2021, 170). No caso desse segundo município, o prefeito Osvaldo de Sales Santos, sob motivo de “inúmeras irregularidades administrativas” (Folha do Litoral. 04/06/1964, p. 01) perdeu o mandato. Por sua vez, o industrial Lauro Andrade Correia, eleito em 1962 e substituindo o empresário José Quirino Memória no cargo de chefe

⁸⁹ Destaque no original.

do executivo municipal⁹⁰, manteve-se no poder até o final do mandato e o prefeito parnaibano pedia ao governo federal, desde o começo de sua gestão seis demandas, três para a cidade e as demais ao estado.

Acerca das reivindicações do Piauí, Lauro Correia elencou: o início da construção da Barragem da Boa Esperança; a usina hidroelétrica e a navegabilidade do Parnaíba; além de estudos hidráulicos e a conclusão das obras do Porto de Luís Correia (Folha do Litoral. 10/05/1964, p. 06). Com o golpe de 64, “no Piauí, a bandeira da modernização foi levantada pelos grupos adesistas, agora em defesa da barragem de Boa Esperança, que, segundo eles, por meio do investimento do Estado militarizado, traria o ‘progresso econômico’ ao povo piauiense” (Castro, 2021, p. 245). O que a imprensa parnaibana descobriria posteriormente é que a cidade não seria contemplada na primeira fase da linha de transmissão da Boa Esperança.

Na coluna “Notícias da Cidade”, lia-se que o estado do Ceará havia conseguido, a partir de enlances políticos com o presidente da COHEBE, também cearense, a primazia da ligação para Crateús via Campo Maior, no Piauí. “Ficando Parnaíba e a zona norte do Piauí para quando Deus for servido” (Folha do Litoral. 09/05/1965, p. 01). Por conta disso, o *FL* fez ao longo de todo o segundo semestre de 1965 uma campanha em suas páginas para que Parnaíba e todo o norte piauiense fossem incluídos na primeira etapa da eletrificação de Boa Esperança.

Comungando com a importância da usina para o estado e para a região, a imprensa nacional fazia uso do mesmo termo utilizado por Edison Cunha para se referir ao projeto. Os militares, ao longo das décadas em que permaneceram no poder, realizaram grandes investimentos em hidrelétricas. A geração de energia era uma questão crucial para o país, que naquele momento tinha necessidade devido às indústrias do centro-sul do Brasil.

Nathalia Capellini Carvalho Oliveira explica que, antes de 1964, outros governos já investiam em hidrelétricas, todavia, nada comparado ao que viria a partir do golpe, no qual “foram construídas 61 grandes barragens hidrelétricas [...] quase todas essas construções foram realizadas sob a responsabilidade do Estado, através da Eletrobrás ou das outras concessionárias estatais estaduais” (2018, p. 334). Na avaliação de Warren Dean, os projetos hidrelétricos foram talvez, “o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento” (Dean, 2020, p. 309) capitaneados pelos militares. Os impactos ambientais produzidos pelas barragens e decorrentes do represamento de rios e da inundação de imensas áreas eram pouco avaliados e, caso fossem,

⁹⁰ José Quirino Memória era presidente da câmara de vereadores de Parnaíba, tendo assumido o cargo de prefeito municipal em 1962 por conta da abdicação de José Alexandre Caldas Rodrigues que iria concorrer nas eleições daquele ano ao cargo de deputado estadual pelo PTB e o vice-prefeito, Mariano Lucas de Souza, recusou assumir a intendência.

eram silenciados pelos pontos positivos e pela urgência da substituição da matriz energética (Dean, 2020).

Dentre as várias usinas erguidas naquele período, em 1965, as obras da Boa Esperança estavam em execução. A hidrelétrica foi apontada por Marconis Fernandes Lima (2023) em sua tese como uma intervenção do Estado brasileiro para o desenvolvimento do Piauí e construída nas proximidades do município piauiense de Guadalupe, a 360 km de Teresina. A responsável pela construção foi a empresa Mendes Júnior, “segunda maior construtora de hidrelétricas durante a ditadura, com serviços prestados principalmente para subsidiárias da Eletrobrás e para a Cemig” (Campos, 2012, p. 392), contratada pela CHESF.

Naquele mesmo ano, a edição de 3 de julho da *O Cruzeiro* lançou a reportagem “Esperança boa esperança”, mostrando os primeiros trabalhos de concretização da obra. Ocupando quatro páginas e com texto de Murilo Marroquim, lia-se, com expectativa, sobre a barragem que “fecha um rio e abre um caminho para o progresso” (*O Cruzeiro*, 1965, p. 77). As fotografias em preto e branco de Clodomir Bezerra documentaram não somente as ruínas e a transformação drástica da paisagem do Médio Parnaíba, mas, ao se olhar além do registrado, nota-se ainda as concepções que o governo ditatorial tinha para a natureza.

Os homens, com suas máquinas e engenho, impõem sua vontade, e as legendas das imagens reforçam, para quem lê, o trabalho humano de reescrever a paisagem nordestina a partir da técnica, criando novos horizontes e outras histórias. A escolha das palavras nos textos também ilustra a feroz e violenta marcha imposta sobre a paisagem. Em uma das legendas, podia-se ler: “Desviando-se do seu leito, o Parnaíba muda a história do Nordeste” (*O Cruzeiro*, 1965, p. 76). Apesar do uso da voz ativa, que dá a entender que o Parnaíba alterava seu próprio curso, na verdade, o rio foi modificado ao bel prazer dos humanos, um desvio qualificado como algo positivo. É perceptível ainda certa ambiguidade nas ações descritas: os indivíduos que, com seus caminhões, “estrangulam o curso das águas” e as modificam, são os mesmos que “plantam uma cidade”, talvez a principal obra humana. No momento da fotorreportagem, como sublinhou a narrativa textual, o “Velho Monge” estava “sendo dominado”; vencia-se, então, o grande curso de água.



Figura 18. Legenda: Na hora da partida: o Major-Engenheiro César Cals, presidente da COHEB, dá o sinal, e o presidente da República vê a obra. Fonte: *O Cruzeiro*, 1965, pág. 75.

O clichê reproduzido anteriormente foi feito no “canteiro de obras” e impresso na página inicial da matéria. Ao fundo, observa-se um amontoado de rochas oriundas das implosões, muitas das quais seriam utilizadas para obstruir o rio, conforme informou a reportagem. Em primeiro plano, vê-se cinco homens. O que está à frente do grupo, com uma bandeira na mão sinalizando, é César Cals de Oliveira Filho, engenheiro formado na Escola Técnica do Exército e na Escola Nacional de Engenharia, ex-diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí em 1961 e, no período do registro, comandante da construção da Usina de Boa Esperança e presidente da COHEB até 1970.

Ao lado do engenheiro, de estatura menor, com terno mais escuro e os braços para trás, está o general Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro dos quatro presidentes militares que se sucederiam nas próximas décadas. De óculos e olhando para o fotógrafo, o civil Petrônio Portella Nunes – governador vinculado ao Partido Social Democrático (PDS) e defensor da

legalidade após o golpe civil-militar, mudou drasticamente de lado, tornando-se adesista e mantendo-se no cargo (Castro, 2021). De costas para a câmera, vestindo camisa branca e com uma bolsa a tiracolo, está um homem que talvez, fotografando ou filmando, registra a cena.

O Cruzeiro chamava atenção: “o próprio presidente da república nordestino acostumado a ver e testemunhar os cometimentos de que é capaz a gente do Nordeste, viu e testemunhou o que está fazendo para a obra final de Boa Esperança” (*O Cruzeiro*, 1965, p. 77). Castelo Branco era natural de Fortaleza e filho de militar piauiense, por isso sensível aos problemas e conhecedor do que o povo da região era capaz de fazer. Ao sublinhar que o presidente nasceu no Nordeste, isso não deveria ser à toa ou mera informação. O fato é que, dos quatro principais personagens que compõem a cena reproduzida anteriormente, três eram nordestinos. Para além de Castelo Branco e Petrônio Portella, César Cals também havia nascido na região. Portanto, não eram apenas os anônimos os responsáveis pelo progresso do Nordeste, mas igualmente os dirigentes.

O tom da narrativa textual era de esperança e crença no progresso, “aqui, o Nordeste vai renascer com a região”, argumentava o texto d’*O Cruzeiro* (1965, p. 78). O saber técnico, demonstrava a competência do engenho nacional, que, somado ao esforço físico, era igualmente sublinhados para que se atinja o porvir. A ordem das fotos impressas na reportagem contava uma narrativa que ilustrava o esforço e a mudança. Na primeira foto, reproduzida e analisada anteriormente, o engenheiro dava o sinal para o início dos trabalhos, as demais, elucidavam o cotidiano dos próximos anos naquele imenso canteiro de obras. As explosões de rochas, a terra revolvida, tudo significava o árduo trabalho.

Se, no futuro, os benefícios de Boa Esperança seriam a energia para mais de 4 milhões de brasileiros, socialmente, os efeitos positivos já eram sentidos, uma vez que “sua promessa atual já realiza um raro trabalho de educação e adaptação [...] A questão social adquiriu prioridade. Percorri, por exemplo, a Vila de Guadalupe, onde existem 132 casas com 786 pessoas na mais inconcebível situação” (*O Cruzeiro*, 1965, p. 78). A vila citada pelo jornalista seria submersa pelas águas da barragem, fazendo desaparecer escolas, igrejas e moradias. Em seu lugar, a população seria removida para outra vila, já em construção pela COHEBE.

Apesar dos benefícios informados pela *O Cruzeiro*, bem como o esmero ilustrado pela revista em relação à remoção dos moradores das cidades atingidas, é importante afirmar que os deslocamentos foram realizados unilateralmente (Lima, 2023). Por outro lado, o Piauí não estava na dianteira dos objetivos da obra, mas sim o vizinho Maranhão, “o que permitiu o início de um processo de industrialização desse estado” (Lima, 2023, p. 88).

Ainda em 1965, a *Manchete*, concorrente direta da revista dos Diários Associados e “principal veículo de comunicação da Empresa Bloch, até meados de 2000” (Andrade; Cardoso, 2001, p. 245), produziu uma edição cuja principal pauta era o Nordeste brasileiro. Saída em 24 de abril, a *Manchete* de número 679 trazia na capa duas mulheres brancas vestidas de baianas e o trecho de uma tapeçaria de Genaro de Carvalho, artista plástico baiano conhecido internacionalmente pelos seus trabalhos nesse tipo de suporte. As obras da ditadura e as ações da SUDENE na região do Nordeste brasileiro foram retratadas ao longo de toda a edição, frisando as mudanças que o regime ditatorial estava fazendo naquela parte do país. Dentre essas páginas, chamo atenção para a curta reportagem, “Boa Esperança: energia para milhões”. Dedicadas a usina que se encontrava em construção no Médio Parnaíba, duas páginas narravam o andamento da referida obra.

Na primeira página, podia-se ler um texto que explicava tanto o histórico da intervenção quanto os futuros benefícios. A narrativa textual acompanhava duas pequenas imagens que ilustravam o trabalho de desvio do curso do rio, e, uma vez mais, nota-se a ideia humana de se sobrepor à paisagem, alterando-a a seu bel prazer. “A população do vale [do Parnaíba] acordou para a transformação que se avizinhava diante do seu limitado horizonte. Com o aprisionamento das águas do Parnaíba, começaria a sua libertação” (Manchete, 1965, p. 88), comentava a revista.

Já na segunda página, uma fotografia inteira ocupava a página – sem texto escrito algum, mas como se ilustrasse a narrativa anterior, o leitor podia ver o grande esforço para mudar o curso fluvial. Uma dezena de caçambas, tratores e escavadeiras trabalhavam em uma espécie de grande trincheira, em meio a lama, terra, pedra e água. Em contraste com o tamanho das máquinas, mas operando-as, estavam os homens presentes no canteiro de obras. Ao fundo, o Velho Monge, rodeado pela mata ciliar, silenciosamente corria com suas águas. Diferente de *O Cruzeiro*, a revista da Bloch Associados trouxe imagens coloridas.

Enquanto a barragem era construída e o futuro não chegava, o triste espetáculo formado pelas trabalhadoras no rio Parnaíba “ganharia” destaque em duas novas matérias da *O Cruzeiro*. Uma saída ainda em 1965 e outra dez anos depois. Na primeira, retratos coloridos de diversos tamanhos ilustravam a beira-rio, a pobreza e o labor de inúmeras lavadeiras anônimas. Enquanto na edição de 1975, somente a imagem inicial, que ocupava duas páginas, possuía cores. Analisemos, então, a reportagem “Lavadeiras do Parnaíba (sem o disfarce da poesia)”. Localizada logo no começo da revista, entre a sexta e a décima-quinta página da edição, a reportagem saída em 26 de maio de 1965 escancarava a pobreza humana da capital piauiense.

Assinada por Walter Luíz, as dez páginas da reportagem contavam com 11 fotografias. Algumas ocupavam toda uma página, enquanto outras, como a capa da reportagem, eram ainda maiores, tomando duas páginas inteiras da revista. O uso exacerbado das fotografias revelava a primazia do visual sobre o textual. Seja evidenciando uma única mulher ou ilustrando um conjunto de lavadeiras, as imagens geravam comoção (Sontag, 2004) no leitor da época.

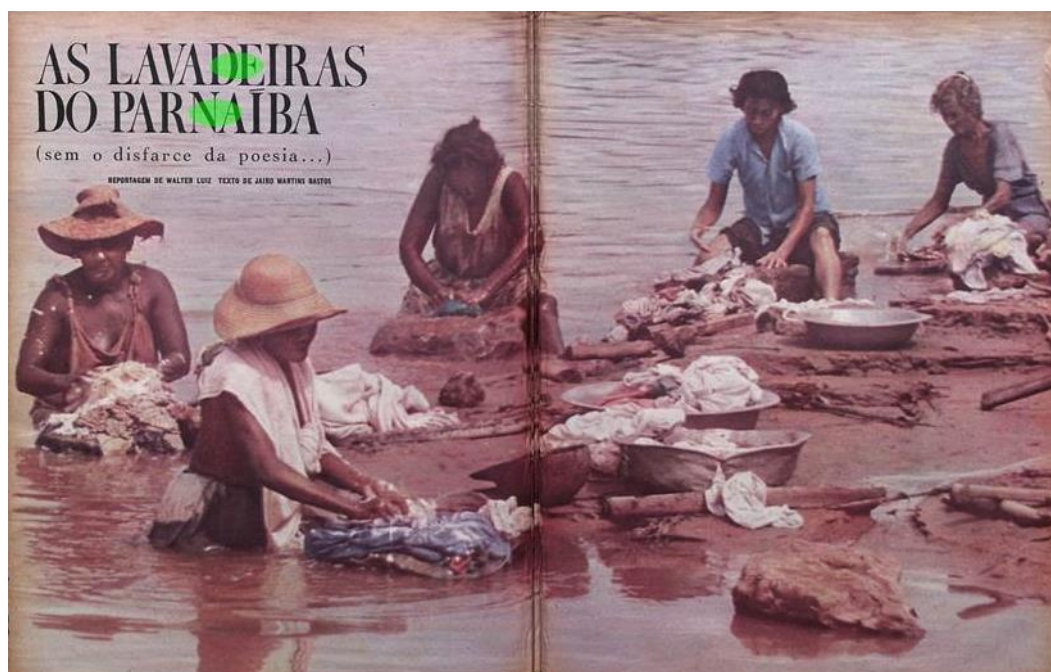


Figura 19. Legenda: Lavadeiras do Parnaíba (sem o disfarce da poesia). Fonte: *O Cruzeiro*, 1965, págs. 06-07.

Na imagem inaugural, em folha dupla, que abria a reportagem e reproduzida acima, vê-se cinco trabalhadoras informais de Teresina imersas no seu árduo cotidiano. É possível observá-las esfregando o tecido nas pedras. As mãos ressecadas e ásperas pelo sabão, enxaguavam e “batiam” as roupas. A alvura de algumas peças contrasta com o marrom das margens lamacentas do Parnaíba. Para proteger a pele do sol abrasador, duas delas usam chapéus de palha. Maltrapilhas, as roupas do corpo são simples e já esgarçadas, como as da segunda senhora de chapéu à esquerda. Juntamente com as cores quentes da imagem, esses contrastes transmitem ao observador um vislumbre da pobreza social e da luta pela sobrevivência. Além da fadiga, o trabalho realizado horas a fio nas águas e na lama certamente causava inúmeros problemas de saúde.

A composição étnica das fotografadas era, em sua maioria, formada por mulheres negras. Jovens e idosas, com a água na cintura e portando bacias de alumínio, acompanhadas de roupas e filhos pequenos, as lavadeiras impactavam o leitor pelo trabalho árduo e sofrido. As fotografias que não retratavam as lavadeiras “batendo” roupa, mostravam-nas de pé no cais, equilibrando grandes trouxas de roupas na cabeça. Era esse, de acordo com *O Cruzeiro*, o

“cartão-postal de uma região pobre”. Marca registrada de um estado desconexo de um país que queria se projetar para o futuro, esse era, nas palavras da revista, o “melhor tipo humano” de uma “região subdesenvolvida”.

O texto, de Jairo Martins Bastos, endossava a triste mensagem transmitida por uma dezena de fotografias. Em tom euclidiano e determinista, o jornalista comentava que as mulheres que ali trabalhavam eram “gente acorrentada pela pobreza às águas do rio” (O Cruzeiro, 1965, p. 08) e, como tal, “as lavadeiras do Rio Parnaíba têm o jeito triste da miséria. E só a miséria as acompanha em seu trabalho. Até o fim da vida” (O Cruzeiro, 1965, n.p.). A beira do rio também foi retratada como escola de muitas meninas. Ali se aprendia que o sabão poderia ser substituído pelas folhas do juazeiro, e as filhas das lavadeiras treinavam o equilíbrio das trouxas na cabeça, formando, assim, novas trabalhadoras, substituindo as anteriores.

Já a outra matéria, veiculada na primeira metade da década de 1970, e que, como será debatido, se insere em um período de “euforia” e elevação da autoestima do povo piauiense (Fontineles, 2021), era menor. Sob o título “As lavadeiras do Parnaíba”, possuía apenas quatro páginas e acompanhava o texto de Edison Torres e as fotos de Ayrton Quaresma. Diferente da década anterior, quando as mulheres não tinham alternativa, a reportagem de 1975 afirmava que aquelas trabalhadoras resistiam em lavar roupas no rio e “teimam em não aceitar os benefícios introduzidos pelo senhor Alberto Silva, ex-governador do Estado, mandando construir centros materno-infantis e nutricionais, com tanques para lavagem, ferros de engomar e assistência para seus filhos” (O Cruzeiro, 1975, p. 44).

Passados oito anos após a vinda da “Caravana Herbert Moses” ao Piauí, os retratos estereotipados sobre os estados nordestinos ainda persistiam, e esse material já trazia desgosto ao povo piauiense e ao resto da região, que se sentiam minorizados. A edição da *O Cruzeiro* de julho daquele ano traria a matéria “É hora de salvar o Piauí”, de Cláudio Renato Kuck e José Araújo. Na capa, a revista trazia a fotografia de duas misses, dentre elas, Mara de Carvalho Ferro, Miss Estado da Guanabara 1969. Em contraste, podia-se ler no canto superior direito a manchete: “Sensacional Piauí: uma terra esquecida”.

A imprensa piauiense da época pouco se agradou dos textos e das imagens daquela edição d’*O Cruzeiro*, surtindo num acalorado debate na imprensa do estado e em vários textos revanchistas. Em tons reprobatórios, o *Folha do Litoral* na primeira página no dia 29 de junho veiculou a nota “A CRUZEIRO também deprecia o Piauí”. Nesse texto, o periódico elencava os exageros e falseamentos trazidos nas páginas da revista carioca, tais como,

um carro de boi como sendo ainda o veículo mais veloz de que dispõe o povo piauiense. Uma paupérrima rua das margens do rio Parnaíba é focalizada como a mais

importante de Teresina e um cidadão de Luís Correia entrevistado, declara (sic) aos maldosos profissionais do importante órgão dos Diários Associados, nunca haver ouvido falar das cidades do Rio de Janeiro e S. Paulo... (Folha do Litoral. 29/06/1969, p. 01).

Dias depois, a folha parnaibana continuava, em suas páginas, com o debate sobre a matéria da *O Cruzeiro*. Para a edição de seis de julho, o advogado, jornalista e colaborador do *FL*, Sérgio Nóbrega de Oliveira escreveu o longo artigo “Quem são esses repórteres”, ojerizando não apenas a matéria d’*O Cruzeiro*, mas também de outros veículos do atual centro-sul do Brasil. O articulista ainda chamava atenção para outra reportagem de igual tom e que trouxe reações semelhantes. “Primeiro foi uma revista de São Paulo, através de reportagem que, em termos jornalísticos, valia mais pela afirmação: O Piauí existe!” (Folha do Litoral. 06/07/1969, p. 03). Nobrega de Oliveira não menciona o nome do veículo, mas se tratava da matéria de nove páginas “O Piauí existe”, veiculada em abril de 1967 pela *Realidade*, revista mensal da Editora Abril circulada entre 1966 a 1976.

Conforme Maria Celeste Mira, essa revista seguia a linha da estadunidense *Life* e o “projeto de Realidade era desvendar um país que o noticiário comum não mostrava” (Mira, 1998, p. 05). Assim, num esforço hercúleo, a reportagem assinada por dois importantes nomes da *Realidade*, isto é, sob a pena de Carlos Azevedo e com fotografias do italiano Luigi Mamprin, sintetizava o Piauí em nove páginas, levando ao leitor uma narrativa escrita, principalmente, e retratos que presentificavam o estado no cenário brasileiro. Situando-o na geografia nacional, a revista delineava o Piauí da seguinte forma: “nessa região, o Nordeste começa a ser Amazônia, por isso o Piauí é uma mistura de agrestes secos, caatingas, chapadas, serranias e um pouco de floresta” (Realidade, 1967, p. 46). A reportagem ainda destacava os problemas sociais enfrentados por todo o território, incluindo a decadência da indústria extrativista e o empobrecimento de Parnaíba, que “foi maior que a capital, e agora só tem desemprego” (Realidade, 1967, p. 54). No Piauí e fora dele, a reportagem foi lida de várias maneiras, suscitando as mais diversas opiniões.

Tanto a imprensa piauiense quanto a *Realidade* foram espaços de debate público. Alguns aplausos apareciam na paulista, já as contestações e ressalvas surgiam nos periódicos teresinenses e nas edições de abril do *FL*. Bernardo Batista Leão, em sua coluna no *Folha do Litoral*, chamou a reportagem de “espalhafatosa” (Folha do Litoral. 08/04/1967, p. 04). Insatisfeitos, estudantes de Teresina queimaram em praça pública as edições que continham a reportagem (Folha do Litoral. 20/04/1967, p. 01). Ao saber de tamanha comoção, a revista paulista desmentiu o ocorrido em suas páginas.

A própria *Realidade* trazia diferentes opiniões. Na edição seguinte à matéria, na seção “Cartas”, localizada nas primeiras páginas de maio, os leitores expressaram suas opiniões sobre o conteúdo. Lindomar Oliveira, leitor da revista e morador de Brasília, ao parabenizar a reportagem, afirmou que ela era “digna de encômios”, pois contribuía para “arrancar o estado do ostracismo” (*Realidade*, 1967, p. 04). Por sua vez, a leitora Maria Benedita, natural de Oeiras-PI, mas escrevendo de Goiânia, lançava seu “protesto”, afirmando que, “por reportagem dessa natureza, eu jamais gostaria de ler, e acredito que nenhum piauiense” (*Realidade*, 1967, p. 04). Percebendo as acaloradas discussões, a revista, ao se defender das opiniões contrárias, afirmou que a maior parte de seus leitores “sentiu que a matéria inteira é uma tomada de posição em defesa do homem e da terra piauienses” (*Realidade*, 1967, p. 07).

Apesar disso, outros reclames chegaram à redação e alguns foram igualmente impressos na edição de junho daquele ano, como o de Francisco Rodrigues de Freitas, de Juazeiro do Norte, Ceará, que jurou ser a reportagem “uma pilheria jornalística” (*Realidade*, 1967, p. 08). Talvez, tentando encerrar as discussões e se eximir das críticas que acusavam a revista de veicular mentiras, a *Realidade* citava uma frase atribuída a Otávio Mangabeira, que dizia: “quem tem medo da verdade não tem amor nem coragem para enfrentar a vida”. Assim, quer queiram os piauienses/leitores da época, a revista se eximia de qualquer culpa, alegando que as páginas retratavam somente a “verdade”; era necessário, portanto, aceitar para superar aquelas tristes imagens.

Vale ressaltar que o debate e as ressalvas piauienses não se encerrariam ali. Os retratos feitos pela *Realidade* permaneceriam na memória de muitos habitantes do Piauí nos anos seguintes. Já em 1972, seis anos após a reportagem de 1967, outro profissional da revista esteve em Parnaíba e foi avisado que, apenas com bastante esforço, conseguiria uma entrevista devido à matéria anterior (*Realidade*, 1972, p. 165). Diante do exposto, fica fácil perceber que o descontentamento com a matéria da *O Cruzeiro* de 1969 era fruto de uma sucessão de reportagens depreciativas, e por isso recebeu grande destaque na imprensa da época.

Para Nobre de Oliveira e outros autores do *Folha do Litoral*, a forma de fazer jornalismo a partir de matérias tendenciosas não era correta, chamando os repórteres de “apanhadores de notícia”, pois apenas captavam o momento e enviavam o material para a redação. Contudo, esse jornalista chamou a atenção:

Toda vez que sair reportagem maldizente contra o Piauí, façamos imediato apelo às autoridades federais invocando nominalmente os autores como testemunhas, e pedindo tudo aquilo que eles dizem que nos falta, mas sem nunca esquecer de juntas, também, o exemplar da revista ou jornal (*Folha do Litoral*. 06/07/1969, p. 03).

Astuciosamente, o articulista entendia que se poderia utilizar politicamente as reportagens sensacionalistas para angariar recursos e chamar a atenção, sendo, portanto, as matérias provas da realidade e das necessidades do povo piauiense. Mais à frente, na quinta página, outro texto apresentava simultaneamente um reclame e um contraponto às reportagens tendenciosas produzidas pela grande imprensa. A nota sem autoria chamava atenção para a leitura e a importância da reportagem “Piauí na trilha do desenvolvimento”, publicada no *O Jornal*, órgão líder dos Diários Associados, mesmo conglomerado da *O Cruzeiro*. Para o *Folha do Litoral*, esse primeiro veículo carioca, diferente da sua congênere, retratou “o lado positivo de nosso Estado. Com farto material fotográfico e matérias que deixam transparecer incisivamente a onda de progresso pela qual o Piauí está atravessando” (Folha do Litoral, 06/07/1969, p. 05).

Dez dias após o lançamento da fotorreportagem d’*O Cruzeiro*, o *FL* seguia trazendo descontentamentos em suas páginas. Duas manchetes fixadas no topo da primeira página de 13 de julho daquele ano ilustravam que não foram somente os piauienses residentes no estado que se sentiram minorizados. Ilustres conterrâneos que moravam no Rio de Janeiro e até ministros do governo ditatorial se pronunciaram a respeito da matéria.

A primeira manchete, “Nova Reportagem de O CRUZEIRO: Ministros de Estado fazem novo retrato do Piauí”, chamava atenção do leitor para um texto impresso na mesma página. Nele, podia-se ler que Mário Andreazza, José Costa Cavalcanti e Antônio Dias Leite Júnior, respectivamente, ministros dos Transportes, do Interior e de Minas e Energia, “em nova reportagem da revista O CRUZEIRO⁹¹, fazem incisivos pronunciamentos a propósito do trabalho jornalístico de Claudio Kuck e José Araújo. Na oportunidade, dentre outras considerações, as citadas autoridades ressaltam as possibilidades presentes e futuras do Piauí” (Folha do Litoral. 13/07/1969, p. 01). Os ministros enumeram as ações no estado, tais como, a barragem de Boa Esperança, a navegabilidade do “Velho Monge”, o Porto de Luís Correia, a ponte sobre o Parnaíba, em Teresina, e a pavimentação do sul do estado.

O artigo concluía afirmando que os aludidos ministérios, juntamente com a SUDENE “e muitos outros órgãos da administração federal assistirão mais de perto os problemas de infraestrutura do Piauí, do que já deram mostras inequívocas e continuarão a projetar o que for possível à capacidade do governo central” (Folha do Litoral. 13/07/1969, p. 01). Desse modo, o governo ditatorial não se mostrava alheio aos problemas piauienses, pelo contrário, a máquina

⁹¹ Grifo no original.

pública trabalhava, ou procurava se mostrar interessada em resolver e modificar a antiga imagem do estado.

Esses esforços e olhares abnegados sobre o Piauí estava presente na mensagem de outro protesto. Na segunda página dessa edição, foi transcrito o longo artigo de Ramos de Rezende, impresso originalmente no carioca *Gazeta de Notícias*. Rezende era piauiense, nascido em Piracuruca e escreveu ter lido “escandalizado e revoltado” a reportagem da *O Cruzeiro*, feita, em suas palavras, por “dois paparazzis botocudos”. Sob sua pena, considerou,

Esquecem esses profissionais do mundo-cão que o Piauí também é Brasil, que o **Governo atual sepultou todo aquele passado de discriminação entre os Estado Grandes e pequenos, porque o presidente Costa e Silva, com sua índole humana e conscienciosa não quis permitir a continuação daquela situação dolorosa de endeusamento dos potentados, em detrimentos dos infelizes**⁹² (Folha do Litoral, 13/07/1969, p. 02).

A partir disso, a narrativa apresentada pela revista não passaria de uma invenção, uma criação produzida pelos olhares e textos de Cláudio Kuck e José Araújo, que espetacularizavam a pobreza piauiense, considerando apenas os aspectos negativos do estado. A reportagem, portanto, era anacrônica, tanto no sentido de retratar o estado, que finalmente se transformava pelo “novo governo”, quanto pela forma de produzir jornalismo, qualificada como típica da “imprensa marrom que já não encontra mais campo no clima dos nossos dias”. O autor ainda escreveu: “É nesta hora que sinto falta do velho Assis Chateaubriand, porque, tenho certeza, ele, como um nazareno redivivo, de azorrague em punho, expulsaria os vendilhões sem alma, exaltando a humildade do Piauí” (Folha do Litoral. 13/07/1969, p. 02). Falecido um ano antes da reportagem, Chateaubriand, diretor dos Diários Associados, na opinião de Rezende, jamais apoiaria a matiz sensacionalista feita pela *O Cruzeiro*, que desde 1959 perdia a quantidade de anúncios e já estava em franco declínio. Assim, o conteúdo da reportagem seria sintoma da decadência da qualidade da revista, não apenas técnica, mas também de seu conteúdo e da forma de fazer jornalismo.

Uma segunda manchete, publicada logo abaixo da anterior, intitulada “Auto de Abreu lança repto contra Revista *O Cruzeiro*”, convidava o leitor do *FL* para a leitura da carta de José Auto de Abreu, ex-deputado estadual nos anos 1950. A carta foi inicialmente distribuída “a vários filhos do Piauí, inclusive a J. Batista da Silva, fundador e redator do *FL*” (Folha do Litoral. 13/07/1969, p. 06), que, após os pedidos de João Silva Filho, na época prefeito de Parnaíba e de Cândido de Almeida Athayde, médico, industrial e também ex-prefeito da cidade

⁹² Grifo meu.

no curto período entre 1945 a 1946, indicado pelo interventor Cel. Leôncio Ferraz, foi impressa, devido sua extensão, em duas edições do periódico parnaibano.

Na segunda parte da missiva, no tópico “Arrojo e civismo”, Abreu respondia o título da matéria da *O Cruzeiro*, “Sim, o Piauí existe, e a sua existência é a afirmação da bravura cívica, do patriotismo e desprendimento dos piauienses, que asseguraram reservando ao torrão natal a glória de ter sido um dos precursores do movimento da Independência Pátria” (Folha do Litoral. 17/07/1969, p. 06). Abreu faz referência a uma das lutas pela independência, a Batalha do Jenipapo, ocorrida às margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior, que contou com a participação de piauienses, maranhenses e cearenses contra portugueses. Conforme Rabelo (2008, p. 51), quando o articulista piauiense mostrou “um dos únicos momentos em que o Piauí tivera participação na macropolítica nacional, Abreu o assinala de passagem como evidência da presença, ou antes, da existência do Piauí na história do Brasil”. Portanto, uma prova da existência do estado, mas não qualquer resposta.

Concordando com Rabelo (2008) e contribuindo com a análise desse historiador, ao evocar o episódio da Batalha do Jenipapo na História regional, o autor apela a valores caros à ditadura civil-militar, como patriotismo e o civismo, presentificando o Piauí na memória e na História Nacional enquanto estado altivo que lutou contra o domínio português. Em tons ufanistas, Abreu ainda escreveu, “nas lutas da Independência o Piauí não foi caudatário, nem um simples eco adesista. Foi uma presença física, moral e espiritual [...] em terras piauienses, os patriotas lutaram leoninamente” (Folha do Litoral. 17/07/1969, p. 06). Caso se recorde, a matéria foi veiculada durante o chamado “milagre econômico”, e o Piauí estava em processo de modernização, era assim que queria se mostrar e deveria ser mostrado, marchando no mesmo passo do Brasil.

Um ano antes da conclusão das obras da usina de Boa Esperança, a cidade de Parnaíba recebeu eletrificação de Paulo Afonso, na Bahia. “Nossa velha Usina geradora não tinha mais condições de atender, sequer, as necessidades mínimas da cidade. Era urgente encontrar-se uma solução, que permitisse não só resolver o problema atual, mas ainda suprir a cidade com energia farta e barata” (Folha do Litoral. 26/06/1969, p. 08). A energia vinda da usina baiana era motivadora, uma vez que fomentaria o setor industrial parnaibano (Veras, 2020). Aos poucos, a questão energética no estado era “resolvida” e, em 1970, foi concluída a construção da usina no Médio Parnaíba. A imprensa da época galardoava o feito e seu sentido positivo⁹³ na vida dos

⁹³ Passados 50 anos, observa-se atualmente problemas socioambientais causados por esse empreendimento. Conforme algumas narrativas ouvidas pelo antropólogo Lucas Pereira (2021) para sua tese de doutorado, o aumento da salinização da água na região do estuário do rio Parnaíba foi um ponto negativo causado pela Boa

piauienses e maranhenses, e pode-se ler, nos periódicos da época, o esforço de mostrar o trabalho do governo central no estado.

O editorial “Adquiram confiança”, do *Norte do Piauí*, proclamava: “nossa região possui problemas centenários, como: falta de escolas, indústrias, o sonhado porto marítimo e energia elétrica [...] a solução para os problemas desta região merece destaque, haja visto que o problema energético, já não existe, pois temos energia elétrica para emprestar” (Norte do Piauí. 12/03/1970, p. 01). Naquele ano, os jornais locais tomavam conhecimento de que o parnaibano Alberto Tavares Silva (ARENA) seria o novo governador do Piauí.

A análise apresentada sobre a figura de Alberto Silva no contexto do Piauí destaca a importância de sua trajetória política e a expectativa criada em torno de sua nomeação. Ao ser descrito pelo *Folha do Litoral* como um “técnico de alto gabarito” e um administrador capaz, a reportagem valoriza sua experiência prévia, especialmente nas gestões passadas como prefeito de Parnaíba e na direção da EFCP (Estrada de Ferro Central do Piauí), além de sua carreira construída no Ceará. Nesse estado, onde fez alianças políticas, Silva expandiu sua influência e consolidou sua imagem como um líder com grande potencial para trazer mudanças para o Piauí.

De acordo com a historiadora Cláudia Fontineles, essa “trajetória política foi favorecida por apoio de aliados cearenses, que inclusive o indicaram para a chefia do Executivo Estadual do Piauí” (Fontineles, 2009, p. 54). A relação entre o Piauí e o Ceará, como destacada por Fontineles, sublinha a importância das alianças inter-regionais para garantir avanços políticos e administrativos. O *Folha do Litoral* via a indicação de Alberto Silva com bons olhos, já que representava o norte do estado, uma região historicamente menos favorecida pelos governadores anteriores. A nomeação criava, portanto, a expectativa de que ele fosse capaz de trazer investimentos e recursos para essa área, carente de infraestrutura e desenvolvimento.

Esse tipo de análise revela como as relações políticas e regionais podem ser decisivas no direcionamento das políticas públicas e dos investimentos, principalmente em estados menos desenvolvidos, como o Piauí. As nomeações políticas, como a de Silva, traziam esperança para a população, que acreditava que, com o apoio de alianças fora do estado, o governo poderia finalmente mudar a situação da região e implementar medidas mais eficazes para o progresso local.

Esperança. Os trabalhadores e trabalhadoras da região do Delta do Parnaíba explicam que devido a maior presença da água salgada, as antigas lavouras de arroz nas ilhas foram abandonadas. Apesar da agricultura de arroz na região ter entrado em declínio, em seu lugar antigas vegetações como por exemplo o mangue, antes devastado para o cultivo do cereal, hoje cresce e fornece não apenas outro recurso econômico (caranguejo-uçá) à população local, mas também cumpre sua função ecológica de reter detritos.

Outro parnaibano já ocupava um importante cargo político no cenário nacional. A notícia de que o economista piauiense João Paulo dos Reis Velloso era o responsável por organizar o escritório do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA foi recebida pelos conterrâneos como oportunidade para se trazer investimentos ao local onde nasceu. “Cremos que, com um pouco de esforço, boa vontade e animo decidido de ajudar à sua terra, o DR. João Paulo Velloso tem condições de prestar relevantes serviços nesse sentido, já que Parnaíba luta tão ingentemente à procura de quem a ajude a sobreviver” (Norte do Piauí. 12/08/1967, p. 01), escreveu Raimundo Ferraz Filho.

Em outubro de 1968, o economista foi nomeado secretário-geral no Ministério do Planejamento no governo do marechal Arthur da Costa e Silva. Devido a uma doença que acometeu Costa e Silva, uma junta militar foi formada para decidir quem o substituiria, indicado como presidente, no ano seguinte, o general Emilio Garrastazu Médici, “o novo governo manteve Delfim Netto à frente da pasta da Fazenda e colocou João Paulo dos Reis Velloso no início de seu decenato à frente do Planejamento” (Prado; Earp, 2007, p. 221). É preciso compreender o que Alberto Silva e Reis Velloso representavam para os anseios e interesses do norte do Piauí, em especial, Parnaíba.

Na opinião de Edgard Nascimento, expressa na coluna “Fatos e Realidades”, o novo governador, ciente dos problemas do estado, se esforçaria “para romper a estrutura negativa e substituí-la por outra, que reflita as exigências do desenvolvimento econômico e social, tornando assim possível criar - ao que chama o advento do Novo Piauí” (Folha do Litoral. 05/07/1970, p. 05). A nomeação de dois parnaibanos para altos cargos políticos, um no cenário estadual e outro, federal, “tem levantado o ânimo do povo da Zona Norte do Piauí, que há muito vem sendo desprezado e humilhado por todo o estado” (Norte do Piauí. 23/05/1970, p. 01). A indicação não foi bem-vista apenas pelos parnaibanos. A escritora Rachel de Queiroz, ao comentar n’*O Cruzeiro* sobre os novos governadores indicados naquele ano, afirmou conhecer Silva e dissertou: “Dou parabéns ao Piauí. Está entre a flor da escolha; engenheiro, homem que acredita em trabalho, habituado a dar conta das suas tarefas dentro das condições e do ritmo do Nordeste [...] na mão dele o Piauí vai deixar de ser a terra do meu boi morreu” (O Cruzeiro, 1970, p. 154). Como se pode ler, o estado não poderia estar em melhores mãos. Essa expectativa de mudança e desenvolvimento para o estado é palpável, refletindo o otimismo de parte da população local e nacional quanto à capacidade dos novos governantes de transformar a realidade piauiense.

O Piauí, conforme noticiavam os periódicos locais, vivia um outro momento. Acerca da ideia do novo naquele período, Janaina Martins Cordeiro entende que “a sensação de construção do novo constituiu-se em aspecto fundamental da opinião dominante durante os primeiros anos da década de 1970 no Brasil” (Cordeiro, 2015, p. 18). Se o Brasil era o país do futuro, o futuro, portanto, parecia haver chegado. No caso piauiense, o “novo” é talvez mais emblemático. É nesse estado, dantes pobre e atrasado, que serão escritas outras histórias. “O surto modernizador também ressignifica os espaços piauienses, de que são exemplo as expressões usadas na imprensa em forma de convite feito a investidores e turistas para ‘conquistar o Piauí’” (Rabelo, 2008, p. 63). Dentre esses espaços, estão o Parnaíba, tão fotografado com as lavadeiras e num passado não tão distante que simbolizava a pobreza piauiense, passou a ser fonte de energia. Outro espaço em questão foi o litoral, pouco mencionado nas fotorreportagens das revistas fotográficas, mas que, a partir da década de 1970, emergiu como paisagem a ser explorada. Foi em meio a esses olhares esperançosos que os “anos de chumbo” foram vividos no Piauí. A modernização e a busca pelo desenvolvimento pareciam promissoras, mas também estavam imersas nas tensões políticas e sociais do período ditatorial. Assim, enquanto o estado se transformava fisicamente e nas suas representações, as questões mais profundas sobre o papel da liberdade, da identidade e da política nacional ainda estavam em jogo. O Piauí, portanto, se viu imerso em um processo de reinterpretação de si mesmo, buscando ao mesmo tempo resgatar suas origens e avançar para um futuro de modernidade.

4.3 Piauí novo

A primeira metade da década de 1970 marcou um novo período no Brasil e no Piauí. Naquele momento, a ditadura civil-militar, desde a promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5), vinha se tornando mais truculenta. Perseguições violentas a mobilizações políticas e sociais, infrações de vários direitos humanos, prisões e mortes de civis, políticos e de outros cidadãos, como indígenas e LGBTs, por parte da polícia política eram frequentes e deixaram inúmeros traumas na sociedade brasileira.

Ao passo que a violência do regime se intensificava, no plano econômico, o país também se transformava. Daniel Aarão Reis afirma que os anos de chumbo “também foram os mais gloriosos da ditadura e os de maior desenvolvimento econômico, ‘os anos de ouro’” (Reis, 2014, p. 21). O país crescia, mas as distâncias econômicas se tornavam maiores e pouca parte da população brasileira foi beneficiada. Para além disso, a seleção canarinho tinha vencido a Copa do Mundo de 1970, alcançando o tetra, endossando os sentimentos nacionalistas que foram

capturados pelos militares e exacerbado nas campanhas do regime. A ditadura civil militar impactou de diferentes maneiras as cidades brasileiras, e a hipótese deste tópico é que a atual política de turismo, mais precisamente a piauiense, com sua faceta de “modernização” e “progresso”, foi desenvolvida no contexto da ditadura civil-militar, sendo, portanto, mesmo as que se apresentam no presente, uma herança daquele triste período.

No contexto do “milagre econômico brasileiro”, o fenômeno do turismo, como explicou Karina Toledo Solha, “aparecia como atividade econômica do futuro, responsável pelo desenvolvimento do país” (Solha, 2002, p. 134). O Brasil seguia uma tendência mundial; na década de 1970, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento “passaram a incentivar os países do terceiro mundo dotados de fortes atrativos naturais e culturais a investir na atividade turística como estratégia econômica de desenvolvimento” (Rodrigues, 2014, p. 456). Nesse sentido, o México e os países caribenhos, aproveitando seus mares e o calor, foram os primeiros a investir na atividade.

No contexto nacional, a indústria do turismo, principalmente a partir do binômio sol e praia, seria a grande saída econômica para o Nordeste (Alfonso, 2006), região problemática para os militares devido a seca e pobreza de sua gente. Entretanto, o problema, como observou Carlos Fico, não era pelo sofrimento das “áreas-problemas”, mas sim, “a aflição que causam nos outros” (Fico, 1997, p. 46). Junto a essa região, a Amazônia também era divulgada pela EMBRATUR sob pretexto da integração nacional (Montserrat; Oliveira, 2024). Tanto no Brasil quanto no Piauí o turismo ganharia maior empenho do Estado a partir daquele período de exceção. A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) foi criada em novembro de 1966 e estava “no rol das instituições estratégicas para os militares, no sentido de difundir uma imagem privilegiada e ufanista no Brasil” (Alfonso, 2006, p. 03). Não obstante, a Embratur ao vender a imagem de um país paradisíaco, mascarava a nefanda face do governo ditatorial.

Na década seguinte, “o turismo passava a ter os mesmos estímulos concedidos à atividade industrial, por meio de incentivos fiscais, para a construção de uma infraestrutura turística” (Kaminiski, 2018, p. 67). Da mesma forma que as paisagens brasileiras eram usadas para dissimular a violação de direitos humanos, os usos de corpos femininos nas campanhas da própria Embratur “contribuiu sistematicamente, com a exploração de uma imagem estereotipada da mulher brasileira” (Alves; Nascimento; Freitas, 2018, p. 150), acarretando no turismo sexual – uma triste herança que ainda permanece vinculada à imagem do país no exterior.

Ao me debruçar para a unidade federativa estudada, a “indústria sem chaminés” foi uma das prioridades de Alberto Tavares Silva, chefe do executivo piauiense entre 1971 e 1975. Esse que foi o seu primeiro mandato e é considerado por boa parte da comunidade historiadora piauiense enquanto divisor de águas. A historiadora Claudia Cristina da Silva Fontineles (2021), entende que, nesse mandato, o engenheiro parnaibano tentará elevar ou, até mesmo, criar a autoestima do povo piauiense. Segundo Nascimento (2010, p. 16) o então governador “considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, fora dos seus limites, era demolidora dos piauienses, portanto, era necessário modificá-la”. Para esse historiador, Silva promovia intervenções urbanísticas na capital piauiense, entendida como “vitrine” do estado, dando-lhes ares de cidade moderna.

Consoante Fontineles (2021), acerca dos ânimos para elevar a “autoestima do povo piauiense”, um dos principais objetivos de Alberto Silva foi a criação da Assessoria de Acompanhamento e Comunicação. O governo de Silva “intensificou o investimento em publicidade e em financiamentos públicos nas principais empresas de comunicação do estado, contribuindo para construir uma rede de apoio que o auxiliou na divulgação do discurso de um “Piauí”, no esteio do “Brasil Gigante” (Fontineles, 2021, p. 09). O turismo e a propaganda das paisagens piauienses teriam não somente o intuito de trazer visitantes e capital ao estado, mas também serviria para divulgar um Piauí pouco conhecido.

Logo no primeiro mês do ano de 1971, antes mesmo de tomar posse, o governador piauiense expôs aos concidadãos suas pautas primordiais e turismo era uma delas. Não à toa, no topo da primeira página o *Folha do Litoral* trazia a manchete “Turismo: uma das metas do próximo governo”. O *FL* ainda imprimiu o resumo de uma entrevista do recém-indicado governador à Rádio Difusora de Teresina. Segundo o periódico parnaibano,

convencido (e não foi possível convenceremos a outros governantes estaduais) da moderna e imperiosa necessidade de se propagar a realidade piauiense fora do Estado, atraindo-se o turista propriamente dito, inclusive, vultos que fazem a história contemporânea na vida nacional e internacional, através de todas as modalidades da existência atual (Folha do Litoral. 24/01/1971, p. 01).

Para tanto, o jornal elencava que seria fundada uma entidade de economia mista, cujo objetivo era se ocupar da atividade turística no estado. Criada naquele mesmo ano, a PIEMTUR era uma “empresa de fomento ao turismo do Piauí, cujo objetivo era incrementar o desenvolvimento da indústria de turismo no Estado, seguindo o modelo da Política Nacional do Turismo elaborado pela EMBRATUR” (Pessoa, 2020, p. 102). No começo daquela década, a fim de criar e vender roteiros, vários estados nordestinos criaram suas respectivas empresas de

turismo segundo o molde da própria EMBRATUR, e o Piauí seguiu o exemplo dos estados irmãos.

À época, a “indústria sem chaminés” era um fenômeno entendido como atividade socioeconômica atrelada ao progresso. “O Governo acreditava que o turismo poderia vir a salvar o Nordeste, que passava por grandes secas, e evitaria a imigração, gerando empregos e desenvolvimento regional” (Alfonso, 2006, 48). A fórmula de sucesso naquele período, não apenas no Brasil, mas também no mundo, era a do turismo de sol e mar, dois elementos de grande expressão na região. Segundo Valério Negreiros (2024), no documento lavrado a partir do compromisso de Salvador, em 1971, convocavam-se os órgãos a cargo do planejamento turístico a fim de resolver as questões de promoção e usos de bens culturais e de valor cultural protegido. O historiador afirma que “recomendou-se também o desenvolvimento de uma indústria do turismo com especial atenção para os planos que visassem à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor culturais protegidos por lei” (Negreiros, 2024, p. 51). O debate sobre a valorização do turismo enquanto mola propulsora do desenvolvimento fazia, portanto, do debate político, presente nas políticas de estado.

Alberto Silva e sua equipe foram os responsáveis por transformar o tema do turismo enquanto política pública no Piauí, inserindo-o e o institucionalizado pela primeira vez no plano de governo, intitulado “Diretrizes para o Desenvolvimento (1974-1975)”, estando na quarta parte do citado documento, na seção **Política de Incentivo à Produção**. A fonte expõe que, apesar da industrialização e do setor primário deverem ser a diretriz central, havia “interessantes setores suscetíveis de rentável exploração, como o Turismo, para o qual há manifestação de interesse por parte do Governo Federal” (Cepro, 2016, p.73). Ao ler esse extrato da referida fonte, reitero que o investimento no turismo não é uma excepcionalidade desse governo, mas sim, um alinhamento entre os interesses estaduais e federais daquele momento.

O próprio *Folha do Litoral* lembrava seus leitores que o tema do turismo não era novidade em suas páginas. No editorial “Turismo no Piauí”, o periódico advertia: “apraz-nos registrar agora a disposição demonstrada pelo futuro chefe do executivo piauiense [Alberto Silva], ao equacionar o turismo em nosso estado em termos práticos, para execução em futuro próximo, reforçando o pensamento muitas vezes impresso em *FL* pelo nosso fundador” (Folha do Litoral. 21/02/1971, p. 02). De igual maneira, ao cobrir inaugurações de obras do governo do estado na zona norte do Piauí, o jornalista J. Vieira escreveu um extenso artigo sobre as primeiras ações e projetos na região.

O *FL* tomava para si o protagonismo daquele debate e Vieira reafirmou,

nas páginas deste jornal, mesmo antes do Governo Alberto Silva, sempre levantamos a voz em favor do turismo no Piauí. Nunca entendemos como dirigentes e governantes jamais se interessaram pela divulgação e exploração das belezas naturais do litoral piauiense. Esporadicamente falava-se em turismo, mas particularizava-se ‘Sete Cidades’ como ponto único a ser visto pelos piauienses e visitantes de outros estados (Folha do Litoral. 03-04/07/1971, p. 01).

Diante disso, Silva foi apenas o primeiro governador a levar a sério o turismo no estado, transformando-o em política desenvolvimentista. Até então, o Parque Nacional de Sete Cidades, criado por um decreto de Jânio Quadros e que, conforme Ana Raquel Pinto Guedes Ferreira, concentra “monumentos geológicos de grande beleza cênica, sítios arqueológicos de relevante interesse e um ecossistema de transição caatinga/cerrado de grande importância ambiental” (Ferreira, 2008, p. 69), já era conhecido ao redor do país⁹⁴ pelo exotismo e curiosidade de suas formações geológicas, aparecendo desde a década anterior no Mapa Turístico da COMBRATUR⁹⁵ – Sete Cidades era o único ponto turístico do estado que recebeu menção naquele momento. O jornalista J. Vieira ainda completava: “o nosso litoral, rico em belezas naturais e pouco conhecido, ficava no esquecimento, talvez por aproximar-se de Parnaíba, cidade nem sempre bem-vista por certos governantes” (Folha do Litoral. 03-04/07/1971, p. 01). Nesse sentido, o *FL*, ressentido pelos anos de descaso por parte dos sucessivos governadores, via em Silva, um parnaibano, a chance de angariar mais recursos e investimentos à região.

Vejamos então como se deu, na prática, a indústria sem chaminés na primeira metade da década de 1970. Como foi debatido anteriormente, o fluxo de visitantes já era considerável, e os periódicos constantemente afirmavam estar aumentando a quantidade de veranistas no litoral do estado. Nas férias de julho de 1970, o jornal *Norte do Piauí* lançava uma nota informado ter sido bastante movimentada a temporada balneária na praia de Luís Correia e em Pedra do Sal, mesmo a última possuindo dificuldades no que tange ao seu acesso (Norte do Piauí. 14/07/1970, p. 01). Ou seja, o estado possuía lugares interessantes a serem explorados, carecendo ainda de um mínimo possível de estrutura, como estradas, hotéis e urbanização das praias.

Em meio a isso, já nos primeiros meses de sua gestão, Silva, juntamente com os prefeitos de Parnaíba e Luís Correia, encarregaram-se aos poucos de estruturar o litoral. Tanto Parnaíba

⁹⁴ Ao longo da pesquisa localizei matérias sobre Sete Cidades tanto na *Cruzeiro* quanto na *Manchete*: naquela primeira revista, a primeira reportagem, ainda sem cores, sobre o futuro parque geológico se chama As “7 cidades do Piauí, de Eduardo Maffei e veiculada em 3 páginas na edição de número 39 de 1944 da *Cruzeiro*. Por sua vez, a revista *A Manchete* veiculará na edição 0647 de setembro de 1964 a reportagem “As sete cidades de Pedra”, impressa em texto e imagens em duas páginas, a matéria tinha Carlos Eduardo Marchesini Torres como autor.

⁹⁵ Conferir anexos.

quanto Luís Correia haviam recebido eletrificação da Usina de Paulo Afonso em 1969. Nesse último município, durante a gestão de Antônio de Pádua, o perímetro urbano, além de eletrificado, havia passado por algumas melhorias, como, por exemplo, o calçamento das ruas e recuperação de prédios públicos.

Nessa nova intervenção, começada em 1970, na qual priorizava a zona praiana, Atalaia, a praia mais movimentada da época, atraiu grande parte dos esforços. Isso se deve, pois, tanto turismo quanto vilegiatura incitam urbanização (Dantas e Pereira, 2021). O título de uma nota afirmava ser ela a atração do ano vindouro (Folha do Litoral. 30/05/1970, p. 01). Para tanto, a orla iria receber naquele mesmo ano, antes das férias de julho, intervenções urbanísticas. Ao fim das obras, Atalaia foi contemplada como “uma pista asfaltada de mil metros com estacionamento para veículos e iluminação a mercúrio” (Folha do Litoral. 10/06/1971, p. 01). Ali, futuramente iriam ser instalados bares e restaurantes, portanto, Atalaia trocava de roupa, e os jornais da época sentiam que, finalmente, a região estava sendo zelada e recebendo atenções.

De acordo com a reportagem de duas páginas de J. Vieira, que cobria os trabalhos em Atalaia,

os casebres de palha estão desaparecendo como por encanto [...] homens e máquinas poderosas se empenham numa jornada de trabalho de 24 hs por dia, sob a orientação de técnicos competentes, ora rasgando o areal, ora preparando os aterros, ora compactando a massa com rolos compressores, ora espalhando o asfalto pela pista-avenida, que é, de fato uma beleza (Folha do Litoral. 27/06/1971, p. 06).

Dentre as ações realizadas, a paisagem praiana novamente era alterada, e certamente não eram feitas por “encanto”, mas por pessoas e pela técnica, que, tentando modificar a praia ao seu bel-prazer, ou ao menos ao que julgavam ser mais belos, reescreviam novas histórias naquela paisagem. Nesse processo, rastros humanos “indesejáveis”, como os casebres e os próprios elementos da praia, dentre eles, lagoas e sangradouros, importantes para humanos e animais não-humanos, foram superpostos e aterrados. A Atalaia, “praia das famílias parnaibanas” dava espaço para a do turismo de massas. No fim da matéria, o repórter categoricamente afiançava ser aquela “a presença do governo do estado, chegando cedo a estas plagas, graças ao ilustre filho da terra, que viu no turismo organizado uma inesgotável fonte de divisas para o Piauí” (Folha do Litoral. 27/06/1971, p. 06). Como sugestionou J. Vieira, abria-se um novo capítulo nas histórias das praias do estado.

Na mesma edição, o editorial “Praia” anunciava estar iniciada “mais uma temporada de banhos de mar em nossas praias, constituindo o principal ponto de atração entre estas a de Luís Correia, este ano já dotada dos principais requisitos ao conforto e entretenimento de banhistas e visitantes que acorrerem àquela cidade praiana” (Folha do Litoral. 27/06/1971, p. 02). Mesmo

com a ligação por meio da rodovia, os ônibus até Atalaia eram poucos, gerando pressão sobre o serviço. Dessa maneira, por conta dos “esforços do engenheiro Ivan Franklin, chefe da residência atual da antiga Estrada de Ferro, que compreendendo as necessidades de nosso povo empenhou-se de todas as maneiras, estão correndo, pelo menos durante a temporada de praia, trens para Luís Correia” (Folha do Litoral. 08/07/1971, p. 01).

Diferente dos anos anteriores em Atalaia, aquele, isto é, 1971, a partir de esforços da iniciativa pública, melhor atenderia seus frequentadores. O trabalho, contudo, não era apenas do governador, acontecia em conjunto.

TAMBÉM os prefeitos de Parnaíba e Luís Correia, srs. Carlos Carvalho e Manoel Pedrosa, respectivamente, estão a testa do movimento que polariza as atenções das duas cidades litorâneas, detentoras aliás do maior índice de interesse de banhistas desta região, até mesmo quando “banho salgado” era apontado unicamente como coadjuvante terapêutico, na cura de algumas moléstias⁹⁶ (Folha do Litoral. 27/06/1971, p. 02).

E inúmeras vezes o jornal anunciava aos leitores que tanto Carlos Carvalho quanto Manoel Pedrosa, e mesmo Alberto Silva, iam conferir pessoalmente o andamento dos trabalhos. Como pode-se ver ainda pela citação, que corrobora para a discussão da tese aqui apresentada, aquele período já assinalava a mudança de costumes e para a forma de se ver a paisagem litorânea na imprensa e entre parte dos piauienses.

Os tradicionais “banhos salgados” não eram entendidos como turismo, mas sim, como atividade curativa, um costume sem pretensões econômicas. Essa prática, que ainda ocupava espaço desde as décadas anteriores com os recreios na praia, acontecia de maneira orgânica, isto é, sem planejamento algum. A partir da primeira metade dos anos 1970, a proposta do turismo de massa suplantaria tais atividades.

O turismo piauiense era focando inicialmente atraindo visitantes do próprio estado, principalmente de Teresina e dos estados vizinhos – movimento esse consonante com o realizado no país. De acordo com Leon Kaminiski, na primeira metade daquele decênio, o turismo interno realizado “era facilitado pelo aumento de poder aquisitivo, pelo incremento da indústria automobilística e pela ampliação e melhoria das estradas” (Kaminiski, 2018, p. 69). Entendo, portanto, que a organização da atividade a partir de um projeto e de ações políticas é o que marcou o começo do turismo no Piauí, compreensão essa alcançada a partir da leitura das fontes da época.

Com as primeiras mudanças de Silva, bem como seus esforços dentro do Piauí, jornalistas da *Fatos & Fotos* e da *Manchete*, que circulavam pelo Nordeste naquela ocasião,

⁹⁶ Grifo no original.

estiveram em Parnaíba e passaram por Luís Correia e Tutóia “com a finalidade de colher material para uma reportagem cuja finalidade primordial é promover estudo acurado das possibilidades de sucesso na implantação do turismo no Norte e Nordeste do país” (Folha do Litoral. 17/06/1971, p. 01). No que tange à *Manchete*, os resultados da empreitada foram materializados na reportagem “A hora do Nordeste”, impressa na edição especial “Brasil 71”. Naquela edição, a revista trazia uma imagem aérea de Teresina e, ao lado, um pequeno texto que afirmava “com o advento da Usina de Boa Esperança, começou a mudar a imagem de estagnação que se fazia do Piauí. Ele parte agora para incorporar-se também a imagem de um Brasil progressista” (Manchete, 1971, p. 63). O estado, portanto, andava no mesmo passo que o país, e a mensagem seria reforçada ao longo daquela edição.

Páginas depois, foi impressa em página dupla uma arte ilustrando o bumba-meu-boi. No desenho, que lembra uma aquarela, no primeiro plano, vê-se um boi bailando ao som de três boieiros usando chapéus de vaqueiro e tocando instrumentos musicais. Ao fundo, há uma multidão e junto a ela, no lado esquerdo, torres e linhas de transmissão de energia. É possível ver também uma fábrica. Na direita, nota-se o que parecem ser prédios. A arte ilustra tanto os elementos tradicionais da cultura do estado quanto as ações modernizadoras empreendidas naquele momento.

Essa ilustração está acompanhada de um texto que suspeito ser publicitário do governo do estado. Com o título em garrafais “O outro boi”, em resumo indicava que o estado se modernizava sem perder suas tradições. A pecuária, atividade tradicional exercida desde os tempos coloniais, era, a partir de Silva, reabilitada (Mota, 2024), dada sua importância, e se transformava com a recuperação dos Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), dividindo espaço com novas atividades, principalmente industriais. Ao convidar empresários a investirem no Piauí, sob a promessa de apoio por parte do governo estadual, o texto finalizava com a garantia de que “as suas inversões serão cobertas de vantagens e certeza de lucros”.



Figura 20. Legenda: Anúncio. Fonte: *Manchete*. Edição especial. 1971, p.01.

Abaixo da figura, encontram-se os dizeres: “visite o Nordeste. Participe da campanha de turismo promovido pelo BNB e EMBRATUR” (Manchete, 1971, p. 139). Como se nota, fora do Piauí, aos poucos, a imagem da unidade federativa divulgada em jornais e em revistas fotográficas de grande circulação era bem diferente se comparado às narrativas visuais e aos textos escritos pelos repórteres na “Operação Piauí” em 1961. Trabalhava-se dentro e fora do estado.

Heraldo Amorim, ao assumir a presidência da PIEMTUR, discursou sobre a importância de se investir na estruturação do turismo no estado, destacando que o Piauí era “viável”. Dentre sua fala, que foi impressa em duas páginas no *FL*, seleciono um trecho no qual o primeiro presidente dessa sociedade de economia mista evidenciou:

A imagem do Piauí tem sido prejudicada muito mais pelo desconhecimento do que pelas dificuldades de sua economia. A fraqueza econômica não é privilégio do nosso Estado. Outros a possuem também. No entanto, menos desconhecidos, padecem menos, conseqüentemente, do que nós. Essas deformações, esses aspectos negativos já se vão, todavia, modificando, precisamente porque o governo estadual, senhor das realidades piauienses, está empenhado em anunciar aquilo de que está convencido: o Piauí não é inviável (Folha do Litoral. 21/10/1971, p. 04).

Como para os demais piauienses, as antigas imagens produzidas e reproduzidas fora do estado eram distorções da realidade. Amorim ainda reitera, explicando que esses retratos se davam muito mais pelo desconhecimento da realidade do Piauí do que por provas do que ali se passava. Ao demonstrar o esforço do governo de Silva em melhorar a imagem da antiga “terra do meu boi morreu”, o presidente da PIEMTUR, certo do sucesso que empreitada do turismo representava, finalizava seu discurso da seguinte maneira: “dizemos aos nossos conterrâneos

que precisamos de ajuda de todos. Juntos, implantaremos, no Piauí, a indústria do turismo, da qual só se pode esperar que assegure ao nosso estado os dividendos de que tanto necessita” (Folha do Litoral. 21/10/1971, p. 04). Para que a “indústria sem chaminés” tivesse sucesso no estado, toda a população deveria participar e cooperar.

No litoral analisado, novos investimentos estruturavam e davam suporte ao desenvolvimento do turismo e até amparavam outras atividades. Pedra do Sal, a praia de Parnaíba, e Morros da Mariana, entendido como celeiro dessa cidade naquela época e localizados na maior ilha do Delta do Parnaíba, separavam-se da sede municipal pelo Igaráu. Isso dificultava tanto a circulação de pescados e visitantes para aquela praia quanto de mercadorias agrícolas para a zona urbana e vice-versa. Parnaibanos que há tempos reivindicavam tanto estrada quanto uma ponte, seriam finalmente atendidos.

Entusiasmado, o *Folha do Litoral* do dia 19 de setembro de 1971 lançou um editorial informando:

vê-se realizado agora também um velho sonho, qual seja o da construção da rodovia ligando Parnaíba ao povoado de Morros da Mariana, complementado por uma ponte sobre o Igaráu [...] é o que se poderia chamar de ponto chave para o desenvolvimento econômico e turístico desta área, tendo-se em vista a variante rodoviária que levará visitantes e turistas às lindas praias da Pedra do Sal (Folha do Litoral. 19/09/1971, p. 02).

Tais obras tinham caráter duplo: eram elementos importantes para o trânsito de alimentos entre o “celeiro” e os principais mercados do município e para fomentar o turismo na região, já que, nas palavras do *FL*, “fazemos um turismo mirim, aos domingos e feriados, deslocando-nos da cidade para o campo ou para o mar” (Folha do Litoral. 04/11/1971, p. 02). O *FL* também sustentava que o turismo seria uma fonte de renda que beneficiaria direta e indiretamente os habitantes da região do Delta. Entendo que os jornais locais daquela época, a partir de suas notas, editoriais e matérias sobre a implantação da “indústria sem chaminés” no estado, tinham ainda o objetivo de mobilizar a opinião pública, criando consenso local e regional de que aquela era uma oportunidade de melhorar a vida da população, trazer capital ao Piauí e desenvolvê-lo por meio do setor turístico.

No começo do ano seguinte, por meio da lei número 675, o poder executivo municipal firmava convênio com o governo do estado para a pavimentação poliédrica da estrada para Morros da Mariana, e tão logo foi iniciada. Por sua vez, outra estrada, para Pedra do Sal, chamada pela imprensa local de “Estrada de Turismo” (Folha do Litoral. 20/01/1972, p. 01) seria concluída “logo que permita o período invernososo, que veio interromper os trabalhos iniciados” (Folha do Litoral. 18/05/1972, p. 01). A imprensa chamava a atenção para a

importância das estradas abertas no estado, tanto pela integração do Piauí com o resto do país quanto pelo desenvolvimento regional (Folha do Litoral. 12-13/02/1972, p. 02). Especificamente na região litorânea, tais vias eram importantes para dar acesso, principalmente, aos locais balneários, não somente aos finais de semana, como até então se fazia, mas ao longo de todo o ano.

No ano do sesquicentenário da independência, isto é, em 1972, o regime ditatorial promoveu grandes comemorações cívico-militares, essas a partir do ajuntamento de “conquistas esportivas e econômicas, atingiu-se o auge de orgulho patriótico e de união nacional” (Reis, 2014). Como parte da agenda comemorativa, o corpo de Dom Pedro I percorreu as capitais estaduais. Para Janaina Martins Cordeiro (2015, p. 22), a tradição de festas patrióticas não era novidade; contudo, naquele momento, possuía um novo caráter, “agora envolvida por uma atmosfera de modernização que a particulariza: o otimismo e a fé no futuro do país, tão próprios dos anos do milagre”. Nesse sentido, segundo a citada historiadora, as comemorações faziam parte da propaganda do regime e tinham como objetivo construir consenso e adesões. Poucos meses antes do aniversário do “grito do Ipiranga”, nos primeiros dias de junho daquele ano, o *FL* escreveu o auspicioso editorial “Veraneio”:

ao que tudo indica o litoral piauiense terá um dos seus maiores e mais aprazíveis movimentos recreativos praianos no corrente ano, tendo-se em vista as medidas oficiais que estão sendo tomadas pelo governo estadual e municipal [...] estradas próprias estão sendo concluídas ou reparadas, bem como instalações modernas e funcionais de um motel em Luís Correia a apenas alguns passos da praia enorme e limpa oferecendo beleza e abrigo para todos. Luz, água, boa comida e diversões complementarão o prazer do veranista este ano (Folha do Litoral. 04/06/1972, p. 01).

O periódico se mostrava bastante otimista quanto ao mês vindouro, tendo em vista as recentes intervenções do poder público no litoral no que tange à promoção e subsídio turísticos. Esses foram os primeiros investimentos na região para promover a “indústria sem chaminés”. Apesar disso, Pessôa considera que, naquele momento, a “ação do poder público no fomento à atividade turística não se mostrou eficaz por não ser capaz de atrair outros investimentos e melhorar a infraestrutura deste território” (Pessôa, 2020, p. 260). Seja como for, Atalaia novamente seria a praia que mais absorveria visitantes, e o *Folha do Litoral*, além de apresentar aos leitores as ações conjuntas do governo estadual e municipal, endossava o debate sobre a “indústria sem chaminés” na região litorânea e apontava Parnaíba, por ser o maior município, como centro de operações daquela atividade, mesmo que só possuísse uma única praia.

A folha parnaibana também chamava a atenção para outros dois destinos: “mas o mar estará a oferecer também os benefícios da sua terapia e os encantos da sua vastidão panorâmica nas praias do Coqueiro e Pedra do Sal, que são dois sítios tranquilos para quem busca paz e

restauração de energias perdidas” (Folha do Litoral, 04/06/1972, p. 01). Embora essas outras duas estações balneárias ainda fossem pouco aparelhadas, eram interessantes lugares para quem queria calma e contemplação da natureza, portanto, alternativas para fugir da algazarra de Atalaia.

As ações de Silva no norte piauiense eram vistas com regozijo e a imprensa local tecia elogios ao governador e seus feitos na região, interpretando-os como reparação pelos anos de descaso das gestões passadas. Quando em sua estadia em Parnaíba no carnaval de 1973, ano nacional do turismo, numa entrevista ao *Norte do Piauí*, o governador afirmou “que a zona norte havia sido esquecida pelos administradores anteriores” (Norte do Piauí. 10/03/1973, p. 01). No mesmo encontro, Silva prometia, a partir da PIEMTUR, a construção de hotéis em Pedra do Sal e Coqueiro, além da ampliação do motel de Atalaia. Vê-se, portanto, a iniciativa do poder público de trazer os primeiros investimentos na criação dos espaços turísticos. Aos poucos, um “Piauí novo”, o Piauí turístico, se erigia a partir do esforço em conjunto do governador e dos poderes locais.

Internamente, o governo do estado trabalhava para “arrumar a casa”, estruturar a atividade turística na região litorânea e propagar o potencial turístico do estado por meio de boletins informativos produzidos pela PIEMTUR (Folha do Litoral. 21/07/1973, p. 01). A fim de sedimentar ainda mais a proposta de turistificação do estado, o ministro Reis Veloso, acompanhado por Paulo Manoel Protásio, advogado, ex-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e presidente da Embratur entre 1971 a 1975, visitaram, além do campus avançado de Parnaíba administrado pela UFES, o parque de Sete Cidades, as praias de Atalaia, Coqueiro e Pedra do Sal. Essas visitas, nas palavras do *FL*, “despertaram muito otimismo em nosso povo, de modo especial a do presidente da EMBRATUR, que teve oportunidade de conhecer de perto a beleza do nosso litoral e estudar as possibilidades do desenvolvimento do turismo no Piauí” (Folha do Litoral. 28/07/1973, p. 06). Fora dos limites piauienses, havia igualmente por parte de Silva, o investimento em modificar a imagem do estado, mostrando-o mais dinâmico e moderno. Construiu-se na imprensa a imagem de um governo redentor (Nascimento, 2010). A divulgação das paisagens piauienses, como de Sete Cidades e, em especial, as do litoral, fazem parte da construção de um “Piauí novo”. Desse modo, havia tanto o grande esforço de mudar a imagem de atrasado do Piauí e quanto a memória de estado pobre fora de seu território.

No começo da década de 1970, a *Manchete* faria sucessivas reportagens sobre os estados nordestinos, mostrando não apenas o estereótipo de pobreza e seca. Na seção “O Leitor em

Manchete” podia-se ler as repercussões positivas. Ao ver esses novos retratos sobre a região, na edição de número 1059, Osmar Oliveira Pinheiro, de São Paulo, entre elogios e ressalvas, cobrou o seguinte na revista:

o Piauí é sempre esquecido: foi o meu pensamento quando vi as belas reportagens sobre a Bahia e o Ceará. O povo piauiense é humilde, mas hospitaleiro [...] não deixem para visitar a gente quando acontecer alguma calamidade. Incluam Piauí e Maranhão no roteiro das grandes reportagens de MANCHETE. Isso talvez acabe com aquela piada maldosa: visite o Piauí, antes que ele acabe (Manchete, 1972, p. 34).

“Visite o Piauí, antes que ele se acabe” – esse foi o apelo de um leitor da capital paulista. No entanto, levaria dois anos para que a revista produzisse alguma reportagem retratando as paisagens litorâneas do estado. Nos três primeiros anos daquele decênio, tanto a *Manchete* quanto sua concorrente, *O Cruzeiro*, ilustravam o Piauí enquanto estado em transformação. Somente mais tarde é que um Piauí por ser descoberto, repleto de paisagens desconhecidas e de grande potencial turístico, se manifestaria nos textos e nas fotografias daquelas revistas.

Por ora, conheçamos então o “Piauí novo”. Na seção de cinco páginas intitulada “Piauí: A hora da Boa Esperança”, veiculada na edição especial da *Manchete* em alusão à independência do país, foi mostrado um Piauí alinhado ao “Brasil grande”, e as fotografias priorizavam uma das principais obras da ditadura no estado: a Usina de Boa Esperança. Numa fotografia estampada em página dupla, nota-se as comportas da barragem. De costas para quem fotografou, um vaqueiro montado no cavalo e trajando gibão de couro observa a torrente saindo da barragem.

Embora a fotografia sugira certo impasse entre modernização e tradição, no qual as figuras seriam anacrônicas e não poderiam coexistir, a legenda chamava a atenção: “o vaqueiro e a hidrelétrica não chegam a compor um contraste. Na verdade, a grande usina vai beneficiar mais diretamente os que vivem no campo” (Manchete, 1972, p. 304). A usina, além de servir para a industrialização, ainda tinha a função de levar renda ao campo por meio da agricultura irrigada. Nesse sentido, há uma integração da Boa Esperança com os modos de vida tradicionais. Os benefícios da obra seriam tanto para as áreas urbanas quanto para as rurais, e a partir desse empreendimento, “o Piauí passou a viver uma nova e decisiva fase da sua história” (Manchete, 1972, p. 305), afirmava a revista. Nas considerações de Marconis Lima, a importância da supracitada usina extrapolava o território piauiense: “a Boa Esperança passou a exercer a função de estabilizar a geração e a distribuição de eletricidade na ampla área entre os principais centros regionais nordestinos e a entrada da Amazônia” (Lima, 2023, p. 136), suprimindo a carência energética, bem como dando subsídios para a industrialização dessas regiões.

De igual maneira, o texto que acompanha as imagens, da mesma forma que fez com outros estados, resumiu a história do Piauí em três tempos diferentes: em 1822, 1922 e 1972. Naquela primeira data, foi ativada a reminiscência da Batalha do Jenipapo, evocação oportuna, já que se comemorava os 150 anos da independência do Brasil, e, segundo a *Manchete*, “a participação do Piauí foi decisiva para consolidar a independência [...] as poucas espingardas arrebanhadas tinham sido entregues aos cearenses. Os piauienses combateriam mesmo com velhas espadas, facões, chuços, machados e foices” (Manchete, 1972, p. 308). A dominação, conforme compreende Ricoeur, não é feita somente pelo emprego da violência, mas igualmente a partir de outras formas de manipulação, sendo a memória e a narrativa uma delas. Na citação retirada da revista, percebe-se os usos políticos da memória da batalha em questão, ativada não apenas por esse veículo midiático, mas igualmente pelo regime e, principalmente, pelo governo do estado.

Para o filósofo francês, “a ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada” (Ricoeur, 2007, p. 98). Diante disso, a revista sublinha o papel do Piauí naquele processo histórico. O veículo midiático ainda rememora que os protagonistas do acontecimento em questão foram pessoas humildes, com poucos recursos bélicos, e que lutaram utilizando apenas antigas armas de fogo ou objetos de uso cotidiano no meio rural. A alusão à participação cearense e maranhense no embate confere aderência entre os estados vizinhos e sugere patriotismo – ou simula, já que naquele momento ainda não existia a ideia de nação unificada.

A narrativa e a memória do povo pobre e distante dos debates sobre a independência realizados na corte, mas não isolado das lutas, foram corporificadas para além da *Manchete*. Alberto Silva politicamente as utilizou tanto como um dos pilares da identidade piauiense quanto como substrato da autoestima de seu povo. Em 1973, no sesquicentenário do conflito ocorrido em Campo Maior, aquela cidade, onde próximo estava localizado o antigo Cemitério do Batalhão do Jenipapo, que abrigava os restos mortais dos combatentes, foi edificado um monumento inaugurado por Silva. Estava, portanto, materializada para os piauienses e visitantes, a memória da Batalha do Jenipapo⁹⁷.

⁹⁷ O Cemitério do Batalhão é um bem paisagístico do tipo Jardim Histórico no qual repousam os restos mortais dos combatentes na Batalha do Jenipapo, as sepulturas são constituídas somente por montes de pedras soltas e uma cruz de madeira. Foi tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes.

Sobre a segunda efeméride, isto é, 1922, a narrativa sublinha a economia agroextrativista e um Piauí “isolado” do resto do país. Por fim, no ano do sesquicentenário, um novo tempo foi delineado, “o de um estado com todos os trunfos para se libertar da pobreza e que se organiza para explorar suas potencialidades e alcançar um estágio de desenvolvimento” (Manchete, 1972, p. 310). Curiosamente, em uma das páginas, duas imagens apresentam o contraste do estado: uma menor, em preto e branco, ilustra um cais com lavadeiras; já a outra, bem maior e em cores, a usina de Boa Esperança. Essa mesma matéria foi republicada na edição especial em inglês⁹⁸.

Fora os investimentos no campo energético, no Piauí igualmente “se construiu uma extensa malha rodoviária que estabeleceu milhares de quilômetros de rodovias com vários entroncamentos importantes” (Lima, 2023, p. 136), e essa obra de infraestrutura, cujo objetivo era integrar o estado à nação, seria igualmente documentada e elogiada pela *Manchete*. Desse modo, em fevereiro de 1973, a referida revista publicou duas reportagens sobre as “transformações” no Piauí. A primeira, intitulada “Os novos rumos do Piauí”, de autoria de João Martins e ilustrada pelas fotografias de Paulo Reis, documentava as ações tanto do governo central quanto estadual no Piauí no sentido de integrar, a partir das rodovias, o estado à região Nordeste. Não deterei maior análise a essas reportagens, mas é necessário ressaltar as narrativas que evidenciam o trabalho dos militares e o esforço em dar nova cara ao estado nordestino.

Em cores, estampada em página dupla, uma estrada rasga o carnaubal e um fusca branco percorre o caminho de asfalto. Duas imagens menores também coloridas foram impressas nessas páginas, e uma delas retrata a solenidade de entrega das estradas: Médici hasteia o pavilhão nacional, atrás dele, Alberto Silva, ladeado pelo ministro dos transportes, Mario Andreazza, que os observam, enquanto vários militares estão em continência. A *Manchete*, salientava a presença de Geisel nessas cerimônias: “reflete a importância dessas inaugurações no Piauí, dentro do conjunto de iniciativas que estão retirando do isolamento milhões de brasileiros e realizando a verdadeira integração nacional” (Manchete, 1973, p. 122). Estava presente ainda Eliseu Resende, diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e diversas autoridades. Outras obras, como a ponte sobre o rio Parnaíba, também foram inauguradas naquele momento.

Em seguida, no mesmo ano, saiu nova reportagem. Se na anterior mostrava o horizonte, isto é, os novos rumos descortinados e vislumbrados, nesta, intitulada “Piauí: primeiro passo para o desenvolvimento”, retrata a ação que vinha ocorrendo. Assim como na matéria

⁹⁸ Conferir. Hope from Boa Esperança. Manchete: Brazil New Horizons. Export. Especial Edition.

anteriormente, essa outra também exibe a presença e importância dos militares para o desenvolvimento do estado. A imagem de Médice hasteando a bandeira do Brasil, utilizada na reportagem passada, foi reativada e novamente impressa, dessa vez em preto e branco, contudo, uma pequena edição foi feita. Ao seu lado, aparece apenas o governador do Piauí; o restante da foto foi cortado, centralizando assim, o “presidente” hasteando as bandeiras com os militares em continência ao fundo. Abaixo da imagem, a legenda contava: “durante a administração do presidente Garrastazu Médici, o governo do Piauí recebeu a atenção e os recursos necessários para estabelecer a infraestrutura indispensável para o aproveitamento do potencial do estado que, da estagnação, partiu para a primeira e decisiva fase de desenvolvimento” (Manchete, 1973, p. 134). Como se lê, uma vez mais foi sublinhado o papel do governo federal de trabalhar em conjunto com o do Piauí para a superação da pobreza e integrar a unidade federativa, a imagem atestava a presença do presidente e a importância do poder federal para a modernização do estado.

A matéria de duas páginas tecia vários elogios a Silva pela sua gestão, projetos e assegurava: “sua administração tem concentrado esforços nos setores de eletrificação e de rodovias, para que se possa dinamizar as demais áreas: Educação, Saúde, Telecomunicações, Agricultura, Assistência Social, Obras Públicas, Segurança, Turismo e Iniciativa Privada” (Manchete, 1973, p. 135). Ponto fulcral para o desenvolvimento do estado, as rodovias conectavam o Piauí ao resto da região nordestina e ao país, devendo ser enfatizada a Transamazônica, que, na altura de Floriano, unia o Piauí ao Maranhão. Diminuindo a distância entre Norte e Nordeste (Lima, 2023), o trecho rodoviário dava subsídio ao empreendimento dos militares de ocupação e conquista do chamado “inferno verde”, que resultaram em “projetos de colonização mal avaliados, enormes fazendas de pecuária especulativa e invasão de mineração” (Dean, 2020, p. 336). As estradas rodoviárias, ao ligarem o Piauí ao resto do país, por conseguinte, seriam as responsáveis pelo tráfego de riquezas e, principalmente, pela circulação de visitantes.

O texto finalizava a reportagem afirmando: “a administração do governador Alberto Silva conseguiu modificar a imagem do Piauí, mudando o comportamento de seu povo, que da estagnação partiu para um novo estágio de desenvolvimento econômico, social e político” (Manchete, 1973, p. 135). A revista, como se vê, da mesma maneira que os jornais parnaibanos, construíam em suas páginas, a partir dos textos e das imagens, o consenso da nova marcha tomada pelo estado a partir da batuta de Silva e dos militares.

Não era incomum que os “presidentes” militares comparecessem nessas ocasiões no Piauí. Conforme Fontineles, a presença de Alberto Silva e “de diferentes autoridades federais, inclusive os presidentes Médici e Geisel, em inaugurações de um grande contingente de obras, indica o aval e a colaboração com o governo de Alberto Silva, como a liberação de muitos recursos financeiros” (Fontineles, 2009, p. 135). Mesmo nas inaugurações no litoral, como por exemplo, do colégio Polivalente Lima Rebelo, tido como escola modelo e entregue a Parnaíba naquele ano (Norte do Piauí. 02/04/1973, p. 01), e da Ponte Simplício Dias em 1975 (Oliveira, 2017), contaram com a presença de Geisel na primeira e pela sua filha, que o representou na segunda, ilustrando o apoio do governo central em mudar o Piauí.

No segundo semestre de 1973, em 11 de outubro, os ministros Reis Velloso (Planejamento), Costa Cavalcante (do Interior) e Aldo Villas Boas (interino da Saúde) viriam a Parnaíba e, juntamente com o governador do estado, participariam da solenidade de “inauguração do campus Avançado do Projeto Rondon, que será administrado pela Universidade Federal do Espírito Santo” (Folha do Litoral. 10/10/1973, p. 01). Criado em 1967, o Projeto Rondon era uma ação interministerial e buscava “incorporar os universitários nos projetos nacionalistas e desenvolvimentistas do regime e afastá-los do engajamento nos movimentos de esquerda” (Kaminski, 2018, p. 71). Ao menos desde o final dos anos 1960, sucessivas turmas de estudantes das diversas áreas do conhecimento vinham à cidade piauiense e desenvolviam projetos por toda a região. Reconhecendo as atuações dos estudantes e de professores da UFES em trazer melhorias à vida da população, sentiu-se a necessidade de dar-lhes melhor estrutura; o campus avançado prestaria serviços em Parnaíba e região até 1986 (A Liberação. 19/03/1986, p. 01), quando então encerraria suas atividades.

Na edição seguinte, uma reportagem que ocupava quase toda a sexta página cumprimentava os visitantes e resumindo a agenda dos ministros em Parnaíba. O *FL* informava que, após a inauguração do campus, da escola Edson da Paz Cunha e da missa ocorrida na igreja matriz, foram assinados no salão nobre da Associação Comercial de Parnaíba importantes documentos para o município. Apesar de longa, a citação é necessária para se entender os diversos investimentos.

Foram tomadas as seguintes providências relacionadas com o desenvolvimento de nossa cidade e, porque não dizer da zona norte do estado: assinatura de contrato com a firma vencedora da concorrência, para **construção da ponte sobre o rio Igarauçu**; assinatura de contrato, com a firma vencedora de concorrência, para **ampliação da pista asfaltada do aeroporto de Parnaíba**; assinatura de contrato, com a firma vencedora da concorrência, para **asfaltamento da rodovia PI-7 (Morros da Mariana-Chaval) e urbanização de 100 mil metros quadrados na cidade de Parnaíba**; assinatura de convênio de transferência para a AGESPISA do sistema de água de Parnaíba, administrado pela Fundação SESP; assinatura de promessa de financiamento do sistema de esgotos sanitários de Parnaíba entre o Ministério do

Planejamento, o Banco Nacional de Habitação e o Governo do Piauí; assinatura de contrato de financiamento do BNDE à CODERPI para **construção de 242 quilômetros de estradas vicinais na região norte do estado**⁹⁹ (Folha do Litoral. 13/10/1973, p. 06).

A partir das passagens grifadas, pode-se claramente observar que os futuros investimentos tinham como objetivo estruturar tanto o município de Parnaíba quanto a região norte do Piauí, além de integrar essa área ao Ceará por meio da rodovia Morros da Mariana/Chaval. Essa rodovia visava não apenas melhorar a infraestrutura de transporte, mas também promover o desenvolvimento regional, aproximando o Piauí de seus vizinhos e ampliar as possibilidades de comércio e deslocamento.

Além disso, conclui-se que as rodovias e a ponte possuíam também o intuito de fornecer subsídios para o crescimento da atividade turística no litoral do estado. O litoral piauiense, até então pouco explorado, ganharia, a partir desses investimentos, maior expressão e atração de interesses, especialmente de turistas que poderiam acessar a região mais facilmente com a melhoria das vias de acesso. A construção da ponte Simplício Dias, mencionada na reportagem, destaca-se como um marco no governo de Alberto Silva. Considerada pela imprensa da época o “maior empreendimento do governo Alberto Silva em terras parnaibanas” (Folha do Litoral. 07/11/1973, p. 01), essa ponte foi uma obra de grande magnitude, com o custo de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) aos cofres do estado, iniciado em novembro de 1973 (Folha do Litoral. 01/03/1975, p. 01). A obra se insere no contexto de modernização da infraestrutura, com a expectativa de que a melhoria no acesso ao litoral impactasse diretamente o turismo e as economias locais.

Ainda em outubro, três dias após a edição que noticiou a inauguração do campus avançado em Parnaíba, o editorial “Desenvolvimentismo” do *Norte do Piauí*, saído no dia 16 daquele mesmo mês, mencionava os referidos contratos e ainda afiançava, “além disso, Parnaíba foi declarada o 3º polo de desenvolvimento Turístico, no Nordeste, que também é um fato auspicioso, pois como todos sabem a indústria sem chaminés é uma fonte de atração de recursos pecuniários” (Norte do Piauí. 16/10/1973, p. 01). Os jornais locais foram um dos principais responsáveis e agentes pela incorporação do ideário do turismo como mola propulsora do desenvolvimento na região, incutindo em seus leitores, a opinião de que as paisagens, se bem “utilizadas” por meio do turismo, era uma redenção da economia piauiense.

Como foi visto, localmente, os debates sobre o turismo nos periódicos ganhariam mais força na primeira metade da década de 1970, principalmente nas matérias e editoriais do *Folha*

⁹⁹ Grifos meus.

do Litoral e do *Norte do Piauí*, sendo seguidos pelos demais períodos locais nos anos seguintes. Enquanto internamente, os jornais eram os responsáveis pela criação do consenso de que a “indústria sem chaminés” era a salvação para a região norte e para o resto do estado, as revistas como *O Cruzeiro* e *Manchete* seriam um dos meios de transmissão para se vender a imagem de um Piauí turístico fora de seus limites. Em conjunto, esses veículos configuravam-se como um dos maquinários da “indústria sem chaminés” no Piauí.

5. MAQUINÁRIOS DA “INDÚSTRIA SEM CHAMINÉS”: MÍDIAS, TURISMO E DISPUTAS PELA PAISAGEM LITORÂNEA

A fim de apagar ou, quem sabe, ao menos mudar a triste imagem do Piauí que era constantemente explorada na mídia nacional, como foi visto anteriormente, aos poucos, novos retratos e narrativas desvaneciam os antigos. O objetivo desse capítulo é compreender a partir da imprensa e da história oral, a venda da paisagem litorânea e seus desdobramentos nas décadas de 1970 e 1980. Os “maquinários da indústria sem chaminés”, portanto, são os veículos de divulgação, a transformação da paisagem e modificações das paisagens, e as alterações trazidas pelo processo de turistificação.

Assim, o primeiro tópico desse capítulo intitulado “O tempo da (re)descoberta” tem como objetivo compreender a divulgação das paisagens litorâneas do Piauí. Numa mesma direção, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, em primeiro momento, a convite do governo fizeram reportagens elucidando a potencialidade turística do Piauí. Na década seguinte, a *Manchete* faria outras matérias a fim de veicular um Piauí com praias paradisíacas, gerando assim, outro debate público.

Em meio a esse cenário, é preciso ouvir as vozes das praias e escutar as histórias que os seus habitantes contam. Os anos 1970 são um período de divisor de águas, seja na historiografia que se debruça sobre o Piauí, seja na memória coletiva das praias da Pedra do Sal e do Coqueiro. Naquela década, o litoral passou a ser percebido pelos sucessivos governos como paisagem a ser explorada pela indústria do turismo. Dessa maneira, as matérias impressas foram lidas em conjunto com as narrativas de homens e mulheres das duas praias a fim de compreender, a partir de suas memórias orais, o processo de turistificação e as tensões trazidas pela política de desenvolvimento daquele momento.

O segundo e último tópico, “Do Coqueiro da Praia a Praia do Coqueiro”, objetiva analisar e compreender o Coqueiro como nova “fronteira”. Enquanto Pedra do Sal e Atalaia gozaram como os dois principais pontos de recreio do litoral, a partir da política de incentivo ao turismo, o Coqueiro emergiu como uma praia pouco conhecida. A discussão central é, portanto, estudar, a partir das fontes orais e impressas, as mudanças sociais trazidas para essa comunidade, bem como os conflitos a partir dos anos 1970. Junto a ela, serão abordadas as alterações ocasionadas pelo processo de turistificação nas paisagens estudadas, uma vez que, já em seus primeiros anos, houve mudanças socioambientais negativas e que muitas vezes, eram pouco discutidas na imprensa local em detrimento da opção editorial de criar adesões para os benefícios da “indústria sem chaminés” no Piauí.

5.1 O tempo da (re)descoberta

Enquanto a gestão do governador Alberto Silva trabalhava para erguer um “Piauí Novo”, modernizando e reformando a capital do estado, construindo estradas e implantando certa estrutura para o litoral a fim de receber os visitantes do próprio estado, era preciso ainda divulgar as mudanças que estavam ali sendo feitas. No que tange ao turismo, uma das prioridades de Silva, para que efetivamente tivesse sucesso, foi o de divulgar as paisagens/destinos piauienses a serem explorados. Diante disso, esse tópico tem como objetivo analisar a partir das reportagens da *O Cruzeiro* e da *Manchete*, a construção da nova imagem do Piauí entre as décadas de 1970 e 1980.

As fotorreportagens circuladas nessas revistas tinham como enfoque a paisagem litorânea do estado, levando ao público, um Piauí exótico, peculiar e desconhecido. A hipótese central da discussão aqui apresentada é que as narrativas textuais e visuais circuladas nas duas décadas nesses veículos, são importantes maquinários da “indústria sem chaminés”, servindo tanto para a efetivação e consolidação da política e da imagem do turismo nesse estado, bem como foram meios para amainar os antigos retratos de Piauí pobre.

Reativando brevemente uma discussão tratada anteriormente, como se viu, o turismo era um assunto que vinha ganhando cada vez mais interesse na primeira metade da década de 1970. Nesse momento no país, principalmente “em função das sucessivas crises do petróleo, nos anos de 1973 e 1979, durante as quais observa-se uma diminuição da entrada de moedas estrangeiras via empréstimos realizados ao governo brasileiro” (Aguilar, 2010, p. 08-09). O “milagre brasileiro”, que tanto foi utilizado politicamente pelos militares como legitimação para se manter no poder, apontava sinais de desgastes e era preciso encontrar novas vias para que o crescimento do país não desacelerasse - no que tange a política, Médici dava lugar ao general Ernesto Geisel (1974-1979), que assinalava para uma abertura democrática, essa no entanto, “gradual, lenta e segura”.

A primeira crise internacional do Petróleo já afetava o Brasil e o “turismo precisava auxiliar no desenvolvimento do país” (Alfonso, 2006, p. 51). Enquanto a EMBRATUR a partir de materiais publicitários circulados no começo da década de 1970 se esforçava para promover o Brasil no exterior (Alfonso, 2006) e modificar a imagem negativa da ditadura (Alves; Nascimento; Freitas, 2018), a PIEMTUR, por meio de matérias veiculadas nas duas maiores revistas nacionais da época, fazia o mesmo com o Piauí.

Em suma, a partir de matérias sobre o litoral desse estado nas revistas de circulação nacional, tentava-se mudar as ideias sobre o estado dentro do território nacional, construindo novas imagens. Um desses veículos foi a *Cruzeiro* e a *Manchete*, especificamente a segunda revista, entre 1974 a 1983 publicou em suas edições cinco fotorreportagens sobre o potencial turístico do Piauí, o que muito ajudou a desvanecer parte dos antigos estereótipos, elevar a autoestima piauiense e fazer o público que a lia, (re)descobrir o Piauí.

Nº	Título	Repórteres	Publicação	Páginas	Fotografias
1	A beleza do Piauí	Narciso Pinheiro e Franz Krajcberg	05/01/1974	08	14
2	Parnaíba: toda uma rede de riquezas	Luiz Ricardo Leitão e David Olson	19/02/1977	11	23
3	O Parnaíba como Deus criou	Laércio Vasconcelos e Tadeu Lubambo	24/01/1981	08	09
4	Ilha do Caju: um paraíso ecológico	Laércio Vasconcelos e Tadeu Lubambo	14/11/1981	10	16
5	Nas ondas do Piauí	Tadeu Lubambo	06/07/1983	09	14

Tabela 5. Fotorreportagens da *Manchete* com teor turístico sobre o litoral do Piauí e Delta do Parnaíba (PI/MA) nas décadas de 1970 e 1980.

A primeira reportagem da *Manchete* que trazia juízos positivos sobre o Piauí saiu entre as páginas 74 a 81 na edição do dia cinco de janeiro de 1974. “A beleza do Piauí”, reportagem de Narciso Pinheiro e ricamente ilustrada pelas fotografias do polonês Franz Krajcberg, mostraria ao público brasileiro um estado bastante diferente daquele o qual estavam acostumados a ver e a ler. O primeiro grande esforço em alterar o que até então se conhecia do estado está no próprio título que já ilustra o tom da reportagem – nessa, a sobriedade ou a tetricidade deram lugar a uma mensagem positiva.

O nome do “filho do sol do Equador”¹⁰⁰ evidenciado em vermelho, contrasta com as cores da paisagem, chamando atenção. Acima dele, um pequeno texto explanava: “está sendo criado no mais tranquilo estado do norte brasileiro um programa de desenvolvimento turístico para atrair visitantes do mundo inteiro” (Manchete, 1974, p. 74). Após investimentos primordiais, mas que ainda não cessavam e visando tanto o turista interno quanto o externo, finalmente o Piauí, se mostrava pronto para ser explorado e (re)descoberto. Acontece que “turismo e fotografia se aproximam enquanto instrumento de uma operação capitalista. Ambos

¹⁰⁰ Aqui fiz empréstimo de um trecho do hino do estado.

se inserem em um jogo onde são capazes de criar discursos e formar organizações” (Montserrat e Oliveira, 2024, p. 140). Nesse sentido, as paisagens piauienses circuladas na *Manchete* e tratadas como exóticas resultavam de uma promoção midiática que buscava, além de despertar no leitor a curiosidade, incentivar o desejo de visitação e, por conseguinte, o consumo dessas espacialidades.



Figura 21. Legenda: Capa da reportagem "A beleza do Piauí". Fonte: *Manchete*, 1974.

Em página dupla, foram estampadas as dunas de Sobradinho e a copa de uma carnaubeira. O vento sopra e marca tanto a areia - formando pequenas ondas- quanto balança as palhas dessa palmeira típica da Mata de Cocais. Não há presença de qualquer ser humano ou animal na imagem, apenas uma paisagem aparentemente intocada e convidativa. Como se verá, a centralização das fotografias está nas paisagens. Na página 75, um trecho elucidava: “Existe um Piauí que pouca gente conhece. Numa extensa faixa de litoral, entre o mar calmo e rochedos esculpidos pelo vento, alternam-se dunas como esta – de até 40 metros de altura – e plantas iluminadas pelo sol, durante o ano inteiro” (Manchete, 1974, p. 75). Evoca-se a fórmula tradicional do turismo da época: sol e mar, atrativos importantes para que o estado fosse visitado ao longo do ano.

O texto da revista destacava que, somente naquele momento, o Piauí possuía um plano turístico “elaborado racionalmente”. Esse plano, desenvolvido pelo arquiteto José Zanini, visava não apenas preservar a natureza local, mas também oferecer aos turistas condições de apreciar, com todo o conforto, “uma parte do Brasil até agora esquecida” (Manchete, 1975, p.

75). O esquecimento não se dava mais pela ausência de políticas públicas, como no passado, mas pela pouca lembrança que os próprios brasileiros tinham do estado.

O debate sobre questões ecológicas já se fazia presente, e o turismo era visto, à época, como um meio de preservar a natureza e promover o desenvolvimento local. Após 1972, com os intensos debates da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que Leonel Azevedo de Aguiar considera um “marco do avanço dos problemas ambientais nas instâncias governamentais, já que os debates tiveram como eixo os aspectos políticos e econômicos, e não os aspectos técnico-científicos do meio ambiente” (Aguiar, 2024, p. 03), as questões ecológicas passaram a ocupar o cenário político mundial.

O Brasil, em franco crescimento, não queria interromper seu processo de industrialização, marcado pelo desmatamento, investimentos em infraestrutura e ocupação de terras indígenas, todos promovidos pelos governos militares. Considerando a proposta dos países desenvolvidos uma afronta à soberania e à segurança nacionais, posicionou-se ao lado das nações “subdesenvolvidas” e rejeitou a ideia de zerar o crescimento (Dean, 2020). No Brasil ditatorial, a cidade paulista de Cubatão, com suas indústrias e chaminés que emitiam gases poluentes, tornou-se símbolo de um país que, a todo custo, projetava-se para o futuro, sem preocupação com a saúde ou com questões ecológicas.

Na conferência, realizada em plena Guerra Fria, “pela primeira vez, há uma mudança no eixo do confronto geopolítico, que passa da polaridade tradicional capitalismo versus comunismo para uma nova polarização entre países altamente industrializados do Norte e países de baixa industrialização do Sul” (Aguiar, 2024, p. 04). Após assumir posição contrária na conferência, juntamente com outros países do chamado “Terceiro Mundo”, o Brasil passou a adotar medidas de regulamentação ambiental (Oliveira, 2018), criando, um ano depois, a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Diante desse cenário, uma alternativa para continuar crescendo sem gerar poluição foi o turismo de natureza. Por isso, cunhou-se o termo “indústria sem chaminés”, referindo-se a uma atividade capaz de trazer desenvolvimento sem prejudicar o país com emissões de gases ou poluentes.

É preciso afirmar que, muito embora houvesse concordância no país e no mundo quanto aos benefícios da atividade, “as transformações do espaço pela implementação do turismo geraram mudanças nos espaços apropriados por essa atividade, podendo-se citar a degradação ambiental e a valorização dessas áreas, tendo como consequências a gentrificação e a especulação imobiliária” (Aguiar, 2010, p. 09). Após fincar suas estruturas em diversos cantos do país e do mundo, a “indústria sem chaminés” revelaria, num futuro próximo, sua face

negativa, marcada por gentrificação, poluição, especulação imobiliária, conflitos fundiários e pelo “deslocamento forçado das populações que residem nas áreas foco do turismo” (Rodrigues, 2014, p. 460). Esses deslocamentos eram promovidos tanto por empreendimentos privados quanto pelo próprio Estado. Retornando à matéria da *Manchete*, nas duas páginas seguintes, a carnaúba foi novamente fotografada, desta vez em quatro retratos.



Figura 22. Legenda: Carnaúbas e Lagoa do Portinho. Fonte: *Manchete*, 1974.

Na página 76, há um conjunto de três imagens da carnaúba. A maior, no topo da página, ilustra a zona de ocorrência da palmeira, transmitindo ao leitor a dimensão e o exotismo da paisagem litorânea formada pela Mata de Cocais. Nessa imagem, os troncos tortos tocam a terra rachada pelo sol, sugerindo que, até pouco tempo, a área esteve alagada. O registro provavelmente foi feito antes do período das chuvas.

Abaixo dessas imagens da carnaúba, uma legenda explica: “À esquerda, o seu tronco aparece envolvido por uma figueira, em Pedra do Sal. À direita, ela surge de dentro da água, na lagoa do Portinho. Na foto acima, uma das cabanas da região, com estruturas que servem de suporte para a parede de taipa” (Manchete, 1974, p. 76). A recorrência da planta na reportagem indica que ela deve ter encantado os enviados da *Manchete*, especialmente Krajckberg, responsável pelas fotografias e designer que acreditava no potencial das fibras brasileiras para a construção de móveis. No caso da carnaúba, o fotógrafo destaca tanto seu caráter estético e sua função natural quanto seus diversos usos, incluindo a construção tradicional.

Em um texto que acompanha essas fotografias, são apresentadas informações sobre o clima do estado e sua variação térmica, com média de 26 graus, poucas chuvas e ventos amenos. A narrativa é bastante convidativa e deveria, no mínimo, persuadir o leitor a escolher o destino

para suas férias, garantindo o máximo de aproveitamento sem sofrer com temperaturas extremas. A paisagem bruta, no entanto, não era suficiente — era preciso saber usá-la. Com o crescente debate e preocupação ecológica, tornava-se fundamental explorá-la de maneira racional. Partindo dessas ideias, foi delineado o projeto de Zanini, que abrangia sete polos na região litorânea e o Parque de Sete Cidades.

Estes polos diferem entre si: alguns já estão povoados; outros permanecem desertos. Os elementos da paisagem variam de acordo com a localização — à beira de lagoas, rios ou mar. Entre as regiões escolhidas, destacam-se as de Pedra do Sal e o Porto de Bom Jesus. A Pedra do Sal, no delta do rio Parnaíba, é uma praia enorme, onde a vegetação está afastada do mar e que chega a ter mais de um quilômetro de largura de areia, em determinados pontos. Sua principal atração é a aldeia de pescadores, magnificamente implantada no meio das pedras, entre as dunas e o horizonte. Para toda essa área está prevista a construção de um hotel, que ficará localizado num bosque de coqueiros e carnaúba. Já o Porto de Bom Jesus é o lugar ideal para a concentração de um núcleo de clubes de pesca e esportes aquáticos. Segundo o plano turístico, o centro compreenderá um conjunto de hotel-clubes, restaurantes, bares e estaleiro (Manchete, 1974, p. 76).

A revista apresenta a diversidade das paisagens, tanto do ponto de vista dos elementos naturais (lagoas, rios e mar) quanto da ocupação dos polos (habitáveis ou não). Os polos habitados eram descritos como lugares “pitorescos”, e a coexistência entre visitantes e moradores locais era incentivada — porém, em espaços separados.

No caso de Pedra do Sal, por exemplo, a vila pesqueira, parte integrante da paisagem, era uma atração. Com histórias a serem contadas e ouvidas, os moradores eram vistos como remanescentes de outras formas de uso da praia e estavam “perfeitamente integrados” à natureza. Assim, tornavam-se exemplos a serem seguidos pelo futuro hotel, que deveria adotar um modo de habitar igualmente conectado à vegetação local.

Por sua vez, nos lugares considerados “desertos”, via-se a oportunidade de escrever novas histórias. Independentemente da presença humana, ambos os espaços precisavam passar por reformulações para atender os futuros visitantes. Apesar dos empreendimentos mencionados pela revista, os projetos permaneceram apenas no campo das ideias e nunca foram concretizados. Ainda que as construções sequer tenham saído do papel, percebe-se o olhar da época sobre a paisagem litorânea: uma perspectiva utilitarista, voltada para a urbanização dos polos turísticos.

Na página oposta, ocupando-a integralmente, foi registrada uma cena da Lagoa do Portinho. Assim como nas imagens anteriores, não há presença humana. Observam-se outras carnaúbas dentro do corpo de água, enquanto ao fundo dunas brancas a cercam. Uma canoa de madeira flutua na lagoa, contendo um leme e dois remos, está acorrentada a uma das palmeiras, que serve como moirão. Esse é o único indício de ocupação humana e da atividade ali

desenvolvida: a pesca. A fotografia esvaziou os sujeitos dessa espacialidade, transformando a embarcação – seu meio de trabalho – em simples elemento estético.

Embora se perceba uma ideia ecológica mesclada ao turismo, bem como o esforço de criar “espaços piauienses em que os turistas do Sul encontrassem a ‘harmonia da paisagem’, o ‘equilíbrio ecológico’, uma natureza a ser respeitada” (Rabelo, 2008, p. 64), nas entrelinhas da matéria revelam-se os limites dessa associação. O esvaziamento do elemento humano a partir das lentes e a ressignificação das paisagens litorâneas no texto não são meras sugestões, mas parte de uma mensagem: para que o projeto de turistificação dessa espacialidade se concretizasse, era necessário domesticar seus elementos. Afinal, espaço havia – o que faltava era “adequá-lo”.

Entre cajueiros, carnaúbas e areia, previam-se estruturas para atender os turistas. A *Manchete* ressaltava que a urbanização não aconteceria de qualquer maneira. Nas páginas 78 e 79, lia-se a continuação do texto: “o projeto que revolucionará o turismo no Piauí rompe com o conceito de paisagismo vigente. Ele pretende preservar e defender as características da região, obtendo o equilíbrio ecológico entre a natureza e o sistema a ser implantado” (Manchete, 1974, p. 78). O modelo adotado se aproximava do conceito de ecodesenvolvimento de Maurice Strong, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que “preconizava a valorização do saber tradicional das comunidades rurais dos países em desenvolvimento como uma estratégia para produzir uma gestão ecologicamente correta dos recursos ambientais” (Aguiar, 2024, p. 05). Em 1974, o economista franco-polonês Ignacy Sachs reformulou esse conceito, ampliando-o para abranger não apenas as áreas rurais, mas também projetos em espaços urbanos.

Apesar de as áreas citadas pela *Manchete* na época não serem urbanas, o projeto de modificá-las tinha como base a urbanização. No geral, quando cidades litorâneas se voltam para suas orlas, dotam-nas de aparatos que não apenas as integram à sua espacialidade, mas também incorporam as praias aos seus domínios. Partindo dessa ideia, ainda que a revista não tenha mencionado explicitamente o conceito, é possível que, devido ao efervescente debate ecológico do período, houvesse a incorporação de princípios ecodesenvolvimentistas no plano de desenvolvimento do turismo brasileiro e piauiense. No caso deste último, o projeto turístico para seu litoral, em tese, previa uma urbanização baseada no ecodesenvolvimento: a vila pesqueira original seria mantida, enquanto a construção de hotéis e pousadas, essenciais para a urbanização da praia, utilizaria matérias-primas da própria região, como madeira, pedra e argila.

Além do texto, a reportagem apresenta três fotografias, duas das quais estampadas na página 78. A legenda que as acompanha explica: “no alto, rochas naturais cuidadosamente trabalhadas pela erosão parecem esculturas feitas pelo homem (ao fundo, o Farol de Pedra do Sal). Acima, uma das salinas do litoral piauiense, também rico em pesca e cera de carnaúba” (Manchete, 1974, p. 78). Na imagem de Pedra do Sal, alguns elementos merecem destaque. Como se fossem sombras, as cracas – crustáceos sésseis que se fixam em animais vivos, cascos de embarcações e rochas – ocupam a pedra em primeiro plano. Ao fundo, observa-se a casa do faroleiro, coberta com palha de carnaúba, frequentemente mencionada pelos colaboradores da matéria como uma das moradias de melhor condição na praia e recorrente nas narrativas sobre a região. Atrás dela, ergue-se o farol. Abaixo, um trabalhador foi flagrado numa salineira, possivelmente em Luís Correia, sendo este o único registro de uma figura humana ao longo de toda a reportagem.

Uma imagem maior, impressa entre as páginas 78 e 79, apresenta uma visão mais próxima do farol. Produzida no mesmo local da primeira foto - na região comumente chamada de “pedras” –, ela ilustra um outro recorte da paisagem praiana, a partir de um ângulo diferente. A fotografia destaca o farol, aproximando-o do observador, enquanto a legenda narra a ocupação do litoral a partir desse marco histórico. Construído no final do século XIX, em 1873, o farol de ferro, com pouco mais de 12 metros de altura, tinha a função de iluminar a costa piauiense, auxiliando as embarcações que navegavam pela Barra da Amarração.



Figura 23. Legenda: Salina no litoral piauiense e Pedra do Sal. Fonte: *Manchete*, 1974, págs. 78 e 79.

Ao longo deste trabalho, compreendeu-se as paisagens praianas como testemunhas de sucessivas ocupações e experiências humanas ao longo do tempo e a fotografia acima ilustra a

polissemia dos usos e sentidos dessa paisagem. Sua materialidade vai além da constituição física, conforme destacou Tim Ingold (2015), devendo ser considerada em relação às vidas das pessoas e às transformações ao longo do tempo. Seguindo os apontamentos do antropólogo, como se viu ao longo deste estudo, o rochedo com o farol era fotografado desde a primeira metade do século XX, tornando-se, posteriormente, o cartão-postal da única praia parnaibana. Para os visitantes, esse aglomerado de rochas compunha uma vista importante, e as formações rochosas serviam como suportes para registros dos veraneios. Ali, eram pintados nomes e datas – na imagem anterior, por exemplo, pode-se ver, na pedra mais à frente, a inscrição “Emanoeli. 19-8-71”.

O flagrante anterior certamente causava algum espanto nos leitores, que, ao verem aquelas cruzes incrustadas na areia, eram levados a imaginar suas razões e significados. Se a imagem é polissêmica, a palavra “ajuda a identificar pura e simplesmente os elementos da cena e a própria cena” (Barthes, 1990, p. 32). Assim, acompanhando a imagem, a legenda reforça o tom exótico e dissipa dúvidas: “Solitário, entre as rochas e o pequeno cemitério, o Farol de Pedra do Sal – um dos marcos históricos da região litorânea do Piauí” (Manchete, 1974, p. 79). Tratava-se, de fato, de uma necrópole peculiar, e a revista confirmava as suspeitas de quem observava a fotografia. Próximo a uma das cruzes, no chão, encontra-se um jacá, cesto utilizado para transportar peixes. Entre o farol e o cemitério, há três rochas; sobre a pedra à esquerda, repousa a imagem de uma santa católica: Nossa Senhora dos Navegantes, uma das padroeiras dos pescadores. De costas para o mar e voltada para aqueles que ali repousavam, a santa velava suas almas.

Se considerarmos que “fotografar uma coisa tornou-se uma parte rotineira do processo de alterá-la” (Sontag, 2004, p. 79), podemos afirmar que o fotógrafo da *Manchete*, ao registrar esse cenário, conferiu-lhe uma visão exótica, evidenciando apenas o que se pode ver: um cemitério à beira-mar. No entanto, é necessário olhar além da superfície para não ficar preso à narrativa do pitoresco, como a que Krajcberg construiu. Esse registro fotográfico documenta a coexistência de duas experiências humanas reproduzidas nessa praia desde o século XIX. A primeira, representada pelo farol, remete à presença do Estado na região e é destacada pela *Manchete* – essas são as histórias contadas aos veranistas sobre as pedras. Mas quais histórias essas mesmas pedras guardam sobre os moradores da praia? E quais histórias os moradores contam sobre elas?

A segunda experiência, silenciada pela revista, é ilustrada pelas cruzes fincadas na areia e diz respeito à cultura pesqueira. Cemitérios como esse eram comuns nas vilas pesqueiras do

Piauí. Povoados como Coqueiro e Praia do Morro Branco, em Cajueiro da Praia, também possuíam cemitérios próximos ao mar. O de Coqueiro, assim como o de Pedra do Sal, foi destruído para dar lugar a um bar; já o último ainda se mantém preservado. Esse registro fotográfico, além de curioso, talvez seja o único vestígio visual do chamado “Cemitério dos Anjinhos” de Pedra do Sal. Pouco lembrada por quem vive no continente, essa pequena necrópole foi desaparecendo com o tempo, restando apenas a imagem da santa. Como apontado por Silva (2013, p. 120), “com o tempo, as cruzes desapareceram”. Atualmente, por estar em uma área pertencente à Marinha, o local encontra-se murado e de acesso restrito. Ainda assim, o cemitério, situado entre as pedras e fotografado por Krajcberg, representa um dos diversos usos da paisagem praiana pela população pesqueira.

Ao ser questionada sobre esse espaço, a colaboradora Alice relatou: “Eu me lembro que tinha um cemitério nas pedras. Eu me lembro porque tenho um filho enterrado lá. Eram os anjinhos. As crianças muito pequenas eram enterradas ali. Era aquilo mesmo, não tem uma explicação” (Alice, 2023). Embora a narradora afirme não ter explicações para o costume, sabe-se que ali eram sepultadas crianças natimortas ou falecidas nos primeiros meses ou anos de vida, sem terem recebido o primeiro sacramento católico.

Apesar da ausência de figuras humanas, alguns elementos dessa fotografia revelam traços da cultura local. A paisagem de Pedra do Sal, capturada na imagem, oculta histórias e memórias conhecidas apenas pelos moradores mais antigos da vila pesqueira. Outros usos desse espaço e dos elementos materiais que o compõem emergem das reminiscências dos habitantes da praia. Ouçamos, então, o que contam os povos da praia. Sobre o rochedo, o colaborador Garajau relembra que Chico Maquinista, proprietário de uma casa nas pedras, “vinha para cá todos os meses, no mês de julho, né? Quando ele vinha, os padres vinham também. Passavam semanas e tudo. Faziam novenas e tudo. Quando eles vinham, eles traziam, viu? Os padres. Eram os capuchinhos” (Garajau, 2022). Na ausência de uma igreja ou capela no arraial de pescadores, as “pedras” eram espaços de múltiplos usos e sensibilidades. Ali, realizavam-se ritos de passagem da vida privada, mas sempre compartilhados pela comunidade, como casamentos, batismos e enterros.

Retornando ao texto que acompanha a imagem, a *Manchete* informava que os empreendimentos utilizariam mão de obra local, gerando empregos para a população. Além de Pedra do Sal e do Porto de Bom Jesus, outros cinco polos turísticos foram propostos por José Zanini: Coqueiro, Ponta de Itaqui, a cidade de Luís Correia, a Lagoa do Portinho e o Parque Nacional de Sete Cidades. No caso do Coqueiro, essa antiga vila de pescadores, já frequentada

por moradores de Parnaíba, começou a despertar interesses e, na década de 1970, figurava, junto a Pedra do Sal e Atalaia, como um espaço balneário reconhecido na região. Quanto aos polos enumerados, a revista detalhava os investimentos planejados:

Entre os polos turísticos, destacam-se, além dos já mencionados, o de Coqueiro (agrupamento de hotéis, restaurantes, motéis e cabanas, junto à praia), o da Ponta de Itaqui (onde existe amplo espaço com vegetação rasteira, semelhante à dos campos de golfe, favorecendo a criação de um clube para a prática desse esporte); a cidade de Luís Correia (área de veraneio, com zona residencial, comércio, hotéis e restaurantes); a lagoa do Portinho (pesca, esporte a vela); e, finalmente, o impressionante Parque das sete Cidades, ainda pouco conhecido mas já divulgado internacionalmente, graças às inúmeras hipóteses científicas surgidas a respeito da sua origem (Manchete, 1973, p. 79).

Excetuando Sete Cidades, os outros seis destinos propostos localizavam-se no litoral, que era, portanto, a principal paisagem natural de interesse. A ditadura militar teve papel central na turistificação da paisagem litorânea brasileira (Kaminski, 2018). Longe de serem áreas desabitadas, os litorais passaram por um processo de esvaziamento forçado, ao mesmo tempo em que eram preparados para uma nova ocupação. Essa dinâmica pode ser observada nos empreendimentos que se multiplicaram pelo país naquele período e que chegaram a ser denunciados por um major-brigadeiro (Dean, 2020), que em sua visão, a especulação imobiliária era a principal responsável pela “degradação” do litoral.

No caso do litoral piauiense, acreditava-se que sua estruturação demandava aparatos que garantissem conforto e permanência para o turismo de massas, como a construção de hotéis. A paisagem natural, por si só, não assegurava a permanência dos turistas nem o consumo do espaço turístico. Como explica Rita de Cássia Ariza da Cruz, esse consumo ocorre por meio de um conjunto de serviços que dão suporte à atividade turística (Cruz, 1999, p. 14). No entanto, a criação desses equipamentos não pode ser dissociada do poder de imposição de visões de mundo por determinadas classes sobre as demais. Como apontou Aguiar (2010, p. 11), essas perspectivas tendem a se generalizar e se impor como se fossem as únicas possíveis. Assim, os impressos da época, ao defenderem a necessidade de investimentos em infraestrutura hoteleira para o desenvolvimento da chamada “indústria sem chaminés”, não representavam as demandas das comunidades locais, mas sim os interesses de empresários que, por meio de um processo colonizador, transformavam e reconfiguravam as paisagens.

Alguns dos empreendimentos mencionados pela *Manchete* deixam evidente o público-alvo e a diferenciação social desses espaços, como no caso do campo de golfe. Um esporte restrito a poucos, o golfe evidencia não a massificação do turismo, mas a elitização de determinadas áreas e a exclusividade de quem as consumiria. A praia de Itaqui, por exemplo, seria utilizada não apenas para a construção de um campo de golfe, mas também de um clube.

Outras práticas esportivas foram destacadas na reportagem, especialmente as realizadas no mar. Conforme apontam Dantas e Pereira (2021, p. 39), os esportes náuticos são importantes indicadores da crescente valorização do ambiente litorâneo. Além disso, a popularização dessas atividades evidencia disputas territoriais, já que a permanência do público em determinadas áreas pode gerar conflitos com os usos tradicionais da paisagem.

No presente, um exemplo dessas disputas pode ser observado no caso do kitesurf, fonte de reclamações por parte das comunidades pesqueiras de acordo com os estudos de Silva e Santos (2017) e Dutra e Rosa (2024). Segundo os pescadores, a sombra da pipa projetada sobre a água afugenta e dispersa os cardumes, forçando-os a se afastar cada vez mais da costa. Esse fenômeno evidencia como a turistificação não apenas transforma a paisagem, mas impacta diretamente os modos de vida das populações tradicionais.

Apesar da grande valorização da região litorânea naquele período, é inegável a importância de Sete Cidades para o turismo do estado. Dessa forma, percebe-se que, além do apelo ao turismo de praia, havia também um interesse pelo turismo geológico e arqueológico, como demonstrado pela inclusão do parque no projeto de desenvolvimento. A reportagem da *Manchete* foi encerrada com cinco fotografias de Sete Cidades, destacando suas formações rochosas esculpidas ao longo dos milênios, além da flora e das pinturas rupestres que compõem o sítio.

Aparentemente, a matéria “A Beleza do Piauí”, publicada pela *Manchete*, fez sucesso. Na seção “O leitor em Manchete”, a leitora de Curitiba, Zilna Bueno Bittencourt, escreveu estar encantada com a reportagem. “Realmente a terra do Ministro Reis Veloso é muito mais bonita e interessante que poderíamos imaginar, além de ser uma verdade reserva da natureza ainda não devastada pelo homem” (Manchete, 1974, p. 117). Por sua vez, nenhum dos dois jornais parnaibanos da época, *Folha do Litoral* e *Norte do Piauí*, ambos pesquisados, sequer fizeram menções a referida reportagem.

Apesar disso, no mês seguinte, novamente na *Manchete*, um artigo intitulado “Piauí: progresso no mar e na terra”, evidenciava mais uma vez as ações conjuntas de Alberto Silva e Reis Veloso em benefício do estado. Essas figuras vinham garantindo investimentos e visibilidade ao Piauí e conforme a revista, “a construção do Porto de Luís Correia e a implantação do terceiro polo turístico do Nordeste – abrangendo o Parque Nacional das Sete Cidades e o Delta do Parnaíba – abrem uma nova era no processo de desenvolvimento do Piauí” (Manchete, 1974, p. 96).

Em 13 de março de 1974, foi a vez da *O Cruzeiro* retratar o Piauí em suas páginas, a partir dos olhares de seus jornalistas, na reportagem “Conheça o Piauí...antes que você se acabe”. O título chamativo sugeria certa urgência e justificava a abordagem da matéria, assinada por Mario de Moraes, com as fotografias de Roberto Valença. A reportagem surgiu de um convite “modesto, mas inteligente. Assim, a ‘Piemtur’, que cuida do turismo no Piauí, dava as boas-vindas aos que chegavam” (O Cruzeiro, 1974, p. 51). Diante disso, é bastante provável que a matéria tenha sido financiada pelo governo do estado, por meio da Empresa de Turismo Piauiense - PIEMTUR, a fim de divulgar as potencialidades turísticas do Piauí. Embora a reportagem utilizasse fotografias, as imagens publicadas em *O Cruzeiro* eram menores em comparação com as da *Manchete*, e a narrativa textual prevalecia sobre o aspecto visual, ocupando maior espaço nas páginas.



Figura 24. Legenda: Página inicial da reportagem “Conheça o Piauí...antes que você se acabe”. Fonte: *O Cruzeiro*, 1974.

Nas páginas iniciais da matéria, foram impressas duas fotografias. No lado direito, vê-se o trecho de uma formação geológica em Sete Cidades e, em primeiro plano, uma espécie de bromélia sobre o substrato rochoso. Na página seguinte, abaixo do título impresso em letras garrafais, está a imagem da atriz francesa Odile Rubirosa Marinho usando um biquíni amarelo. Enquanto na reportagem da *Manchete* pouco se viam figuras humanas, na de *O Cruzeiro*, mulheres e homens estão mais presentes - ainda que não fossem habitantes das paisagens fotografadas. Atrás da modelo, percebe-se uma casa feita de madeira de carnaúba e forrada com palhas dessa mesma palmeira, em Pedra do Sal.

Entre as duas imagens, a legenda afirmava: “Em Sete Cidades, a história e a lenda se confundem. E na paisagem da Pedra do Sal, o lindo primeiro plano: Odile (Rubi-rosa) Marinho”. Ao evidenciar que, em Sete Cidades, história e lenda se confundem, a revista chama atenção não apenas para a curiosa ação do vento e da chuva sobre as pedras, mas também para as teorias divulgadas mundo afora, afirmando que aquele lugar teria sido, no passado, cidade fenícia.

No que tange à Pedra do Sal, o corpo feminino foi enaltecido, tornando-se, e não a praia, o ponto mais importante do registro - um recurso recorrente nas mídias turísticas brasileiras da época. Nos folhetos publicitários da própria EMBRATUR, na primeira metade da década de 1970, “a imagem da mulher é relacionada tanto às praias quanto às manifestações culturais” (Alfonso, 2006, p. 88). Na reportagem de *O Cruzeiro* sobre o Piauí, outras mulheres de biquíni na Pedra do Sal também aparecem na página 53.

Nas duas primeiras páginas, a revista apresentava um estado a ser descoberto, e a partir daquele momento, dava boas-vindas aos turistas. Abaixo das fotografias iniciais, *O Cruzeiro* introduzia ao leitor, o estado fotografado: “O Piauí ainda é pobre, bastante pobre. Esse descuido está sendo corrigido. As acomodações são simples. Na praia, quase primitivas [sic]. Em compensação, primitiva é, também, a paisagem – as praias, ilhas, dunas, lagoas” (O Cruzeiro, 1974, p. 51). A revista retomava os estereótipos de pobreza e explica que, no momento da visita, o problema estava sendo “corrigido” pelo esforço das autoridades locais e pelas políticas desenvolvimentistas, que passavam a explorar as potencialidades do Piauí.

Além de adjetivar a paisagem litorânea como “primitiva”, a reportagem também destaca aspectos do vocabulário utilizado pelos piauienses, apresentando palavras utilizadas na época e seus significados. Dessa forma, a revista ilustrava o estado tanto a partir das paisagens naturais quanto de sua cultura – o exótico e o desconhecido seriam explorados ao longo da reportagem.

Na página seguinte, um extenso texto explicava que, anos anteriores, o investimento no turismo nacional ainda era incipiente e o Piauí, após passar anos de chiste na imprensa nacional, se reinventava, mostrando-se um destino atrativo. Conforme *O Cruzeiro*, nos últimos anos, o estado vinha mudando sua imagem dentro e fora de seus limites, legando ao governador Alberto Silva os louros de tal transformação.

A reportagem ressaltava que seu objetivo não era tratar da gestão de Silva, “esta é uma reportagem que fala em turismo. Mais precisamente nas belezas do Piauí, cujo litoral foi incluído pela Embratur no programa de desenvolvimento do turismo nacional” (O Cruzeiro, 1974, p. 52). Mesmo com essa ressalva, é inegável o tom propagandístico em favor do governo

de Silva. Ele próprio, ao lado de Reis Velloso, ganhou um pequeno clichê na quinquagésima segunda página. A fotografia registrava a passagem de ambos “durante uma visita aos polos turísticos do Piauí”.



Figura 25. Legenda: Páginas 52 e 53 da reportagem “Conheça o Piauí...antes que você se acabe”.
Fonte: *O Cruzeiro*, 1974.

O texto ainda informava aos leitores sobre os planos de José Zanine Caldas para os sete polos turísticos, enumerando-os e explicando os futuros empreendimentos previstos para cada local. Dos sete polos, somente dois foram registrados em fotografias: Pedra do Sal e Sete Cidades (na página 54). Isso pode ter ocorrido devido ao espaço limitado na revista, que, àquela altura, já enfrentava dificuldades financeiras, vindo a sair de circulação no ano seguinte.

Outra hipótese para a escolha dessas duas especialidades é o fato de ambas fazerem parte de uma mesma narrativa. Reativando a teoria de Peter Ludwig Scwennhagen sobre a presença dos Fenícios no Brasil – atualmente contestada e superada –, a revista mesclava fantasia com realidade a fim de atrair visitantes e curiosos. Enquanto na região litorânea o destino enfatizado era um porto marítimo, para os defensores da presença fenícia no Brasil, Sete Cidades era apresentada como um conjunto de cidades sagradas desse povo, que ali teria vivido. Dessa forma, *O Cruzeiro* oferecia aos seus leitores um Piauí pretensamente misterioso, antigo e desconhecido pelo restante do Brasil. Em razão dessa seleção narrativa, os demais pontos turísticos foram apenas mencionados no texto da reportagem.

Na página 53 estampavam-se três fotografias. No topo da página, há um registro da única praia parnaibana, adjetivada como “primitiva”. A imagem foi capturada no “lado manso”; em primeiro plano, um galho, possivelmente de mangue, incrustado de cracas, emerge em uma

pequena lagoa formada pela maré baixa. Ao fundo, avistam-se as pedras, e atrás delas, o farol branco, contrastando com o céu azul. As outras duas imagens menores ilustram três mulheres em trajes de banho na Pedra do Sal, identificadas pela revista como “senhorita Izabel Barroso do Amaral e senhoras Alberto Alvez e Mário Bernardo” (O Cruzeiro, 1974, p. 53). No registro menor, um grupo de recepcionistas da PIEMTUR veste camisas da Cooperativa Mista Artesanal Ltda segurando artesanatos, elementos que também compunham a identidade piauiense (Negreiros, 2024) que se construía naquele momento. Na região litorânea, as artesanias foram uma das “frentes” fomentadas pelo Projeto Piauí e produzidas em diversos “núcleos populacionais como Ilha Grande Santa Isabel, Morros da Mariana, Luís Correia e Coqueiros” (Folha do Litoral. 12/12/1973, p. 01).

Ainda que se perceba certo tom ecológico no texto da matéria e se observe a intenção de promover alterações sem causar impacto às paisagens litorâneas ou às populações locais, as intervenções nos “polos turísticos piauienses” previstas eram mais radicais do que as mencionadas pela *Manchete*. Em Pedra do Sal, além do já citado hotel, “se caracterizará como centro residencial. E, num bem bolado mirante, serão instalados restaurantes e bares” (O Cruzeiro, 1974, p. 53). O Porto de Bom Jesus, tradicionalmente utilizado pelos pescadores para exercer sua atividade, seria transformado em um centro de iatismo, “compreendendo um complexo hotel-club, restaurante, bares e um estaleiro” (O Cruzeiro, 1974, p. 53-54). Esse local, essencial para as populações pesqueiras passaria por reconfiguração e junto a ele, o Coqueiro, “região praticamente inexplorada”, seria no futuro, construídos “parques residências, bem como centros comerciais e culturais” (O Cruzeiro, 1974, p. 54). Após o longo texto, a reportagem se encerrava com uma breve nota destacando outros destinos piauienses que mereciam ser conhecidos, como Campo Maior, Piripiri e Piracuruca.

Naquele mesmo ano, outro esforço do governo do estado para promover o turismo piauiense, dessa vez em âmbito internacional, ocorreu por meio do patrocínio da PIEMTUR a uma equipe de corrida de fórmula 3. Durante o evento automobilístico, além da equipe mecânica, um trailer servia tanto como espaço de descanso para os pilotos quanto como escritório. Além disso, havia ainda “duas recepcionistas, estas responsáveis pelo contato direto com o público na divulgação do turismo brasileiro, especialmente do estado do Piauí” (Cruzeiro, 1974, p. 53). Alguns meses depois, em novembro de 1974, a revista da Diários Associados publicaria uma nova reportagem sobre o Piauí. Sob o título “Misteriosas grutas do Piauí”, dessa vez, o litoral com suas praias ou as formações rochosas de Sete Cidades davam

espaço para outro destino de igual importância, a Serra da Capivara, com sua imensa riqueza arqueológica e a época, recém-descoberta no cenário nacional.

Em síntese, ao comparar as reportagens de 1974 da *Manchete* e de *O Cruzeiro*, percebe-se o esforço em edificar a imagem de um estado moderno, em vias de se desenvolver. De maneira semelhante, as campanhas publicitárias feitas pela EMBRATUR, promovidas na primeira metade da década de 1970, tinham como objetivo divulgar “um Brasil peculiar e em desenvolvimento econômico” (Alfonso, 2006, p. 88). O teor pitoresco apresentado em ambas as reportagens, registrando as paisagens piauienses “inabitadas” ou com pouca presença humana e evidenciando a cultura, eram, desse modo, chamariz para os vários tipos de visitantes, fossem famílias em busca de descanso, ou grupo de jovens que realizavam viagens contraculturais (Kaminiski, 2018) que preferiam destinos pouco frequentados.

O esforço de Silva em sublinhar seu estado no mapa do Brasil por meio dos veículos impressos, como foi visto, ao passo que tinha como intenção ilustrar um estado dinâmico, tinha ainda o objetivo de fazer ser visto o lado positivo do Piauí. Essas ações do governador ficaram na memória dos piauienses, como bem analisou Fontineles (2021), e seriam rememoradas na década seguinte, quando o seu editorial, *Norte do Piauí* lembrava aos leitores que quando o engenheiro “assumiu o governo, procurou imediatamente fazer aparecer a imagem do Estado em todos os acontecimentos da vida social e política do país. O Piauí passou a ser notícias em jornais, revistas, rádios e televisão. Pudemos então responder: o Piauí existe sim!” (Norte do Piauí. 04/01/1982, p. 04). Já no que tange à recepção dessas duas reportagens analisadas, nenhum dos jornais parnaibanos circulados na época fez quaisquer notas ou menções.

Ainda em 1974 foram indicados os futuros governadores dos estados. Substituindo Silva, o ex-secretário de Saúde do seu governo, o médico amarantino Dirceu Mendes Arcoverde (1975 a 1978) ficou no lugar do parnaibano. O *FL*, em editorial, noticiou: “na verdade, parnaibanos e piauienses estão alegres porque reconhecem que o dr. Dirceu Arcoverde, que tanto tem contribuído para a eficiência do atual governo [...] tem gabarito, para continuar a obra de desenvolvimento do Piauí” (Folha do Litoral. 05/06/1974, p. 01), o *Folha do Litoral*, portanto, não via mudança, mas continuidade das ações. De fato, a política do Turismo recebeu continuidade no governo que sucedeu a Silva – mas com o passar do tempo, o mesmo veículo de comunicação teceria críticas ao governo de Arcoverde, enquanto o *Norte do Piauí* o defenderia.

A nova gestão adotava como principal objetivo a valorização do povo piauiense. Nesse sentido, “o governo lançou mão de uma série de programas voltados para os setores mais

carentes” (Monte, 2010, p. 117). Quanto à “indústria sem chaminés”, foi compreendida como um dos Projetos Prioritários. Consoante o *Plano de Governo do Estado do Piauí (1976-1979)*, as ações do governo estadual tinham como partida regionalizar as políticas públicas “à luz do princípio ‘descentralizar em pulverizar recursos’” (Cepro, 2016, p. 93). A dinamização da economia da região norte piauiense se daria por meio de cinco pontos, dentre eles, o “aproveitamento do potencial turístico da região (litoral e Sete Cidades)” (Cepro, 2016, p. 94). Nota-se, portanto, a consolidação das paisagens litorâneas piauienses como parte importante do projeto de desenvolvimento do estado, bem como a emergência das discussões ambientais.

Vê-se essas concepções e debates também na EMBRATUR, quando, em 1975, assumiu a presidência dessa agência, Said Farht, o qual “agia com embasamento teórico que fugia dos aspectos puramente administrativos, refletindo conhecimento e acompanhamento de debates, inclusive na área das Ciências Sociais, dos temas relacionados ao Turismo” (Alfonso, 2006, p. 53). Essa pauta ganhava maior intensidade, seja do ponto de vista administrativo ou mesmo político. Não à toa, as matérias veiculadas na *Manchete* nos anos seguintes ilustravam cada vez mais um estado a ser visitado e paisagens a serem conhecidas e exploradas.

No segundo ano da gestão de Dirceu Arcoverde, o “Velho Monge”, protagonista da pobreza do estado na década anterior e comparado inúmeras vezes ao Ganges por conta do espetáculo da miséria humana, foi o “principal personagem” da reportagem “Parnaíba: toda uma rede de riquezas”, saída na edição de número 1296, de 19 de fevereiro de 1977. Roberto Muggiati, editor e diretor-chefe da *Manchete*, explicava aos leitores que muitas eram as sugestões de reportagens sobre os rios brasileiros e o Parnaíba foi o escolhido para aquela edição, pois “figura como o mais esquecido de todos os rios do Brasil – e o mais desconhecido” (Manchete, 1977, p. 03). Em página dupla, a grande fotografia transformou um evento cotidiano em cena. Retratando um pescador de pé na canoa que desliza nas águas barrentas do rio, descamisado e de chapéu, lança a tarrafa com destreza, e ela se abre no ar. Ao fundo, a margem do rio com alguma vegetação ciliar e carnaúbas.

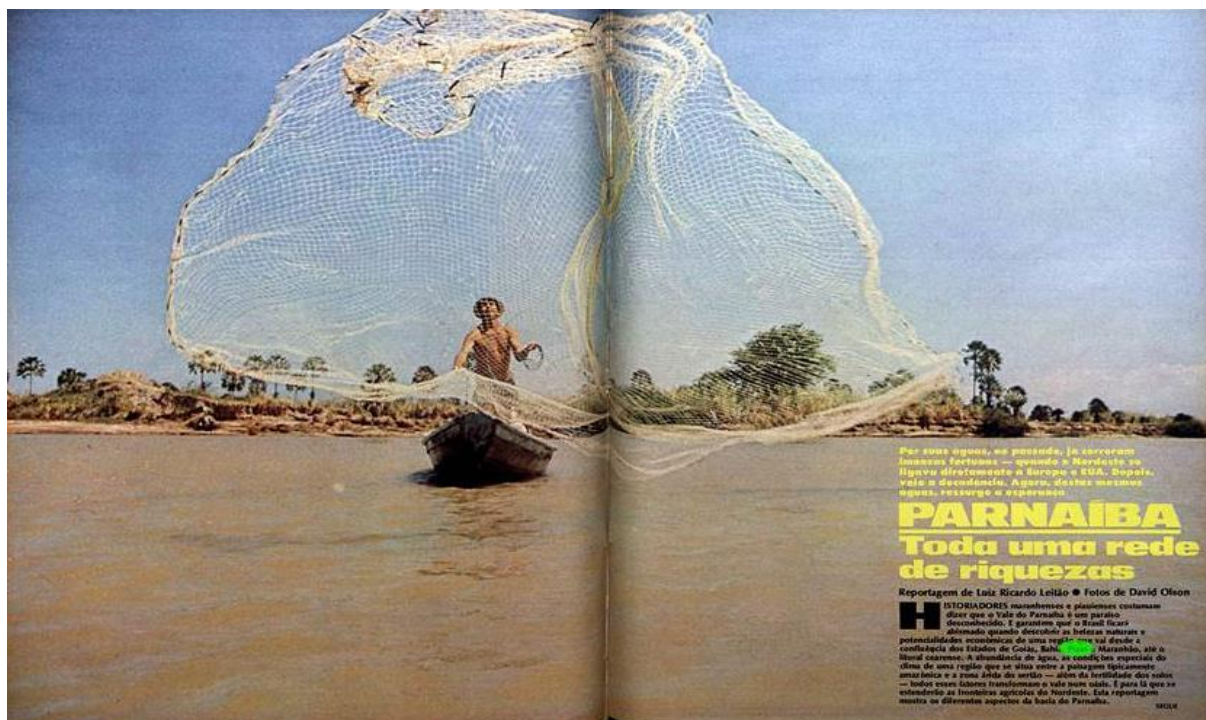


Figura 26. Legenda: Páginas iniciais da reportagem “Parnaíba, toda uma rede de riquezas”. Fonte: *Manchete*, 1977.

A escolha pelo “Velho Monge”, como direcionava a breve apresentação de Muggiati, não se dava ao acaso. Em 1977, aconteceu uma expedição científica formada por professores da jovem Universidade Federal do Piauí às nascentes do Rio Parnaíba, na qual “dados obtidos pela Comissão Militar, expedição oficial, em 1924, foram comparados a outros dados e informações, constatando-se uma grande alteração do meio pela ação do homem” (Ferreira, 2008, p. 70). Nesse sentido, é bastante provável que muito do material fotográfico e documental levantado para a citada investigação tenha sido veiculado ao longo das sucessivas matérias sobre o Parnaíba na *Manchete*, uma vez que a expedição contou com a participação do fotógrafo estadunidense David Louis Olson, um dos autores da reportagem “Parnaíba: toda uma rede de riquezas”.

Nessa reportagem assinada por Luiz Ricardo Leitão, e ilustrada pelas fotografias do já citado Olson, o objetivo era mostrar “os diferentes aspectos da bacia do Parnaíba” (Manchete, 1977, p. 67), isto é, desde o vale até o Delta. Cultura e natureza, humanos e animais não humanos, passado e presente se mesclam nas onze páginas seguintes. Como o próprio título ilustra, o “Velho Monge” foi descortinado a partir de sua riqueza e em toda sua extensão. Chama a atenção que foi mostrada apenas a importância do Parnaíba ao povo piauiense, ficando de fora registros sobre a vida ribeirinha do Parnaíba maranhense. O Parnaíba então deixava de ser entendido como o Ganges, símbolo de pobreza, e era comparado a outro rio, o Nilo.

O autor da reportagem parece ter feito uma pesquisa sobre a história e a memória do Parnaíba, pois escreveu acima do título: “por suas águas, no passado, já correram imensas fortunas – quando o Nordeste se ligava diretamente à Europa e EUA. Depois, veio a decadência. Agora, destas mesmas águas, ressurge a esperança” (Manchete, 1977, p. 67). Várias temporalidades fluem nas paisagens reconstruídas ao longo da narrativa visual e textual, que elucidam a diversidade humana e ecológica, bem como mostram os tons promissores das mesmas águas barrentas que outrora foram ilustradas como veículos de doenças.

Nas quatro páginas seguintes, foram impressas generosas fotografias do litoral e do Delta, registrando o bucolismo das paisagens, as várias experiências humanas possibilitadas pelas águas do Parnaíba e as diversas histórias dele advindas. O olhar do fotógrafo reproduz a partir de suas lentes dunas alvas em meio ao céu anil, carnaúbas balançando ao vento, lagoas de águas mais escuras ou claras. Enquanto na matéria lançada três anos antes, a paisagem foi esvaziada do elemento humano, nessa, os habitantes que moravam longe da “cidade” povoam a reportagem. Aqui, foram capturadas cenas pitorescas de seu cotidiano, como, por exemplo, a grande fotografia da página 68 e reproduzida a seguir.



Figura 27. Legenda: Páginas 68 e 69 da reportagem "Parnaíba, toda uma rede de riquezas". Fonte: *Manchete*, 1977.

Uma mulher acompanhada de duas meninas, com pele curtida pelo sol, portam sombrinhas coloridas a fim de não se queimarem mais. O pequeno grupo caminha descalço ao “pé” da duna branca que contrasta com as cores vivas dos guarda-sóis, das vestimentas e das sombras projetadas na areia. Em primeiro plano, uma lagoa se faz obstáculo e as fotografadas

tentam superá-la, dando a volta, ou, como se fala no Piauí, “arrodeando”. Acompanhando a grande fotografia, um pequeno texto explanava:

No delta do Parnaíba, as dunas se levantam à beira das lagoas que o rio forma ao se desmanchar num verdadeiro labirinto de igarapés, ilhas e canais. Quase todas as ilhas são habitadas e algumas delas apresentam aspectos bastante originais. A população local vive de pesca e de artesanato e tem na carnaúba uma fonte local de renda suplementar. Além da cera, a palha da carnaúba fornece matéria-prima para a fabricação de chapéus e tapetes rudimentares (Manchete, 1977, p. 68).

Texto e imagem se integram nas narrativas que apresentam o mosaico de paisagens e de culturas formados pelo Parnaíba. A revista chama atenção para a presença humana que habitava as ilhas e a câmera de David Olson capturou a peculiaridade do cotidiano local e a simplicidade dos habitantes. A partir do texto, são explicados os usos que as comunidades da região faziam das águas dos rios e das lagoas, como a pesca, gravada a partir da fotografia que abre a reportagem.

A importância da carnaúba, ilustrada na página 69, e sua extração para o fabrico da cera e do artesanato também foi assinalada. A *Manchete* informava que havia outro plano para a palmeira. Além daqueles dois empregos, a planta poderia ser também transformada em fonte de produção de celulose. Embora a revista não explique, o novo uso da palmeira tratava-se do Projeto Celulose Moraes, oriundo da culminância da inserção de novas tecnologias empregadas pelas Indústrias Moraes sobre a carnaúba, visando utilizar integralmente a planta e que estava em consonância com a política desenvolvimentista do período Geisel (Veras, 2020). O projeto tinha os técnicos da SUDENE como parceiros, e ostentava nas justificativas a dos vultosos lucros e a da isenção de produtos químicos na produção de celulose, gerando menos impactos ambientais (Moreira, 2023). Modernizava-se, portanto, as atividades tradicionais desenvolvidas no estado, potencializando os recursos da região a partir de novos empregos.

Na página 70, observa-se o trecho onde o rio abraça o mar. A fotografia aérea documenta a riqueza ecológica do único delta em mar aberto das Américas. A sinuosidade dos igarapés, a vegetação composta em suma pelo mangue e o encontro das águas doces com o Atlântico já eram explorados pela imprensa local e estadual e configuravam como importante ponto turístico do norte do Piauí. Entre essa página e a seguinte, foi ilustrado o duro e perigoso trabalho de extração da palha. No carnaubal, homens de pé descalço na areia e trajando calças compridas, camisa simples e chapéu, manuseiam longa hastes, na ponta, uma foice, que corta as palhas. Outros juntam as palhas caídas no chão. Essa atividade, mesmo passados 48 anos desde o registro fotográfico, ainda é exercida de semelhante maneira.

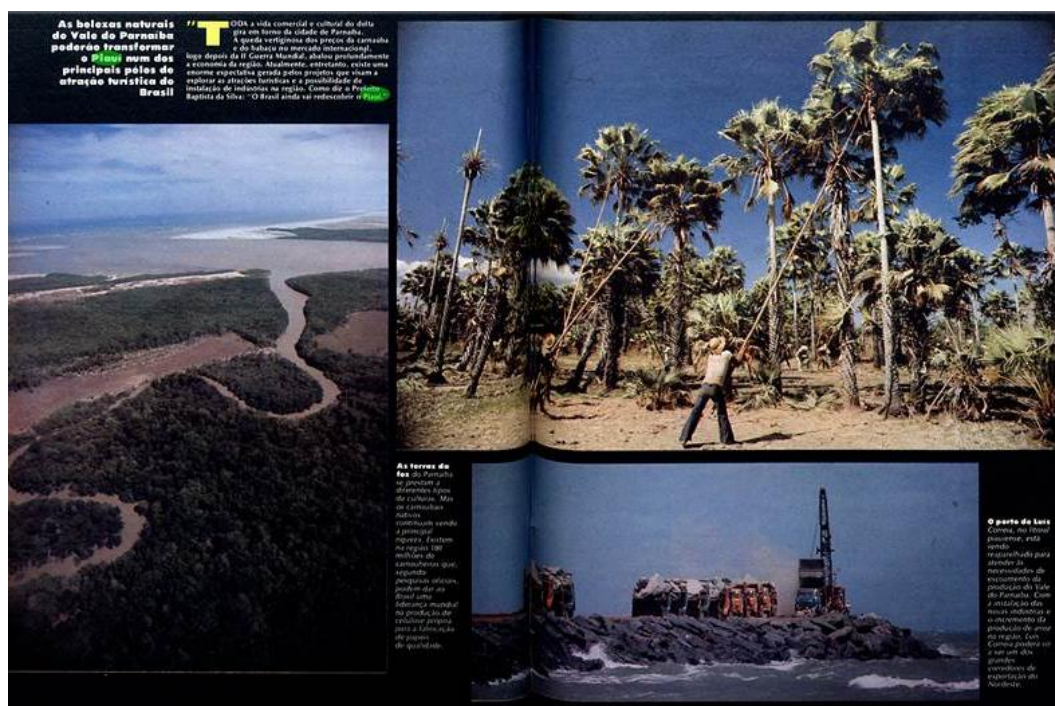


Figura 28. Legenda: Páginas 70 e 71 da reportagem "Parnaíba, toda uma rede de riquezas". Fonte: *Manchete*, 1977.

Uma vez mais o texto escrito evocou passado e presente. Sobre a primeira temporalidade, a revista contava brevemente a importância da carnaúba para a história econômica de Parnaíba, essa, em que “toda a vida comercial e cultural do delta gira[va] em torno” (Manchete, 1977, p. 70). Se após a Segunda Guerra Mundial, a cidade perdeu importância no cenário estadual, “atualmente, entretanto, existe uma enorme expectativa gerada pelos projetos que visam a explorar as atrações turísticas e a possibilidade de instalações de indústrias na região” (Manchete, 1977, p. 70), avisava a *Manchete*.

O turismo no litoral do Piauí, portanto, seguia como janela para o porvir, defendido tanto pelo estado quanto pelo prefeito João Batista Ferreira da Silva (1977-1983). Eleito com 12.422 votos (Folha do Litoral. 15/12/1976, p. 03) via sufrágio pelo MDB naquele ano, fundador do *Folha do Litoral* e grande defensor da “indústria sem chaminés na região”, o chefe do executivo municipal se pronunciou com entusiasmo à revista: “o Brasil ainda vai redescobrir o Piauí”.

O Porto marítimo de Luís Correia, cujas obras foram retratadas na fotografia da página 71, na qual se vê caminhões transportando materiais para o molhe, também era uma via para o desenvolvimento do estado. “Luís Correia poderá vir a ser um dos grandes corredores de exportação do Nordeste” (Manchete, 1977, p. 71), explicava a legenda. Como já se afirmou ao longo do presente texto, o Porto, desde o final do século XIX, foi fonte de esperanças para o estado, e o debate sobre sua construção era constantemente reativado pela imprensa.

Apesar do registro que sugere concretização do velho sonho piauiense, os trabalhos de tal aspiração não foram finalizados; somente foi construído o molhe de pedra. Essa intervenção antrópica no litoral foi o suficiente para alterar a dinâmica da Barra e fazer desaparecer a praia do Trapiche (Baptista e Baptista, 2024), uma praia fluvial lembrada por Carlos Araken pelos “dormentes e pontões de madeira desgastados pelo tempo e cheios de aristins” (Araken, 1988, 29). Passando décadas sem sua real conclusão, só recentemente, em 2023, é que as obras do porto foram retomadas.

As duas páginas seguintes foram preenchidas por um mosaico composto por doze fotografias de tamanhos variados. O fundo negro dessas páginas contrasta com as imagens ricamente coloridas de mulheres e homens de todas as idades. Cada uma foi enumerada e “etiquetada” a fim de explicar ao leitor o significado de tais registros, bem como onde foram feitos. As imagens, costuradas pelas breves legendas, dão conta da riqueza socioambiental de um dos estados banhados pelo Velho Monge.



Figura 29. Legenda: Páginas 72 e 73 da reportagem "Parnaíba, toda uma rede de riquezas". Fonte: *Manchete*, 1977.

Individualmente, as fotografias ilustravam uma pequena parcela da diversidade humana e cultural. Em conjunto, os clichês contavam a história da ocupação piauiense a partir do curso do rio. “As diferentes etapas da colonização deixaram profundas marcas no vale que se refletem nos costumes, folclores e artesanato” (Manchete, 1977, p. 72), elucidava a revista. O Parnaíba, para além de seus usos físicos, tinha outra grande importância para o estado naquele momento.

O folclorista piauiense Noé Mendes de Oliveira considerava aquela via fluvial como a “grande marca ecológica”. Ao analisar a relação do folclorista na construção da identidade de seu estado, o historiador Valério Negreiros afirmou ser na visão de Mendes, a riqueza natural

do Parnaíba “uma marca identitária” (Negreiros, 2024) do Piauí. Partindo disso, a reportagem assinalava o que fazia do Piauí um estado único, bem como a importância de seu principal rio não somente para as questões econômicas, mas também para a cultura do lugar.

Os registros foram feitos desde Floriano, no qual se vê três moças tomando banho no cais (canto inferior direito), até o Delta, representado por uma mulher ajoelhada na areia trançando um tapete de palha (canto inferior esquerdo). Artesanato, trabalho, manifestações, bens culturais e lazer, tudo isso eram “os múltiplos aspectos da vida ao longo do Vale do Parnaíba” (Manchete, 1977, p. 73). Mulheres e homens fotografados, todos devedores do rio, mesclam-se aos elementos naturais e fazem parte da paisagem ribeirinha.

As lavadeiras (no canto superior direito da página 72), outrora símbolo de pobreza da capital piauiense, figuraram um novo clichê. Desta vez, não foram utilizadas como prova incontestável da pobreza de Teresina ou do atraso do estado, mas sim, como parte da pitoresca vida ribeirinha de Floriano, “cidade mais importante do médio rio depois de Teresina” (Manchete, 1977, p. 73). A mudança não é apenas retórica, mas também na composição fotográfica. Se lembrarmos os tons terrosos utilizados nas fotorreportagens anteriores sobre essas mesmas personagens, que ganhavam a vida no rio, percebemos que, ao comparar com este novo retrato, houve o predomínio de cores claras, “abandonando” o aspecto “sujo” das cores terrosas que as mensagens das reportagens dos anos 1960 procuravam transmitir.

Um longo texto, distribuído em duas páginas, encerrava a reportagem. Explicando onde nascia o Velho Monge, a *Manchete* reportava aos leitores a importância da segunda maior bacia hídrica do Nordeste aos brasileiros daquela região, que “é sem dúvida alguma, a grande esperança de redenção para toda a zona semiárida do sertão nordestino” (Manchete, 1977, p. 75). Desconhecido pela maior parte do país, Alto, Médio e Baixo Parnaíba foram elucidados na revista, desde a Chapada das Mangabeiras, passando pela Usina de Boa Esperança, até as ilhas e igarapés do Delta, onde desagua no oceano.

Como pode ser observado ao longo da reportagem analisada, as praias do litoral piauiense não aparecem, somente o Parnaíba. Apesar disso, é inegável o tom pitoresco e exótico das paisagens, ainda pouquíssimo exploradas; a preocupação ecológica e a crença no turismo como política desenvolvimentista se mantiveram e só ganharam força. No ano seguinte, no dia quatro de fevereiro, uma nova reportagem sobre o mesmo rio viria a público. Dessa vez, a reportagem “O último segredo do Parnaíba” tinha o objetivo de documentar a já citada expedição científica “Projeto Nascentes do Rio Parnaíba”, realizada no final daquela década, cujo objetivo era descobrir a cabeceira do “Velho Monge”. Essa mesma empreitada foi também

matéria de outra revista da Bloch Editores, a *Revista Geográfica Universal*. É possível que ambas as matérias fossem fruto do referido projeto.

A equipe científica era formada pelo “folclorista e professor Noé Mendes de Oliveira, do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Piauí, incluindo um geógrafo, João Gabriel Baptista, um naturalista, Jasão Bahia, um ecólogo, João Dumbra e o repórter encarregado da documentação fotográfica da expedição” (Manchete, 1978, p. 63). O fotógrafo citado pela revista era David Olson, cujas fotografias ilustraram tanto a reportagem “A riqueza do Parnaíba”, publicada em 1977, quanto “O último segredo do Parnaíba”, de 1978.

Naquela última reportagem, o fotógrafo assinava sozinho. A natureza da nascente do Parnaíba seria, como mencionado, o foco da reportagem. Por conta disso, não farei análise mais aprofundada, limitando-me a inferir a importância do tema ecológico, que já ganhava destaque no debate público na virada da década de 1970 para 1980, e que poderia ser lido, inclusive, nas reportagens da imprensa do litoral.

A poluição do “Velho Monge” foi objeto de editoriais, como o do dia 25 de maio de 1978 do *Norte do Piauí*, que chamava atenção para o cuidado com a via fluvial, já que além de ser destino de esgoto doméstico, ainda sofria com o “despejo de numerosas indústrias, algumas das quais usando perigosos produtos químicos como curtumes, por exemplo” (Norte do Piauí. 25/05/1979, p. 01). Em igual sentido, um artigo de Raimundo Ferraz Filho, saído no *FL* naquele mesmo ano, lembrava aos leitores que o Parnaíba, “é fonte de despejos de tudo que não é mais possível existir para servir aos moradores das margens do citado rio” (Folha do Litoral. 21/10/1978, p. 04). Na “década perdida”, assim chamada por conta da inflação galopante e da crise econômica brasileira, se organizava no Piauí o movimento ambientalista (Ferreira, 2008) e eram formados inclusive, os primeiros organismos preocupados com o tema.

Acerca da temática ambiental no Piauí, Valério Negreiros (2024) entende Noé Mendes de Oliveira como um defensor, não como militante ambientalista, que por meio de suas obras, defendia a preservação da natureza e, principalmente, do rio Parnaíba, por conta de seu valor histórico. Ao entrevistar Verônica Ribeiro, amiga do citado folclorista, o pesquisador escreve que Noé Mendes de Oliveira, por meio de suas relações pessoais, como por exemplo, a amizade com um repórter da *Manchete*, conseguiu garantir matérias sobre o Piauí na *Revista Geográfica Universal*, sem onerar o erário estadual.

De acordo com o historiador, “a propaganda gratuita do Piauí para o Brasil nos anos de 1980, segundo afirma a professora Verônica Ribeiro, se resume a partir dos títulos das matérias que focavam no estado, ao buscar apresentar marcadores identitários a partir de espaços

geográficos” (Negreiros, 2024, p. 163). A entrevistada ainda afirma que Mendes já pensava em ecologia quando sequer se debatia o tema. Apesar disso, entendo que a fala da professora vá muito mais no sentido de construir a imagem positiva do folclorista e de seu desejo de divulgar o estado, e mesmo de ilustrar esse indivíduo como precursor de um tema extremamente atual – muito embora, como foi visto, tal debate já existia mesmo longe dos grandes centros, como é o caso do litoral piauiense.

Apesar do que foi dito pela entrevistada, surgem algumas perguntas: embora Noé Mendes tivesse ligações com um repórter da Bloch Editores, qual seria o peso das reportagens sobre o Piauí na escolha para compor a edição? Por outro lado, se o governo estadual não pagava a vinda dos repórteres, quem patrocinava as viagens? Independente dessas questões, as fontes analisadas permitem apontar que o litoral piauiense já nos anos 1980 possuía internamente certa consolidação no que tange à sua imagem turística, bem como à importância daquela atividade dentro do estado e o debate ecológico tanto no Piauí quanto no Brasil. Na segunda metade de outubro de 1980, o *Folha do Litoral* em seu “Minieditorial” informaria aos leitores sobre a presença de Noé Mendes em Parnaíba, e sem citar nomes, de jornalistas da *Manchete*.

O matutino parnaibano afirmou que “os jornalistas cariocas visam conhecer *in loco* as potencialidades econômicas do Vale do Parnaíba” e no norte do Piauí, contavam com colaboração da prefeitura municipal e da Casa Inglesa “que tudo farão para assisti-los, nesta importante missão, que difundirá por certo para o país inteiro as nossas riquezas escondidas aqui no litoral piauiense” (*Folha do Litoral*. 18/10/1980, p. 01). O pequeno texto torcia para que os habitantes de Parnaíba prestigiassem os jornalistas e explicavam que o objetivo dos profissionais seria “rendoso” à comunidade litorânea.

Passados alguns meses e lançado no dia 24 de janeiro de 1981, na seção “Manchete ecologia”, o empreendimento jornalístico da principal revista da Bloch Editores doravante citado pelo *FL*, trazia a público novos registros sobre o Parnaíba, privilegiando, agora, as paisagens da foz desse rio. A reportagem “O Parnaíba como Deus criou”, de Laercio Vasconcelos, ilustrada pelas fotografias de Tadeu Lubambo, mostrava essa parte do rincão brasileiro e tinha caráter preservacionista.

O título passava aos leitores a ideia tanto de uma paisagem dadivosa quanto primitiva, sem mudança alguma. Embora fosse habitada, a *Manchete* assinalava, “na região, o que foi criado pelo homem se harmoniza aos elementos naturais – sonho de tantos quantos lutam pelo equilíbrio do meio ambiente sem querer travar a marcha do progresso” (Manchete, 1981, p. 79).

Consoante o debate ecológico da época, a revista narrava, com certo romantismo, as interações “equilibradas” entre seres humanos e mundo natural.



Figura 30. Legenda: Páginas 78 e 79 da reportagem "O Parnaíba como Deus criou". Fonte: *Manchete*, 1981.

A imagem que inaugura a matéria registra o mar de dunas da ponta oeste da Ilha do Caju. Comprada no começo do século XX pela família Clark, ou seja, de propriedade particular, essa ilha é uma das mais de 70 ilhas e ilhotas que compõem o Delta do Parnaíba. Ainda em 1981, a referida insula seria exclusivamente objeto da reportagem “Ilha do Caju: um paraíso ecológico”, saída pela própria *Manchete*, produzida novamente por Laércio Vasconcelos e Tadeu Lubambo. Em dez páginas, foram exaltados em imagens e textos tanto os seus aspectos ecológicos quanto o esforço em manter preservada a fauna e flora do lugar. Na década seguinte, por meio da Portaria número 96, a Ilha do Caju foi transformada em Reserva Particular de Patrimônio Natural-RPPN, uma Unidade de Conservação de tempo integral.

Caminhando despreocupadamente na areia, uma solitária figura humana, possivelmente algum pescador indo ou vindo de mais um dia de labuta, deixou suas pegadas que seriam brevemente apagadas pelo vento. Feito em cima de uma duna mais alta e mostrando a dimensão e a elevação desses morros de areia, o registro, além de capturar a cena observada, tinha o intuito de reproduzir as impressões que o fotógrafo sentiu no local: “as dunas, o céu azul, o mar verde e infinito, a sensação de tranquilidade e isolamento” (Manchete, 1981, p. 79). Na imagem menor, estampada no canto inferior da página 79, uma mulher posa de biquíni na Lagoa de Sobradinho, em Luís Correia. Esses eram apenas dois dos núcleos de atração em que se visava

continuar a desenvolver o turismo ecológico, já implantando há algum tempo. Ao folhear a revista, o leitor se deparava com outras três fotografias.



Figura 31. Legenda: Páginas 80 e 81 da reportagem "O Parnaíba como Deus criou". Fonte: *Manchete*, 1981.

Há dois registros realizados na Praia do Coqueiro, esta que, conforme a *Manchete*, era “uma das preferidas pelas famílias de Parnaíba e de Teresina, para passar férias em suas casas de veraneio” (Manchete, 1981, p. 80). No primeiro clichê, vê-se uma casa de veraneio à beira-mar construída a partir de troncos e palhas de carnaúba. A revista chamava atenção para a conexão dessas moradias com o ambiente praiano, garantindo ao leitor que, ao usar materiais da região, a casa “integra-se perfeitamente a arquitetura ao ambiente, propiciando construções confortáveis e a baixo custo” (Manchete, 1981, p. 80). A simplicidade do modo de vivenciar a praia é conferida quando se nota na fotografia um homem encostado na casa e um cachorro na areia.

O bucolismo não permaneceria por muito tempo, já que ainda naquela década, no Coqueiro, “as estruturas em palhas e troncos de madeira começam a dar lugar a bares e restaurantes à beira mar” (Oliveira e Silva, 2021, p. 227). Abaixo dessa fotografia analisada, há outra também do Coqueiro. Duas mulheres confeccionam grandes tapetes feitos de fibras vegetais num amplo cômodo sem móvel algum. Três crianças pequenas as acompanham e, admiradas, miram na direção da câmera. Todas as figuras estão sentadas no chão. A cena se passa dentro de um imóvel rusticamente construído e forrado com carnaúba. Ao fundo, vê-se uma montanha de “palha” de taboa, um dos materiais usados para confeccionar os tapetes.

O artesanato nesta vila de pescadores foi trazido por meio do “Projeto Piauí”. Acerca da importância do citado projeto, anos antes, num editorial, o *FL* explicou aos leitores que o “Projeto Piauí” em Parnaíba e Luís Correia vinha “desenvolvendo o artesanato e mostrando ao artesão como poderá substituir o trabalho rotineiro, cansativo e pouco produtivo, em ocupação rendosa, como é o caso das rendeiras, especialmente em nossa terra, onde escasseiam empregos” (Folha do Litoral. 29/01/1975, p. 02). Desse modo, como em outros lugares, o artesanato no Coqueiro foi fomentado como uma alternativa para a geração de renda, principalmente entre as mulheres.

A narradora do Coqueiro, Milagres, conta que tanto ela quanto sua mãe desenvolveram a habilidade com artesanato de palha numa das oficinas do projeto. Conforme a colaboradora, “tudo de dentro duma casa eu sei montar. Aprendi isso no Projeto Piauí, vinha uma pessoa para cá. Professora. Ensinar todo o artesanato para a gente fazer” (Milagres, 2024). Por meio desse serviço, muitas mulheres e meninas podiam obter renda extra dentro de casa.

Ao recordar-se da casa onde funcionava o projeto, a moradora do Coqueiro conta que havia “uma sede. Grande! Era bem grande. Uma sala muito grande, que cabia todo mundo, que cabia tapete de cinco metros”. De acordo com a narradora, “as mulheres iam para lá, e as crianças, para ajudar. Para fazer os tapetes. E a mulher ia levar para vender” (Milagres, 2024). Dado o espaço descrito a partir da reminiscência de Milagres, é possível que a fotografia feita pela *Manchete* registre a oficina na qual moradores do Coqueiro faziam suas artes.

A fim de entregar as encomendas a tempo, trabalhava-se por horas. Mesmo à noite, a labuta não cessava. Nesse período, devido à falta de eletrificação na comunidade, lamparinas iluminavam a oficina. Comentando a importância da atividade para o povoado, a colaboradora enfatizou: “todo mundo também vivia disso, do artesanato!” (Milagres, 2024). Tapetes e outros produtos feitos com as fibras da taboa ou do agave e produzidos pelas mulheres do Coqueiro podiam ser encontrados em Parnaíba, na “Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba, localizada na Rua Alcenor Candeira, número 622” (Folha do Litoral. 07/01/1981, p. 05). Junto às paisagens, o artesanato foi explorado na reportagem, e, de acordo com a *Manchete*, esse último, juntamente com a pesca, eram as primeiras e maiores riquezas da região. Posteriormente, entre as páginas 82 e 83, foram impressas quatro fotografias, três pequenas e uma maior.

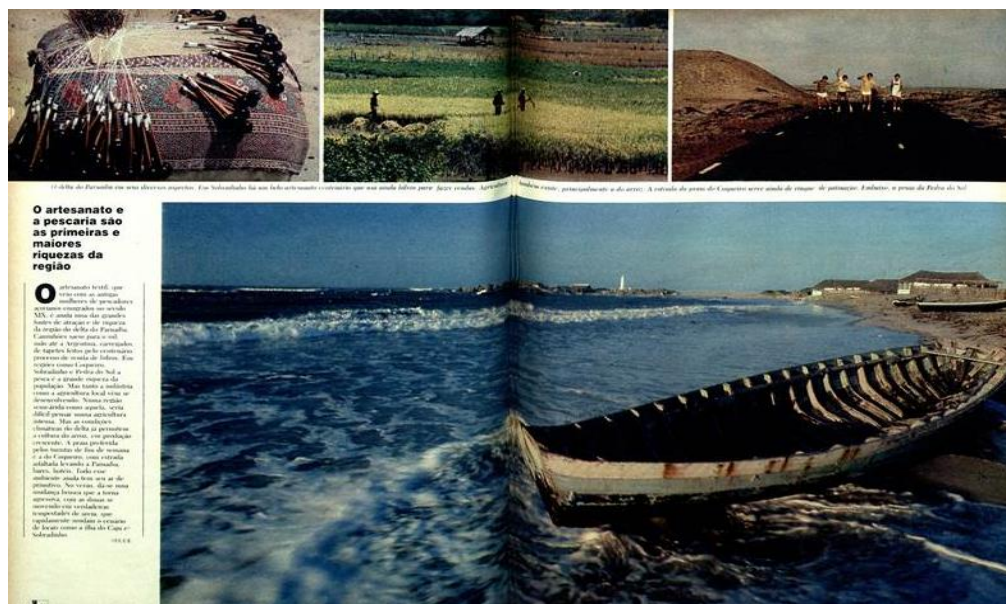


Figura 32. Legenda: Páginas 82 e 83 da reportagem "O Parnaíba como Deus criou". Fonte: *Manchete*, 1981.

Na primeira, nota-se uma almofada na qual se faz renda de bilros, um feito, em suma, por mãos femininas, com agilidade e destreza. Historiando a antiguidade desse tipo de artesanato piauiense, a revista inventava a origem daquela atividade: “veio com as antigas mulheres de pescadores açorianos emigrados no século XIX, é ainda uma das grandes fontes de atração e de riqueza da região do delta do Parnaíba” (Manchete, 1981, p. 82). O texto, além de certa invenção, ainda apresenta um pouco de exagero, pois, conforme a reportagem, a “indústria como a agricultura local vem se desenvolvendo. Numa região semiárida como aquela, seria difícil pensar numa agricultura intensa. Mas as condições climáticas do delta já permitem a cultura do arroz, em produção crescente”. Ao lado da fotografia da almofada, foi impressa a cena de uma roça verdejante com três trabalhadores.

O texto escrito certamente causaria estranheza ao leitor do norte piauiense, já que o Delta é irrigado por rios e igarapés, sendo ele próprio formado pelo Parnaíba e, devido à riqueza hidrológica, a rizicultura, principalmente, era há décadas desenvolvida em roças (Braga, 2023) nas mais de 70 ilhas e ilhotas que compõem o arquipélago. A última fotografia foi tirada na estrada para o Coqueiro, que, segundo a revista, também era usada como rince de patinação.

Abaixo desse conjunto de fotografias, uma maior, impressa em duas páginas, retrata o lado “manso” da praia da Pedra do Sal. Em primeiro plano, vê-se uma canoa descansando na areia e banhada pelo mar azul. No canto superior direito, um conjunto de casas dos pescadores. A imagem dá conta de que, naquela época, esses sujeitos ainda moravam à beira da praia. Ao longe, já no fundo, o farol com os rochedos.

Em algumas páginas depois dessas fotografias, podia-se ler: “no litoral, há casas isoladas de pescadores, com seus pequenos barcos ancorados nas margens, atestando a presença do homem. Vivem isolados de tudo, dependendo exclusivamente da caça e da pesca, muito abundante na região” (Manchete, 1981, p. 86). Não pretendo usar essa imagem como prova do processo de deslocamento da população pesqueira de Pedra do Sal para outras áreas, causado seja por conta da ação do mar, que devorou parte das casas próximas à praia (Folha do Litoral. 01/02/1975, p. 06), ou pela implantação de bares e restaurantes na praia, o que levou os moradores a se mudarem para longe dali. Prefiro cotejar com outras memórias e assim ter um quadro mais rico sobre as memórias e narrativas dessa praia.

Ao encontrar essa fotografia na *Manchete*, foi inegável recordar-me da entrevista com Garajau, que assim descreveu como era organizada a vila de pescadores.

Aquela rua ali da pesqueira, descendo! Ali, tinha umas doze casas. Uma atrás da outra. Descendo até naquele monte de pedra que tá dentro da água. E ali, atrás daquelas casas. A casa era aqui, atrás da casa aqui, era um morro de terra. Alvinha, alvinha. Quando era uma hora dessas, a gente já tava brincando em cima do morro, era. Que tava esfriando, viu? A terra era alva. Toda casa tinha esse morro de terra. Aí foi acabando, acabando e se a gente conta essa história, a pessoa diz “mentira, que aqui nunca teve casa e nem nada” (Garajau, 2022).

O local que o pescador delineia é, possivelmente, o retratado pela revista. No entanto, a paisagem recordada por Garajau não é a mesma que da revista, pitoresca, mas nutrida pelas memórias de infância, quando brincava nas dunas após o “sol esfriar”, isto é, depois das 17 horas. Conforme Ricoeur, “todo grupo atribui lugares. É desses que se guarda ou se forma memória” (Ricoeur, 2007, p. 131). Nesse sentido, os lugares ancoram reminiscências, uma vez que toda e qualquer experiência é realizada num dado espaço e, no caso das lembranças de infância, essas “ocorrem em lugares socialmente marcados: o jardim, a casa, o porão, etc.,” (Ricoeur, 2007, p. 131). Um dos espaços vivenciados pelos diversos grupos que habitavam essa praia, eram as areias citadas por Garajau.

O que para um visitante poderia ser somente um amontoado de areia, para o velho pescador, naquele morro estavam depositadas as recordações de uma fase da sua vida compartilhada com demais meninos e meninas da vila de pescadores. Se o morro se foi devido às mudanças da paisagem, juntamente com as amizades de brincadeira, nada foi perdido por completo. Ambos estão guardados afetivamente na memória do narrador e compõem a memória coletiva de Pedra do Sal.

Tanto a paisagem retratada pela *Manchete* quanto a narrada pelo ancião, foram modificadas. Para o narrador, ela foi alterada depois da estrada construída nos anos 1970. As dunas foram removidas e um sangradouro que passava perto da praia, soterrado para dar

passagem para outro caminho, o asfáltico. Contudo, o mar, reivindicando de volta o domínio que lhe foi tomado, destruiu a pista em uma das várias ressacas, obrigando o Estado a construir outra, dessa vez, um pouco mais afastada da faixa de areia. Sobre essa estrada, o pescador um pouco mais a frente, durante a entrevista, contou outra passagem de sua vida:

não tem esse lado aqui do asfalto? Da estrada? Essa que se quebrou. Se tivesse uma fotografia aqui eu ia te mostrar. Outro dia eu estava falando, “olha, tu sabe onde minha filha nasceu? Lá dentro do mar. E eles falaram “mentira, rapaz!”. Mentira não, meu fi. Lá nós morávamos e lá ela nasceu (Garajau, 2022).

Uma vez mais falou que caso contasse a alguém, não acreditariam em sua narrativa – sem “provas”, não teria como confirmar sua história. A conversa com idosos, é “sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante uma obra de arte” (Bosi, 2023, p. 85). Quando se escuta a narrativa de Garajau, percebe-se o rosário de sentidos nela transmitidas. Suas histórias não documentam só a configuração de uma praia que já não existe mais, tendo em vista que a paisagem foi reocupada e transformada, tornando-se outra, irreconhecível, como o próprio colaborador avalia. A narrativa ainda inscreve a história de vida do próprio pescador (a segunda casa na qual nasceu a primeira filha) e de outras pessoas (os morros onde brincava com as demais crianças) na história do povoado que morou, atribuindo afetos, esses, de extrema importância para o trabalho da memória.

Em pouco tempo, aquelas humildes residências de pescadores dariam lugar a bares e, já muito recentemente, em 2024, esses seriam demolidos como parte do plano de revitalização da orla da praia da Pedra do Sal, permanecendo assim, atualmente, apenas a pesqueira inaugurada¹⁰¹ em 1978 e citada por Garajau. Uma nova praia é agora apresentada.

Como se pode ver, em uma ação contínua, as memórias dos povos do mar seguem sendo apagadas pelo vento da “modernização”. A fala de Garajau sobre o descrédito que sua narrativa teria ao contar sobre a ocupação dessa espacialidade, a meu ver, leva à seguinte reflexão: **o Piauí, com sua obsessão por praia e na ânsia de apresentar seu litoral, seja no passado ou no presente, esquece-se e apaga que ali existiam e ainda existem culturas e seres vivos, que sempre foram os verdadeiros habitantes daquela região.**

Finalizada em um grande texto que ocupava as duas últimas páginas, a reportagem contava aos leitores a história da região, afirmando ter a cidade de Parnaíba, posto base do

¹⁰¹ Encontrei ao longo da pesquisa uma nota no jornal *Folha do Litoral* no qual lê-se que no dia 23 de setembro de 1978 daquele ano, a pesqueira foi inaugurada e construída por meio de recursos da própria comunidade e com apoio da Prefeitura Municipal de Parnaíba, da Federação dos Pescadores e da Colônia de Pescadores Z-7 e com orientação da EMATER-PI/PESCART.

turismo promovido nessas paragens, dois períodos de “crescimento”. O “primeiro foi o da exportação da carne de charque, que floresceu entre 1770 e 1830” (Manchete, 1981, p. 84). Sobre esse período, foram evocadas a riqueza de Simplício Dias da Silva, principal dono das charqueadas, sua escravaria e um “conjunto de armazéns e prédios na beira do rio, quase todos em ruínas”. Pela descrição feita pela *Manchete*, deveria se tratar do atual conjunto arquitetônico do Porto das Barcas, que na época encontrava-se abandonado. Devido à emergência do debate sobre o turismo de natureza e o patrimônio cultural na região (Veras, 2020), o prefeito João Batista Ferreira da Silva solicitou a inclusão da cidade no Programa Cidades Históricas (PCH), pedindo a restauração desses prédios.

O segundo momento era o das exportações dos produtos agroextrativistas e a importância dessa cidade como entreposto comercial e escoadora desses gêneros. A revista informava que esse período se estendeu até a década de 1950, quando as estradas começaram a ter mais investimentos e o Parnaíba assoreou, principiando na perda de posição da cidade como a mais pujante do estado.

A *Manchete* avisava ao leitor que a cidade não havia estagnada nesse passado e nem embebida por essas memórias, “agora encontramos uma Parnaíba modernizada, com uma população de 120 mil habitantes, com suas pontes, praças e clubes, bons hotéis, uma vida social intensa e principalmente voltada para o comércio e o artesanato” (Manchete, 1981, p. 84). A riqueza ecológica da região, somada às artesanias produzidas pelas comunidades que viviam em meio às paisagens retratadas e recriadas ao longo da edição, era um convite aos brasileiros. Parnaíba era, nos dizeres da revista, “a porta para se conhecer um Brasil diferente, só explorado por antigos navegadores”. Eram novos tempos, tempos de (re)descobrir o Piauí. Exótico, desconhecido e pitoresco, esses eram apenas alguns dos vários apelos transmitidos

Vale afirmar que algumas imagens estampadas em “O Parnaíba como deus criou” da *Manchete*, também foram reativadas e utilizadas na mensal *Revista Geográfica Universal*, outro veículo da Bloch Editores. Poucos meses depois, ainda em abril de 1981, foi publicada nessa segunda revista a reportagem “Terras e Águas do Rio Parnaíba”. Ao longo de 17 páginas, fotografias do litoral piauiense e das ilhas do Delta do Parnaíba, inclusive da Ilha do Caju, acompanhavam textos que apresentavam a espacialidade local e contavam as histórias ali vividas. Nesse outro veículo, as fotografias foram redimensionadas, tendo seu tamanho ampliado nas matérias da *Revista Geográfica Universal* e reorganizadas¹⁰². A exemplo disso, a

¹⁰² Agradeço o professor Valério Negreiros, da UESPI, por ter disponibilizado comigo as edições da Revista Geográfica Universal.

fotografia da gaiola ancorada nas dunas da Ilha do Caju abria a matéria dessa revista e foi impressa em página dupla. Os registros da plantação de arroz, das canoas na Pedra do Sal e de uma casa na Praia do Coqueiro com um homem acompanhado de um cachorro, antes impressos em tamanho menor na *Manchete*, foram ampliados e passaram a ocupar maior espaço nas páginas da *Revista Geográfica Universal*.



Figura 33. Páginas 50 e 51 da reportagem "Terras e Águas do Parnaíba". Fonte: *Revista Geográfica Universal*, 1981.

Com o passar dos anos, a “indústria sem chaminés” já estava consolidada como uma importante atividade para o desenvolvimento da economia da região, fosse no turismo de natureza ou no cultural. Parnaíba, município base da atividade turística no norte do estado, foi considerada, dentro do projeto apresentado pelo deputado federal Heráclito de Sousa Fortes à Câmara em 1984, como “área especial de interesse turístico” (Veras, 2020). Por sua vez, a monografia do município, publicada pelo IBGE no ano seguinte, trazia um breve texto sobre o turismo em Parnaíba, no qual afirmava: “A CIDADE de Parnaíba oferece ao visitante uma série de atrações, sobressaindo as seguintes: Praia da Pedra do Sal, Lagoa do Portinho, Centro Cívico, Catedral de Nossa Senhora da Graça, Herma de Humberto de Campos, Regata de Canoas Igarauçu e Obeliscos¹⁰³” (Ibge, 1985, p. 03). Embora sejam delineados os aspectos culturais

¹⁰³ Grifo no original.

parnaibanos, como monumentos cívicos e religiosos, o apelo à cidade praiana continua em vigor, sendo, portanto, o turismo de sol e mar uma das principais atividades desenvolvidas. Acompanhando o texto, uma imagem em preto e branco da Pedra do Sal reforçava a importância do litoral para o programa turístico desenvolvido tanto no estado quanto no município.

Com base no que foi apresentado, as paisagens do litoral piauiense não foram apenas retratadas na *Manchete* e *O Cruzeiro*, mas também recriadas a partir dos textos e fotografias veiculados nessas revistas entre os anos de 1970 e 1980, superpondo ou, no mínimo, mostrando outra face do estado nordestino, que não era apenas o da pobreza. Acompanhando o crescimento dos debates sobre turismo e ecologia no período, esses temas tornaram-se fios condutores das narrativas das reportagens. Em um primeiro momento, entre 1971 e 1974, a partir da ação do Estado, por meio da PIEMTUR, as reportagens funcionavam como agentes promotores do turismo no Piauí, agora integrado ao conceito de “Brasil grande”.

Os retratos do litoral, de Sete Cidades e a divulgação de um plano turístico “racional” mostravam ao país que o estado nordestino era outro, abandonando a antiga imagem de pobreza social, tão veiculada pelas mesmas revistas que agora o exaltavam. A riqueza das paisagens e das culturas era um convite a conhecer uma parte do Brasil desconhecida pela maioria de sua gente. As reportagens desempenhavam um papel importante tanto na promoção da imagem de um Piauí turístico quanto na construção da ideia de um estado mais moderno.

5.2 Do Coqueiro da Praia a Praia do Coqueiro

As paisagens possuem múltiplos significados para os públicos que as frequentam, e as areias das praias estudadas resguardam diversas dessas histórias e memórias. O Coqueiro, atualmente uma praia frequentada por um público de maior poder aquisitivo, pouco ou quase nada lembra a pequena vila de pescadores que um dia foi. As atuais casas de veraneio são construções modernas, com jardins de grama verdejante e coloridos pelos tons vermelhos, lilases e rosados das folhas modificadas dos bougainvilles (*Bougainvillea spectabilis* e *Bougainvillea glabra*). Muitas dessas residências foram construídas à beira-mar e passam a maior parte do ano fechadas. Seus donos moram longe dali, em Parnaíba, Teresina ou mesmo em cidades fora do estado. Alguns moradores da praia trabalham na manutenção das casas e dos jardins, enquanto outros atuam como vigias, já que, fora do período de férias ou em dias de semana, essas residências ficam inabitadas.

“Praia de rico” - é assim que o Coqueiro é conhecido na década de 2020, embora não seja frequentado apenas por esse público. Em uma das várias casas construídas de frente para o

mar, há um grande jardim com plantas ornamentais e exemplares da flora local, como o pé de mata-fome (*Pithecellobium dulce*), cuja copa oferece sombra aos jovens. Nesse disputado espaço, chamado de “Graminha”, estudantes e turistas que não querem gastar muito ou que dispõem de poucos recursos para frequentar um bar ou restaurante, se abrigam sob sua copa. Ali, tomam sol ou dele se protegem, atualizam suas redes sociais com registros do dia no Coqueiro e desfrutam de uma das praias mais “chiques” e badaladas do Piauí.

Partindo desse breve panorama, o presente tópico tem o intuito de historicizar a Praia do Coqueiro como ponto turístico, evidenciando não apenas o agenciamento dessa praia na imprensa local durante os anos 1970 e 1980, mas também analisar as contradições e problemas sociais trazidos pela “indústria sem chaminés” na antiga vila pesqueira. A relevância desse tópico reside na necessidade de compreender melhor as diversas memórias e experiências vividas nessa praia, tanto no passado quanto no presente. Se os sucessivos governos, desde os anos 1970, veiculavam a ideia de que o Piauí possui um belo litoral, faz-se mister acrescentar que, nessas paisagens, também havia sujeitos humanos e animais não humanos que, muitas vezes, não foram e ainda não são consultados nos projetos desenvolvimentistas voltados para essa espacialidade.

Em uma das várias idas ao Coqueiro ao longo dos quatro anos do doutorado, numa entrevista realizada com Antônio de Laura em janeiro de 2024, um trecho de sua narrativa me chamou a atenção: “antes de ser Praia do Coqueiro, aqui se chamava Coqueiro da Praia”. E é a partir da memória do pescador sobre o próprio nome do lugar onde mora que início esta discussão: afinal, como o Coqueiro da Praia se tornou a Praia do Coqueiro?

Para atingir esse objetivo, é necessário retroceder uma década no recorte temporal proposto nesta parte do trabalho. Ao longo da pesquisa nos periódicos, observei que, antes mesmo do planejamento do turismo no Piauí como política pública, já nos anos 1960, a praia era continuamente procurada. As matérias evidenciam que, nas três praias estudadas, não apenas o lazer era reproduzido, mas esses espaços também desempenhavam um papel importante nos enlaces sociais de famílias com prestígio social, político e econômico na região. Pessoas vindas não só de Parnaíba, mas também da capital ou mesmo de outros estados, ao longo das “temporadas balneárias” anuais, dirigiam-se às praias de Luís Correia e da Pedra do Sal.

Atalaia, por ser a “tradicionalmente preferida praia dos parnaibanos” (Folha do Litoral. 01/07/1967, p. 03), era a mais procurada, sendo ali realizadas a maior parte das reuniões e festas, fosse nas casas de veraneio das famílias ou no Lions. Este último, na década de 1970, promovia

bailes noturnos, além de tertúlias e concursos de Miss Verão, eventos que já faziam parte do calendário turístico da região litorânea. Constantemente considerada pela imprensa da época como a “inauguração” das férias de julho, Atalaia era vista como um marco inicial desse período (Norte do Piauí. 14-15/07/1978, p. 01).

Coqueiro desponta nesse momento de efervescência, sendo uma “alternativa” bem menos badalada que Atalaia. Em sua coluna para o *FL*, o jornalista maranhense Rubem Freitas escreveu que o industrial Roland Jacob “tencionava mandar construir uma ‘Colônia de Férias’ na praia do Coqueiro, para os funcionários de sua grande firma. A ideia teria surgido de uma visita que fez o ‘Cidadão Parnaibano’ àquela praia” (Folha do Litoral. 14/07/1962, p. 05). Não há indícios da efetivação da citada colônia para os funcionários da Casa Marc Jacob S. A no Coqueiro.

A julgar pelas matérias dos jornais, e embora a praia fosse frequentada desde os anos 1930, ela ainda não era tão conhecida entre as famílias parnaibanas. Foi somente nos anos 1960 que se observou um considerável movimento para a vila pesqueira, com pessoas que ali passavam as férias, como “o parnaibano Antônio Augusto dos Reis Veloso, do Banco do Brasil, na Guanabara” (Folha do Litoral. 29/07/1965, p. 03). Dois anos depois, outro membro da família Reis Veloso, um irmão muito mais conhecido daquele outro, esteve nessa mesma praia: “em nossa terra, o parnaibano João Paulo dos Reis Veloso, Acessos do Ministério de Planejamento. Férias no Coqueiro” (Folha do Litoral. 22/07/1967, p. 08), anunciava Rubem Freitas em sua Coluna Social.

É preciso lembrar que chegar até aquela praia não era fácil, seja para as famílias que iam passar ali as temporadas balneárias, seja para os moradores da vila, que cotidianamente precisavam se deslocar até o centro de Luís Correia. Ao documentar o transporte de madeira para os currais de pesca na praia em questão, Anchieta Correia, na *Folha do Litoral*, escreveu um longo artigo ilustrando o esforço dos “nativos” – palavra usada por dona Milagres – em levar objetos para as praias mais distantes e destacando o quanto essas pessoas estavam afastadas de alguns serviços.

Lá [em Atalaia] encontrei vários homens em situação muito semelhante aos desventurados escravos chineses. Vi pescadores transportando varas de madeira para construção de currais (armações para pesca) adotando um sistema muito singular. A madeira para praia vem do interior do Estado. Via férrea ou rodoviária. Até Luís Correia existem os dois meios de transportes. Acontecendo que para as praias mais distantes, não há estradas de espécie alguma, a não ser a própria praia ou dunas arenosas. Nas praias não é possível trafegar caminhões, muito menos sobre as dunas. Engenhosamente aqueles homens intrépidos do mar, solucionaram o problema do transporte dos seus toros e varas, usando um expediente da natureza, juntam uma certa quantidade de varas, formam com elas algo parecido com uma balsa, embora bastante rudimentar (Folha do Litoral. 30/01/1964, p. 03).

A cena pintada mostra um povoado pesqueiro pouco assistido e isolado da sede municipal, já que não possuía estrada. Como se viu por meio das memórias de quem habita essa praia e mesmo a partir da fonte acima, só se chegava à vila quando a maré estava baixa. No caso do transporte de madeiras para os currais, os pescadores, engenhosamente, aproveitavam o próprio mar – o que poderia ser um obstáculo, mostra-se como alternativa.

Mesmo com os percalços, Coqueiro era uma importante praia frequentada nos meses de férias e, além desse período, conforme escreveu Rubem Freitas, “setembro e outubro declina um pouco devido à enorme queda dos ventos. Novembro e dezembro o vento branda, voltam os banhistas, em afluência, às nossas belas praias – Pedra do Sal, Coqueiro e Atalaia – esta com número centuplicadamente maior” (Folha do Litoral. 05/07/1964, p. 03). Com o aumento do fluxo de veranistas ao Coqueiro, surgiriam, na década de 1960, as primeiras demandas e reclames na imprensa local. O *FL*, em primeira página, ao noticiar que se iniciava a temporada balneária no litoral do Piauí, conjecturava: “com boa afluência de famílias nas praias de Luís Correia, Pedra do Sal e Coqueiro. Se houvesse melhores meios de acomodação e hospedagem, maior, muito maior, seria a movimentação de veranistas anualmente” (Folha do Litoral. 03/07/1966, p. 01). Poucos anos depois dessa nota, saída na coluna fixa “Notícias da Cidade”, o *FL* seguia em suas edições debatendo a importância do turismo para o Piauí.

Após a renúncia do deputado Filadelfo Freire de Castro (MDB) em 1968, João Batista Ferreira da Silva, primeiro suplente, assumiu a cadeira na Assembleia estadual sob a promessa de lutar “sempre pelos interesses de sua comuna, do mesmo modo como sempre tem feito, utilizando sua brilhante pena nas páginas do FL” (Folha do Litoral. 17/04/1968, p. 01). A bandeira do turismo no litoral, levantada por Ferreira da Silva, seria então também defendida em Teresina. Numa das notas saídas na coluna “Notícias da Capital”, impressa na última página, podia-se ler que o fundador do *Folha do Litoral* e deputado estadual vinha “norteando as atenções de círculos sociais e culturais de nossa capital, para a consequente implantação do Turismo no Piauí [...] A ideia do deputado Batista da Silva será levada avante, merecendo, portanto, a adesão de todos os piauienses que residem neste estado ou fora dele” (Folha do Litoral. 10/07/1968, p. 04). O debate sobre a implementação do turismo no Piauí fazia parte da agenda política do fundador do *Folha do Litoral*, veículo no qual eram impressas e circuladas suas ideias, bem como uma maneira de trazer aderência por parte de seus leitores.

Na edição do dia seis de junho de 1969, na sexta página desse mesmo periódico, foi estampada uma matéria relatando que o citado deputado João Batista Ferreira da Silva reclamava a construção de um ramal rodoviário ligando Coqueiro à sede municipal via Bezerra

Morto, povoado de Luís Correia. As motivações para a construção do trecho se deviam ao **“aproveitamento da nossa zona litorânea, visando, como é óbvio, a movimentação turística nesta parte do Piauí¹⁰⁴**, sempre reclamando o interesse dos investidores e de modo particular, das atenções do poder público para o magno problema regional” (Folha do Litoral. 19/06/1969, p. 06). Como se vê pelo destaque, fomentar e propiciar o turismo de praia era o principal objetivo. A discussão sobre a criação da estrada até o Coqueiro seguia em curso. O editorial “Estrada”, lançado em três de julho daquele ano, noticiava: “Está de pé o projeto da construção da rodovia entre Luís Correia e Coqueiro” (Folha do Litoral. 03/07/1969, p. 01). Conforme o *Folha do Litoral*, as máquinas do DNER já haviam iniciado o referido trabalho.

O periódico assistia com expectativa a intervenção, entendendo ser

A continuação do esforço que se tem desenvolvido em prol da construção de estradas em nossa área, mas esse empreendimento tem a dupla vantagem de estabelecer contatos diretos entre Parnaíba e as populações que habitam os lugares mais distantes, e como que fixar uma nova colônia de recreio na bela praia do Coqueiro. Agora que se dá início à construção de residências para recreio na praia, como se está fazendo em Luís Correia, o prolongamento de estradas ao longo da orla marítima só trará benefícios a todos, inclusive estimulará a indústria do turismo (Folha do Litoral. 03/07/1969, p. 01).

As ideias sustentadas são muitas. A primeira, de conectar a segunda maior cidade do estado aos lugares mais isolados, deve ser lembrada: Coqueiro era de onde vinha parte do pescado consumido em Luís Correia e Parnaíba. A segunda refere-se à possibilidade de transformar essa praia, como assinalou o editorial, em “uma nova colônia de recreio”, algo já consolidado em Atalaia. Percebe-se, dessa maneira, a continuidade da colonização de outras praias, a fim de assegurar os interesses econômicos. Para desenvolver o turismo nessas paisagens, era preciso, portanto, criar caminhos. Até o final da estação balneária de 1969, a estrada de piçarra ainda não havia sido concluída (Folha do Litoral. 31/07/1969, p. 01), arrastando-se até o ano seguinte. Desse modo, o debate sobre a exploração dessa praia e os meios de acesso a ela prosseguiram nos periódicos parnaibanos. Em 1970, noutro reclame, dessa vez impresso no jornal *Norte do Piauí*, afirmaria que o Coqueiro

muito necessita de uma via de acesso que dê condições de tráfego em qualquer época do ano, não só pela bela praia que poderá se transformar em uma excelente estação balneária, mas sobretudo pela grande piscosidade de suas águas, de onde são tiradas toneladas e mais toneladas de peixes, que são vendidos tanto em Luís Correia como em Parnaíba (Norte do Piauí. 04/04/1970, p. 01).

A folha parnaibana reivindicava que Helvídio Nunes Barros, governador do Piauí naquele momento pelo ARENA, enviasse mais recursos à prefeitura de Luís Correia para “dar

¹⁰⁴ Grifo meu.

prosseguimento aos trabalhos já iniciados”. Seja pela indústria turística, ainda sem organização, seja para facilitar a circulação dos pescados até os mercados consumidores, os periódicos locais se tornaram agenciadores dessas praias e agentes responsáveis por criar adesões e consensos sobre os benefícios que, em tese, o turismo traria para o litoral piauiense. Desde a segunda metade da década de 1960, tanto o *Folha do Litoral* quanto o *Norte do Piauí* incutiam na mente e no coração dos leitores, as potencialidades das paisagens praianas piauienses, tentando transformar os antigos banhos de mar ou como noticiavam, as “temporadas balneárias”, em atividades turísticas que trariam capital para a região litorânea.

Nesse sentido, na década seguinte, com a implementação do projeto e da atividade turística enquanto política pública capitaneada pelo Estado, alguns melhoramentos foram sendo realizados no Coqueiro, de forma gradual, a fim de garantir o acesso, deleite e repouso dos veranistas ávidos por conhecer essa e outras praias. Enquanto Atalaia, como foi demonstrado no capítulo anterior, recebeu a maior parte dos investimentos públicos em 1971, ao Coqueiro, o único “melhoramento” para essa vila de pescadores feito naquele ano foi a conclusão da estrada de piçarra ligando Luís Correia “ao povoado litorâneo Coqueiro” (Folha do Litoral. 17/01/1971, p. 01). Anunciada numa breve nota no jornal *Folha do Litoral*, a intervenção chamava a atenção do leitor para a importância da obra: “são nove km de estrada reclamados e chorados durante tanto tempo, que agora se tornam realidade. Resta a construção de 1 km de um ramal ligando essa importante via de acesso à praia, isto é, à pitoresca e acolhedora praia de Coqueiro” (Folha do Litoral. 17/01/1971, p. 01). O texto de 20 linhas denota que a via era uma demanda antiga; contudo, o jornal não menciona quem “chorava” – não é errôneo supor que os moradores do Coqueiro fossem os que clamavam por tal obra.

Após anos de reclame, a questão finalmente foi resolvida e concretizada na gestão de Alberto Silva, sugerindo ao leitor que compreenda sua gestão enquanto “dinâmica” – mesmo que o jornal não mencione o nome do governador. Ao ler a narrativa do jornal, fica nítido os objetivos por trás da estrada de piçarra: aparelhar e estruturar o nascente turismo litorâneo piauiense. A nota finaliza afirmando:

Isso significa que no momento ninguém necessita mais aguardar a maré baixa e rumar pela praia para chegar ao COQUEIRO. E é ainda sinal evidente de que a mais ampla e mais limpa praia do Piauí passará agora a ser muito mais frequentada pelos banhistas da região. Resta somente os interessados interverem algum capital na construção de melhores acomodações para hospedagem, instalação de restaurante, bares e abrigos adequados a uma praia de banho e repouso¹⁰⁵ (Folha do Litoral. 17/01/1971, p. 01).

¹⁰⁵ Destaque no original.

O pontapé inicial foi dado e, vendo com bons olhos o trajeto de piçarra, o *Folha do Litoral*, ao noticiar a conclusão da obra, mobilizava os interesses privados para a criação de infraestrutura na praia, ao mesmo tempo em que informava aos leitores sobre a melhoria do acesso ao Coqueiro. Assim como a matéria de três anos antes, esta, de janeiro de 1971, considerava a obra um aparato para desenvolver o turismo (Folha do Litoral. 17/01/1971) no norte do estado. Depois de inaugurada a estrada, Alberto Tavares Silva, acompanhado do então prefeito de Luís Correia, Manoel de Melo Lopes Pedrosa e o antecessor, Antônio de Pádua Costa Lima, todos filiados ao ARENA, visitaram-na. Documentando a visita, o jornal *Norte do Piauí* jurou Alberto Silva ter ficado

bastante entusiasmado e prometeu que as atividades do Turismo no Piauí, seriam estendidas até aquela praia. A praia do Coqueiro é realmente um ponto de atração para todos aqueles que a visitam. Com essa estrada que ora foi concluída, veremos no mês de julho, uma movimentação tremenda naquela área (Norte do Piauí. 02/03/1971, p. 01).

Como foi visto anteriormente, a praia do Coqueiro foi incluída no plano turístico estadual, já mencionada nas revistas de grande circulação desde a primeira fotorreportagem em 1974. Dessa maneira, a vila foi enormemente transformada pela “indústria sem chaminés”, trazendo diferentes conflitos e problemas aos moradores da vila pesqueira. Ainda nos primeiros anos daquela década, houve a criação de um projeto interministerial que contou com financiamento estrangeiro e foi bastante elogiado pela imprensa local, estadual e nacional. Era o já mencionado “Projeto Piauí”, que, sob a promessa de transformação de diversas comunidades pelo estado, tinha uma equipe multidisciplinar formada por “economistas, médicos-sanitaristas, analistas, psicólogos, especialistas em comunicação social e relações humanas, antropólogos, urbanistas, arquitetos, professores de artes industriais, artesanato e técnicos em administração” (Folha do Litoral. 08/07/1971, p. 02). Assim como a primeira gestão de Alberto Silva, tal projeto marcou a memória coletiva dos piauienses, mesmo no interior do estado. Na cartilha Sereia Mariá (2015), o pescador da praia do Coqueiro, Antônio de Laura contou que

o Coqueiro foi bem movimentando, no ano de 1973, quando entrou o projeto ‘O Piauí se desenvolve aqui’. Entrou na nossa comunidade um pessoal formado, as doutoras. Os nomes que lembro era Doutora Gurgel, Doutor João Riveiro, Doutor Neves, todos vieram de São Paulo com o objetivo de desenvolver o Coqueiro (Rocha, 2015, p. 14).

De acordo com esse trabalhador da praia, antes do projeto, o povoado pesqueiro sofria com abandono e pobreza. Dona Milagres, nascida no começo da década de 1960, lembra que, diferente de hoje, quando criança não se tinham programas sociais de geração ou de transferência de renda, e poucos eram os postos de serviço naquela praia. Assim, a partir da

iniciativa trazida por sujeitos exteriores, outros horizontes sociais foram propiciados ao Coqueiro, que não envolviam somente a pesca artesanal, um desses horizontes foi o artesanato de tapetes. Naquela década, as artesanias eram expostas e vendidas na “Feira da Comunidade”, evento de artesanato promovido pelo próprio governo do estado.

No ano de 1973, foi realizada em Parnaíba, na Praça Santo Antônio, a segunda edição da referida feira. Nela, participaram estudantes das escolas estaduais e artesãos vinculados ao Projeto Piauí. O evento tinha como intuito promover os trabalhos de ações e cooperativas de toda a Microrregião de Parnaíba, tendo inclusive a participação do artesanato produzido no Coqueiro, o qual, nas palavras do *FL*, “é o artesanato caçula do Piauí e promete ser um dos mais importantes, pelo valor de seus tapetes” (Folha do Litoral. 21/11/1973, p. 03). Junto às investidas dos técnicos do Projeto Piauí, diversos estudantes das sucessivas turmas do Projeto Rondon também pisaram nas areias do Coqueiro a fim de desenvolver suas atividades.

Estão em Parnaíba, desde a manhã de ontem, os técnicos que integram a equipe do Projeto Piauí que se devem demorar aqui por cerca de 30 dias, procedendo aos necessários estudos para fazer o levantamento do que de mais urgente necessita nossa terra para o seu desenvolvimento e progresso (Folha do Litoral. 14/10/1971, p. 01).

A cada nova turma do Rondon, diversas atividades desenvolvidas pelo corpo docente e discente eram noticiadas nos jornais. Nessa época, durante a primeira gestão de Silva, o Piauí voltou-se para o mar. Além do turismo, esse território passou a ser visto como campo de exploração de outras possibilidades econômicas, como, por exemplo, a pesca industrial, que contava com o apoio de grupos do Ceará (Mota, 2024), embora a exploração cearense praticada nas águas do estado vizinho já fosse uma realidade desde a década anterior. A imprensa ainda ventilava o aproveitamento de algas marinhas, que serviram tanto como alimento humano e animal, quanto no emprego da indústria química. O Editorial do *FL* sustentava

As algas ou agar, nome genérico empregado nos arquipélagos dos mares do Sul, são abundantes em toda a costa brasileira e por isso mesmo encontradas em nossas praias, como se verifica em Coqueiro, Luís Correia, Pedra do Sal e por aí, sendo que sua utilidade como fonte de alimentação ou mentação ou mesmo empregada como adubo é simplesmente nula (Folha do Litoral. 10/10/1971, p. 02).

O mar era uma das saídas para o pretenso desenvolvimento do estado, e outros caminhos, que não a pesca artesanal, como o artesanato, a exploração de pescados ou de outros recursos oriundos das águas salgadas e o próprio turismo, eram soluções para a transformação, principalmente das populações costeiras. Dito isso, voltemos ao caso do turismo. Com o fim da movimentada temporada balneária de 1973, E. Castro, em uma nota, escreveu sobre o turismo e o público nas praias piauienses naquele ano, afirmando que Atalaia, “com fácil acesso, meios de transporte e atrativos – é a mais frequentada pelos turistas e constantemente visitada,

concorrendo de modo incontestável para o intercâmbio e progresso citadino” (Norte do Piauí. 25/08/1973, p. 02). Com a concorrência para a antiga “praia de Amarração”, os preços das casas de veraneio aumentavam exponencialmente ao longo dos anos.

Surpreendidos com os valores, os editores do *Folha do Litoral* noticiavam que, em Luís Correia, no mês de férias daquele mesmo ano, os donos de casas estavam “chegando a cobrar 3 mil cruzeiros pelo aluguel de uma casa pequena e desconfortável, naquela cidade” (Folha do Litoral. 11/07/1973, p. 05). Ao redor do país, outros lugares turísticos passavam pela mesma situação: “em contraposição ao argumento da melhoria das condições de vida da população, tornava-se cada vez mais visível a expulsão de parte da população local, o aumento do custo de vida e da criminalidade nessas áreas” (Aguiar, 2010, p. 09). Ainda que defendida pela imprensa, a recém-instalada “indústria sem chaminés” no Piauí, já no começo da década de 1970, mostrava suas contradições e efeitos negativos.

Além disso, o turismo inaugurou outras dinâmicas na “cidade”. Se antes Parnaíba ficava vazia, pois as famílias migravam temporariamente para Luís Correia, deixando-a ‘erma’, “agora não. A turma fica entre lá e cá e já tem onde ir em matéria de divertimento” (Folha do Litoral. 18/07/1973, p. 03). Por outro lado, a praia de Atalaia, chamada de “a praia pioneira” (Folha do Litoral. 25/07/1973, p. 06), devido aos investimentos realizados na gestão de Alberto Silva para urbanizá-la, aos poucos sofreria com a concorrência de outras. Nesse sentido, expandiam-se as “fronteiras praias” e novas eram criadas a partir da balnearização. Coqueiro foi uma dessas fronteiras, consolidada principalmente a partir do encarecimento de Atalaia. Em seguida, outras praias despontaram como alternativas para a “pioneira”.

Retornando ao adensamento do fluxo de visitantes para Luís Correia ano após ano, como foi mencionado, junto a ele, acompanhavam os valores dos aluguéis das casas de veraneio. A “indústria sem chaminés” trazia assim seus primeiros contrastes. Antes mesmo do começo da “temporada balneária de 1975”, o jornalista Batista Leão, em sua coluna, observou: “este ano já teve quem alugasse uma casa em Luís Correia, somente pelo mês de julho, até por Cr\$ 4 mil, de modo que o período ‘praiano’ está se tornando caro e a classe média se distanciando daquelas delícias” (Folha do Litoral. 25/06/1975, p. 06). Como alternativa, “quem não pode alugar uma casa em Luís Correia, vai a Pedra do Sal”, indicava e concluía Leão. Apesar disso, é importante observar alguns pontos na crítica do jornalista e diretor-superintendente do *Folha do Litoral*.

A primeira crítica é que ela se refere mais à permanência de pessoas de fora na praia, bem como à impossibilidade de os moradores se manterem ali. Pedra do Sal e o próprio Coqueiro despontariam como alternativas menos dispendiosas para alguns grupos. No caso do

Coqueiro, especialmente, era uma opção longe da agitação de Atalaia: “a praia do Coqueiro é o lugar ideal para as pessoas idosas que desejam desfrutar apenas da beleza da natureza” (Folha do Litoral. 26/07/1978, p. 04). Ao citar Pedra do Sal, o jornalista destaca ainda a única praia parnaibana, ligada então recentemente pela ponte e estrada inauguradas em 1975, promovendo-a e criando entre os leitores consenso e adesão para o usufruto do que a imprensa local qualificava como a “genuína praia parnaibana”.

O problema foi que, durante a temporada balneária, a estrada que dava acesso ao Coqueiro, danificada pelas chuvas do inverno de 1974, não foi reparada, permanecendo em péssimas condições pelos próximos três anos. Ao ver a situação, Raimundo Ferraz Filho fez questão de chamar a atenção para o problema, afirmando: “aquela praia do litoral piauiense está isolada, sem nenhuma possibilidade de ser aproveitada pelas famílias que vêm tomar parte no movimento da estação balneária, que bem sabemos ser ali um dos pontos primordiais para visitantes ilustres” (Folha do Litoral. 05/07/1975, p. 04). O mesmo jornalista continuou a fazer reclamações sobre a situação ao longo daquele ano e do seguinte (Folha do Litoral. 06/11/1976, p. 07), mas os reparos só ocorreram em 1977.

Percebendo o movimento no litoral, Batista Leão comentou brevemente no *Folha do Litoral* sobre a preferência de certos grupos por determinadas praias. Em suas palavras: “as praias do litoral piauiense estão frequentadíssimas, sendo que os parnaibanos preferiram Pedra do Sal e os teresinenses a cidade balneária de Luís Correia” (Folha do Litoral. 23/07/1975, p. 06). Não creio que esse relato seja só um retrato do gosto de alguns públicos. Como já foi mencionado, Pedra do Sal é a única praia de Parnaíba, e a maior parte dos visitantes se dirigia a Atalaia, qualificada no ano seguinte por Ferraz Filho como “uma porta aberta para o desenvolvimento turístico no Piauí” (Folha do Litoral. 18/08/1976, p. 04). Ao afirmar tal preferência dos contrerrâneos, Leão também sugere uma adesão crescente, por parte desse público, à praia parnaibana.

Embora houvesse, na época, um consenso sobre a importância da “indústria sem chaminés” na região, não se pode deixar de notar as disputas, discordâncias e até certo sentimento de desafronta por parte da imprensa de Parnaíba. Ao analisar o turismo no litoral naquele momento, Sherlock, para o *Norte do Piauí*, assim avaliou:

Não temos turismo próprio. Somos mera rota de passagem para os vem fazer um pouco de turismo em LUIZ CORREIA, que é, efetivamente o ponto turístico desta área que vem funcionando. Possuímos, entretanto a mais linda praia do nordeste que é a PEDRA DO SAL à qual entretanto falta a mais elementar condição de tornar-se um ponto turístico razoável (Norte do Piauí. 13/09/1977, p. 04).

Como pode ser observado, a opção por Luís Correia e, conseqüentemente, por Atalaia, não era apenas uma questão de gosto, mas também de política, no sentido de atrair investimentos em infraestrutura para a orla, o acesso e a promoção desses pontos turísticos. Sentindo-se marginalizados e desprezados, os parnaibanos, por meio da imprensa local, chamavam atenção para suas demandas. Assim, apesar de a “praia de Amarração” ser um ponto central para o turismo litorâneo no estado, Fernando Ferraz, fundador do *Querela*, lembrava aos leitores parnaibanos daquele jornal que “nossa maior atração turística incontestavelmente jamais deixará de ser a encantadora ‘PEDRA DO SAL’” (Querela. s.d./12/1976, p. 08).

Enquanto isso, a estrada ligando o Coqueiro à sede municipal finalmente foi concluída, e sua inauguração, ocorrida no dia 22 de julho de 1977, contou com a presença do governador Dirceu Arcoverde e do ministro Reis Veloso (Norte do Piauí. 21/07/1977, p. 01), permitindo que os visitantes comessem a chegar no feriado de carnaval do ano seguinte. Durante esses dias de folia, Ferraz Filho escreveu que as praias “continuam tendo, relativamente, boas frequências [...] da capital do estado e de muitos outros lugares, passando o fim de semana em praias do litoral: Atalaia, Pedra do Sal, Coqueiro e outras situadas no referido litoral” (Folha do Litoral. 25/01/1978, p. 07). Ao longo do tempo, novos destinos turísticos começaram a surgir no debate sobre o turismo, como a praia de Itaqui e a Lagoa do Portinho, localizadas respectivamente em Luís Correia e em Parnaíba.

Com o passar dos anos, problemas antigos persistiam, como o valor dos aluguéis em Luís Correia, que em julho de 1978 variaram entre cinco e doze mil cruzeiros (Folha do Litoral. 24/07/1978, p. 01). Junto a essa pauta, surgiram também críticas sobre os preços cobrados nos bares. Essa praia “continua mantendo sua liderança, embora devido às condições físicas e higiênicas venha sofrendo o impacto de sua concorrente [Pedra do Sal]” (Norte do Piauí. 19/07/1978, p. 01), afirmava uma nota do *Norte do Piauí*, durante a temporada de veraneio de 1978.

No final daquela década, uma brisa de redemocratização começava a soprar pelo país. O Ato Institucional número 5, por decisão da própria ditadura, expirou no último dia de 1978 (Reis, 2000, p. 69). No ano seguinte, foi promulgada a Lei da Anistia, que, em tom reconciliatório, perdoava os “inimigos” da ditadura, mas não punia os militares e outros responsáveis. Enquanto isso, os ventos do “progresso” trazidos pelo turismo em Parnaíba e região geravam aspectos negativos na vida dos moradores do litoral daquela época.

Em um artigo crítico, Paulo de Athayde Couto refletia sobre o progresso da segunda maior cidade do estado e afirmava: “progride a destruição da natureza, a especulação

imobiliária, o roubo descarado dos comerciantes e a picaretagem dos políticos. Enfim, só se vê ‘progresso’ por todos os lados” (Querela. s.d./01/1979, p. 02). O tom combativo do autor reflete o espírito daquela edição, e o *Querela* era um jornal escrito por jovens universitários da cidade. Na edição que imprimiu o texto de Couto, os editores do *Querela* esperavam não apenas que seu trabalho tivesse melhorado, “mas que não sirva apenas para ser lido, mas que mude alguma coisa realmente” (Querela. s.d./01/1979, p. 01).

No que tange aos preços exorbitantes nas praias piauienses - pauta recorrente nos periódicos -, novos reclames surgiram em 1979. No minieditorial do *Folha do Litoral*, publicado no dia 14 de fevereiro, dizia-se que os preços abusivos nas praias e até mesmo em pontos de Parnaíba eram decorrentes da “má interpretação dada à nossa condição de integrantes do Terceiro Polo turístico, o que nada tem a ver. Sabe-se que turismo não significa necessariamente ou de jeito nenhum exploração à ‘bolsa popular’” (Folha do Litoral. 14/02/1979, p. 01). Quatro meses depois, Raimundo Fonseca Mendes escreveu em sua coluna fixa no *Norte do Piauí* a nota “Em Luís Correia o furto anda à solta”.

Com esse título, que traz polissemia aos leitores, o jornalista afirmava que na cidade “os botecos já iniciaram um processo de furto à mão desarmada, cobrando nada menos de Cr\$ 30,00 por uma cerveja e Cr\$ 40,00 por um naco de peixe ou de carne, que não dá para uma mastigada. Parece que os goelas daquela praia estão confundindo turismo com FURTO” (Norte do Piauí. 21/06/1979, p. 04). No mês seguinte, em meio às férias escolares, o *Jornal Querela*, em sua primeira página, trazia uma charge satirizando a exploração turística e os altos preços nas praias do estado, que acabavam afastando os turistas.



Figura 34. Legenda: Charge na capa do *Jornal Querela*. Edição de julho de 1979, p. 01.

Os jornais ainda apontavam que Atalaia enfrentava problemas, como a produção inadequada de resíduos sólidos e a falta de destinação correta. “Merece crítica o estado deplorável em que se encontra a praia de Atalaia com tamanha sujeira. Lixo mesmo, no duro. Detritos de alimentos, patas de caranguejo e outros fazem a decoração da ‘Atalaia Beach’. Nossa!” (Norte do Piauí. 19/07/1978, p. 02). Em meio a isso, Coqueiro surgia nos periódicos como uma alternativa mais barata a Atalaia. Não raro, a imprensa da época costumava afirmar que Coqueiro era “superior” à segunda.

Em sua coluna, Sherlock mencionava que a estrada até Coqueiro existia apenas graças ao esforço do ministro Reis Veloso, o que levava a crer que, no futuro, caso a prefeitura não assumisse a responsabilidade de manter “o acesso àquela bonita praia, que é melhor do que a de Luís Correia” (Norte do Piauí. 09/02/1979, p. 04), o local corria o risco de desaparecer. Mesmo que Atalaia fosse mais procurada por conta do conforto proporcionado pela urbanização de sua orla, praias com menos estrutura eram alternativas. “Lagoa do Portinho, Pedra do Sal, Itaqui, Sobradinho e Coqueiro são regiões ideais para a prática do campismo, para os que querem fazer turismo sem gastar muito e em contato direto com a natureza” (Folha do Litoral. 09/09/1980, p. 06), declarava o *Folha do Litoral*.

Apesar disso, é preciso observar que os próprios jornais documentavam que Coqueiro era uma praia “social”, frequentada por famílias que ali se dirigiam em busca de mais privacidade. José Soares, na coluna social do *Norte do Piauí*, noticiava aos leitores que “curtindo a tranquila praia do Coqueiro, Conceição e Arnaldo Caldas, sempre cercados de amigos nos finais de semana” (Norte do Piauí. 19/07/1979, p. 03). Ali também se encontravam outras figuras importantes da época, como Conceição Resende com seus filhos, José Rodrigues e Silva, e Flaviano Falcão Botelho (Norte do Piauí. 19/07/1979, p. 03). Com o passar do tempo, os jornais começaram a apontar para a migração de públicos da “tradicional praia de Luís Correia”, embora esta tivesse, nas palavras do colaborador do *Folha do Litoral*, Ademar Gonçalves Neves Filho, “mais conforto” (Folha do Litoral. 19/07/1980, p. 02). Atalaia tornava-se a praia preferida dos turistas oriundos da capital do estado.

Em uma nota na primeira página, o *FL* afirmou que, nessa praia, “de cada dez casas ocupadas no mês de julho, nove são de teresinenses, sendo, portanto, uma nova Teresina, por extensão” (Folha do Litoral. 15/07/1981, p. 01). Por sua vez, os parnaibanos “passaram a dar preferência pelas praias de Coqueiro e Pedra do Sal” (Folha do Litoral. 15/07/1981, p. 01). Ávidos em promover as paisagens e criar consensos, os jornais locais pareciam tentar esquecer

que as praias eram moradas de grupos pesqueiros que ali viviam há gerações, o que exigia uma certa adaptação por parte dos antigos moradores.

Na sua coluna fixa para o *Folha do Litoral*, Batista Leão reclamava do tratamento de peixe à beira da praia de Pedra do Sal, mencionando que isso era “motivo de reclamação dos banhistas que, com justa razão, alegam que a fedentina está prejudicando os que frequentam aquele lugar” (Folha do Litoral. 06/08/1975, p. 06). Já em outra curiosa nota, saída no mesmo jornal, mas seis anos depois, o matutino parnaibano pedia que

a autoridade que se achar em condições de reprimir a criação de porcos soltos nas nossas praias, o faça o quanto antes, pois em Coqueiros e Pedra do Sal, os turistas estão deixando de frequentá-las pela grande quantidade de “bichos de pé” que está atacando o povo em consequência da grande criação de suínos soltos na beira do mar (Folha do Litoral. 29/08/1981, p. 06).

A praia, mais do que nunca, se tornava espaço de embates, disputas e superposições de usos sociais. As duas breves notas mencionadas são indícios de que a turistificação do litoral do Piauí, assim como no resto do país, ocorreu de maneira complexa e conflituosa. De um lado, os defensores do turismo piauiense recriminavam os velhos costumes das comunidades pesqueiras. Apesar de cada reclamação ter sua particularidade – na primeira, o mal odor causado pelas vísceras dos pescados; na segunda, o incômodo das pulgas que afetavam os turistas – ambas apontavam na mesma direção: os usos tradicionais da praia deveriam ser “corrigidos” para não afastar os turistas. No caso do Coqueiro, a nota finalizava pedindo ação das autoridades locais para prenderem os animais e multarem os donos.

Silenciados, os moradores da praia sequer foram ouvidos. Os olhares exteriores sobre a paisagem praiana, portanto, para que tivessem seu lado “paradisíaco” incontestado, adequavam-nas, determinando quais atitudes eram ou não apropriadas. Sendo os jornais os meios para agenciar essas paisagens, também serviam como recursos para alertar as autoridades e até censurar. As novas escritas sobre as praias estavam carregadas de tintas normatizadoras. A presença da população pesqueira era aceita, pois reforçava a retórica e a imagem de um paraíso perdido no tempo. No entanto, em nome do capital, as experiências desses sujeitos, caso maculassem aquele delicado e pitoresco retrato, deveriam ser corrigidas. Uma vez criado o consenso de que as praias eram pontos turísticos de importância para a economia e o desenvolvimento da região, as intervenções trazidas pela “indústria sem chaminés” encontravam menos resistência (Cruz, 1999). As populações costeiras podiam coexistir nas praias, desde que não “espantassem” os turistas.

Caso se faça um breve salto no tempo, observar-se-ão os rearranjos e a composição do público frequentador das três praias analisadas. Ao avaliar a temporada balneária de 1983, A

Libertação publicou uma nota, informando sobre o movimento no litoral e fazendo o seguinte balanço: “Nossas praias totalmente lotadas, sendo que os teresinenses, a exemplo dos anos anteriores, deram preferência pelas praias de Atalaia, em Luís Correia; os parnaibanos pela praia de Pedra do Sal; sendo que a praia mais social foi a de Coqueiro, com gente de todas as partes” (A Libertação. 03/08/1983, p. 05).

É necessário compreender essa migração. O Coqueiro, portanto, passava a ser a preferência das elites locais por ser “tranquila”, palavra essa que poderia, sem prejuízo, ser trocada por “privada”. Tal movimento fazia parte da luta pela manutenção de um status e das formas de diferenciação. Os privilegiados, como afirmou Bourdieu, buscam exclusividade e distância daqueles que não os considera como iguais.

Para fugir das diversões comuns, basta que os privilegiados se deixem guiar, ainda neste aspecto, pelo horror dos ajuntamentos vulgares que os impele a procurar sempre - alhures, mais acima, mais longe, a contratempo e a contralugar- a exclusividade ou a primazia das novas experiências e dos espaços virgens, assim como pelo senso de legitimidade das práticas que depende, é claro, de seu valor distribucional, mas também do grau em que elas prestam atenção à estatização, seja na prática ou no discurso (Bourdieu, 2011, p. 204).

Distantes da já popularizada Atalaia, e em meio ao processo de turistificação do litoral, as elites locais, em busca de manter seu capital social, migravam para a praia vizinha, fazendo dela seu novo ponto de veraneio, festas e encontros sociais. Embora se diga que para lá iam pessoas de diversos lugares, muitos desses veranistas eram parentes ou amigos de parnaibanos que construíram casas na praia. Àquela altura, a vila de pescadores do Coqueiro da Praia já passava por mudanças. Em 29 de janeiro de 1983, foi inaugurado o primeiro restaurante na praia, o Alô Brasil, propriedade do grupo Poncion Rodrigues, de Parnaíba, e projetado por Gerson Castelo Branco (Norte do Piauí. 22-23/01/1983, p. 04).

Embora à primeira vista parecesse ser apenas mais um empreendimento, o bar logo se tornou um marco na memória dos colaboradores que moravam no Coqueiro. Antônio de Laura recordou-se de que, antes do “Alô Brasil”, o bar da “nativa”, dona Maria, foi o precursor. O narrador explicou que ao ver a quantidade de estudantes e professores se deslocando ao Coqueiro por conta dos projetos Piauí e Rondon, a moradora passou a vender refeições aos visitantes.

não era um bar, era uma casa de morada. Foi nesse Leonel, que era o bar da dona Maria. Dona Maria começou a comprar uma pescada minha, comprar galinha caipira para fazer para o projeto que vinha, né? Quando vinha, vinha uma comissão de muita gente. Vinha 20, 30, 40 pessoas. Só gente formada! De São Paulo, de todas as partes! Aí o pessoal chegava aqui, não ia comer no comum como nós, peixe cozido com cebola, né? Queriam comer era um peixe frito com farofa, uma galinha caipira ao molho. Ai dona Maria começou a matar galinha caipira, a fazer comida para esse pessoal (Antônio de Laura, 2024).

Muitas vezes, somos inclinados a interpretar o avanço de visitantes sobre as praias de maneira absolutamente negativa, vendo as populações desses lugares como passivas. Porém, isso é um grande equívoco. A partir da reminiscência, fica claro a agência e a força ativa das comunidades praianas. A mulher citada pelo colaborador agiu conforme as possibilidades oferecidas pelo contexto em que estava inserida. Ao transformar a casa em que morava em bar, comprava peixe dos pescadores, entre eles Antônio de Laura, e vendia aos pesquisadores e visitantes, ganhando assim uma renda extra além da pescaria.

Devido ao sucesso, o “bar de dona Maria” serviu de inspiração para Gerson Castelo Branco. De acordo com o pescador, “ele era da família de Castelo Branco, de Parnaíba. Ele viu dona Maria vendendo galinha, vendendo peixe frito, e disse: ‘Vou construir um bar no Coqueiro, um restaurante especial’” (Antônio de Laura, 2024). Nas palavras de Antônio de Laura, “o restaurante montado foi o primeiro” (Antônio de Laura, 2024), sinalizando, portanto, o empreendimento primo na praia feito por um não morador.

O Coqueiro ganhava cada vez mais adeptos e, por conseguinte, maior notoriedade na imprensa. O técnico em Turismo, Olavo Araújo Lima¹⁰⁶, na sua coluna “Turismo” no *A Liberdade*, trouxe na edição do dia 7 de maio de 1983 dois breves textos sobre duas praias de Luís Correia, Atalaia e Coqueiro. Sobre a segunda, escreveu que ela estava localizada a duas dezenas de quilômetros de Parnaíba e era acessível por estrada.

é uma praia rustica e pesqueira [...] o convívio entre os humildes e valentes pescadores e suas famílias, na maioria artesão de tapetes, capachos e outros arranjos de decoração feitos de tucum e taboa, fazem parte do acervo turístico da região. O Coqueiro normalmente é procurado por aqueles que desejam fugir da vida atribulada das grandes metrópoles. Atualmente já possui bares que servem o peixe mais fresco da região. A praia do Coqueiro está começando a ser “descoberta” pelos banhistas e amantes da natureza (A Liberdade. 07/05/1983, p. 04).

A descrição do Coqueiro, enquanto uma praia simples, tece a narrativa de uma vila de pescadores bucólica, com algumas modificações voltadas para atender aos turistas. Ao lado dessa praia, outros pontos do litoral já começavam a aparecer nas páginas dos jornais. Ao destacar a crise econômica de 1983 e seu impacto direto na atividade turística, Araújo Lima, em julho daquele ano, sugeriu as seguintes opções: “o Delta do Rio Parnaíba, o Pontal das Canárias, Praia da Pedra do Sal, Praia de Atalaia, a magnífica Lagoa do Portinho, Praia do Coqueiro, o cristalino Lago de Sobradinho, Praia da Barra Grande, a virgem Praia do Cajueiro e a inexplorada Lagoa do Camelo” (A Liberdade. 13/07/1983, p. 05). Alguns desses lugares

¹⁰⁶ Além de técnico em Turismo, Olavo Lima foi diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Parnaíba durante a gestão de João Batista Ferreira da Silva (1977-1983), professor de Inglês no Ginásio São Luís Gonzaga e redator da coluna de Turismo do *Folha do Litoral*.

seriam, meses depois, visitados não só por piauienses, mas também por Tadeu Lubambo, da revista *Manchete*.

Longe da calmaria do Coqueiro da Praia, nas gráficas da Bloch Editores, no Rio de Janeiro, saiu a reportagem *Nas ondas do Piauí*, cujas fotografias e texto eram de autoria de Lubambo. Como o próprio título indicava, em oito páginas, a revista privilegiou as paisagens litorâneas do Piauí. Além da mencionada praia, outros locais conhecidos dos leitores da revista, como a Pedra do Sal, foram ilustrados, assim como lugares menos falados na época, como Carnaubinha.

Abrindo a reportagem, em página dupla, foi impressa uma fotografia panorâmica da praia do Coqueiro, entre as páginas 56 e 57, com a legenda: “Coqueiro, a praia mais próspera do Piauí, está sendo descoberta aos poucos pelo turismo” (Manchete, 1983, p. 57). A balnearização do antigo Coqueiro da Praia, já em curso, seria mais intensificada, e a fotografia cristalizava, além da paisagem, o cotidiano das vilas de pescadores como Coqueiro, Pedra do Sal e Sobradinho. As lentes de Lubambo mostraram que esses lugares não estavam desérticos; a pesca e os trabalhadores do mar ainda faziam parte do cenário, sendo registrados em oito das 14 imagens da reportagem. Essas imagens ilustraram diversos momentos do ofício, compondo, assim, um quadro interessante de um paraíso ainda marcado pela presença dos moradores locais. De pé na areia, Lubambo capturou a cena abaixo, a qual deveria ter contemplado quando esteve no Coqueiro, e essa contemplação também nos é convidada.



Figura 35. Legenda: Páginas iniciais da reportagem "Nas ondas do Piauí". Fonte: *Manchete*, 1983.

O leitor da reportagem da *Manchete* não via um “território do vazio” ou mesmo “esvaziado”, mas um litoral espetacularizado, no qual a praia se tornava o palco da reprodução

da vida humana. Como num exercício de alteridade, as pessoas registradas faziam parte de um outro modo de ver e usar a praia. Longe do caos dos grandes centros urbanos, de onde vinha a maior parte dos leitores da revista, a foto inicial transmitia a sensação de calma, perceptível a partir dos elementos fotografados: um coqueiro solitário, com suas palhas sopradas pelo vento, a areia alva e o mar azul e calmo, compondo uma cena pitoresca que convidava o turista a uma possível fuga. A maré cheia escondia os corais, que só se tornavam visíveis quando o mar recuava. Ao fundo, emoldurando o oceano, destacava-se uma faixa de terra, a Praia de Atalaia, com seu farol.

Por outro lado, a fotografia também congelou a cena de um dia de trabalho dos homens do mar. Sete canoas, com caçoeiras, repousavam nas águas tranquilas, “aguardando” pacientemente o próximo dia de labuta. Na embarcação mais próxima à praia, dois pescadores recolhiam a vela de tecido cru, provavelmente retornando da pescaria. Um terceiro pescador estava na água, próximo à embarcação, enquanto outros três caminhavam pela praia, observando os companheiros. Um deles trazia peixes nas mãos, enquanto o último carregava um calão nos ombros. Os nativos, portanto, não estavam erradicados, mas eram personagens fundamentais para a construção da imagem da praia que se buscava divulgar: uma praia ainda pouco explorada, pitoresca, mas pronta para novas incursões.

O texto que abria a reportagem informava

Embora seu litoral seja o menor do Brasil, o potencial turístico do Piauí vale pelo de um país inteiro. O fato é que todos os estados do Nordeste foram colonizados através do mar, cujo processo se deu do interior em direção à costa. Seus pescadores (na maioria de origem cearense) habitam pequenas vilas como Coqueiro, Carnaubinha, Barra Grande e, Ponta do Sal. A pesca é rudimentar, artesanal, mas representa a vocação mais tradicional destas populações humildes, mas extremamente comunicativas (Manchete, 1983, p. 57).

Breves explicações foram feitas. A primeira delas, sobre a diminuta costa piauiense, que, apesar do tamanho, possuía, de acordo com a publicação, grande “potencial turístico”. Assim como em outras reportagens anteriores, nesta também parece ter sido realizada uma pequena pesquisa historiográfica sobre a região. Uma das teorias da colonização do Piauí, a de que ela ocorreu do sertão para o litoral, pelos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, foi adotada pela revista e comunicada aos leitores, destacando a peculiaridade do estado quando comparado aos demais estados nordestinos. O jornalista provavelmente também fez uma pesquisa junto às próprias comunidades pesqueiras, uma vez que mencionou que a maior parte dos pescadores era formada por cearenses, que habitavam vários pontos do litoral e formavam pequenas vilas, transmitindo ao leitor a imagem de paisagens quase intocadas e descobertas por moradores do estado vizinho. A Pedra do Sal

novamente teve seu nome corrompido ou alterado erroneamente para “Ponta do Sal”, o que ilustra a importância do cotejamento com os periódicos locais e sua leitura em conjunto, bem como os problemas que surgem ao utilizar ferramentas de busca por palavras.

Nas próximas duas páginas, mais quatro imagens foram impressas, mostrando diferentes cantos do litoral, revelando aspectos tanto singulares quanto pitorescos das praias piauienses. A primeira, feita no Coqueiro, exhibe uma casa com cercas de madeira e um coqueiral. Ao lado, na página seguinte, aparece uma planta isolada, com galhos retorcidos. Trata-se da Árvore Penteada, um tamarineiro localizado na atual Praia do Arrombado (ao fundo, é possível ver o mar), cuja copa foi modificada pela ação do vento. Esse vegetal, que ainda existe hoje, foi declarado Patrimônio Histórico e Ambiental do Piauí por meio da Lei Estadual 7.688 de 23 de dezembro de 2021.

Na terceira imagem, uma mulher, trajando biquíni, posa sorridente nas raízes de um mangue seco na Praia de Carnaubinha (município de Luís Correia), sugerindo que tais paisagens estavam, aos poucos, sendo frequentadas por outros grupos que não os tradicionais povos da praia, fazendo novos usos sociais desses espaços, além da pesca. Por fim, na Praia da Pedra do Sal, foram flagradas cinco canoas aportadas; ao fundo, vê-se o farol, os rochedos e as casas de pescadores.



Figura 36. Legenda: Páginas 58 e 59 da reportagem "Nas ondas do Piauí". Fonte: *Manchete*, 1983.

As legendas que acompanham as fotografias são curtas e fornecem algumas informações rápidas, sugerindo que o importante era apreciar as imagens. Abaixo das duas imagens superiores, o breve texto esclareceu: “A fotogenia de Coqueiro, como seu nome indica, nasce

das árvores que, balançadas pela brisa, emolduram a residência do pescador. Noutras áreas do vilarejo, o vento sopra com tal força que acaba vergando árvores e arbustos” (Manchete, 1983, p. 58-59). A legenda, portanto, reforçava o caráter pitoresco e bucólico das imagens.

O texto das outras fotografias dizia: “Carnaubinha está sendo descoberta pela juventude de mente sã, que vai bronzear seus corpinhos sãos no meio de raízes de árvores muito ao gosto da arte moderna. Na Ponta do Sal, quando a maré seca, os barcos de pescadores ficam sobre a areia”. O clichê estetizado da jovem turista, com o corpo à mostra, não contrapõe a narrativa visual apresentada pela revista. Deitada em um galho seco, com biquíni vermelho e em busca do bronzeado, ela transmite uma imagem de “modernização” sobre as tradicionais atividades.

O corpo feminino, ilustrado como um vetor de modernidade, mas igualmente sexualizado desde as primeiras campanhas turísticas — como nas promovidas pela EMBRATUR (Alfonso, 2006) —, ainda aparece na última página da reportagem sobre o Piauí. Nessa, uma mulher de cabelo curto e seios à mostra, posou no mar para o fotógrafo — abaixo da imagem, um breve texto afirmava “Topless não é privilégio de metrópoles. Coqueiro [...] é frequentada por belas turísticas que se sentem inteiramente à vontade e se banham ao natural¹⁰⁷” (Manchete, 1983, p. 64). A *Manchete* ainda explicava que a vila de pescadores se encontrava com iluminação elétrica e “invadida por casas de veraneio”, alterando-se.

As fotografias das duas mulheres agenciavam novas formas de se relacionar com a paisagem praiana. Embora o topless fosse visto como algo avançado e, na visão da revista, como um ato libertário, os moradores do Coqueiro, acostumados com banhos de mar mais comportados, se vexavam com as poucas roupas ou com a falta delas. Ao falar sobre o impacto do turismo na comunidade e da chegada da energia elétrica no Coqueiro, dona Milagres recordou que essa melhoria ocorreu no “tempo” de Hugo Napoleão do Rego Neto, primeiro governador do Piauí eleito por voto direto pelo PDS desde o golpe de 1964, e cuja gestão foi de 1983 a 1986. A narradora recordou-se que,

ele colocou luz aqui. Isso foi no período, na gestão dele, né? Isso foi uma alegria. E agora para colocar a instalação da casa? Não tinha condição! Eu coloquei a luz na casa da minha mãe, que eu queria ver ela, alegre, né? Ela passou a noite todinha olhando essas lâmpadas, eu tô me lembrando aqui. Ela disse, “ah, minha filha, eu estou tão feliz”. Eu disse, a senhora está feliz, eu tô feliz. Você tem um monte de irmão e você botou eletricidade aqui. Enfim, ela não viu a água, ela só falou no projeto, que foi concretizado (Milagres, 2024).

Enquanto os demais colaboradores da praia constantemente mencionaram a primeira gestão (1971-1975) de Alberto Silva como o período de transformação para o Coqueiro,

¹⁰⁷ Destaque no original.

Milagres se apresenta como uma voz dissonante. Para ela, Hugo Napoleão foi mais marcante, pois, durante o seu mandato, ela já era adulta e conseguiu proporcionar dignidade para sua mãe, entre outras coisas, eletrificando a casa em que moravam e permitindo que conhecessem e consumissem certos produtos, como xampu. Ao contar sua vida, Milagres ilustra o agenciamento e o esforço de uma trabalhadora da praia em cuidar dos seus, bem como o protagonismo de sua própria história: dos quatro irmãos, foi ela a responsável por concretizar um sonho materno, emocionando-se ao recordar o feito.

A narradora prosseguiu, dizendo: “As coisas foram se ajeitando, aí veio o turismo. Mas minha mãe dizia para mim, como ela chegou a ver. ‘Minha filha, aqui no Coqueiro vai ter um bocado de gente assim, simplesmente nua. Ela dizia para mim: ‘De biquíni! Assim. Ela dizia!’” (Milagres, 2024). A fala da mãe de Milagres não parece exagero quando consideramos as fotografias da *Manchete* sobre a praia; pelo contrário, ilustra o choque de percepções distintas sobre a mesma paisagem, bem como as diferenças nos usos que dela se fazem.

O lazer e o turismo estavam presentes nas entrelinhas das paisagens, mostrando seu potencial e as possibilidades de serem ali exercidos. Entre as páginas 60 e 61, e nas duas seguintes, o fotógrafo ilustrou comunidades pesqueiras. Na grande fotografia que ocupa as páginas 60 e 61, um pescador carregando o mastro no ombro, com a vela enrolada, caminha em meio ao areal. As cores fortes da sua roupa contrastam com as alvas dunas.



Figura 37. Legenda: Páginas 60 e 61 da reportagem "Nas ondas do Piauí". Fonte: *Manchete*, 1983.

As imagens ilustram como viviam os habitantes desse “cenário bucólico e infinitamente tranquilo” (Manchete, 1983, p. 60), ainda que estivessem “isolados” da “civilização”. Nem tudo

era trabalho, e, na última fotografia do lado inferior esquerdo, um grupo de crianças se diverte em meio à areia. “Em cada paisagem uma festa”, avaliava a revista, festa essa tanto para a visão que contemplava os cenários, quanto para os demais sentidos que davam conta de experimentar as paisagens.

Nas páginas seguintes, a pesca artesanal volta a ser o tema principal. Quatro imagens cristalizam as atividades pesqueiras em diferentes momentos. Na fotografia à esquerda, Lubambo flagrou os homens do mar trabalhando numa canoa. Na cena, os trabalhadores estão próximos à embarcação e a arrastam para sair da praia; a vela esticada é soprada pelo vento e, aos poucos, a embarcação desliza nas águas salgadas. Abaixo, uma cena que parece ser posada: vê-se um homem de sunga, de pé num banco da canoa, mexendo numa caçoeira. É possível que esse sujeito não seja pescador, já que a roupa de banho utilizada por ele reforça essa interpretação, pois, expostos diariamente à ação solar, os pescadores geralmente buscam se proteger dos raios ultravioletas.

A última das três imagens menores foi feita na praia. A maré está baixa e, ao fundo, além das pequenas piscinas naturais, aparecem os corais, onde, segundo Antônio de Laura, as mulheres pescavam siris, sururus, mariscos e búzios. Homens estão descamisados, usando calções, e, na areia, redes de pesca descansam.

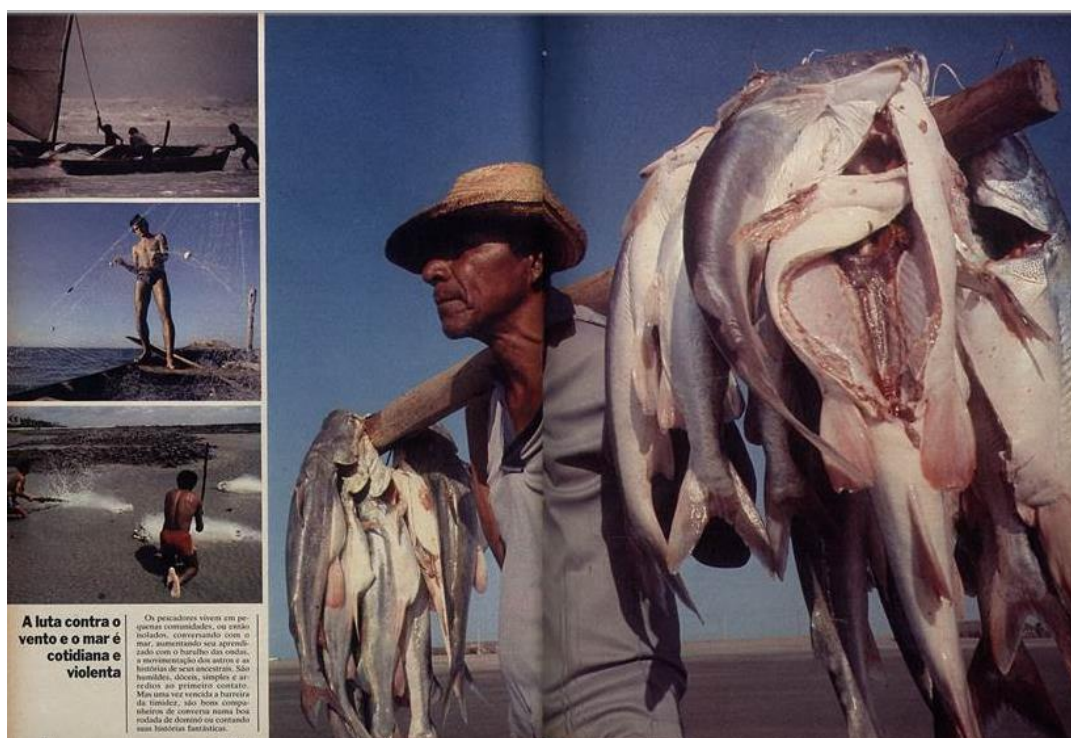


Figura 38. Legenda: Páginas 62 e 63 da reportagem "Nas ondas do Piauí". Fonte: *Manchete*, 1983.

A maior das imagens ilustra um pescador artesanal, cujo nome não foi creditado pela matéria. De pele curtida pelo sol e chapéu de palha na cabeça, o homem carrega um calão nos

ombros, o que faz com que sua coluna se arqueie levemente devido ao peso. De cada lado, bagres já tratados — ou seja, sem as guelras ou vísceras — foram escalados (corte vertical na barriga do peixe) e poderiam ser vendidos para atravessadores. A quantidade de pescados ilustra a abundância do mar do Coqueiro, bem como a oferta dessa proteína.

Ao lado das fotografias, um texto descrevia as dificuldades da pesca artesanal nessa vila: o vento e a maré. Embora os pescadores fossem considerados sujeitos privilegiados, as narrativas textuais sobre eles carregavam alguns juízos de valor e comentavam as impressões do autor sobre o contato com esses indivíduos: “humildes, dóceis, simples e arredios ao primeiro contato. Mas, uma vez superada a barreira da timidez, são bons companheiros numa roda de dominó ou contando suas histórias fantásticas” (Manchete, 1983, p. 62). A reportagem é finalizada com a já mencionada fotografia de uma mulher fazendo topless e com um texto que ocupa integralmente a última página. Nele, foi narrada a ocupação do então Coqueiro da Praia. O escrito, no entanto, contém alguma dose de invenção ou exageros, como a afirmação de que a praia estava a 40 quilômetros de Parnaíba. Poucos dias após a reportagem da *Manchete*, o matutino *Norte do Piauí* em primeira página noticiava aos leitores.

As fotografias que ilustram a reportagem da revista, traduz a beleza natural das nossas praias e foram feitas em muito zelo, demonstrando assim um trabalho de alto valor fotográfico deslumbrando carinhosamente nossos pontos turísticos que sem dúvida alguma nada deixa a desejar a tantos espalhados por esse mundo afora (Norte do Piauí. 26/07/1983, p. 01).

O parnaibano não se limitou apenas a alertar seus leitores para que tomassem conhecimento da reportagem ou a fazer elogios aos retratos reproduzidos na revista. Ele também louvava o trabalho de fazer circular por todo o país as paisagens que, até então, eram conhecidas somente pelos moradores.

muito oportuna a reportagem da Manchete sobre o litoral piauiense e temos certeza que com a disposição da atual administração da Empresa de Turismo do Piauí-PIEMTUR, em divulgar os nossos pontos de atração turístico já pode dizer que encontrou um forte aliado pois o trabalho apresentado pela citada revista que tem circulação nacional, é o primeiro ponto de partida para despertar nos brasileiros o desejo de conhecer a decantada Pedra do Sal e ver o pôr do sol naquela praia [...] (Norte do Piauí. 26/07/1983, p. 01).

O texto do *Norte do Piauí* ainda oferece subsídios para confirmar a hipótese de que boa parte das matérias sobre o litoral era, possivelmente, matéria paga, mas também trazia à tona as ações da PIEMTUR. Por fim, o artigo desse matutino ainda cobrava das autoridades um programa e a continuidade da propaganda turística do estado, que, mesmo com a PIEMTUR, era considerado ineficiente, especialmente na região litorânea, sendo alvo de críticas pelas folhas parnaibanas da época.

Um ano após a reportagem da *Manchete* sobre o Coqueiro, o jornalista Jorge Baleeiro de Lacerda, que já havia passado pela costa piauiense, “principalmente pela praia de Coqueiro, onde esteve em 1977 na casa do pescador Nestor Galeno, líder da Colônia” (A Libertação. 18/01/1984, p. 06), foi o responsável por documentar, no começo da “década perdida”, os problemas trazidos pela “indústria sem chaminés” na então vila pesqueira.

Durante uma nova temporada no Coqueiro, no começo dos anos 1980, o jornalista chegou inclusive a pescar em alto-mar com os pescadores dessa vila a bordo do barco *Frio-I*, comandado pelo pescador Manoelzinho (A Libertação. 25/01/1984, p. 06). Procurado pelo *A Libertação*, numa entrevista ao jornal, o visitante fez a seguinte observação: “A Praia do Coqueiro deixou de ser apenas uma colônia de pescadores. Hoje ela recebe gente de todo o estado e de outras regiões. Já foi objeto de reportagem em revistas, o que lhe dá o ‘status’ de ponto turístico” (A Libertação, 01/02/1984. p. 06). Ao ver as mudanças ocorridas na vila, desde sua visita há sete anos antes e a venda de terrenos nessa praia, Baleeiro sugeria que fosse criado um conselho comunitário no qual se pudesse ser debatida as transações e afirmou

o pescador atraído pelo dinheiro de fora acaba vendendo sua casa deixando a beira da praia para ir morar em ponto mais distante, o que lhe dificulta o trabalho. Há muito lugar no Coqueiro (São mais de 2 quilômetros de praia só no trecho da vila) para o turista construir sua casa. Não há por que descaracterizar a colônia de pescadores, já que há vastíssima área por todos (A Libertação. 01/02/1984, p. 06).

A venda de terrenos à beira-mar se dava por oportunismo. Talvez prevendo a gentrificação da área, e ao se mostrar como aliado da comunidade pesqueira, o jornalista aconselhava que fossem respeitadas as antigas áreas onde os “nativos” moravam, reivindicando ainda que os habitantes do Coqueiro se organizassem em uma espécie de conselho. Apesar disso, o Coqueiro sofreria muito com o silenciamento da memória e da experiência dos antigos moradores.

Nessa praia, assim como na Pedra do Sal, existia um cemitério em suas areias, documentado inclusive por Baleeiro com o nome de “Cemitério dos Afogados”. Com dimensões de 20 metros por 20, o terreno não era cercado, “sem muros, sem jazigos, sem retratos, sem hermas, sem necrotério e sem capela [...] No cemitério do Coqueiro só os que pertencem à confraria dos que morreram no mar merecem cova a cem metros de seu assassino” (A Libertação. 14/04/1984, p. 02), assim escreveu o jornalista. No processo de turistificação da praia, o “Cemitério dos Alagados”, como era chamado pelos moradores mais antigos, foi apagado, permanecendo apenas nas memórias e em alguns indícios.

Indagado sobre a curiosa necrópole, Antônio de Laura explicou que o lugar também era conhecido como “Cemitério do Zé de Sulino”, “que foi o primeiro cristão a ser sepultado lá, em

58” (Antônio de Laura, 2024). “Cristão”, no caso, não significa alguém que professa a fé cristã, mas sim, sinônimo de indivíduo ou sujeito. Zé Sulino era um pescador oriundo do Ceará e foi encontrado já morto pelo pai de Antônio de Laura, que o sepultou nas areias da praia. O costume de enterrar naquele terreno, pescadores ceifados pelo mar, findou-se com a destruição do cemitério. Em uma narrativa cheia de revolta e lamento, o pescador recordou-se de quando a necrópole desapareceu,

Tinha muitos alagados aí, fora anjo. Tinha muito anjo. Aí o turista fez casa em riba do cemitério. Arrancou o crânio, da cabeça de alguém, nas valas que faziam para botar concreto, no cemitério. Eu tenho um filho que foi sepultado lá. Tenho! O segundo filho, sepultado ali, no Zé de Sulino. E os turistas chegaram aqui e não respeitaram não. Todo mundo marcando lugar de fazer uma casa. Quando nos espantamos, estava lá o trator virando tudo. Fazendo vala, o pessoal botando alicerce. O pessoal andou dando uns gritos, mas não deram jeito. Hoje estão as casas em cima das “catatumbas” que existiam no passado (Antônio de Laura, 2024).

Além dos pescadores que se alagavam no alto-mar, aquela necrópole de areia também era o repouso de crianças. O lamento do pescador é que os novos moradores do Coqueiro não respeitam suas memórias. Outra testemunha do processo de valorização dessa praia e das novas histórias contadas sobre essa paisagem, dona Milagres, possui uma visão ligeiramente diferente da de Antônio de Laura. A colaboradora avalia que o turismo dinamizou e muito beneficiou seu lugar.

E veio o turismo, chegou o turismo aí não, compraram as casas, começou a colocar as pessoas para trabalhar nas casas. Aí salário para essas pessoas. E começou o turismo a chegar. Ai a pessoa era garçom, ai já tinha a cozinheira, já tinha as garçonetes. Ai já tinha quem trabalhasse na cozinha, quem limpasse o caranguejo e o turismo é fundamental, para o lugar, para a praia do Coqueiro, para qualquer lugar que existe aqui no nosso Piauí. Então, nosso Piauí, ele é rico, ninguém pode falar no nosso Nordeste (Milagres, 2024).

Como se pode ler, apesar dos vários benefícios citados, a moradora elencou, primeiramente, a venda de terrenos na praia para aqueles a quem ela chama de “não-nativos”. Caso sua fala seja ouvida em conjunto com as outras e com as fontes impressas, nota-se a complexidade da “indústria sem chaminés” instalada nas paisagens analisadas. Embora sua narrativa evoque, a partir do passado, o processo de turistificação e transformação da economia local, a fala de dona Milagres está impregnada com olhares sobre o presente. As benesses, como geração de renda e empregabilidade para moradores da praia que antes só viviam da pesca, são para a colaboradora o principal ponto a ser registrado — ainda que muitas vezes essas mesmas pessoas precisem passar por desgastantes jornadas de trabalho na alta temporada e que a maior parte do lucro fique com os donos de restaurantes e bares.

Muitas vezes, imersos em preconceitos, elitismos e até mesmo limitados pelas nossas amarras epistemológicas e teóricas, ao ouvirmos falas como a dessa narradora do Coqueiro, somos levados a concluir que certas pessoas das comunidades foram cooptadas por narrativas neoliberais ou que defendem ideias de repressão. É errôneo deduzir isso sem sequer ouvir o que a colaboradora efetivamente conta. Não se deve criticar a avaliação da narradora sobre os efeitos do turismo na praia em que vive; ao contrário, sua fala deve ser vista como uma provocação para que se criem, efetivamente, melhores condições de trabalho e de atividades turísticas que não sejam de massa, cuja exploração afeta negativamente, além da paisagem, os humanos e os animais não-humanos. Assim, a questão que sua narrativa levanta é muito mais: qual tipo de turismo deve ser realizado, e que inclua os moradores de forma digna, sem exploração ou silenciamento, do que uma defesa alienada do turismo de massas.

Ao ver o fluxo turístico de Atalaia ser sobrepujado por Coqueiro, Hollanda e Silva¹⁰⁸ em sua coluna “Noticiando Luís Correia” fixada no *A Liberdade*, escreveu que aquela primeira, “antes ficava lotada, hoje secada. Coqueiro sempre humilde, hoje toma liderança, ficando repleta nos dias de lazer. Mas qual será o problema? Segundo comentários, são os preços exorbitantes cobrados nos bares e restaurantes daquela praia” (*A Liberdade*. 05/05/1984, p. 03). Com o findar do período de férias, o referido jornal em primeira página fez uma breve nota informando o balanço do movimento nas três praias piauienses, “a praia do Coqueiro, passou a ser domínio dos teresinenses, onde 80% de seus frequentadores são pessoas residentes em nossa capital” (*A Liberdade*. 01/08/1984, p. 01). Mesmo com as recomendações de Jorge Baleeiro, ou como chamou Antônio de Laura, “Jorge Baladeiro”, o comércio de terras por parte dos nativos e a invasão feita pelos “de fora” não cessou, pelo contrário. De acordo com o geógrafo Gerson Kaio Lima Borges, a década de 1980 assistiu

o surgimento das primeiras ações de parcelamento do solo e comercialização de terrenos em todo o litoral, porém essa dinâmica foi mais intensa no município de Luís Correia (praias de Atalaia e Coqueiro) e Cajueiro da Praia (praias de Barra Grande, Barrinha e Cajueiro) associada à construção de imóveis e condomínios (Borges, 2020, p. 67).

No final daquele decênio, o interesse turístico pela vila de pescadores ganhou novos contornos. Se, inicialmente, as famílias locais ou da capital eram as responsáveis pela construção de casas de veraneio e pela transformação da paisagem da praia, posteriormente, seria a iniciativa privada a principal agente dessa transformação. A imprensa local é uma das evidências de tais interesses, noticiando, conseqüentemente, a especulação imobiliária e a

¹⁰⁸ Além de ser colunista do *A Liberdade*, a esse estudante universitário, era também editor do jornal *OLC NOTÍCIAS*, órgão da Assessoria de imprensa do PDS jovem de Luís Correia.

questão fundiária que atingiam Luís Correia, e principalmente o Coqueiro. Ao observar os empreendimentos imobiliários sobre a praia, Holanda e Silva em sua coluna escreveu:

É grande o volume de serviços que a empresa Barramares Empreendimentos Imobiliários, vem implantado na cidade de Luís Correia. Na Comunidade Coqueiro, faz o trabalho de loteamento de terras e construção residencial. Para isto já possui vários benefícios implantados na localidade, como: rede de energia elétrica e iluminação pública, telefone público, arborização, vias de acesso com calçamento privativa. Este empreendimento tem a frente o empresário brasileiro Anuar Daher (A Liberdade. 18/03/1989, p. 06).

Afiançando que os benefícios eram positivos, o jornalista, que inclusive anos antes tinha uma coluna fixa no *A Liberdade* sobre Luís Correia, enumerou os supostos benefícios trazidos pela Barramares Empreendimentos Imobiliários. No esforço de ilustrar aos leitores os esforços para urbanizar a praia, no entanto, Holanda e Silva não explicara de que maneira a compra dos terrenos havia ocorrido, se é que houve algum procedimento legal, uma vez que, devido à pressão imobiliária, vários terrenos municipais estavam sendo invadidos.

Um pouco mais de um mês depois do texto de Holanda, a coluna “3 Notícias”, também do *A Liberdade*, denunciava a invasão de terras em Luís Correia. Em tons de indignação, o colunista, não identificado, expunha: “os invasores não estão respeitando nada e jogam as cercas fora, tomam posse da terra, como se não houvesse lei neste país” (A Liberdade. 22/04/1989, p. 03). Diferente do texto anterior, que não expressava preocupação sobre a situação fundiária do município litorâneo nem sobre a legitimidade do processo de urbanização do Coqueiro, a comoção presente nessa nova nota, de 22 de abril de 1989, se dava pelo fato de a invasão de terras afetar propriedades de indivíduos que possuíam “um cercado devidamente legalizado, quer na Prefeitura ou Serviço do Patrimônio da União, para fazer a sua casinha de veraneio” (A Liberdade. 22/04/1989, p. 03). Desse modo, as irregularidades estavam atingindo não apenas os pescadores, mas também determinados proprietários de terras em Luís Correia com maior poder aquisitivo.

Quatro meses antes das eleições de 1989, nas férias de julho daquele ano, um artigo maior, intitulado “Especulação do litoral”, dessa vez circulado no sétimo número do *Periferia*, trazia novas denúncias sobre a especulação no Coqueiro da Praia. Impresso na sexta página do jornal, o artigo informava aos leitores da época,

pudemos observar uma disputa muito grande pelos terrenos de marinha. São muitos os especuladores e pessoas “da sociedade” parnaibana e teresinense, sem esquecer os moradores da região que se aventuram em construir casas e barracos e vender terrenos sem documentos que comprovam perante a União o direito de posse dos terrenos sendo vendido para várias pessoas ao mesmo tempo. Para esses aventureiros inescrupulosos não existe a menor precaução com a urbanização necessária, simplesmente cercam esses terrenos, ficando muitos deles sem acessos para carros, pedestres, além de serem irregulares nos traçados (Periferia. s.d/06-07/1989, p. 06).

Por ser o órgão de divulgação e informação do Centro de Assessoria ao Movimento Popular, o tom da matéria do *Periferia* é mais crítico e incisivo, se comparado ao do *A Libertação*. Como afirmou o primeiro jornal, a especulação imobiliária era agenciada por vários indivíduos: pessoas externas à vila pesqueira e até mesmo moradores da região, que, vendo o crescente interesse na praia, vendiam ilegalmente os terrenos. Muitos desses terrenos eram conquistados à força, já que, conforme a matéria, “alguns terrenos foram invadidos, algumas casas de posseiros antigos, queimadas e derrubadas”, e a especulação “por parte dos loteadores de imóveis não respeita nem a pesca nem a preservação da ecologia local” (*Periferia*. s.d/06-07/1989, p. 06). O Coqueiro recebia mais atenção e se consolidava como uma praia “social” e de potencial turístico. As antigas casas de palha deram lugar a moradias requintadas, irregularmente construídas na praia e que passavam a maior parte do ano fechadas. Os povos da praia afastavam-se da beira-mar, perdendo o aspecto de vila de pescadores. O Coqueiro da Praia, então, transformava-se em Praia do Coqueiro.

É quase impossível não ler essas matérias da época e compará-las com o Projeto de Emenda à Constituição 03/2022. A chamada “PEC das Praias” ganhou mídia e atingiu amplamente o debate público nas redes sociais. Apesar de ter sido rejeitada na primeira vez, em julho de 2024, o texto foi alterado posteriormente, e a votação foi adiada em dezembro. Meses antes de toda essa discussão, em janeiro, quando entrevistei Antônio de Laura, o pescador encerrou nosso encontro com uma triste avaliação sobre o Coqueiro, bairro em que vive. Sua narrativa é essencial para entender que, independentemente de a PL ser aprovada ou não, muitas praias por todo o país já foram privatizadas, e os povos que ali viviam sofrem com a disputa por essas paisagens, a expulsão e o apagamento de suas memórias e culturas. De acordo com o idoso:

O Coqueiro está desenvolvido. Para uma função e outras não. O Coqueiro tá bem desenvolvido para comercio. Coqueiro tá bem desenvolvido para quem chega. ‘Oh, tá muito muito bonito, tem isso e tem aquilo’. Mas para a arte da pesca, muita privação. Porque o povo tomou o local. Não deram liberdade para o pescador fazer uma pesqueira. Não estão dando liberdade para o pescador passar com uma carroça de rede para passar. para ir a canoa e nem com a carroça de peixe para trazer para casa. Foi embora nosso direito, tá tudo privado, tá tudo debaixo de ordem, tá tudo debaixo de dono. Ficou tomado o espaço da gente (Antônio de Laura, 2024).

“Tomado da gente”, é assim que Antônio de Laura se refere ao resultado da turistificação de seu lugar, espacialidade essa onde nasceu, cresceu e enterrou alguns de seus filhos. A transformação da vila de pescadores em um agitado e elitizado ponto balneário do Piauí custou caro a esses moradores, que sequer podem passar por ali com os peixes trazidos após um dia de

labuta. Aliás, diferente de Pedra do Sal, que sempre acompanhei a chegada de pescadores, em todas as visitas que fiz ao Coqueiro, em nenhuma vi os pescadores retornarem da pescaria. As canoas, no entanto, estão ali, no mar, afastadas da área de maior parte dos bares e residências dos veranistas.

As belas casas com jardins floridos à beira-mar e que estão sempre passando por reparos ou cuidados de caseiros tomaram o lugar das palhoças de gerações de pessoas criadas naquelas areias e que ainda (re)existem em morar ali, atrás “das casas dos ricos”. Diante do exposto, ao analisar a turistificação do antigo Coqueiro da Praia, nota-se o processo de superposição das experiências de seus moradores, bem como o agenciamento dessa praia por meio das mídias e como ela se tornou preferencialmente uma “praia de rico”, transformação essa que não ocorreu sem conflitos ou perdas de significados e criações de outros.

Enquanto essa praia de Luís Correia era palco principal de especulação e conflitos de terra na década de 1980, a marcha para o leste do litoral piauiense prosseguia e outras praias “surgiram” na imprensa local. Em um editorial do *A Libertação* sobre o turismo piauiense, o jornal lembrava aos leitores que, além da Lagoa do Portinho, que já aparecia como outro ponto turístico de Parnaíba, e das três supracitadas praias, “existem a Praia do Vieira, Carnaubinha, Itaquí e Macapá, todas donas de invejável beleza natural onde a rusticidade do homem do litoral se casa perfeitamente com a poética visão das ondas brancas e bordadas pelos rios de sol” (*A Libertação*. 22/02/1986, p. 01). Antigos recursos narrativos, novas paisagens – a imprensa seguia propagandeando outras praias do estado, documentando e estetizando a paisagem praiana e seus moradores em um retrato pitoresco. De igual modo, o periódico, no mesmo texto, citava Barra Grande, atualmente uma das praias mais famosas do estado, onde “o turismo se encontra em franca ascensão” (Oliveira e Silva, 2021), e Barrinha. Nas considerações da folha, essas praias não recebiam turistas por serem “tão plenamente selvagens” e finalizava considerando: “estamos precisando é de órgão que possa atrair para as nossas praias as correntes turísticas que chegam aos banhos nas costas baianas. O Piauí tem muito a oferecer, mas só terá, realmente, a participação efetiva dessa atividade industrial e comercial com descortínio e interesse” (*A Libertação*. 22/02/1986, p. 06).

No ano seguinte, dessa vez no editorial “As Praias”, o *Folha do Litoral* afirmava que seria prudente que, para além da programação de férias para a praia de Atalaia e Pedra do Sal, também fossem investidos esforços em outras, como a já citada Barra Grande. Assim considerava o editorial: “muitas outras praias estão ainda por ser descobertas pelos visitantes. Até mesmo em Parnaíba, são poucas as pessoas que conhecem outras praias além de Atalaia,

Coqueiro e Pedra do Sal” (Folha do Litoral. 01/07/1987, p. 01). A imprensa local agenciava “novas” praias, veiculando em suas páginas o retrato de paisagens “virgens” e “inexploradas”, que possuíam a presença somente dos povos do mar.

Para o técnico de Turismo, Olavo Araújo Lima, as praias piauienses “respondem pelo potencial turístico do litoral – terceiro polo turístico do Brasil” (A Libertação. 09/11/1988, p. 03). Nesse sentido, mesmo findado o furor do turismo como atividade propulsora de desenvolvimento econômico, a crença salvacionista da “indústria sem chaminés” ainda era presente no Piauí. Mirava-se, então, para a parte leste da costa piauiense e, aos poucos, as praias “desertas” foram fatiadas e ocupadas. Nos anos 1980, Barra Grande, Macapá e Barrinha tiveram os terrenos parcelados, comprados e/ou vendidos, e naquela primeira praia, casas de segunda residência já foram construídas (Borges, 2020). A “colonização” e o “desbravamento” de outras praias seguiria em curso ao longo da “década perdida” e das próximas, desdobrando-se em um processo contínuo de exploração capitalista das paisagens litorâneas do Piauí, culminando nas atuais práticas e problemas socioambientais do presente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE RESTOU DA PRAIA¹⁰⁹?

Diante do exposto, percebeu-se que as praias são paisagens de múltiplas experiências, onde culturas se cruzam e se chocam. Novas narrativas são constantemente escritas, enquanto as antigas histórias muitas vezes são apagadas pela ação do tempo, e, sobretudo, pelos indivíduos. Ao longo deste trabalho, compreendi que, entre a década de 1920 até o final da de 1980, sucessivas ocupações, experiências, culturas e embates nas praias do litoral do Piauí foram travados. A atual exploração turística dessas mesmas paisagens configura uma permanência das práticas de terapia e lazer, desvinculadas das tradições desenvolvidas pelas comunidades praianas. Por sua vez, as divulgações promovidas pelo governo estadual dão continuidade a um longo processo de colonização das praias, destacando as belezas e potencialidades naturais em detrimento das culturas e da existência dos grupos humanos e de animais não humanos que nelas habitam.

Ao me debruçar sobre aquela primeira década, concluí que a ferrovia que ligava Parnaíba a Luís Correia, antiga Amarração, em 1922, propiciou o maior deslocamento da elite local para Atalaia, onde eram realizadas as chamadas “temporadas balneárias”. Outra praia, Pedra do Sal, também era frequentada pelo mesmo grupo, mas com maior dificuldade. Devido à facilidade de Atalaia, a imprensa local, produzida pela elite, assumiu o papel de agenciadora de ambas as praias, consolidando não só o consenso de que Amarração era a praia preferida pelas “famílias” da elite – conferindo-lhe um *ethos* específico e uma distinção de seu público – mas também construindo a memória social de que somente esses grupos eram os frequentadores das paisagens praianas e realizavam os chamados banhos salgados ou recreios. Assim, o “gosto” da elite local por Atalaia, em detrimento de Pedra do Sal, resultou de um processo racional encabeçado por membros da própria elite, seja econômica ou cultural, que, na tentativa de manter seu capital social na zona urbana, transferiu essa distinção para a paisagem praiana.

A elite local, enquanto principal agenciadora das praias, utilizava de textos e imagens nos jornais locais e no *Almanaque da Parnaíba* para difundir suas ideias, gostos e modos de usufruir dessas paisagens. Os impressos, dessa forma, não apenas estabeleciam normas sobre o que era correto nos recreios, como também serviam de suporte para o registro de memórias. Ao registrar as memórias das famílias (seu próprio agente de produção), seja por meio de textos ou de imagens, outras experiências e presenças eram apagadas, como a de trabalhadores urbanos nas paisagens. Do mesmo modo, eram silenciados aqueles que moravam nas praias, que,

¹⁰⁹ Aproveitei essa indagação feita pela professora Ana Maria Mauad durante o exame de qualificação, a quem devo esse título e o tomei como fio condutor das considerações finais.

quando apareciam, eram folclorizados, tornando-se meros adornos de um pitoresco quadro, seja em fotografias ou descritos por textos em verso e prosa. Assim, as famílias da elite construíram memórias sobre seus usos sociais, silenciando as demais.

Entre os anos 1920 e 1940, as referências culturais sobre o modo de frequentar as praias, adotadas pelos grupos hegemônicos, assim como as vestimentas de banho utilizadas, vinham de fora do estado. Essas influências chegavam tanto por meio dos estrangeiros que desembarcavam no porto de Amarração ou no Porto Salgado, quanto pela leitura dos principais jornais e revistas cariocas, consumidos pelos parnaibanos e parnaibanas. O litoral piauiense, portanto, não estava isolado da circulação de ideias ou dos costumes balneários, integrando uma rede conectada a centros urbanos maiores por meio do porto e da imprensa. Para elevar o prestígio dos banhos salgados piauienses, alguns habitantes do norte do estado comparavam Atalaia, a praia frequentada pela elite, às praias francesas, reforçando o papel desse espaço como símbolo de distinção social.

Como se viu, apesar das referências externas, os “requintados” costumes balneários, ao chegarem ao Piauí, eram aclimatados, não sendo reproduzidos exatamente como nos centros mais adiantados do sul (atual sudeste) do Brasil ou do exterior – as experiências aqui eram outras. A ocupação da orla do estado era mais modesta, sem a presença de casas de banho como as que existiam no mesmo período no Rio de Janeiro ou em Recife. Também não havia residências elegantes à beira-mar, apesar de as famílias, em suas fontes, registrarem os recreios como refinados e tentarem equipará-los às experiências de outras praias brasileiras. Os banhos de mar no Piauí possuíam particularidades próprias. Em vez de belas construções, tanto em Atalaia quanto na Pedra do Sal, eram erguidas casas de palha, mantidas desde ao menos o final do século XIX, para receber, entre julho e agosto, aqueles que os moradores das praias chamavam de “brancos”. Esses usos misturavam-se aos costumes já existentes, como os banhos de mar praticados pelos Tremembés, e aos banhos de rio realizados por moradores urbanos, que utilizavam cuias para molhar a cabeça. A crença nas águas salgadas como remédio, ainda presente na memória de muitos piauienses, revela como os usos sociais do mar e da praia se transformam. Apesar das semelhanças resultantes da circulação de referências, esses usos guardam particularidades que variam de um lugar para outro.

Ao lidar com a documentação produzida na época, como os jornais do norte piauiense e livros de memórias, além de parte da historiografia local, entendi que as classes hegemônicas não eram as únicas a fazer recreios nas praias. Trabalhadoras e trabalhadores urbanos também tinham a possibilidade de recrear, ainda que com menor frequência e duração, principalmente

em Atalaia, por conta da ferrovia, como bem indicam as memórias do vareiro Raimundo de Souza Lima. A presença dessas pessoas era alvo de críticas e normatizações, pautadas por preconceitos de classes oriundos da “cidade” e transportados para a praia. Com o passar dos anos, já na década de 1940, foi perceptível a consolidação das temporadas de recreio em Atalaia e Pedra do Sal, assim como o aumento da presença de trabalhadores, o que adensava os conflitos interclasses e mesmo geracionais. A população pobre, ao frequentar principalmente Atalaia, era constantemente vigiada e os “brancos” recorriam aos periódicos para exigir a repressão de atitudes e/ou comportamentos que pudessem ultrajar o divertimento das “famílias”.

Até a primeira metade dos anos 1960, a palavra “turismo” era pouco empregada na imprensa do norte do Piauí. Desse modo, as idas à praia nesse recorte temporal devem ser compreendidas a partir dos termos da época, como “temporada balneária”, “temporadas de recreios” ou “vilegiatura”. Essas expressões sugerem um movimento menos organizado que o turismo, tal como o entendemos hoje. Os dois primeiros termos indicam uma quadra do ano marcada por uma exceção, quando se deixava a “cidade” para descansar e conviver com a natureza na praia. Já a palavra vilegiatura está diretamente atrelada às outras, designando o período em que os “brancos” migravam para sua segunda residência e ali permaneciam por um mês ou mais.

Quanto às experiências das comunidades que habitavam as praias, concluiu-se que, apesar das Colônias de Pescadores terem sido criadas com o objetivo de controlar e policiar a costa brasileira, além de ordenar o trabalho da pesca artesanal, os pescadores piauienses resistiam e agiam em meio a esse processo. Por outro lado, a discussão também se propôs, a partir de uma atitude historiadora, documentar parte da trajetória da Z-1 de Luís Correia e da Z-7 de Ilha Grande, ambas próximas de completar um século de existência, considerando a atual numeração. Essa história, desconhecida por muitos dos sócios e membros das diretorias, revela que abordar as experiências das populações pesqueiras por meio dessas instituições - projetadas inicialmente para controlar o litoral, mas que, atualmente, têm a responsabilidade de assegurar os direitos de homens e mulheres que vivem da pesca - é um compromisso público necessário.

Ainda acerca do tema da memória, as reminiscências de infância dos povos do mar de Pedra do Sal, Atalaia e Coqueiro visavam conhecer a praia para além da algazarra oriunda dos recreios. Longe dos surtos de modernidade e dos melhoramentos urbanos vividos em Parnaíba e documentados pela elite, a infância na praia era materialmente pobre, o que revela a complexidade e a pluralidade de experiências em uma cidade cuja memória, e muitas vezes a

própria historiografia local, a documentam como “invicta” e “progressista”. Entre os temas ressonantes nas narrativas das mulheres e homens ouvidos, destaca-se a possibilidade de estudar nas escolas das colônias, um privilégio apenas de poucos que conseguiam permanecer, e o mundo do trabalho, um aspecto que as crianças praianas de outrora conheciam desde cedo.

Quanto aos modos de pescar, as artes da pesca sofreram alterações ao longo do tempo. Os currais, antes presentes em várias praias do Piauí, mas especialmente no Coqueiro, foram proibidos por lei e reprimidos severamente ao longo do tempo, resultando em seu quase completo desaparecimento no litoral piauiense. Inicialmente, a pesca era realizada com anzol e linha de fibra vegetal; mais tarde, as caçoeiras foram introduzidas nas comunidades pesqueiras analisadas, a partir de trocas culturais com pescadores de estados vizinhos que se estabeleceram no Piauí. Antes do atual náilon, produto derivado do petróleo e um dos grandes poluentes dos oceanos, o material utilizado era a fibra de tucum ou de algodão fiado artesanalmente pelas mulheres da região. O trabalho era realizado em parceria, e o dono da canoa, o pescador mais remediado entre os colegas, recebia parte do pescado como pagamento. Os peixes obtidos nas pescarias eram vendidos na cidade, sendo transportados até os mercados pelos próprios pescadores ou por atravessadores. Alguns animais marinhos, antes avistados com maior frequência nos mares do Piauí, hoje são mais raros; outros, antes capturados nas pescarias, foram proibidos pela atual legislação ambiental, como o mero, as tartarugas e o espadarte.

O tempo dos recreios não era de puro ócio, como frequentemente se sugere nas memórias e jornais produzidos pela elite. Com a chegada dos veranistas às praias, o cotidiano mudava. Enquanto os “brancos” despreocupadamente se divertiam no mar ou na areia, os moradores dessas paisagens aproveitavam para trabalhar, e empregos temporários surgiam, trazendo certo benefício para as vilas pesqueiras, onde o dinheiro circulava pouco. Os pescadores vendiam os peixes diretamente a esses moradores temporários, e as mulheres da praia igualmente trabalhavam para esse público, lavando, cozinhando e arrumando as casas.

Com o passar das décadas, os recreios e deslocamentos até Atalaia, Pedra do Sal e mesmo Coqueiro se tornam mais frequentes. Nos anos 1960, já havia maior adesão, inclusive, das classes populares, que se faziam cada vez mais presentes aos domingos e feriados naquelas praias. Naquele momento, o Piauí passava por um processo de empobrecimento, e as principais mídias impressas nacionais da época veiculavam em suas páginas a triste realidade do estado e de seu povo. A fim de apagar esse retrato, na década de 1970, com investimentos em infraestrutura oriundos do repasse de verbas do governo central ao Piauí, o estado se mostrava como renovado. Neste período, a “indústria sem chaminés”, ou seja, o turismo, foi vista como

política pública de modernização e mitigação da pobreza – debate esse ventilado pelos jornais locais desde o final da década de 1960.

A fim de criar consenso entre os moradores da região norte, os jornais locais, a partir do começo dos anos 1970, publicavam editoriais, matérias e notas sobre a importância do turismo como fonte econômica para Parnaíba e região. O consenso entre os leitores foi formado a partir de benefícios para o litoral, como geração de emprego, desenvolvimento e recuperação da posição econômica que Parnaíba havia perdido. Agenciando antigas e novas paisagens, os jornais locais tornaram-se veículos não só de opiniões, mas também agentes do debate público, no que tange à exploração, adequação e transformação das paisagens praianas, com o objetivo de atender ao projeto de turismo implantado - silenciando as culturas praianas. Fora do Piauí, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, com fotorreportagens, inicialmente feitas a convite da PIEMTUR, divulgaram o potencial turístico piauiense, apagando antigos estereótipos e ilustrando os novos horizontes vislumbrados pelo estado. Assim, tanto interna quanto externamente, criava-se a concordância de que a exploração das paisagens litorâneas era um passo para dias melhores para o estado.

Mas o que restou das praias? Restaram as próprias praias, espaços de várias memórias e existências. Na semana que antecedeu as eleições municipais de 2024, Pedra do Sal, que passava por uma obra de reurbanização de sua orla, teve os trabalhos acelerados. As velhas barracas à beira-mar, rústicamente feitas de madeira, tijolos e cobertas com palhas de carnaúba, vieram abaixo. A ação de tratores e escavadeiras destruindo esses lugares, que foram e eram frequentados por muitos parnaibanos, inclusive por mim desde que me lembro, dividia muito as opiniões. Os donos reclamavam que o prazo não havia sido suficiente para a desapropriação; outros alegavam que sequer haviam sido noticiados, em um vídeo circulado no *Instagram*, um senhor chorava ao ver o antigo empreendimento destruído, mesmo tendo pedido que esperassem um pouco para retirar o restante de seus pertences. Na areia da praia, podiam ser vistos pedaços de madeira, palhas e resíduos sólidos de todos os tipos, principalmente plásticos, que, mesmo com a ação da limpeza, eram levados pelo mar devido aos fortes ventos da época.

As obras realizadas por homens, escavadeiras e tratores, que trabalhavam intensamente, eram divulgadas nas redes sociais de políticos e em algumas páginas da cidade. Atrás da tela, cada morador da “cidade” via com esperança as mudanças do lugar e comentava os benefícios, crendo que finalmente Pedra do Sal teria a devida atenção – era o progresso, conforme alguns escreviam. O turismo traria desenvolvimento, comentavam outros. Alguns, mais críticos, se questionavam sobre a falta de participação da comunidade no projeto e na intervenção, bem

como a falta de arborização. Naqueles dias, eu dormia na casa da minha tia, que mora ali, e ao passear pela praia em obras, me indagava o que Humberto de Campo ou mesmo seu Garajau diriam se vissem a cena que eu observava. Minha prima, adolescente, neta de seu Garajau e que me acompanhava na caminhada pela praia, disse-me: “Pedra do Sal agora vai perder a essência de praia de pescadores”. Apesar de sua fala, que me fez refletir, a nova urbanização da orla é apenas uma transformação dentre tantas outras que a praia sofreu ao longo das décadas. Pedra do Sal, ainda que não tivesse até aquele momento estrutura para melhor atender ao turista, já havia perdido há muito a “essência de praia de pescadores”, uma vez que suas casas foram removidas décadas antes, dando lugar aos bares destruídos em 2024.

Dias depois, ao entrevistar dona Milagres, perguntei o que é o Coqueiro para ela, que assim me respondeu: “o Coqueiro para mim é tudo de bom. Porque em primeiro lugar, foi onde nasci, no litoral. Até meu irmão fez uma música. Então, eu sou nativa do litoral. Às vezes eu digo que vou embora para outro lugar, mas não vou não” (Milagres, 2024). As memórias da colaboradora estão ancoradas ao seu lugar, e, na fala dessa “nativa”, ela representa uma das poucas filhas do lugar que ainda se mantém ali, apesar do deslocamento de muitos outros tradicionais moradores do antigo Coqueiro da Praia. A colaboradora desempenha um importante papel, representando a ligação que os irmãos, que moram fora, ainda possuem com o lugar e com a própria mãe, já falecida. Mostrando igualmente a beleza de uma memória nutrida pelo afeto, a dona Milagres ainda conta: “Se eu sair, é como se minha mãe saísse, meus irmãos dizem para mim. O meu irmão disse assim: ‘neném, aí a gente vem ao Coqueiro e cadê a casa? Tu aí representa a minha mãe’. Aí eu mudo de plano” (Milagres, 2024).

Embora a colonização das praias piauienses não tenha se encerrado e siga seu curso desenfreado de expulsão dos “nativos”, alteração e competição pelos usos das praias e do mar, estimulado tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, a fala de dona Milagres e a evocação da memória da mãe mostram que essas mesmas paisagens foram e continuam a ser habitadas por outros indivíduos, que nutrem sensibilidades e afetos. Nesses arquivos de areias, as memórias dos habitantes das praias não serão desmoronadas pelo mar da história caso consultemos e ouçamos os documentos dispostos na beira-mar, escutemos aqueles indivíduos e não nos deixemos levar pelos ventos do progresso que abafam as vozes das comunidades litorâneas. Assim, o que resta da praia é igualmente a existência e resistência de populações que historicamente sobrevivem das águas salgadas, mostrando que o litoral não é “território do vazio”, mas sim, tem sido esvaziado. O Piauí não possui somente praias, mas também indivíduos humanos e animais não humanos que ali moram e coexistem.

7. LISTA DE FONTES

Fontes hemerográficas

1) Acervo Mundos do Trabalho do Piauí

a) *Aljava*

O Sino. Aljava. Ano XI, nº 14. 21/08/1946, p. 04.

Município de Luíz Correia. Aljava. Ano XI, nº. 15. 12/10/1946, p. 04.

O Mercado é um milagre de fartura. Aljava. Ano XXI, nº 38. 31/08/1956, p. 04.

Correio do Povo. Aljava. Ano XXI, nº 39. 30/09/1956, p. 04.

A ponte sobre o Rio Portinho. Aljava. Ano XXII, nº. 43. 16/11/1957, p. 01.

As férias. Aljava. Ano XXIII, nº. 48. 26/07/1958, p. 05.

Tribuna da Imprensa descobriu o Piauí. Aljava. Ano XXIII, nº. 45. 01/04/1958, p. 07.

FERRAZ FILHO, R. Tradição Histórica. Aljava. Ano XXIV, nº. 53. 04/07/1959, p. 05.

BATISTA LEÃO. A redenção do Nordeste. Aljava. Ano XXIV, nº. 53. 04/07/1959, p. 06.

b) *Almanaque da Parnaíba*

PETIT, Raimundo. Agosto. Almanaque da Parnaíba. Ano IV. 1927. Tipografia J.B dos Santos & Ca: Fortaleza, p. 47.

Casa Vieira. Almanaque da Parnaíba. Ano V. 1928. Tipografia J.B dos Santos & Ca: Fortaleza, p. 84.

Photographia Dutra. Almanaque da Parnaíba. Ano V. 1928. Tipografia J.B dos Santos & Ca: Fortaleza, p. 92.

CARDOSO, Sobreira. Atalaia. Almanaque da Parnaíba. Ano VI. 1929. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 109.

Loja do Leão. Almanaque da Parnaíba. Ano IX. 1932. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 34.

A Mariposa. Almanaque da Parnaíba. Ano IX. 1932. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 66.

Almanaque da Parnaíba. Ano IX. 1932. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 80.

Nossas carroçáveis. Almanaque da Parnaíba. Ano X. 1933. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 69.

Nossas praias. Almanaque da Parnaíba. Ano X. 1933. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 145.

A pesca no Piauí. Almanaque da Parnaíba. Ano X. 1933. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 167-168.

CARDOSO, Sobreira. Sonho de glória e de infinito. Almanaque da Parnaíba. Ano X. 1933. Tipografia Gadelha: Fortaleza, p. 191.

Expediente. Almanaque da Parnaíba. Ano XI. 1934. Renascença: Fortaleza, p. 241.

Foto Sales. Almanaque da Parnaíba. Ano XI. 1934. Renascença: Fortaleza, p. 285

Foto Dutra. Almanaque da Parnaíba. Ano XII. 1935. Renascença: Fortaleza, p. 268.

Foto Adonias. Almanaque da Parnaíba. Ano XIII. 1936. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 293.

CUNHA, Alarico da. Atalaia. Almanaque da Parnaíba. Ano XIII. 1936. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 101.

Nossas praias. Almanaque da Parnaíba. Ano XIII. 1936. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 101.

VERAS, Carlos dos Santos. Pedra do Sal. Almanaque da Parnaíba, 1937. Tipografia Minerva: Parnaíba, n.p.

Em plena praia. Almanaque da Parnaíba, 1937. Ano XIV. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 115.

PINTO, João Vieira. O porto piauiense. Almanaque da Parnaíba. 1938. Ano XV. Renascença: Fortaleza, p. 64.

Colaboradores. Almanaque da Parnaíba. 1938. Ano XV. Renascença: Fortaleza, p. 283.

As nossas carroçáveis. Almanaque da Parnaíba. 1939. Ano XVI. Renascença: Fortaleza, p. 147.

NOSSAS PRAIAS. Almanaque da Parnaíba. 1940. Ano XVII. Gráfica Renascença: Parnaíba, p. 65.

GONÇALVES, Olegário. Presenciando os pescadores na “Pedra do Sal”. Almanaque da Parnaíba. 1941. Ano XVIII. Tipografia D’O Sino: Parnaíba, p. 64.

CLARCK, Oscar. Praias – balsamo social. Almanaque da Parnaíba. 1942. Ano XIX. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 43.

Parnaíba - veículos. Almanaque da Parnaíba. 1942. Ano XIX. Tipografia Minerva: Parnaíba, p. 333.

O Piauí precisa de estradas. Almanaque da Parnaíba. 1949. Ano XXVI. Oficinas do Almanaque da Parnaíba: Fortaleza, p. 245.

c) *A Praça*

Data vênica. A Praça. 01/11/1927, ano I, número 28, p. 01.

Movimento cívico comercial. A Praça. 01/11/1927, ano I, número 28, p. 04.

Movimento cívico comercial. A Praça. 29/11/1927, ano I, número 28, p. 04.

E.F. Central do Piauí – Aviso. A Praça. 06/12/1927, ano I, número 6, p. 02.

CUNHA, Edison. Pedra do Sal. A Praça. 24/01/1928, ano I, nº 13, p. 04.

Saiu da jaula. A Praça. 31/01/1928, ano I, nº 14, p. 01.

LIMA, Antônio Correia. Colaboração – A saudade. A Praça. Ano I, nº. 28. 08/05/1928, p. 04.

Várias notícias. A Praça. 15/05/1928. Ano I, nº. 29, p. 04.

Anúncios. A Praça. Ano I. Nº 32. 05/07/1928, p. 03.

Várias notícias. A Praça. 10/07/1928. Ano I, nº 37, p. 04.

Passeio fluvial. A Praça. 31/07/1928. Ano I, nº 40, p. 01.

Colônia de pescadores da Parnaíba Z-2. A Praça. 26/09/1928, Ano I, nº 47, p. 02.

MENDES, Simplicio. Influência dos mares e portos. O fator econômico. O Porto de Amarração.

A Praça. 01/11/1928, Ano II, nº 52, p. 04.

d) *Inovação*

Entrevista: Raul Furtado Bacelar. Inovação. Ano IX, nº 59, s.d/07-10/1986, p. 05-06.

Inovação. Ano X, nº 65, s.d/07/1987, p. 08.

A invasão dos Souza Lima. Inovação. Ano XI, nº 71. s.d/04/1988, p. 07.

2) Acervo Hemeroteca Digital

a) *A Legalidade*

A Legalidade. 08/10/1882, Ano I. nº 39. p. 04.

b) *A Voz do Mar*

Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. A Voz do Mar. 19/01/1924. Ano III. nº 30, n. p.

Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. A Voz do Mar. janeiro. 1926. Ano V. nº 51, n. p.

A instrução nas praias. O programa de ensino das escolas das Colônias de Pescadores. A Voz do Mar. outubro. 1927. Ano VI. nº 58, p. 29.

Piauí. A Voz do Mar. janeiro. 1928. Ano VII. nº 68, p. 32.

A instrução nas praias. Estado do Piauí. A Voz do Mar. outubro. 1928. Ano VII. nº 77, p. 24.

A instrução nas praias. Estado do Piauí. A Voz do Mar. outubro. 1928. Ano VII. nº 77, p. 26 e 32.

A instrução nas praias. Estado do Piauí. A Voz do Mar. janeiro-fevereiro. 1929. Ano VIII. nº 80, p. 32.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. agosto. 1929. Ano VIII. nº 86, p. 24.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. novembro. 1929. Ano IX. nº 89, p. 32.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. dezembro. 1929. Ano IX. nº 90, p. 75-76.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. fevereiro. 1930. Ano IX. nº 92, p. 154.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. março-abril. 1930. Ano IX. nº 93, ps. 189, 190 e 191.

A vida das Confederações Estaduais e das Colônias de Pescadores. Piauí. A Voz do Mar. maio. 1930. Ano IX. nº 94, p. 238.

Resumo total do movimento das escolas das Colônias de Pescadores em 1929. A Voz do Mar. junho. 1930. Ano IX. nº 95, p. 282.

Relatório do Exercício Social de 1930 e Parecer da Comissão de Tomada de Contas. A Voz do Mar. março, abril, maio. 1932. Ano XI. nº 108, p. 151.

Os nossos peixes. Família *Elopidae*. A Voz do Mar. maio-junho. 1933. Ano XII nº 114, p. 74.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. abril. 1936. Ano XV. nº 129, ps. 164, 165 e 166.

Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Relatório da Diretoria apresentado à Assembleia Geral, de março de 1937. A Voz do Mar. abril. 1937. Ano XVI. nº 140, p. 164.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. março. 1938. Ano XVII. nº 151, p. 153.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. abril. 1938. Ano XVII. nº 152, p. 188.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. julho. 1938. Ano XVII. nº 155, p. 290.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. outubro. 1938. Ano XVII. nº 158, p. 366.

Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Relatório da Diretoria, referente ao ano de 1938. A Voz do Mar. abril. 1939. Ano XVIII. nº 162, p. 199.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. junho. 1939. Ano XVIII. nº 164, p. 159.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. julho. 1939. Ano XVIII. nº 165, ps. 188-189.

A Pesca no Piauí. A Voz do Mar. junho. 1940. Ano XIX. nº 172, p. 130.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. junho. 1940. Ano XIX. nº 172, p. 143.

A Pesca nos Estados. Piauí. A Voz do Mar. dezembro. 1943. Ano XXIII. nº 186, p. 57.

O valor do Tucum no aparelhamento da nossa pesca. A Voz do Mar. junho. 1944. Ano XXIII. nº 192, p. 196.

Nota de divulgação da Divisão de Caça e Pesca. A Voz do Mar. agosto e setembro. 1944. Ano XXIII. nº 194, p. 255.

c) *O Cruzeiro*:

OLIVEIRA, Guaracy; LUÍZ, Walter. Praia do Sal tem poesia doce. O Cruzeiro. 1961, edição 01.

OLIVEIRA, Guaracy; LUÍZ, Walter. Piauí sem retoque. O Cruzeiro, nº 46. 1961.

LUÍZ, Walter; BASTOS, Jairo Martins. Lavadeiras do Parnaíba (sem o disfarce da poesia). O Cruzeiro. 1965, edição 34.

MARROQUIM, Murilo; BEZERRA, Clodomir. Esperança boa esperança. O Cruzeiro. 1965, edição 39.

QUEIROZ, Rachel de. Os governadores. O Cruzeiro. 1970, edição 43.

MORAES, Mário; VALENÇA, Roberto. Conheça o Piauí...antes que você se acabe. O Cruzeiro. 1974, edição 11.

CALMON, Fernando. Equipe Brasil de fórmula 3. O Cruzeiro. 1974, edição 26.

BRANDÃO, Zilda; NEI, Carlos; Museu do Ipiranga. Misteriosas grutas do Piauí. O Cruzeiro. 1974, edição 46.

TORRES, Edison e QUARESMA, Ayrton. As lavadeiras do Parnaíba. O Cruzeiro. 1975, edição 16.

d) O Mundo Ilustrado

FERRAZ, Silvio. Piauí: no mapa do desespero. 1961, nº 186.

e) O Propagador

O Propagador. Ano I. nº 33. 11/09/1858, p. 04.

f) Manchete:

Boa Esperança para milhões. Manchete. 1965. Edição 679.

TEIXEIRA JUNIOR, Antônio; Santos, Nelson. COHEBE Boa Esperança para milhões. Manchete. 1966. Edição 740.

A hora do Nordeste. Manchete. 1971. Edição especial Brasil 71.

O leitor em Manchete. Manchete. 1972, edição 1059.

Piauí. A hora da Boa Esperança. Manchete. 1972. Edição da independência.

MARTINS, João; REIS, Paulo. Os Novos Rumos do Piauí. Manchete. 1973. Edição 1096.

Piauí: Primeiro passo para o desenvolvimento. Manchete. 1973, edição 1131.

PINHEIRO, Narciso; KRAJCBERG. A Beleza do Piauí. Manchete. 1974, edição 1133.

Piauí: progresso no mar e na terra. Manchete. 1974, edição 1138.

Piauí: Nova Energia. Manchete. 1976. Edição especial, nº 4.

RICARDO, Luíz; OLSON, David. Parnaíba: toda uma rede de riquezas. Manchete. 1977, edição 1296.

VASCONCELOS, Laercio; LUBAMBO, Tadeu. O Parnaíba como deus criou. Manchete. 1981. 1501.

LUBAMBO, Tadeu. Nas ondas do Piauí. Manchete. 1983, edição 1630.

g) *Realidade*:

AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. O Piauí existe. Realidade. Ano II. nº 13, abril de 1967.

BENEDITA, Maria. Cartas. Realidade. Ano II. nº 14, maio de 1967, p. 04.

OLIVEIRA, Lindomar. Cartas. Realidade. Ano II. nº 14, maio de 1967, p. 04.

Cartas. Realidade. Ano II. nº 14, maio de 1967, p. 07.

FREITAS, Francisco Rodrigues de. Cartas. Realidade. Ano II. nº 15, junho de 1967, p. 08.

Parnaíba, Piauí: Rubenito gosta do Esquadrão da Morte, que acaba com os terroristas e marginais. Realidade, 1972, edição 74, p. 165.

h) *Tribuna da Imprensa*:

Suplemento do Piauí. Tribuna da Imprensa. Ano II. nº 89. 28/03/1958, p. 01.

3. Acervo Núcleo de Pesquisa em Literatura, Imprensa e Sociedade (NESILPI)

a) *A Libertação*

MENDES, R. Fonseca. Informes, conceitos e opiniões - Apresentação. A Libertação. Ano I, nº 01. 23/04/1983, p. 05.

LIMA, Olavo Araújo. Turismo – Praia do Coqueiro. A Libertação. Ano I, nº 04. 07/05/1983, p. 04.

EDITORIAL. Apoio ao turismo. A Libertação. Ano I, nº 12. 08/06/1983, p. 01.

LIMA, Olavo Araújo. Turismo – Crise/Férias. A Libertação Ano I, nº 22. 13/07/1983, p. 05

Cem mil no Litoral. A Libertação. Ano I, nº 28. 03/08/1983, p. 01.

Temporada de veraneio. A Libertação. Ano I, nº 28. 03/08/1983, p. 05.

Gente - Em busca dos brasis brasileiros. A Libertação. Ano I, nº 71. 18/01/1984, p. 06.

Baleeiro visita o alto mar. A Libertação. Ano I, nº 73. 25/01/1984, p. 06.

Entrevista. Baleeiro falou sobre o Coqueiro e Fontes Ibiapina. A Libertação. Ano I, nº 75. 01/02/1984, p. 06.

Tempos que não voltam mais. A Libertação. Ano II. nº 89. 24-25/03/1984, p. 06.

As meninas do Q.G. A Libertação. Ano II. nº 90. 24-25/03/1984, p. 06.

DE LACERDA, Jorge Baleeiro. Brasis. A Libertação. Ano II, nº 94. 14/04/1984, p. 02.

Hollanda e Silva. Noticiando Luís Correia – Competição. A Libertação. Ano II, nº 94. 05/05/1984, p. 03.

Férias de julho. A Libertação. Ano II, nº 100. 16/05/1984, p. 06.

2 Notícias – 3. A Libertação. Ano II, nº 109. 23/06/1984, p. 05.

Temporada concorrida. A Libertação. Ano II, nº 120. 01/08/1984, p. 01.

EDITORIAL. Turismo Piauiense. A Libertação. Ano IV, nº 262. 22/02/1986, p. 01 e 06.

Campus da UFES encerra atividades em Parnaíba. A Libertação. Ano, nº 269. 19/03/1986, p. 01.

Turismo – De encontro ao Atlântico. A Libertação. Ano V, nº 521. 09/11/1988, p. 03.

HOLLANDA E SILVA. Fatos & Notícias de Luíz Correia – Barramares investindo em Luiz Correia. Ano, nº 552. A Libertação. 18/03/1989, p. 06.

3 Notícias – 1. Invasão de Terras em Luís Correia. Ano, nº 359. A Libertação. 22/04/1989, p. 03.

FILHO, Galvão. Reflexão em Ação. Sobre Luís Correia. Ano, nº 611. A Libertação. 18/11/1989, p. 05.

b) O Norte

CUNHA, Alarico da. Correspondências da praia – 1. O Norte. Ano I, nº ?. S.D/06/1930, n.p.

CUNHA, Alarico da. Correspondências da praia – 2. O Norte. Ano I, nº ?. S.D/06/1930, n.p.

CUNHA, Alarico da. Correspondências da praia – 3. O Norte. Ano I, nº ?. S.D/06/1930, n.p.

Festa do Jaboty. O Norte. Ano I, nº 61. 01/10/1930, p. 04.

Leiam. O Norte. Ano I, nº 87. 31/12/1930, p. 04.

Serviço telegráfico - Teresina, 28. O Norte. Ano VII, nº 799. 02/07/1936, p. 06.

Luís Correia – fase de progresso. O Norte. Ano VII, nº 800. 04/07/1936, ps. 01-02.

Aviso. O Norte. Ano XI, nº 1640. 11/04/1940, p. 04.

Negócios de Pesca & Exploração. O Norte. Ano XI, nº 1686. 13/06/1940, p. 04.

O Norte Social – viajante. O Norte. Ano XI, nº 1690. 18/06/1940, p. 04.

Ecos e Fatos - 1. O Norte. Ano XI, nº 1692. 19/06/1940, p. 04.

Ecos e Fatos - 2. O Norte. Ano XI, nº 1692. 19/06/1940, p. 04.

MENDONÇA, Braulio. Sonho de uma noite de verão. O Norte. Ano XI, nº 1698. 28/07/1940, p. 04.

Nota Oficial. O Norte. Ano XII, nº 1992. 14/08/1941, p. 04.

Serviço social do “O Norte”. O Norte. Ano XII, nº 1992. 14/08/1941, p. 04.

Portaria nº 67. O Norte. Ano XII, nº 2078. 05/12/1941, p. 04.

- Grito de Alerta. O Norte. Ano XIII, nº 2167. 18/04/1942, p. 01.
- O Norte Social - Aniversários. O Norte. Ano XVIII, nº 2273. 19/09/1942, p. 04.
- O quintacolonismo no Pará. O Norte. Ano XIII, nº 2289. 14/10/1942, p. 01.
- Parnaíba, 13 de outubro de 1942. O Norte. Ano XIII, nº 2290. 15/10/1942, p. 02.
- À Central do Piauí. O Norte. Ano XIII, nº 2291. 17/10/1942, p. 01.
- Ao meio de uma bebedeira matou o companheiro a faca. O Norte. Ano XIII, nº 2292. 20/10/1942, p. 01.
- RESERVISTA! O Norte. Ano XIII, nº 2293. 22/10/1942, p. 02.
- Ministério da Marinha. Nota oficial. O Norte. Ano XIII, nº 2308. 18/11/1942, p. 01.
- Subdelegacia de trânsito. O Norte. Ano XIII, nº 2334. 31/12/1942, p. 03.
- CUNHA, Alarico da. Recordar é viver. O Norte. Ano XV, nº 2584. 25/02/1944, ps. 01 e 08.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos. O Norte. Ano XV, nº 2631. 19/05/1944, p. 01.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos – 2. O Norte. Ano XV, nº 1944. 20/05/1944, ps. 01 e 04.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos – 3. O Norte. Ano XV, nº 2633. 23/05/1944, ps. 01 e 04.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos – 4. O Norte. Ano XV, nº 2643. 23/05/1944, p. 04.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos – 5. O Norte. Ano XV, nº 2635. 27/05/1944, p. 04.
- CUNHA, Alarico da. Parnaíba há quarenta anos – 6. O Norte. Ano XV, nº 2636. 30/05/1944, p. 01.
- BLUE, Monte. Trem Parnaíba/Luís Correia. O Norte. Ano XVI, nº 2796. 27/05/1945, p. 01.
- Camas para veraneio. O Norte. Ano XVI, nº 2798. 31/05/1945, p. 01.
- Delegacia de Polícia de Parnaíba. O Norte. Ano, nº XVI. 2890. 19/01/1946, p. 04.
- Em torno da maltratada estrada de ferro”. O Norte. Ano XVI, nº 2895. 05/02/1946, p. 01 e 04.
- Estrada de rodagem Parnaíba/Amarração. O Norte. Ano XVII, nº 2910. 21/03/1946, 01.
- Estrada de rodagem Parnaíba-Amarração. O Norte. Ano XVII, nº 2912. 30/03/1946, p. 01.
- CUNHA, Sonita. A casinha da Atalaia. O Norte. Ano XVII, nº 2916. 13/04/1946, p. 01.
- FONSECA MENDES, R. O Norte. Ano XVII, nº 2930. 16/05/1946, p. 01.
- Casos da cidade. O Norte. Ano XVII, nº 2933. 23/05/1946, p. 01.
- Casos da cidade-Nota. O Norte. Ano XVII, nº 2933. 23/05/1946, p. 01.
- Pensão Antônio em Luís Correia. O Norte. Ano XVII, nº 4942. 19/06/1946, p. 01.

O Norte. Ano XVII, nº 2944. 26/06/1946, p. 04.

O Norte. Ano XVII, nº 2960. 14/08/1946, p. 04.

O Norte. Ano XVII, nº 2980. 14/08/1946, p. 04.

Casos da cidade. O Norte. Ano XVII, nº 2969. 21/08/1946, p. 04.

UNAMUNO. Casos da cidade – escrevem-nos. O Norte. Ano XVII, nº 2963. 24/08/1946, p. 04.

Crime ou acidente? O Norte. Ano XVII, nº 2981. 12/11/1946, p. 04.

NETO, Oliveira. A pesca no Coqueiro. O Norte. Ano XVII, nº 2113. 01/03/1947, p. 01.

Com vistas à Polícia. O Norte. Ano XVII, nº 2123. 01/03/1947, p. 04.

Aviso – Estrada de Ferro Central do Piauí. O Norte. Ano XVIII, nº 3139. 17/07/1947, p. 04.

Página da Mulher – Para sua Beleza. O Norte. Ano XVIII, nº 3158. 23/08/1947, p. 03.

O Norte. O Norte. Ano XXII, nº. 335. 05/05/1951, p. 02.

Em toda parte, o comunismo. Impressionantes revelações do almirante Penna Boto. O Norte. Ano XXIII, nº 3556. 09/12/1952, p. 01.

Comentários do Momento. O Norte. Ano XXIII, nº 3874. 07/05/1953, p. 01.

c) Diário da Tarde

Diário da Tarde. Ano II, nº 315. 17/02/1949, p. 04.

Na polícia e nas ruas. Diário da Tarde. Ano II, nº 329. 10/03/1949, p. 04 e 02.

Land-rover. Diário da Tarde. Ano II, nº 355. 16/04/1949, p. 04-02.

Meninos para vender jornal. Diário da Tarde. Ano II, nº 440. 01/09/1949, p. 03.

d) Folha do Litoral do Piauí

DO VAL, Raymundo Nonato. Problema maduro. Ano II, nº 08. Folha do Litoral do Piauí. 11/02/1961, p. 01.

EDITORIAL. Boas-vindas. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 24. 24/06/1961, p. 01.

Programa de recepção e festejos à Caravana “Herbert Moses”. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 24. 24/06/1961, p. 08.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ – Relações Públicas. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 25. 01/07/1961, p. 07.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ – Novo horário de trens para Luíz Correia. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 25. 01/07/1961, p. 07

A terra de ninguém. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 26. 08/07/1961, p. 01.

LIMA COUTO, José de Lima. Bilhete ao Presidente Sobre a “Operação Piauí”. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 28. 22/07/1961, p. 08.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 28. 22/07/1961, p. 09.

A limpeza da cidade. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 29. 29/07/1961, p. 05.

NOTÍCIAS DA CIDADE. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 38. 14/10/1961, p. 02.

NOTÍCIAS DA CIDADE. Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 38. 14/10/1961, p. 02.

Para a sua encomenda, prefira a Gráfica “Folha do Litoral” (do Piauí). Folha do Litoral do Piauí. Ano II, nº 47. 16/12/1961, p. 07.

CLARK, José Bruce de Mendonça. Parnaíba e o seu futuro. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 66. 28/04/1962, p. 08 e 02.

NOTÍCIAS DA CIDADE. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 71. 02/06/1962, p. 01.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 76. 07/07/1962, p. 02.

Em face da renúncia do Prefeito José Alexandre Rodrigues, assumiu a administração municipal o vereador José Quirino Memória. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 77. 14/07/1962, p. 01.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 77. 14/07/1962, p. 05.

NOTÍCIAS DA CIDADE – II. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 101. 31/12/1962, p. 01.

CATUNDA, Thomaz. Imitações perigosas. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 105. 26/01/1963, p. 04.

NOTÍCIAS DA CIDADE – IV. Folha do Litoral do Piauí. Ano III, nº 107. 09/02/1963, p. 01.

AVISO – Companhia de Luz e Força de Parnaíba. Ano IV, nº 123. Folha do Litoral do Piauí. 01/06/1963, p. 02.

CUNHA, Edison. A Barragem Salvadora. Ano IV, nº 123. Folha do Litoral do Piauí. 01/06/1963, p. 02.

NOTÍCIAS DA CIDADE - Bar. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 125. 15/06/1963, p. 01.

FERRAZ FILHO, R. Estação Balneária. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 211. 06/07/1963, p. 02.

Indo à praia de Atalaia. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 128. 06/07/1963, p. 05.

E a partir de amanhã. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 128. 06/07/1963, p. 05.

EDITORIAL. Trânsito. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 130. 20/07/1963, p. 01.

FERRAZ FILHO, R. Praia de Atalaia. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 131. 27/07/1963, p. 05.

NOTÍCIAS DA CIDADE – Trânsito. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 132. 03/08/1963, p. 01.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Ano IV, nº 134. Folha do Litoral do Piauí. 17/08/1963, p. 05.
NOTÍCIAS DA CIDADE – Hotel Balneário. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 137. 07/09/1963, p. 01.

EDITORIAL. Bi-semanário. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 139. 18/09/1963, p. 01.

EDITORIAL. Redenção de Parnaíba. Folha do Litoral do Piauí. Ano IV, nº 152. 06/11/1963, p. 01.

CUNHA, Anchieta. Em pleno século XX. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 174. 30/01/1964, p. 03.

Ocupada militarmente a Estrada de Ferro Central do Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 192. 09/04/1964, p. 01.

EDITORIAL. Paz e democracia. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 192. 09/04/1964, p. 01.

EDITORIAL. Nova fase. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 194. 16/04/1964, p. 01.

Blitz em Parnaíba de repressão a atividades subversivas. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 195. 19/04/1964, p. 01.

NOTÍCIAS DA CIDADE – prisões. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 195. 19/04/1964, p. 01.

NOTÍCIAS DA CIDADE – prisões. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 198. 30/04/1964, p. 01.

Cumprida a primeira etapa do inquérito policial-militar, em Parnaíba. Fala a FL o capitão Gladstone Weyne Rodrigues. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 201. 10/05/1964, p. 04.

Prefeitura Municipal de Parnaíba. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 201. 10/05/1964, p. 06.

NOTÍCIAS DA CIDADE – Luís Correia. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 208. 04/06/1964, p. 01.

Veraneio. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 211. 14/06/1964, p. 01.

Trem para Atalaia. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 212. 18/06/1964, p. 04.

Amarração. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 217. 05/07/1964, p. 01.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Ano V, nº 217. Folha do Litoral do Piauí. 05/07/1964, p. 03.

FERRAZ FILHO, R. Estação Balneária. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 220. 16/07/1964, p. 04.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano V, nº 238. 20/09/1964, p. 03.

NOTÍCIAS DA CIDADE- COHEBE. Folha do Litoral do Piauí. Ano VI, nº 300. 09/05/1965, p. 01.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano VI, nº 322. 22/07/1965, p. 03.

- FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano VI, nº 323. 29/07/1965, p. 03.
- FERRAZ FILHO, R. Estação Balneária. Folha do Litoral do Piauí. Ano VI, nº 326. 05/08/1965, p. 03.
- FERRAZ FILHO, R. Turismo em Parnaíba. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 426. 07/08/1966, p. 06.
- NOTÍCIAS DA CIDADE - Veraneio. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 410. 12/06/1966, p. 01.
- NOTÍCIAS DA CIDADE - Amarração. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 414. 26/06/1966, p. 01.
- FERRAZ FILHO, R. Estação Balneária. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 414. 26/06/1966, p. 05.
- NOTÍCIAS DA CIDADE - Veraneio. Ano VII, nº 416. Folha do Litoral do Piauí. 03/07/1966, p. 01.
- EDITORIAL. Pesca. Ano VII, nº 419. Folha do Litoral do Piauí. 14/07/1966, p. 01.
- EDITORIAL. Balneário. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 422. 24/07/1966, p. 01 .
- NOTÍCIAS DA CIDADE - Veraneio. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 422. 24/07/1966, p. 01.
- SILVA, Iracema Santos Rocha da. Crônica teresinense - Beira-mar. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 423. 28/07/1966, p. 06.
- FERRAZ FILHO, R. Fim da temporada. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 425. 04/08/1966, p. 04.
- Nova era para nosso turismo: construção de habitações de veraneio em atalaia. Folha do Litoral do Piauí. Ano VII, nº 432. 28/08/1966, p. 01.
- FREITAS, Rubem. Carnet Social. Ano VIII, nº 468. Folha do Litoral do Piauí. 05/01/1967, p. 03.
- LEÃO, Batista. Flagrantes de Parnaíba. Folha do Litoral. Ano VIII, nº 494. 08/04/1967, p. 04.
- Realidade. Folha do Litoral. Ano VIII, nº 497. 20/04/1967, p. 01.
- EDITORIAL. Praia. Folha do Litoral. Ano VIII, nº 514. 17/06/1967, p. 01.
- Aproveite as férias de julho! Folha do Litoral. Ano VIII, nº 518. 01/07/1967, p. 02.
- FREITAS, Rubem. Carnet Social. Ano VIII, nº 518. Folha do Litoral. 01/07/1967, p. 03.
- FREITAS, Rubem. Carnet Social. Ano VIII, nº 524. Folha do Litoral. 22/07/1967, p. 08.
- EDITORIAL. Praia. Folha do Litoral. Ano VIII, nº 527. 03/08/1967, p. 01.

- J. Batista viajou para assumir cadeira de Deputado. Folha do Litoral do Piauí. Ano IX, nº 596. 17/04/1968, p. 01.
- EDITORIAL. Veraneio. Folha do Litoral do Piauí. Ano IX, nº 613. 01/07/1968, p. 01.
- Notícias da capital – Turismo para o Piauí. Ano IX, nº 619. Folha do Litoral do Piauí. 10/07/1968, p. 04.
- DNER ajuda a ligar Luís Correia à Praia do Coqueiro. Folha do Litoral. Ano X, nº 710. 19/06/1969, p. 06.
- Paulo Afonso em Parnaíba. Folha do Litoral. Ano X, nº 712. 26/06/1969, p. 08-07.
- O CRUZEIRO também deprecia o Piauí. Folha do Litoral. Ano X, nº 713. 29/06/1969, p. 01.
- EDITORIAL. Estradas. Folha do Litoral. Ano X, nº 714. 03/07/1969, p. 01.
- OLIVEIRA, Sérgio Nóbrega de. Quem são esses repórteres. Folha do Litoral. Ano X, nº 715. 06/07/1969, p. 03.
- “Piauí na trilha do desenvolvimento” diz: O Jornal. Folha do Litoral. Ano X, nº 715. 06/07/1969, p. 05.
- Ministros de Estado falam sobre Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano X, nº 717. 13/07/1969, p. 01.
- Ramos de Rezende, defende Piauí Humilhado. Folha do Litoral do Piauí. Ano X, nº 717. 13/07/1969, p. 02.
- Auto de Abreu defendo o Piauí – I. Folha do Litoral do Piauí. Ano X, nº 717. 13/07/1969, p. 06.
- Auto de Abreu defendo o Piauí – II. Folha do Litoral do Piauí. Ano X, nº 718. 17/07/1969, p. 06.
- EDITORIAL. Férias. Folha do Litoral do Piauí. Ano X, nº 722. 31/07/1969, p. 01.
- Onde andam novos jornais e revistas. Folha do Litoral do Piauí. Ano XI, nº 804. 04/07/1970, p. 01.
- NASCIMENTO, Edgard. Fatos e Realidades - Novo Piauí. Folha do Litoral do Piauí. 05/07/1970, p. 05.
- Eleitos governador e vice. Folha do Litoral do Piauí. Ano XI, nº 836. 04/10/1970, p. 01.
- Estrada Luís Correia/Coqueiro. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 862. 17/01/1971, p. 01.
- Alberto Silva e o Turismo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 864. 24/01/1971, p. 01.
- Asfalto Parnaíba-Luís Correia. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 865. 28/01/1971, p. 01.
- NEVES, Carvalho. Projeto Rondon VII – atuação. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 865. 28/01/1971, p. 06.

EDITORIAL. Turismo no Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 872. 21/02/1971, p. 02.

Atalaia será atração em 71. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 898. 30/05/1970, p. 01.

Atalaia de roupa nova. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 901. 10/06/1971, p. 01.

Turismo traz repórteres. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 903. 17/06/1971, p. 01.

EDITORIAL. Praia. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 906. 27/06/1971, p. 06.

Nova Atalaia: inaugurações dia 3. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 906. 27/06/1971, p. 06.

VIEIRA, J; CARVALHO, Paulo. Em festa, hoje, o litoral piauiense. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 907. 03-04/07/1971, p. 01.

Trem para Luís Correia. Folha do Litoral do Piauí do Piauí. Ano XII, nº 908. 08/ 07/1971, p. 01.

Projeto Piauí engloba metas desenvolvimentistas. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 908. 08/07/1971, p. 02.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. Lei nº 675. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 922. 26/08/1971, p. 02.

EDITORIAL. Ponte. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 928. 19/09/1971, p. 02.

EDITORIAL. Algas. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 934. 10/10/1971, p. 02.

Na cidade os técnicos do Projeto Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 935. 14/10/1971, p. 01.

Haroldo Amorim: o Piauí é viável. Ano XII, nº 937. Folha do Litoral do Piauí. 21/10/1971, p. 04 e 02.

EDITORIAL. Ponte. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 941. 04/11/1971, p. 02.

Concluída a estrada para Morros da Mariana. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 958. 20/01/1072, p. 01.

EDITORIAL. Estrada. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 964. 12-13/02/1972, p. 02.

EDITORIAL. Ponte. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 988. 18/05/1972, p. 01.

EDITORIAL. Veraneio. Folha do Litoral do Piauí. Ano XII, nº 993. 04/06/1972, p. 01.

Turismo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1102. 11/07/1973, p. 05.

FREITAS, Rubem. Carnet Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1104. 18/07/1973, p. 03.

PIEMTUR distribui informativo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1105. 21/07/1973, p. 01.

LEÃO, Batista. Flagrantes – Minieditorial: 1. Ano XIII, nº 1106. Folha do Litoral do Piauí. 25/07/1973, p. 06.

Recebido condignamente o ministro Veloso. Ano XIII, nº 1107. Folha do Litoral do Piauí. 28/07/1973, p. 06.

FERRAZ FILHO, R. Temporada balneária. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1119. 12/09/1973, p. 02.

EDITORIAL. Campus. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1127. 10/10/1973, p. 01.

Parnaíba viveu momento histórico. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1128. 13/10/1973, p. 06.

FERRAZ FILHO, R. Praia do Coqueiro. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1133. 31/10/1973, p. 02.

Sexta, lançamento da pedra fundamental da maior obra da arte em Parnaíba. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1135. 07/11/1973, p. 01.

Projeto Piauí – micro-região de Parnaíba – nota de agradecimento “II Feira da Comunidade”. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1139. 21/11/1973, p. 03.

EDITORIAL. Silêncio produtivo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1145. 12/12/1973, p. 01.

NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1157. 02/02/1974, p. 05.

Jornalista Batista Leão. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIII, nº 1176. 17/04/1974, p. 01.

EDITORIAL. Mudancistas. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1190. 05/06/1974, p. 01.

FERRAZ FILHO, R. Praia isolada. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1203. 20/07/1974, p. 02.

FERRAZ FILHO, R. Praia não mais isolada. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1205. 27/07/1974, p. 05.

LIMA, Paulo. Turismo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1215. 31/08/1974, p. 04.

EDITORIAL. Plano piloto. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1254. 29/01/1975, p. 02.

LEÃO, Batista. Flagrantes – 3. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1255. 01/02/1975, p. 06.

Concluída a ligação da ponte. Folha do Litoral do Piauí. Ano XV, nº 1262. 01/03/1975, p. 01.

LEÃO, Batista. Flagrantes – Mini editorial: 1. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVI, nº 1293. 25/06/1975, p. 06.

FERRAZ FILHO, R. Praia do Coqueiro. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVI, nº 1296. 05/07/1975, p. 04.

- LEÃO, Batista. Flagrantes – Mini editorial: 5. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVI, nº 1301. 23/07/1975, p. 06.
- LEÃO, Batista. Flagrantes – Mini editorial: 7. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVI, nº 1305. 06/08/1975, p. 06.
- Parnaíba recebe trigésima quarta turma do Rondon. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVII, nº 1401. 31/07/1976, p. 02.
- FERRAZ FILHO, R. Transformação de época. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVII, nº 1406. 18/08/1976, p. 04.
- FERRAZ FILHO, R. Rodovia Luís Correia – Coqueiro. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVII, nº 1427. 06/11/1976, p. 07.
- 3ª Zona Eleitoral da Circunscrição do Piauí – Município de Parnaíba. Ano XVII, nº 1437. Folha do Litoral do Piauí. 15/12/1976, p. 03.
- SOUZA LIMA, Raimundo. Vareiros. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVII, nº 1438. 25/12/1976, p. 17.
- FERRAZ FILHO, Raimundo. Praias Balneárias piauienses. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVIII, nº 1544. 25/01/1978, p. 07.
- EDITORIAL. Dezenove anos. Folha do Litoral do Piauí. Ano XVIII, nº 1570. 10/05/1978, p. 01.
- Necrologia. Raimundo Souza Lima. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1582. 24/06/1978, p. 01.
- Curtas e verídicas – 6. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1582. 24/07/1978, p. 01.
- SILVA, Bernardo. Dicas & Discos. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1585. 05/07/1978, p. 04.
- LEMOES, Lilia. Lilia Lemos e Comunicações. Litoral piauiense. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1587. 12/07/1978, p. 04.
- NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. Turismo. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1590. 26/07/1978, p. 04.
- FERRAZ FILHO, Raimundo. Água Poluída. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1614. 21/10/1978, p. 04.
- CURTAS E VERIDICA - MINIEDITORIAL. Folha do Litoral do Piauí. Ano XIX, nº 1642. 14/02/1979, p. 01.
- NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. Verão. Folha do Litoral do Piauí. Ano XX, nº 1778. 19/07/1980, p. 02.

LIMA, Olavo Araújo. Turismo Social. Folha do Litoral do Piauí. Ano XX, nº. 1784. 09/09/1980, p. 06.

MINIEDITORIAL. Manchete no Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano XX, nº 1803. 18/10/1980, p. 01.

Conheça o Artesanato do Piauí. Folha do Litoral do Piauí. Ano XX, nº. 1821. 07/01/1981, p. 05.

“Bicho de pé”, incomoda turistas nas nossas praias. Folha do Litoral do Piauí. Ano XXIII, nº 1883. 29/08/1981, p. 06.

Faleceu o jornalista R. Ferraz Filho. Folha do Litoral do Piauí. Ano XXIV, nº 1947. 26/05/1982, p. 01.

EDITORIAL. As Praias. Folha do Litoral do Piauí. Ano XXVIII, nº 2364. 01/07/1987, p. 01.

e) Gazeta do Piauí

O jogo e o roubo, dois vícios que se equiparam. Gazeta do Piauí. Ano II, nº 140. 11/07/1956, p. 01.

Tópicos e Notas- I. Gazeta do Piauí. Ano II, nº 147. 04/08/1956, p. 04.

Tópicos e Notas - II. Gazeta do Piauí. Ano II, nº 147. 04/08/1956, p. 04.

ARIMATÉIA, J. de. Crônica do Dia: “Praia da Pedra do Sal”. Gazeta do Piauí. Ano III, nº 249. 27/07/1957, p. 04 e 03.

f) O Sino

R.S. Pelas zonas rurais. O Sino. Ano VII, nº 181. 14/03/1937, p. 01.

R.S. Pedra do Sal – uma visita honrosa. O Sino. Ano VXI, nº 605. 26/08/1945, ps. 02 e 03.

g) Norte do Piauí

Caveira de Burro. Norte do Piauí. Ano I, nº 02. 12/08/1967, p. 01.

FERRAZ FILHO, R. Este ilustre parnaibano pode fazer ressurgir sua terra. Norte do Piauí. Ano I, nº 02. 12/08/1967, p. 01.

FERRAZ FILHO, R. Temporada Balneária. Norte do Piauí. Ano I, nº 02. 12/08/1967, p. 03.

MENDES, R. Fonseca. Um pouco de História. Norte do Piauí. Ano I, nº 03. 19/08/1967, p. 03.

O Norte do Piauí. Ano I, nº 05. 02/09/1967, p. 01.

MENDES, R. Fonseca. A pesca. Norte do Piauí. Ano I, nº 09. 30/09/1967, p. 05.

Posto de Biologia Marinha para Parnaíba. Norte do Piauí. Ano I, nº 26. 27/01/1968, p. 04.

PASSOS, Caio. Baú velho. Norte do Piauí. Ano I, nº 29. 10/02/1968, p. 02.

EDITORIAL. Adquiram confiança. Norte do Piauí. Ano III, nº 232. 12/03/1970, p. 01.

- EDITORIAL. O presidente nos visita. Norte do Piauí. Ano III, nº 234, 17/03/1970, p. 01.
- Estrada para o Coqueiro é uma necessidade. Norte do Piauí. Ano III, nº 241. 04/04/1970, p. 01.
- EDITORIAL. Parnaíba na era 70. Norte do Piauí. Ano III, nº 262, 23/05/1970, p. 01.
- Praias movimentadas. Norte do Piauí. Ano III, nº 284. 14/07/1970, p. 01.
- Alberto: a zona norte foi sempre esquecida. Norte do Piauí. Ano VI, nº. 10/ 03/1973, p. 01.
- EDITORIAL. Visita presidencial. Ano VI, nº 654. Norte do Piauí. 02/04/1973, p. 01.
- CASTRO. E. Norte do Piauí. Ano VII, nº 713. 25/08/1973, p. 02.
- MENDES, R. Fonseca. Informes, opiniões, conceitos: Aljava. Norte do Piauí. Ano VIII, nº 841. 27/09/1973, p. 02.
- NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. PIEMTUR. Norte do Piauí. Ano VII, nº 726. 27/09/1973, p. 02.
- EDITORIAL. Desenvolvimentismo. Norte do Piauí. Ano VIII, nº 732. 16/10/1973, p. 01.
- LIMA, Paulo. Turismo no Piauí. Norte do Piauí. Ano VIII, nº 839. 31/08/1974, p. 02.
- NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. Linha de ônibus. Norte do Piauí. Ano VIII, nº 843. 14/09/1974, p. 02.
- Visita do governador Dirceu Arcoverde e do Ministro João Paulo dos Reis Veloso. Norte do Piauí. Ano X, nº 1317. 21/07/1977, p. 01.
- SHERLOCK. Turismo parnaibano. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1348. 13/09/1977, p. 04
- EDITORIAL. Poluição. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1491. 25/05/1979, p. 01.
- GALLAS, Antônio. Dimensão Geral – Vareiros do Rio Parnaíba. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1512. 01/07/1978, p. 02.
- Olavo Araujo Lima. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1583. 07-08/11/1978, p. 01.
- Festa dos Leões em Luís Correia. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1715. 14-15/07/1978, p. 01.
- Praias versus bares e atendimento. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1524. 19/07/1978, p. 01.
- GALLAS, Antônio. Dimensão Geral: PESSIMA ESTRADA. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1524. 19/07/1978, p. 02.
- SHERLOCK. REPOR...TÓPICOS. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1626. 09/02/1979, p. 04.
- MENDES, Raimundo Fonseca. REPOR...TÓPICOS – Em Luíz Correia o furto anda à solta. Norte do Piauí. Ano XI, nº 1703. 21/06/1979, p. 04.
- SOARES, José. Do que fala o colunista. Ano XI, nº 1718. Norte do Piauí. 19/07/1979, p. 03.
- Editorial. O Piauí existe!. Norte do Piauí. Ano XVI, nº 2234. 04/01/1982, p. 04.
- Colombo Neto. Norte do Piauí. Ano XVI, nº 2242. 22-23/01/1983, p. 04.

Revista Manchete dedica 8 páginas ao litoral piauiense. Norte do Piauí. Ano XVI, nº 2315. 26/07/1983, p. 01.

4. Acervo da Universidade Estadual do Piauí

a) *Periferia*

Especulação do litoral. Periferia. Ano II, nº. 07. Jun/jul. 1989, p. 06.

5. Acervo do Núcleo de Estudos Literatura e Sociedade do Piauí

a) *Jornal Querela*

Querela. Ano I, nº 01. s.d/12/1976, p. 08.

Querela. Ano III, nº 03. s.d/01/1979, p. 01.

Querela. Ano III, nº 03. s.d/01/1979, p. 02.

Querela. Ano III, nº 04. s.d/07/1979, p. 01.

II. Livros de memórias

ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma cidade muito amada*. Parnaíba: [s.e], 1988.

BOTTO, Carlos Pena. *Meu exílio no Piauíhy!...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Opus Ltda, 1982.

CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um Ita no Norte: memórias*. São Paulo: L. R. Editores Ltda, 1981.

LIMA, Raimundo de Souza. *Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias*. Parnaíba: Fundação Cultural do Piauí, 1987.

III. Fontes orais

1. Entrevistas realizadas

ALICE Santos de Oliveira, dona de casa, 87 anos. Pedra do Sal, Parnaíba. Entrevista realizada 16 de maio de 2023 e concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

Antônio Vieira Galeno (ANTÔNIO DE LAURA), pescador, 79 anos. Coqueiro, Luís Correia. Entrevista realizada em 06 de janeiro 2024 e concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

João Borges Rodrigues (Seu DANDÃO), marítimo, 82 anos. Luís Correia. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2022 e concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

José Maria (Seu GARAIAU), pescador, 82 anos. Pedra do Sal. Parnaíba. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2019 e 05 de maio de 2022, concedidas a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

Maria dos MILAGRES Pereira de Araújo, trabalhadora da praia, 58 anos. Coqueiro, Luís Correia. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2023 e concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

Raimundo Justino de Carvalho (Seu GRILO), trabalhador da praia, 82 anos. Coqueiro, Luís Correia. Entrevista concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

VICENTE Bernardo de Araújo, pescador, 82 anos. Coqueiro, Luís Correia. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2023 e concedida a Pedro Vagner Silva Oliveira. Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF.

IV. Relatórios oficiais

Acervo do Center for Research Libraries

BRASIL, Ministério da Marinha. Ministro: Antônio Coutinho Gomes Pereira. *Relatório do ano de 1918 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Raul Soares de Moura. *Relatório do ano de 1919 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Joaquim Ferreira Chaves. *Relatório do ano de 1920 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: João Pedro da Veiga Miranda. *Relatório do ano de 1921 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Alexandrino Faria de Alencar. *Relatório do Ano de 1922 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Alexandrino Faria de Alencar. *Relatório do ano de 1924 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. *Relatório do ano de 1925 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. *Relatório do ano de 1926 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

BRASIL. Ministério da Marinha. Ministro: Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. *Relatório do ano de 1927 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. Relatório da Marinha. Ministro: Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. *Relatório I do ano de 1928 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

BRASIL. Relatório da Marinha. Ministro: Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. *Relatório I do ano de 1929 apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BRASIL. Relatório da Marinha. Ministro: Protogenes Pereira Guimarães. *Relatório de junho de 1931 até junho de 1932 apresentado ao chefe do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

BRASIL. Relatório da Marinha. Ministro: Protógenes Pereira Guimarães. *Relatório de Junho de 1932 até Junho de 1933 apresentado ao Chefe do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

V. Livros

Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí

ESTADO DO PIAUÍ. *Catálogo dos Produtos Piauienses na Primeira Exposição Estadual Do Piauí de 1923 realizada a 24 de janeiro de 1923, comemorativa do Primeiro Centenário da sua adesão a Independência do Brasil*. Papelaria Piauiense, Teresina, 1923.

VI. Cartilhas

Acervo Companhia Ilha Ativa

ROCHA, Francinalda Maria Rodrigues da. *A sereia Mariá e as histórias da APA Delta do Parnaíba*. Siearte, Parnaíba: 2015.

VII. Fontes Oficiais

Acervo da Memória Estatística do Brasil

ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República pelo Interventor Federal do Estado Dr. Leônidas De Castro Melo*.

Disponível em

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000494&m=4217&n=relatf_az1943piaui. Acessado 12 de junho de 2022.

Cartogramas municipais dos transportes e comunicações – Estado do Piauí. Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros. Rio de Janeiro: 1949.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Lista dos Navios Registrados nas Capitânicas e Delegacias dos Portos do Brasil*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro: 1921.

VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador “José Bonifácio” – os pescadores na defesa nacional– a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

VIII. Censos

Acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

IBGE. *Coleção de Monografias Municipais*. Parnaíba. Nº 32. 1955.

IBGE. *Coleção de Monografias Municipais*. Luís Correia. Nº 67. 1966.

IBGE. *Coleção de Monografias Municipais*. Parnaíba. Nº 474. 1970.

IBGE. *Piauí - Censo Demográfico e Econômico*. Série Regional. Vol. XIII. Rio de Janeiro, 1956.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XV. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. *Coleção de Monografias Municipais Nova Série*. Parnaíba. Nº. 331. 1980.

8. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil. In: *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder*, 2010, São Cristóvão-SE. Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de. A institucionalização do discurso ambiental: uma análise do percurso histórico das conferências internacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 31, p. 01-15, 2024.
- ALFONSO, Louise Prado. *EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Unicamp: Campinas, 2006.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública? In Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos? – What public history do we want?* São Paulo, Letra e Voz, 2018.
- ALVES-MELO, Patrícia. Trabalho e trabalhadores livres: os índios no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 497-515, mai./ago. 2022.
- ALVES, Marina Conceição; NASCIMENTO, Alan Faber e FREITAS, Thamiris Oliveira. A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 18, nº 3, pp. 148-163, 2018.
- AMBROZIO, Júlio. Viagem, turismo, vilegiatura. *GEOUSP: Espaço e Tempo*. São Paulo. Nº 18, p. 105-113. 2005.
- ANDRADE, Ana Maria; CARDOSO, José Leandro. Aconteceu, virou Manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n.41, p.243-264, 2001.
- ANDRADE, Isabella Puente de. “Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos”: as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950). Dissertação (mestrado em História). UFPE: Recife, 2019.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- BARBOSA, Marta Emísia J. Sobre história: imprensa e memória In: Maciel, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- BARICKMAN. Bert. J. Medindo maiôs e correndo atrás de homens sem camisa: a polícia e as praias cariocas, 1920-1950. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./ jun. 2016. 1.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Transformações da paisagem costeira e os impactos dos acidentes marítimos no litoral do Piauí no decorrer do século XX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol 17, nº. 2, p. 597-613, 2024.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Entre o porto e a estação: histórias da vila de Amarração no litoral do Piauí (1880-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2023.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; COSTA FILHO, Alcebíades; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Questões de Identidade e Distinção Social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX. *História e Cultura*, v. 9, p. 244-272, 2020.

BAPTISTA, Paulo Francisco Donadio. *Em trajes de Adão: praias de banho na cidade do Rio de Janeiro, pudor e classe social (1808-1948)*. Tese (doutorado em História Social). UFRJ: Rio de Janeiro, 2019.

BENEVIDES, Fernanda Cornils Monteiro; FRANCO, José Luiz de Andrade e BRAZ, Vivian da Silva. História dos projetos de conservação de espécies da fauna no Brasil. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 83-106, mai./ago. 2017. DOI: 10.5216/hr.v22i2.46858. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/46858>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento In Angela de Castro Gomes (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. V. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. Dissertação (mestrado em História). UFRN: Natal, 2018.

BIASETTO, Bruno Henz. Pelo Nacional e o Racional: a política da pesca argentina e brasileira para o Atlântico Sul (1919-1941). *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 26, n. 2, mai/ago. 2022.

BORGES, Adélia. Uma cultura rica e diversificada In MOTTA, Marcelo (Org.). *Povos do mar: identidade, cultura e tradição no litoral brasileiro*. Andrew Jakobsson Estúdio. Rio de Janeiro, 2020.

BORGES, Gerson Kaio Lima. *A produção do espaço imobiliário no litoral do Piauí a partir do lazer e turismo*. Dissertação (mestrado em Geografia). UVA: Sobral, 2020.

- BORGES, Joina Freitas. *Os Senhores das Dunas e os Adventícios d'Além Mar*: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII). Tese (doutorado em História Social). UFF: Niterói, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BRAGA, Daniel Souza. *Cotidiano, trabalho e memória*: história de vida de trabalhadoras (es) ribeirinhas (os) dos povoados da Ilha Grande (1960-1990). Tese (doutorado em História do Brasil). UFPI: Teresina, 2023.
- CAMPOS, Pedro. Henrique Pedreira. *A ditadura dos Empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese (doutorado em História Social). UFF: Niterói, 2012.
- CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. *Memórias e culturas políticas no Norte do Piauí durante o contexto do Golpe de 1964*. Tese (doutorado em História). UFF: Niterói, 2021.
- CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. *Entre trilhos e dormentes*: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). EDUFPI: Teresina, 2017.
- CIARLINI, Daniel Castelo Branco. *Literatura, Imprensa e vida literária em Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica e Editora Sieart, 2016.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio*: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempo de milagres*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORRÊA, Dora Shellard; OLIVA, Jaime Tadeu. Um exercício para o estudo de paisagens pretéritas In MIRAGLIA, Marina; FRANÇA, Ana Marcela. (Orgs.). *Paisaje y patrimonio: impresiones de la historia en el ambiente natural*. 1a.ed. Quilmes; Buenos Aires: Teseopress, 2021, v., p. 25-55.
- COSTA FILHO, Alcebíades; MORAIS, Jennefer de Sousa. Indícios da atividade de caça e pesca no Piauí. *Humana Res*, v. 1, p. 110-125, 2021.
- COSTA FILHO, Alcebíades. *A Geração de Crispim*: um estudo sobre a construção histórica da piauiensidade. Tese (Doutorado em História Social). UFF: Niterói, 2010.
- CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. *Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia). USP: São Paulo, 1999.

- CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “*Viveiros humanos*”: experimentos do racismo científico a partir da missão de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS: Porto Alegre, 2022.
- DA COSTA JÚNIOR, Ademas Pereira. *AQUI É ITAIPU?: Pescadores Artesanais e os sentidos da expansão urbana da cidade de Niterói – História Pública e Incertezas*. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói, 2023.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Turismo, vilegiatura e práticas esportivas na configuração das cidades litorâneas na América. *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*. PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca construindo sociedades: leituras de antropologia marítima e pesqueira*. NUPAUB/USP: São Paulo, 2004.
- DUTRA, André da Silva; ROSA, Maria Cristina. A Prática do Kitesurf no Litoral Piauiense e Suas Implicações sobre este Patrimônio Natural. (2024). *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 27(2). <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.53474>. Acessado em 23 de outubro de 2024.
- FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. *História do movimento ambientalista: a sua trajetória no Piauí*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Sustentabilidade). UFPI: Teresina, 2008.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. *O Banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900/1970)*. Dissertação (Mestrado em História). UFSC: Florianópolis, 1994.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, mai/ago, 2021, pp. 01-29.
- FRANCO, José Luís de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

- GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beiras*. Tese (doutorado em História). UNB: Brasília, 2008.
- GARCIA, Eugênia Vargas. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transposição do poder no entreguerras. *Contexto Internacional*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, vol. 24, p. 49, janeiro/junho, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRANET-ABISSET, Anne Marie. O Historiador e a Fotografia. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 24, jun. 2002, pp. 09-25.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. *O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (doutorado em História Comparada). UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, Vozes, 2015.
- KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (doutorado em História). UFF: Niterói, 2018.
- LIMA, Marconis Fernandes. *Desenvolvimentismo militar no Piauí: a Usina de Boa Esperança e a Integração econômica nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990*. Tese (doutorado em História). UFRGS: Porto Alegre, 2023.
- LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. Dissertação (mestrado em História). UFPE: Recife, 2011.
- LIMA, Ulisses de Andrade; LIMA, Francisca Cardoso da Silva. Pluriatividade e reprodução social: aspectos da fragmentação da pesca artesanal marinha em Barra Grande, Cajueiro da Praia-PI In BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho et al (Orgs.). *Dos tempos à Viração, dos ventos à Amarração: estudos histórico-geográficos – v.2*. Teresina: Cancioneiro, 2023.
- LOBO, Marcelo Ferreira; LIMA, Aline de Kassia Malcher. Jacobinos da Amazônia: nacionalismo, trabalho e violência no Pará (1890-1920). *Revista Maracanã*, n. 26, jan-abr. 2021.
- MACHADO, Helena Cristina F. A construção social da praia. *Sociedade e Cultura* 1, *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (1), 2000, ps. 201-218.

- MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana e SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. *Fotocinema: Revista Científica de Cine y Fotografía*, nº 22. 2021.
- MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. *Os filhos do lugar: crônicas da territorialidade pedral*. Tese (doutorado em Sociologia). UFC: Fortaleza, 2019.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; Vogel, Arno. *Gente das Areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Maricá, RJ – 1975 a 1995. EDUFF, 2017.
- MIRA, Maria Celeste. Constituição e segmentação do mercado de revistas no Brasil: o caso da Editora Abril. *CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO*, 21. 1998. Portcom. [S. l.]: Intercom, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3W8Dirg>. Acesso em: 04 setembro. 2024.
- MONTSERRAT, Breno, & OLIVEIRA, Ana Paula Guimarães Santos de. O Turismo como instrumento ideológico velado: As sombras da ditadura militar na promoção turística brasileira. *RITUR - Revista Iberoamericana De Turismo*, 14(2), 134–150, 2024.
- MOREIRA, Paulo Italo. “*Brasil, terra da carnaúba*”: ciência, política e indústria no processo de comoditização da cera de carnaúba no Nordeste do Brasil, 1900-1970. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fiocruz: Rio de Janeiro, 2023.
- MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. *Por dentro da pauta: história política e cultural na imprensa do Piauí*. Teresina: EdUESPI, 2024.
- NASCIMENTO, Alan Faber do. A mulher Carioca e a praia como um espaço de consumo de lazer (1920-1940). *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 31, n. 3, 2023.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.
- NEGREIROS, Valério Rosa. *Por uma cultura integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980*. Teresina: EDUFPI, 2024.
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-345, mai/ago, 2018.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins. ‘História ambiental e ecologia da paisagem’. *Mercator. Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza, 9 (19), p. 117-128, 2010.

- OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. *Mar à venda: pescadores e turismo no “Piauí Novo”* (anos 1970). Dissertação (mestrado em História). UNIFESP: Guarulhos, 2017.
- OLIVEIRA, Jonas Henrique; SILVA, Clódsen dos Santos. Antropologia e turismo: breves considerações sobre as praias do litoral do Piauí. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 217-233. 2021.
- PEREIRA, Lucas Coelho. *Maré de lua: capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA)*. Tese (doutorado em Antropologia). UNB: Brasília, 2021.
- PESSÔA, Fabiana da Silva. *Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí*. Tese (doutorado em Geografia). UFC: Fortaleza, 2020.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo. Letra e Voz. 2016.
- PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer In Corbin, Alain (Org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Editorial Teorema: Lisboa, 2001.
- PORTO, Tiago Cavalcante. *As transformações do lazer em Fortaleza (1910-1930)*. Dissertação mestrado em História e Culturas). UECE: Fortaleza, 2015.
- PRADO, Luís Carlos Delorme Prado; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano tempo*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RABELO, Elson de Assis. *A História entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*. Dissertação (mestrado em História). UFRN: Natal, 2008.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Cultura de ofício marítima pesqueira. *Sociologia & Antropologia*. Vol. 2, n., 3, set-dez., 2021.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. *Ruris*. Vol. 8, n 1 mar., 2014.
- RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939) In CORBIN, Alain (Org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Editorial Teorema: Lisboa, 2001.
- REGO, Junia Mota Antonnacio Napoleão do. *Dos Sertões aos Mares: História do Comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (doutorado em História Social), UFF: Niterói, 2010.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RIBEIRO, Leticia Parente; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. “Espaços balneários em questão”. *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 16|2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/terrabilis/9410>. Acessado no dia 04 de dez. 2022.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo como estratégia de desenvolvimento na América Latina: dilemas e perspectivas de um modelo excludente. In: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de (Orgs.). *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*. Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 455-477.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Às margens do rio Parnaíba, nas margens da sociedade: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970) In MARINHO, Joseanne Zingleara Soares e FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Orgs.). *Discípulos de Clío: prelúdios da pesquisa histórica*. Teresina: EDUESPI, 2022.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução; A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*. Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003.
- SILVA, Alexandre Wellington dos Santos; SANTOS, Edgleison Sousa dos. Entre a prancha e a rede: as contradições entre a prática do kitesurf e a pesca artesanal segundo os pescadores da praia da Pedra do Sal (Parnaíba-PI). *Revista Piauiense de História Social do Trabalho*. Ano III, nº 4, jan-jul. 2017, p.62-68.
- SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. *A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História Social). UFC: Fortaleza, 2018.
- SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. Dissertação (mestrado em História). UFPI: Teresina, 2012.
- SILVA, Laila Pedrosa. *Uma região impermeável ao progresso: secas, ferrovias e rodovias no Piauí (1910-1945)*. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde). FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2023.
- SILVA, Luís Geraldo. De mestres jangadeiro à comissários de peixe. Poder e coerção social nas sociedades de pescadores (1840-1930). *Mares: revista de Geografia e Etnociências*. Vol. 2, n 1. 2020.
- SILVA, Renato Reinaldo Calaça da; BAPTISTA Elisabeth Mary de Carvalho. *Litoral piauiense – 60 anos de notícias no jornal “O DIA”*: uma aventura jornalística de 1951 a 2011. Relatório final de Iniciação a Pesquisa. Universidade Estadual do Piauí, 2012.
- SILVA, Luís Geraldo (Coord.). *Os pescadores na História do Brasil*. Vol.1 Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, Vozes, 1988.
- SOLHA, Karina Toledo. Evolução do turismo no Brasil. In: Mirian Rejowski. (Org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- SONTAG, Suzan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Alberto Magno Pereira. Porto da Amarração: interligando o escrito e o oral In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al (orgs.). *Fragmentsos históricos: Experiências de Pesquisa no Piauí*. Vol. 1, Sieart, Parnaíba, 2005.
- SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. *Uma pergunta que se faz ao recém-chegado: quem és? O Projeto Tamar e a intervenção em comunidades de pescadores*. Tese (doutorado em Sociologia). UNB: Brasília, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros. Zahar Editores: São Paulo, 1981.
- URBAIN, Jean-Didier. *At the beach*. Minneapolis/London. University of Minnesota Press, 2003.
- VERAS, Alexandra Sablina do Nascimento. *Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, Piauí (1940, 1970-1980, 2000-2019)*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC, Fortaleza, 2020.
- VIDAL, Laurent; GOMES, Paulo Cesar da Costa. Entre la ville et la mer, entre la France et le Brésil: penser la balnéarisation. *Confins*. 39. 2019. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/17850>. Acessado em 12 de mar. 2022.
- VINCENT, Johan. “Se confronter aux habitants du paradis”, *Articulo – Journal of Urban Research* [Online], 4 | 2008, Online since 04 October 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/articulo/782>. Acessado em 18 de jun. 2022.
- VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960*. Dissertação (mestrado em História). UFPI: Teresina, 2010.
- WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp. 2011.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol.4, n.8. 1991, p. 198-215.

ANEXOS:

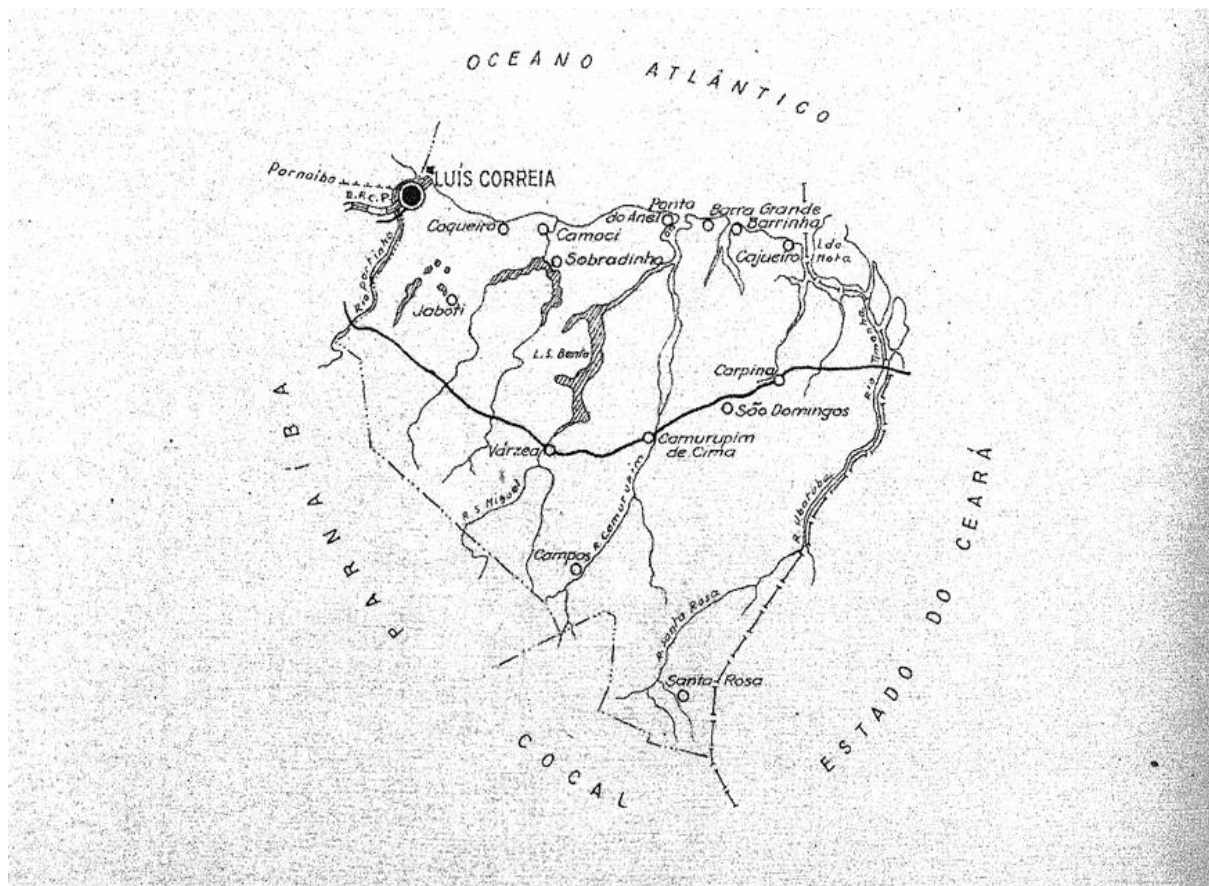


Figura 39. Cartograma dos transportes e comunicações de Luís Correia. 1949.

